

SINGULAR[®]
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

SOCIAIS E HUMANIDADES

E-ISSN: 2596-2612



v.1 n.6 janeiro/junho de 2024



ULBRA
PALMAS

Singular. Sociais e Humanidades
v.1, n.6, jan./jun. 2024
e-ISSN: 2596-2612
doi: <https://doi.org/10.33911/singularsh.v1i6>

Expediente

Centro Universitário Luterano de Palmas

Reitor

Me. Marcelo Müller

Direção Acadêmica

Dra. Parcilene Fernandes de Brito

Singular. Sociais e Humanidades

Editora Chefe

Dra. Parcilene Fernandes de Brito

Editores Assistentes

Dra. Irenides Teixeira

Dr. Gustavo Paschoal T. de Castro Oliveira

Leitura de Prova

Dr. Gustavo Paschoal T. de Castro Oliveira

Normalização

Esp. Thaís Gabrielly Fernandes Sousa

Comunicação

Esp. Douglas Aquino Moreno

Rafael Ishibashi Moreira de Almeida

Comissão Editorial

Msc. Ana Isabella Bezerra Lau

Dr. Gustavo Paschoal T. de Castro Oliveira

Dra. Irenides Teixeira

Conselho Editorial

Dr. Alexandre Bernardino Costa, UNB, Brasil

Dra. Anabela Gradim Alves, Un. Beira Interior, Portugal

Dra. Darlene Teixeira Castro, Unitins, Brasil

Dr. Edgardo L. Carniglia, Un. Nac. Rio Cuarto, Argentina

Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior, UFT, Brasil

Dr. Jorge Pedro de Sousa, Un. Fernando Pessoa, Portugal

Dr. José Lauro Martins, UFT, Brasil

Dra. Karylleila dos Santos Andrade, UFT, Brasil

Dra. Liliam Deisy Ghizoni, UFT, Brasil

Dra. Luciana Alves Tisser, Unirriter, Brasil

Dra. Luciene de Oliveira Dias, UFG, Brasil

Dra. Márcia Diegues Leuzinger – UniCEUB, Brasil

Dra. Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti, UFT, Brasil

Projeto Gráfico

Calebe Loures Sampaio Eler de Souza

Diagramação

Esp. Douglas Aquino Moreno

Apoio Técnico

Stefano Brito de Sa

Editada em Junho de 2024.

Última edição em Junho de 2024.

Publicada em Junho de 2024.

Nota da Editora: Os autores são responsáveis pela apresentação dos fatos contidos e opiniões expressas nesta obra.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

S617 Singular. Sociais e humanidades [recurso eletrônico] / Centro Universitário Luterano de Palmas. – vol. 1, n. 6 (jan./jun. 2023)– . Dados eletrônicos. – Palmas, TO: Ceulp, 2024– .

Semestral.

Modo de Acesso: World Wide Web: <<http://ulbra-to.br/singular/index.php/SingularSH>>

Descrição baseada em: vol. 1, n. 6 (2024).

eISSN: 2763-7026

DOI: eISSN: 2596-2612

<https://doi.org/10.33911/singularsh.v1i6>

1. Ciências sociais. 2. Direitos humanos. 3. Educação. 4. Combate à violência. I. Centro Universitário Luterano de Palmas. II. Ceulp.

CDU: 3(05)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Thaís Fernandes, CRB-2/1680.

SINGULAR. SOCIAIS E HUMANIDADES
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS
Avenida Teotônio Segurado 1501 Sul
Palmas – TO CEP 77.019-900 Caixa Postal nº 85
Fone: (63) 3219 8125
email: revista.singular@ceulp.edu.br

Editorial

A Revista Singular. Sociais e Humanidades, em sua 6ª edição, oferta a todos os estudiosos e interessados, um quantitativo de 17 artigos científicos dotados de qualidade e excelência, frutos do intelecto de pesquisadores oriundos de várias unidades da federação (Distrito Federal, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul, Tocantins), vinculados à Instituições de Ensino Superior dedicadas ao incentivo e propagação da ciência.

Os trabalhos aqui apresentados têm por fito proporcionar estudos fundamentados em um viés interdisciplinar, considerando a área de formação e atuação dos autores (a quem tecemos nossos agradecimentos) que contribuíram para esta publicação; abrilhantando ainda mais a extraordinária trajetória do periódico em questão, que recebeu da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), já em sua primeira avaliação, conceito de excelência (A2) no Sistema Qualis Periódicos.

Todos os assuntos apresentados tangenciam, de alguma forma, na vida e no cotidiano de todos os cidadãos, por estarem conectados aos direitos humanos e fundamentais, abordados pelo espectro transindividual.

Temos a certeza de que toda a produção intelectual aqui ofertada servirá de fundamento para elucidações no tocante às práticas profissionais dos atraídos pelas temáticas, bem como subsídios (ou até mesmo como motivacionais) para elaboração de trabalhos futuros.

Desejamos uma excelente leitura a todos.

Palmas-TO, junho de 2024.

Sumário

A busca pelo reconhecimento da importância do apadrinhamento afetivo, a dimensão revolucionária dos vínculos e os cuidados à sua execução

Jamila Péterle dos Santos, Ismael Francisco de Souza (7 – 21)

A educação sob a perspectiva de gênero

Marli Marlene Moraes da Costa, Etyane Goulart Soares (22 – 36)

Beleza e justiça: como a aparência dos réus afeta julgamentos por crimes de trânsito com resultado morte

Karen Richter Pereira dos Santos Romero, Tiago Gagliano Pinto Alberto, Frederico Ramalho Romero (37 – 50)

Educação permanente para agentes comunitários de saúde visando aprimoramento da prática profissional: Revisão Integrativa

Gislaine Aneanes da Silva, Júlia Leão Ávila Pessoa, Renan Sallazar Ferreira Pereira, Mirian Cristina Dos Santos Almeida (51 – 68)

Escolas sustentáveis: (re)educação e políticas públicas

Márcia Sepúlveda do Vale, Janete Silva dos Santos (69 – 78)

Estados que denotam eficiência no gasto público em educação possuem melhor qualidade de informação contábil?

Patrik Donizetti Rodrigues da Silva, Henrique Portulhak, Vagner Alves Arantes (79 – 96)

Hermenêutica de Profundidade (HP): discursos que reforçam a democracia racial e a intolerância religiosa no Brasil

Sergio Luis do Nascimento (97 – 109)

Incentivos e barreiras para a inovação tecnológica na Procuradoria Geral do Estado do Tocantins

Lia de Azevedo Almeida, Thiago Emanuel Azevedo de Oliveira (110 – 134)

Justiça reprodutiva: a aplicação dos métodos contraceptivos às mulheres como política pública no Brasil

Maria Eduarda Costa Turibio, Christiane de Holanda Camilo (135 – 153)

O mercado de carbono no contexto do acordo de Paris: desafios e perspectivas para a regulação do setor no Brasil

Tarsis Barreto Oliveira, Paulo Beli Moura Stakoviak Júnior (154 – 168)

Os impactos éticos da inteligência artificial no acesso à justiça

Antonio Carlos dos Santos, Wagner José dos Santos (169 – 185)

Redes intersetoriais de atendimento: estado da arte

Palloma Rosa Ferreira, Diego Neves de Sousa (186 – 210)

Saúde mental de estudantes universitários: mapeamento bibliométrico longitudinal (1974-2022)

Liliam Deisy Ghizoni, Jorge Jose Ramirez-Landaeta, Roberto Moraes Cruz (211 – 236)

Uma revisão da bibliografia a partir da temática povos indígenas no ensino de ciências da natureza e a regulamentação da lei nº 11.645/08

Klebson Daniel Sodré do Rosário, Ronaldo dos Santos Leonel, Andréia de Oliveira Castro (237 – 248)

Uma revisão sistemática dos benefícios da gamificação no ensino básico

Douglas Aquino Moreno, Gustavo Cunha de Araújo, Jayanne Xavier Gomes (249 – 265)

Violência contra as mulheres na província de Sofala, Moçambique (2014–2021)

Fernanda Pereira Labiak, Roberto Moraes Cruz, Adelino Domingos Onofre, Maria do Carmo de Lima Silva Lacerda, Romilda Guiland, Jennifer Elizabeth Vieira (266 – 280)

Vivências transformadoras: um relato de experiência sobre um curso de extensão dedicado ao bom viver

Ana Karolina de Araújo, Carlos Eduardo Panosso (281 – 293)

A busca pelo reconhecimento da importância do apadrinhamento afetivo, a dimensão revolucionária dos vínculos e os cuidados à sua execução

The search for recognition of the importance of affective sponsorship, the revolutionary dimension of bonds and the care in its implementation

Jamila Péterle dos Santos^a, Ismael Francisco de Souza.

^aUniversidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Av. Universitária, 1105 – Universitário, Criciúma – SC, 88806-000. E-mail: jamilapeterledossantos@gmail.com

Resumo: O objetivo do artigo é estudar e analisar o impedimento à participação de pessoas inscritas nos cadastros de adoção em programas de apadrinhamento, sob o enfoque da importância do estabelecimento de vínculos afetivos e o melhor interesse das crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Por meio do método dedutivo e de uma metodologia de pesquisa teórica, com a utilização de material bibliográfico e documentos legais, inicialmente aborda-se acerca do instituto jurídico do apadrinhamento, elencando seu conceito e principais objetivos. Na sequência, explana-se sobre os fundamentos que permeiam a concepção do apadrinhamento, sob a ótica da proteção da criança e do adolescente. Por último, este artigo faz reflexões acerca da restrição aos inscritos nos cadastros de adoção para a participação dos programas de apadrinhamento. Neste ponto, elenca alguns caminhos e critérios a serem estabelecidos para efetivar a garantia e proteção dos direitos dessa população vulnerabilizada. Em linhas gerais, conclui-se que o apadrinhamento afetivo muitas vezes é definido por sua relação com a adoção e com a família de origem de forma negativa. Isso ocorre porque é concebido como uma alternativa que preenche o espaço entre essas duas formas de pertencimento, ambas consideradas como projetos desenvolvidos em comparação ao acolhimento institucional. Todavia, se aplicado de maneira individual e cuidadosa, o apadrinhamento pode ser uma forma eficaz de estabelecer vínculos significativos e resultados que não se baseiam na relação de filiação tradicional, mas que ainda são capazes de proporcionar um ambiente familiar e comunitário para as crianças e adolescentes envolvidos.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes; vínculos afetivos; apadrinhamento afetivo; adoção.

Abstract: The objective of the article is to study and analyze the impediment to the participation of people registered in adoption registers in sponsorship programs, focusing on the importance of establishing emotional bonds and the best interests of children and adolescents in foster care. Using the deductive method and a theoretical research methodology, using bibliographic material and legal documents, the legal institute of sponsorship is initially discussed, listing its concept and main objectives. Next, the fundamentals that permeate the conception of sponsorship are explained, from the perspective of the protection of children and adolescents. Finally, this article reflects on the restriction on those registered in adoption registries to participate in sponsorship programs. At this point, it lists some paths and criteria to be established to guarantee and protect the rights of this vulnerable population. In general terms, it is concluded that affective sponsorship is often defined by its relationship with adoption and the family of origin in a negative way. This is because it is conceived as an alternative that fills the space between these two forms of belonging, both considered as projects developed in comparison to institutional reception. However, if applied individually and carefully,

sponsorship can be an effective way of establishing meaningful bonds and results that are not based on the traditional filiation relationship, but that are still capable of providing a family and community environment for children and adolescents. involved.

Keywords: Children and adolescents; emotional bonds; emotional sponsorship; adoption.

Submetido em: 28/11/2023.

Aceito em: 12/03/2024.

1 INTRODUÇÃO

A medida protetiva de acolhimento, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é considerada uma medida excepcional, temporária e provisória. Ela deve ser aplicada como a última alternativa de proteção quando os direitos da criança ou do adolescente estiverem ameaçados ou violados. Nessas situações, a criança ou o adolescente é separado de sua família e colocado sob a responsabilidade dos serviços de acolhimento, até que a justiça determine a possibilidade de retorno ou não da criança ou do adolescente à sua família de origem. Nos casos em que não há viabilidade para o retorno à família biológica, abre-se as possibilidades para a adoção.

Embora haja diversos estudos que abordem a história da adoção, há uma lacuna de informações sobre as novas abordagens de trabalho que têm como objetivo proporcionar à criança e ao adolescente experiências de convívio externo às instituições de acolhimento, como o apadrinhamento afetivo, que é uma alternativa que tem como objetivo proporcionar experiências familiares e comunitárias, especialmente para crianças e adolescentes que passaram por longos períodos de acolhimento institucional e têm poucas chances de retorno para suas famílias de origem ou de serem adotadas. A metodologia proposta pelos programas de apadrinhamento afetivo busca facilitar a criação de vínculos diretos e duradouros entre as crianças e/ou adolescentes reunidos e pessoas interessadas em construir uma relação com eles. Essa relação visa proporcionar experiências de convivência com a comunidade e

membros de suas redes familiares e sociais.

O apadrinhamento afetivo ganhou uma maior relevância com a sua descrição e recomendação no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e posteriormente nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento. No entanto, foi com a aprovação da Lei nº 13.509/2017 que essa estratégia passou a fazer parte do Estatuto da Criança e do Adolescente, tornando-se parte integrante do sistema legal de proteção à infância e adolescência. A partir da sua promoção substancial, é importante promover estudos científicos sobre a estratégia proposta pelo poder público, apoiando o movimento crescente em todo o país em busca da qualificação dos programas de apadrinhamento.

O apadrinhamento pode ser uma alternativa significativa para garantir o direito das crianças e adolescentes à convivência familiar, especialmente para aqueles que têm poucas chances de adoção ou de retorno à família de origem. Todavia, é importante que o programa de apadrinhamento continue a ser individualizado e personalizado, levando em consideração cada caso e situação específica para que alcance seus objetivos de promoção da convivência familiar e comunitária.

Isso torna a pesquisa acadêmica relevante, pois é importante avaliar a eficácia desses programas e entender que tipo de transformações eles trazem para as concepções contemporâneas sobre adoção. A provável hipótese é que esses programas podem contribuir para a mudança de uma visão tradicional da institucionalização, que muitas vezes pode

ser vista como um processo negativo, e podem interferir positivamente no desenvolvimento das relações interpessoais das crianças e adolescentes no acolhimento, promovendo sua inserção social e proporcionando experiências fora do ambiente institucional.

O método de abordagem utilizado é o dedutivo, que se caracteriza pela utilização de um raciocínio lógico para chegar a conclusões mais particulares/específicas a partir de princípios e proposições gerais. E os métodos de procedimento, o histórico e o monográfico.

O objetivo geral da pesquisa é estudar e analisar o impedimento à participação de pessoas inscritas nos cadastros de adoção em programas de apadrinhamento, sob o enfoque da importância do estabelecimento de vínculos afetivos e o melhor interesse das crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Especificamente a pesquisa aborda o instituto jurídico do apadrinhamento, elencando seu conceito e principais objetivos, bem como explana os fundamentos que permeiam a concepção do apadrinhamento, sob a ótica da proteção da criança e do adolescente, além de fazer algumas reflexões acerca da restrição aos inscritos nos cadastros de adoção para a participação dos programas de apadrinhamento.

2 O INSTITUTO JURÍDICO DO APADRINHAMENTO: CONCEITO, PRINCÍPIOS E PRINCIPAIS OBJETIVOS

De acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, o acolhimento institucional é considerado uma medida de proteção temporária e extraordinária destinada a crianças e adolescentes. Essa medida é adotada em situações em que ocorre a violação dos direitos desses indivíduos, muitas vezes por parte de suas famílias, o que resulta no afastamento temporário do convívio

familiar. No entanto, a natureza temporária e excepcional do acolhimento nem sempre se concretiza, levando à permanência de crianças e adolescentes em instituições por vários anos. Como resposta a essa situação e na tentativa de mitigar as consequências adversas resultantes dessa vivência prolongada em instituições, surgiu, antes mesmo da Lei nº 13.509/2017, a implementação do Programa de Apadrinhamento Afetivo, que é conduzido por algumas organizações em diversas regiões do país (Goulart; Paludo, 2014).

A Lei nº 13.509, promulgada em 22 de novembro de 2017, foi introduzida com o objetivo de aprimorar o processo de adoção, abordando diversos aspectos, incluindo a entrega voluntária, a destituição do poder familiar, o acolhimento, o apadrinhamento, a guarda e a adoção de crianças e adolescentes, entre outras medidas. É importante observar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 19, após a implementação da Lei nº 13.509/2017, passou a apresentar a seguinte redação no parágrafo §1º:

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

§1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei (Brasil, 1990, cap. III, art. 19, *caput*).

Observa-se que o legislador regulamentou o programa de “acolhimento familiar ou institucional” de modo que,

após o período designado, a autoridade judiciária possa tomar uma decisão quanto à reintegração da criança à sua família de origem ou à colocação em uma família substituta. Diante da possibilidade de acolhimento familiar, tem a figura do chamado apadrinhamento afetivo, que tem como objetivo principal estabelecer laços afetivos seguros e duradouros entre crianças e adolescentes, que não têm família, e membros da comunidade que desejam ser padrinhos e madrinhas (Santana; Contretas, 2020).

O apadrinhamento afetivo é um programa voltado para crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento ou em famílias acolhedoras, com o objetivo de promover vínculos afetivos seguros e duradouros entre eles e pessoas da comunidade que se dispõem a ser padrinhos e madrinhas (Fariello, 2015, *on-line*).

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), define o apadrinhamento como um

[...] programa, por meio do qual, pessoas da comunidade contribuem para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em Acolhimento Institucional, seja por meio do estabelecimento de vínculos afetivos significativos, seja por meio de contribuição financeira. Os programas de apadrinhamento afetivo têm como objetivo desenvolver estratégias e ações que possibilitem e estimulem a construção e manutenção de vínculos afetivos individualizados e duradouros entre crianças e/ou adolescentes abrigados e padrinhos/madrinhas voluntários, previamente selecionados e preparados, ampliando, assim, a rede de apoio afetivo, social e comunitário para além do abrigo. Não se trata, portanto, de modalidade de acolhimento (Brasil, 2006, p. 126).

O apadrinhamento afetivo, assim como qualquer outra medida de proteção à infância e juventude, deve ser cuidadosamente planejado e acompanhado como um programa ou

projeto. A iniciativa para implementá-lo pode partir de diversas entidades, incluindo Conselhos Municipais dos Direitos da Criança, abrigos, instituições, Secretarias de Estado ou Município, Varas da Infância e da Juventude, Tribunais de Justiça, entre outros. Além disso, as parcerias podem ser aplicáveis com igrejas, universidades, organizações não-governamentais, associações de moradores, empresas privadas, e entidades nacionais e internacionais de apoio à infância, entre outros atores (Orengo *et al.*, 2017).

O apadrinhamento afetivo envolve a participação ativa e o acompanhamento de um padrinho na vida de uma criança ou adolescente que está em acolhimento institucional. Isso proporciona a eles uma nova experiência familiar e facilita a integração psicossocial, oferecendo apoio, carinho, atenção, amor e a oportunidade de vivenciar novas experiências em um ambiente familiar. Esse programa é especialmente direcionado para crianças que têm poucas perspectivas de expansão ou de retorno ao convívio com suas famílias de origem. Nesse sentido, o apadrinhamento envolve criar oportunidades para que crianças e adolescentes que estejam em acolhimento institucional ou familiar possam estabelecer laços afetivos com pessoas externas à instituição ou à família que os acolhem, e que estão dispostos a serem seus padrinhos (Zerbinatti; Kemmermeier, 2014).

É fundamental compreender que o apadrinhamento não deve ser confundido com a adoção, uma vez que não implica na transferência da guarda da criança para o padrinho ou madrinha. No apadrinhamento, essas pessoas fornecem material de apoio afetivo à criança, mas não estabelecem um vínculo legal de filiação.

As relações entre as pessoas devem ser de natureza afetiva e com escopo de constituição de família, para que se constitua estado de parentalidade e de filiação. Devem ser

desconsideradas como tais as que tenham outro escopo ou interesse, ainda que haja convivência sob o mesmo teto. Não há afetividade familiar no acolhimento doméstico que uma pessoa dá a uma criança desabrigada, ou na relação social entre padrinhos e madrinhas e seus afilhados, ou na prática de apadrinhamento de criança que viva em instituição de acolhimento. Nas hipóteses de padrinhos e madrinhas, há estreita relação afetiva, mas não há relação de filiação (Lôbo, 2023, p. 269).

O artigo 19-B do ECA vai estabelecer os critérios para o programa de apadrinhamento, dentre eles a idade mínima para ser padrinho ou madrinha, a prioridade do perfil de crianças e adolescentes que devem ser apadrinhados e a possibilidade do apadrinhamento por pessoas jurídicas:

Art. 19-B. A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.

§1º O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

§2º Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.

§3º Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

§4º O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.

§5º Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por órgãos públicos

ou por organizações da sociedade civil.

§6º Se ocorrer violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão imediatamente notificar a autoridade judiciária competente (Brasil, 1990, cap. III, art. 19-B).

É importante ressaltar que não existe uma padronização nacional para o programa de apadrinhamento previsto na lei. A responsabilidade pela criação e organização do programa é atribuída às instituições interessadas, que devem definir os requisitos necessários, desde que estejam em conformidade com as diretrizes gerais, conforme especificado nos parágrafos 2º e 3º do artigo supracitado: podem se tornar padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de dezoito anos que não estejam inscritas nos programas de adoção, bem como as pessoas jurídicas (Brasil, 1990).

Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente não faça uma distinção explícita entre modalidades de apadrinhamento, é importante notar que o apadrinhamento pode ser classificado em diferentes categorias, com base nas práticas observadas nos programas que vigoram em diversos estados brasileiros. Como exemplo, destaca-se o apadrinhamento afetivo, que envolve uma pessoa que assume o papel de padrinho ou madrinha e proporciona afeto à criança, oferecendo-lhe a oportunidade de vivenciar um ambiente familiar. Isso pode incluir passeios fora da instituição e celebrações de datas especiais, como Natal, Páscoa e Dia das Crianças. O apadrinhamento financeiro, que se concentra em fornecer material de apoio ou financeiro à criança apadrinhada. Nessa modalidade, o padrinho ou madrinha não desenvolve necessariamente um vínculo afetivo com a criança, mas contribui financeiramente para suprir suas necessidades. E o apadrinhamento por prestação de serviços, o qual envolve um profissional liberal que se inscreve no programa de apadrinhamento e presta

serviços a crianças e adolescentes envolvidos no programa, de acordo com suas áreas de especialização (Santos, 2021). Essas classificações podem variar de acordo com as práticas especificadas em cada programa de apadrinhamento, mas todas incluem o objetivo geral de fornecer apoio e oportunidades às crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional ou familiar.

O apadrinhamento tem sido promovido por abrigos, casas de acolhimento e pelo Ministério Público, e envolve um adulto que se compromete a ajudar na criação, educação e, muitas vezes, na convivência de crianças que precisam de apoio, disponíveis para adoção ou não. É importante destacar que o apadrinhamento não implica em nenhuma obrigação legal de prover alimentos ou na sucessão, mas sim na responsabilidade de cuidar da criança durante o período do apadrinhamento (Pereira *et al.*, 2023).

É evidente que o apadrinhamento vai além de garantir o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária. Os programas de apadrinhamento oferecem benefícios que vão além dos objetivos iniciais estabelecidos e sua importância é incalculável. Este projeto aborda a complexidade do desenvolvimento integral da criança e do adolescente, levando em consideração, inclusive, suas próprias experiências passadas, o que é crucial para fornecer novas perspectivas para o futuro. Nesse contexto, os padrinhos e madrinhas desempenham um papel fundamental, atuando como articuladores em conjunto com as instituições de acolhimento, e contribuindo para efetuar uma transformação significativa na vida das crianças e adolescentes.

E, no caso do programa de apadrinhamento afetivo em especial, a concretização do direito à convivência familiar e comunitária para crianças em acolhimento institucional é indiscutível,

transformando o curso de vida de indivíduos que estão atravessando uma fase de transição, descobertas e desenvolvimento de suas identidades. Nesse momento crucial, a presença de adultos que contribuam para a formação do caráter e para o desenvolvimento da autonomia social é fundamental, possibilitando a integração dessas crianças e jovens em uma variedade de contextos sociais, permitindo sua inserção em diferentes espaços de forma saudável e enriquecedora.

3 O FUNDAMENTO POR TRÁS DO INSTITUTO DO APADRINHAMENTO AFETIVO

Inicialmente, é importante notar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, especificamente em seu artigo 6º, estabelece a importância do respeito e da atenção aos fins sociais a ele relacionados. Aborda os direitos e deveres individuais e coletivos de cada criança e adolescente, considerando suas particularidades como pessoas em desenvolvimento. Isso deixa claro que ao longo de todo o Estatuto, os direitos da população infantoadolescente são protegidos, com o objetivo de garantir o seu bem-estar e proporcionar um ambiente de crescimento saudável e seguro. Nesse sentido, a Teoria da Proteção Integral desempenha um papel fundamental no sistema, pois traz uma abordagem sob a perspectiva da integralidade. Isso significa dizer que ela reconhece todos os direitos fundamentais que são inerentes à pessoa humana, bem como os direitos especiais resultantes da condição peculiar das pessoas em desenvolvimento. Esses direitos são interligados, produzidos e reproduzidos de maneira mútua e interdependente (Custódio, 2008).

Insta salientar que há diversos princípios que regem o Direito da Criança e do Adolescente e permitem maior e melhor atenção a esta população. Dentre eles, o interesse superior da criança desempenha um papel fundamental na

organização sistêmica do direito, abrangendo diversos campos, inclusive no próprio Direito da Criança e do Adolescente. Ele funciona como uma plataforma estruturante que orienta todas as ações destinadas a garantir a realização dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes. Em outras palavras, o interesse superior da criança é um princípio central que permeia todas as áreas do direito e tem como objetivo orientar e garantir a proteção e promoção dos direitos fundamentais das crianças (Custódio, 2008).

Ainda, o princípio da prioridade absoluta está intrinsecamente relacionado ao interesse superior da criança. Tanto o artigo 227 da Constituição Federal quanto o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, e que essa realização deve ser feita com absoluta prioridade. Isso significa que, em todas as ações e decisões relacionadas às crianças e aos adolescentes, a prioridade absoluta deve ser dada à garantia de seus direitos fundamentais, em consonância com o interesse superior da criança (Custódio, 2008).

A partir dessa análise acerca da proteção jurídica das crianças e adolescentes, destaca-se que o apadrinhamento surgiu como uma resposta para preencher as lacunas nos programas de acolhimento institucional. Essas lacunas eram evidentes porque as instituições de acolhimento, ao proteger os direitos das crianças e adolescentes, por meio da suspensão ou perda do poder familiar, muitas vezes não conseguiam garantir o direito à convivência familiar e comunitária, um direito garantido constitucionalmente. Portanto, o apadrinhamento foi desenvolvido como uma alternativa para proporcionar um ambiente mais próximo ao ambiente familiar e comunitário para as crianças e

adolescentes em acolhimento (Vidigal, 2020).

Nesse contexto, a presença de adultos comporta um papel crucial na vida de qualquer criança ou adolescente, especialmente aqueles que enfrentam danos evidentes acarretados pelo afastamento da família biológica. Nesse contexto, a existência de programas em nível nacional, estadual ou municipal que promovam a interação com adultos cuidadores externos ao ambiente de acolhimento institucional é fundamental. O Estatuto da Criança e do Adolescente também vai preconizar uma maior participação da comunidade nas atividades internas desses acolhimentos e regular a integração das crianças e dos adolescentes em famílias substitutas quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa, conforme disposto no artigo 92 do ECA (Goulart; Paludo, 2014).

Como alternativa para fomentar a convivência familiar e mitigar as consequências negativas decorrentes do tempo prolongado de institucionalização, alguns estados implementaram o acolhimento familiar. Esse programa consiste no acolhimento de criança ou adolescente por uma família enquanto são adotadas as medidas para seu retorno à família biológica ou seu encaminhamento para uma família adotiva. Entre os objetivos desse programa, destaca-se o cuidado individualizado e o fortalecimento dos vínculos comunitários entre crianças e adolescentes (Goulart; Paludo, 2014).

O programa de apadrinhamento afetivo, assim como o acolhimento familiar, representa uma das estratégias elaboradas para garantir os direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, mesmo quando estão distantes de seu ambiente familiar original. Embora o Programa não seja uma iniciativa direta do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, é reconhecido

como uma ação a ser encorajada na reorganização dos serviços de acolhimento (Goulart; Paludo, 2014).

Assim, a implementação dos programas de apadrinhamento se justifica na necessidade de garantir o direito à convivência comunitária e familiar das crianças e adolescentes. Isso ocorre devido às limitações das instituições de acolhimento em garantir a integridade desse direito para as crianças sob os seus cuidados. O apadrinhamento é uma abordagem que visa evitar que o acolhimento institucional comprometa os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, buscando, assim, conciliar os objetivos do acolhimento institucional com o direito à convivência familiar e comunitária (Santos, 2021).

Para Freitas (2018), o programa de apadrinhamento afetivo, desenvolvido pelo Poder Judiciário e implementado pelas Varas da Infância e da Juventude, por meio da adesão de magistrados, mostra-se eficaz ao romper com o ciclo de fragilidade enfrentado por crianças e adolescentes. Ao ser direcionado para aqueles que vivem em situação de acolhimento ou em famílias acolhedoras, visa estabelecer vínculos afetivos sólidos e duradouros entre eles e membros da comunidade satisfeitos a serem padrinhos e madrinhas. A construção dessa ligação afetiva desempenha um papel crucial na quebra do sentimento de abandono e na promoção da superação da autoestima, contribuindo para a formação de referências sociais tanto no presente quanto no futuro.

É importante permitir que crianças e adolescentes acolhidos entrem em contato com outras pessoas que possam proporcionar estabilidade ambiental e a oportunidade de formar novos laços afetivos. Isso é visto como uma condição crucial para a organização emocional dos seres humanos. Destaca-se que os vínculos afetivos positivos atuam como um “porto seguro” que protege contra os efeitos do estresse e da incerteza, além de

criar um contexto propício para o desenvolvimento da personalidade. A comunicação e o contato com outras pessoas são considerados necessidades humanas fundamentais para o desenvolvimento do sentimento de confiança por meio das ligações afetivas (Orengo *et al*, 2017).

Em sua pesquisa sobre a perspectiva do apadrinhamento afetivo dos jovens, Vidigal (2020) alerta que todos os entrevistados acolhidos têm uma vida social empobrecida, com poucos vínculos importantes, embora a intensidade dessas relações varie a cada caso. Eles contaram ter poucos amigos e relações familiares fracas ou inexistentes. Por outro lado, as relações com padrinhos e madrinhas foram destacadas como de grande importância para esses jovens. Os padrinhos e madrinhas foram presentes em momentos emblemáticos dos seus cotidianos, como formaturas, aniversários e até mesmo no momento do desligamento do serviço de acolhimento. Para alguns dos jovens, os padrinhos e madrinhas são apontados como a única referência afetiva importante em suas vidas, e sempre como uma das mais significativas. Essas relações oferecem segurança social e emocional não apenas no presente, mas também em relação a um futuro totalmente incerto.

O apadrinhamento afetivo vem evoluindo de acordo com o contexto atual, assim como a família e a questão do abandono. Isso levanta questões e reflexões, uma vez que é uma medida relativamente nova, com poucos estudos e experiências disponíveis. Embora o programa busque fornecer às crianças e aos adolescentes outras referências de vida e comunidade, além dos profissionais com os quais convivem, também levanta discussões sobre os vínculos criados nesse público. A vantagem de inserir uma criança em uma família por meio do apadrinhamento também traz a desvantagem de que o afilhado sempre estará ligado à instituição responsável, não

resultando em adoção direta. A participação no programa de apadrinhamento afetivo não é uma medida mais rápida para a adoção, e o cuidado do padrinho para com o afilhado não é tão próximo quanto a inserção efetiva em uma família adotiva. No entanto, o programa tem sido visto como uma medida próxima para proporcionar a convivência familiar e comunitária a crianças que estão em uma idade em que as chances de adoção ou retorno ao convívio familiar são remotas no contexto do país. Portanto, o apadrinhamento afetivo pode ser uma alternativa significativa para essas crianças em situação de acolhimento institucional (Zerbinatti; Kemmermeier, 2014).

4 REFLEXÕES SOBRE A RESTRIÇÃO AOS INSCRITOS NOS CADASTROS DE ADOÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS DE APADRINHAMENTO

Mesmo antes da introdução expressa no sistema jurídico brasileiro, de leis específicas sobre o apadrinhamento civil ou afetivo, os princípios constitucionais do melhor interesse da criança e do adolescente, associados aos princípios da dignidade da pessoa humana, da solidariedade, da responsabilidade, autorizam essa saudável prática de amparo e proteção às crianças que foram abandonadas e não encontraram pais adotantes, ou mesmo por não se tratar de casos de adoção. Em 2017, a Lei 13.509 alterou o ECA, introduzindo o artigo 19-B, estabelecendo expressamente sobre o apadrinhamento. Ainda que bem-intencionado, esta regra é perversa ao dizer que o padrinho não pode se tornar pai afetivo. A justificativa é que esta seria uma forma de burlar o cadastro da adoção. (Tartuce, 2023)

Conforme já delineado no tópico anterior, o parágrafo segundo do artigo 19-B do ECA enuncia que pessoas maiores de 18 anos, não registradas nos cadastros de adoção, têm a possibilidade de serem

padrinhos ou madrinhas, desde que atendam aos requisitos estabelecidos pelo programa de apadrinhamento ao qual deseja se vincular (Brasil, 1990). Especificamente este ponto da Lei 13.509/2017, que consagrou o instituto do apadrinhamento alterando o ECA, sofreu um veto presidencial, sob a alegação de que tal restrição traria prejuízos às crianças e adolescentes com remotas possibilidades de adoção. Ressalta-se que o veto foi derrubado e o dispositivo com a negativa reinserido na lei e, atualmente, a disposição impede que pessoas inscritas nos cadastros de adoção figurem como padrinhos ou madrinhas de crianças acolhidas.

Hodiernamente, tramita na Câmara de Deputados o Projeto de Lei nº 9.987/2018, que busca dar ao parágrafo segundo do artigo 19-B do ECA uma redação adequada e definitiva, com base na seguinte justificativa:

A não permissão de pessoa habilitada como pretendente aos programas de apadrinhamento afetivo não traz nada de positivo às crianças e aos adolescentes, além do que tira a possibilidade de que estes venham a encontrar, através de seus padrinhos e madrinhas, a família por adoção. Por isso, a norma, tal como posta, não atende ao princípio da absoluta prioridade que deve ser dada à criança e ao adolescente, previsto no art. 227 da Carta Magna (Brasil, 2018, p. 2).

Questiona-se, neste ponto, o que há de inapropriado na permissão para que potenciais adotantes se aproximem, por meio do apadrinhamento afetivo, das mesmas crianças e adolescentes que foram autorizados pelo Poder Judiciário a serem colocadas em famílias substitutas? A pergunta sugere uma reflexão sobre a adequação dessa possibilidade e se isso seria coerente. Nesse sentido, Santos (2021) assegura que permitiria que essa aproximação fosse algo adequado, especialmente porque aqueles habilitados à adoção deveriam ser os atores mais envolvidos em estabelecer convivência

com crianças e adolescentes que têm laços familiares rompidos e vivem em situações de acolhimento. Isso indica uma visão favorável à ideia de que potenciais adotantes também poderiam se envolver no processo de apadrinhamento afetivo.

Uma das alegações contra essa ideia é que isso poderia ludibriar a ordem estabelecida no Sistema Nacional de Adoção, prejudicando os pretendentes habilitados que não participassem do apadrinhamento. No entanto, Santos (2021) sugere que esse argumento deve ser enfraquecido pela centralidade do interesse da criança e do adolescente nos processos de adoção e pela ideia de que se procura uma família para uma criança, e não o contrário. Além disso, argumenta que a suposta burla à ordem do cadastro seria quase improvável, uma vez que o apadrinhamento é direcionado a crianças com chances remotas de serem colocadas em famílias substitutas. Portanto, a disputa em torno do cadastro perde importância ante à prioridade de garantir a convivência familiar e comunitária para a criança ou o adolescente. Ademais, os principais beneficiários do processo de adoção são as crianças e os adolescentes, não os adultos pretendentes à adoção. O Estado não deveria garantir o direito de ter filhos aos pretendentes à adoção, mas sim oferecer a possibilidade de acolher uma criança que terá seu direito garantido de viver em uma família (Hamad, 2002).

Outro argumento sugere que a chegada de uma criança que se encaixa no perfil desejado pelo pretendente pode gerar dificuldades de vínculo e possivelmente sentimentos de exclusão por parte do apadrinhado. Isso indicaria uma preocupação com o impacto que uma seleção baseada em um perfil emocional pode ter nas crianças, que se sentiriam rejeitadas ao perceberem que foram escolhidas apenas com base em características pré-determinadas. Sobre este argumento, Santos (2021) diz que seria importante questionar os pretendentes não habilitados para adoção

sobre seus desejos de ter filhos biológicos, supondo que essa intenção poderia se tornar uma restrição para a participação deles nos programas de apadrinhamento, uma vez que essa intenção poderia gerar sentimentos de exclusão por parte do afilhado, caso percebessem que foram escolhidos com base em critérios diferentes das crianças biológicas. Além disso, sugere que a presença ou ausência de filhos biológicos, sobrinhos ou outros parentes poderia se tornar um obstáculo para a formação de vínculos no apadrinhamento, o que abriria a possibilidade de várias restrições nos perfis dos candidatos a padrinhos. Portanto, a avaliação realizada pelas equipes técnicas responsáveis pelo programa de apadrinhamento deveria levar em consideração todas as motivações e particularidades das famílias envolvidas no processo de apadrinhamento, bem como das crianças a serem apadrinhadas.

Durante a sua pesquisa aos programas de apadrinhamento, Santos (2021) detectou que há duas correntes de execução do apadrinhamento afetivo: aqueles que

[...] permitem a inclusão de crianças e adolescentes de qualquer idade e sem situação processual definida, e aqueles que restringem o público-alvo às crianças e adolescentes destituídos ou em processo de destituição (Santos, p. 97, 2021).

No caso dos primeiros, a ênfase está em não haver intenção de filiação por parte dos candidatos a padrinhos e madrinhas, o que se mostra razoável. Por outro lado, nos programas que se limitam aos segundos casos, a intenção de filiação não é vista como um problema, mas sim como algo que pode promover a aproximação e a formação de vínculos que poderiam levar a uma colocação em família substituta favorável. Portanto, nesse viés, o tipo de programa de apadrinhamento influencia a dinâmica das relações entre padrinhos e madrinhas e

crianças e adolescentes, bem como as expectativas em relação à filiação.

Goulart e Paludo (2014), concluíram em sua pesquisa que o programa apadrinhamento afetivo representa uma oportunidade para aqueles que crescem em ambientes institucionais. Embora a temporariedade esteja enfatizada tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente quanto na Lei 12.010, que altera o artigo 19 e estipula um período máximo de dois anos em acolhimento, é evidente que quando há destituição do poder familiar o interesse primordial é inserir a criança em uma família substituta. Contudo, a realidade demonstra a escassez de famílias dispostas a adotar crianças com mais de oito anos. Diante disso, urge uma maior divulgação e investimento em programas que promovam o cuidado e a convivência familiar e comunitária, como o apadrinhamento afetivo. O papel dos cuidadores é vital para aqueles que experimentaram perdas evidentes. A possibilidade de estabelecer novos laços familiares com base no afeto possui um custo modesto, mas um impacto significativo e transformador. A reestruturação dos conceitos afetivos e familiares, fomentada pelo contato entre padrinhos e afilhados, contribui para fortalecer a confiança, a esperança e os laços familiares. Essa interação permite aos afilhados enriquecimento social e cultural, além de oferecer exemplos e modelos de convívio familiares. As experiências emocionais vivenciadas em um ambiente familiar consolidam práticas afetivas essenciais para a formação moral e social dos afilhados.

Outra contribuição crucial é concedida aos adolescentes quando atingem a maioridade e precisam sair de uma instituição de acolhimento. Nesse momento, o padrinho e a madrinha assumem um papel afetivo e emocional importante. Saber que tem alguém fora do contexto institucional facilita essa transição e reduz a sensação de solidão. Assim, o programa apadrinhamento

afetivo surge como uma alternativa de cuidado e proteção eficaz para aqueles que não têm mais chance de serem reintegrados à família de origem e para aqueles com chances remotas de adoção (Goulart; Paludo, 2014).

No mesmo sentido, Freitas (2018) dispõe que o apadrinhamento afetivo, ao proporcionar a construção de vínculos sólidos, pode surgir como um caminho possível para o êxito na adoção tardia, sem desconsiderar o devido processo legal, pensando na ideia de que somente crianças que não estejam mais na lista prioritária para adoção poderiam ser apadrinhadas, evitando qualquer contorno indevido no Cadastro Nacional de Adoção. Nesse contexto, os padrinhos teriam a oportunidade de oferecer afeto e, reciprocamente, recebê-lo, abraçando bebês que, na tenra idade, carregam as marcas de dor, sofrimento, maus tratos e abandono. Nesse contexto, os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, como instâncias responsáveis pela deliberação e controle das ações voltadas para a infância e adolescência, desempenhariam um papel fundamental, especialmente no âmbito municipal, fomentando debates e divulgando informações sobre a relevância do apadrinhamento afetivo e da adoção tardia. A promoção de cartilha, cartazes e materiais informativos para este propósito pode ser financiada pelos recursos dos fundos municipais da criança e do adolescente, uma vez que visam garantir os direitos fundamentais dessa população.

5 CONCLUSÃO

O apadrinhamento afetivo busca criar vínculos emocionais sólidos e duradouros entre crianças e adolescentes e indivíduos da sociedade que desejam ser padrinhos ou madrinhas. Esses “padrinhos” têm a oportunidade de visitar seus afilhados na instituição de acolhimento, levá-los para passeios nos finais de semana, em viagens, hospedá-los

em suas casas durante férias e feriados, oferecer orientação acadêmica, dar suporte e direcionamento quando eles se tornam adolescentes, acompanhar em consultas médicas e muito mais. Em essência, além do afeto, eles proporcionam uma convivência familiar e comunitária.

Ademais, os padrinhos podem oferecer conselhos e participar ativamente da rotina da criança ou do adolescente em diferentes momentos de suas vidas, como reuniões escolares, auxílio nas tarefas, cuidados médicos e odontológicos, e, claro, momentos de lazer e convivência. É crucial ressaltar que a atenção e o afeto fornecidos ao afilhado são mais eficazes do que palavras, principalmente considerando os desafios enfrentados por crianças e adolescentes, como baixa autoestima, sensação de abandono e dificuldades de socialização e formação de vínculos. Por isso, a responsabilidade emocional do padrinho com a criança é substancial. Estabelece-se uma relação de amizade e confiança, exigindo que haja certeza na decisão de participar do programa de apadrinhamento. É essencial ter disponibilidade emocional e de tempo a longo prazo. Nessa relação, o padrinho afetivo deve compreender a importância da continuidade e estabilidade, mantendo uma presença constante na vida da criança ou do adolescente.

O apadrinhamento se mostra como uma resposta da Sociedade e do Estado à ausência da família e, portanto, deve ser pensado em relação à família de origem (e extensa) e em relação à família substituta. Isso significa que o apadrinhamento precisa ser claramente diferenciado da adoção, delineando as distinções jurídicas entre essas duas formas de cuidado e proteção, e, ao mesmo tempo, é relevante aproximar o apadrinhamento dessas formas de cuidado, confirmando que a adoção e o apadrinhamento não têm ligações diretas, embora se espere que a relação entre o padrinho e o afilhado seja estável e forneça suporte afetivo

semelhante ao que seria encontrado no contexto familiar.

O processo de inclusão do apadrinhamento afetivo no Estatuto da Criança e do Adolescente envolve debates sobre a restrição ou não da participação de pretendentes habilitados à adoção no Sistema Nacional de Adoção (SNA) como padrinhos afetivos. Aqueles que se opõem à restrição argumentam que parte das crianças e adolescentes têm conseguido adoção por meio da participação em programas de apadrinhamento afetivo, construindo gradualmente vínculos com possíveis adotantes. Por outro lado, os defensores da restrição acreditam que isso poderia potencialmente levar a situações que burlam a ordem do SNA e criar expectativas frustrantes para as crianças apadrinhadas, que poderiam ver seus padrinhos adotando outras crianças quando chegarem a sua vez para o perfil desejado. É uma questão complexa que envolve considerações sobre o melhor interesse das crianças e adolescentes envolvidos e a integridade do sistema de adoção.

Fica claro que há uma motivação latente externa para viabilizar adoções por meio do apadrinhamento afetivo. Isso se justifica pela percepção de que o apadrinhamento é considerado uma estratégia mobilizadora para adoção nos planos de ação do judiciário, pois possibilita a criação de vínculos prévios entre pretendentes à adoção de crianças/adolescentes. Nesse sentido, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, não há nada de censurável em viabilizar a adoção de crianças e adolescentes a partir do apadrinhamento. No entanto, parece certo de que a coerência desse processo deve depender da restrição do apadrinhamento afetivo realizado por pretendentes à adoção apenas a crianças e adolescentes com situação processual definida, ou seja, aqueles que estão legalmente disponíveis para adoção. Além disso, destaca-se que o apadrinhamento afetivo por parte de

famílias que não têm intenção de adotar pode ser considerado, desde que envolva crianças que mantêm contato com suas famílias de origem. Todas essas particularidades podem ser contempladas no processo de preparação e pareamento entre padrinhos/madrinhas e crianças/adolescentes, de forma a atender às necessidades e interesses de todas as partes envolvidas.

Nesse sentido, o apadrinhamento é uma alternativa significativa para garantir o direito das crianças e adolescentes à convivência familiar, especialmente para aqueles que têm poucas chances de adoção ou de retorno à família de origem. No entanto, é importante que o programa de apadrinhamento continue a ser individualizado e personalizado, levando em consideração cada caso e situação específica. O que implica não apenas apoiar e supervisionar os adultos envolvidos nessa relação (padrinhos/madrinhas), mas também prestar atenção às necessidades e bem-estar das crianças e adolescentes beneficiados pelo apadrinhamento. Portanto, a abordagem deve ser cuidadosa e adaptada às situações individuais, garantindo que todos os aspectos da relação sejam atendidos de forma específica e que o apadrinhamento alcance seus objetivos de promoção da convivência familiar e comunitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei 9.987 de 11 de abril de 2018.** Dá nova redação ao §2º do art. 19-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras

providências. Brasília, DF: Câmara de Deputados, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2171369>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescente. Acesso em: 10 set. 2023.

CUSTÓDIO, André Viana. Teoria da Proteção Integral: pressuposto para compreensão do direito da criança e do adolescente. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, n. 29, p. 22-43, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rdunisc.v0i29.657>. Acesso em: 9 set. 2023.

FARIELLO, Luiza de Carvalho. Apadrinhamento afetivo proporciona convivência familiar para crianças. **Agência CNJ de Notícias**. [Brasília, DF], 15 jun. 2015. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/apadrinhamento-afetivo-proporciona-convivencia-familiar-para-criancas-do-df/>. 2015. Acesso em: 8 set. 2023.

FREITAS, Jucelia Oliveira. O apadrinhamento afetivo como caminho para a adoção. **Caderno IEP/MPRJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jun. 2018. Disponível em: <https://ierbb-certificado.mprj.mp.br/publicacoes/caderno-iep/mprij>. Acesso em: 9 set. 2023.

GOULART, Juliana Soneto; PALUDO, Simone dos Santos. Apadrinhamento Afetivo: construindo laços de afeto e proteção. **Revista Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 35-44, jan./mar., 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index>.

php/revistapsico/article/view/12439. Acesso em: 7 set. 2023.

HAMAD, Nazir. **A criança adotiva e suas famílias**. v. 1, 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias**. v. 5, 13. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. *E-book*.

ORENGO, Letícia *et al.* Apadrinhamento afetivo: uma oportunidade de construção de novos vínculos. **Publicação CEPIA**, Porto Alegre, n. 26, p. 99-109, 2017. Disponível em: https://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/Apadrinhamento_Afetivo. Acesso em: 7 set. 2023.

PEREIRA, Carlos Eduardo *et al.* Sistema institucional de acolhimento: obrigatoriedade de desligamento após a maioridade civil do adolescente. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 23, n. 1, p. 51-66, jan./abr., 2023. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/issue/view/264>. Acesso em: 7 set. 2023.

SANTANA, Tayna Chirlene Palmeirim; CONTRETAS, Mariana Margutti. O apadrinhamento afetivo como alternativa eficaz ao processo de adoção: ações desenvolvidas pelo Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Macapá, estado do Amapá. **Revista Multidisciplinar do CEAP**, Macapá, v. 2, n. 1, jan./jun., 2020. Disponível em: <http://periodicos.ceap.br/index.php/rcmc/article/view/47/35>. Acesso em: 7 set. 2023.

SANTOS, Jacqueline Ferreira dos. **Apadrinhamento afetivo: contribuições na interface entre a Psicologia e o Direito**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-14102021-192444/publico/s>

[antos_corrigida.pdf](#). Acesso em: 7 set. 2023.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito de família**. v. 5, 4. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. *Ebook*.

VIDIGAL, Claudia de Freitas. **Apadrinhamento afetivo: a perspectiva dos jovens**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/23319>. Acesso em: 9 set. 2023.

ZERBINATTI, Aline Gabrielle; KEMMERMEIER, Verônica Suzuki. Padrinhos afetivos: da motivação à vivência. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 6, n. 2, jul./dez., p. 85-95, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/pssa.v6i2.362>. Acesso em: 7 set. 2023.



JAMILA PÉTERLE DOS SANTOS

Mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC (2024). Graduada em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC (2020). Advogada atuante nas áreas de família, sucessões, consumidor e previdenciário.



ISMAEL FRANCISCO DE SOUZA

Doutor em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – RS (UNISC); Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, graduado em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Professor e pesquisador Permanente do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Direito e da graduação

em Direito. Coordenador do Grupo de Pesquisa: Direito da Criança e do Adolescente e Políticas Públicas e do Núcleo de Pesquisa em Política, Estado e Direito (NUPED).

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior (PROSUC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

A educação sob a perspectiva de gênero

Education from a gender perspective

Marli Marlene Moraes da Costa, Etyane Goulart Soares^a.

^aUniversidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: etyanesoares@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral analisar a história das universidades no Brasil e o desenvolvimento dos estudos de gêneros. Dessa forma, dividiu-se o artigo em três momentos, nos quais o primeiro busca: verificar a educação superior no Brasil: a história e o surgimento das Universidades; o segundo: avaliar a contribuição das universidades comunitárias e públicas e o crescimento da educação e instituições de ensino superior; por fim, o terceiro momento busca: debater a necessidade uma educação emancipatória e com perspectiva de gênero. O problema de pesquisa quais os propósitos desenvolvidos nas universidades comunitárias e públicas para uma educação com perspectiva de gênero? A hipótese apresentada é a que a educação com perspectiva de gênero é o caminho a trilhar quando necessitamos de uma sociedade mais justa em todas as esferas e contextos sociais. A pesquisa aqui exposta é qualitativa, empregando-se o método hipotético-dedutivo, mediante técnica de pesquisa bibliográfica e exploratória.

Palavras-chave: Educação; feminismo; gênero; universidades.

Abstract: From the moment that schools and universities implement an effective agenda, focused on gender studies in Brazil, it will be possible to revisit in history how different societies developed their own notions regarding what it means to "be a man" or to be a "woman" the "male or female". This article aims to analyze the history of universities in Brazil and the development of gender studies. The second seeks to find out how community and public universities can contribute to a greater awareness in the academic environment about the sexist and secular patriarchal culture, which subjugates, discriminates and disregards women. Finally, in the third moment, we seek to discuss the need for an emancipatory education with a gender perspective from the new Law 14.164/2021, which amends Law No. 9,394, of December 20, 1996 (Lei de Diretrizes and Bases of National Education), to include content on the prevention of violence against women in basic education curricula, and institutes the School Week to Combat Violence against Women. The research problem is: what are the proposals developed in community and public universities for an education with a gender perspective? The research presented here is qualitative, using the hypothetical-deductive method, using a bibliographic and exploratory research technique. This is an original research, which can contribute to the study of the subject that is little explored in the academy.

Keywords: Education; feminism; gender; universities.

Submetido em: 30/11/2023.

Aceito em: 12/03/2024.

1 INTRODUÇÃO

A educação desempenha um papel central, possibilitando o crescimento e o

desenvolvimento, tanto sob a ótica econômica quanto social. Nesse sentido, uma educação emancipatória com perspectiva de gênero se torna

fundamental para compreensão entre os indivíduos, inclusive com o papel das universidades e dos estudos de gênero como fomento para uma transformação necessária.

Nesse contexto, o artigo foi construído a partir da seguinte pergunta: quais os propósitos desenvolvidos nas universidades comunitárias e públicas para uma educação com perspectiva de gênero? A hipótese inicial é que a educação com perspectiva de gênero é o caminho a ser trilhado quando necessitamos de uma sociedade mais justa em todas as esferas e contextos sociais.

Com o objetivo geral, a pesquisa busca analisar a história das universidades no Brasil e o desenvolvimento dos estudos de gêneros. Para dar concretude ao objetivo geral, os objetivos específicos da pesquisa, são dispostos em três seções: a) verificar a educação superior no Brasil: a história e o surgimento das Universidades; b) avaliar a contribuição das universidades comunitárias e públicas e o crescimento da educação e instituições de ensino superior; c) debater a necessidade de uma educação emancipatória e com perspectiva de gênero.

O seguinte estudo se apresenta como pesquisa qualitativa, característica das ciências sociais, e tem como método o hipotético-dedutivo, pois parte de uma hipótese inicial para, posteriormente, realizar suas deduções acerca da confirmação da hipótese em casos gerais.

A pesquisa também possui finalidade exploratória, mediante o emprego de técnica de pesquisa bibliográfica, a partir de livros, matérias, revistas e artigos científicos sobre a temática.

2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A HISTÓRIA E O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES

Ao longo da história, nas mais diferenciadas comunidades, distintos grupos sociais construíram modos

diversos de conceber o espaço e o tempo: reconheceram diferentes formas de ver o tempo do trabalho e o tempo do ócio; o espaço da rua ou o da casa; deliberavam os lugares proibidos ou permitidos, e muitas vezes determinavam os sujeitos que podiam ou não transitar nesses espaços; decidiam qual o período que importava o da vida ou o depois dela; mostravam as formas aceitáveis para cada pessoa gastar ou ocupar o seu tempo. Diante de muitas práticas e instituições, essas perspectivas foram e são analisadas, aprendidas e interiorizadas. A educação é a parte mais importante desse processo, pois ela auxilia na determinação dos hábitos e costumes vividos em uma sociedade (Louro, 2020).

A educação superior demorou a ser assumida no Brasil. A constituição da universidade, propriamente dita, deu-se somente no início do século XX. Apesar do

evidente atraso, isso não significou a total ausência do ensino superior no país (Sampaio, 2000). No período do Brasil colonial, colégios jesuítas já ofereciam cursos superiores, com a vinda da família real, em 1808, passaram a ser criadas “cadeiras isoladas de ensino superior e faculdades isoladas” (Rossato, 1998, p. 109).

Na Constituição de 1891, as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas já tiveram seu espaço reconhecido, com iniciativas particulares católicas, além de instituições laicas provenientes de iniciativas de elites locais preocupadas em levar o ensino superior para seus estados. Desmistificando algumas análises correntes, percebe que esses empreendimentos privados representavam, na época, muito mais um setor que se constituía paralelamente ao estatal, do que uma relação de subordinação e complementaridade do privado para com o público (Sampaio, 2000).

As universidades representam uma das instituições mais indispensáveis da

sociedade, seu papel significativo, deve ser compreendido como produto da história humana. Nesse sentido, a educação superior se mostra crucial, por isso é de suma importância analisar sua evolução ao longo do tempo. Por isso, a história da educação demarcada pela própria temporalidade, à história se constitui em meio a conflitos e confluências entre os mais variados estratos sociais.

No Brasil a primeira instituição de ensino superior criada foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no ano de 1792. Conforme o Ministério da Educação-MEC, atualmente existem no Brasil 2.680 instituições de ensino superior entre organizações públicas e privadas, divididas conforme a denominação acadêmica em Universidades, Centros Universitários, Faculdades e Institutos Federais (Brasil, 2020).

As primeiras faculdades brasileiras só foram instaladas a partir da vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. As instituições eram marcadas por duas particularidades principais que predominaram no processo de desenvolvimento da educação: a orientação para a formação profissional e o controle do Estado sobre o sistema. Diante disso, foram apenas no final do Império e com a instauração da República que se delinearam os traços de uma política educacional estatal, essa organização é fruto do próprio fortalecimento do Estado sob a forma de sociedade política (Freitag, 2017).

Pois, até então a política educacional era feita quase que exclusivamente feita pela Igreja no âmbito da sociedade civil. Diante disso, foi nesse período que ocorreu um crescimento significativo de Escolas Superiores isoladas, assim como se multiplicaram as tentativas de criação das primeiras Universidades.

A organização da educação no ensino superior no Brasil, baseada em Universidade, na forma como identificamos hoje, e por determinação do

Governo Federal, só ocorreu a partir da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Posteriormente, foi criada, em 1927, a Universidade de Minas Gerais, só após a instituição do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, é que outras Universidades surgiram. Em destaque, como uma das mais importantes, criada e organizada segundo as normas dos Estatutos, a Universidade de São Paulo (USP), em 25 de janeiro de 1934, a universidade estava ligada aos acontecimentos políticos- militares que marcaram o início da década de 1930 (Fagundes, 2012).

Nesse contexto, a universidade foi concebida como a geradora da ciência e formadora das elites para retornar a hegemonia, os fundadores da Universidade de São Paulo, é declaradamente liberal e não pensam a educação para elevar as massas. Um dos fundadores, Fernando de Azevedo, mencionava acerca que ou nós educamos o povo para que dele surjam as elites, ou formamos as elites para compreender as necessidades de educar o povo, a opção mais plausível para um liberal foi a segunda opção (Fagundes, 2012). É marcante na sociedade brasileira, a concepção de educação superior voltado para formação de profissionais liberais:

A esperança de ter um filho Doutor, ou seja, um profissional liberal esteve e está profundamente enraizada nas famílias da elite ou que se aspirem pertencer a ela. Esse traço da nossa sociedade condicionou o desenvolvimento do sistema de ensino superior, desde a sua origem aos dias atuais, exerceu uma enorme influência em termos da demanda por educação superior (Oliven, 1990, p. 65).

Outro marco importante na educação brasileira foi a Reforma Francisco Campos, em 1931, que atingiu todos os níveis de educação e definiu, pela primeira vez, o formato legal ao quais as universidades, a serem organizadas, deveriam obedecer. A Reforma tinha uma forte tendência centralizadora, previa a

regulamentação de toda educação superior, tanto no setor público, quando do privado, pelo governo central. Diante disso, também definia como deveria ser a administração central das universidades, composição do corpo docente, cobrança de anuidades, escolha de reitores e organização estudantil (Sampaio, 2000).

A Reforma Francisco Campos foi instituída pelo Decreto nº 19. 851/ 31, estabelecendo que a educação superior no Brasil obedecesse, preferencialmente, aos sistemas universitários, podendo, ainda ser ministrado em instituições isoladas. A nova legislação também não deixou exclusividade ao modelo de universidade pública- a principal bandeira do movimento dos anos de 1920. A universidade deveria organizar-se em torno de uma faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, cujo objetivo era a formação de professores para educação secundária. Embora essa missão não fosse incompatível, acabou sobrepondo-se à produção do conhecimento e à prática da pesquisa (Sampaio, 2000, p. 45).

Cabe destacar, que Anísio Teixeira na década de 90, criou a Universidade do Distrito Federal que, mais tarde, no Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema, incorpora-se à Universidade do Brasil. Também, em 1935, foi criada a Universidade de Porto Alegre, a primeira a incluir em sua estrutura uma Faculdade de Estudos Econômicos, a partir de então, começaram a surgir universidades públicas e privadas por todo território nacional (Romanelli, 2007).

Diante disso, cabe salientar que a década de 90 foi pautada por uma intensa disputa entre as elites católicas e laicas em relação ao controle sobre a educação, em especial sobre a educação superior. Pois, foi na área da educação que o pacto entre a igreja católica e o estado se mostrou de forma mais clara, porém, impossibilitava de controlar a educação pública, ela cria suas próprias universidades na década de 1940. Embora a igreja tenha buscado seus próprios caminhos na década de 1940, não

significou um rompimento total com o Estado (Romanelli, 2007).

A educação superior católica, no Brasil, esteve sempre paralela ao setor público, especialmente na educação superior, está na base dessa relação à dependência financeira que as instituições católicas sempre pleitearam e, alguns períodos, conseguiram manter com relação ao Estado.

Já, durante o período de 1945 a 1955, são criadas várias universidades federais, oriundas da união de institutos estaduais, federais e particulares. Nesse período, também são federalizadas, várias instituições de ensino superior. Por exemplo, em 1950, foram federalizadas, além das universidades estaduais da Bahia, a de Recife, Porto Alegre e Paraná, mais 24 faculdades isoladas, muitas delas privadas.

Entre 1945 e 1964, percebe-se uma fase de integração da educação superior. Isso se deve tanto à federalização de instituições de ensino superior, quanto à criação de universidades através de vinculação administrativa de faculdades existentes. Ou seja, no final desse período, a educação superior estava organizada de forma predominantemente universitária, diante de 65%, dos estudantes estavam matriculados em universidades (Cunha, 2018). Nesse sentido:

O sistema de educação sofria pressões, tanto na sociedade, como do próprio sistema educacional para se expandir. Essas pressões refletiam as transformações profundas pelas quais passava o País. Entre as transformações em movimento, destaca: consolidação da sociedade urbano-industrial através do processo de substituição de importações no âmbito de um projeto nacionalista. O crescimento médio anual das matrículas na educação superior passou de 2,4, no período 1932/45, para 12,5% no período 1945/64. Com relação às pressões do próprio sistema educacional, o aumento de vagas no Ensino Médio e a "lei de equivalência", que permitia aos egressos dos vários cursos técnicos prestarem vestibular para qualquer

curso superior, foram forças para que aumentaram a demanda pela educação superior. É relevante considerar que, se nos anos de 1950, os cursos oferecidos estavam voltados para formação de profissionais liberais, após este período, final de 1950 a 1960, há uma predominância no oferecimento de cursos voltados para a formação de professores em faculdade de Filosofia, Ciência e Letras. Estas faculdades eram instaladas, em grande número, no interior dos estados (Oliven, 1990, p. 66).

Diante da expansão das instituições de ensino diante do oferecimento de cursos voltados para a formação de professores não é aleatória e responde a três fatores. O primeiro relaciona-se com a legislação, a de 1931, que favorecia a criação de cursos nestas áreas; o segundo deve-se à existência de clientela que estava motivada pelas oportunidades de acesso à educação superior e de carreira para o magistério; e como terceiro, observa-se uma estratégia das instituições que, para se expandir, oferecem cursos de baixo custo e, com isso, não precisam dispor de inúmeros recursos financeiros (Sampaio, 2000). Nota-se com isso,

O início dos anos de 1960 foi possível perceber o crescimento das instituições de educação superior, após este período, até 1980, a expansão foi ainda maior. Para entender este fenômeno, é necessário observar como se comporta a sociedade. Se neste primeiro período, tendo em vista uma sociedade industrial e urbana, houve um fortalecimento do ensino público de grau médio que favoreceu a criação de uma clientela para educação superior, agora, nos anos de 1960 até 1980, com o desenvolvimento das burocracias estatais e das empresas de grande porte, o diploma do curso superior passou a ser uma exigência, com maior frequência, do mercado de trabalho (Oliven, 1990, p. 74).

O que ocorre na Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB de 1961, a qual foi um importante marco para expansão da educação superior no Brasil. No sentido, que diferente da reforma de 1931, esta não

mais insistia que a educação superior fosse oferecida preferencialmente em instituições universitárias. As universidades que gozavam de autonomia, os Conselhos Estaduais de Educação e o Conselho Federal de Educação, foram três órgãos que ficaram responsáveis pela criação de novos cursos (Sampaio, 2000).

Já a partir de meados da década de 1960 que a expansão do sistema de educação superior adquire novas e importantes características, com a possibilidade de abertura de novos cursos, em vinte anos, 1960 até 1980, o número total de matrículas na educação superior passou de cerca de 200.000 para 1,4 milhão, sendo os anos de 1968, 1970, 1971 os que apresentaram as maiores taxas de crescimento. O setor que mais cresceu neste período foi o privado, embora seja importante considerar que o setor público também apresentou crescimento, mas não na mesma proporção. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB de 1961 sintetizou a vitória da corrente privatista em detrimento da campanha por educação pública (Cunha, 2018).

Outro marco indispensável foi a Lei 5.540/1968, conhecida como Reforma Universitária, pois produziu profundas mudanças na educação superior do Brasil. Entre as medidas tomadas, destacam-se a abolição da cátedra, instituição do departamento como unidade mínima de ensino e pesquisa, criação de sistema de institutos básicos, estabelecimento do currículo em duas etapas, uma básica e a outra de formação profissional, alteração no vestibular, passando de eliminatório para classificatório, criando o sistema de crédito e semestralidade, estabelecimento de duplo sistema de democratização um vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de cursos, que deveriam reunir os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por um currículo, integração das escolas e institutos na estrutura

universitária, institucionalização da pesquisa (Cunha, 2018).

Diante disso, para Oliven (1990, p. 71),

estas mudanças provocadas pela Reforma Universitária de 1968 foram dirigidas mais especificadamente para os estabelecimentos públicos de ensino. (Oliven, 1990, p. 71).

Segundo Romadelli (2007, p. 205) foi a forte demanda social por

educação, resultante de dois fatores: primeiro, a implantação de indústria de base, acelerada, sobretudo na segunda metade da década de 1950, que criou uma quantidade significativa de novos empregos; segundo, a deterioração dos mecanismos tradicionais de ascensão da classe média. (Romadelli, 2007, p. 205).

Essa ideia é confirmada por Cunha (2018) nestes termos:

Nos anos que se sucederam à Reforma Universitária de 1968, cresce significativamente o número de instituições de pequeno porte; são privadas e muitas delas têm suas origens em escolas secundárias. Para atender à demanda por curso superior, objetivando aumentar a oferta de vagas, foram criadas novas carreiras, sobretudo nas áreas sociais e em novas áreas profissionalizantes. As instituições que expandiam o número de cursos estavam localizadas nas capitais, por outro lado, as instituições que estavam sendo criadas localizavam-se no interior, em cidades de médio porte e eram constituídas em torno de um curso superior (Cunha, 2018, p. 115).

Nesse contexto, é nítido observar que o Estado, ao mesmo tempo em que normatiza o funcionamento da educação superior no País, autoriza a criação de novas instituições e novos cursos. Com isso, ela se desobriga do oferecimento da educação superior gratuito, pois, não havendo vagas nas instituições públicas, os interessados em obter título de nível superior vão buscar uma alternativa, que são as instituições privadas, através das instituições confessionais e não confessionais, cujo crescimento é significativo. Após essas considerações, na

seção seguinte, parte-se para o estudo sob a ótica da contribuição das universidades comunitárias e públicas e o crescimento da educação e instituições de ensino superior no país.

3 A CONTRIBUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS E PÚBLICAS: O CRESCIMENTO DA EDUCAÇÃO E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

A educação desempenha papel norteador e central, possibilitando o crescimento e o desenvolvimento, tanto sob a ótica econômica quanto social. Neste sentido, as Instituições de Ensino Superior (IES) se destacam entre as muitas instituições envolvidas no processo de crescimento e desenvolvimento econômico regional. Nesse sentido, considerando que as IES, contribuem para formação de mão de obra qualificada, no desenvolvimento de novas habilidades e de novas ideias, torna-se clara sua importância, conforme apontado no processo de desenvolvimento econômico regional, crescimento da produtividade e geração de inovação (Câmara; Caldarelli, 2014).

O crescimento da educação e econômico tenha sido uma questão muito discutida contemporaneamente e diversas universidades do pensamento econômico tenham tentado teorizá-lo com análises e proposições, não há, e muito longe está de haver, um consenso sobre o seu conceito. Pois, este é tratado de formas diferentes entre as escolas modernas, levando frequentemente a noções equivocadas sobre o seu significado.

Portanto, não há uma teoria única, são várias teorias de crescimento: neoclássica, institucionalista, neoshumpeteriana, evolucionária, minskyana, pos-keynesiana, marxista, etc. O desenvolvimento também pode ser entendido sob diferentes óticas, considerando tanto aspectos mais econômicos como questões relativas ao

bem-estar humano (Câmara; Caldarelli, 2014).

Por exemplo, na visão neoclássica o crescimento das universidades e econômico é uma relação causal e não um processo, medido por variações quantitativas no produto per capita, ou de forma similar. Diante disso, a teoria neoclássica não considera a mudança na economia, seu movimento, sua mutação. Os seus modelos de estabilidade, sincronia e bons fundamentos foram impostos de forma muito forte, transformando-se na visão tradicional, supondo trajetórias predeterminadas (Câmara; Caldarelli, 2014).

Conforme os diferentes modelos tradicionais de crescimento exógeno que não contemplam as mudanças existentes entre os países, a teoria econômica deve considerar simultaneamente o processo de mudança técnica e a eficiência dinâmica das universidades e instituições do mercado de trabalho, requisitos para o crescimento e o desenvolvimento econômico. Posto que, os modelos tradicionais não conseguem tratar de diferenças, pois consideram as homogeneidades, não incorporando nas especificidades (Boyer, 2013).

Ademais, as universidades e as instituições de ensino se destacam na promoção do desenvolvimento econômico local e nacional, a partir desta interação com as empresas na busca de inovações, o que é facilitado por meio dos parques tecnológicos, das incubadoras e escritórios de transferência de tecnologia e de registro de patentes, também denominados de redes colaborativas. As universidades comunitárias e privadas como peculiaridade regional é reconhecida pela importância das IES na qualificação da mão de obra, no desenvolvimento de novas ideias e habilidades o que contribui para surgimento de inovações, aumento na produtividade e desenvolvimento econômico (Câmara; Caldarelli, 2014).

Tecendo sobre a historicidade e a importância das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) têm sua origem no Brasil, nas escolas comunitárias surgidas junto com os imigrantes europeus no século passado. Além de sua herança cultural, os imigrantes também enfrentaram déficits em serviços básicos e indispensáveis à comunidade como educação, saúde, transportes e cultura, embora não sejam instituições estatais, as ICES não têm fins lucrativos, além de possuírem gestão democrática e participativa (Schmidt, 2010).

Também, para se captar o conceito de universidade comunitária, o primeiro passo a ser dado é colocá-la dentro de um contexto histórico, cultural e econômico. O segundo é vê-la também como imagem concreta, respeitando a construção e a sedimentação de cada entidade que assim se autodenomina. A universidade comunitária é definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no seu art. 20, pelo seu poder instituidor, ou seja, pela caracterização de ser instituída por um grupo de pessoas físicas e jurídicas e que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade, como se mencionou na citação da lei, anteriormente (Vanucchi, 2013).

Nesse contexto, em 26 de julho de 1995 foi criada a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias- ABRUC, que, muito embora tenha repetido a disposição da Lei de Diretrizes e Bases na Educação, trouxe em seu Estatuto 12 requisitos para que a mantenedora pudesse se enquadrar como universidade comunitária. Para, o ingresso e permanência de uma Instituição de Ensino Superior na ABRUC, é necessário também que a sua mantenedora preencha cumulativamente os seguintes requisitos: estar legitimamente constituída no país, sob a forma de fundação de direito privado, de associação ou de sociedade civil; pertencer o seu patrimônio a uma comunidade, sem dependência do poder público, de famílias, empresas ou outros grupos com interesses econômicos; aplicar

integralmente no território nacional suas rendas, recursos de qualquer espécie e eventual resultado operacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (Brasil, 1995).

Também, não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto; não privilegiar seus integrantes, associados, membros, participantes, instituidores ou filiados, na prestação de seus serviços; ter como instância máxima uma Assembleia ou Conselho com a participação de representantes da comunidade na qual está inserida; ter o controle da administração da gestão financeira de todos os seus recursos através de organismos com participação da comunidade à qual está vinculada e, no caso das fundações, também através do Ministério Público (Brasil, 1995).

Outros requisitos não remunerar seus dirigentes, integrantes, membros, participantes, instituidores ou filiados, com salários, vantagens, dividendos, bonificações ou parcelas de seu patrimônio, quando no desempenho de suas funções estatutárias, nada impedindo, entretanto, que eles recebam por seu trabalho, no exercício de funções docentes ou administrativas, nas instituições mantidas; destinar, em caso de dissolução ou extinção da entidade, o patrimônio remanescente a uma entidade pública com finalidades similares; ser reconhecida como entidade de Utilidade Pública Federal, Estadual ou Municipal; manter sempre presente sua objetiva social considerada a natureza e o interesse público de suas atividades; zelar para que o seu patrimônio e suas atividades estejam vinculados diretamente aos seus objetivos e funções (Brasil, 1995).

As Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) são as organizações da sociedade civil brasileira, que possuem, cumulativamente, as seguintes características: estão constituídas na forma de associação ou

fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público; patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público; não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão; possuem transparência administrativa; e preveem a destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênere (Schmidt, 2010). Nesse contexto,

As ICES são uma forma de instituição de ensino peculiar possui gestão de conselho comunitária, com representantes de diversos segmentos da sociedade civil local ou regional e em geral estão vinculadas a associações, igrejas e outras instituições, podendo ou não ser confessionais (mantidas por associações religiosas). Por não possuírem fins lucrativos, reinvestem suas receitas de forma a manter sua atividade, tendo sempre um compromisso social com as necessidades da região onde está situada. Embora sejam privadas, não possuem características comuns de instituições empresariais desta denominação, mas também não podem ser classificadas estritamente como públicas (Vanucchi, 2013, p. 56).

O que se torna inevitável a relação e a preocupação das instituições com o desenvolvimento e o crescimento da região onde estão localizadas, oferecendo serviços onde nem o setor público e nem o setor privado possuem interesse. Também, buscam desde a origem excelência na qualidade de ensino e na prestação de serviços, espelhando-se muitas vezes em modelos de universidades públicas.

Diante de um embate que surge quando se trata da denominação universitária é: pública ou privada?

[...] dentro do sistema de ensino superior do país, a universidade

comunitária representa um modelo alternativo, ou seja, ela não é nem pública, no sentido de estatal, nem privada, no sentido estrito, empresarial. É pública não estatal (Vanucchi, 2013, p. 30).

Apesar disso, essa definição não transparece com clareza para a Sociedade e outra via de identificação da universidade comunitária é seu próprio nome e as disposições contidas em seus estatutos e regimentos, os quais disporão acerca do ideário comunitário, comprometimento ético, social e político.

A universidade comunitária, enfim, se identifica pela sua gestão participativa e democrática, vivenciada em reuniões periódicas, nas quais se elaboram se discutem e se revisam não apenas o seu plano de desenvolvimento institucional, mas também o orçamento e a sua fiel execução, com a contribuição da reitoria, dos diretores de faculdade, dos chefes de departamento, dos coordenadores de curso, dos professores, dos funcionários, da representação estudantil e da comunidade externa [...] Universidade comunitária é uma universidade sem fins lucrativos, pertence a uma comunidade e dirigida por representantes dessa comunidade, comprometidos com o desenvolvimento dela (Vanucchi, 2013, p. 37).

Os termos comunidade e comunitário tem caráter polissêmico,

destaca nas histórias brasileiras várias iniciativas de caráter comunitário, todas com auto referência ao interesse coletivo e o não pertencimento à esfera estatal (Schmidt, 2010, p. 9).

As ICES são criadas e mantidas pelas comunidades, orientadas para as necessidades da coletividade, prestadoras de serviços de interesse público na área social como educação, saúde e assistência social e sem

pertencer à esfera estatal, elas reúnem condições para proporcionar ao país relevantes contribuições ao compartilhar com o Estado e com as organizações da sociedade civil a

tarefa de oferecer serviços públicos de qualidade (Schmidt, 2010, p. 10).

No Brasil ainda existem entraves para o melhor aproveitamento do potencial que as ICES possuem, devido à cultura política existente, visto que a sociedade e os meios políticos ainda se orientam pela dicotomia público/privado. Assim, não se tem claro o conceito sobre o que são as instituições comunitárias, como se diferenciam das instituições privadas e no que se assemelham a instituições públicas (Vanucchi, 2013). Assim sendo,

Esta variedade de sentidos é percebida no Brasil ao longo das experiências históricas: escolas e universidades confessionais, escolas comunitárias de imigrantes, comunidade desenvolvidas, campanha nacional de escolas da comunidade, escolas comunitárias (re) criadas por mobilização popular e universidades comunitárias regionais. Esta última experiência é a que interessa mais especificamente a este estudo. Embora denominada "universidades", incluem também centros universitários com características similares (Schmidt, 2010, p. 15).

As universidades comunitárias regionais se originam principalmente na região sul, com destaque aos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, o que reforça a grande importância que estas representam nestes estados, surgem de um déficit local percebido na área de educação superior, principalmente nas regiões do interior dos estados, onde não havia a atuação deste e/ou da sociedade civil. No Rio Grande do Sul, por exemplo, tem grande relação com a imigração, principalmente alemã e italiana, que se organiza e desenvolve ações comunitárias, de forma a suprir as regiões com serviços públicos (Schmidt, 2010).

Diante da importância das universidades comunitárias para o desenvolvimento das regiões, e consequentemente para os reflexos em todo o território nacional, suas características mais específicas no Sul do país são as que possuem características

mais claras do público não estatal, posto que: a) surgem impulsionadas por organizações da sociedade civil e poder público do local em que estão instaladas; b) possuem lucros reinvestidos na própria universidade, não tendo orientação para a maximização do lucro; c) possuem grande interação na comunidade local; d) têm representantes de diversos segmentos da comunidade acadêmica professores, estudantes e técnicos administrativos e comunidade regional, atuando em seus órgãos deliberativos; e) os professores dirigem as instituições após serem eleitos por comunidade acadêmica e local; f) a mantenedora tem forma jurídica denominada fundação de direito privado de associação ou de sociedade civil; g) o patrimônio é destinado a instituição semelhante em caso de encerramento das atividades (Schmidt, 2010).

Desta forma, após essas considerações, no tópico seguinte, almeja-se trabalhar especificamente a necessidade de uma educação pautada na perspectiva de gênero para que seja ressignificada a condição atual e histórica do Brasil, a fim de atingir uma sociedade mais equânime.

4 A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

De acordo com Freire (1994), o ser humano tende à educação, sendo que o seu sentido transcorre da incompletude dos seres humanos. Assim sendo, transformar-se é uma necessidade da natureza dos seres humanos, “na busca de complementarem-se como pessoas, concretizando sua vocação de Ser-Mais, numa espécie de atualização constante” (Freire, 1994, p. 184).

No Brasil, no período colonial, a educação disponibilizada pela Companhia de Jesus, por meio dos padres jesuítas, era reservada somente ao sexo masculino. A educação feminina esteve compelida aos cuidados da casa, dos filhos, do marido.

Durante os 322 anos em que o Brasil foi colônia de Portugal, a educação era remetida aos filhos homens dos colonos e indígenas. Dessa forma, os colonos eram responsáveis pelos negócios de seus pais, ou entravam para a Companhia de Jesus. E as mulheres, ricas ou pobres, brancas, negras escravas e as indígenas não tinham acesso à leitura e a escrita (Ribeiro, 2000).

A leitura e a escrita dependiam de um mínimo de educação formal, o que também poderia ser feito, no caso das mulheres, em casa ou em ambiente de clausura, como nos conventos. Alguns documentos sobre a educação feminina do período colonial, elaborados pelo bispo Azeredo Coutinho para dois conventos pernambucanos (1798), indicam que às meninas eram ensinados “[...] os princípios da religião, a fim de protegê-las dos ‘defeitos ordinários do seu sexo’” (Del Priore, 2004, p. 41). Em continuidade, a autora esclarece:

O programa de estudos destinado às meninas era bem diferente do dirigido aos meninos, e mesmo nas matérias comuns, ministradas separadamente, o aprendizado delas limitava-se ao mínimo, de forma ligeira, leve. Só as que mais tarde seriam destinadas ao convento aprendiam latim e música; as demais restringiam-se ao que interessava ao funcionamento do futuro lar: ler, escrever, contar, coser e bordar; além disso, no máximo, que “a mestra lhes refira alguns passos da história instrutivos e de edificação, e as faça entoar algumas cantigas inocentes, para as ter sempre alegres e divertidas”. No conjunto, o projeto educacional destacava a realização das mulheres pelo casamento, tornando-as afinal hábeis na “arte de prender a seus maridos e filhos como por encanto, sem que eles percebam a mão que os dirige nem a cadeia que os prende”. Em outras palavras, devia-se aguçar seu instinto feminino na velha prática da sedução, do encanto (Del Priore, 2004, p. 41-42)

Cabe destacar que

a primeira reivindicação pela instrução feminina no Brasil partiu dos indígenas brasileiros que foram ao Padre Manoel de Nóbrega pedir que ensinasse suas

mulheres e ler e escrever (Ribeiro, 2000, p. 80).

Sendo assim, as relações de poder entre indígenas acompanhavam lógicas distintas, diferente do modelo colonizador que tanto subjugava as mulheres. O Padre escreveu à Dona Catarina, Rainha de Portugal, solicitando consentimento para letrar as mulheres, mas, apesar disso, a Rainha rejeitou a iniciativa, considerando-a de ousadia e de “consequências nefastas” (Ribeiro, 2000, p. 81).

Como visto, as mulheres foram afastadas da educação, o que fortaleceu o silenciamento das mesmas sobre os seus próprios direitos e reivindicações. As primeiras mulheres que foram alcançando determinados graus de instrução foram mulheres burguesas e de elite que, embora fossem educadas, ainda tinham suas atividades principais pertencentes à esfera do espaço privado, sendo-lhes negada a esfera pública e a cidadania política. Embora muitas filhas de fazendeiros, por exemplo, fossem educadas em casa e minimamente letradas, continuavam com a função principal de exercer o matrimônio, contrariamente ao que acontecia aos filhos homens, educados em escolas particulares dirigidas por padres. Grande parte dessas mulheres aprendeu apenas a escrever seu nome, a bordar, fazer crochê e costura, enquanto filhos homens

[...] liam Cícero, em latim, ou Virgílio, recebiam noções de grego e do pensamento de Platão e Aristóteles, aprendiam ciências naturais, filosofia, geografia e francês (Del Priore, 2004, p. 63).

Isso interferiu, inclusive, em seus direitos civis, pois, sem uma alfabetização adequada, precisavam que os homens sempre estivessem à frente dos negócios, por não possuírem condições de fazê-lo.

Conforme Del Priore, nos processos de inventário, as mulheres passavam por muitas apreensões, pois, não podendo expressar-se por escrito, “[...] tiveram de depender de outros para fazer solicitações,

negociar ou lutar por seus bens e de seus filhos” (Del Priore, 2004, p. 101), o que também gerou muitas perdas e danos, em virtude de pessoas más intencionadas.

Foi no século XIX que muitas mulheres passaram a escrever e publicar, tanto na Europa quanto nas Américas. No Brasil, a educadora e escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta (pseudônimo de Dionísia de Faria Rocha) é considerada a precursora dos preceitos de igualdade e emancipação da mulher. A autora era republicana e abolicionista, escrevendo suas ideias, principalmente em jornais, mas também publicou alguns livros. O livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* traz ideias para enfrentar os preconceitos da sociedade patriarcal brasileira, reivindicando igualdade e educação para as mulheres (Del Priore, 2004).

Como visto, as mulheres foram desprezadas da maior parte dos direitos políticos e sociais e o seu lugar social, por séculos, foi a esfera privada e não a pública. Somente com a movimentação e reivindicação das próprias mulheres, os cenários foram se transformando, até o contexto atual. Embora muitas conquistas possam ser comemoradas, ainda persiste a exclusão das mulheres e o silenciamento de suas vozes. Para Gebara (2000), com escassas histórias escritas pelas mulheres, ao decorrer do tempo, o conhecimento passou a ser totalmente ponderado pelos homens. Desse modo, a autora reconhece que

um conhecimento que despreza a contribuição das mulheres não é apenas um conhecimento limitado e parcial, mas um conhecimento que mantém um caráter de exclusão” (Gebara, 2000, p. 117).

Por isso, a contribuição do feminismo na reivindicação de direitos, principalmente no que se refere à oportunidade de uma educação igualitária, se mostrou crucial, tendo em vista que estudar gênero e suas diversos reflexos fazem parte de uma educação que considera que as mulheres têm um papel

importante na construção do conhecimento. O feminismo, como corrente intelectual, em suas diversas vertentes, estabelece a militância pela igualdade de gênero com a verificação relativa às causas e aos mecanismos de propagação masculina.

Louro (2009) explica que o gênero foi um conceito elaborado para questionar a naturalização das diferenças sexuais em distintos espaços de disputa. Além do mais, ele não se restringe somente aos papéis manifestados por mulheres e homens nas sociedades, mas diz respeito também, às relações de poder que estão atribuídas entre feminino e masculino. Já o conceito de sexualidade, por seu lado, relaciona-se à forma como os sujeitos manifestam seus prazeres e desejos na relação com os demais e com o seu próprio corpo. Estas duas percepções são de suma importância para a compreensão do que realmente significa a educação com perspectiva de gênero, pois, embora muitos avanços no campo teórico tenham se estabelecido, a sociedade de massas apresenta, ainda, muitas inverdades quanto a esta categoria, insistindo que ela incentivaria uma sexualização, quando na verdade, ela busca o enfrentamento da desigualdade e o incentivo ao respeito aos diferentes sujeitos, independentemente de sua orientação.

A percepção de gênero indica que a construção do sujeito como mulher, como homem, ou como pertencente a qualquer categoria não binária, sucede de distintas formas nas sociedades, em um determinado tempo histórico, geográfico e cultural. Ao compreender as relações de gênero como parte característica de uma sociedade é possível perceber a construção do indivíduo não é linear, ao contrário, é contínua e dinâmica. Por conta disso, necessita ser discutido, reinterpretado e problematizado dentro delas.

E para que a educação possa estar em consonância com os preceitos feministas de emancipação dos diferentes

grupos, de enfrentamento da violência e de denúncia das desigualdades, são indispensáveis que sejam adotadas epistemologias que reflitam a partir das margens, das/os excluídas/os e dos/as invisibilizados. Santos e Meneses (2009) indicam a necessidade impreterível de um conhecimento ordenado a reconhecer e aprender a existência epistemológica do Sul. Conforme o autor, no Sul, é desenvolvido conhecimentos não reconhecidos tradicionalmente, de forma hegemônica. Segundo Santos e Meneses (2009, p. 11), “a epistemologia que conferiu à ciência a exclusividade do conhecimento válido” ainda fundamenta o conhecimento, desconsiderando mulheres, trabalhadores, afrodescendentes e indígenas (Santos; Meneses, 2009). Esses excluídos e excluídas estão, ainda, no conjunto de regiões e países submetidos ao colonialismo europeu, o que indica que os povos colonizados são ainda mais precarizados em relação a uma educação emancipatória, que esteja atenta às desigualdades sociais, culturais e étnico-raciais.

Em virtude dessas ausências no processo educacional, os sujeitos mais vulneráveis ainda são as mulheres, de determinada sexualidade, classe, etnia, nacionalidade, grupo religioso, etc. Essas múltiplas identidades não podem, sobretudo, ser percebidas como se fossem camadas que se antepõem umas às outras, como se o indivíduo fosse construído “somando-as” ou agregando-as. Em lugar disso, é preciso perceber que elas se influenciam mutuamente, se vinculam, podem ser controversas, provocam diferentes posições (Louro, 2020). Nesse contexto, são ainda mais intensificadas as relações de poder, de dominação de um grupo por outro, ensejando que sejam definidos mecanismos que possam reverter esse processo de dominação, estando à educação na base estrutural da transformação social.

Dessa forma, é necessário que seja instituído o debate acerca das

vulnerabilidades desses grupos oprimidos, desde a educação básica de ensino, para que possa ser possível uma transformação de hábitos e costumes incompatíveis com a tradição dos direitos humanos. Especificamente em relação as mulheres, trabalhar com a discrepância de gênero, de forma a impedir ou descontinuar as relações de poder estruturalmente estabelecidas, é fundamental para que haja o enfrentamento da violência a que são constantemente submetidas.

Mas para que possam ser pensadas alternativas capazes de transformar a sociedade, a educação deve voltar-se para a libertação e emancipação e

os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pesquisa engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos (hooks, 2013, p. 19).

De fato, o processo de transformação social depende do engajamento e do compromisso dos alunos em sala de aula, mas deve ser também “[...] um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo” (hooks, 2013, p. 20). A autora defende uma nova abordagem da educação, voltada para o ensino da transgressão de barreiras raciais, sexuais, de classe, etc., com o intuito do alcance da liberdade. Para realizar essa abordagem, Hooks (2013) traz a concepção de uma pedagogia engajada, debatendo a influência do colonialismo na educação, além da necessidade de se pensar de forma crítica e interseccional para construir um ensino radicalmente democrático.

A experiência de bell hooks na docência foi fundamental para o seu estudo acerca de formas alternativas de pensar o ensino. A autora defende que na sala de aula, alguns fatores devem ser considerados, tendo em vista que o entusiasmo depende do interesse pelos outros, pela oitiva de suas vozes e reconhecimento de suas presenças. À luz disso, uma pedagogia radical precisa estar

voltada ao reconhecimento de todos os sujeitos, tendo em vista que nos moldes tradicionais – forma conservadora em que os sujeitos se acostumaram a ter/ver o aprendizado – os alunos acham necessária apenas a presença dos professores, invisibilizando as demais identidades (hooks, 2013).

As práticas pedagógicas de hooks partem da ideia de que a sala de aula é um campo de possibilidades, em que os professores atuam em prol da liberdade e da criatividade, encarando a realidade dos seus alunos ao passo que também buscam, concomitantemente, transgredir e quebrar fronteiras impostas. Dessa forma, suas propostas pedagógicas nascem da comunhão entre “as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista, cada uma das quais ilumina as outras” (Hooks, 2013, p. 20). Por este viés, essas práticas na educação possibilitam que sejam analisados, de forma contundente, os sistemas de dominação que ainda persistem e acabam legitimando as desigualdades, diante de uma parcialidade que beneficia apenas as classes e grupos dominantes, mas não as populações oprimidas. Essa abordagem é de grande relevância, principalmente quando se tratar de alunos em situação de vulnerabilidade social, pois é possível transformar a experiência de ensino em sala de aula, de modo que o professor pense em estratégias coletivas para ampliar as poucas possibilidades existentes para esses grupos sociais.

A educação com perspectiva de gênero, que trabalhe conjuntamente questões transversais como a pluralidade cultural, questões étnico-raciais, relações de poder e diferenças sociais, etc., são capazes de traçar novos meios de se pensar a educação, principalmente no que se refere à quebra dos paradigmas de dominação, mantidos por um sistema capitalista-racista-patriarcal, que busca formar cidadãos que reproduzam as desigualdades já existentes. Propõe-se, portanto, uma transformação no

aprendizado, que incentive o pensamento crítico e que aumente as possibilidades, principalmente para os sujeitos em vulnerabilidade, o que é, indiscutivelmente, uma forma inovadora e libertadora de se pensar na educação e de proporcionar, também, a emancipação das mulheres.

5 CONCLUSÃO

As universidades ocupam papel indispensável ao desenvolvimento regional e nacional de uma comunidade, pois são responsáveis pela constituição de massa crítica e fortalecimento de instituições da sociedade civil. Dessa forma, a resposta para a problemática dessa pesquisa indica que as universidades comunitárias e públicas são os anseios das populações, em que pese para uma educação mais libertadora.

Com destaque, as questões de gênero, pois não restam dúvidas que os modelos universitários estão passando por profundas e dinâmicas transformações. É notório considerar a finalidade das universidades para a sociedade, pois estes modelos precisam ser reestruturados, principalmente nas questões de gênero.

Ao invés das universidades se constituírem em espaços democráticos e neutros, atualmente, elas ainda se apresentam como locais de disputas, de imposições, de exclusões, muitas vezes que aceitam normas que dialogam determinadas formas de evidenciar distinções e preconceitos. Portanto, se torna indispensável levar para o campo da educação novas formas de se pensar o ensino, por meio de questionamentos e reflexões acerca das temáticas que se articulam entre gênero e sexualidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior. Brasília, DF: ABRUC, 1995.

Disponível em: <http://www.abruc.org.br/>. Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Brasília, df: MEC, 2020. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BOYER, Robert. **Instituições trabalhistas e crescimento econômico**: uma pesquisa e regulador abordagem. Labour: Oxford, 2013.

CAMARA, Maria Regina Gabardo; CALDARELLI, Carlos Eduardo. **Universidades estaduais paranaenses**: desenvolvimento regional e qualificação da mão de obra. Londrina: Midiograf, 2014.

CUNHA, Luiz. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2018.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FAGUNDES, José. **Universidade e compromisso social**. União da Vitória: Uniporto, 2012.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro, 1994.

FREITAG, Bárbara. **A universidade em destaque**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2017.

GEBARA, Ivone. **Epistemologia, violência, sexualidade**: olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: Sinodal, 2000.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva

pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

OLIVEN, Arabela Campos. **A paróquialização do ensino superior**: classe média e sistemas educacional no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

ROMANELLI, Roberto. **História da educação brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade**: nove séculos de história. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

SCHMIDT, João Pedro. O Comunitário em tempos de público não estatal. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/articulo/view/332>. Acesso em: 10 maio 2024.

SAMPAIO, Helena. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 43-55, 2000.

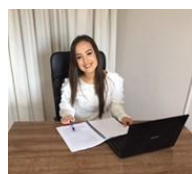
SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: CES, 2009.

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária**: o que é como se faz. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2013.



MARLI MARLENE MORAES DA COSTA

Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com pós-doutoramento em Direito pela Universidade de Burgos – Espanha, com bolsa CAPES. Professora da Graduação e da Pós-Graduação Lato Sensu em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado da UNISC. Coordenadora do Grupo de Estudos Direito, Cidadania e Políticas Públicas do PPGD da UNISC. MBA em Gestão da Aprendizagem e Modelos Híbridos de Educação. Especialista em Direito Privado. Psicóloga com Especialização em Terapia Familiar.



ETYANE GOULART SOARES

Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Conceito Capes 5, na Linha de Pesquisa Diversidade e Políticas Públicas com Bolsa CAPES modalidade II (2021). Mestra em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ (2021). Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Futura (2020). Graduada em Direito (2014 – 2018) na Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.

Beleza e justiça: como a aparência dos réus afeta julgamentos por crimes de trânsito com resultado morte

Beauty and justice: How defendants' appearance affects trials for traffic crimes resulting in death

Karen Richter Pereira dos Santos Romero^a, Tiago Gagliano Pinto Alberto, Frederico Ramalho Romero.

^aUniversidade Tuiuti do Paraná. E-mail: krpsromero@mppr.mp.br

Resumo: O objetivo do estudo é verificar a influência da beleza dos réus nas condenações criminais e dosimetria da pena em casos de homicídio na condução de veículo automotor. 346 estudantes universitários foram randomizados para julgar um caso simulado de atropelamento com morte na condução de veículo automotor em que a condutora era mulher – “bonita” versus “feia” – ou homem – “bonito” versus “feio”. A “ré bonita” foi condenada por homicídio doloso por 58,3% dos participantes, enquanto a “ré feia” foi condenada por 44,7% ($p = 0,039$). Não houve diferença entre os grupos quanto ao número de anos de pena sugerida (9,8 anos versus 10,6 anos; $p > 0,05$). A “ré bonita” teve o crime de homicídio doloso desclassificado para homicídio culposo na condução de veículo automotor por 31,9% dos participantes, em comparação com 49,4% para a “ré feia” ($p = 0,039$). A pena média foi de, respectivamente, 6,4 anos e 5,6 anos ($p = 0,022$). Não houve diferença entre a porcentagem de participantes que concluíram pela absolvição da ré. Também não houve diferença estatisticamente significativa entre a proporção de participantes que condenou, desclassificou ou absolveu o réu do sexo masculino, seja bonito ou feio ($p > 0,05$ para todas as análises). Em casos de homicídio na condução de veículos automotores, as taxas de condenação por dolo eventual são maiores para acusadas “bonitas” do sexo feminino, e as taxas de desclassificação de homicídio doloso para homicídio culposo são maiores para acusadas consideradas “feias”, com penas de reclusão maiores para as mulheres mais atraentes.

Palavras-chave: Beleza; culpa; homicídio; justiça criminal; psicologia criminal.

Abstract: The objective of the study is to verify the influence of the defendants' beauty on criminal convictions and sentence dosimetry in cases of homicide while driving a motor vehicle. 346 university students were randomized to judge a simulated case of being run over with death while driving a motor vehicle in which the driver was a woman – “pretty” versus “ugly” – or a man – “handsome” versus “ugly”. The “pretty defendant” was convicted of intentional homicide by 58.3% of participants, while the “ugly defendant” was convicted by 44.7% ($p = 0.039$). There was no difference between the groups regarding the number of years of sentence suggested (9.8 years versus 10.6 years; $p > 0.05$). The “pretty defendant” had the crime of intentional homicide downgraded to manslaughter while driving a motor vehicle by 31.9% of participants, compared to 49.4% for the “ugly defendant” ($p = 0.039$). The average sentence was, respectively, 6.4 years and 5.6 years ($p = 0.022$). There was no difference between the percentage of participants who concluded that the defendant was acquitted. There was also no statistically significant difference between the proportion of participants who convicted, downgraded the crime of intentional homicide to manslaughter, or acquitted the male defendant, whether handsome or ugly ($p > 0.05$ for all analyses). In cases of homicide while driving a motor vehicle, conviction rates for possible intent are higher for “beautiful” female defendants, and the rates of disqualification from intentional homicide to

manslaughter are higher for defendants considered “ugly”, with penalties longer prison terms for the most attractive women.

Keywords: Beauty; criminal justice; criminal psychology; homicide; guilt.

Submetido em: 20/10/2023.

Aceito em: 28/11/2023.

1 INTRODUÇÃO

Os seres humanos valorizam consideravelmente a atratividade facial em suas vidas como animais sociais (Thiruchselvam; Harper; Homer, 2016). Atualmente, a beleza está atraindo mais atenção do que nunca, tanto de biólogos, neurocientistas e psicólogos quanto de juristas em geral. Existem várias razões para esse aumento recente. Com a indústria da beleza em constante expansão e a crescente preocupação com a autoimagem nas mídias sociais, inclusive com o desenvolvimento de diferentes aplicativos que oferecem formas quase instantâneas de aumentar a beleza, como filtros para *selfies* e reuniões *online*, o lugar que a beleza ocupa na sociedade se tornou de grande importância e interesse para cientistas sociais, comportamentais e do cérebro (Skov; Nadal, 2021).

Os julgamentos de atratividade orientam a tomada de decisões em uma ampla gama de domínios em nossas vidas, incluindo a seleção de relacionamentos íntimos (Thornhill; Gangestad, 1999), escolhas profissionais (Dipboye; Arvey; Terpstra, 1977) e até mesmo para estimar a capacidade intelectual e o caráter moral das pessoas (Dion; Berscheid; Walster, 1972; Langlois *et al.*, 2000). A aparência física e a beleza são agentes indiscutivelmente difundidos e poderosos no mundo social e influenciam nossas conversas, decisões reprodutivas e percepções que temos sobre nós mesmos e os outros (Griffin; Langlois, 2006). Algumas pesquisas revelam que a capacidade de avaliar a atratividade facial possui importância social tão grande na espécie humana que pode ser identificada desde os primeiros dias após o nascimento (Slater *et al.*, 1998).

Embora a beleza tenha relação com muitas escolhas na vida dos seres humanos e seja um tema que vem recebendo crescente atenção, ainda sabemos pouco sobre a influência da estética na tomada de decisões, especialmente em circunstâncias judiciais. Alguns estudos indicam forte correspondência entre a beleza e um viés de leniência na atribuição de culpa (Beaver *et al.*, 2019; Frevert; Walker, 2014; Mazzella; Feingold, 2010; Nedelec; Beaver, 2014; Patry, 2008; Stewart, 1980). Inversamente, a feiura parece estar relacionada a maiores índices de atribuições negativas em julgamentos sociais, condenações e punibilidade (Frevert; Walker, 2014; Griffin; Langlois, 2006; Jamrozik *et al.*, 2019).

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é avaliar a influência da beleza dos réus no julgamento de crimes com resultado morte na condução de veículos automotores. Para isso, foi aplicado um experimento com grupos de universitários para julgar um caso de atropelamento com morte, verificando as taxas de condenação por homicídio doloso, desclassificação para homicídio culposo, ou absolvição entre mulheres bonitas *versus* feias e homens bonitos *versus* feios, bem como a diferença nos tempos estabelecidos de pena para cada situação.

Este trabalho se justifica pela relevância científica em compreender a influência da beleza ou feiura nas atribuições de culpa em casos judiciais criminais. É aspecto importante para o trabalho dos operadores do Direito entender se a estética pode influenciar nas decisões do sistema de Justiça Criminal, ou seja, se a beleza – ou sua ausência – aumenta ou não os índices de condenação

e o tempo de atribuição de pena. A pesquisa também se justifica pela sua relevância social, na medida em que, em um país com imensa desigualdade social e pobreza como o Brasil, é fundamental avaliar se os aspectos estéticos podem resultar em condenações mais severas para os menos favorecidos, com menor disponibilidade para investimentos estéticos, e mais brandas para aqueles que possuem maior poder aquisitivo e consequentemente maior facilidade para tais investimentos.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os jurados podem ser influenciados por atributos do réu que são irrelevantes para o caso, como atratividade física, raça e sexo. Pesquisas em tribunais simulados e reais revelaram que réus fisicamente atraentes são julgados com mais indulgência do que suas contrapartes menos atraentes (Schvey *et al.*, 2013).

Diversos estudos heterogêneos examinaram essa associação a partir de amostras muito diferentes, usando metodologias distintas e examinando diferentes resultados da Justiça Criminal. No geral, os resultados desses estudos tendem a sugerir que a atratividade média confere um efeito de leniência em relação à probabilidade de ser preso e condenado; e que a atratividade é uma característica benéfica dentro do sistema de Justiça (Abel; Watters, 2005; Beaver *et al.*, 2019).

Perspectivas evolutivas, de socialização e de expectativa social sugerem que indivíduos fisicamente mais atraentes possuem inerentemente ou desenvolvem traços de personalidade mais positivos (Langlois *et al.*, 2000). Dion *et al.* (1972) examinaram o fenômeno bem documentado que deu nome ao artigo “O que é belo é bom”. Eles relataram que indivíduos fisicamente atraentes são considerados mais bem-sucedidos profissionalmente, têm casamentos mais duradouros e, em geral, vidas mais felizes. De acordo com esses autores, a beleza

afeta substancialmente a forma como avaliamos os comportamentos e atributos pessoais de outras pessoas. Essa tendência pode ser explicada por um fenômeno conhecido na Psicologia como “efeito halo”, em que há uma tendência dos indivíduos em extrapolar suas impressões do atributo principal de um objeto para outros atributos desse mesmo objeto, ou mesmo para a impressão geral. Por exemplo, isso pode acontecer quando as pessoas pensam que um indivíduo é bom – ou tem muitas qualidades positivas – só porque é bonito. Especificamente, são atribuídas qualidades pessoais e interpessoais mais positivas aos indivíduos atraentes, como maior confiabilidade, inteligência e competência social (Beaver *et al.*, 2019; Dion; Berscheid; Walster, 1972; Eagly *et al.*, 1991; Langlois *et al.*, 2000).

O atributo atratividade não é necessariamente um determinante de outros atributos ou da bondade da pessoa. No entanto, as pessoas tendem a usar atalhos mentais para aliviar a carga cognitiva envolvida em fazer julgamentos. Embora esses atalhos mentais, chamados de heurísticos, permitam que as pessoas tomem decisões com facilidade e eficiência, podem surgir vieses cognitivos, que são erros sistemáticos de pensamento que ocorrem quando as pessoas estão processando e interpretando informações no mundo ao seu redor. Esses vieses não são apenas onipresentes e quase inevitáveis, mas também se espalham por vários aspectos de nossas vidas. Nesse sentido, vieses de atratividade podem influenciar nas tomadas de decisões em geral e nas decisões e julgamentos judiciais, em particular (Palmer; Peterson, 2021).

Crianças e adultos mais atraentes são tratados melhor e recebem melhores oportunidades do que pessoas menos atraentes. Essa associação surge bem cedo no desenvolvimento e influencia a maneira como as pessoas tratam as outras (Griffin; Langlois, 2006). Esse parece ser o caso mesmo em contextos em que tal

tratamento diferenciado é desencorajado, ou até contrário à lei, incluindo salas de aula, entrevistas de emprego, negociações salariais e sentenças judiciais. Semelhante aos efeitos de estigmatização associados à obesidade e grupos étnicos e raciais, as percepções sociais baseadas na atratividade podem levar a consequências negativas (Griffin; Langlois, 2006). Em conjunto com esse estereótipo – belo é bom –, os julgamentos das pessoas menos atraentes também são influenciados por parâmetros de que o que é feio ou desfigurado é ruim (Frevert; Walker, 2014; Griffin; Jamrozik *et al.*, 2019; Langlois, 2006).

Conforme os estudos apresentados sobre o tema sugerem, as pessoas mais atraentes desfrutam de mais benefícios em diversos domínios da vida, inclusive dentro do sistema de Justiça Criminal (Frevert; Walker, 2014; Langlois *et al.*, 2000; Nedelec; Beaver, 2014; Rifon; Jiang; Kim, 2015). Quando se trata de atratividade física, o velho jargão de que “a Justiça é cega” não parece se aplicar aos fatos e circunstâncias encontrados em pesquisas científicas. De acordo com Beaver *et al.* (2019), em diversos aspectos relacionados à Justiça Criminal, incluindo a condenação e a prisão, pessoas fisicamente atraentes são tratadas com muito mais leniência do que pessoas pouco atraentes. Embora a maioria das pessoas acredite, conscientemente, que apenas o caráter/personalidade do acusado e as circunstâncias fáticas inerentes ao caso deveriam influenciar no julgamento, atribuição de culpa e condenação, diversos estudos heterogêneos demonstram que os jurados são influenciados por atributos do réu que são irrelevantes para o caso, como atratividade física, raça e sexo. Em geral, os resultados desses estudos tendem a sugerir que a atratividade é uma característica benéfica dentro do sistema de Justiça (Abel; Watters, 2005; Beaver *et al.*, 2019).

É razoável inferir que o mesmo fenômeno possa ocorrer com membros do

júri, que podem considerar o depoimento e as alegações de réus atraentes como mais críveis do que os de réus comparativamente menos atraentes, levando a maiores índices de absolvições (Frevert; Walker, 2014). Outros atores do sistema de Justiça Criminal também podem ser afetados pelas percepções de beleza do réu, incluindo policiais, promotores públicos e juizes, de modo que réus mais atraentes não sejam investigados e processados com tanta severidade e tenham maior probabilidade de receber sentenças mais brandas do que réus pouco atraentes.

Nos experimentos realizados para avaliar a influência da beleza dos réus nos vereditos por meio de julgamentos simulados com júri, uma meta-análise revelou que os jurados são menos propensos a dar vereditos de culpa para réus atraentes e, além disso, recomendam punições menos graves para réus mais atraentes. A significância estatística foi relativamente pequena para essas associações, embora alguns desses efeitos tenham sido ponderados pelo tipo de crime e pelo sexo. Crimes mais graves tiveram tendência a sofrer menos efeitos do viés da atratividade se comparados a crimes menos graves (Mazzella; Feingold, 1994). Da mesma maneira, em relação ao sexo, alguns estudos apontam uma maior benevolência por parte das mulheres (Efran, 1974), exceto quando a acusada é atraente (Karcher, 1969).

Enquanto alguns estudos mostraram que as mulheres são mais lenientes do que os homens, outros estudos indicam o contrário (Ford, 1986). Apesar de a beleza estar geralmente associada com maior leniência nos julgamentos, ela pode ser uma desvantagem quando os fatos sugerem que as acusadas usaram a sua atratividade para facilitar a execução do crime (Ford, 1986; Patry, 2008). Segundo Loureiro (2016), há uma crença que ainda carece de comprovação científica que, para a acusação, é preferível a seleção de juradas mulheres na participação do

juízo de uma acusada bonita, pois o sentimento de inveja seria inevitável e, a condenação, mais provável. Nesse contexto, tem-se frequentemente observado em julgamentos de casos de repercussão nacional a utilização de estratégias de defesa para reduzir ou mascarar a beleza das réas, como a sua apresentação com cabelos presos, roupas simples de coloração neutra, pouca maquiagem etc. Esses artifícios serviriam para reduzir a beleza das acusadas e provocar um sentimento de clemência nos jurados.

Naturalmente, a beleza física compreende apenas uma pequena parte da atratividade geral, juntamente com outras qualidades, como a capacidade de se comunicar com desenvoltura, habilidades sociais, cordialidade etc. No entanto, é certo que os processos de tomada de decisão podem ser afetados pela atratividade física do suspeito. As evidências disponíveis até o momento sugerem que, em geral, pessoas mais atraentes são menos propensas a serem processadas pela Justiça Criminal, têm menores índices de condenação e, quando consideradas culpadas, tendem a receber sentenças mais leves (Abel; Watters, 2005; Beaver *et al.*, 2019). Contudo, esse efeito pode depender do tipo de crime, se mais ou menos violento; das instruções que são fornecidas aos jurados, como para não se deixar afetar apenas pelas características físicas dos réus; e das características – sexo, idade, escolaridade e raça – dos acusados (Abel; Watters, 2005).

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa experimental em seres humanos devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade e Plataforma Brasil (Parecer número 5.653.072). Antes da realização do experimento, foi realizado um estudo piloto para classificar a beleza facial de um

grupo de fotografias de mulheres e homens extraídos da internet, selecionando-se os dois indivíduos – mulher e homem – mais “bonitos” e “feios”, que foram utilizados como réus na aplicação deste experimento.

A amostra da pesquisa foi composta por 346 universitários dos Cursos de Ciências Contábeis do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz e de Psicologia da Universidade Paranaense, que assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, leram o caso simulado e responderam ao questionário aplicado.

Os participantes foram randomizados em quatro grupos: dois grupos avaliaram um caso simulado de atropelamento com morte na condução de veículo automotor em que a condutora era mulher (“bonita” *versus* “feia”) e outros dois grupos avaliaram o mesmo caso simulado em que o condutor era homem (“bonito” *versus* “feio”). A randomização foi realizada por sala de aula, de modo que todos os estudantes da mesma sala responderam o caso com base no mesmo réu. Os participantes da primeira sala de aula receberam somente o caso com a fotografia da “mulher bonita”; os da segunda sala receberam somente o caso com a fotografia da “mulher feia”; os da terceira sala receberam somente o caso do “homem bonito”; os da quarta, o caso do “homem feio”; e assim por diante, alternadamente.

O caso simulado foi exatamente o mesmo para todos os grupos, com exceção do nome do réu – Rafaela para a mulher e Rafael para o homem –, e baseou-se no modelo de um caso previamente validado no estudo de Landy e Aronson (1969), com algumas modificações:

“Rafael(a) Lima estava voltando de um churrasco do escritório onde trabalhava na noite de 21 de dezembro de 2022, quando seu automóvel atingiu e matou um pedestre chamado Luiz. As circunstâncias que levaram a esse evento

foram as seguintes: Os funcionários do escritório onde Rafael(a) trabalhava começaram a festejar por volta das 14h00 da tarde do dia 21 (sábado). Às 17h00 algumas pessoas já estavam voltando para casa, embora muitas continuassem a beber e socializar. A essa altura, Rafael(a), que já havia bebido quatro latinhas de cerveja, foi convidado(a) a voltar para casa de carona com um amigo que não bebia, sugerindo que ele(a) deixasse o carro no escritório e o pegasse em outro dia, quando estivesse se sentindo melhor. No entanto, ele(a) recusou o convite, pois se considerava em condições de dirigir, se tomasse cuidado e dirigisse atentamente. Rafael(a) saiu do prédio de escritórios e caminhou até a garagem onde havia estacionado seu carro. Tinha acabado de começar a chover, mas o trânsito estava muito tranquilo. Ele(a) havia dirigido dez quarteirões da rua do escritório quando ultrapassou o sinal vermelho e atingiu Luiz, que atravessava a rua. Rafael(a) imediatamente parou o carro. Luiz morreu alguns minutos depois, a caminho do hospital. Mais tarde, verificou-se que a causa da morte foi hemorragia interna. Rafael(a) foi preso(a) em flagrante e acusado(a) de homicídio. O relatório do médico legista da Polícia Civil indicou que a concentração estimada de álcool no sangue de Rafael(a) era de 15 decigramas de álcool por litro de sangue no momento do acidente (normal abaixo de 6 dg/L). O Ministério Público denunciou Rafael(a) pelo crime de homicídio simples com dolo eventual, quando o indivíduo não quis o resultado, mas assumiu o risco de produzi-lo em decorrência da ingestão alcoólica e do avanço do sinal vermelho. A defesa sustentou que a ingestão de álcool era pequena e o avanço do sinal vermelho foi accidental, e que Rafael(a) tinha certeza absoluta de que não causaria nenhum acidente, por estar acostumado(a) a beber aquela quantidade e por dirigir naquele trajeto diariamente, argumentando que o acidente foi uma fatalidade, pois não havia quase ninguém na rua naquele dia, pedindo pela absolvição de Rafael(a) ou,

subsidiariamente, pela desclassificação do delito, de homicídio com dolo eventual (quando se assumiu o risco de matar) para homicídio culposo (quando não houve intenção de matar) na direção de veículo automotor.”

Após lerem o caso com atenção, foi solicitado aos participantes para responderem ao seguinte questionário, escolhendo entre uma de três alternativas:

- (1) Condenar Rafael(a) como tendo cometido o crime de homicídio simples com dolo eventual – pena de 6 e 20 anos;
- (2) Desclassificar o crime de homicídio com dolo eventual para homicídio culposo na condução de veículo automotor – pena de 5 a 8 anos; ou
- (3) Absolver Rafael(a) de qualquer crime, pois ele(a) não quis e nem assumiu o risco de matar Luiz – punição administrativa com multa e suspensão do direito de dirigir por 12 meses.

No caso de condenação (itens 1 ou 2), foi solicitado aos participantes indicar quantos anos de prisão eles achavam que o juiz deveria aplicar ao réu, em anos, conforme o período de tempo estabelecido para cada situação criminal no questionário.

Foram tomadas precauções para que os participantes respondessem ao questionário com base apenas nos aspectos fáticos do caso simulado apresentado, que foi idêntico em todos os grupos. A exposição das fotografias do réu bonito(a) ou feio(a) foi apresentada com o intuito de verificar a influência da beleza nos julgamentos dos participantes, cuidando-se para que quaisquer efeitos da beleza ou feiura no julgamento tenha ocorrido sem a sua plena consciência. Não foi dada ênfase à fotografia anexa dos acusados, apesar de a fotografia ter sido estrategicamente posicionada no canto superior direito da página inicial contendo o caso; nem que o caso era hipotético, de modo a induzir os participantes a se

sentirem julgando um caso real de morte, como se fossem jurados do Tribunal do Júri. Da mesma forma, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi desenvolvido e aplicado de modo a omitir o real objetivo do estudo. Ressalva-se que, no final do experimento, foi realizada entrevista de esclarecimento e os participantes foram devidamente informados sobre o real objetivo do estudo.

Os dados gerados nos experimentos com os grupos foram analisados por meio estatístico, comparando os resultados do julgamento da mulher “bonita” *versus* mulher “feia” e os resultados do homem “bonito” *versus* homem “feio”. A estatística descritiva foi utilizada para resumir as variáveis de interesse. As técnicas utilizadas incluíram descrição paramétrica, através de distribuição de frequências (total [%]) para as variáveis qualitativas categóricas e medidas de tendência central (média; mediana) e medidas de variabilidade (desvio padrão [DP]) para as variáveis quantitativas contínuas. Os dados foram tabulados no software Microsoft Office Excel, edição 2010 (MICROSOFT CORPORATION, Seattle, WA, Estados Unidos). Para as variáveis qualitativas categóricas, as análises estatísticas foram realizadas através do teste quiquadrado de Pearson, utilizando-se software gratuito de análises estatísticas, disponível eletronicamente (SIMPLE INTERACTIVE

STATISTICAL ANALYSIS). Para as variáveis quantitativas contínuas, a diferença entre as médias e desvios padrões foi calculada através do teste t de Student. Em todas as análises, os critérios de significância estatística foram estabelecidos quando o valor de p foi menor do que 0,05 ($p < 0,05$).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos 346 participantes que concordaram em participar da pesquisa, 157 (45,4%) participantes avaliaram e julgaram o caso vinculado às mulheres – “ré bonita” (n. 72; 45,9%) ou “ré feia” (n. 85; 54,1%) – e 189 (54,6%) participantes avaliaram e julgaram o caso simulado vinculado aos homens – “réu bonito” (n. 86; 45,5%) ou “réu feio” (n. 103; 54,5%). Os números entre os grupos não foi exatamente o mesmo em decorrência do método de randomização utilizado, entre diferentes salas de aula com diferentes números de alunos em cada sala.

Do total de participantes (n. 346 [100%]), 124 (35,8%) eram do sexo masculino e 222 (64,2%) do sexo feminino; todos, estudantes universitários do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz – FAG (n. 147 [42,5%]) ou do Curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR (n. 199 [57,5%], Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição demográfica de acordo com o sexo dos participantes

Curso	Masculino n. (%)	Feminino n. (%)	Total n. (%)
Ciências Contábeis – FAG	75 (21,7)	72 (20,8)	147 (42,5)
Psicologia – UNIPAR	49 (14,2)	150 (43,4)	199 (57,5)
Total	124 (35,8)	222 (64,2)	346 (100)

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Com relação às idades dos participantes, os estudantes do Curso de Ciências Contábeis tinham idade média de 21 anos (mediana de 19 [$\pm$ 6,4] anos, variando entre 17 e 74 anos) e, os

estudantes de Psicologia, idade média de 23 anos (mediana de 20 [$\pm$ 7,6] anos, variando entre 17 e 61 anos de idade; $p = 0,003$). Apesar da diferença nas idades médias entre os cursos universitários, não

houve diferença nas idades entre os sexos masculino e feminino dentro de cada um dos cursos (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição demográfica de acordo com a idade e sexo dos participantes

Curso	Masculino média (mediana [DP]; limites)	Feminino média (mediana [DP]; limites)	Valor de p
Ciências Contábeis – FAG	22 (19 [8,5]; 17-74)	20 (19 [3,0]; 17-33)	> 0,05
Psicologia – UNIPAR	25 (22 [9,5]; 17-61)	23 (20 [6,9]; 17-47)	> 0,05
Total	23 (20 [8,9]; 17-74)	22 (20 [6,0]; 17-47)	> 0,05

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Após a leitura do caso simulado, a “ré bonita” foi condenada por homicídio doloso por 42 (58,3% [42/72]) participantes, enquanto a “ré feia” foi condenada por 38 (44,7% [38/85]) participantes ($p = 0,039$). Houve diferença estatisticamente significativa entre a proporção de participantes que considerou que a ré bonita assumiu o risco de causar a morte da vítima (dolo eventual). Não houve, entretanto, diferença entre os grupos quanto ao número de anos de pena sugerida, com média de 9,8 anos de pena para a “ré bonita” (mediana de 8,5 [$\pm$ 4,3] anos, variando entre 6 e 20 anos de pena) e 10,6 anos de pena para a “ré feia” (mediana de 10 [$\pm$ 4,7] anos, variando entre 6 e 20 anos de pena; $p > 0,05$).

A “ré bonita” teve o crime de homicídio doloso desclassificado para homicídio culposo na condução de veículo automotor por 23 (31,9% [23/72]) participantes, enquanto a “ré feia” teve a desclassificação proposta por 42 (49,4% [42/85]) participantes ($p = 0,039$). A pena média para a ré bonita foi de 6,4 anos (mediana de 6 [$\pm$ 1,3] anos, variando entre 5 e 8 anos de pena), comparada com 5,6 anos de pena para a ré feia (mediana de 5 [$\pm$ 1,0] anos, variando entre 5 e 8 anos de pena; $p = 0,022$).

Esses resultados têm relevância prática no julgamento de casos com resultado morte pelo Tribunal do Júri, pois a competência constitucional dos jurados é apenas para os crimes dolosos contra a vida. Nos casos em que os jurados desclassificam o crime de doloso para culposo na segunda fase do procedimento do júri – julgamento da causa pelo Conselho de sentença (*judicium causae*) –, o presidente do Júri deve reconhecer que o crime não é da competência do Tribunal do Júri, cabendo a ele proferir a sentença. Nesse contexto, os resultados do nosso estudo mostram que as rés mais atraentes teriam maior probabilidade de serem julgadas pelos juízes leigos do Tribunal do Júri, enquanto as rés menos atraentes teriam maior probabilidade de serem julgadas pelos juízes togados dos Tribunais de Justiça.

Treze (8,3%) participantes concluíram pela absolvição da ré – 7 (9,7% [7/72]) para a “ré bonita” e 5 (5,9% [5/85]) para a “ré feia”; $p > 0,05$ –, concluindo que não houve dolo ou culpa na morte da vítima, devendo a ré ser punida apenas administrativamente com multa e suspensão do direito de dirigir por 12 meses. Os resultados estratificados para o sexo e curso universitário dos participantes estão detalhados, respectivamente, nas Tabelas 3 e 4.

Tabela 3 – Condenação, desclassificação e absolvição entre réus “bonitas” e “feias” de acordo com o sexo dos participantes

Julgamento	Masculino		Valor de p	Feminino		Valor de p
	Ré bonita n. (%)	Ré feia n. (%)		Ré bonita n. (%)	Ré feia n. (%)	
Condenação	11 (50,0)	14 (43,8)		31 (62,0)	24 (45,3)	
Desclassificação	09 (40,9)	16 (50,0)	> 0,05	14 (28,0)	26 (49,1)	0,0395
Absolvição	02 (9,1)	02 (6,3)	> 0,05	05 (10,0)	03 (5,7)	> 0,05
Total	22 (100)	32 (100)		50 (100)	53 (100)	

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Tabela 4 – Condenação, desclassificação e absolvição entre réus “bonitas” e “feias” de acordo com o curso universitário dos participantes

Julgamento	Contábeis – FAG		Valor de p	Psicologia – UNIPAR		Valor de p
	Ré bonita n. (%)	Ré feia n. (%)		Ré bonita n. (%)	Ré feia n. (%)	
Condenação	18 (60,0)	22 (62,9)		24 (57,1)	16 (32,0)	
Desclassificação	11 (36,7)	12 (34,3)	> 0,05	12 (28,6)	30 (60,0)	0,0042
Absolvição	01 (3,3)	01 (2,9)	> 0,05	06 (14,3)	04 (8,0)	> 0,05
Total	30 (100)	35 (100)		42 (100)	50 (100)	

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Em relação às comparações entre os réus “bonito” *versus* “feio”, não houve diferença estatisticamente significativa entre a proporção de participantes que condenou os réus por dolo eventual, desclassificou o crime de homicídio doloso para homicídio culposo na condução de veículo automotor, ou absolveu os réus ($p > 0,05$ para todas as análises).

O “réu bonito” foi condenado por homicídio doloso por 39 (45,3% [39/86]) participantes, enquanto o “réu feio” foi condenado por 55 (53,4% [55/103]) participantes ($p > 0,05$). Também não houve diferença entre os grupos quanto ao número de anos de pena sugerido, com média de 9,7 anos de pena para o “réu bonito” (mediana de 8 [$\pm$ 4,2] anos, variando entre 6 e 20 anos de pena) e 11 anos de pena para o “réu feio” (mediana de 10 [$\pm$ 4,4] anos, variando entre 6 e 20 anos de pena, $p > 0,05$). O “réu bonito” teve o

crime de homicídio doloso desclassificado para homicídio culposo na condução de veículo automotor por 44 (51,2% [44/86]) participantes, enquanto o “réu feio” teve a desclassificação proposta por 47 (45,6% [47/103]) participantes ($p > 0,05$). A pena média para o réu bonito foi de 6,1 anos (mediana de 5,5 [$\pm$ 1,2] anos, variando entre 5 e 8 anos de pena), comparada com 5,9 anos de pena para o réu feio (mediana de 5 [$\pm$ 1,2] anos, variando entre 5 e 8 anos de pena, $p > 0,05$). Por fim, apenas 4 (2,1%) participantes concluíram pela absolvição – 3 (3,5% [3/86]) para o “réu bonito” e 1 (1% [1/103]) para o “réu feio” ($p > 0,05$) –, concluindo que não houve dolo ou culpa na morte da vítima. Os resultados comparativos entre os réus “bonito” e “feio” estratificados para o sexo e curso universitário dos participantes estão resumidos nas Tabelas 5 e 6, respectivamente.

Tabela 5 – Condenação, desclassificação e absolvição entre réus “bonitos” e “feios” de acordo com o sexo dos participantes

Julgamento	Masculino		Valor p	Feminino		Valor p
	Réu bonito n. (%)	Réu feio n. (%)		Réu bonito n. (%)	Réu feio n. (%)	
Condenação	12 (48,0)	22 (48,9)		27 (44,3)	33 (56,9)	
Desclassificação	11 (44,0)	22 (48,9)	> 0,05	33 (54,1)	25 (43,1)	> 0,05
Absolvição	02 (8,0)	01 (2,2)	> 0,05	01 (1,6)	00 (0,0)	> 0,05
Total	25 (100)	45 (100)		61 (100)	58 (100)	

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Tabela 6 – Condenação, desclassificação e absolvição entre réus “bonitos” e “feios” de acordo com o curso universitário dos participantes

Julgamento	Contábeis – FAG		Valor p	Psicologia – UNIPAR		Valor p
	Réu bonito n. (%)	Réu feio n. (%)		Réu bonito n. (%)	Réu feio n. (%)	
Condenação	12 (30,8)	22 (51,2)		27 (57,4)	33 (55,0)	
Desclassificação	26 (66,7)	20 (46,5)	0,060	18 (38,3)	27 (45,0)	> 0,05
Absolvição	01 (2,6)	01 (2,3)	> 0,05	02 (4,3)	00 (0,0)	> 0,05
Total	39 (100)	43 (100)		47 (100)	60 (100)	

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Apesar de a beleza em geral exercer um papel de leniência nas decisões judiciais, o experimento realizado nesta pesquisa não corroborou tais resultados. Neste estudo, a “ré bonita” teve maiores taxas de condenação por homicídio doloso na condução de veículo automotor do que a “ré feia” (58,3% versus 44,7%, $p = 0,039$). Além disso, a “ré feia” teve a desclassificação do crime doloso para culposo por 49,4% dos participantes, em comparação com 31,9% para a “ré bonita” ($p = 0,039$), bem como menor tempo de pena (medianas de 5 [$\pm 1,0$] anos *versus* 6 [$\pm 1,3$] anos; $p = 0,022$). Estratificados para o sexo e o curso universitário dos participantes, as diferenças nas taxas de condenação e desclassificação foram maiores nas participantes do sexo feminino e nos estudantes do Curso de

Psicologia, em comparação com os participantes do sexo masculino e os estudantes do Curso de Ciências Contábeis, respectivamente.

Esses resultados são compatíveis com outros estudos, que sugeriram que as juradas mulheres podem ser menos lenientes com acusadas mais atraentes (Ford, 1986; Karcher, 1969; Patry, 2008). Semelhantemente, Lytle (2015) defendeu que réus muito atraentes podem gerar um efeito contrário ao comumente esperado – denominado atratividade-aspreza. Nesses casos, quanto mais atraente for o réu, mais severo pode ser o julgamento desse réu pelo jurado. Por fim, o trabalho de Friend e Vinson (1974) revelou que os participantes que foram instruídos a desconsiderar as características dos réus e a serem imparciais em seus julgamentos

condenaram o réu atraente a mais anos de prisão do que o réu não atraente, demonstrando que o fomento à racionalidade no caso gerou uma diminuição do efeito “o que é belo é bom”.

A diferença encontrada nos universitários dos cursos de Psicologia e Ciências Contábeis pode ser decorrente da maior idade média dos primeiros ($23 \pm 7,6$ *versus* $21 \pm 6,4$, $p = 0,003$), visto que a idade tem demonstrado uma distorção em direção à benevolência em jurados mais jovens (Jesus, 2001), bem como ao raciocínio mais subjetivo e social relacionado às Ciências Humanas, em comparação ao raciocínio lógico-matemático das Ciências Exatas, mas essa associação deve ser confirmada por novos estudos.

Em relação aos réus do sexo masculino, apesar de não ter havido diferença estatisticamente significativa entre a proporção geral de participantes que condenou ou desclassificou o crime para o réu “bonito”, em comparação com o réu “feio”, após estratificação para o curso universitário, observou-se que a diferença entre os réus aproximou-se da significância estatística no Curso de Ciências Contábeis (30,8% de condenação para a réu bonito *versus* 51,2% para a réu feio; e 66,7% de desclassificação para o réu bonito *versus* 46,5% para o réu feio; $p = 0,060$ [TABELA 7]), mas não no Curso de Psicologia.

Outra possível limitação de nossa pesquisa pode estar relacionada ao tipo de crime avaliado. Mazzella e Feingold (1994) encontraram um significativo viés de leniência para réus atraentes, mas sugeriram que o efeito pode depender do tipo de crime, pois os casos com resultado morte, devido à gravidade de suas consequências, tendem a sofrer menos efeitos do viés de atratividade, ou seja, a gravidade do crime se sobrepõe à influência da beleza.

5 CONCLUSÃO

A beleza é um conceito que atrai o interesse intelectual há, pelo menos, dois milênios. Diversas pesquisas foram realizadas para examinar se a atratividade física confere alguma vantagem em variadas circunstâncias da vida. Em geral, as descobertas geradas a partir desse corpo de pesquisas revelam que as pessoas que são vistas como fisicamente mais atraentes têm mais benefícios que as pessoas menos atraentes, inclusive no sistema de Justiça Criminal. Todavia, a beleza também pode agir como fator prejudicial, dependendo das circunstâncias e gravidade do crime.

Com base no presente estudo, em casos de homicídio na condução de veículos automotores, as taxas de condenação por dolo eventual são maiores para acusadas “bonitas” do sexo feminino, e as taxas de desclassificação de homicídio doloso para homicídio culposo são maiores para acusadas consideradas “feias”, com penas de reclusão maiores para as mulheres mais atraentes, especialmente nos casos em que as julgadoras são do sexo feminino. Em relação aos réus do sexo masculino, nosso estudo demonstra que não há influência da beleza na proporção de condenação por dolo eventual, desclassificação do crime para homicídio culposo ou absolvição dos réus, nem na dosimetria das penas.

Novos experimentos precisam ser realizados, especialmente em casos de crimes dolosos contra a vida de competência dos Tribunais do Júri, bem como os casos de homicídio culposo que são julgados por juízes togados, com o objetivo de permitir que tenhamos uma visão mais científica e apurada dos possíveis efeitos que a atratividade dos réus exerce sobre as decisões dos jurados e magistrados. Deve-se cuidar para controlar os vieses de idade, raça, sexo e formação universitária dos acusados e julgadores. Pesquisas futuras também precisam explorar as formas de reduzir os

vieses relacionados à atratividade física, sendo uma área de investigação relevante para garantir que o sistema de Justiça Criminal funcione de maneira mais justa e imparcial. Para isso, os indivíduos envolvidos nos julgamentos cíveis e criminais devem estar cientes e conscientes desses vieses.

REFERÊNCIAS

- ABEL, Millicent H.; WATTERS, Heather. Attributions of guilt and punishment as functions of physical attractiveness and smiling. **The Journal of Psychology**, Oxfordshire, v. 145, n. 6, p. 687-702, 2005.
- BEAVER, Kevin M.; BOCCIO, Cashen; SMITH, Sven; FERGUSON, Chris, J. Physical attractiveness and criminal justice processing: results from a longitudinal sample of youth and young adults. **Psychiatry, Psychology, and Law**, Oxfordshire, v. 26, n. 4, p. 669-681, 2019.
- DION, Karen; BERSCHIED, Ellen; WALSTER, Elaine. What is beautiful is good. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, v. 24, n. 3, p. 285-290, 1972.
- DIPBOYE, Robert L.; ARVEY, Richard D.; TERPSTRA, David E. Sex and physical attractiveness of raters and applicants as determinants of resumé evaluations. **Journal of Applied Psychology**, Washington, v. 63, n. 3, p. 288-294, 1977.
- EAGLY, Alice H.; ASHMORE, Richard D.; MAKHIJANI, Mona G.; LONGO, Laura C. What is beautiful is good, but...: A meta-analytic review of research on the physical attractiveness stereotype. **Psychological Bulletin**, Washington, v. 110, n. 1, p. 109-128, 1991.
- EFRAN, Michael G. The effect of physical appearance on the judgment of guilt, interpersonal attraction, and severity of recommended punishment in a simulated jury task. **Journal of Experimental Research in Personality**, London, v. 8, p. 45-54, 1974.
- FORD, Mari C. The role of extralegal factors in jury verdicts. **The Justice System Journal**, Williamsburg, v. 11, n. 1, p. 16-39, 1986.
- FREVERT, Tonya K.; WALKER, Lisa Slattery. Physical attractiveness and social status. **Sociology Compass**, Thousand Oaks, v. 8, n. 3, p. 313-323, 2014.
- FRIEND, Ronald M.; VINSON, Michael. Leaning over backwards: juror's responses to defendant's attractiveness. **Journal of Communication**, Oxford, v. 24, n. 3, p. 124-129, 1974.
- GRIFFING, Angela M.; LANGLOIS, Judith H. Stereotype directionality and attractiveness stereotyping: is beauty good or is ugly bad? **Social Cognition**, [S. l.]: v. 24, n. 2, p. 187-206, 2006.
- JAMROZIK, Anja; ALI, Michelle Oraa; SARWER, David B.; CHATTERJEE, Anjan. More than skin deep: Judgments of individuals with facial disfigurement. **Psychology of Aesthetics, Creativity, and the Arts**, [S. l.]: v. 13, n. 1, p. 117-129, 2019.
- JESUS, Fernando de. **Psicologia aplicada à justiça**. Goiânia: AB, 2001, p. 52-62.
- KARCHER, Joseph T. The importance of the voir dire. **The practical lawyer**, London, v. 15, n. 1, p. 49-56, 1969.
- LANDY, David; ARONSON, Elliot. The influence of the character of the criminal and his victim on the decisions of simulated jurors. **Journal of Experimental Social Psychology**, Amsterdam, v. 5, n. 2, p. 141-152, 1969.
- LANGLOIS, Judith H.; KALAKANIS, Lisa; RUBENSTEIN, Adam J.; LARSON, Andrea; HALLAM, Monica; SMOOT, Monica. Maxims or myths of beauty? A

meta-analytic and theoretical review. **Psychological Bulletin**, Washington, v. 126, n. 3, p. 390-423, 2000.

LOUREIRO, Ythalo Frota. Técnicas de argumentação para o promotor do júri. **ACMP**. Fortaleza, 25 abr. 2016. Disponível em: <https://acmp-ce.org.br/2016/04/tecnicas-de-argumentacao-para-o-promotor-do-juri-por-ythalo-frota-loureiro>. Acesso em: 19 out. 2023.

LYTLE, Robert D. **What is beautiful is innocent**: the effect of defendant physical attractiveness and strength of evidence on juror decision-making. **ResearchGate**. [S. l., 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283056488_What_is_Beautiful_is_Innocent_The_Effect_of_Defendant_Physical_Attractiveness_and_Strength_of_Evidence_on_Juror_Decision-Making. Acesso em: 19 out. 2023.

MAZZELLA, Ronald; FEINGOLD, Alan. The effects of physical attractiveness, race, socioeconomic status, and gender of defendants and victims on judgments of mock jurors: a meta-analysis. **Journal of Applied Social Psychology**, Hoboken, v. 24, n. 15, p. 1315-1344, 1994.

NEDELEC, Joseph L.; BEAVER, Kevin M. Physical attractiveness as a phenotypic marker of health: an assessment using a nationally representative sample of American adults. **Evolution and Human Behavior**, Amsterdam, v. 35, n. 6, p. 456-463, 2014.

PALMER, Carl L.; PETERSON, Rolfe Daus. Physical Attractiveness, halo effects, and social joining. **Social Science Quarterly**, Hoboken, v. 102, n. 1, p. 552-566, 2021.

PATRY, Marc W. Attractive but guilty: deliberation and the physical attractiveness bias. **Psychological Reports**, Thousand Oaks, v. 102, n. 3, p. 727-733, 2008.

RIFON, Nora J.; JIANG, Mengtian, KIM, Sookyong. Don't hate me because I am beautiful: identifying the relative influence of celebrity attractiveness and character traits on credibility. **Advances in Advertising Research**, [S. l.], v. 6, p. 125-134, 2015.

SCHVEY, Natasha A.; PUHL, Rebecca M.; LEVANDOSKI, Katherine A.; BROWNELL, K. D. The influence of a defendant's body weight on perceptions of guilt. **International Journal of Obesity**, London, v. 37, n. 9, p. 1275-1281, 2013.

SKOV, Martin; NADAL, Marcos. The nature of beauty: behavior, cognition, and neurobiology. **Annals of the New York Academy of Sciences**, Hoboken, v. 1488, n. 1, p. 44-55, 2021.

SLATER, Alan; SCHULENBURG, Charlotte Von der; BROWN, Elizabeth; BADENOCH, Marion; BUTTERWORTH, George; PARSONS, Sonia; SAMUELS, Curtis. Newborn infants prefer attractive faces. **Infant Behavior & Development**, Amsterdam, v. 21, n. 2, p. 345-354, 1998.

STEWART, John E. Defendant's attractiveness as a factor in the outcome of criminal trials: an observational study. **Journal of Applied Social Psychology**, Hoboken, v. 10, n. 4, p. 348-361, 1980.

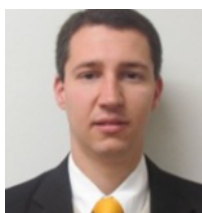
THIRUCHSELVAM, Ravi; HARPER, Jessica; HOMER, Abigail L. Beauty is in the belief of the beholder: cognitive influences on the neural response to facial attractiveness. **Social Cognitive and Affective Neuroscience**, Oxford, v. 11, n. 12, p. 1999-2008, 2016.

THORNHILL, Randy; GANGESTAD, Steven W. Facial attractiveness. **Trends in Cognitive Sciences**, Amsterdam, v. 3, n. 12, p. 452-460, 1999.



**KAREN RICHTER PEREIRA
DOS SANTOS ROMERO**

Graduada em Psicologia na Universidade Tuiuti do Paraná; Psicóloga jurídica no Ministério Público do Estado do Paraná; Fellow na área de Psiquiatria Infantil pela Johns Hopkins University; Especialista em Psicologia Hospitalar; Especialista em Psicologia Jurídica; Especialista em Psicanálise Clínica; e Mestranda em Psicologia Forense pela Universidade Tuiuti do Paraná.



**TIAGO GAGLIANO PINTO
ALBERTO**

Professor do Mestrado em Psicologia Forense da Universidade Tuiuti do Paraná; Mestre em Direito pela PUC/PR; Doutor em

Direito pela UFPR; Pós-doutor em Filosofia na PUC/PR; Pós-doutor em Psicologia Cognitiva na PUC/RS; Pós-doutor em Direito pela Universidad de León/Espanha; e Pós-doutor em Direito pela PUC/PR.



**FREDERICO RAMALHO
ROMERO**

Graduado em Medicina na UFPR e em Direito na FAG; Research Fellow pela Johns Hopkins University; Mestre e Doutor em Medicina pela UFPR; Pós-doutor em Medicina pela UFPR; e Doutor em Filosofia pela UNIOESTE.

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio institucional do Centro Universitário da Faculdade Assis Gurgacz – Cascavel, Universidade Paranaense – Cascavel, Ministério Público do Estado do Paraná e Universidade Tuiuti do Paraná.

Educação permanente para agentes comunitários de saúde visando aprimoramento da prática profissional: Revisão Integrativa

Continuing education for community health agents to improve professional practice: Integrative Review

Gislaine Aneanes da Silva^a, Júlia Leão Ávila Pessoa, Renan Sallazar Ferreira Pereira, Mirian Cristina Dos Santos Almeida.

^aUniversidade Federal do Tocantins. E-mail: gislaine.aneanes@mail.uft.edu.br

Resumo: Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) constituem uma categoria profissional cuja formação é desenvolvida durante a prática laboral. Assim, se faz necessário ações de educação permanente em saúde (EPS) buscando conhecimento técnico para a execução efetiva de suas atividades laborais. Nesse sentido, esse estudo buscou identificar como a literatura retrata a EPS para ACS, visando o aprimoramento da prática profissional. Foi realizado revisão integrativa seguindo as etapas: elaboração da pergunta norteadora; busca ou amostragem na literatura; coleta de dados; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados; apresentação da revisão integrativa. A busca na literatura ocorreu na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PUBMED (Medical Published service of the U.S. National Library of Medicine), Scopus (SciVerse Scopus), EMBASE e Web Of Science. Os artigos foram selecionados a partir de 2019, utilizando descritores específicos. Após análise criteriosa, oito artigos foram escolhidos por dupla escolha utilizando a plataforma RAYYAN. Todos os artigos encontrados possuem nível de evidência fraca condição que indica a carência de estudos mais robustos com intuito de monitorar as ações de EPS e seus efeitos na prática profissional do ACS. A experiência de qualificação capacitando-os para lidar com situações do contexto laboral, proporciona segurança e confiança no desempenho de suas funções. Além disso, possibilita a reflexão sobre suas atribuições profissionais e a responsabilização nas ações de educação e promoção da saúde. A partir dos estudos analisados a EPS é considerada uma ferramenta essencial na reconfiguração das práticas, representando a aprimoração da conduta profissional.

Palavras-chave: Agentes comunitários de saúde; qualificação profissional; educação em saúde; educação continuada.

Abstract: Community Health Agents (CHA) constitute a professional category whose training is developed during work practice. Therefore, continuing health education (EPS) actions are necessary, seeking technical knowledge for the effective execution of their work activities. In this sense, this study sought to identify how the literature portrays EPS for CHAs, aiming to improve professional practice. An integrative review was carried out following the steps: elaboration of the guiding question; literature search or sampling; data collect; critical analysis of included studies; discussion of results; presentation of the integrative review. The literature search took place in the Virtual Health Library (VHL), PUBMED (Medical Published service of the U.S. National Library of Medicine), Scopus (SciVerse Scopus), EMBASE and Web Of Science. The articles were selected from 2019, using specific descriptors. After careful analysis, eight articles were chosen by double choice using the RAYYAN platform. All articles found have a weak level of evidence, which indicates the lack of more robust studies aimed at monitoring EPS actions and their effects on the professional practice of CHWs. The qualification experience, enabling them to deal with situations in the work context, provides security and confidence in carrying out their duties. Furthermore, it allows them to reflect on their professional

responsibilities and take responsibility for education and health promotion actions. From the studies analyzed, EPS is considered an essential tool in reconfiguring practices, representing the improvement of professional conduct.

Keywords: Community health agents; professional qualification; health education; continuing education.

Submetido em: 12/12/2023.

Aceito em: 13/12/2023.

1 INTRODUÇÃO

O Agente Comunitário de Saúde (ACS) deve atender a alguns critérios para o desempenho de suas atribuições, incluindo a condição de ser um membro da comunidade alvo de sua atuação, possuir formação acadêmica correspondente ao ensino médio completo e concluir o curso de formação inicial oferecido pelo empregador, que requer uma carga horária mínima de 40 horas (Brasil, 2018).

Nesse contexto, a qualificação profissional do ACS é predominantemente adquirida durante o exercício prático da profissão, uma vez que o curso inicial não abrange integralmente todas as áreas temáticas essenciais para que o profissional desempenhe suas funções com o mais elevado grau de eficácia, beneficiando tanto ele quanto a comunidade atendida.

Ademais, em virtude do profissional ser integrante da comunidade e ser responsável pelo elo desta com o serviço de saúde, é imperativo que ele integre o conhecimento popular da realidade local com o conhecimento científico presente no seu ambiente laboral.

Como uma abordagem para lidar com a problemática, associada à insuficiência de preparo e visando mitigar as lacunas na qualificação profissional desses indivíduos, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) empregam a Educação Permanente em Saúde (EPS) como instrumento de aprimoramento profissional.

A EPS fundamenta-se na assimilação de conhecimentos de forma significativa,

colaborativa e reflexiva, apresentando potencial transformador nas práticas profissionais. Essa modalidade de aprendizado ocorre de maneira intrínseca ao ambiente organizacional, sendo elaborada pelos indivíduos a partir de suas experiências cotidianas. Caracteriza-se como uma aprendizagem in loco, com e para a prestação de serviços, destacando a importância da reflexão crítica, do trabalho coletivo e da interprofissionalidade para a qualificação e redefinição dos processos laborais. Adicionalmente, leva em consideração, para a construção do conhecimento, os saberes prévios, associados aos desafios enfrentados no contexto diário do trabalho em saúde, bem como às necessidades individuais de cada profissional (Brasil, 2007).

Assim, esta revisão é de significativa relevância, considerando que os ACS adquirem sua formação predominantemente no exercício de sua profissão. Nesse contexto, torna-se imperativo compilar informações acerca das práticas de EPS conduzidas com esses profissionais.

Nesse contexto pretende-se elucidar a seguinte questão: como a literatura retrata a educação permanente para agentes comunitários de saúde, visando o aprimoramento da prática profissional?

2 METODOLOGIA

Caracteriza-se esse estudo como uma revisão integrativa (RI), da literatura nacional e internacional a fim de realizar uma síntese de conhecimento sobre a educação permanente com Agentes Comunitários de Saúde para prática

profissional. RI conceitua-se um estudo com análise de pesquisa que busca entender sobre determinado conteúdo através da observação criteriosa e minuciosa das literaturas, visando a clareza de determinado assunto, além de apontar lacunas do conhecimento que possam ser preenchidas com a realização de novos estudos (Mendes, Silveira e Galvão, 2019).

Este estudo foi elaborado baseando-se nas 6 (seis) fases de construção de uma RI da literatura, proposto por Souza, Silva e Carvalho (2010): 1ª Fase: elaboração da pergunta norteadora, 2ª Fase: busca ou amostragem na literatura, 3ª Fase: coleta de dados, 4ª Fase: análise crítica dos estudos incluídos, 5ª Fase: discussão dos resultados, 6ª Fase: apresentação da revisão integrativa.

Como ponto de partida, foi definida a seguinte questão central que orientou o estudo: como a literatura retrata a educação permanente para agentes comunitários de saúde, visando o aprimoramento da prática profissional? Utilizou-se a estratégia PICO, onde: P- População= Agentes Comunitários de Saúde; I- Intervenção= Educação Permanente; CO - Contexto= Prática Profissional.

A busca na literatura ocorreu com entrada via Portal de Periódicos da Capes, utilizando a ferramenta CAFE com acesso institucional da Universidade Federal do Tocantins nos seguintes recursos informacionais: portal Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), onde se encontram disponíveis dados da Literatura Latino-americana e Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), biblioteca online Scientific Electronic Library Online (SciELO), base de dados internacionais PUBMED (Medical Published service of the U.S. National Library of Medicine), além do Scopus

(SciVerse Scopus), EMBASE e Web Of Science. Para inspeção dos artigos, utilizou-se os descritores e suas combinações português e inglês, com auxílio dos operadores booleanos AND e OR. Cabe destacar que a expressão de busca (Quadro 1) foi construída e ajustada as regras definidas em cada base de dados e os pesquisadores contaram com o suporte técnico de uma bibliotecária do Campus Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Biblioteca J. Baeta Vianna)

Para seleção dos trabalhos foram considerados os seguintes critérios de inclusão, estudos que abordassem temas relacionados à EPS como forma de qualificação para prática profissional de ACS, publicados no período de 2019 a 2023, disponíveis na íntegra nos idiomas português, inglês e espanhol. Os critérios de exclusão foram artigos que não vão de encontro com o tema proposto, artigos duplicados, resumos de seminários, teses, monografias, capítulos de livros.

Para a triagem, eliminação de duplicatas e seleção dos artigos, empregou-se o software online Rayyan, reconhecido como uma ferramenta segura para esse propósito (Valizadeh *et al.*, 2022). O processo de seleção de busca foi realizado simultaneamente por dois pesquisadores, inicialmente com base na leitura minuciosa dos títulos e resumos. Em caso de discordância, procurou-se um consenso dos demais pesquisadores envolvidos no estudo, para evitar o viés de aferição. A eleição foi realizada pela dupla checagem dos resumos e leitura na íntegra de cada estudo selecionado, conforme aqueles que abordavam, em específico, o objeto de estudo da presente revisão integrativa e que atendiam os critérios de inclusão.

Quadro 1 – Estratégia de busca das publicações

(continua)

BASE	ESTRATÉGIA
BVS*	("ACS" OR "Agente Comunitário de Saúde" OR "Agente de Saúde Comunitária" OR "Agente de Saúde Pública" OR "Agentes de Saúde Comunitária" OR "Agentes de Saúde Pública" OR "Auxiliares de Saúde Comunitária" OR "Médicos de Pés Descalços" OR "Programa de Agentes Comunitários de Saúde" OR "Trabalhador de Postos de Saúde" OR "Aide, Community Health" OR "Aides, Community Health" OR "Barefoot Doctor" OR "Barefoot Doctors" OR "Community Health Aide" OR "Community Health Aides" OR "Community Health Worker" OR "Doctor, Barefoot" OR "Doctors, Barefoot" OR "Family Planning Personnel" OR "Family Planning Personnel Characteristics" OR "Health Aide, Community" OR "Health Aides, Community" OR "Health Worker, Community" OR "Health Worker, Village" OR "Health Workers, Community" OR "Health Workers, Village" OR "Personnel, Family Planning" OR "Planning Personnel, Family" OR "Village Health Worker" OR "Village Health Workers" OR "Worker, Community Health" OR "Worker, Village Health" OR "Workers, Community Health" OR "Workers, Village Health" OR "Estratégia Saúde Familiar" OR "Estratégia Saúde da Família" OR "Estratégia Saúde da Família" OR "Estratégia da Saúde da Família" OR "Estratégia de Saúde Familiar" OR "Estratégia de Saúde da Família" OR "Estratégias Nacionais" OR "Estratégias Nacionais de Saúde" OR "Estratégias Sanitárias Nacionais" OR "PET Saúde da Família" OR "Programa Saúde da Família" OR "Programa Saúde da Família" OR "Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde" OR "Programa de Saúde Familiar" OR "Programa de Saúde da Família" OR "Health Strategies, National" OR "National Strategies" OR "Atendimento Básico" OR "Atendimento Primário" OR "Atendimento Primário de Saúde" OR "Atenção Básica" OR "Atenção Básica à Saúde" OR "Atenção Básica de Saúde" OR "Atenção Primária" OR "Atenção Primária de Saúde" OR "Atenção Primária em Saúde" OR "Cuidado de Saúde Primário" OR "Cuidado Primário de Saúde" OR "Cuidados de Saúde Primários" OR "Cuidados Primários" OR "Cuidados Primários à Saúde" OR "Cuidados Primários de Saúde" OR "Primeiro Nível de Assistência" OR "Primeiro Nível de Atendimento" OR "Primeiro Nível de Atenção" OR "Primeiro Nível de Atenção à Saúde" OR "Primeiro Nível de Cuidado" OR "Primeiro Nível de Cuidados" OR "Family Planning Personnel Characteristics" OR "Care, Primary Health" OR "Health Care, Primary" OR "Primary Healthcare" OR "Healthcare, Primary" OR "Primary Care" OR "Care, Primary") AND ("Educação continuada" OR "Aprendizado Contínuo" OR "Educação Contínua" OR "Educação Permanente" OR "Formação Continuada" OR "Education, Continuing" OR "Continuous Learning" OR "Learning, Continuous" OR "Lifelong Learning" OR "Learning, Lifelong" OR "Life-Long Learning" OR "Learning, Life-Long" OR "Learnings, Life-Long" OR "Life Long Learning" OR "Life-Long Learnings" OR "Continuing Education") AND ("Prática profissional" OR "Exercício profissional" OR "Professional Practice" OR "Practice, Professional" OR "Practices, Professional" OR "Professional Practices")
EMBASE (Via Portal Capes)	('health auxiliary' OR 'primary health care') AND ('continuing education') AND ('professional practice')

Quadro 1 – Estratégia de busca das publicações

(conclusão)

BASE	ESTRATÉGIA
MEDLINE VIA PUBMED	(“Aide, Community Health” OR “Aides, Community Health” OR “Barefoot Doctor” OR “Barefoot Doctors” OR “Community Health Aide” OR “Community Health Aides” OR “Community Health Worker” OR “Doctor, Barefoot” OR “Doctors, Barefoot” OR “Family Planning Personnel” OR “Family Planning Personnel Characteristics” OR “Health Aide, Community” OR “Health Aides, Community” OR “Health Worker, Community” OR “Health Worker, Village” OR “Health Workers, Community” OR “Health Workers, Village” OR “Personnel, Family Planning” OR “Planning Personnel, Family” OR “Village Health Worker” OR “Village Health Workers” OR “Worker, Community Health” OR “Worker, Village Health” OR “Workers, Community Health” OR “Workers, Village Health” OR “Health Strategies, National” OR “National Strategies” OR “Family Planning Personnel Characteristics” OR “Care, Primary Health” OR “Health Care, Primary” OR “Primary Healthcare” OR “Healthcare, Primary” OR “Primary Care” OR “Care, Primary”) AND (“Education, Continuing” OR “Continuous Learning” OR “Learning, Continuous” OR “Lifelong Learning” OR “Learning, Lifelong” OR “Life-Long Learning” OR “Learning, Life-Long” OR “Learnings, Life-Long” OR “Life Long Learning” OR “Life-Long Learnings” OR “Continuing Education”) AND (“Professional Practice” OR “Practice, Professional” OR “Practices, Professional” OR “Professional Practices”)
WEB OF SCIENCE (Via Portal Capes)	("Aide, Community Health" OR "Aides, Community Health" OR "Barefoot Doctor" OR "Barefoot Doctors" OR "Community Health Aide" OR "Community Health Aides" OR "Community Health Worker" OR "Doctor, Barefoot" OR "Doctors, Barefoot" OR "Family Planning Personnel" OR "Family Planning Personnel Characteristics" OR "Health Aide, Community" OR "Health Aides, Community" OR "Health Worker, Community" OR "Health Worker, Village" OR "Health Workers, Community" OR "Health Workers, Village" OR "Personnel, Family Planning" OR "Planning Personnel, Family" OR "Village Health Worker" OR "Village Health Workers" OR "Worker, Community Health" OR "Worker, Village Health" OR "Workers, Community Health" OR "Workers, Village Health" OR "Health Strategies, National" OR "National Strategies" OR "Family Planning Personnel Characteristics" OR "Care, Primary Health" OR "Health Care, Primary" OR "Primary Healthcare" OR "Healthcare, Primary" OR "Primary Care" OR "Care, Primary") AND ("Education, Continuing" OR "Continuous Learning" OR "Learning, Continuous" OR "Lifelong Learning" OR "Learning, Lifelong" OR "Life-Long Learning" OR "Learning, Life-Long" OR "Learnings, Life-Long" OR "Life Long Learning" OR "Life-Long Learnings" OR "Continuing Education") AND ("Professional Practice" OR "Practice, Professional" OR "Practices, Professional" OR "Professional Practices")
SCOPUS (Via Portal Capes)	("Community Health Aide" OR "Community Health Aides" OR "Community Health Worker" OR "National Health Strategies" OR "Primary Health Care") AND ("Education, Continuing")

* Os resultados do MEDLINE foram excluídos da BVS, uma vez que eles serão analisados via PubMed.

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

A extração de dados dos artigos selecionados foi realizada pelos pesquisadores com a inclinação da orientadora. Procedeu-se inicialmente com tradução, leitura e interpretação dos resultados obtidos. Em seguida, realizou-se a caracterização, extraindo informações como o título, o país onde o estudo foi realizado, o ano de publicação, o idioma utilizado, a base de dados consultada e o objetivo do estudo. Posteriormente, realizou-se a síntese dos materiais e métodos utilizados, assim como dos principais resultados e recomendações apresentados pelos autores.

Para hierarquizar as evidências encontradas nos estudos, adotou-se os seguintes critérios (Melnyk, Fineoutoverholt, 2019): nível 1, para revisões sistemáticas e metanálise de ensaios clínicos randomizados; nível 2, para ensaios clínicos randomizados; nível 3, para ensaio controlado não randomizado; nível 4 para estudos caso-controle ou coorte; nível 5, para revisões sistemáticas de estudos qualitativos ou descritivos; nível 6, estudos qualitativos ou descritivos; e nível 7, para parecer de autoridades e relatórios de comitês de especialistas. Os níveis 1 e 2 são classificados como fortes, 3 e 4 moderados e 6 e 7 como fracos.

Ao término, conduziu-se à discussão e exposição dos resultados obtidos referente ao assunto abordado. Adicionalmente, realizou-se a compilação

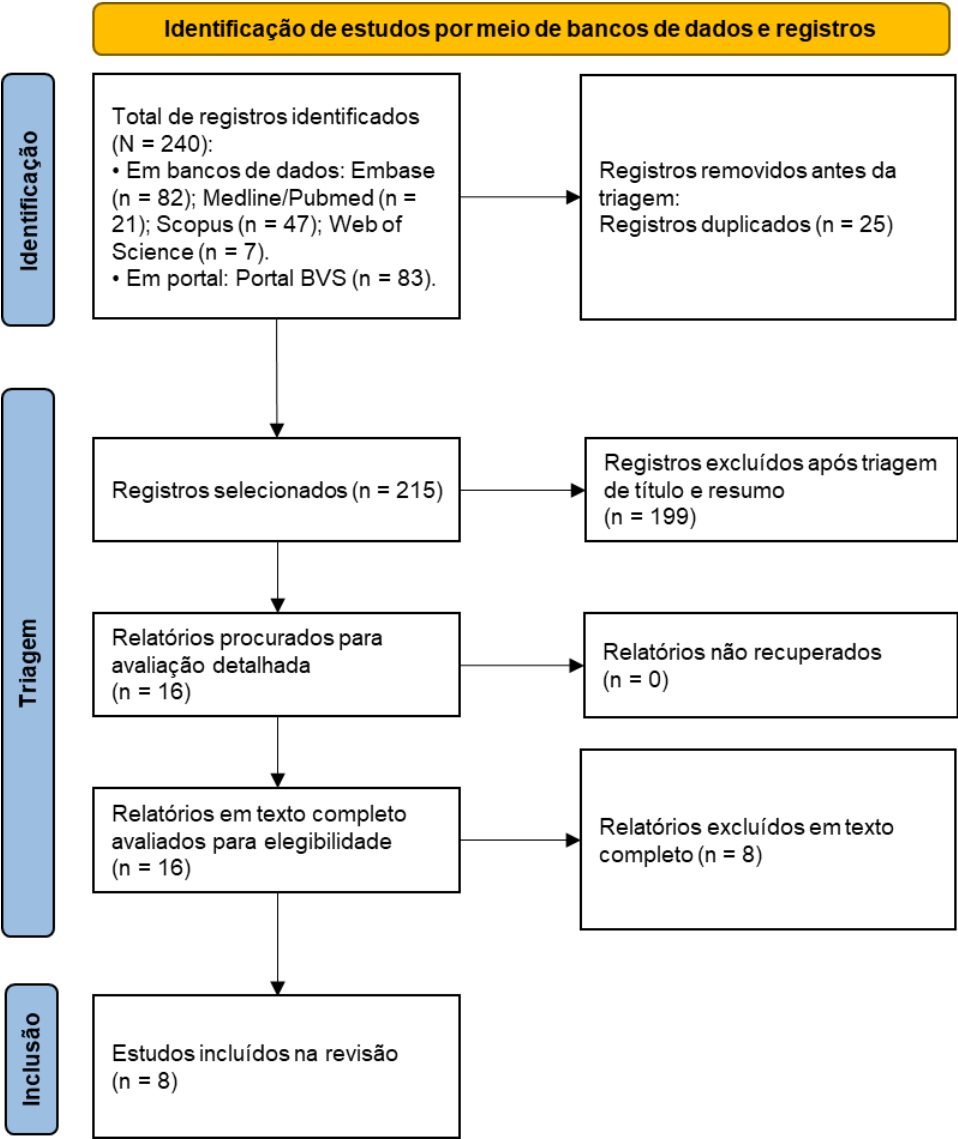
dos resultados expostos na revisão integrativa, sintetizando o conhecimento sobre o tema proposto.

Os resultados foram apresentados de forma descritiva, interpretados e agrupados em categorias, sendo discutidos à luz da literatura pertinente ao tema do estudo. É importante ressaltar que, por se tratar de uma RI, o estudo não foi submetido a um Comitê de Ética em Pesquisa, mas as ideias e contribuições dos autores foram devidamente respeitadas, em conformidade com a legislação de direitos autorais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No sentido de ajustar os estudos identificados dentro dos critérios de elegibilidade propostos, foi utilizado o Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), apresentado na Figura 1. A busca ocorreu no mês de maio de 2023. Foram encontrados 240 artigos, dos quais 25 foram removidos por tratar-se de duplicatas; dos 215 artigos selecionados, 199 foram excluídos após triagem de título e resumo. Os 16 artigos restantes foram recuperados na íntegra e após a leitura e avaliação final, foram excluídos 08 por não contemplar o ACS no escopo, ficando 08 artigos para a amostra final.

Figura 1 – Fluxograma da seleção de artigos para revisão integrativa, elaborado a partir da recomendação PRISMA, 2020



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da recomendação do PRISMA (2020).

Quadro 2 – Características dos estudos selecionados em relação a título, país, ano de publicação, autores, tipo de estudo, objetivos, conclusão.

(continua)

Título/País/Ano	Autores e Tipo de Estudo	Objetivos	Conclusão	Nível de Evidência
Educação Permanente em Saúde como estratégia para a segurança ocupacional em tempos de pandemia pela COVID-19: reflexões sobre o agente comunitário de saúde na construção de cuidado País: Brasil Ano: 2021	AZEVEDO NETO, G.T. <i>et al.</i> Tipo de estudo: Ensaio Teórico	Refletir sobre a educação permanente em saúde como elemento estratégico para a garantia da segurança e a saúde ocupacional dos ACS diante do enfrentamento e manejo da COVID-19.	O objetivo da EPS, caracterizado pela transformação das práticas profissionais, poderá ser alcançado, a partir de problematização, identificação das necessidades de aprendizagem e questionamentos dos ACS, com metodologias de ensino e aprendizagem que promovam a criticidade e a autonomia dos aprendizes e com o estímulo à reflexão nos cenários de atuação profissional. Independente da origem do espaço formativo, seja ele formal ou informal, a EPS representa um dispositivo da qualificação do trabalho em saúde no SUS. No contexto pandêmico, faz-se necessário estimular ações de EPS a partir de plataformas digitais que favoreçam a comunicação interprofissional, como estratégias participativas inerente aos processos formativos de acordo com o contexto que cada trabalhador está inserido.	6
Educação Permanente em Saúde como estratégia para a segurança ocupacional em tempos de pandemia pela COVID-19: reflexões sobre o agente comunitário de saúde na construção de cuidado País: Brasil Ano: 2021	AZEVEDO NETO, G.T. <i>et al.</i> Tipo de estudo: Ensaio Teórico	Refletir sobre a educação permanente em saúde como elemento estratégico para a garantia da segurança e a saúde ocupacional dos ACS diante do enfrentamento e manejo da COVID-19.	O objetivo da EPS, caracterizado pela transformação das práticas profissionais, poderá ser alcançado, a partir de problematização, identificação das necessidades de aprendizagem e questionamentos dos ACS, com metodologias de ensino e aprendizagem que promovam a criticidade e a autonomia dos aprendizes e com o estímulo à reflexão nos cenários de atuação profissional. Independente da origem do espaço formativo, seja ele formal ou informal, a EPS representa um dispositivo da qualificação do trabalho em saúde no SUS. No contexto pandêmico, faz-se necessário estimular ações de EPS a partir de plataformas digitais que favoreçam a comunicação interprofissional, como estratégias participativas inerente aos processos formativos de acordo com o contexto que cada trabalhador está inserido.	6

Quadro 2 – Características dos estudos selecionados em relação a título, país, ano de publicação, autores, tipo de estudo, objetivos, conclusão.

(continua)

Título/País/Ano	Autores e Tipo de Estudo	Objetivos	Conclusão	Nível de Evidência
Educação Permanente em Saúde para Agentes Comunitários: um Projeto de Promoção de Saúde País: Brasil Ano: 2020	SECCO A. C. <i>et al.</i> Tipo de estudo: Relato de Experiência.	Relatar a experiência de um trabalho de educação permanente em saúde realizado com Agentes Comunitários de Saúde	Projeto de Extensão que vem sendo realizado desde 2013 com os ACS vinculados a uma Unidade Básica de Saúde, com encontros mensais com duração de uma hora e trinta minutos cada, nos quais são discutidas temáticas relacionadas às demandas trazidas pelos ACS, por meio de metodologias ativas de ensino. Foi possível perceber a importância e a complexidade do trabalho dos ACS, que refere-se tanto à parte prescrita do trabalho a ser realizada por eles, como ações de promoção de saúde, prevenção de doenças e agravos, ações educativas e de orientação por meio de visitas domiciliares, como também a sensibilidade inerente a este trabalho e que vem sendo inventado no ato, por meio das relações que os ACS estabelecem com os indivíduos e as coletividades.	6
Agentes comunitários de saúde no início de uma nova era: 6. Recrutamento, formação e educação continuada País: Estados Unidos Ano: 2021	SCHLEIFF, M. J. <i>et al.</i> Tipo de estudo: Revisão de literatura	Explorar um conjunto de considerações fundamentais para a formação de ACS em resposta às suas funções melhoradas e em mudança e fornecer recomendações práticas baseadas em evidências atuais e exemplos de casos para utilização pelos líderes dos sistemas de saúde e outras partes interessadas.	Para que os programas de ACS atinjam o seu pleno potencial, é essencial uma formação contínua, atualizada e profissionalizada para ACS, integrada com a formação de outros quadros e que responda às mudanças contínuas e às necessidades emergentes. A formação profissionalizada exige monitorização e avaliação contínuas da qualidade da formação, atualização contínua da formação pré-serviço e formação contínua em serviço – não apenas para os próprios ACS, mas também para aqueles com quem os ACS trabalham, incluindo comunidades, supervisores de ACS, e outros quadros de profissionais de saúde. Uma liderança forte, financiamento adequado e atenção às necessidades de cada quadro de ACS podem tornar isto possível.	6

Quadro 2 – Características dos estudos selecionados em relação a título, país, ano de publicação, autores, tipo de estudo, objetivos, conclusão.

(continua)

Título/País/Ano	Autores e Tipo de Estudo	Objetivos	Conclusão	Nível de Evidência
Entrevista motivacional como uma ferramenta no processo de trabalho do agente comunitário de saúde País: Brasil Ano: 2020	MEYER G. L. <i>et al.</i> Tipo de estudo: Pesquisa qualitativa, com grupo focal	Compreender a apropriação dos conceitos e técnicas da entrevista motivacional por agentes comunitários de saúde após treinamento específico realizado em um serviço de atenção primária à saúde (APS) no Sul do Brasil	Os ACS expressaram conexões dos aprendizados durante treinamento às situações de trabalho e de vida pessoal. Os desafios na aplicação da entrevista motivacional foram relacionados ao tempo para realizar visita domiciliar, à intensa demanda no trabalho diário, às mudanças no processo de trabalho e à realização de atividades administrativas. A entrevista motivacional mostrou-se uma ferramenta apropriada e viável para a prática profissional dos ACS no contexto da APS.	6
Agentes Comunitários de Saúde no cuidado com a saúde da criança: implicações para a educação permanente País: Brasil Ano: 2022	VIEIRA, C. L. <i>et al.</i> Tipo de estudo: a abordagem qualitativa	Compreender as principais situações enfrentadas pelos agentes comunitários de saúde em relação à saúde da criança sob a ótica das ações de educação permanente.	A partir das experiências, dificuldades e facilidades do trabalho, bem como do reconhecimento da equipe e comunidade, as ações de EPS são fundamentais para qualificar os ACS para trabalharem a saúde da criança de modo efetivo, superando as dificuldades no plano biopsicossocial. Os autores reconhecem o papel da EPS como protagonista de mudanças na ESF, promovendo a qualificação das equipes a fim de que suas ações resultem em um cuidado integral para a saúde da criança, podendo alcançar maior resolutividade. O desvelar das situações que impactam no trabalho dos ACS são imprescindíveis para a EPS, por favorecer pressupostos aplicáveis no cotidiano do trabalho com resolutividade na saúde da criança.	6

Quadro 2 – Características dos estudos selecionados em relação a título, país, ano de publicação, autores, tipo de estudo, objetivos, conclusão.

(continua)

Título/País/Ano	Autores e Tipo de Estudo	Objetivos	Conclusão	Nível de Evidência
Educação problematizadora em curso técnico para agentes comunitários de saúde: experiência de produção de significados no trabalho em saúde País: Brasil Ano: 2021	SILVA, H. P. R. DA .; TOASSI, R. F. C.. Tipo de estudo: Qualitativa de abordagem fenomenológica	Analisar o significado da experiência de formação do agente comunitário de saúde	As aprendizagens no curso realizada por meio de educação problematizadora, utilizando metodologias ativas, valorizando as experiências de vida e trabalho dos ACS, agregaram conhecimentos que facilitaram a abordagem/orientação do ACS às famílias, melhoraram sua habilidade de comunicação e interpessoais, ampliaram o entendimento de saúde incluindo determinantes sociais do processo saúde-doença, preparando-os para lidar com problemas complexos trazendo segurança, confiança e tranquilidade ao processo de trabalho. A metodologia foi desafiadora em relação a sua compreensão e execução.	6
O processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde: contribuições para o cuidado em territórios rurais remotos na Amazônia, Brasil País: Brasil Ano: 2021	LIMA, J. G. <i>et al.</i> Tipo de estudo: Pesquisa qualitativa	Analisar o processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde em municípios rurais remotos e identificar especificidades e contribuições para o cuidado na atenção primária à saúde	Observou-se insuficiência de educação permanente ofertada sistematicamente para os ACS. Em apenas dois municípios, os ACS passaram por treinamento na implantação do e-SUS APS, para aprender a aferir pressão arterial e um deles destacou a importância do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) na sua atuação. Uma das consequências da insuficiência de capacitação eram as orientações de saúde dos ACS pautadas por experiências pessoais. A qualificação dos ACS para o trabalho pode potencializar ou limitar o desenvolvimento de suas práticas e foi expressa por alta motivação dos ACS, insuficiente supervisão e EPS e baixa integração com a equipe. São necessárias políticas que reconheçam as especificidades e garantam maior apoio (materiais, transporte e educação permanente) para o pleno desenvolvimento do trabalho do ACS nos municípios rurais remotos amazônicos	6

Quadro 2 – Características dos estudos selecionados em relação a título, país, ano de publicação, autores, tipo de estudo, objetivos, conclusão.

(conclusão)				
Título/País/Ano	Autores e Tipo de Estudo	Objetivos	Conclusão	Nível de Evidência
Reflexos de um processo de qualificação da Atenção Primária à Saúde na rotina e no cuidado produzido por seus trabalhadores País: Brasil Ano: 2021	BERALDI, M. L. <i>et al.</i> Tipo de estudo: Estudo qualitativo, exploratório, do tipo estudo de caso	Compreender os reflexos de um programa de qualificação da Atenção Primária à Saúde no processo de trabalho e no cuidado ofertado.	O programa de qualificação aconteceu de forma verticalizada o que pode impactar na micropolítica, especialmente na dinâmica do trabalho e no cuidado prestado. Processos verticalizados e descontextualizados dificultam a compreensão da realidade e, por isso, a importância de práticas de EPS como espaços de diálogo e problematização sobre o vivido, de forma a adequar os processos da macropolítica à realidade local. A EPS mostrou-se uma importante ferramenta adotada no processo de trabalho, principalmente no que se referiu à problematização das questões levantadas pela implementação do “selo”, um “Instrumento para Avaliação da Qualidade na APS”. Apesar do processo de certificação ser repleto de orientações prescritivas, a equipe de saúde deu novos significados às atribuições. Mesmo que não fosse possível colocar alguns aspectos em prática, o fato de refletir sobre o processo de trabalho pode gerar oportunidades de modificar o cuidado prestado, como uma forma da micropolítica operar a macropolítica e encontrar seu modo de acontecer.	6

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Os artigos selecionados para o estudo, atenderam aos critérios pré definidos e estabelecidos no escopo da pesquisa. A síntese dos achados provenientes desses estudos científicos pode ser encontrada de forma concisa no Quadro 3, originam-se de publicações datadas a partir de 2020, as fontes das publicações em questão têm origem nos Estados Unidos e Brasil.

A integração do Agente Comunitário de Saúde (ACS) é estipulada por dispositivos legais, conforme elucidado por Azevedo Neto et al. (2021). Sua inclusão na Estratégia Saúde da Família (ESF) como parte integrante da equipe multiprofissional reconfigurou o modo de operação, direcionando o enfoque para as famílias sob a responsabilidade das equipes da Atenção Primária à Saúde (APS). Por meio da ESF, essas equipes priorizam a "promoção, proteção e recuperação da saúde, fomentadas de maneira integral e contínua", incorporando os princípios de "longitudinalidade, integração e coordenação do cuidado".

A problemática abordada por Vieira et al. (2022), concentra-se nas competências e qualificações, muitas vezes desvinculadas das situações primordiais enfrentadas pelos ACS, revelando-se inadequadas aos contextos vivenciados por estes e, eventualmente, negligenciadas. Tal cenário impossibilita a adequação às demandas reais de EPS no dia a dia de suas práticas profissionais.

No estudo realizado por Vieira et al. (2022), alguns ACS participaram do curso introdutório para desenvolver a função junto a comunidade. Nos achados deste estudo, as oportunidades de qualificação e atualização mostraram-se fatores primordiais para a atuação do ACS na atenção à saúde da criança e no melhor desenvolvimento das suas atividades laborais.

Nesse contexto, Secco et al. (2020), procuraram, por meio de discussões com ACS, converter as situações cotidianas em oportunidades de aprendizado através da reflexão sobre os desafios da prática, destacando a valorização dos processos

de trabalho, com ênfase especial no trabalho em equipe.

No curso das atividades laborais dos ACS, conforme investigado por Lima et al. (2021), foram identificadas uma série de ações com capacidade para otimizar ou restringir o desenvolvimento de seu escopo de práticas. Estas ações incluem a EPS, o monitoramento das atividades laborais, o suporte gerencial e a motivação. Os autores observaram insuficiência de ações de EPS ofertadas de maneira sistematizada. As ações de EPS referidas foram pontuais em alguns municípios e relacionadas a treinamento na implantação do e-SUS, técnica de aferição de pressão arterial e apenas um ACS destacou a importância do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) na sua atuação. Verificaram ainda que como consequência as orientações de saúde fornecidas pelos ACS eram pautadas em suas experiências pessoais. Os autores afirmam ainda aspectos relacionados a gestão como a necessidade de políticas que reconheçam as especificidades e garantam maior apoio tanto relacionados a materiais e equipamentos, quanto a EPS para o pleno desenvolvimento do trabalho do ACS nos municípios rurais remotos amazônicos.

Silva e Toassi (2022) destacam que as experiências derivadas de um processo educativo promovem significados expressos pela qualificação do trabalho dos ACS, incorporando conhecimentos e informações relacionados à abordagem e orientação às famílias durante as visitas domiciliares. Essas experiências possibilitaram a ampliação do entendimento do conceito de saúde por parte desses profissionais. Os aprendizados adquiridos proporcionaram maior segurança e confiança, preparando melhor os ACS para lidar com situações complexas e as frustrações inerentes ao processo de trabalho.

Os ACS constituem uma categoria profissional cuja formação se desenrola durante a prática laboral. Contrariamente a

outros profissionais de saúde, que já adquirem uma formação profissional antes de ingressarem no ambiente de trabalho, o processo de formação dos ACS ocorre *in loco*, no seu contexto laboral diário. Silva e Toassi (2022) corroboram que esses profissionais necessitam de conhecimento técnico para abordar as famílias, desempenhando um papel fundamental ao conectar a comunidade aos serviços de saúde.

O ACS centraliza suas atividades na promoção da saúde. Nesse contexto, é crucial enfatizar que, para otimizar as ações relacionadas à EPS e a efetividade de sua atuação, é essencial adotar abordagens metodológicas dialógicas e participativas no processo de ensino-aprendizagem. Tais metodologias devem conferir prioridade ao educando como protagonista central, visando o desenvolvimento de competências e a promoção da proatividade em seu ambiente de trabalho (Vendruscolo *et al.* 2021).

Para Secco *et al.* (2020), é possível perceber a importância e a complexidade do trabalho dos ACS. Essa complexidade refere-se tanto ao trabalho prescrito a ser realizado por eles, sendo eles a promoção da saúde, a prevenção de doenças, a realização de ações educativas e de orientação por meio de visitas domiciliares. Além disso, destaca-se a importância da sensibilidade presente nesse trabalho, que se desenvolve através das relações estabelecidas pelos ACS com os indivíduos e as comunidades.

No estudo de Secco *et al.* (2020), é destacada uma observação significativa de Davini (2009), que enfatiza a importância de aproximar a educação da vida cotidiana como uma decorrência do reconhecimento das potencialidades da educação no contexto laboral. Isso implica reconhecer que o processo educativo transcende a mera transmissão de conhecimento científico, constituindo-se como um espaço propício para a problematização das práticas de saúde.

Nesse sentido, a EPS se torna um meio para identificar estratégias visando à transformação do fazer em saúde.

De acordo com Ferreira *et al.* (2019), para que a compreensão conceitual da EPS seja efetivamente estabelecida no âmbito da saúde, especialmente na atenção primária, é necessário, que ela seja reconhecida e legitimada como um movimento e uma política educativa pelos profissionais de saúde em seus contextos práticos. No entanto, muitas das iniciativas voltadas para os trabalhadores da saúde partem de uma abordagem educacional instrumental, enfatizando ações específicas, fragmentadas e desvinculadas do contexto cotidiano dos serviços, as quais se aproximam mais do conceito de Educação Continuada.

A partir da análise do estudo de Beraldi *et al.* (2020), emergiram duas categorias: a primeira aborda a compreensão do processo de qualificação, enquanto a segunda trata de seus impactos na rotina e no cuidado proporcionado pelos trabalhadores. Em relação à primeira categoria, os trabalhadores aparentaram interpretar o processo de qualificação sob duas perspectivas distintas, uma maneira de organizar o processo de trabalho e uma estratégia para angariar recursos financeiros para os municípios. No que diz respeito à segunda categoria, observou-se que os prazos e a quantidade de atividades exigidos representavam fatores de desgaste emocional significativo para os ACS. Ações de qualificação profissional a partir de processos verticalizados e descontextualizados, sem considerar o contexto do trabalhador e do trabalho e suas reais necessidades dificultam a compreensão da realidade, bem como a adesão e, por isso, a importância de práticas de EPS “como espaços de diálogo e problematização sobre o vivido, de forma a adequar os processos da macropolítica à realidade local”.

Meyer *et al.* (2018), desenvolveram estudo para compreender a apropriação

dos conceitos e técnicas da entrevista motivacional por parte dos agentes comunitários de saúde após treinamento sobre a temática. A entrevista motivacional pode ser definida como uma estratégia para direcionar um diálogo objetivando a mudança do comportamento, podendo ser utilizada na educação em saúde (Souza *et al.*, 2012). Para os ACS, a Entrevista Motivacional representa a aquisição de uma abordagem mais eficaz e positiva para interagir e orientar os pacientes. Esse aprendizado desempenha um papel importante na capacitação e fortalecimento das atividades desempenhadas pelos ACS, conferindo estrutura e fundamentação sólida ao seu conhecimento. No entanto, apesar de terem assimilado os conceitos da entrevista motivacional, a aplicação prática nem sempre foi viável, devido ao tempo necessário para realizar visitas domiciliares alinhadas aos preceitos da abordagem. Assim, a demanda intensa no cotidiano e as alterações no processo de trabalho sinalizadas por demandas administrativas como atuação na recepção da unidade, agendamento de consultas, organização de pastas e prontuários, e controle de materiais e almoxarifado foram apontados pelos ACS como obstáculos (Meyer *et al.*, 2020).

Schleiff e colaboradores, desenvolveram um estudo a partir de revisão da literatura sobre a formação do ACS em documentos oficiais da Organização Mundial de Saúde, incluindo 29 programas nacionais de ACS, acrescido de outros documentos e das experiências pessoais dos autores em relação às questões da formação de ACS. Os autores recomendam que para atingir os objetivos, programas de ACS necessitam de uma formação contínua, atualizada e profissionalizada, integrada com a formação de profissionais, buscando responder às mudanças contínuas e às necessidades emergentes. Acrescentam ainda que é essencial o monitoramento e avaliação contínuas da qualidade da formação, atualização contínua da

formação inicial, assim como da continuada. Ademais, faz-se necessário uma gestão forte, financiamento adequado e atenção às necessidades de cada grupo de ACS, conforme suas particularidades.

Todos os estudos encontrados possuem nível de evidência fraca, denotando a ausência de evidências científicas moderadas ou fortes sobre a temática educação permanente para ACS nos últimos 5 anos, condição que indica a carência de estudos mais robustos principalmente com intuito de monitorar as ações de EPS e seus efeitos na prática profissional do ACS.

Uma limitação do presente estudo é a escassez de literatura sobre EPS voltada para os ACS.

4 CONCLUSÃO

A partir dos estudos analisados a EPS é considerada como uma ferramenta essencial na reconfiguração das práticas, representando a aprimoração da conduta profissional, repercutindo em melhores resultados.

A experiência de qualificação contribui para ampliação do entendimento dos profissionais acerca da saúde, capacitando-os para lidar com situações do contexto laboral. Esse aprimoramento proporciona segurança e confiança no desempenho de suas funções. Além disso, possibilita a reflexão sobre suas atribuições profissionais e a responsabilização nas ações voltadas para a educação e promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidade, indo além da facilitação no acesso à Unidade de Saúde para os usuários.

Devido a escassez de estudos, pesquisas sobre o tema formação, EPS e monitoramento das ações de EPS com os ACS envolvendo a prática profissional são recomendadas de forma a adequar os processos de qualificação profissional.

REFERÊNCIAS

BERALDI, Mariana Lectícia *et al.* Reflexos de um processo de qualificação da Atenção Primária à Saúde na rotina e no cuidado produzido por seus trabalhadores. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 31, p. e310112, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310112>. ISSN 1809-4481.

BRASIL. **Lei nº 13.595, de 5 de janeiro de 2018**. Dispõe sobre as atribuições do Agente Comunitário de Saúde (ACS) e do Agente de Combate às Endemias (ACE). Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 38-41, Brasília, DF, 21 ago. 2007.

DAVINI, Maria Cristina. Enfoques, problemas e perspectivas na educação permanente dos Recursos Humanos de Saúde. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 40-58.

FERREIRA, Lorena *et al.* Educação Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 43, p. 223-239, 2019.

LIMA, Juliana Gagno *et al.* O processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde: contribuições para o cuidado em territórios rurais remotos na Amazônia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 37, p. e00247820, 2021.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Uso de gerenciador de referências bibliográficas

na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. **Texto & Contexto-Enfermagem**, [S. l.], v. 28, p. e20170204, 2019.

MEYER, Gabriela de Luca *et al.* Entrevista motivacional como uma ferramenta no processo de trabalho do agente comunitário de saúde. **Revista baiana de saúde pública**. Salvador. Vol. 42, n. 4 (out./dez. 2018), p. 579-596, 2018. DOI: 10.22278/2318-2660.2018.v42.n4.a2822.

MELNYK, Bernadette Mazurek; FINEOUT-OVERHOLT, Ellen. **Evidence-based practice in nursing & healthcare: a guide to best practice**. 4 ed. Philadelphia: Wolters Kluwer Health, 2019..

NETO, Gerardo Teixeira Azevedo *et al.* Educação Permanente em Saúde como estratégia para a segurança ocupacional em tempos de pandemia pela COVID-19: reflexões sobre o agente comunitário de saúde na construção de cuidado. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 107-113, 2021.

PAGE, Matthew J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, [S. l.], v. 372, n. 71, 2021.

SILVA, Helena Pereira Rodrigues; TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti. Educação problematizadora em curso técnico para agentes comunitários de saúde: experiência de produção de significados no trabalho em saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. e320310, 2022.

SOUZA, Fernanda Pasquoto *et al.* Características do treinamento em Entrevista Motivacional. **Aletheia**, Canoas, n. 38-39, p. 186-195, dez. 2021.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de.

Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, p. 102-106, 2010.

SCHLEIFF, M. J. *et al.* Agentes comunitários de saúde no início de uma nova era: 6. Recrutamento, formação e educação continuada. **Health Res Policy Sys**, [S. l.], v. 19, suppl 3, p. 113, 2021.

SECCO, Ana Caroline *et al.* Educação Permanente em Saúde para Agentes Comunitários: um Projeto de Promoção de Saúde. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 1-17, jan. 2020.

VALIZADEH, Amir *et al.* Abstract screening using the automated tool Rayyan: results of effectiveness in three diagnostic test accuracy systematic reviews. **BMC Medical Research Methodology**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 160, 2022.

VENDRUSCOLO, Carine *et al.* Educação permanente e sua interface com melhores práticas em enfermagem na atenção primária à saúde. **Cogitare Enfermagem**, [S. l.], v. 26, 2021.

VIEIRA, Caroline Lopes *et al.* Agentes Comunitários de Saúde no cuidado com a saúde da criança: implicações para a educação permanente. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 56, p. e20210544, 2022.



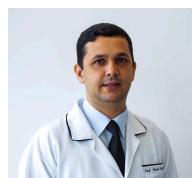
GISLAÍNE ANEANES DA SILVA

Graduação em Enfermagem pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (2019). Mestra pelo Programa de Pós Graduação em Ensino em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Tocantins (PPGECS -UFT). Bolsista CAPES - PDPG. Colaboradora nos Grupos de Estudos e Pesquisas GEPESAL - Grupo de Pesquisa em Ensino em



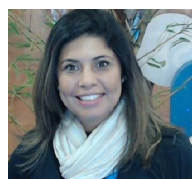
JÚLIA LEÃO ÁVILA PESSOA

Formanda - 9º período de Enfermagem na Universidade Federal do Tocantins - UFT. Bolsista PIBIC - CNPQ. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva (GEPESCol) da UFT.



RENAN SALLAZAR FERREIRA PEREIRA

Epidemiologista. Doutor em enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais (2022), mestre em enfermagem pela Universidade Guarulhos (2013) e graduado em Enfermagem pela Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (2009), aluno bolsista do PROUNI. Tem as seguintes especializações: MBA em Gestão de Pessoas; Gestão Hospitalar; Saúde Pública; Enfermagem do Trabalho; Ergonomia; Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental; Aprimoramento de Nível Superior; Lab. Vigilância Epidemiológica e Saúde do Idoso-UFV. Possui experiência profissional atuando como gestor, enfermeiro, docente e pesquisador em diferentes tipos de estabelecimentos de saúde.



MIRIAN CRISTINA DOS SANTOS ALMEIDA

Enfermeira. Professora do Curso de Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação

em Ensino e Ciências em Saúde da Universidade Federal do Tocantins (PPGECS-UFT), Tutora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade do Plano Integrado de Residências em Saúde, da Fundação Escola de Saúde Pública (FESP) de Palmas-TO, em parceria com o Centro Universitário Luterano de

Palmas. Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento em Enfermagem (2017) da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EE-USP); Mestre em Enfermagem pela Universidade Guarulhos (UnG) (2013).

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio institucional do Programa Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG)- Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT) – Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Escolas sustentáveis: (re)educação e políticas públicas

Sustainable schools: (re)education and public policies

Márcia Sepúlveda do Vale^a, Janete Silva dos Santos.

^aUniversidade Federal do Norte do Tocantins, endereço. E-mail: marciasepulvida@hotmail.com.

Resumo: O presente artigo surgiu a partir de uma disciplina da pós-graduação, no ano de 2016, intitulada “Discursos de sustentabilidade: linguagem e educação”, a qual buscou discutir a sustentabilidade dentro do contexto escolar. Naquele momento havia uma urgência do cumprimento da Agenda 21 e, por isso, houve muitos debates em torno da temática, os quais foram minimizados, sobretudo a partir da mudança de governo no ano de 2019, mas que estão sendo retomados agora, após o início do novo mandato do Presidente Lula. O artigo faz uma reflexão sobre os paradigmas da sustentabilidade aplicados ao ambiente escolar, a partir de autores que abordam a sustentabilidade e de documentos ou propostas elaboradas por relatório de eventos internacionais, perpassando por exemplos de escolas que trabalham projetos que envolvem ações sustentáveis. O objetivo é problematizar, mediante abordagem qualitativa, o alcance e o limite de programas escolares de sustentabilidade no âmbito nacional. Observamos que existem várias ações e projetos escolares que tratam a temática sustentabilidade, porém ainda são projetos isolados. Assim, torna-se urgente a criação de políticas públicas permanentes em nível nacional sobre a educação sustentável. Atentos a esses questionamentos, o estudo aborda ainda os benefícios econômicos, sociais e ambientais para a escola e a comunidade quando a gestão é sustentável.

Palavras-chave: Sustentabilidade; educação; escola; políticas públicas.

Abstract: This article originated from a postgraduate course in 2016, entitled "Sustainability Discourses: Language and Education," which aimed to discuss sustainability within the school context. At that time, there was an urgency to fulfill the Agenda 21, and therefore, there were many debates on the topic, which were minimized, especially with the change of government in 2019 but are now being resumed after the start of President Lula's new term. The article reflects on the paradigms of sustainability applied to the school environment, based on authors who address sustainability and documents or proposals prepared by international event reports, including examples of schools that work on projects involving sustainable actions. The objective is to problematize, through a qualitative approach, the scope and limits of national school sustainability programs. We observe that there are several school actions and projects addressing the theme of sustainability, but they are still isolated projects. Thus, the creation of permanent public policies on sustainable education at the national level becomes urgent. Addressing these questions, the study also discusses the economic, social, and environmental benefits for the school and the community when sustainability is integrated into management.

Keywords: Sustainability; education; school; public policy.

Submetido em: 20/02/2024.

Aceito em: 27/03/2024.

1 INTRODUÇÃO

Continuamos vivendo um período de muitas incertezas em relação ao futuro das próximas gerações, especialmente no que diz respeito à interação entre a humanidade e o ambiente natural. É evidente que eventos climáticos extremos como terremotos, inundações, altas temperaturas e incêndios estão ocorrendo com maior frequência, desencadeando consequências ambientais desastrosas. Esses acontecimentos têm provocado debates ainda mais intensos sobre a importância da sustentabilidade.

E, conforme destacado em diversos fóruns globais, incluindo a Rio+20 e as Conferências das Partes (COPs), um dos grandes pilares para a conscientização e amenização desse cenário catastrófico é a educação. Muitos afirmam recorrentemente que "a educação é a chave para mudar o comportamento das pessoas" e que "precisamos educar para a sustentabilidade". No entanto, questionamo-nos: como os princípios da sustentabilidade são incorporados nas instituições educacionais para que se alcance uma educação sustentável?

Compreendemos que não há um consenso claro quando se trata do conceito de "escola sustentável". Isso ocorre porque não se trata de construir fisicamente uma escola completamente diferente daquela que já existe, em termos de sua estética ou localização geográfica. Em vez disso, a ideia é modificar gradualmente certos aspectos das escolas, de modo a direcionar o ensino para a sustentabilidade, com vistas a capacitar os estudantes a compreender melhor o mundo ao seu redor e a contribuir para (re)construí-lo de maneira mais sustentável. Embora essa visão possa parecer utópica para muitos, é importante considerar o conflito inerente entre a busca da sustentabilidade e a necessidade de se parecer sustentável em uma sociedade com valores profundamente enraizados no sistema neocapitalista.

Nesse sistema, onde o lucro imediato muitas vezes é colocado no primeiro lugar, surgem práticas predatórias ou ineficientes que dificultam a adoção e a manutenção de práticas solidárias. No entanto, a busca por uma educação sustentável deve superar esses desafios ao incorporar gradualmente princípios e valores sustentáveis no sistema educacional, mesmo que isso envolva uma transformação lenta e desafiadora.

Assim, construído em três seções, afora a introdução e as considerações finais, este artigo, numa abordagem qualitativa, reflete sobre os paradigmas da sustentabilidade aplicados ao ambiente escolar, envolvendo alguns conceitos de sustentabilidade, da aplicabilidade desses conceitos dentro do ambiente escolar, perpassando por exemplos de escolas que trabalham projetos que envolvem a sustentabilidade. E, por fim, faz um breve levantamento sobre as políticas educacionais que visam à aplicabilidade da sustentabilidade na escola, com o objetivo de problematizar o alcance e o limite de tais programas/propostas/ações.

2 O QUE É SER SUSTENTÁVEL?

O termo "sustentabilidade" surgiu como uma resposta aos crescentes problemas ambientais e sociais que se tornaram evidentes durante o século XX. Sua origem pode ter sido traçada há algumas décadas, mas o conceito começou a se consolidar e a ganhar destaque a partir da década de 1980, com o lançamento do Relatório Brundtland, também conhecido como "Nosso Futuro Comum". Neste relatório, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, a sustentabilidade foi definida como o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. (Silva, 2019)

De acordo com uma pesquisa realizada por Almeida (2002), que aborda

a sustentabilidade em organizações econômicas, identificamos três dimensões interconectadas que estão relacionadas à sustentabilidade, quais sejam: econômica, ambiental e social. Segundo o autor:

A dimensão econômica inclui não só a economia formal, mas também as atividades informais que provêm serviços para os indivíduos e grupos e aumentam, assim, a renda monetária e o padrão de vida dos indivíduos. A dimensão ambiental ou ecológica estimula empresas a considerarem o impacto de suas atividades sobre o meio ambiente, na forma da utilização dos recursos naturais, e contribui para a integração da administração ambiental na rotina de trabalho. A dimensão social consiste no aspecto social relacionado as qualidades dos seres, como suas habilidades, dedicação e experiências, abrangendo tanto o ambiente interno da empresa quanto o externo. (Almeida, 2002, p. 86-87).

Almeida (2002) faz referência a um modelo de relatório que as empresas devem seguir como forma de “medir a sustentabilidade”, e a ele fazemos referência com o intuito de mostrar as diferentes formas que a sustentabilidade pode tomar dentro do nosso sistema organizacional, o qual, como ele mesmo diz, alia a sociedade à economia e ao meio ambiente.

A sustentabilidade, como explicitada acima, perpassa pelas três esferas da sociedade; isso quer dizer que, mesmo sendo classificadas de formas diferentes, uma está diretamente ligada à outra, pois, ao agirmos de maneira a preservar o meio ambiente, não jogando o lixo no chão – algo bem simples – por exemplo, estamos inconscientemente ajudando na economia financeira da nossa cidade/estado/país, que, por sua vez, fará uma moderação nos recursos destinados à coleta de lixo que, dependendo do administrador público, poderá destinar “a economia deste recurso” à outra área social, como saúde, educação etc.

Ao desafiar a ideia comum e a concepção geralmente simplista do termo

“sustentabilidade”, que muitas vezes se limita a “preservar o meio ambiente para as futuras gerações”, torna-se evidente que a sustentabilidade abrange uma gama mais ampla de significados. Por exemplo, a educação financeira, intrinsecamente ligada à economia, pode ser vista e é, de fato, uma prática sustentável. Da mesma forma, uma conversa entre um pai e um filho, na qual o pai deseja educar o filho, também se enquadra na categoria de prática sustentável. No primeiro contexto, “sustentabilidade” refere-se à capacidade de sustentar algo, e, no caso da conversa, essa capacidade implica na transmissão de valores éticos e morais relacionados à educação de um filho.

Rattner (1999) afirma que o conceito de sustentabilidade transcende o exercício analítico de explicar a realidade e exige o teste de coerência lógica em aplicações práticas, cujo discurso é transformado em realidade objetiva. Observamos que ações práticas, como os exemplos citados anteriormente, são aplicações objetivas do discurso que há por trás da sustentabilidade, não que ela esteja ligada somente a essas pequenas ações, mas o conjunto delas, praticado pela sociedade, faz com que a realidade, pouco a pouco, possa ser transformada.

É notável uma conscientização crescente, ainda que muitas vezes implícita, por parte da sociedade, em relação à necessidade de transformar o cenário atual, especialmente no que diz respeito à proteção e preservação das futuras gerações. Um dos principais pilares dessa mudança, amplamente discutido em fóruns globais, como a RIO +20, é a educação:

A chave do desenvolvimento sustentável e autônomo é a educação; uma educação que alcance todos os membros da sociedade, em novas modalidades e por intermédio de novas tecnologias para proporcionar a todos verdadeiras oportunidades de aprender ao longo de toda a vida [...] devemos estar preparados, em todos os países para dar à educação novas formas, a fim de promover atitudes e

condutas propícias à cultura da sustentabilidade (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis [Ibama], 1999, n.p.).

Há um consenso em dizer que “a educação é a chave para a mudança de comportamento dos indivíduos”, “precisamos educar para a sustentabilidade”, todavia questionamo-nos: de que forma esses conceitos são inseridos na escola para que haja de fato a educação sustentável? Existe um modelo de escola sustentável? Quais as políticas públicas existentes que promovem a educação sustentável?

3 A SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO

A Agenda 2030, intitulada “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, é um plano global planejado pelas Nações Unidas em setembro de 2015. Ela representa um compromisso coletivo para abordar os desafios atuais que o mundo enfrenta, ao mesmo tempo em que visa a melhoria e a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõem a Agenda 2030, os quais equilibram as dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável, a educação desempenha um papel central (United States, [202-?]). O quarto objetivo, “Educação de Qualidade”, confirma a necessidade de fornecer a todos, independentemente de sua origem ou condição, o acesso a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade:

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e competências necessários para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, através da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e

não-violência, global cidadania e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. (Nações Unidas Brasil, [202-?], *on-line*).

A Agenda 2030 não apenas reforça a importância da educação sustentável como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável, mas também enfatiza sua interconexão com outros ODS. Ao investir em educação de qualidade, promovemos a capacitação das pessoas para se tornarem agentes de mudança e impulsionamos os esforços para alcançar um futuro mais sustentável, inclusivo e equitativo para todos.

Por sua vez, no âmbito nacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelecida pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), que define os conhecimentos, habilidades e competências essenciais que todos os estudantes brasileiros devem adquirir ao longo de sua trajetória educacional, confirma a importância de desenvolver nos estudantes uma compreensão crítica das questões ambientais, sociais e econômicas, bem como a capacidade de tomar decisões informadas e agir de maneira responsável:

[...] a compreensão do que seja sustentabilidade pressupõe que os alunos, além de entenderem a importância da biodiversidade para a manutenção dos ecossistemas e do equilíbrio dinâmico socioambiental, sejam capazes de avaliar hábitos de consumo que envolvam recursos naturais e artificiais e identifiquem relações dos processos atmosféricos, geológicos, celestes e sociais com as condições necessárias para a manutenção da vida no planeta. (Brasil, 2018, p. 329).

Sabemos que não existe consenso quando se aborda o tema “escola sustentável”, já que não se trata de construir uma nova escola esteticamente diferente da anterior, com localidade diferente, e sim, como já mencionado, modificar pouco a pouco certos aspectos de todas as escolas para destacar um ensino que seja sustentável tanto nas práticas discursivas como nas sociais, que

se retroalimentam, e que ajude o estudante a compreender melhor o mundo e a construí-lo. Ednir e Scripnic (2002) definem a escola sustentável como:

Uma escola sustentável é, antes de mais nada, uma escola que aprende — onde todas as pessoas, de todas as idades, aprendem —, em diálogo permanente, que extrapola seus limites e envolve o bairro, a cidade, o mundo. Nela se desenvolve a criticidade e o pensamento sistêmico [...]. A escola sustentável recebe informações, recursos, demandas, desafios dos sistemas mais amplos aos quais pertence e sobre eles atua a partir dos conhecimentos que sistematiza. Trata-se de uma escola pulsante, viva, que se define menos como espaço físico e mais como redes de interações horizontais, de trocas qualificadas de saberes entre alunos, docentes, funcionários, famílias, especialistas, profissionais, artistas, cientistas, empresários, lideranças de movimentos e organizações sociais, artesãos, religiosos, políticos, governantes — atores sociais com os quais se comunica real ou virtualmente, em situações de aprendizagem nas quais os alunos podem transformar informações em conhecimento que interfere na realidade. (Ednir; Scripnic, 2002, p. 36)

Considerando a abordagem acima, uma escola sustentável em síntese representa um local de aprendizado contínuo, integrado à comunidade, com foco no desenvolvimento de habilidades críticas e de compreensão das interconexões sistêmicas. Atua na interação com sistemas mais amplos para mudanças positivas na sociedade e no mundo.

No contexto global temos vários exemplos de escolas que trabalham com os paradigmas da sustentabilidade, como a Escola da Ponte, em Portugal, criada por José Pacheco: “Lá os estudantes de diferentes idades se organizam a partir de interesses comuns para desenvolver projetos de pesquisa. Os grupos se formam e se desfazem de acordo com os temas e a partir das relações afetivas que

os estudantes estabelecem entre si.” (Moreira, 2014, *on-line*).

No Brasil temos alguns exemplos de escolas inovadoras, como a Escola Municipal Antonio Coelho Ramalho, localizada no município de Ibiúna – SP, que através do projeto “Reinvenção da Escola”, em andamento desde 2016, representa uma ruptura significativa com paradigmas educacionais tradicionais em busca da construção de uma escola verdadeiramente democrática e da oferta de educação de alta qualidade para todos os alunos. O projeto tem como meta principal a criação de uma escola que atenda às necessidades e desejos da comunidade, promovendo a formação de crianças com ênfase no desenvolvimento de habilidades e competências transformadoras, capacitando-as para serem agentes ativos e criativos no mundo através do envolvimento dos alunos, desde a Educação Infantil, no processo de planejamento, execução e avaliação de projetos de seu próprio interesse.

Em 2017, a Escola Municipal Antonio Coelho Ramalho “quebrou seus muros, tornando-a parte integrante da comunidade e de livre acesso” (Movimento de Inovação na Educação, [201-?], *on-line*). Nesse esforço para ampliar a educação para além das paredes da escola tradicional, os planos de estudo se concentram em projetos de pesquisa que exploram os temas “Escola, Bairro e Município”. Por meio desses projetos, os alunos se envolvem na identificação dos desafios críticos em seu entorno e na busca por soluções viáveis, promovendo uma abordagem participativa e engajada na resolução de problemas locais.

Assim, como os exemplos apontados acima, percebemos que já existem várias escolas que desenvolvem ações e projetos que estão inseridos nos paradigmas da sustentabilidade; mas, para que haja uma ação efetiva no cenário nacional, o desenvolvimento de políticas públicas desempenha um papel fundamental nesse processo, pois elas fornecem estrutura,

recursos e diretrizes específicas para que as instituições se capacitem e promovam uma educação que propicie aos alunos um ensino pautado na consciência sustentável.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTABILIDADE NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Entende-se por políticas públicas de sustentabilidade as ações e metas desenvolvidas em programas e projetos públicos voltados para a sustentabilidade nas escolas (Secchi, 2013, p. 2), que visam a integrar a dimensão ambiental, social e econômica na educação, estimulando a adoção de práticas sustentáveis nas instituições de ensino, buscando não apenas formar cidadãos conscientes da importância de cuidado com as questões ambientais, mas também envolvendo a comunidade escolar em ações que contribuem para um desenvolvimento equilibrado e responsável.

No contexto brasileiro, a promulgação da Lei nº 9.795, datada de 27 de abril de 1999, marcou o início de um processo significativo de inclusão da Educação Ambiental (EA) na formação tanto inicial quanto continuada dos professores (Brasil, 1999). Essa legislação instituiu uma Política Nacional de Educação Ambiental, com diretrizes para a promoção e o desenvolvimento de políticas públicas externas para a EA (Bastos; Rabinovici, 2016).

Buscando discutir e implementar as diretrizes da lei acima citada, em 2009 houve o colóquio denominado “Sustentabilidade, Educação Ambiental e Eficiência Energética: um Desafio para as Instituições de Ensino e para a Sociedade”, realizado em Brasília, que apresentou as instituições de ensino como “incubadoras de mudanças”,

Para que a educação ambiental seja efetiva e contribua para a mitigação dos efeitos das mudanças do clima e a formação de uma nova cidadania,

foi consenso nas discussões entre os conselheiros que as instituições de ensino sejam incubadoras de mudanças concretas na realidade social, articulando três eixos: edificações, gestão e currículo. (Brasil, 2009a, p. 7).

Em 2010, o Decreto nº 7.083/2010, assinado pelo então Presidente Lula, criou o programa Mais educação, o qual ampliou o tempo de permanência das crianças, adolescentes e jovens na escola pública, mediante a oferta do ensino em tempo integral, e que trouxe em seus princípios a educação voltada para a sustentabilidade,

V - o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares, incluindo a acessibilidade, e à gestão, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos;

VI - a afirmação da cultura dos direitos humanos, estruturada na diversidade, na promoção da equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade, por meio da inserção da temática dos direitos humanos na formação de professores, nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos; (Brasil, 2010, art. 2º).

A criação do Programa Escolas Sustentáveis foi lançado em agosto de 2010, no Sesc Pantanal, e foi inspirado em uma proposta inglesa. A proposta passou por diversas alterações, desconstruções e construções sob a gestão da Coordenadoria Geral de Educação Ambiental (CGEA) do Ministério da Educação (MEC) e de três universidades federais que colaboram na transformação da proposta: Mato Grosso (UFMT), Mato Grosso do Sul (UFMS) e Ouro Preto (UFOP). (Universidade Federal de Mato Grosso [UFMT],[20-]).

O programa consistiu em um curso oferecido para representantes de 180 escolas, destinado a 2800 cursistas

(alunos, professores e gestores) e envolveu dezoito Secretarias de Educação (SEDUC) de dezoito estados. Contou com o apoio do MEC e de algumas universidades, entre elas a Universidade Federal de Ouro Preto, a Universidade Federal de Mato Grosso, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e com o apoio da Coordenação Geral de Educação Ambiental. O objetivo inicial foi implementar o projeto em escolas de Ensino Médio, juntamente com o Programa Mais Educação.

No ano de 2012, o governo federal investiu dinheiro no programa Escola Sustentáveis; como consequência, o ministro de Estado da Educação e ministra de Estado do Meio Ambiente, assinaram a Portaria Interministerial no 883, de 5 de julho de 2012, com os objetivos de:

Propiciar atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais, com ênfase na participação social e nos processos de melhoria da relação ensino aprendizagem, em uma visão de educação para a sustentabilidade e o respeito à diversidade de modo a: fortalecer a educação ambiental nos sistemas de ensino; fortalecer a participação da comunidade escolar na construção de políticas públicas de educação e de meio ambiente; apoiar as escolas na transição para a sustentabilidade, contribuindo para que se constituam em espaços educadores sustentáveis a partir da articulação de três eixos: gestão, currículo e espaço físico; estimular a inclusão de propostas de sustentabilidade socioambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) a partir da gestão, currículo e espaço físico; criar e fortalecer as COM-VIDAS - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas, como espaços de debate sobre questões sociais e ambientais na escola e na comunidade e perceber como eles se relacionam com a saúde, a qualidade de vida, os direitos humanos e prevenção de riscos e emergências ambientais; contribuir para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para a consecução das Metas do Milênio, ambas iniciativas das

Organizações das Nações Unidas, em uma perspectiva da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis; fortalecer a participação da juventude na implementação da Política Nacional de Educação Ambiental e incentivá-la a contribuir com a solução dos problemas (Grohe, 2014, p. 10).

No ano de 2013, o governo federal lançou o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Escola Sustentável, com o propósito de garantir recursos para que as escolas da rede pública de ensino desenvolvessem projetos de ações voltados para a sustentabilidade. A meta para o ano de 2013 foi de atingir 10.000 escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, conforme a Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013, que consistiu:

[...] no repasse financeiro, por meio de transferência de recursos de custeio e de capital, para promover ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino e apoiar as escolas públicas das redes distrital, municipais e estaduais na adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental, considerando o currículo, a gestão e o espaço físico, de forma a torná-las espaços educadores sustentáveis (Brasil, 2013).

Entendendo, assim, como Escola Sustentável,

[...] aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Esses espaços têm a intencionalidade de educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam. A transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de três dimensões inter-relacionadas: espaço físico, gestão e currículo. (Brasil, 2013)

Por tais registros, observa-se que a partir de 2013 tivemos uma transformação em relação à ideia de sustentabilidade dentro das escolas. Os valores de responsabilidade ambiental, com o

objetivo de tornar os envolvidos em seres melhores em prol de um meio ambiente equilibrado, fazem parte do cotidiano de muitas escolas pelo Brasil hoje, todavia, devido à falta de avaliações do programa Escolas Sustentáveis, o recurso foi extinto em 2014 pelo FNDE, e hoje o que temos são ações isoladas das escolas públicas e projetos da iniciativa privada, que buscam promover a sustentabilidade através de premiação, como o “Prêmio Escolas Sustentáveis”, promovida pela Santillana, a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e a Fundação Santillana, o qual tem como propósito reconhecer e celebrar as escolas que demonstram um compromisso sólido com a sustentabilidade. Essa premiação se estende a escolas localizadas no Brasil, Colômbia e México, avaliando seu desempenho tanto na dimensão curricular quanto na gestão escolar e nas relações com as comunidades locais. (Prêmio..., [202-?]).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade como meta para a educação é algo que já vem sendo discutido no Brasil há mais de duas décadas, como pudemos perceber na promulgação da Lei nº 9.795, que inseriu a educação ambiental no ensino básico, e com a criação do programa Mais Educação, que propiciou espaço no currículo e diretrizes para o ensino voltado para a sustentabilidade.

Observamos que existem várias escolas que trabalham com projetos e ações que visam à sustentabilidade, mas ainda são atuações isoladas, não há no Brasil uma política pública nacional unificada que envolva todas as escolas num projeto de “escola sustentável” que, conforme a resolução do FNDE nº 18, de 03 de setembro de 2014, são instituições de ensino incubadoras de mudanças concretas na realidade social, articulando três eixos: edificações, gestão e currículo.

Sabemos que a implementação dessas práticas impacta diretamente o cotidiano dos colaboradores e a formação dos alunos, pois a escola, além de passar as disciplinas necessárias para a formação curricular do estudante, precisa investir na sua formação como cidadão. Todavia, métodos simples como a realização da coleta seletiva do lixo, ou o descarte responsável através da reciclagem, são exemplos iniciais para se compartilhar lições de sustentabilidade com os alunos. Além disso, o relacionamento da escola com a comunidade é extremamente necessário para a progressão de uma gestão escolar sustentável, já que é a comunidade do entorno que alimenta a escola com alunos e participa de seus eventos culturais e esportivos. Esses eventos, aliados a boas práticas, são o que pouco a pouco irão conscientizar a população e consequentemente mudar, ainda que paulatinamente, a realidade econômica, social e ambiental do país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BASTOS, Daniela Botti Dias; RABINOVICI, Andréa. A importância do processo de formação de educadores ambientais na efetividade do programa nacional de escolas sustentáveis – PNES. **Revbea**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 42-59, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2294/1458>. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica [...]. Brasília: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE/MEC nº 18, de 3 de setembro de 2014.** Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), [...]. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/6017-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-mec-n%C2%BA-18,-de-3-de-setembro-de-2014>. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **PDDE Escola do Campo:** Resolução CD/FNDE nº. 28, de 09 de junho de 2011: guia de orientações operacionais. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/fnde/legislacao/resolucoes/2011/res028_09062011_guia_orientacoes_operacionais.pdf. Acesso em: 13 maio 2024.

BRASIL. Secretaria de Relações Institucionais. **Relatório sobre**

sustentabilidade e eficiência energética recomendações e sugestões. Brasília, DF: CDES, 2009a. Disponível em: https://gestaoconteudo.presidencia.gov.br/gestao_cdes/Plone/biblioteca/busca/2-reuniao-de-grupo-de-trabalho/deliberacoes/relatorio-gt-matriz-energetica-11-2009.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

EDNIR, Madza; SCRIPNIC, Priscila Assumpção. Escolas sustentáveis, educação global. **Revista Pátio Ensino Fundamental**, [Rio de Janeiro], n. 64, 2002. Disponível em: <https://loja.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/7851/escolas-sustentaveis-educacao-global.aspx>. Acesso em: 7 set. 2016.

MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO. Escola Municipal Antonio Coelho Ramalho. **Movimento de Inovação na Educação.** São Paulo, [201-?]. Disponível em: <https://movinovacaonaeducacao.org.br/iniativas-inovadoras/escola-municipal-antonio-coelho-ramalho/>. Acesso em: 23 out. 2023.

GROHE, Sandra Lilian Silveira. Escolas sustentáveis como proposta de política pública no Brasil. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, ANPED Sul, 10., 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: Udesc, 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1429-1.pdf. Acesso em: 8 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Educação para um futuro sustentável:** uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada. Brasília, DF: Ibama, 1999. Disponível em: <https://repositorio.cetesb.sp.gov.br/items/ec36d5c1-bed4-4dfb-8764-63b46b2eeef/full>. Acesso em: 13 maio 2024.

MOREIRA, Jéssica. Escola da Ponte radicaliza a ideia de autonomia dos estudantes. **EI: Centro de Referências em**

Educação integral. [São Paulo], 7 mar. 2014. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/experiencias/escola-da-ponte-radicaliza-ideia-de-autonomia-dos-estudantes/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PRÊMIO Escolas Sustentáveis. **Fundação Santillana.** [S. l., 202-?]. Disponível em: <https://www.premioescolassustentaveis.com/org>. Acesso em: 23 out. 2023.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade: uma visão humanística. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 5, dez. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/sgMq3nRxXZSzzM5MsX7qWCR/>. Acesso em: 13 maio 2024.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Adriana Oliveira de Souza. O programa dinheiro direto na escolar: escolas sustentáveis como articulador na implementação de políticas públicas para educação ambiental. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetininga, 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Educação de qualidade. **Nações Unidas Brasil.** [S. l., 202-?]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/04>. Acesso em: 23 out. 2023.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Sustainable Development. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. **United Nations.** [S. l., 202-?]. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 20 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO [UFMT]. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA). **Escolas sustentáveis.** Cuiabá: UFMT, [20--]. Disponível em: <http://gpeaufmt.blogspot.com.br/p/escolas-sustentaveis.html>. Acesso em: 8 set. 2016.



MÁRCIA SEPÚLVIDA DO VALE

Professora no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Tocantins – IFTO, Doutoranda em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, Mestra em Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, Especialista em Língua Portuguesa e Espanhola pela Faculdade Integrada de Araguatins – FAIARA, Graduada em Letras: Línguas Portuguesa e Espanhola e suas respectivas Literaturas pela Faculdade de Educação Ciências e Letras de Paraíso do Tocantins – FECIPAR.



JANETE SILVA DOS SANTOS

Mestrado (2001) e doutorado (2010) em Linguística Aplicada pela Unicamp. Licenciada em Letras (Português/Literatura) pela UFPA. Professora Associada da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFT), atuando no curso de Letras (Licenciatura) e no PPGL (mestrado e doutorado). É líder do Grupo de Pesquisa em Linguagem.

Estados que denotam eficiência no gasto público em educação possuem melhor qualidade de informação contábil?

Do states that demonstrate efficiency in public spending on education have better quality accounting information?

Patrik Donizetti Rodrigues da Silva^a, Henrique Portulhak, Vagner Alves Arantes.

^aUniversidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: patrik.silva1@ufpr.br

Resumo: Apesar do volume de recursos públicos investidos em educação no Brasil, não se pode afirmar que tal aporte resulte em ensino de qualidade. Em avaliações nacionais e internacionais a educação brasileira vem apresentando resultados insuficientes. Aliado a esse contexto, que evidencia a necessidade de uso eficiente dos recursos públicos, ocorre no Brasil, desde 2008, processo de convergência das normas vigentes de contabilidade do setor público às normas internacionais de contabilidade denominadas *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) com vistas a melhorar a qualidade das informações contábeis e o processo de tomada de decisão. Diante desse cenário, o objetivo do presente estudo é avaliar se a qualidade da informação contábil impacta a eficiência técnica em educação em âmbito estadual. A metodologia compreende a Análise Envolvória de Dados (DEA) para avaliação da eficiência técnica relativa dos estados em educação. Em seguida, relaciona-se a eficiência com a qualidade da informação contábil por meio de regressão OLS. Os resultados sugerem uma relação negativa entre a qualidade de informação contábil e eficiência em educação. Ademais, o estudo visa contribuir com as discussões acerca da relação entre a eficiência e a qualidade de informação contábil no âmbito do setor público brasileiro e, sobretudo, dos efeitos do processo de harmonização da contabilidade pública brasileira às IPSAS.

Palavras-chave: Educação; eficiência; contabilidade; setor público; IPSAS.

Abstract: Despite the significant amount of public resources invested in education in Brazil, it cannot be stated that such investment results in quality teaching. In national and international assessments, brazilian education has been yielding insufficient results. In addition to this context of the need for efficient use of public resources, a process of convergence of the existing public sector accounting standards with the International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) has been taking place in Brazil since 2008, aiming to improve the quality of accounting information and the decision-making process. Given this scenario, the objective of the present study is to evaluate whether the quality of accounting information impacts technical efficiency in education at the state level. The methodology involves Data Envelopment Analysis (DEA) to assess the relative technical efficiency of states in education. Subsequently, efficiency is correlated with the quality of accounting information through Ordinary Least Squares (OLS) regression. The results suggest a negative relationship between the quality of accounting information and efficiency in education. Moreover, the study aims to contribute to discussions about the relationship between efficiency and the quality of accounting information in the brazilian public sector, especially considering the effects of the harmonization process of brazilian public accounting with IPSAS.

Keywords: Education; efficiency; accounting; public sector; IPSAS.

1 INTRODUÇÃO

A despesa pública brasileira é caracterizada por gastos que impactam fortemente as contas públicas. Destacam-se a educação, a proteção social e a saúde. Em relação à educação, foram desembolsados pelos Estados e o Distrito Federal, aproximadamente, 134 bilhões de reais no ano de 2021 (Brasil, 2022). Apesar da quantidade significativa de recursos investidos, não se pode afirmar que tal aporte resulte em ensino de qualidade.

Dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ensino no Brasil demonstram resultados abaixo do esperado nos últimos anos. De acordo com informações divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019, o índice dos anos finais do ensino fundamental da rede pública foi de 4,6 e o do ensino médio da rede estadual, 3,9, ambos abaixo das metas estipuladas que foram de 5,0 e 4,6, respectivamente (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019). Em avaliações internacionais, o Brasil também evidencia uma baixa qualidade do ensino. Conforme dados da *Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD* (2019), no *Programme for International Student Assessment* (PISA) os alunos brasileiros apresentaram notas abaixo da média, em relação aos países membros. Além disso, em leitura, matemática e ciências 43% dos alunos pontuaram abaixo do nível mínimo de proficiência nessas três disciplinas.

Dados do INEP evidenciam que o Brasil gasta em torno de 6% do Produto Interno Bruto com essa política pública (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020). Esse valor, observa os padrões estabelecidos internacionalmente, que estipulam que os

gastos com educação devem estar entre 4% e 6% do PIB, (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, 2015). Conforme Barros *et al.* (2021), face ao montante gasto pelo Brasil com educação, o desempenho deveria ser muito melhor que o atual. Portanto, pode-se afirmar que temos um nítido problema de eficiência.

A questão da eficiência em educação é tema recorrente na literatura, tanto no contexto internacional (Afonso; Aubyn, 2006; Clements, 1999; Herrera; Pang, 2005; Sibiano; Agasisti, 2013), quanto nacional (Faria *et al.*, 2008; Negreiros; vieira, 2014; Scherer *et al.*, 2016; Schettini, 2014; Zoghbi *et al.*, 2009). Afonso *et al.* (2010), por exemplo, mostraram que a eficiência do gasto público em educação no Brasil se apresenta como uma das piores em comparação com outros vinte e quatro países de diferentes continentes. Begnini e Tosta (2017) estudaram a eficiência dos gastos públicos com a educação fundamental, apontando que apenas 26% dos estados podem ser considerados eficientes.

A literatura sobre eficiência em educação também tem avançado para estudar fatores explicativos dos níveis de eficiência de jurisdições. Fonchamnyo e Sama (2014), por exemplo, identificaram a influência de fatores como qualidade da gestão orçamentária e financeira e a corrupção na eficiência do gasto público em educação de países africanos. No contexto brasileiro, Lima e Bezerra (2022) analisaram a influência da gestão fiscal na eficiência dos gastos públicos de educação dos 26 estados e do Distrito Federal.

Em paralelo ao contexto de necessidade crescente de uso eficiente dos recursos públicos, ocorre no Brasil, desde 2008, um processo de convergência das normas locais de contabilidade do setor público às normas

internacionais de contabilidade denominadas *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS). Estas normas, formuladas com o objetivo de proporcionar relatórios financeiros comparáveis e de alta qualidade, estão sendo implantadas no Brasil com o objetivo de melhorar a transparência e *accountability* na gestão das finanças públicas nacionais (Lima; Lima, 2019). Assim, dentre os efeitos desejados pelas reformas contábeis calcadas nas IPSAS consta a utilização mais eficiente dos recursos públicos (Cuadrado-Ballesteros *et al.*, 2022; Hyndman; Liguori, 2016).

Entretanto, estudos recentes não têm convergido em evidências neste sentido. Embora alguns estudos tenham apontado uma relação positiva entre qualidade da informação contábil e eficiência no setor público (Cuadrado-Ballesteros *et al.*, 2022; Hoque; Moll, 2001), há estudos que não corroboram com este achado (Dorn *et al.*, 2021; Sousa, 2022). No Brasil e em específico no campo da educação, Sousa (2022) investigou o impacto da qualidade da informação contábil na eficiência em educação de municípios e, com base em uma amostra de 3.401 municípios, identificou um resultado surpreendente: "... que a qualidade da informação contábil está correlacionada com a redução da eficiência técnica em educação dos municípios". Assim, o presente estudo busca agregar evidências sobre esta relação, trazendo a seguinte questão: qual a influência da qualidade da informação contábil na eficiência no gasto público dos estados brasileiros?

Além de agregar diretamente às evidências trazidas por Sousa (2022) acerca dos municípios brasileiros, o enfoque estadual decorre do fato de que esse ente federativo possui inúmeras atribuições constitucionais na execução de serviços públicos de educação (Brasil, 1988). Nesse sentido, de acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, em média, 43% dos gastos públicos com a função educação são de competência dos

estados (Boueri; Rocha; Rodopoulos, 2015). Ademais, conforme previsto na Carta Magna, os Estados e o Distrito Federal devem aplicar, da receita resultante de impostos, anualmente, no mínimo 25% no desenvolvimento do ensino (Brasil, 1988), o que faz esse volume de recursos altamente relevante a nível regional.

O presente trabalho enfatiza a questão da educação já que seus impactos podem ser notados em diferentes áreas da sociedade. Destacam-se, o crescimento econômico e da renda (Barro, 2013; McMahon, 1998; Pecchenino; Pollard, 2002; Jamison *et al.*, 2007; Teulings; Van Rens, 2008), melhora da saúde (Groot; Van Den Brink, 2007), redução da violência (Groot; Van Den Brink, 2010) e a redução da desigualdade (Abdullah *et al.*, 2015; Teulings; Van Rens, 2008). Begnini e Tosta (2017) destacam a importância da educação para o desenvolvimento regional, com a sua capacidade de melhorar aspectos como produtividade e bem-estar social, o que pode ser maximizado com uma melhor gestão educacional acompanhada do uso mais eficiente dos recursos disponíveis.

Assim, a presente análise possui importância para gestores públicos e formuladores de políticas públicas, tanto ao considerar o enfoque sobre uma função pública que, no Brasil, possui grande relevância em termos de volume financeiro e de impacto social e cuja utilização de recursos necessita ser otimizada, quanto ao agregar evidências sobre a avaliação de um dos principais benefícios esperados com a harmonização das normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público, que é a eficiência na aplicação de recursos públicos.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A seguir destacam-se as contribuições da literatura quanto aos conceitos norteadores deste estudo:

eficiência em educação e qualidade da informação contábil.

2.1 Eficiência e educação

A eficiência ganha destaque na teoria econômica, sobretudo, quando se trata do uso dos recursos oriundos da tributação (Afonso *et al.*, 2010). Ressalta-se, porém, que quando se pensa no ambiente público, existem algumas especificidades (Worthington; Dollery, 2000). De fato, gestores públicos estão suscetíveis a pressões políticas que podem impactar a tomada de decisão eficiente e que a análise econômica muitas vezes não captura essas especificidades (Worthington; Dollery, 2000).

Essa temática vem ganhando cada vez mais espaço na literatura, com o paradigma do *New Public Management* – NPM (Cavalcante, 2017). De fato, em um ambiente marcado pela escassez de recursos e pela dificuldade em se aumentar a arrecadação, a administração pública deve se preocupar em atividades que possuam ineficiências (Boueri; Rocha; Rodopoulos, 2015). Nesse sentido, a eficiência, no âmbito do setor público brasileiro, também ganhou destaque a ponto de possuir relevância constitucional. O artigo 37 da Carta Magna prevê a eficiência como um dos princípios básicos da administração pública (Brasil, 1988).

Mas o que significa eficiência? Observa-se, pois, que existem diferentes abordagens acerca desse conceito. Conforme Cohen e Franco (1993), eficiência pode ser definida como a relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los, em um determinado período, mantidos certos padrões de qualidade. Mihaiu *et al.* (2010) entendem a eficiência como a maximização de resultados, ou seja, a relação ótima entre insumos e produtos, dado um nível de recursos. Ressalta-se que eficiência não se confunde com efetividade ou eficácia: efetividade, diz

respeito aos impactos de uma intervenção ou programa sobre a população-alvo (Cohen; Franco, 1993), ao passo que a eficácia se refere ao alcance dos resultados pretendidos (Cohen; Franco, 1993).

A importância do tema da eficiência levou ao interesse no campo acadêmico do setor público, conduzindo a estudos que se dedicaram à mensuração da eficiência técnica de unidades decisórias neste setor (Ruggiero, 1996; Smith; Mayston, 1987). A partir da revisão bibliográfica é possível verificar estudos que avaliaram a eficiência dos gastos em educação. Destacam-se no contexto internacional os estudos de Clements (1999), que estudou a eficiência das despesas com a educação em Portugal; Herrera e Pang (2005), que focaram na eficiência dos gastos públicos nos países em desenvolvimento; e Sibiano e Agasisti (2013) que estudaram a eficiência e a heterogeneidade no gasto público em regiões italianas.

No contexto nacional, Zoghbi *et al.* (2009) avaliaram o desempenho e a eficiência relativa de Estados brasileiros em relação ao ensino fundamental e médio. Negreiros e Vieira (2014) estudaram a eficiência econômica das escolas municipais da região metropolitana de Londrina. Schettini (2014) estudou a eficiência técnica relativa dos municípios brasileiros na educação pública por meio da técnica de Análise Envoltória de Dados. Scherer *et al.* (2016) estudaram a eficiência dos gastos em educação básica nos Estados brasileiros, também a partir da Análise Envoltória de Dados (DEA).

Já outros estudos enfatizaram avançaram sobre os determinantes da eficiência em educação. É o caso de Fonchamnyo e Sama (2014), que identificaram que a qualidade da gestão orçamentária e financeira tem influência e impacta positivamente a eficiência, considerando como cenário empírico os seguintes países africanos: Camarões, Chade e República Centro-Africana. Já

Lima e Bezerra (2022) estudaram o efeito da gestão fiscal sobre a eficiência dos gastos públicos em educação em estados brasileiros, identificando uma influência positiva das receitas de arrecadação própria.

2.2 Qualidade da informação contábil

O tema qualidade da informação contábil no setor público é relativamente recente na literatura, sobretudo, no Brasil. De fato, é notório que a partir de 2008, com a adoção às normas internacionais, tem-se buscado uma padronização nacional. No entanto, o processo não tem sido linear, com mudanças de prazos e dificuldades em sua efetiva implementação (Azevedo *et al.*, 2017).

No Brasil, uma das iniciativas para se avaliar a qualidade da informação contábil

dos entes federativos é o Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Trata-se, pois, de publicação anual com objetivo de avaliar a qualidade da informação e a consistência dos relatórios e demonstrativos contábeis e fiscais (Brasil, 2023).

Basicamente, a metodologia utilizada consiste no recebimento das informações contábeis e fiscais pelos entes federativos (estado ou município) e em seguida realiza-se as validações. A partir dessas verificações, calcula-se o percentual de conformidade. Sendo assim, quanto maior esse percentual melhor a classificação do ente. Vale ressaltar ainda que o Ranking é constituído por quatro dimensões. A Tabela 1, abaixo, as detalham.

Tabela 1 – Dimensão, objetivo e fonte – ranking da qualidade da informação contábil e fiscal

Dimensão	Objetivo	Fonte
Dimensão I – Gestão da Informação	Verificar o comportamento do respectivo ente federativo no envio e manutenção das informações no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).	Declarações e Matrizes de Saldos Contábeis (MSC).
Dimensão II – Informações Contábeis	Verificar a adequação às regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e a consistência entre os demonstrativos.	Declaração de Contas Anuais (DCA) enviadas por meio da MSC de encerramento.
Dimensão III – Informações Fiscais	Analisar os dados fiscais contidos quanto a adequação ao Manual de Demonstrativos Fiscais.	Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º quadrimestre ou 2º semestre de todos os poderes/órgãos.
Dimensão IV – Informações Contábeis X Informações Fiscais	Efetuar o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais avaliando a igualdade de valores entre demonstrativos diferentes.	Declaração de Contas Anuais (DCA), do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre, do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º quadrimestre ou 2º semestre de todos os poderes/órgãos e a Matriz de Saldos Contábeis de dezembro do respectivo ano.

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os dados do Siconfi, disponível em: <https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/>.

Observa-se, pois, duas vertentes do Ranking: a fiscal e a contábil. Na dimensão contábil – foco deste estudo – destacam-se os principais pontos analisados: informações orçamentárias e patrimoniais do FUNDEB, despesas com pessoal, custeio, transferências intergovernamentais, informações tributárias, bens móveis, contribuições para o RPPS, dívida ativa, entre outros.

Entretanto, questiona-se: qual o propósito da informação contábil no setor público? De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público – NBC TSP Estrutura Conceitual, ela é destinada à prestação de contas, à responsabilização e à tomada de decisão (Conselho Federal de Contabilidade, 2016). Diante desses propósitos, é possível inferir que a melhoria na qualidade das informações – o que é esperado a partir das reformas contábeis no setor público – pode impactar positivamente na eficiência (Hood, 1995; Hyndman; Liguori, 2016). Pode-se afirmar ainda que a relação entre eficiência e qualidade da informação contábil no setor público possui bases no paradigma do *New Public Management* (NPM). De fato, na medida em que os relatórios buscam reduzir as assimetrias informacionais e contribuir para tomada de decisão, espera-se que contribuam para a eficiência (Hood, 1995).

Dada essa expectativa, estudos se dedicaram a avaliar esta relação. Hoque e Moll (2001), estudando o ambiente australiano, verificaram que a informação contábil é capaz de promover eficiência e contribuir para melhoria dos resultados dos serviços públicos. No mesmo sentido, Cuadrado-Ballesteros *et al.* (2022) verificaram que uma contabilidade efetiva, em consonância com o princípio da competência, é positivamente associada à eficiência.

Por outro lado, estudos não identificaram esta mesma relação. Dorn *et al.* (2021), ao estudarem governos locais da Bavária (Alemanha), não identificaram

melhorias de eficiência governamental nas jurisdições que adotam a contabilidade pelo regime de competência, uma das principais características das IPSAS que se considera como capaz de melhorar a qualidade da informação contábil. Já Sousa (2022), que estudou entes municipais brasileiros, sugere que a qualidade da informação contábil pode evidenciar uma relação inversa à eficiência técnica em educação. Também identificou-se uma relação inversa entre eficiência técnica e PIB municipal, capacitação dos docentes, complexidade da gestão escolar e esforço docente.

Assim, considerando o resultado do estudo de Sousa (2022) realizado em um cenário empírico mais próximo ao da presente análise, tem-se a hipótese de pesquisa: a qualidade da informação contábil influencia negativamente na eficiência técnica em educação dos estados brasileiros.

3 METODOLOGIA

O presente estudo é delineado como uma abordagem quantitativa e descritiva. A seguir são abordados o procedimento para a coleta de dados, definição das variáveis do estudo e os respectivos métodos utilizados.

3.1 Procedimentos para coleta de dados

A amostra compreende os Estados brasileiros e o Distrito Federal, ao todo, 27 unidades federativas. Sendo assim, realizou-se a coleta de dados em duas etapas. Primeiramente, buscou-se as informações necessárias para avaliação da eficiência técnica relativa dos entes. Assim, os dados de entradas (*inputs*) e saídas (*outputs*) foram coletados no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (Brasil, 2021).

Na segunda etapa, complementou-se com as informações de Produto Interno Bruto (PIB) coletadas no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de endividamento e de qualidade da informação contábil, estas últimas disponíveis no Siconfi da STN.

3.2 Avaliação da eficiência em educação

Medir a eficiência no setor público revela-se uma tarefa complexa (Worthington; Dollery, 2000). Não obstante, para se mensurar a eficiência relativa, um método recorrente na literatura é a Análise Envoltória de Dados (DEA). Trata-se, pois, de um método quantitativo fundamentado em matemática e estatística, utilizado para medir e avaliar eficiência de unidades produtivas (Afonso *et al.*, 2010).

De acordo com Afonso *et al.* (2010), a DEA ganhou destaque na literatura acadêmica principalmente com os trabalhos de Farrel (1957) e Charnes *et al.* (1978). A DEA parte do pressuposto de que existem unidades decisórias (DMUs), que convertem insumos (*inputs*) em produtos (*outputs*) ou resultados (*outcomes*) (Charnes *et al.*, 1978). Assim como

qualquer método, a DEA apresenta fatores positivos e negativos. Entre as vantagens destacam-se a facilidade de inserção de *inputs* e *outputs*, bem como, da comparação entre unidades tomadoras de decisão (DMUs) (Fonchamnyo; Sama, 2014). Por outro lado, conforme os mesmos autores, encontra-se o fato dela evidenciar apenas a eficiência relativa e não absoluta.

Constata-se que estudos acerca da eficiência em áreas como saúde e educação têm priorizado a aplicação da metodologia *Data Envelopment Analysis* (DEA) (Afonso; Aubyn, 2006; Begnini; Tosta, 2017; Faria *et al.*, 2008; Fonchamnyo; Sama, 2014; Gupta; Verhoeven, 2001; Herrera; Pang, 2005; Marinho, 2003; Negreiros; Vieira, 2014; Sibiano; Agasisti, 2013; Silva *et al.*, 2015). Assim, no estudo em questão, utiliza-se o referido método para avaliar a eficiência técnica relativa dos estados nos gastos em educação.

Sendo assim, a Tabela 2 evidencia os insumos (*inputs*), produtos (*outputs*) utilizados no presente estudo.

Tabela 2 – Inputs e Outputs

MODELO	DEA		
DMU	ESTADO E DF		
Variável	Tipo	Fonte	Referências
Gasto público próprio do estado por aluno	<i>Input</i>	STN/INEP	Afonso e Aubyn (2006); Sutherland <i>et al.</i> (2007).
Quantidade de Docentes	<i>Input</i>	INEP	Silva <i>et al.</i> (2015); Sousa <i>et al.</i> (2005).
Quantidade de estabelecimentos de ensino	<i>Input</i>	INEP	Silva <i>et al.</i> (2015); Almeida e Gasparini (2011).
Quantidade de matrículas no Ensino básico	<i>Output</i>	INEP	Gupta e Verhoeven (2001); Herrera e Pang (2005); Silva <i>et al.</i> (2015); Wilbert e D'Abreu (2013).
Nota do Ideb do Ensino Fundamental	<i>Output</i>	INEP	Silva <i>et al.</i> (2015); Wilbert e D'Abreu (2013).
Nota do Ideb do Ensino Médio	<i>Output</i>	INEP	Silva <i>et al.</i> (2015); Wilbert e D'Abreu (2013);

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cumpra ressaltar que, conforme a Tabela acima, a escolha das variáveis considera os antecedentes da literatura sobre a temática. Destaca-se também, a atuação do estado na manutenção e no desenvolvimento do ensino, com foco na fase final do ensino fundamental e no ensino médio (Brasil, 1988).

Com base no levantamento bibliográfico, as variáveis utilizadas como proxies no presente estudo estão evidenciadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Proxies do modelo de regressão

Variável	Proxy	Sigla	Fonte	Referência
Eficiência	Eficiência do gasto público em educação	EFC	DEA	Fonchamnyo e Sama (2016); Lima e Bezerra (2022).
Qualidade da informação contábil	Qualidade da informação contábil	QCONT	STN	Cuadrado-Ballesteros <i>et al.</i> (2022); Sousa (2022).
Endividamento	Endividamento	END	STN	Fonchamnyo e Sama (2016); Lima e Bezerra (2022).
PIB Estadual	Tamanho econômico	PIB	IBGE	Teulings e Van Rens (2008); Hanushek e Woessmann (2020); Barro (2013).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os *scores* de eficiência, por estado, são obtidos a partir da Análise Envoltória de Dados - DEA. Para aplicação dessa técnica utiliza-se o pacote *Benchmarking* do software R (Wilson, 2008; Bogetoft; Otto, 2024).

Como *proxy* da qualidade da informação contábil utilizou-se os resultados referentes à dimensão II do Índice de Qualidade da Informação Contábil e Fiscal do Siconfi. Essa escolha difere-se de Sousa (2022) que utilizou dados das quatro dimensões. Tal decisão ocorre pelo fato de que as demais dimensões (I, III e IV) descritas na Tabela 1 relacionam-se em maior grau com as questões fiscais dos entes.

O endividamento é um dos indicadores econômico-financeiros utilizados para análise da Capacidade de Pagamento (CAPAG) do Estado ou do Distrito Federal. Dessa forma, os dados referentes ao endividamento de cada ente são oriundos do CAPAG, disponível no Portal do Tesouro transparente da STN. Esse indicador é calculado a partir da

fórmula 1, conforme a Portaria ME nº 5.623/2022 (Brasil, 2022):

$$END = \frac{\text{Dívida Consolidada Bruta}}{\text{Receita Corrente Líquida}} \quad (1)$$

Por último, para os dados do PIB estadual são considerados relativos ao ano de 2020. Essa escolha ocorre devido a inexistência de dados para o ano de 2021. Ressalta-se ainda que para as demais variáveis considera-se os resultados referentes ao ano de 2021. Essa escolha reside no fato de que nesse ano foi realizada a mais recente avaliação do IDEB pelo INEP.

Dessa forma, o estudo se propõe a analisar a relação entre as variáveis por meio da regressão OLS, *cross-section*. Portanto, detalha-se a equação proposta para o estudo na fórmula 2:

$$EFC = \beta_0 + \beta_1(QCONT) + \beta_2(END) + \beta_3(PIB) + \varepsilon \quad (2)$$

Destaca-se, por fim, que além dos pressupostos inerentes à regressão, busca-se também avaliar as correlações entre as variáveis independentes. Para esses cálculos utiliza-se os recursos do software R.

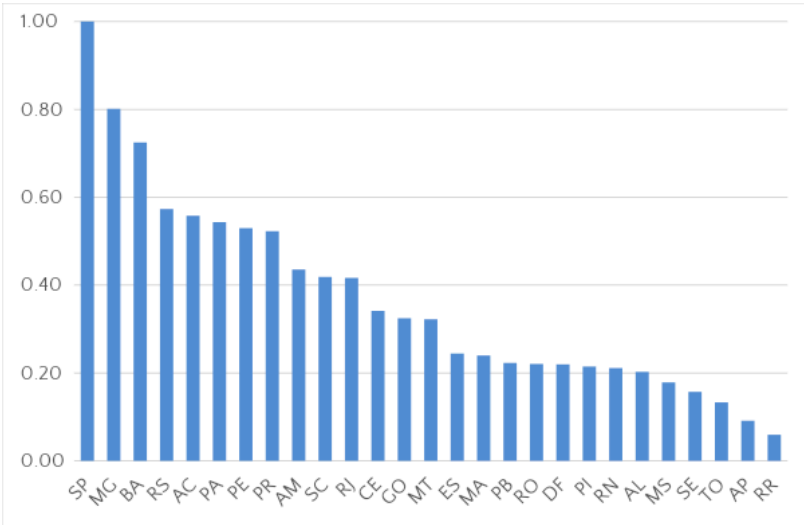
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção destacam-se os achados encontrados e suas implicações. Busca-se, desse modo, relacionar os resultados obtidos com a literatura sobre o tema.

4.1 Análise descritiva

Da aplicação dos testes referentes à DEA verificou-se que os estados brasileiros apresentaram relativa heterogeneidade, conforme observa-se no Gráfico 1 abaixo. Constata-se que considerando os *inputs* e *outputs* escolhidos, o estado de São Paulo, apresentou-se como *benchmarking* em 2021.

Gráfico 1 – Score de Eficiência por Estado



Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos resultados apresentados na Tabela 3, a seguir, observa-se que a variável qualidade da informação contábil apresentou média de 39,148 e desvio padrão de 2,471, o que denota pouca variabilidade nesse indicador. A variável endividamento apresentou valor mínimo de 0,224 e

máximo de 3,244, apresentando uma razão de aproximadamente 14,5 vezes. No mesmo sentido, a razão máximo/mínimo da variável PIB evidenciou 8,4. Essas diferenças podem ser explicadas em partes pelas desigualdades regionais evidentes entre os estados brasileiros.

Tabela 4 – Estatística Descritiva das variáveis

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Q1	Mediana	Q3	Máximo
QCONT	39,148148	2,741472	32	38	40	41	42
END	0,8623963	0,694221	0,2243	0,47605	0,6179	0,8338	3,2442
PIB	2,818,E+11	4,627,E+11	1,602,E+10	5,980,E+10	1,384,E+11	2,856,E+11	2,378,E+12

Fonte: Dados da Pesquisa.

A correlação das variáveis está representada pela Tabela 5. Denota-se uma correlação negativa entre as variáveis de controle e a variável de interesse. O endividamento apresentou correlação negativa de 18,6% sugerindo que os estados com maior endividamento apresentam menor qualidade da informação contábil.

O PIB também apresentou relação negativa de 16,7%. Tal resultado contraria o fato de que estados mais pobres tendem a

enfrentar desafios econômicos maiores, problemas com a educação de profissionais e menor investimento em controle, o que implicaria em menor qualidade da informação útil (Pirveli; Zimmerman, 2019). Nesse ponto não há um consenso na literatura, já que estudos como de Agasisti (2014) constatou haver uma relação negativa entre tamanho econômico e qualidade de informação contábil.

Tabela 5 – Correlação entre as variáveis

VARIÁVEL	QCONT	END	PIB
QCONT	1	-0,1863935	-0,1671816
END	-0,1863935	1	0,6134099
PIB	-0,1671816	0,6134099	1

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

5.1 Análise do modelo de regressão

A Tabela 6 a seguir, evidencia os resultados obtidos com o modelo de regressão proposto.

Tabela 6 – Resultados do modelo de regressão

Variável	Beta	Erro Padrão	Valor T	Intervalo De Confiança
INTERCEPTO	3,11E+10	1,70E+10	1.827	0.0808.
QCONT	-8,00E+08	4,26E+08	-1.877	0.0733.
END	-1,08E+10	2,10E+09	-5.125	3.42e-05 ***
PIB	4,68E-02	3,14E-03	14.894	2.65e-13 ***

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.
Significância estatística: 0 ‘***’; 0.001 ‘**’; 0.01 ‘*’; 0.05 ‘.’; 0.1 ‘.’
Erros padrão dos resíduos: 583700 sobre 23 Graus de Liberdade (GL)
R² múltiplo:0,9186 – R² Ajustado: 0,908
Estatística F: 86.56 sobre 3 and 23 GL, p-value: 1.122e-12

Destaca-se que o teste de Shapiro-Wilk apresentou resultado de 0,931 e p-valor de 0,076, ou seja (p>0,05), indicando assim normalidade dos resíduos.

Em relação à variável de interesse, qualidade da informação contábil, os resultados sugerem significância a 10%, apresentando sinal negativo. Isso evidencia que estados mais eficientes relativamente quanto a alocação de

recursos em educação, apresentam menor qualidade de informação contábil.

Dessa forma, tem-se um resultado que contraria estudos internacionais como os Cuadrado-Ballesteros *et al.* (2022). No entanto, os resultados evidenciados na presente pesquisa corroboram com achados de nacionais como o de Sousa (2022) no contexto dos municípios brasileiros, estando, assim, de acordo com a hipótese definida para a pesquisa.

Tal situação pode ser explicada por fatores específicos, como por exemplo, a rotatividade de pessoal das equipes de contabilidade (Azevedo *et al.*, 2019) ou mesmo pelo não direcionamento do uso da informação contábil para a busca de eficiência, mas sim para outras finalidades (Sousa, 2022). No que tange às variáveis de controle, o endividamento apresentou sinal negativo e significância a menos de 1%. Esse resultado sugere que Estados brasileiros que denotam maior eficiência técnica em educação tendem a possuir menor endividamento, o que está em consonância com evidências obtidas em Sutherland *et al.* (2007) e Herrera e Pang (2005).

O PIB apresentou significância a menos de 1% e sinal positivo sugerindo que estados mais eficientes em educação tendem a possuir maior produto interno. Esse resultado está em consonância com Fonchamnyo e Sama (2016).

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho consistiu em avaliar se a qualidade da informação contábil impacta a eficiência técnica em educação em âmbito estadual. Os resultados sugerem uma relação negativa entre a qualidade de informação contábil e eficiência em educação. Esse resultado vai ao encontro de resultados obtidos em estudos como de Dorn *et al.*, (2021) e, mais, especificamente, de Sousa (2022), que estudou a eficiência do gasto em educação dos municípios brasileiros. Porém, contradiz a literatura internacional, que tem preconizado (Hood, 1995; Hyndman; Liguori, 2016) e, em algumas ocasiões, evidenciado (Cuadrado-Ballesteros *et al.*, 2022; Hoque; Moll, 2001) que a adoção da contabilidade por competência implica em maior eficiência.

Assim, para gestores públicos relacionados às finanças públicas, tais indícios podem trazer ceticismo sobre se os benefícios prometidos com as reformas

que estão sendo empreendidas serão, de fato, colhidos.

Para gestores públicos e formuladores de políticas públicas em educação, os resultados apresentados contribuem ao reforçar achados de estudos anteriores acerca do efeito de variáveis externas (no caso, o PIB estadual) e internas à gestão (no caso, endividamento) na eficiência do gasto em educação. Entretanto, também aponta que, até o presente momento, as evidências acumuladas não têm indicado a qualidade da informação contábil, conforme aferida pela STN, como uma das soluções para se melhorar a eficiência nesta área.

Em relação às principais limitações do presente estudo, destacam-se primeiramente as limitações do modelo DEA, que denota apenas a eficiência relativa, sendo sensível a erros estocásticos e desconsidera fatores ambientais (Afonso; Aubyn, 2006; Lima; Bezerra, 2022). Ainda, deve-se ressaltar que, para composição do índice de qualidade da informação contábil, muitos dos quesitos são avaliados pela STN apenas quanto ao seu envio e consistência (Sousa, 2022), não se realizando, portanto, um aprofundamento caso a caso acerca da fidedignidade dos valores informados, o que traz limitações quanto a veracidade dos dados.

Sugere-se a realização de pesquisas quanto à identificação das causas para a relação negativa entre a qualidade da informação contábil e a eficiência. Aplicações para outras áreas da gestão pública como saúde, segurança e assistência social, de modo a confirmar ou contrastar os resultados obtidos, também seriam bem-vindas. Estudos que relacionem fatores como a gestão de recursos humanos ou os ciclos políticos com a qualidade da informação contábil também são entendidos como oportunos.

Por fim, a identificação de elementos que influenciam na eficiência técnica da

educação básica brasileira continua sendo fator de primeira necessidade dentro de um cenário de contínua austeridade fiscal aliado a grandes desafios educacionais no ensino básico, e também dada a importância da educação para o desenvolvimento local e regional, sobretudo em localidades onde há maiores vulnerabilidades sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS

- ABDULLAH, A. *et al.* Does education reduce income inequality? A meta-regression analysis. **Journal of Economic Surveys**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 301-316, 2015. DOI: 10.1111/joes.12056. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/joes.12056>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- AFONSO, A.; AUBYN, M. S. Cross-country efficiency of secondary education provision: A semi-parametric analysis with non-discretionary inputs. **Economic Modelling**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 476-491, 2006. DOI: 10.1016/j.econmod.2006.02.003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264999306000149>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- AFONSO, A. *et al.* Public sector efficiency: evidence for new EU member states and emerging markets. **Working Paper Series**, [S. l.], n. 581, jan. 2006. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scp/wps/ecbwp581.pdf>. Acesso em 20 jun. 2023.
- AGASISTI, T. The efficiency of public spending on education: An empirical comparison of EU countries. **European Journal of Education**, [S. l.], v. 49, n. 4, p. 543-557, 2014. DOI: 10.1111/ejed.12069. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ejed.12069>. Acesso em: 22 fev. 2023.
- ALMEIDA, A. T. C. de; GASPARINI, C. E. Gastos públicos municipais e educação fundamental na Paraíba: uma avaliação usando DEA. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 42, n. 3, p. 621-639, 2011. DOI: 10.61673/ren.2011.163.
- AZEVEDO, R. R. de *et al.* Efeito da mudança de prazos de adoção e características das políticas contábeis na reforma da contabilidade patrimonial em municípios. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO, 10., 2017, Petrópolis. **Anais [...]**. Petrópolis: FMP-FASE, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xcase/62945-efeito-da-mudanca-de-prazos-de-adocao-e-caracteristicas-das-politicas-contabeis-na-reforma-da-contabilidade-patrimonial/>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- AZEVEDO, R. R. de *et al.* Efeitos da rotatividade de pessoal sobre práticas das equipes de contabilidade em municípios. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 13, e144691, 2019. DOI: 10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.144691. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/144691>. Acesso em: 28 mar. 2023.
- BARRO, R. J. Education and Economic Growth. **Annals of Economics and Finance**, Cambridge, v. 14, n. 2, p. 301-328, 2013. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=756ea3bc9225033cf7d82530d0a1ef28be6bf95e>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- BARROS, R. P. *et al.* Promovendo o desempenho educacional via melhorias na gestão escolar: o caso do Programa Jovem de Futuro. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, DF, v. 51, n. 3, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11668>. Acesso em: 6 dez 2023.

BEGNINI, S.; TOSTA, H. T. A eficiência dos gastos públicos com a educação fundamental no Brasil: uma aplicação da análise envoltória de dados (DEA). **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, Brasil, v. 17, n. 46, p. 43–59, jan./abr., 2017. DOI: 10.5752/P.1984–6606.2017v17n46p43. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/P.1984–6606.2017v17n46p43>. Acesso em: 15 set. 2023.

BOGETOFT, P.; OTTO, L. Benchmark and Frontier Analysis Using DEA and SFA. Package 'Benchmarking'. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/Benchmarking/Benchmarking.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BOUERI, R.; ROCHA, F.; RODOPOULOS, F. **Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência**. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, 2015. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:28263. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 ago 2023.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistemas de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro**. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, 2021. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>. Acesso em: 23 jun 2023.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Estatísticas Fiscais do Governo Geral**. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, 2022. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:43283.

[01:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:43283](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:43283). Acesso em: 3 fev 2023.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Ranking da qualidade da informação contábil e fiscal no Siconfi**. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, 2023. Disponível em: <https://ranking-municipios.tesouro.gov.br>. Acesso em: 4 mar 2023.

CAVALCANTE, P. **Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM**. Brasília, DF: IPEA, 2017. (Texto para discussão, n. 2319).

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE [CFC]. **Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TSP do Setor Público**. Brasília, DF: CFC, 2016. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>. Acesso em: 12 set 2023.

CHARNES, A. *et al.* Measuring the efficiency of decision making units. **European Journal of Operational Research**, [S. l.], v. 2, n. 6, p. 429–444, 1978. DOI: 10.1016/0377-2217(78)90138-8. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0377221778901388>. Acesso em: 20 jan 2023.

CLEMENTS, B. J. The efficiency of education expenditure in Portugal. **IMF Working Paper**, [S. l.], n. 99/179. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=880834. Acesso em: 22 mai. 2023.

COHEN, E. ; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

CUADRADO-BALLESTEROS, B. *et al.* Public-Sector Accounting Reforms and Governmental Efficiency: A Two-Stage Approach. **The International Journal of Accounting**, [S. l.], v. 57, n. 04, p. 2250017, 2022. DOI: 10.1142/S1094406022500172.

Disponível em:
<https://www.worldscientific.com/doi/10.1142/S1094406022500172>. Acesso em: 28 mai. 2023.

DORN, F. *et al.* Ineffective fiscal rules? The effect of public sector accounting standards on budgets, efficiency, and accountability. **Public Choice**, [S. l.], v. 186, p. 387–412, 2021. DOI: 10.1007/s11127-019-00755-8. Disponível em:
<https://link.springer.com/article/10.1007/s11127-019-00755-8>. Acesso em 18 mai. 2023.

FARIA, F. P. *et al.* Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 42, p. 155–177, 2008. DOI: 10.1590/S0034-76122008000100008. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rap/a/zNQqrdqspLTChSzHTvW3Hbs/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

FARRELL, M. J. The measurement of productive efficiency. **Journal of the Royal Statistical Society Series A: Statistics in Society**, [S. l.], v. 120, n. 3, p. 253–281, 1957. DOI: 10.2307/2343100. Disponível em:
<https://rss.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.2307/2343100>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FONCHAMNYO, D. C.; SAMA, M. C. Determinants of public spending efficiency in education and health: evidence from selected CEMAC countries. **Journal of Economics and Finance**, [S. l.], v. 40, p. 199–210, 2016. DOI: 10.1007/s12197-014-9310-6. Disponível em:
<https://link.springer.com/article/10.1007/s12197-014-9310-6#citeas>. Acesso em: 17 ago. 2023.

GROOT, W.; VAN DEN BRINK, H. M. The health effects of education. **Economics of**

Education Review, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 186–200, 2007. DOI: 10.1016/j.econedurev.2005.09.002.

Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272775705001007>. Acesso em: 10 set. 2023.

GROOT, W.; VAN DEN BRINK, H. M. The effects of education on crime. **Applied Economics**, Amsterdam, v. 42, n. 3, p. 279–289, 2010. DOI: 10.1080/00036840701604412. Disponível em:
<https://dare.uva.nl/search?metis.record.id=334918>. Acesso em: 15 jun. 2023.

GUPTA, S.; VERHOEVEN, M. The efficiency of government expenditure: experiences from Africa. **Journal of Policy Modeling**, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 433–467, 2001. DOI: 10.1016/S0161-8938(00)00036-3. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0161893800000363>. Acesso em: 3 dez. 2023.

HANUSHEK, E. A.; WOESSMANN, L. Education, knowledge capital, and economic growth. **The Economics of Education**, [S. l.], p. 171–182, 2020. DOI: 10.1016/B978-0-12-815391-8.00014-8. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/B9780128153918000148>. Acesso em: 20 nov. 2023.

HERRERA, S.; PANG, G.. **Efficiency of public spending in developing countries: an efficiency frontier approach**. [S. l.]: World Bank Publications, 2005.

HOQUE, Z.; MOLL, J. Public sector reform–Implications for accounting, accountability and performance of state-owned entities–an Australian perspective. **International Journal of Public Sector Management**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 304–326, 2001. DOI: 10.1108/09513550110395256. Disponível em:

<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/09513550110395256/full/htm>. Acesso em: 23 nov. 2023.

HOOD, C. The “new public management” in the 1980s: Variations on a theme. **Accounting, Organizations and Society**, [S. l.], v. 20, n. 2-3, p. 93-109, 1995. DOI: 10.1016/0361-3682(93)E0001-W. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361368293E0001W>. Acesso em: 10 abr. 2023.

HYNDMAN, N.; LIGUORI, M. Public sector reforms: changing contours on an NPM landscape. **Financial Accountability & Management**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 5-32, 2016. DOI: 10.1111/faam.12078. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/faam.12078>. Acesso em: 20 dez. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – ensino fundamental regular e ensino médio regular**. Brasília, DF: INEP, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 3 dez 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Percentual do investimento total em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por nível de ensino – 2000 a 2018**. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em: 3 jun. 2023.

JAMISON, E. A. *et al.* The effects of education quality on income growth and mortality decline. **Economics of Education Review**, [S. l.], v. 26, n. 6, p. 771-788, 2007.

DOI: 10.1016/j.econedurev.2007.07.001. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272775707000611>. Acesso em: 10 out. 2023.

LIMA, R. P.; LIMA, D. Experiência do Brasil na implementação das IPSAS. [S. l.], v. 16, n. 38, p. 166-184, 2019. DOI: 10.5007/2175-8069.2019v16n38p166. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2019v16n38p166>. Acesso em: 28 maio. 2023.

LIMA, R. P.; BEZERRA, F. A. Gestão fiscal e a eficiência do gasto público em educação e saúde nos estados brasileiros, **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 73, n. 2, p. 359-378, 2022. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/6668>. Acesso em: 27 maio. 2023.

MARINHO, A. Avaliação da eficiência técnica nos serviços de saúde nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 57, p. 515-534, 2003. DOI: 10.1590/S0034-71402003000300002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/XPFyGx3IVmtCctkPn3vy8yH/?lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2023.

MCMAHON, W. W. Education and growth in East Asia. **Economics of Education Review**, v. 17, n. 2, p. 159-172, 1998. DOI: 10.1016/S0272-7757(97)00050-2. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272775797000502>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MIHAIU, D. M. *et al.* Efficiency, effectiveness and performance of the public sector. **Romanian Journal of Economic Forecasting**, v. 4, n. 1, p. 132-147, 2010. Disponível em: <https://ipe.ro/new/rjef.htm>. Acesso em: 10 jun. 2023.

NEGREIROS, L. F de; VIEIRA, S. F. A. Eficiência das Escolas da Região Metropolitana de Londrina: um estudo a partir da Análise Envoltória de Dados (DEA). In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. 14., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/219.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **PISA 2018 Results**: volume III: What School Life Means for Students' Lives. OECD Publishing: Paris, 2019. DOI: 10.1787/acd78851-en. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/acd78851-en>. Acesso em: 14 set 2023.

PECCHENINO, R. A.; POLLARD, P. S. Dependent children and aged parents: funding education and social security in an aging economy. **Journal of Macroeconomics**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 145-169, 2002. DOI: 10.1016/S0164-0704(02)00024-1. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0164070402000241>. Acesso em: 27 out. 2023.

PERMANI, R. The role of education in economic growth in East Asia: A survey. **Asian-Pacific Economic Literature**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 1-20, 2009. DOI: 10.1111/j.1467-8411.2009.01220.x. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8411.2009.01220.x>. Acesso em: 2 set. 2023.

PIRVELI, E. ; ZIMMERMANN, J. Do wealthy economies have better accounting quality? International evidence. **Journal of Corporate Accounting & Finance**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 92-110, 2019. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?>

[abstract_id=3385499](#). Acesso em: 20 set. 2023.

RUGGIERO, J. On the measurement of technical efficiency in the public sector. **European Journal of Operational Research**, [S. l.], v. 90, n. 3, p. 553-565, 1996. DOI: 10.1016/0377-2217(94)00346-7. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0377221794003467>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SCHERER, G. *et al.* Eficiência dos gastos em educação básica nos Estados Brasileiros a partir da Análise Envoltória de Dados (DEA). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS - ABC, 23., 2016, Porto de Galinhas. **Anais [...]**. São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, 2016. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4133>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SCHETTINI, B. P. **Eficiência técnica dos municípios brasileiros na educação pública**: escores robustos e fatores determinantes. Brasília, DF: IPEA, 2014. 43p. (Texto para discussão, n. 1).

SIBIANO, P.; AGASISTI, T. Efficiency and heterogeneity of public spending in education among Italian regions. **Journal of Public Affairs**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 12-22, 2013. DOI: 10.1002/pa.1404. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/pa.1404>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SMITH, P.; MAYSTON, D. Measuring efficiency in the public sector. **Omega**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 181-189, 1987. DOI: 10.1016/0305-0483(87)90068-5. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0305048387900685>. Acesso em: 3 set. 2023.

SILVA, M. C. *et al.* Avaliação da Função Educação nos Municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte: mudança

ou Inércia Social? **ConTexto**, Porto Alegre, v. 15, n. 29, p. 17-29, 2015.

SOUSA, M. da D. S. *et al.* Explaining DEA technical efficiency scores in an outlier corrected environment: the case of public services in Brazilian municipalities. **Brazilian Review of Econometrics**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 287-313, 2005. DOI: 10.12660/bre.v25n22005.2507. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/bre/article/view/2507>. Acesso em: 3 out 2023.

SOUSA, K. M. de. Eficiência em Educação dos Governos Locais Brasileiros: A Qualidade da Informação Contábil Ajuda?. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 18, 2022. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/10595>. Acesso em: 6 dez. 2023.

SUTHERLAND, D. *et al.* Performance indicators for public spending efficiency in primary and secondary education. **Economics Department Working Papers**, [S. l.], n.546, OECD, Economics Department, 2007. DOI: 10.2139/ssrn.967656. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=967656. Acesso em: 27 jan. 2024.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Declaração de Incheon: Educação 2030: Rumo a uma Educação de Qualidade Inclusiva e Equitativa e à Educação ao Longo da Vida para Todos**. Program and meeting document. Unesco: Incheon, 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por. Acesso em: 6 dez 2023.

TEULINGS, C.; VAN RENS, T. Education, growth, and income inequality. **The Review of Economics and Statistics - MIT Press Direct**, Cambridge, v. 90, n. 1, p. 89-104, 2008. DOI: 10.1162/rest.90.1.89. Disponível

em: <https://direct.mit.edu/rest/article-abstract/90/1/89/58647/Education-Growth-and-Income-Inequality>. Acesso em: 3 nov. 2023.

WILBERT, M. D.; D'ABREU, E. C. C. F. Eficiência dos gastos públicos na educação: análise dos municípios do estado de alagoas. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, [S. l.], v.6, p. 348-372, 2013. Disponível em: <https://asaa.emnuvens.com.br/asaa/article/view/136>. Acesso em: 27 mai. 2024.

WILSON, P. W. Fear: a software package for frontier efficiency analysis with R. **Socio-economic planning sciences**, [S. l.], v. 42, n. 4, p. 247-254, 2008. DOI: 10.1016/j.seps.2007.02.001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0038012107000109>. Acesso em: 5 dez. 2023.

WORTHINGTON, A.; DOLLERY, B. An empirical survey of frontier efficiency measurement techniques in local government. **Local Government Studies**, Taylor & Francis Online, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 23-52, 2000. DOI: 10.1080/03003930008433988. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03003930008433988>. Acesso em: 20 set. 2023.

ZOGHBI, A. C. P. *et al.* Mensurando o desempenho e a eficiência dos gastos estaduais em educação fundamental e média. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, São Paulo, Brasil, v. 39, p. 785-809, 2009. DOI: 10.1590/S0101-41612009000400004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35991>. Acesso em: 27 maio 2023.



PATRIK DONIZETTI R. SILVA

Mestre em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialização em Gestão Pública pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Especialização em Direito em Administração Pública – Universidade Castelo Branco (UCB). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (FEARP-USP). Graduação (Lic.) em Matemática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Integrante do Laboratório de Pesquisa Contábil em Organizações, Governos e Sociedade (LOGOS).



HENRIQUE PORTULHAK

Doutor em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (2018). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (2013). Bacharel em Ciências Contábeis (2009) e Especialista em Controladoria pela Universidade Federal do Paraná (2011). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em

Contabilidade da Universidade Federal do Paraná. Líder do LOGOS – Laboratório de Pesquisa Contábil em Organizações, Governos e Sociedade, grupo de pesquisa certificado pelo CNPQ e UFPR.



VAGNER ALVES ARANTES

Professor no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná (PPGCONT-UFPR) e no Departamento de Ciências Contábeis da UFPR. Doutor em Contabilidade pelo PPGCONT-UFPR com Doutorado Sanduíche na École des Sciences de la Gestion, na Université du Québec à Montreal, Canadá (ESG-UQAM). Mestre em Administração e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa. Atualmente é Vice-Coordenador do curso de Ciências Contábeis do Departamento de Ciências Contábeis – UFPR (2022-2024). Integrante do Laboratório de Pesquisa Contábil em Organizações, Governos e Sociedade (LOGOS) e do Laboratório de Finanças (LABFIN).

Hermenêutica de Profundidade (HP): discursos que reforçam a democracia racial e a intolerância religiosa no Brasil

Depth Hermeneutics (DH): discourses that reinforce racial democracy and religious intolerance in Brazil

Sergio Luis do Nascimento^a.

^aPontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: axesergio@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo apresenta a hermenêutica de profundidade de Thompson (1995) como ferramenta estratégica para discussões e análise das políticas de Ensino Religioso no Brasil, confrontando o trato da disciplina, com a implementação da prática curricular, com os artigos 26A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (modificada pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08). Tendo como objeto de análise: os atos normativos que regulamentam o Ensino Religioso nos estados da Região Sul; as Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Ensino Religioso; o Caderno Pedagógico de Ensino Religioso da Secretaria de Estado da Educação do Paraná; e os Boletins e Apostilas de formação da Associação Inter-Religiosa de Educação (ASSINTEC). Tais atos normativos foram confrontados com os documentos construídos com consultas públicas pelos movimentos sociais e cidadãos, como o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) de 1999 e de 2009; os relatórios finais das Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial de 2005 e 2009 (CONAPIR); o relatório final da Conferência Nacional de Educação de 2010 (CONAE), juntamente com o caderno de emendas; e o documento de referência da CONAE do estado do Paraná. No plano teórico, buscou-se integrar a perspectiva crítica da ideologia de John Thompson com a perspectiva de análise.

Palavras-chave: Educação; racismo; hermenêutica; ideologia.

Abstract: This article presents Thompson's (1995) in-depth hermeneutics as a strategic tool for discussions and analysis of Religious Education policies in Brazil, confronting the treatment of the discipline, with the implementation of curricular practice, with articles 26A and 79B of the Law of Guidelines and Bases of National Education (modified by Laws 10.639/03 and 11.645/08). Having as object of analysis: the normative acts that regulate Religious Education in the states of the Southern Region; the Curriculum Guidelines for Basic Education in Religious Education; the Pedagogical Notebook for Religious Education of the Paraná State Secretariat for Education; and the Training Bulletins and Handouts of the Inter-Religious Association of Education (ASSINTEC). Such normative acts were confronted with documents constructed with public consultations by social and citizen movements, such as the National Human Rights Plan (PNDH) of 1999 and 2009; the final reports of the 2005 and 2009 National Conferences for the Promotion of Racial Equality (CONAPIR); the final report of the 2010 National Education Conference (CONAE), together with the amendment booklet; and the CONAE reference document for the state of Paraná. At the theoretical level, we sought to integrate the critical perspective of John Thompson's ideology with the perspective of analysis.

Keywords: Education; racism; hermeneutics; ideology.

Submetido em: 05/12/2023.

Aceito em: 27/03/2024.

1 INTRODUÇÃO

O confronto tem nesta pesquisa¹ um sentido de divergência, que se dirige a analisar as tensões entre os sujeitos envolvidos no campo de análise. Assim, busca explicitar uma concepção crítica de análise e se ancora na perspectiva histórica da Filosofia Africana tal como proposta por Foé (2013), para o qual a condição africana atual se situa num dilema entre acomodação e emancipação². Também se relaciona à tentativa de superação do *modus operandi* da dissimulação, cuja função ideológica pode estabelecer e sustentar relações de dominação, podendo ser ocultadas, negadas ou obscurecidas. A proposta do artigo é analisar as políticas de Ensino Religioso no Brasil, confrontando o trato dessa disciplina e a implementação da prática curricular com os artigos 26A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (modificada pelas Leis 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e 11.645, de 10 de março de 2008). Para tanto, foram tomados como objetos de análise:

- a) os atos normativos que regulamentam o Ensino Religioso nos estados da Região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná);
- b) as Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Ensino Religioso;
- c) o Caderno Pedagógico de Ensino Religioso da Secretária de Estado da Educação do Paraná;
- d) os Boletins e as Apostilas de formação da Associação Inter-religiosa de Educação (ASSINTEC);
- e) os documentos que foram construídos com consultas públicas a movimentos sociais e cidadãos, como o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) de 1999 (publicado em 2002) e 2009; os relatórios finais das Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR) de

2005 e 2009; o relatório final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010 juntamente com o caderno de emendas; e o documento de referência da CONAE do estado do Paraná de 2014.

Na investigação dos documentos e das conferências, cabe compreender se eles ajudaram nos desdobramentos ou se estabeleceram novas trajetórias a essa área de conhecimento, o Ensino Religioso. Inicialmente, a proposta era analisar as diretrizes dos diversos estados, mas, posteriormente, a análise foi direcionada aos estados da região sul, em função de seu papel modelar para os demais estados. Estes, mesmo em contextos muito distintos e com a operacionalização da política de forma diversa, tomaram os documentos legais dos estados da região sul como modelo e reproduziram em muito o seu conteúdo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: A HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE (HP)

Na apresentação do referencial metodológico desta pesquisa, é importante explicar que, ao eleger o que está escrito como matéria prima de investigação, encontram-se na Hermenêutica de Profundidade (HP) de Thompson (1995) condições de explicitar e sistematizar tanto uma reflexão filosófica sobre o ser quanto uma reflexão metodológica sobre a natureza e as tarefas da interpretação na pesquisa social.

A primeira etapa da HP como referencial metodológico é a fase sócio-histórica. Algumas perguntas são sempre importantes de serem feitas. Ao estudar determinado fenômeno, como o espaço e o tempo interagem? Em que lugar ele acontece? Como o fenômeno estabelece relação e influência no objeto de pesquisa? Sobre o tempo, “em que época aconteceu, ou acontece? O fato de

se dar em tal momento histórico tem a dizer sobre o fenômeno em estudo?” (Guareschi, 2000, p. 83).

No caso específico deste trabalho, as questões levantadas servirão para analisar as políticas de Ensino Religioso no Brasil, confrontando o trato dessa disciplina e a implementação da prática curricular com os artigos 26A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (modificada pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08). O referencial descrito até o momento reforça o que Thompson denominou de “contextual”, indicando que as formas simbólicas estão sempre inseridas em contextos sociais estruturados, nos quais podem atuar para estabelecer e sustentar relações desiguais. Thompson (1995) afirma que a pesquisa social deve se voltar aos contextos específicos e que é necessário analisar atentamente a interação entre sentido e poder em situações concretas da vida social. Ainda, o autor esboça um quadro que focaliza determinadas formas pelas quais a ideologia opera, a partir do qual se pretende vincular esta proposta metodológica de crítica à ideologia. Essas forças são cinco: *legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação*. Para cada um desses modos gerais típicos de construção simbólica correspondem algumas estratégias típicas de operação ideológica.

A apropriação da HP e dos seus referenciais metodológicos possibilitam na análise sócio-histórica relacionar como os modos de operação da ideologia se sustentavam e se sustentam e com quais estratégias e práticas reproduzem e naturalizam uma ideologia. Nesta pesquisa, é realizado um recorte para a área de conhecimento do Ensino Religioso e dos respectivos atos normativos de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Como o viés, selecionaram-se relatórios finais de conferências voltadas para questões das áreas educacionais (CONAE), movimento social negro (CONAPIR) e direitos humanos (PNDH).

Na segunda etapa, a análise formal ou discursiva da HP, o enfoque na investigação lógica é um instrumento de análise importante. Tomam-se as legislações e diretrizes, por exemplo, e “tenta-se descobrir a argumentação, ou a espécie de silogismo que está subjacente ao texto” (Guareschi, 2000, p. 86). Assim, parte-se do princípio de que os diferentes modelos estruturadores do Ensino Religioso se baseiam no artigo 33 da LDB, que determina que os sistemas de ensino sejam responsáveis pela regulamentação dos procedimentos relacionados aos conteúdos de Ensino Religioso. Demonstrando coerência, os pareceres e as resoluções que normatizam o Ensino Religioso nos estados também reconhecem a pluralidade ou a liberdade religiosa.

A terceira fase da HP é a interpretação ou reinterpretação da ideologia. Essa última fase desafia a explicar os fatos, objetos do estudo. Impulsiona justamente a uma interpretação ou reinterpretação dos fenômenos estudados. Como descreve Thompson, “a interpretação constrói sobre esta análise, como também sobre os resultados da análise sócio-histórica”. E como ressalta Guareschi (2000):

o fato de não podermos ser neutros não dispensa do fato buscarmos conhecer qual a nossa visão, qual nossa cosmovisão, quais nossos valores, que ideias defendemos (Guareschi, 2000, p. 33).

Desse modo HP possibilita na interpretação ou reinterpretação acrescentar uma nova visão do fato ou do fenômeno. Cabe salientar que cada um destes modos gerais está relacionado a algumas estratégias típicas de construção simbólica ideológica.

3 DOCUMENTOS DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL

Na composição do *corpus*, houve a opção pelas legislações estaduais da

região sul, tendo como primeiro documento normativo o parecer n. 290/2000 do Rio Grande do Sul (2000a). O documento, elaborado pelo Conselho Estadual de Educação, não apresenta Diretriz curricular e nem conteúdos específicos de Ensino Religioso, ficando tal disposição a cargo dos professores, da Secretaria Estadual de Educação e de entidades religiosas ligadas ao Conselho Estadual de Ensino Religioso do Estado (CONER/RS). Nos estados de Santa Catarina e Paraná, analisados na sequência, identificou-se nas Diretrizes Curriculares uma aproximação com o modelo Fenomenológico, ao contrário do Estado do Rio Grande Sul, alinhado com o modelo Confessional.

Em razão disso, é necessário questionar: em que consiste essa classificação? Como classificar determinada legislação em um modelo ou num outro? Qual a finalidade dessa classificação? Nesta pesquisa, utilizam-se algumas das categorias para estudo sobre a origem do Ensino religioso na história da educação no Brasil. Essas categorias ajudaram a identificar os modelos estruturadores de aprendizagem do Ensino Religioso brasileiro presentes tanto nas instituições escolares de confissão católica como nos livros didáticos que incorporam e se estruturam a partir dessas classificações.

Assim, apresenta-se neste esboço dos modelos estruturadores das três concepções que modelam o ensino religioso; entre elas a *confessional*, que foi no Brasil a concepção de aprendizagem mais antiga e duradoura, do século XVI ao XX. Ainda, é apresentado o modelo *interconfessional*, que articulou, a partir dos anos 70, diferentes confissões cristãs e, com o passar do tempo, diversas tradições religiosas. A leitura teológica e o referencial teórico comum dessas confissões religiosas eram advindos das ciências humanas, o que possibilitou um ecumenismo entre os diferentes credos cristãos, em especial, as religiões

históricas, como a Luterana, a Anglicana e a Metodista. O modelo *fenomenológico*, cujo ponto de partida nos remete à compreensão do pluralismo religioso, é relativamente recente em nossa história tendo em vista que sociedade brasileira era “uni religiosa” até o final do século XIX e o catolicismo era a religião oficial do estado brasileiro. Dessa forma, ser católico não era uma opção e sim uma condição para ser considerado cidadão. O modelo fenomenológico surge como eixo curricular nos finais dos anos 1990, período em que a sociedade passa ter como pauta de discussão o respeito pela pluralidade religiosa.

Essas três classificações auxiliam a reconhecer nos documentos práticas discursivas que orientam formas implícitas e explícitas de conteúdos catequéticos, de cunho doutrinal, pré-estabelecidos numa hierarquia de valores cristãos com práticas temáticas que incentivem uma aprendizagem de cunho catequético litúrgico. A classificação de determinada legislação está de acordo com os objetivos da pesquisa de investigar como se manifesta nos documentos orientadores e normativos o reconhecimento das religiões de matriz afro-brasileira no que diz respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, além da proibição de qualquer tipo de proselitismo.

Os modelos estruturadores dos atos administrativos normativos são de fundamental importância, posto que esses representam e sinalizam a orientação da política educacional que organiza a área de conhecimento do Ensino Religioso. Há nesses documentos um movimento pendular: ora prevalece determinado modelo, ora outro; sendo talvez possível, a partir da sua análise, uma avaliação dos avanços e retrocessos na direção de educação religiosa plural. Também se pode fazer uma leitura mais ampla da forma como agentes públicos lidam com os desdobramentos das reivindicações advindas das lideranças civis organizadas

nas conferências e dos movimentos sociais.

Esses atos normativos seguem um *modus operandi* de estratégia típica da padronização em que as formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão utilizado pelas autoridades de Estado que desenvolve uma linguagem nacional, mesmo estando num contexto de grupos diversos e linguisticamente diferentes (Thompson, 1995, p. 86). Mesmo quando se tem contato com documentos que apresentam algumas expressões de vanguarda, eles se localizam num campo léxico de acomodação. A acomodação tem um sentido interpretativo neste artigo como uma estratégia ideológica que se apropria dos discursos, das práticas e das reivindicações. Esse **Ente**³ estabelece uma relação de reciprocidade, solidariedade diante do cenário desfavorável e ressignifica de forma dissimuladora formas simbólicas que confrontavam o discurso de dominação. Como é característico nas últimas décadas, de forma implícita, os documentos impõem um **processo de conservação social** com:

construções simbólicas que têm certo grau de autonomia e eficácia. Eles se constituem em símbolos e *slogans*, costumes e tradições que mobilizam as pessoas ou prendem-nas, empurram-nas para frente ou constroem-nas, de tal modo que não podemos pensar estas construções simbólicas unicamente como determinadas, ou totalmente explicadas, em termos de condições econômicas de produção (Thompson, 1995, p. 58).

Assim, é importante estar atento e compreender que o discurso não é só reprodutor de desigualdades sociais, mas também produtor delas, como salienta Thompson (1995, p. 61), acrescentando:

uma tradição pode aparecer e aprisionar um povo pode levá-lo a acreditar que o passado é seu futuro, e que o senhor é seu servo, e pode, por isso, manter uma ordem social em que vasta maioria da população estaria sujeita às condições de

exploração e dominação. (Thompson, 1995, p. 61),

A sensação de aprisionamento a uma tradição que não aceita rupturas e, para isso, molda o seu discurso em entrelinhas se apresenta na análise dos documentos verificados até o momento. Isso fica explícito quando se verifica a ausência e a ocultação de uma análise do contexto sócio-histórico brasileiro que cerca as relações de dominação das religiões judaico-cristã frente a religiões de matriz afro-brasileira, bem como quando se verifica nos documentos a exaltação da importância do diálogo inter-religioso, da tolerância, do respeito.

4 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA ASSINTEC

No que se refere à Associação Inter-religiosa de Educação (ASSINTEC), foram selecionados 10 informativos para análise neste estudo, todos produzidos no Estado do Paraná. Com sua sede localizada no município de Curitiba, neste estado, essa Associação se notabiliza por ser fonte dos “Parâmetros Curriculares (1996) e pelas Diretrizes para capacitação docente do Ensino Religioso (1998)” (Junqueira, 2000, p. 126). A Associação e a produção do seu material pedagógico se configuram e se entrelaçam nas quatro últimas décadas com as três diferentes propostas de educação religiosa brasileira presentes nos eixos estruturadores desse ensino: os modelos confessionais, interconfessionais e o fenomenológico.

Fundada em 1973 e com um forte vínculo com os órgãos públicos educacionais, tanto municipais quanto estadual, a entidade, no primeiro ano de fundação, criou em parceria com esses órgãos as primeiras apostilas e os *scripts* para os programas de Ensino Religioso radiofonizado. Isso ocorreu sob a tutela do Decreto n. 226, de 25 de janeiro de 1973, que possibilitou, com a programação de uma aula semanal para cada série, atingir 75.000 alunos e 3.000 professores em 150

escolas de 1º Grau de Curitiba. Foram distribuídos cerca de 700 aparelhos de rádio aos estabelecimentos de ensino, as aulas eram gravadas pelo Departamento da Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura (SAEC) nos estúdios da Igreja Luterana, com os fundos do Conselho Mundial de Igrejas. As parcerias para a realização dessas atividades foram conseguidas junto à Igreja Católica da Alemanha, que também auxiliou na compra dos aparelhos e nas impressões do material. Segundo Schlogl e Junqueira (2010), o projeto atingiu cerca de 2000 mil professores em reuniões de capacitação que duraram até a década de 1980.

Considerando as reflexões e análise dos informativos, infere-se que a ASSINTEC adota discurso de vanguarda em seu documento, como o respeito às diferenças, ao conhecimento das culturas e tradições presentes na realidade brasileira, mas oculta e não faz referência à Lei 10.639/03 e sua implicação na obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africanas. Isso tem implicações, principalmente, pelo papel que a entidade vem desempenhando junto aos professores de Ensino Religioso e, de certa maneira, aproxima-se da nova resolução de Lei n. 9.475, de 22 de julho de 1997, que incide sobre essa área de conhecimento. Sem deixar de lado toda análise crítica que envolve os informativos, não há como negar a sua penetração no meio escolar, pois a Associação, por meio de convênios assinados com secretarias educacionais, que liberavam pessoas, espaço físico e recurso à ASSINTEC, conseguiu capacitar profissionais da educação e divulgar conteúdos do Ensino Religioso. Essa ressalva recai sobre a dificuldade de implementação das Políticas de Promoção da Igualdade Racial por meio da Lei 10.639/03 em talvez aproximar suas diretrizes e bases ao cotidiano da prática escolar e a sua efetivação junto aos professores, alunos e gestores nos diferentes ciclos de aprendizagem. As experiências dos informativos, com todos os questionamentos e análise que

merecem, evidenciam para outras entidades um caminho para superar os desafios que se impõem a outras entidades e instituições que desejam transformar suas reivindicações em práticas socioeducativas. Aliás, como algo de destaque negativo para a ASSINTEC, em nenhum momento é citada a Lei 10.639/03 e o seu sancionamento que institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos africanos no currículo nos informativos analisados.

Não obstante, também se constatou a ocultação dos segmentos religiosos pentecostais e neopentecostais, em específico, pelo destaque nas últimas décadas, de quatro instituições muito presente nas mídias, na política, nas pesquisas acadêmicas e na economia – Igreja Assembleia de Deus, a Igreja Mundial do Poder de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus. Essas e outras representantes do segmento Evangélico, subclassificado como neopentecostal, segundo o Censo das Religiões (2010 *apud* Lopes, 2012, p. 4), somam 22,2% da população brasileira. No entanto, essas instituições religiosas não foram citadas em nenhum texto ou atividade dos informativos da amostra. Como também não são tratados de temas que envolvam esses segmentos, como a intolerância religiosa e os conflitos entre neopentecostais e as religiões afro-brasileiras. Aliás, as perspectivas do respeito da diversidade, do sagrado, da justiça e da harmonia configuram o cenário do discurso muito presente no processo de aprendizagem de conviver e de ressaltar a democracia racial e religiosa no Brasil. Com isso, convém aos produtores de materiais didáticos não problematizar questões como racismo, ateísmo, intolerância, homofobia, machismo – os Informativos da ASSINTEC analisados neste artigo seguiram à risca esse método.

5 IDEOLOGIA E SUAS ESTRATÉGIAS INTERPRETATIVAS

A terceira fase proposta no referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade (HP) tem o intuito de ir além da interpretação. Da forma como tem sido realizada nos estudos do NEAB-UFPR, optou-se por utilizar para a interpretação o quadro de modos de operação da ideologia e as suas estratégias típicas de construção simbólica. A HP permitiu, num primeiro momento, indagar sobre o objeto de análise e, num segundo momento, interpretar sobre idas e vindas dos fenômenos estudados. Foram analisados os documentos construídos com consultas públicas dos movimentos sociais e dos cidadãos, como os Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH's) de 1999 (publicado em 2002) e de 2009; os Relatórios finais das Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial de 2005 e 2009 (CONAPIR); o relatório final da Conferência Nacional de Educação de 2010 (CONAE) juntamente com o caderno de emendas e o documento de referência da CONAE do estado do Paraná; os atos normativos que regulamentam o Ensino Religioso nos estados da Região Sul (Rio Grande do Sul, 2000b; Santa Catarina, 2005; Paraná, 2006); as Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Ensino Religioso; o Caderno Pedagógico de Ensino Religioso da Secretária de Estado da Educação do Paraná; e os Boletins e as Apostilas de formação da Associação Inter-Religiosa de Educação (ASSINTEC).

A esse respeito, há a importância de se aproximar das origens das relações assimétricas entre brancos e negros, em que os primeiros estabeleceram uma relação de dominação e de expropriação de poder. A análise do contexto sócio-histórico forneceu todas as ferramentas de compreensão, seja na análise mais macro, quando há referência aos grandes clássicos e às teorias eurocêntricas, ou na análise micro, quando há referência aos clássicos brasileiros,

influenciados pelos primeiros. Na análise do contexto sócio-histórico, houve uma preocupação estratégica de dividir e inserir a temática das religiões de matriz afro-brasileira no pensamento sociorracial brasileiro. Isso possibilitou compreender que, para além do debate sobre as relações raciais no campo social, político e econômico, a população negra brasileira, ao tratar e se referir a sua ancestralidade religiosa, tem e terá que confrontar com o racismo e com uma das suas formas mais cruéis – o **expurgo do outro** (Thompson, 1995, p. 87).

A perspectiva sustentada na análise do contexto sócio-histórico parte de uma linha de raciocínio que compreende a importância de conhecer as origens dos aportes da teoria do racismo científico para melhor compreendê-lo e, com isso, confrontá-lo. Ao consultar um documento oficial cujo objetivo é orientar outros profissionais, em específico professores, verifica-se que seus principais aportes teóricos se debruçaram sobre a questão religiosa num sentido de “desconstrução do paradigma da religião enquanto poder” (Paraná, 2008, p. 51). Não obstante no reconhecimento dessa questão, conforme a análise de contexto sócio-histórico estruturada neste artigo, cabe ressaltar que temas como intolerância, racismo, estereótipos e estigmas de um legado que configurou as religiões de matriz afro-brasileira a “fetichistas”, “primitivas”, “selvagens”, “feitiçarias” estão muito presentes no cotidiano da prática escolar, como já analisado.

A esse respeito, compreendido como *modus operandi* da **dissimulação** (Thompson, 1995, p. 83) e da **acomodação**, o Boletim Informativo da ASSINTEC incorpora parte das reivindicações, inclusive ressaltando a importância da diversidade e do respeito aos diferentes e à pluralidade religiosa, mas oculta, nega uma das formas mais profundas da emancipação política: a superação do reconhecimento teórico-científico que sustenta as desigualdades assimétricas

entre os indivíduos. Em específico no campo do Ensino Religioso, a disciplina trabalha, conforme as suas normativas que buscam a persuasão do Outro, utilizando a estratégia da **universalização** (Thompson, 1995, p. 83).

É na análise formal ou discursiva que se estabelece uma apreciação dos documentos orientadores, por entendermos a estrutura social da gestão educacional. O que é possível referendar na análise dos documentos dos pareceres, das resoluções, dos Boletins Informativos da ASSINTEC e da Diretriz Curricular do Paraná é que a ponte com as novas narrativas das formas simbólicas exigidas pelos movimentos sociais negros por meio de pesquisas, reivindicações e projetos de lei foram e são diluídos em “doses homeopáticas”. Ou seja, partes dos discursos, que possibilitariam uma relação mais igualitária nas relações assimétricas entre negros e brancos, foram incorporados parcialmente nos documentos orientadores analisados.

Essa constatação se situa no quadro geral do sistema nacional de educação. Apesar do regionalismo do estudo e do recorte específico da análise empregada, confere-se ao trabalho empírico uma compreensão das instâncias de análise discursiva que se encaixariam nos diferentes eixos organizadores das disciplinas curriculares e nas diretrizes do sistema educacional brasileiro.

Na análise argumentativa, o reconhecimento desse aspecto permitiu estabelecer e propor evidências do quanto as formas simbólicas entre o que se propõe no PNDH e na própria CONAPIR estão distantes do proposto pelos marcos legais analisados. Isso fica explícito quando se conhece o conjunto de ideias teóricas e normativas que o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) exerceu na divulgação da nova concepção de Ensino Religioso brasileiro desde 1998, tendo a função de elaborar os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, bem como em divulgá-lo

e entregá-lo a instâncias diversas da educação brasileira, entre elas, o Conselho dos Secretários de Educação (CONSED), setor de currículos do MEC (Junqueira, 2000, p. 192).

A análise realizada constata que a narrativa argumentativa expressa nos documentos traça um perfil mais de acomodação do que de emancipação. Mesmo tendo uma linha argumentativa mais próxima das significações das Leis 10.639/03 e 11.645/08, a ASSINTEC não conseguiu dar lugar social às religiões de matriz afro-brasileiras no que tange as suas africanidades enquanto sujeito produto de conhecimento e de cultura, por isso, não foi difícil de estranhar a ausência, a ocultação de personagens importantes e atuais da literatura afro-brasileira.

Conforme já mencionado, a ASSINTEC é órgão sistematizador cuja função de coordenar e orientar ajustou-se com a FONAPER no esforço de articulação do modelo de discurso do Ensino Religioso no Brasil (Junqueira, 2000). A análise de instâncias tão regionais leva a acreditar que, por mais que as Conferências, em específico a CONAPIR, apresentem e reivindiquem um discurso emancipatório, as instâncias gestoras e formadoras mais presentes no cotidiano escolar têm uma postura dissimuladora e acomodativa cujo resultado é manter as relações assimétricas entre brancos e negros e um contexto de discriminação das religiões afro-brasileiras.

6 CONCLUSÃO

Como forma de realizar uma síntese final, é retomada a proposta do artigo de analisar as políticas de Ensino Religioso, confrontando o trato da disciplina e a implementação da prática curricular com os artigos 26 A e 79 B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (modificada pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08). Nesse sentido, o desenvolvimento da análise do contexto de produção permitiu e desafiou a investigar a gênese e as matrizes

epistemológicas e ideológicas do racismo. Nesse caso, as leituras e reflexões conduziram a elencar pensadores que foram influenciados pelo iluminismo, mas não conseguiram superar a visão racista da época em relação aos africanos e africanos da diáspora. A análise aponta como tais perspectivas permanecem como legado de uma ciência marcada pelo eurocentrismo e legitimado por cânones, mantendo uma tradição de hierarquia étnico-racial que inferioriza os negros. Por outro lado, mais do que evidenciar o contexto e o legado dessas formas de hierarquizar os seres humanos, o artigo possibilitou a descoberta de autores que fizeram frente a essas concepções teóricas. Autores que possibilitaram e instigaram ao pesquisador a fazer do seu corpo negro “um homem que interroga” (Fanon, 2008, p. 21). Sem dúvida, um dos principais resultados que a pesquisa e as leituras proporcionaram e podem proporcionar ao indivíduo e a quem pesquisa, são as descobertas. Principalmente quando essas descobertas mexem e alteram a consciência de forma imanente, possibilitando elaborar um conjunto de ideias voltadas a romper com estruturas normativas que acomodam e harmonizam o racismo estrutural brasileiro.

A partir da percepção da iniciativa histórica de Césaire (2010), Towa (1979), Obenga (1990) e Foé (2013), foi possível visar uma trajetória do pensamento sociorracial e religioso brasileiro com os documentos normativos que regem o Ensino Religioso na região Sul do Brasil. A constatação geral é que as iniciativas históricas de emancipação, preservação, denúncia e sugestões de como tratar e respeitar as contribuições ontológicas e políticas da população negra brasileira, em específico, as religiões de matriz afro-brasileira, foram incorporadas de forma muito parcial. Os pareceres e resoluções, boletins informativos e caderno pedagógico ainda tratam as temáticas e o conjunto das formas simbólicas que cercam a relação da

população negra brasileira com o seu legado histórico com dissimulação, ocultação e silêncio. O que foi possível constatar é que, mesmo em alguns espaços de interlocução com movimentos sociais, como nas conferências, as demandas e as indicações foram ocultadas.

A análise do contexto de produção e a análise formal foram orientadas pelo olhar sobre as dicotomias entre processos de acomodação das reivindicações em detrimento de uma política emancipatória. Disso decorre todo o empenho em identificar o tipo de avanço e o tipo de inclusão didática que foi concedido. Não se negam os avanços, mas os resultados apontam que majoritariamente o que ocorre é a acomodação das demandas dos movimentos sociais negros.

Ainda, a pesquisa que resultou na construção deste artigo constatou que os estudos e análises desse segmento da população brasileira são registrados desde 1579 (Sá Junior, 2010). Estudos cercados de deturpações, estereótipos, preconceitos, mas que permitiram entender, por meio das pesquisas de Porto (2004), Maggie (1986) e Fry (2013), categorias que associaram o “medo do feitiço”, a “feitiçaria”, a “magia negra” e toda a carga de estigmatização às religiões de matriz afro-brasileira e à população negra. Com isso, ocasionando perseguições, repressões e todo o conjunto de preconceito racial e religioso. Os documentos normativos e orientadores analisados não fizeram nenhuma menção sobre esses fatos, bem como a autores clássicos que, ao longo da história do pensamento social brasileiro, trataram desse assunto; entre eles Rodrigues (1976) e Ramos (2001).

Nesse sentido, os manuais pedagógicos e os boletins informativos trataram de forma episódica da pesada carga de estigmatização às religiões de matriz afro-brasileira, optaram por um discurso de (suposta) harmonia e democracia racial, fazendo uso em

especial da estratégia de **legitimação** (Thompson, 1995, p.82) ou de deslocamento dos sentidos, relativos à discriminação racial e religiosa, ao campo que reconhece de certo modo o preconceito. Nos boletins da ASSINTEC analisados, verificou-se que a forma encontrada pela entidade foi a de relatar as experiências e não as problematizar e confrontar. Na análise dos documentos, opta-se por respeitar tal postura, até mesmo porque, neste artigo, trabalha-se com uma amostra que não permite estabelecer um juízo de valor definitivo sobre uma entidade que atua no campo de formação de professores e professoras por cerca de quarenta anos. Mas a análise, dentro de seus limites, aponta que uma entidade com tanta expressão no meio formativo docente de Ensino Religioso poderia ser mais incisiva no campo que cerca as intolerâncias religiosas.

O Ensino Religioso como área de conhecimento, direcionado como docência pública e longe dos ditames catequéticos e proféticos das instituições religiosas, caracteriza-se como uma rede de categorias analíticas que transita interdisciplinarmente em todas outras áreas de produção do conhecimento. Assim, segundo Junqueira (2000) explicita, o esforço de escolarização da disciplina, ao longo de décadas de pesquisas, fez o Ensino Religioso não ser “mais uma questão de igrejas, mas de escola. Para tal, deve assumir uma face coerente com todo o processo do sistema de ensino” (Junqueira, 2000, p. 23).

Se a produção de conhecimento cientificamente comprovado e historicamente construído pelo ser humano é o que designaria a presença de determinada área conhecimento nos bancos escolares e se o intuito desta disciplina é provocar a reflexão crítica sobre os procedimentos dos modos do conhecer, o Ensino Religioso se voltaria para uma vertente de fundamentação teórica e crítica das experiências práticas e realistas do cotidiano dos indivíduos,

levando à reflexão crítica sobre as experiências religiosas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias: documento final. Brasília, DF: MEC, 2010 *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, (CONAE). **Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação:** o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; documento final. Brasília, DF: MEC, 2010. 164p. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 2 mai; 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 2 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2).** Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2002.

Disponível em:
http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/pndh_2_integral.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos I**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 1996. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/1591/1/Programa%20nacional%20de%20direitos%20humanos.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. **Relatório Final da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. Brasília, DF: SEDH, 2009. Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Igualdade_Racial_II/deliberacoes_2_conferencia_promocao_igualdade_racial.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. **Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Relatório Final da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. Brasília, DF: SEPPIR/ CNPIR, 2005. Disponível em:
https://ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Igualdade_Racial/relatorio_1_conferencia_promocao_igualdade_racial.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília, DF: SEDH/PR, 2009. Disponível em:
<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH3.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a Negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOÉ, Nkolo. “África em diálogo, África em autoquestionamento: universalismo ou provincianismo”? “Acomodação de Atlanta ou iniciativa histórica? **Educar em revista**,

Curitiba, n. 47, jan./mar. 2013. Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/educar/issue/view/1483>. Acesso em: 25 abr. 2023.

FRY, Peter. África em diálogo, África em autoquestionamento: universalismo ou provincianismo? “Acomodação de Atlanta” ou iniciativa histórica? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p. 175-228, jan./mar. 2013. Editora UFPR. Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/31332/20037>. Acesso em: 25 abr. 2023.

GUARESCHI, Pedrinho A. (org.). **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **O Ensino Religioso no Brasil: estudo do seu processo de escolarização**. 2000. 238 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade Pontifícia Salesiana, Roma, Itália, 2000.

LOPES, José Rogério. As religiões segundo os dados do Censo 2010: desafios e perspectivas. **IHU on-line**, [S. l.], v. 400, 27 ago. 2012. Disponível em:
<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4590-jose-rogerio-lobes-4>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MAGGIE, Yvonne. O medo do feitiço: verdades e mentiras sobre a repressão às religiões mediúnicas. **Religião e Sociedade**, v. 1, n. 13, p. 72-139, 1986.

OBENGA. Théophile. **La Philosophie Africaine de La Période Pharaonique: 2780-330 avant notre ère**. Paris: L Harmattan, 1990.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 1/2006 de 10 de fevereiro de 2006**. Normas para o Ensino Religioso no

sistema estadual de ensino do Paraná. Curitiba, PR, 2006. Disponível em: http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/600/2019/06/pr_deliberacao01_06.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

PARANÁ. Fórum Estadual de Educação. **Caderno de Emendas**. Paraná: CONAE, 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação do Paraná. **Diretrizes curriculares da educação básica**: ensino religioso. Paraná: [s.n.], 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_er.pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

PORTO, Liliana. **O ensino da história e cultura afro-brasileira religiosa**: dilemas enfrentados na aplicação da lei 10.639 de 2003. [S.l.: s.n.], 2004.

RAMOS, Arthur. **O Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 290/2000**. Responde consulta sobre definição de conteúdos e habilitação de professores de Ensino Religioso. Comissão de Legislação e Normas, 2000a. Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/parecer-n-0290-2000>. Acesso em: 30 jan. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 256**, de 22 de março de 2000. Regulamenta a habilitação de professores de Ensino Religioso e os procedimentos para a definição dos conteúdos desse componente curricular. Porto Alegre, RS: Comissão de Legislação e Normas, 2000b. Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202001/17165646-1211302816reso-0256.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

RODRIGUES, Nina. Raymundo. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1976.

SÁ JUNIOR, Mario Teixeira. A cor do feitiço práticas e praticantes de magia e feitiçaria no Mato Grosso setecentista. **Revista Brasileira de História das Religiões**, [S. l.], v. 2, n. 6, fev. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30312>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SCHLOGL, Emerli; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. A ASSINTEC e o ensino religioso no Paraná: uma história contada por seus símbolos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA SOTER, 23., 2010, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Edições Paulinas, 2010. p. 67-78. Disponível em: <https://www.soter.org.br/documentos/documento-Fi4PMT0ZEDVCAbV.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SANTA CATARINA. **Decreto n. 3.882, de 28 de dezembro de 2005**. Regulamenta o Ensino Religioso nas escolas de ensino fundamental da rede pública estadual, Florianópolis: Câmara Municipal, 2005.

THOMPSON, Jonh Brookhire. **Ideologia e Cultura Moderna**: Teoria social na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOWA, Marcien. **L'Idée d'une Philosophie Négro-africaine**. Yaoundé: Éditions CLÉ, 1979.



SERGIO LUIS DO NASCIMENTO

Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1998), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2009) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2015). Professor do curso de graduação em Filosofia da PUCPR, do Programa de Mestrado em Direitos Humanos e Políticas

NOTAS

¹Esse artigo é resultado de uma pesquisa que abordou os atos normativos, diretrizes curriculares, cadernos pedagógicos e os boletins de educação no período de 2014 a 2105.

²O conceito de **acomodação**, a priori, aproxima-se do modo de operar que Thompson (1995) designa de **dissimulação**, que se apresenta quando formas simbólicas são representadas de modo que desviam a atenção. Seria a ocultação, a negação ou o obscurecimento das relações de dominação e

processos existentes, por meio de deslocamento, transferência de sentidos e conotações positivas ou negativas de pessoas ou objeto a outro. O conceito de **emancipatória**, a priori, designa a superação das formas simbólicas que se articulam e reproduzem desigualdades, no foco desta pesquisa, as étnico-raciais e as de dominação de personagens brancos sobre os personagens negros.

³Aqui é empregado como o termo “**ente**” que aparece na filosofia para designar o ser que existe, o ser concreto. “O ente, designado em tudo o que nos encontra, nos cerca, nos conduz, nos constrange, nos enfeitiça e nos preenche, nos exalta e nos decepçiona, sem nos apresentar o ser em si, o ser absoluto. Esse ente geral se distingue dos entes particulares (objetos, astros, pedras, etc.) por seu caráter de totalidade” (Japiassú; Marcondes, 1991, p. 80).

Incentivos e barreiras para a inovação tecnológica na Procuradoria Geral do Estado do Tocantins

Incentives and barriers to technological innovation in the attorney General's Office of the State of Tocantins

Lia de Azevedo Almeida^a, Thiago Emanuel Azevedo de Oliveira.

^aUniversidade Federal do Tocantins. E-mail: lia.almeida@uft.edu.br

Resumo: Diversas instituições jurídicas se deparam com a necessidade premente de introduzirem em suas rotinas de trabalho novas ferramentas digitais que otimizem tanto sua gestão interna, quanto as suas atividades-fim. Este trabalho analisou a percepção dos servidores sobre instituição da inovação tecnológica na Procuradoria Geral do Estado do Tocantins (PGE-TO), especialmente as ferramentas de Inteligência Artificial. Os resultados demonstraram que quanto as barreiras, os principais empecilhos são questões relativas à segurança da informação, com a necessidade de aprimoramento e desenvolvimento de meios seguros para a guarda e transação das informações, também podem ser mencionadas dificuldades na obtenção de recursos financeiros para desenvolvimento dos projetos e as deficiências de infraestrutura física e de pessoal que assolam a instituição. No campo dos incentivos, foi identificado que o uso da IA gerará a otimização da gestão dos processos, com ganhos de eficiência e produtividade ao órgão, além de permitir uma melhor gestão estratégica. Os resultados as entrevistas foram consolidadas, com uso de ferramentas visuais (Mapa de Empatia e Proposta de Valor) que serão disponibilizados a instituição para subsidiar práticas de inovação no órgão.

Palavras-chave: Inteligência artificial; inovação; advocacia pública; contencioso judicial.

Abstract: Several legal institutions are faced with the pressing need to introduce new digital tools into their work routines that optimize both their internal management and their core activities. This work analyzed the perception of employees regarding the institution of technological innovation in the Attorney General's Office of the State of Tocantins (PGE-TO), especially Artificial Intelligence tools. The results demonstrated that in terms of barriers, the main obstacles are issues related to information security, with the need to improve and develop secure means for storing and transacting information. Difficulties in obtaining financial resources for the development of information can also be mentioned. projects and the deficiencies in physical infrastructure and personnel that plague the institution. In the field of incentives, it was identified that the use of AI will generate optimization of process management, with gains in efficiency and productivity for the agency, in addition to allowing better strategic management. The results of the interviews were consolidated, using visual tools (Empathy Map and Value Proposition) that will be made available to the institution to support innovation practices in the organization.

Keywords: Artificial intelligence; innovation; public advocacy; judicial litigation.

Submetido em: 10/11/2023.

Aceito em: 12/03/2024.

1 INTRODUÇÃO

Osborne e Brown (2005), tomando como objeto o setor público, defendem que a inovação significa a introdução de novos elementos em um serviço público, sob a forma de novos conhecimentos, nova organização e/ou nova habilidade de gestão ou processual. Ademais, ainda conforme Osborne e Brown (2005), a inovação tem uma grande relação com a percepção de descontinuidade com o passado, não se confundindo com inovação como a mera mudança, enquanto esta última está vinculável ao passado, maleável como resultado de uma trajetória de sucessivas alterações dentro de um continuum de agregações, a inovação, ainda que em uma escala pequena, encerra fenômeno de descontinuidade com o passado, tanto em um grau incremental quanto radical ou disruptivo.

A introdução da inovação no Judiciário brasileiro está correlacionada à expansão de suas competências e à ampliação do horizonte de atuação funcional, como apontado por Machado (2015) e Avila e Melo (2018). Como indica Álvaro (2019), com o aumento do leque de competências, e ainda, com a promoção de uma cultura de facilitação do acesso ao judiciário, houve um massivo processo de judicialização em nosso país. O Poder Judiciário finalizou o ano de 2022 com 77,3 milhões de processos em tramitação aguardando alguma solução definitiva. Durante o ano de 2021, em todo o Poder Judiciário, ingressaram 27,7 milhões de processos, o que representa um crescimento dos casos novos em 10,4%. (Conselho Nacional de Justiça [CNJ], 2022).

A grande demanda, somada a uma estrutura complexa, leva a prejuízos na prestação jurisdicional, com isso para promover uma maior fluidez nos julgamentos e permitir um ganho de eficiência e celeridade nas decisões dos tribunais, estes vêm buscando meios de solucionar a crise numérica que abala a

máquina jurídica. Outro fator determinante e impulsionador das inovações no âmbito do Poder Judiciário foi a pandemia da COVID-19, conforme destacado pelo Ministro Humberto Martins. Esta exigiu um redesenho institucional, com o emprego de novas soluções tecnológicas e a adoção de medidas de inovação, com incentivo à digitalização de processos e à propositura de ações por meio dos sistemas de processos judiciais eletrônicos.

Nesse ínterim, o Conselho Nacional de Justiça lançou o "Programa Justiça 4.0 – Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos", tendo como objetivo garantir o acesso à Justiça por meio de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e inteligência artificial.

O Juízo 100% Digital, instituído por meio da Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, permite ao jurisdicionado acessar a Justiça de forma inteiramente eletrônica e remota, pela internet, sem precisar comparecer fisicamente nos Fóruns. Todos os atos processuais serão praticados de forma digital, inclusive audiências e sessões de julgamento.

O Estado do Tocantins ganha destaque nesse dado, pois encontra-se 100% digitalizado e com a implantação do juízo 100% digital em quase 80% de suas serventias.

Neste escopo, o uso da Inteligência artificial vem despontando como tendência para lidar com a multiplicidade de dados e informações geradas.

Existem diversas aplicações para a inteligência artificial (IA) no judiciário, primordialmente, ela será aplicada para análise de casos em massa, gerenciando e analisando informações contidas em bancos de dados, auxiliando em triagens e na movimentação processual, um exemplo dessa aplicação, conforme exposto por Canuto Neto (2019), é o uso da IA para triagem de casos de grande volume, onde o algoritmo realiza a classificação de

processos, agrupando-os em classes previamente definidas, como demandas de energia, bancárias ou prestadores de serviços, facilitando o trabalho do cartório. Entretanto, as possibilidades de aplicação da IA são inúmeras.

Como a Procuradoria do Estado é responsável por auxiliar na implementação de várias políticas públicas, atuando como o maior litigante no Estado, é de suma importância que ela tenha conhecimento de quais as vantagens e desafios para a implementação de um sistema de IA para gestão dos processos, pois é a partir deles que poderão ser realizadas ações que trarão melhores resultados para a gestão e, conseqüentemente, para a sociedade e o Estado.

Portanto, uma gestão eficiente de processos pode ajudar na garantia do atendimento das políticas prestacionais, fruto de sua natureza como órgão consultivo e de assessoramento, mas também, qual o papel imposto pela nova ordem constitucional, numa postura propositiva de função essencial à justiça, onde a procuradoria é agente promovedor da garantia do interesse público.

Dessa forma, surge o problema que se busca responder com esta pesquisa: Como está a institucionalização da inovação tecnológica na Procuradoria Geral do Estado? Quais barreiras e incentivos para a introdução de um modelo de inteligência artificial?

Além disso, no Estado do Tocantins, a Procuradoria do Estado foi o primeiro órgão de governo a instituir sua política de governança, estabelecendo como meta a aquisição e desenvolvimento de sistema de IA, o que demonstra a pertinência e a importância do debate.

Dessa forma, esta pesquisa, além de contribuir no debate, poderá ainda subsidiar os gestores da Procuradoria Geral do Estado nas tomadas de decisões sobre as políticas públicas, pois os resultados da pesquisa serão entregues aos gestores da Instituição para que eles

tenham conhecimento das habilidades e recursos organizacionais.

Com o arcabouço de informações coletadas, haverá uma contribuição positiva, pois, com o conhecimento das capacidades existentes, o órgão poderá adequar suas ações para melhorar a gestão, alcançando, assim, melhores resultados nas políticas públicas em que atua e, conseqüentemente, contribuir para o atingimento de suas metas previstas no Plano de Gestão Estratégica.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: uma sessão de referencial teórico, em que se abordou a literatura sobre inovação no setor público de forma geral. Na segunda parte, discutiu-se a inovação no Poder Judiciário e os impactos na produção judiciária, e por fim, reuniu-se a literatura já produzida sobre o uso da Inteligência Artificial na Advocacia Pública. Em seguida, apresentou-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Na terceira parte, passou-se à análise e discussão dos dados. Nas considerações finais, são resumidos os principais achados da pesquisa e traçadas sugestões para a melhor gestão da inovação no órgão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está dividido em três partes para melhor compreensão da temática abordada. Inicialmente faz-se referência aos teóricos da inovação no setor público de forma geral, em seguida apresenta-se a discussão sobre a inovação no judiciário e por fim, as discussões recentes sobre o papel da inteligência artificial são apresentadas.

2.1 A inovação no setor público

A inovação é um termo com significado multifacetado e complexo, que não pode ser individualizado em uma ação, mas deve ser entendida como um processo, onde oportunidades são transformadas em novas ideias ou ações,

como bem sintetizado por Cunha e Severo (2017), que afirmam que a inovação, antes era vista como oportunidade ou então a partir de uma visão estigmatizada restrita à esfera privada, agora é colocada na administração pública como objeto de análise e estudo para que seja compreendido seu fenômeno e as possíveis variáveis que a influenciam.

Destaca-se que a discussão sobre os contornos da inovação não é um tema recente, tendo como um dos marcos o trabalho de Schumpeter (1934), intitulado "Theory of Economic Development", onde o autor conceitua a inovação como o ato de fazer algo diferente no plano econômico, o que tenderia a refletir em novos resultados, tais como: um novo bem ou uma nova qualidade de um bem, um novo método de produção, um novo mercado e, por fim, uma nova fonte de fornecimento.

Nos termos do Manual de Oslo (2005), a inovação é distinguida em quatro tipos: inovação de produto, onde há mudanças significativas nas potencialidades de produtos e serviços, sendo necessário aprimoramentos importantes para produtos já existentes; inovação de processo, marcado por mudanças novas ou significativas nos métodos de produção e de distribuição; inovação de marketing, conceituada como mudanças na concepção do produto ou em sua embalagem, no formato, no posicionamento do produto; e inovação organizacional, que refere-se à implantação de novos métodos organizacionais, tais como: mudanças em práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas da empresa.

Osborne e Brown (2005), tomando como objeto o setor público, defendem que a inovação significa a introdução de novos elementos em um serviço público, sob a forma de novos conhecimentos, nova organização e/ou nova habilidade de gestão ou processual.

Ademais, ainda conforme Osborne e Brown (2005), a inovação tem uma grande relação com a percepção de descontinuidade com o passado, não se confundindo com inovação como a mera mudança, enquanto esta última está vinculável ao passado, maleável como resultado de uma trajetória de sucessivas alterações dentro de um continuum de agregações, a inovação, ainda que em uma escala pequena, encerra fenômeno de descontinuidade com o passado, tanto em um grau incremental quanto radical ou disruptivo.

Particularizando a inovação nas funções do Estado, Kattel e Karo (2016) as dividem em seis grandes formatos: 1) Investimento público em ciência, tecnologia e inovação; 2) Inovação via compras públicas (procurement); 3) Inovações institucionais econômicas; 4) Inovações institucionais políticas; 5) Inovações nos serviços públicos e 6) Inovação organizacional. Considerando a introdução da inteligência artificial nos processos organizacionais da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins, o que acarretará mudanças organizacionais de trabalho, no campo pessoal e profissional, e novas práticas de trabalho, se enquadra na definição dos autores.

Nos termos definidos por Kattel e Karo (2016), o presente trabalho tomou por base as inovações nos serviços públicos, conceituada como os esforços governamentais para modificar substantivamente a forma como um serviço é prestado, tais como a simplificação e/ou digitalização do atendimento em áreas específicas.

Já utilizando as definições do Manual de Oslo (2005), a introdução da inteligência artificial seria considerada uma inovação de processo tecnológico, onde há a implantação/adoção de métodos de produção ou comercialização novos ou significativamente aprimorados, abrangendo mudanças de equipamento, recursos humanos, métodos de trabalho ou uma combinação destes.

À vista disso, a inovação de processos pode ser conceituada como a aplicação de novas concepções sobre os processos de uma empresa, visando atingir um objetivo de transformação, como destacado por Davenport (1994), a inovação representaria uma alteração de processo que provoque uma mudança importante e radical, ou seja, esta técnica modificaria a estrutura das atividades do processo, visando resultados visíveis e drásticos.

Essa alteração processual, que tem por objeto a mudança ou atualização de práticas ou procedimentos, envolve a busca de mais eficiência organizacional, com revisão de habilidades, desenvolvimento de novos fluxos e desenhos institucionais. E ainda, conforme artigo disponível em sítio da Comissão Europeia (2019) a inovação pode ser definida como o processo de geração e implementação de novas ideias com vistas à criação de valor para a sociedade, com foco interno ou externo à administração pública.

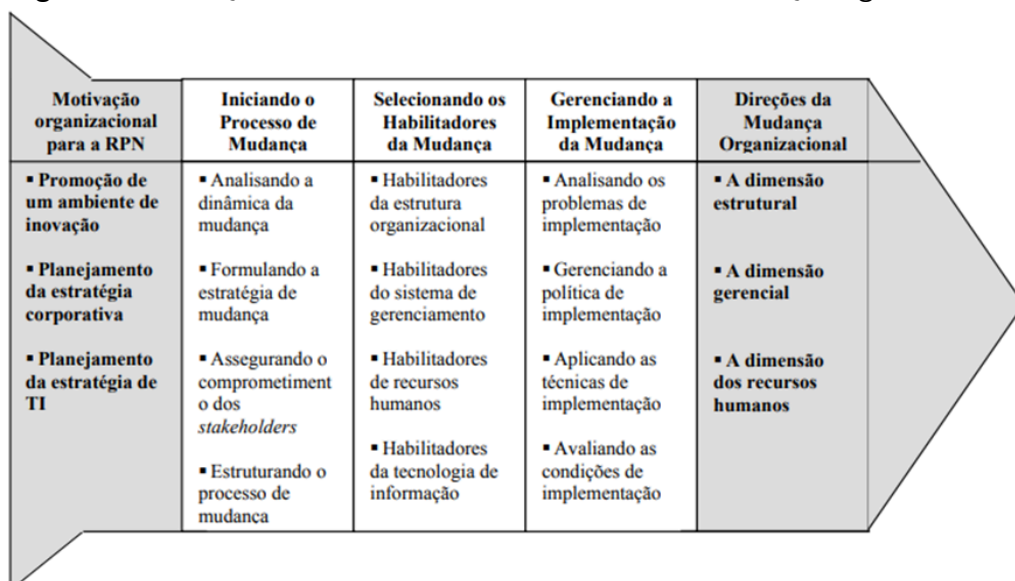
Indispensável destacar que, diante do quadro globalizado atual, marcado por

um profundo e avassalador cenário de mudanças, não apenas tecnológicas, mas econômicas, sociais e políticas, somado ao quadro de exigências e expectativas da população, que anseia pela solução dos problemas que afligem a sociedade, clamando pela concretização dos direitos, a inovação se consolida como mecanismo de resposta às demandas da sociedade.

Como descrito por Cavalcante e Camões (2017), as organizações públicas, além de superar visões estigmatizadas de insuficiência de processos inovativos, possuem relevância na capacidade de inovação, isso revela a possibilidade de uma agenda promissora na capacidade de inovar.

Segundo Morris e Brandon (1994) a inovação de processos é adotada quando uma organização busca alcançar metas importantes para o seu sucesso, tais como: redirecionar a operação, eliminando redundâncias e ajustando o fluxo do trabalho, resultando em redução nos custos, além de proporcionar maior valor aos produtos/serviços, que no caso da Procuradoria Geral do Estado, seria a melhoria na prestação jurisdicional.

Figura 1 – Inovação de Processos – Elementos de mudança organizacional



Fonte: Teng (2006).

No âmbito de sua atuação, a Procuradoria Geral do Estado vem procurando implantar uma nova visão institucional, com a mudança do panorama fático e organizacional, com a adoção de medidas de inovação que promovam maior celeridade e eficiência ao órgão, esse processo teve um marco com a edição do Decreto nº 6.395/2022, que estabeleceu a necessidade dos órgãos da gestão estadual em implementarem a gestão estratégica e governança dos órgãos.

Destarte, como resultados buscados até o ano de 2025, existe a busca por otimizar a gestão do trabalho, com a racionalização do fluxo processual, isso por meio de um processo não só de capacitação continuada, mas da modernização do controle e gestão dos processos.

Para tanto, almeja-se a introdução de um processo inovacional dentro da instituição, com a introdução de um sistema de inteligência artificial que possa auxiliar os trabalhos, tanto dos procuradores como dos servidores em geral, munindo-os de instrumentos e ferramentas para um melhor desempenho organizacional, com ganho de eficiência e produtividade.

Não obstante, antes de adentrar no aspecto interno da inovação dentro da instituição, é necessária a descrição dos motivos principais que levaram a essa premente necessidade, no caso, deve-se abordar os impactos que a inovação introduzida no Judiciário brasileiro deteve sobre a Procuradoria Geral do Estado.

Dessa forma, passar-se-á a abordagem dos impactos que a introdução da inteligência artificial deteve sobre o meio jurídico, aclarando o seu caminho evolutivo e o seu conceito.

2.2 A inovação no Poder Judiciário e os impactos na produção judiciária

A busca pela inovação também visa cumprir os objetivos da Agenda 2030, que nos termos do Comitê Interinstitucional (2015), é compromisso firmado por cerca de 193 países, coordenados pela Organização das Nações Unidas (ONU), e instituído no Judiciário por intermédio da Portaria CNJ n. 133/2018.

São dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, e reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Coelho (2017) destaca que os mandamentos da OCDE se orientam para uma abordagem de portfólio para a inovação, com a promoção permanente e contínua da inovação nos órgãos de governo. Neste ponto, os laboratórios de inovação têm um papel crucial para fomentar uma cultura de inovação dentro do Poder Judiciário, permitindo o surgimento de iniciativas de diversas origens.

A busca por soluções visa não apenas solucionar os problemas de congestionamento e atraso na resposta jurisdicional, mas também ajudar a enfrentar problemas econômicos e sociais ocasionados por esse entrave.

Como explicado por Castro (2011), a demora processual pode provocar impactos econômicos e sociais negativos, como menor renda per capita, maiores taxas de pobreza, menor atividade econômica privada, menor infraestrutura pública, menor confiança pública e taxas de criminalidade mais altas.

Dentro desse contexto de busca por inovações para a crise quantitativa ocasionada pela avalanche de processos,

além das já discutidas, desponta a inteligência artificial como ferramenta de auxílio ao trabalho jurisdicional.

Por conseguinte, o Poder Judiciário vem impulsionando o uso da tecnologia como uma das soluções, movimento este que ocorre desde a década de 1990, como destacado por Sadek (2004), com o emprego de recursos financeiros na modernização de atividades, desde a montagem do campo tecnológico, com a aquisição de computadores pessoais para servidores e magistrados, equipamentos para estabelecer conexões de redes, o desenvolvimento de software e aplicativos para uso nos tribunais.

Assim sendo, em meados de 2006, foi promulgada a Lei 11.419/2006, mais conhecida como a Lei do Processo Eletrônico, que foi um marco regulatório para a informatização do Judiciário brasileiro, como afirma Bicudo (2017), especialista em direito eletrônico, o Brasil era o único país do mundo a ter uma lei específica que permitisse a total informatização do Judiciário, com desmaterialização completa, ou seja, uma justiça sem papel.

Desta maneira, os gestores iniciaram a automatização dos fluxos de trabalho nas áreas judiciais, incluindo desde a recepção dos processos, o que engloba o protocolo e distribuição, indo até aos fluxos de trabalho das secretarias cartorárias, e ainda, em setores administrativos, ajudando no controle financeiro e organizacional de pessoal.

Dessa maneira, nasce então o processo judicial eletrônico, que, nas palavras de Silva (2012, p.13):

O processo eletrônico visa à eliminação do papel na tramitação das mais diversas ações, afastando a tradicional realização dos atos mecânicos, repetitivos, como o ato de protocolar uma inicial, a autuação do processo, a numeração de folhas. Acaba a tramitação física dos autos, a distribuição para a secretaria (ou cartório), desta para o gabinete do magistrado, e a necessidade de cargas

dos autos. Facilita a comunicação dos atos processuais com a intimação de advogados, públicos e privados, e de partes (Silva, 2012, p.13).

Como sintetizado por Almeida (2003), o processo eletrônico configurou-se como uma ferramenta fundamental à disposição do Judiciário, proporcionando não apenas agilidade na prática e comunicação de atos processuais, mas também segurança nas tramitações.

Existem diversas aplicações para a inteligência artificial (IA) no judiciário, primordialmente, ela será aplicada para análise de casos em massa, gerenciando e analisando informações contidas em bancos de dados, auxiliando em triagens e na movimentação processual, um exemplo dessa aplicação, conforme exposto por Canuto Neto (2019), é o uso da IA para triagem de casos de grande volume, onde o algoritmo realiza a classificação de processos, agrupando-os em classes previamente definidas, como demandas de energia, bancárias ou prestadores de serviços, facilitando o trabalho do cartório.

Outro uso da IA ocorre na movimentação processual, auxiliando os gabinetes na análise de petições com base na fase processual e nas características da petição, o sistema identifica e sugere a movimentação provável para aquele processo. Por exemplo, o sistema pode identificar se se trata da análise de gratuidade de justiça, de um ato de mero expediente ou se é necessário avaliar a concessão de uma medida liminar, sugerindo ao usuário a melhor opção aplicável a cada caso, conforme Canuto Neto (2019).

Na distribuição dos processos, a tecnologia também auxilia na organização dos documentos por meio de algoritmos que reconhecem qual é a petição inicial, mesmo que ela não esteja designada nominalmente, além disso, no momento da distribuição, realiza uma varredura na base de dados processuais para identificar possíveis casos de prevenção.

No dia a dia da produção textual, os algoritmos em desenvolvimento no judiciário brasileiro também possuem funcionalidades, como a produção automática de textos, completando o que já foi escrito com base na similaridade de textos anteriormente redigidos, isso permite um ganho na produção dos textos.

Além disso, há o "sumarizador" que produz resumos personalizados de textos, permitindo a triagem de uma grande quantidade de documentos e reduzindo o trabalho de análise dos serventuários.

O Judiciário brasileiro, como já visto, vem se organizando e estruturando para enfrentar os desafios da massificação das demandas, oferecendo uma prestação jurisdicional mais célere por meio da adoção de medidas de inovação digital, como a IA.

Abaixo, apresenta-se um quadro com o resumo das iniciativas na área.

Quadro 1 – Resumo dos principais Projetos de Inteligência Artificial no Judiciário

Tribunal	Projeto de IA	Descrição
STF	Victor	Conversão de imagens em textos no processo digital, separação e classificação das peças e identificação dos temas de repercussão geral
STJ	Sócrates	Automatiza as ações na entrada da corte proporcionando a busca de temas jurídicos dos processos, separa os casos similares e localiza ações em que sejam aplicáveis os mesmos precedentes
	Athos	Agrupamento automático por similares, a busca por similares, o monitoramento de grupos e a pesquisa textual.
TJPE	ELIS	Realiza uma triagem inicial de processos ajuizados eletronicamente a partir de ações judiciais, o sistema aprende a classificar os processos de Executivos Fiscais ajuizados
TJRJ	Sem nome	Realiza penhora online via sistemas BacenJud e Renajud de valores disponíveis em instituições bancárias, consulta via InfoJud junto ao banco de dados da Receita Federal
TJRN	Poti	Buscas automáticas e bloqueio de valores em contas bancárias
	Clara	Processamento de Linguagem Natural e Aprendizado de Máquina. Leitura de documentos e recomenda decisões
	Jerimum	Classifica e rotula processos. Organização de dados processuais
TJRO	Sinapses	Permite ao magistrado obter decisões anteriores do juízo sobre processos com a mesma temática da petição. Disponibiliza um "gerador de texto", que ajuda na elaboração de documentos baseado em estatísticas sugerindo a complementação de palavras
TJRR	Scriba	Agilizar o processo de tramitação processual, especificamente na fase de instrução da audiência com a transcrição de áudios de audiências
	Mandamus	Análise de decisão judicial, elaboração de mandado e distribuição automática aos oficiais de justiça
TJSP	Judi	Filtrar acesso dos usuários aos juizados por meio de chatbox com questionário pré definidos visando celeridade e enquadramento das ações
TJTO	MinerJus	Classificação de petições iniciais
	Tanatose	Tem por objetivo fazer a extração das informações dos processos e detectar compatibilidades entre eles, processando e realizando a comparação textual, a partir de técnicas de processamento de linguagem natural, com taxas de assertividade que superam os 90%.

Fonte: FGV (2021).

O Supremo Tribunal Federal (STF) é a maior corte do país, responsável por dizer a última palavra nas demandas que envolvam a interpretação constitucional, e nos dizeres de Ferraso (2020) para auxiliar nesse trabalho, vem desde 2017, desenvolvendo a plataforma Víctor, em cooperação com a Universidade de Brasília, que possibilita a análise dos recursos extraordinários recebidos de todo o país, especialmente quanto a sua classificação em temas de repercussão geral de maior incidência.

No contexto dos tribunais estaduais, a implantação vem ocorrendo de maneira gradativa, conforme indicam dados do CNJ (2021), houve um expressivo aumento do número de projetos de inteligência artificial (IA) no Poder Judiciário, saindo de 41 projetos para 111 projetos em 2022, aumento de 171%.

Todos esses processos em desenvolvimento no judiciário brasileiro demonstram que esses instrumentos de inovação vão auxiliar em todas as atividades administrativas, desde do campo propriamente administrativo, como financeiro organizacional, como de apoio ao exercício jurisdicional, como a atividade dos oficiais de justiça, bem como no campo decisional mesmo, nas funções decisórias.

É importante destacar que as discussões sobre a segurança e transparência no desenvolvimento de sistemas de IA já são objeto de atenção pelo CNJ, que editou a Resolução N° 332/2020 estabelecendo regras no âmbito do uso no Poder Judiciário para uso da Inteligência Artificial.

O CNJ também se baseia na Carta Europeia de Ética sobre o Uso da Inteligência Artificial em Sistemas Judiciais, que enfatiza valores essenciais, como segurança técnica, legalidade, eticidade e solidez.

2.3 O uso da Inteligência Artificial na Advocacia Pública

Indiferentemente da área de atuação, seja consultivo ou contencioso, o foco da inteligência artificial no Direito é a previsibilidade, rapidez, eficiência e segurança na execução dos serviços jurídicos, para atender a estes objetivos, foram e continuam sendo desenvolvidas diversas plataformas que atendem às necessidades dos profissionais.

Atualmente, já existem diversos softwares de prateleira, ou seja, desenvolvidos com o intuito de serem facilmente adaptáveis a qualquer operador, como a AIJUS (criada com o intuito de redução de custos com o contencioso de massa, capaz de eliminar erros humanos e automatizar o cadastro de processos), o LUMINANCE (que acelera processos de auditoria em fusões e aquisições para verificar a viabilidade de um negócio), o LEGAL ONE (que reduz questões de pesquisa jurídica a perguntas bem definidas e com respostas específicas), e o IN-TELIVIX (que busca processos já publicados pelos tribunais brasileiros para identificar os perfis de cada juiz), conforme listados por Damy *et al.* (2019).

Esses sistemas têm sido adotados por diversas procuradorias no Brasil, um exemplo é a Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM), que em 2019 implementou o sistema SAJ Procuradorias, desenvolvido pela empresa Softplan, tendo o sistema permitido o gerenciamento virtual de processos que anteriormente tramitavam fisicamente, evitando perdas de prazos e documentos.

O SAJ Procuradorias integrou o trabalho na instituição, interligando diferentes especializadas e criando um fluxo de informações entre elas, isso melhorou a distribuição, evitando duplicidade de trabalho por erros na alocação e facilitando o controle do estoque processual.

Além disso, conforme Nunes (2018) o sistema permite o trabalho remoto e está integrado ao Tribunal de Justiça do Amazonas, automatizando o recebimento de intimações e citações, com sugestões de atos a serem praticados e controle eletrônico de prazos, sem a necessidade de controles paralelos em planilhas ou agendas.

No entanto, o processo de implantação enfrentou desafios, especialmente devido à falta de familiaridade com um sistema de gestão processual e à necessidade de adaptação a um novo modelo de trabalho, para superar esses obstáculos, a equipe de servidores e procuradores passou por capacitações e recebeu suporte durante o processo de implantação, permitindo avaliar o sucesso da transição.

Conforme dados apresentados pela Coordenadoria Administrativa e Financeira do órgão, obtidos por Nunes (2018), a implantação do sistema SAJ Procuradorias gerou uma economia de quase R\$ 1 milhão nos últimos quatro anos para os cofres públicos, especialmente em relação a material de expediente, como papel, cartuchos e toner para impressora, entre outros.

O procurador-geral do Estado, Giordano Cruz, destacou em entrevista ao site InformeManaus¹ que a PGE-AM se tornou 100% virtual em todos os processos, interligando-se com os tribunais de Justiça, incluindo os das instâncias superiores.

Essa virtualização facilitou a atuação da PGE-AM, desburocratizando processos e otimizando o trabalho, resultando em redução de custos e entrega de um serviço de melhor qualidade à sociedade.

Os avanços alcançados com a implementação do sistema SAJ Procuradorias foram considerados relevantes e permitiram que a PGE-AM acompanhasse as inovações adotadas no Poder Judiciário, essas ferramentas modernizaram a instituição, tornando-a

mais ágil e eficiente na gestão de milhares de processos.

No âmbito federal, a Advocacia-Geral da União (AGU), uma instituição presente em todos os Estados da Federação, identificou a necessidade de criar um gerenciador eletrônico de documentos para lidar com a crescente demanda processual. Foi apresentada como solução a adoção de um sistema de IA chamado SAPIENS.

O SAPIENS, como explicado por Boueres (2019), simplifica rotinas administrativas e judiciais, colaborando com a defesa em processos judiciais por meio da sugestão padronizada de modelos, especialmente modelos construídos em conjunto, para aplicação em casos de massa, sendo que o sistema realiza tarefas como puxar dados das partes para a petição, economizando tempo dos operadores, e facilita a operação de elementos textuais com ferramentas para inserção de teses e migração de modelos.

O SAPIENS atua em dois módulos: o administrativo, que integra a plataforma com outros sistemas informatizados, incluindo tribunais, migrando automaticamente as intimações eletrônicas da Justiça com informações completas do processo, e o judicial, que auxilia o procurador em atividades jurídicas, como o controle e produção de minutas, gestão de processos no gabinete e pedido de subsídios processuais.

Uma funcionalidade importante do SAPIENS é o gerenciamento de modelos e teses de direito padronizadas em âmbito nacional, essencial para a padronização das defesas em um órgão que atua em todas as unidades federativas, o sistema tria os processos, interpreta o assunto, a causa de pedir e os pedidos, sugerindo teses potencialmente cabíveis no caso concreto.

Além disso, o SAPIENS é acessível remotamente e totalmente integrado com diversas plataformas administrativas,

permitindo pesquisas de informações relevantes, distribuição de trabalho interno e peticionamento nos tribunais sem a necessidade de login em sistemas separados.

A plataforma também permite o acompanhamento em tempo real por meio da geração de relatórios do acervo processual da instituição e de cada procurador. Isso facilita a identificação de sobrecargas de trabalho e auxilia na tomada de decisões por parte da administração da instituição.

Os impactos reais do sistema SAPIENS no dia a dia da instituição foram estudados por Boueres (2019), que coletou dados para avaliar as condições de trabalho dos usuários do sistema.

Dentre os números apresentados, destaca-se o impacto na reorganização do trabalho. Antes da implantação na Procuradoria Regional Federal da 4ª Região, o Setor de Cadastro e Distribuição contava com 27 servidores. Atualmente, esse mesmo setor conta com apenas 4 servidores lotados.

Outra constatação importante destacada por Boueres (2019) foi em relação ao tempo médio de andamento processual, de acordo com o AGUDoc, o tempo médio era de 28 dias, sendo um processo de trabalho síncrono e unilateral, ou seja, passando de setor em setor, de mesa em mesa, um passo após o outro.

Com a implementação do SAPIENS, isso mudou significativamente, pois o sistema permite um fluxo de trabalho paralelo, possibilitando que várias pessoas trabalhem no mesmo processo ao mesmo tempo.

É importante ressaltar que, apesar dos ganhos de produtividade e eficiência, o programa ainda deve ser supervisionado pela ação humana, uma vez que não é imune a erros, tendo o programa, em ações repetitivas, atingido uma taxa de sucesso de 95%, mas em causas diversas esse índice diminui.

Portanto, embora o sistema trabalhe com pesquisas e estatísticas, ele não compreende completamente a decisão judicial, assim, sempre caberá ao procurador realizar o juízo crítico para uma atuação precisa, corrigindo inclusive o sistema quando a indicação não for a correta.

A AGU influenciou diversas outras iniciativas, e hoje a maioria das procuradorias possui, ao menos, a intenção de adotar medidas de inovação tecnológica em seu parque computacional, no entanto, as barreiras e dificuldades inerentes à organização política e à burocracia administrativa nem sempre tornam essa tarefa de fácil conclusão.

Procuradorias Municipais, como a de João Pessoa, também têm investido em sistemas automatizados, buscando conferir maior eficiência arrecadatória, elas buscam operacionalizar a implantação de um sistema eletrônico de gestão de processos judiciais e administrativos, assim como da Dívida Ativa Municipal.

No estudo de Boueres (2019), a procuradora do Município, reafirmou em entrevista os benefícios da implantação desses sistemas.

Portanto, é imprescindível a automatização da procuradoria também utilizando-se de inteligência artificial para auxiliar a classificação das citações e intimações recebidas, bem como na elaboração automática de petições para situações específicas, a fim de permitir que os procuradores possam direcionar energia para ações mais complexas, viabilizando assim as manifestações judiciais na mesma velocidade com que o judiciário tem demandado; (Boueres, 2019, n. p.).

Na busca pela excelência, a Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe é mais um exemplo de investimento na área, desenvolvendo a plataforma TOBIAS, conforme consta em seu site, o sistema surgiu da necessidade da instituição de agilizar e automatizar seus processos internos.

Os módulos da plataforma servirão para construir informativos, analisar dados estruturados e auxiliar no tratamento das centenas de milhares de demandas decorrentes de processos administrativos e judiciais de interesse do Estado de Sergipe.

Além das iniciativas usuais de implantação de sistemas de IA para aumentar a produtividade e eficiência, existem projetos que vão além, como o desenvolvido pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, que visa combater crimes tributários e a sonegação fiscal, coibindo os chamados "devedores qualificados" – contribuintes que deliberadamente deixam de pagar impostos para melhorar suas margens de lucro e prosperar de forma desleal em relação à concorrência.

Portanto, com base no que foi exposto, fica evidente o impacto da inovação, especialmente aquela relacionada ao uso de sistemas de inteligência, sobre a advocacia pública..

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar a implantação da inovação tecnológica na Procuradoria Geral do Estado, identificando os impactos do uso da inteligência artificial, bem como suas vantagens e desvantagens, além de identificar barreiras e incentivos para a inovação tecnológica na PGE-TO.

Portanto, no presente trabalho, a escolha pela pesquisa qualitativa é a mais adequada, pois, para a identificação de barreiras para a inovação tecnológica, a complexidade dos fenômenos em conjunto com a multiplicidade de fatores determinantes exigem uma metodologia que consiga captar de maneira mais adequada e fielmente os dados.

Sobre a ferramenta de pesquisa utilizada, foi realizada com base em uma entrevista semiestruturada, que, nos

dizeres de Trivinos (1987), consiste em um modelo de entrevista mais flexível, onde, embora exista um roteiro prévio, as respostas podem ser abertas, além de ser possível a instigação e complementação por parte do entrevistador.

O instrumento foi aplicado pelo pesquisador diretamente na Procuradoria Geral do Estado a procuradores do Estado lotados na atividade contenciosa da instituição, em todos os setores que lidam com a referida atividade, assim, os sujeitos da pesquisa foram 07 (sete) procuradores do Estado do Tocantins, no período de 09/05/2023 a 15/05/2023. As entrevistas foram conduzidas na própria sede da instituição, e os entrevistados foram orientados sobre a forma anônima da coleta de dados, permitindo-lhes expressar suas opiniões de maneira espontânea, além de terem assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo os dados registrados por meio de gravações de voz.

A entrevista semiestruturada foi dividida em três seções. A primeira seção foi dedicada a perguntas de natureza geral sobre o conhecimento acerca da inteligência artificial e suas aplicações. A segunda seção abordou aspectos práticos relacionados às barreiras na implantação na PGE-TO. A terceira seção tratou dos incentivos à inovação.

Após a realização das entrevistas, os dados foram compilados e estruturados utilizando o "Mapa de Empatia", a fim de facilitar o entendimento dos leitores sobre o resultado da pesquisa, tornando a linguagem mais visual ao proporcionar a devolutiva para a organização.

O mapa de empatia que é um instrumento visual e de gestão essencial que possibilita aprofundar o conhecimento sobre uma persona, que é a representação de um segmento, através de um diagrama que inclui perguntas e tópicos relacionados a diferentes aspectos da vida dessa persona.

De acordo com a definição de Gasca e Zaragoza (2014), o Mapa de Empatia é uma técnica de modelagem de usuário que contribui para uma compreensão mais completa do contexto do usuário, isso é representado através de seis variáveis essenciais: o que o usuário diz, faz, vê, ouve, sente e pensa.

Além dessas variáveis, também são consideradas as áreas de dores e necessidades do usuário, fornecendo uma visão abrangente do seu perfil e experiência.

Destarte, o Mapa de Empatia procura facilitar a compreensão do pensamento do outro indivíduo, perquirindo sua impressão e sensações sobre determinado assunto, retratando este indivíduo como uma caricatura, colocado no centro da figura de mapa, nomeado de persona, que é uma representação semifictícia das características da “pessoa”, além de se apurar a percepção deste quanto às seguintes palavras: “Diz”, “Pensa”, “Faz” e “Sente”.

No âmbito do presente trabalho, foram realizados questionamentos ao público-alvo do trabalho, sobre interesses gerais relacionados à introdução da inovação na Procuradoria Geral do Estado, em especial, a introdução da Inteligência Artificial.

Em seguida, os dados analisados foram sintetizados em uma proposta de criação de valor, que consiste na demonstração visual da percepção do objeto do estudo ao cliente, no caso, a Procuradoria Geral do Estado.

A proposta de valor é uma importante ferramenta de estudo de marketing e que pode ser adaptada e utilizada em outros segmentos e ramos de atuação, diante da sua capacidade de sintetizar visualmente um objeto de estudo e quais os benefícios e vantagens que ela tem a oferecer.

Assim, busca-se descrever as atividades e deveres que devem ser feitos

pelo usuário/cliente do objeto proposto para atingi-lo, ainda se descreve quais os ganhos, sintetizados nos benefícios obtidos por essa atividade, além disso, descreve-se as dores dos clientes, que são os problemas e desafios enfrentados no dia-a-dia da atividade.

Na Proposta de Valor também é exposto os benefícios que o cliente terá com a utilização do produto/ferramenta e de que forma isso pode contribuir para os clientes/usuários realizarem suas tarefas necessárias, além da descrição das desvantagens que o produto/objeto de estudo conseguirá amenizar ou eliminar.

4 ANÁLISE DE DADOS: A INOVAÇÃO NA PGE-TO

Quanto ao primeiro tópico de perguntas, relativo à percepção sobre o uso da inteligência artificial, a maioria dos entrevistados demonstrou conhecimento acerca de casos de aplicação de sistemas de IA por outras procuradorias, demonstrando grande entusiasmo pelo tema, eis que há uma intelecção geral de que os sistemas de IA detêm o potencial de facilitar e auxiliar na rotina diária de trabalho, aumentando a eficiência pessoal dos procuradores e, por conseguinte, da instituição como um todo.

Quanto aos possíveis benefícios e desvantagens do seu uso, entre a maioria dos procuradores entrevistados há uma visão otimista da inteligência artificial, crendo que seu uso pode trazer benefícios significativos para a instituição, como a melhoria da eficiência e produtividade em diversos setores, além de permitir um melhor controle dos prazos processuais e acarretar facilidades no peticionamento gerando uma maior consciência situacional.

Destaca-se também que no decorrer das entrevistas realizadas, foi possível observar que uma minoria dos entrevistados apresentou percepções distintas em relação aos temas abordados.

Dessa forma, alguns entrevistados mencionaram a presença de desmotivação e desconhecimento por parte de alguns indivíduos em relação às tecnologias de Inteligência Artificial, eis que não se compreende completamente os conceitos e aplicações dessa tecnologia, o que pode influenciar negativamente a sua adoção e implementação.

Ademais, uma minoria de entrevistados relatou que não se sente plenamente inserida na instituição ou empresa em que trabalha, o que refletiu na percepção da falta de interesse na inovação e expressaram ceticismo em relação às potencialidades da IA, o que se deve, em boa parte, ao sentimento de descrédito com a própria instituição dessas tecnologias.

Por fim, parte dos entrevistados, estão embutidos de um sentimento negativo em relação à IA, por meio de uma postura de "não vai dar certo" e tendem a minar a confiança na IA, muitas vezes colocando obstáculos e dificuldades infundadas para sua implementação. Isso pode representar um desafio adicional para aqueles que estão buscando promover a IA como uma solução benéfica e eficaz.

Quanto às desvantagens, a maior parte das respostas orientou-se com preocupações quanto à implementação do próprio sistema e falhas ligadas à execução do mesmo na instituição, além das percepções já acima detalhadas, ademais, também foi mencionada a possível dificuldade com treinamentos para uso da interface digital.

Avançando nos questionamentos, adentrou-se no segundo tópico da pesquisa, que aborda quais as barreiras identificadas para a implementação da IA na PGE-TO, nesse ponto, a população entrevistada mostrou-se descrente com a capacidade, seja financeira ou material, na implementação de inovações tecnológicas como a IA no órgão, em especial, diante das dificuldades que vêm sendo

encontradas para a aquisição de um novo sistema, que já possui atrasos em seu cronograma de instalação.

Soma-se a isso o quadro deficiente de tecnologia de informação do órgão, quanto a isto, explica-se que o processo licitatório para a aquisição de um sistema de IA acabou sendo frustrado devido à inabilitação da empresa causada pela ausência de um documento essencial ao prosseguimento do procedimento.

Constado tal obstáculo, foi necessária a reformulação do edital, onde se constataram novas necessidades técnicas para o aprimoramento do sistema concomitantemente a isso, também se desenvolveram diálogos com empresas de tecnologia pertencentes à administração indireta de outros Estados, no intuito de buscar alternativas em sistemas de IA.

Entretanto, em razão de diversas dificuldades técnicas, as negociações não avançaram. Atualmente, o procedimento segue em definições de aspecto técnico junto à Agência de Inteligência do Estado.

Não obstante, também foi possível verificar que há um sentimento de que existe uma cultura de inovação e empreendedorismo na instituição que permita a adoção de IA, onde o senso é de que há um esforço para a implantação de melhorias, muito embora, existem problemas externos e de ordem burocrática que vêm dificultando os avanços.

Por fim, no que tange ao terceiro tópico do questionário, este objetiva coletar as impressões sobre os incentivos para a implementação da IA na PGE-TO, abordando o fomento, a capacitação, dentre outros facilitadores do fomento de inovações na procuradoria.

Nesse ponto, a consciência dos entrevistados direcionou-se na confirmação de que ações como capacitação de lideranças e servidores, a premiação e recompensas individuais, o incentivo de instituições externas e o apoio

e interesse de lideranças institucionais podem sim ser instrumentos facilitadores da implementação de inovações na PGE-TO, tendo os entrevistados relatado como importante medida a instituição de um comitê gestor ou laboratório de inovação.

Encerrando a abordagem, os entrevistados deram opiniões particularizadas sobre como os problemas do seu setor específico poderiam ser abrangidos pelo uso da IA, com inúmeras possíveis contribuições e cenários de uso, a variar conforme a especialidade onde o procurador atua, o que demonstra que na implementação do sistema, o trabalho de identificação de necessidades do usuário será imperativo e essencial a um bom resultado.

Quanto ao último tópico, foi positiva a resposta dos entrevistados na vontade de estar envolvidos de alguma forma no processo de implementação de IA, especialmente por meio do fornecimento de ideias para aplicabilidade do sistema, o que demonstrou o enorme interesse e entusiasmo no tema.

A seguir, serão apresentadas as respostas consolidadas no mapa de empatia, que visa fornecer uma consolidação dos dados da pesquisa de forma a formar a persona, que seriam os procuradores e as percepções sobre a IA, a partir disso, foi construída pelo pesquisador a proposta de valor.

Como já abordado, o Mapa de Empatia é um importante instrumento visual e de gestão que permite aprofundar o conhecimento acerca de determinada pessoa, com base na análise de um diagrama que estabelece perguntas e tópicos sobre diferentes áreas da vida de uma persona.

O exercício consiste em reproduzir o cliente do negócio de forma visual, facilitando o levantamento de hipóteses acerca do público-alvo selecionado, assim como o entendimento da equipe sobre a realidade do consumidor.

Com a consolidação dos dados, foi possível retratar as percepções da instituição, na pessoa do Procurador do Estado, acerca da inovação e da introdução da IA no órgão, facilitando a compreensão do pensamento do outro indivíduo, perquirindo sua impressão e sensações sobre o assunto.

No âmbito do presente trabalho, foram realizados questionamentos ao público alvo do trabalho, sobre interesses gerais relacionados à introdução da inovação na Procuradoria Geral do Estado, em especial, a introdução da Inteligência Artificial.

Inicialmente, foi delimitado o sujeito com quem estamos sendo empáticos, no caso o Procurador do Estado, e o que ele precisa fazer para se introduzir no contexto das inovações por meio de IA, nesse ponto, foi compreendido que a participação em capacitações seria necessária para a introdução no novo contexto digital.

Em seguida, abordou-se o que o sujeito vê na instituição em relação ao tema, nesse aspecto, destaca-se que são visualizados investimentos em sistemas de IA; as dificuldades financeiras e operacionais na implementação e a desmotivação por desconhecimento por parte de uma minoria.

Adiante, no quadro do que se fala sobre o tema, tem-se o sentimento de não inserção na instituição, o desinteresse na inovação e o descrédito nas potencialidades de um sistema de IA, posteriormente, são demonstradas no quadro “o que ele faz”, a desconfiança quanto ao desenvolvimento do processo, somado a cultura do não vai dar certo, diante de ideias infundadas quanto a dificuldades.

Logo após, foi consolidado a percepção do que o Procurador do Estado escuta sobre o tema, tendo sido averiguado a consciência de que a IA reduzirá a carga de trabalho e aumentará a

produtividade, além da necessidade de capacitação e adaptação à nova realidade.

Por fim, quanto ao que o sujeito pensa e sente sobre o tema, sintetizou-se em dores e desejos, sendo que o primeiro manifestado em um sentimento de pressão e desconforto perante as novidades e o pessimismo quanto ao futuro do órgão, já no campo dos desejos, tem-se de ver a instituição reconhecida e valorizada como referência e se sentir inserido e participante desse processo.

Avançando na consolidação dos dados, no que se refere a Proposta de Valor, os dados analisados foram sintetizados para criação de uma proposta de valor, que consiste na demonstração visual da percepção do objeto do estudo ao cliente, no caso, a Procuradoria Geral do Estado.

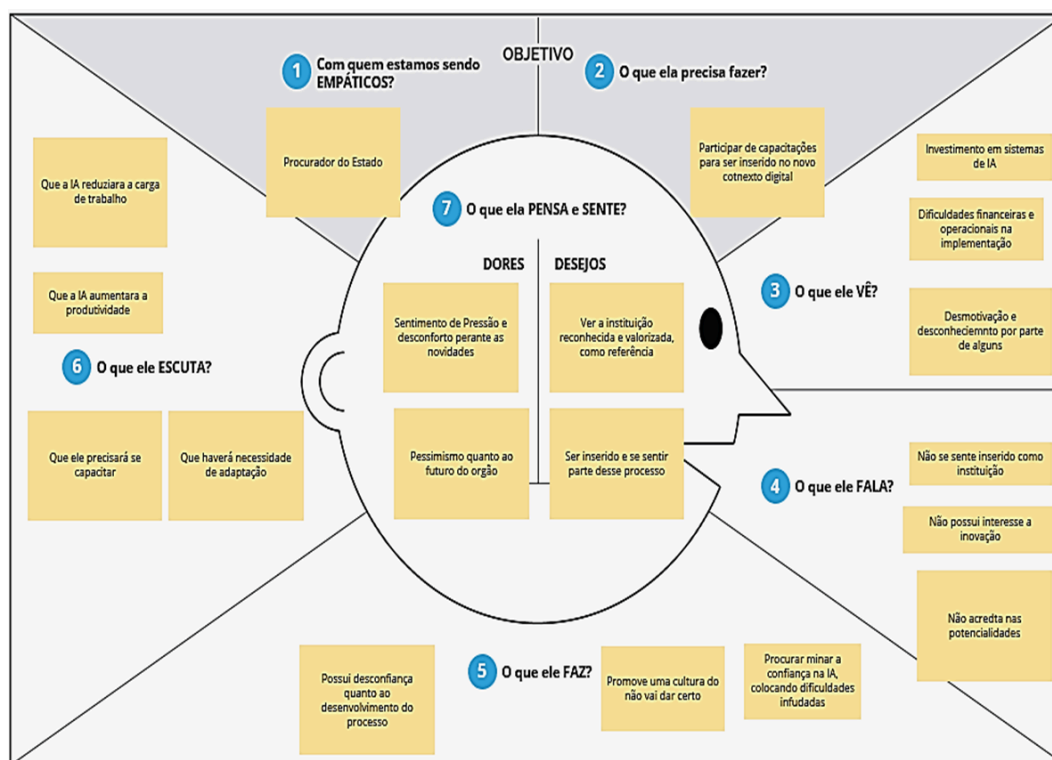
A proposta de valor é uma importante ferramenta de estudo de marketing e que pode ser adaptada e

utilizada em outros segmentos e ramos de atuação, diante da sua capacidade de sintetizar visualmente um objeto de estudo, e quais os benefícios e vantagens que ela tem a oferecer.

Assim, busca-se descrever as atividades e deveres que devem ser feitos pelo usuário/cliente do objeto proposto para atingi-lo, ainda se descreve quais os ganhos, sintetizado nos benefícios obtidos por essa atividade, ademais, descreve-se as dores dos clientes, que são os problemas e desafios enfrentados no dia-a-dia da atividade.

Dessa forma, foram identificados como ganhos, uma maior produtividade por parte dos procuradores, o que conseqüentemente, englobará a instituição por inteiro, bem como uma maior oferta de tempo útil para voltar-se aos casos complexos e a diminuição da carga de trabalho manual.

Figura 2 – Mapa de empatia



Fonte: Autoria própria (2023).

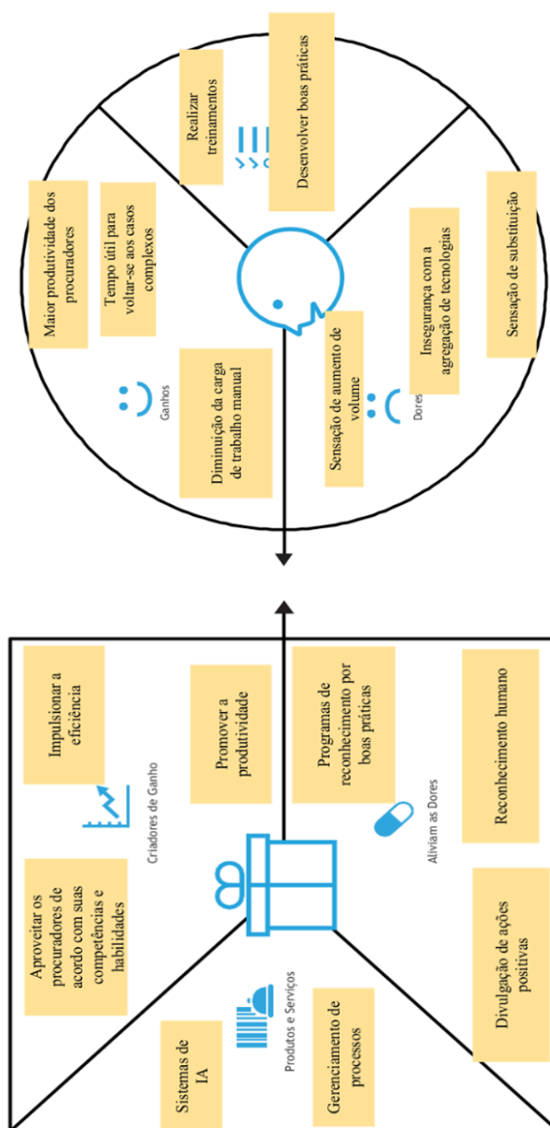
Quanto às dores, os dados demonstraram o receio com um aumento da sensação de volume, conjugado com a insegurança com a agregação de tecnologias e o medo de substituição por sistemas de IA. Além disso, quando as atividades, identificou-se a necessidade de realizar treinamentos e desenvolver boas práticas.

No quadro paralelo, temos os produtos, que no caso são os sistemas de IA e gerenciamento de processos, que originam os criadores de ganho, onde

destacou-se o aproveitamento dos procuradores de acordo com suas competências e habilidades, o impulsionamento da eficiência e a promoção da produtividade.

Ademais, quanto ao alívio das dores, a análise dos dados indicou a divulgação de ações positivas, o reconhecimento humano e o desenvolvimento de programas de reconhecimento de boas práticas nesse processo. Adiante, segue a Proposta de Valor desenvolvida.

Figura 3 – Proposta de Valor



Fonte: Autoria própria (2023).

Concluídos os trabalhos de coleta junto ao público-alvo, foi possível realizar a consolidação das informações, o que resultou no referido Mapa de Empatia e na Proposta de Valor, que busca traduzir a percepção geral dos entrevistados.

Em relação às barreiras para a introdução do sistema de inteligência artificial, foi possível aferir, através das entrevistas realizadas e da leitura da literatura sobre o tema, que elas podem ter as mais variadas fontes e naturezas.

Quanto a literatura sobre o tema, importante consignar que os desafios encontrados na esfera pública são semelhantes aos existentes na esfera privada, como destacado por Campos (2019), em pesquisa realizada pela Exec onde constatou-se que a principal dificuldade encontrada pelas empresas está na questão cultural. Em segundo lugar, aparece a falta de um plano de negócios estruturado e de uma estratégia definida, e, em terceiro lugar, a falta de agilidade organizacional e a falta de apoio do CEO e de acionistas.

A questão cultural apontada pelo autor, também pode ser sentida na PGE-TO, como identificado na pesquisa e refletido na Proposta de Valor, consistente na sensação de substituição e no medo quanto a agregação de tecnologias, nesse ponto, o autor José Roberto elucida que os profissionais do direito não serão substituídos.

[...] A partir de uma quantidade praticamente infinita de informações, busca-se substituir a atuação humana. Será esse o destino dos advogados? [...] Um bom programa de computador poderá responder uma questão jurídica. Saberá dizer qual o prazo máximo para questionar tal direito, quais as consequências do descumprimento de certo contrato, como se dividem os bens do falecido. Porém a inteligência artificial jamais compreenderá verdadeiramente a angústia dos injustiçados. O computador pode identificar a injustiça, mas não será capaz de senti-la. Nesse ponto, os advogados,

promotores e juízes são insubstituíveis. (Neves, 2018, p. 292-293).

A falta de conhecimento sobre IA e suas aplicações pode gerar perdas e de oportunidades na introdução de novas tecnologias ou atrasos em sua implementação. Além disso, o desconhecimento acarreta a falta de compreensão sobre como a tecnologia pode ser aplicada de forma eficaz e benéfica, reduzindo a resistência à sua adoção.

Assim, a partir das entrevistas conduzidas, uma das barreiras que se destacou foram os obstáculos de caráter organizacional, predominantemente ligados à resistência ou à ausência de suporte por parte dos elementos envolvidos nas organizações, conforme ponderado nos trabalhos de Ezzamel (2014).

Além disso, são barreiras as questões relativas à segurança da informação, como salientado por Pelkonen (2015) considerando que a utilização de IA envolve o processamento e a análise de grandes quantidades de dados, o que inclui dados pessoais dos cidadãos, é necessário investir em sistemas e rotinas de proteção, a fim de garantir a proteção dos dados e estabelecer diretrizes claras para seu uso ético, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, sendo essa uma barreira baseada em fatores normativos.

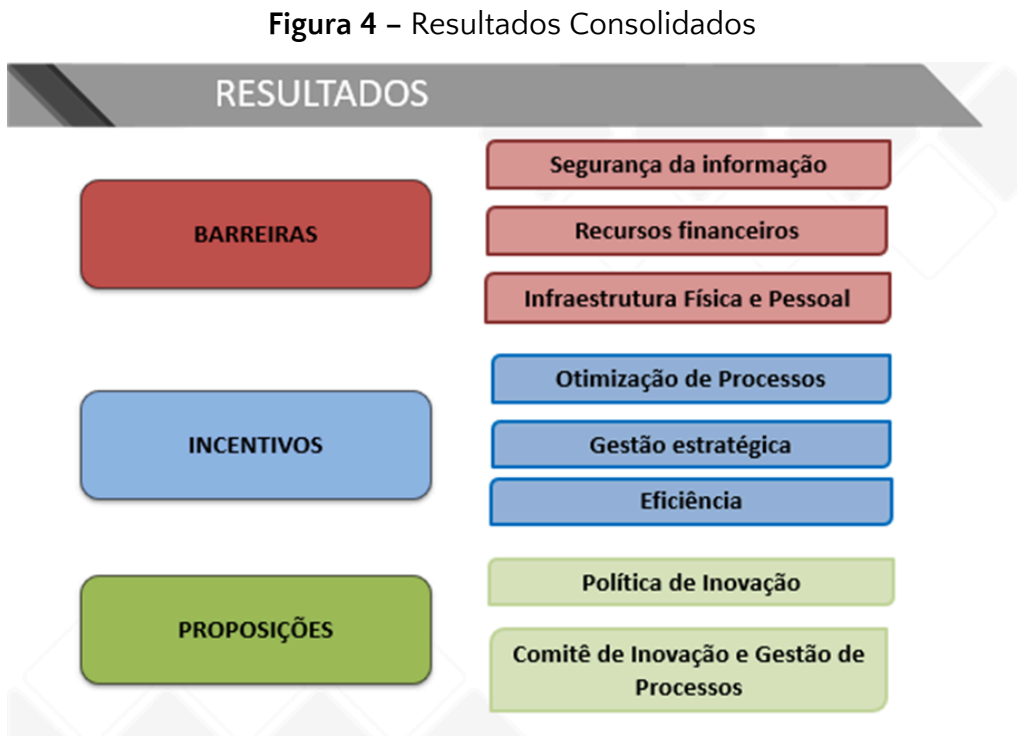
Ademais, há também como fator de dificuldade para implantação, particularmente no âmbito das instituições públicas, a ausência de recursos financeiros, visto que a implementação de um sistema de IA pode exigir investimentos significativos em infraestrutura, hardware, software e treinamento, como exposto por Borins (2014) soma-se a isso uma possível resistência por parte dos funcionários e das estruturas organizacionais existentes, bem como a ausência de profissionais qualificados para a gestão do processo, que se reflete na falta de habilidade,

conhecimento ou experiência fatos ressaltados por Weber (2014).

Superar essas barreiras exige um compromisso forte e contínuo por parte dos órgãos públicos sendo fundamental investir em programas de conscientização e capacitação, desenvolver políticas e regulamentações adequadas, bem como alocar recursos financeiros suficientes.

Além disso, uma abordagem participativa e colaborativa, envolvendo todas as partes interessadas, pode ajudar a mitigar os desafios e garantir uma adoção bem-sucedida da IA em órgãos públicos.

Consolidando os dados coletados, temos a figura abaixo que sintetiza os principais resultados, em três grupos, as barreiras, os incentivos e as proposições para a instituição.



Fonte: Autoria própria (2023).

Quanto aos incentivos identificados, estes foram tratados durante o referencial teórico, sendo diversos os benefícios da implementação de um sistema de inteligência artificial (IA), tais como a otimização de processos, uma tomada de decisões mais precisas e melhorias na eficiência dos serviços oferecidos.

A IA pode automatizar tarefas rotineiras e repetitivas, liberando os funcionários para se concentrarem em atividades mais estratégicas, além disso, ela pode analisar grandes volumes de dados de forma rápida e precisa, identificando padrões, tendências e insights relevantes, isso auxilia na tomada

de decisões informadas e embasadas, permitindo mais eficiência na prestação do serviço público, além de contribuir para aumentar a transparência e a prestação de contas.

Na coleta das entrevistas, foi identificado que na Procuradoria Geral do Estado há diversos incentivos para a inovação, especialmente na atual gestão da instituição, onde os olhos estão voltados para uma gestão com foco na tecnologia e inovação, assim, ficou evidente o sentimento de que a adoção da IA pode promover melhorias significativas na eficiência, qualidade dos serviços e tomada de decisões.

Quanto à devolução à instituição de propostas e soluções para a implementação de um sistema de inteligência artificial na instituição, com base nas entrevistas realizadas e no Mapa de Empatia e na Proposta de Valor produzidas, é possível descrever algumas sugestões como forma de aprimorar o trabalho da instituição.

A primeira consiste na instituição de uma Política de Inovação e Modernização da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins, com o objetivo de promover a melhoria contínua dos processos e serviços oferecidos pela instituição.

Inicialmente, destaca-se que uma Política de Inovação e Modernização é um conjunto de diretrizes, estratégias e ações planejadas a serem implementadas por uma instituição para promover o desenvolvimento de novas tecnologias e métodos.

Como já enfrentado no presente trabalho, a “inovação se origina da necessidade de sobrepor-se ou de adaptar-se aos obstáculos ambientais” (Motta, 1979, p.176).

Assim, uma Política de Inovação e modernização visa aprimorar a utilização dos recursos disponíveis, conforme Soares (2009) através da implementação de métodos de gestão e estruturas organizacionais inovadoras, com o propósito de proporcionar benefícios adicionais à sociedade. e melhorar o desempenho da máquina estatal e, em última análise, assegura sua continuidade e relevância.

O desenvolvimento de políticas de inovação é de extrema importância, a tal ponto que, por meio do Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, se instituiu a Política Nacional de Inovação e se dispôs sobre a sua governança, além de estabelecer a base para a construção dos demais componentes da política, como a Estratégia e os Planos de Ação, por fim, fornece diretrizes para seu monitoramento e avaliação.

Ressalta-se que a necessidade de conferir mais eficiência ao Estado é tema objeto de debate há muitos anos, e nos dizeres de Bresser (1995) ganha forma com a reforma gerencial de 1995 que buscou substituir a administração pública burocrática, até então vigente, e que detinha práticas clientelistas ou patrimonialistas, por uma administração pública gerencial, que buscou inovar a gestão pública, com a adoção de novas diretrizes e princípios.

Conforme indica Di Pietro (2018) houve um intenso debate sobre a necessidade de conferir eficiência na prestação das atividades administrativas do Estado, o que ocasionou a inclusão, no artigo 37, caput, da Constituição, do princípio da eficiência, pela Emenda Constitucional nº 19/98.

Dessa forma, ao buscar o princípio da eficiência, que também pode ser vista sob a ótica de como a Administração Pública é organizada, estruturada e disciplinada, busca-se por meio de uma Política de Inovação o desenvolvimento de novas tecnologias e métodos para aprimorar a prestação do serviço aos administrados.

Nesse sentido, a instituição de uma Política de Inovação e Modernização da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins, visa atender a melhoria contínua dos serviços oferecidos pela instituição, e para que seja possível sua implementação na Procuradoria Geral do Estado do Tocantins, esta seria coordenada por um Comitê de Inovação e Gestão de Processos.

Esta seria composta por servidores e procuradores da PGE-TO, e tendo como objetivo o estabelecimento de um programa de inovação que identifique e promova soluções criativas para problemas jurídicos e administrativos.

Outrossim, o comitê teria como missão implementar uma política de compartilhamento de informações e estímulo à adoção de tecnologias e práticas de gestão inovadoras, como

inteligência artificial, automação de processos, gestão de projetos, dentre outros.

Além do mais, como instrumento de desenvolvimento, sugere-se a criação de um laboratório de inovação, com a formação de parcerias com universidades, empresas de tecnologia e outras instituições para promover a troca de conhecimento e a cooperação em projetos de inovação.

Para mais, recomenda-se a promoção de capacitação e treinamento para os procuradores e funcionários da Procuradoria Geral do Estado, a fim de desenvolver habilidades e competências relacionadas à inovação e à gestão de processos e projetos.

Propõe-se também a instituição de Prêmios de Inovação para o reconhecimento público de servidores públicos que contribuem para a promoção da inovação na Procuradoria Geral do Estado, incentivando o compartilhamento de boas práticas e o surgimento de novas ideias e soluções.

Finalmente, também se prescreve a regulamentação de uma política de inovação, considerando o disposto no Decreto nº 6.395/2022, que dispõe sobre a Política de Governança Pública da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, e a necessidade de aprimorar a gestão de processos administrativos e judiciais, garantindo maior eficiência e qualidade na prestação de serviços jurídicos.

Para tanto, segue em apêndice a presente dissertação a minuta de Projeto de Decreto instituindo e regulamentando a política de inovação e modernização da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins, que será um dos produtos técnicos entregues como fruto do presente trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na coleta das entrevistas, identificou-se que na Procuradoria Geral do Estado existem diversos incentivos para a inovação, especialmente na gestão atual da instituição, onde o foco está voltado para a tecnologia e a inovação, assim, ficou evidente o sentimento de que a adoção da IA pode promover melhorias significativas na eficiência, qualidade dos serviços e tomada de decisões.

Em relação às barreiras para a introdução do sistema de inteligência artificial, foi possível constatar, por meio das entrevistas realizadas e da leitura da literatura sobre o tema, que essas barreiras podem ter diversas origens e naturezas.

A falta de conhecimento sobre a IA e suas aplicações pode resultar em perdas de oportunidades na adoção de novas tecnologias ou atrasos em sua implementação, além disso, o desconhecimento acarreta a falta de compreensão sobre como a tecnologia pode ser aplicada de forma eficaz e benéfica, o que reduz a resistência à sua adoção.

Outras barreiras incluem questões relacionadas à segurança da informação, uma vez que o uso da IA envolve o processamento e a análise de grandes quantidades de dados, muitos deles pessoais, dos cidadãos, portanto, é necessário investir em sistemas e rotinas de proteção para garantir a segurança desses dados e estabelecer diretrizes claras para seu uso ético, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

No caso da Procuradoria Geral do Estado, as barreiras podem ser resumidas em aspectos econômicos, técnicos e funcionais. No aspecto econômico, há a limitação orçamentária da instituição, que não possui autonomia financeira e depende de aportes do executivo para executar seus projetos, isso exige um trabalho contínuo de sensibilização dos gestores para garantir a alocação de

recursos financeiros, que deve ser realizado anualmente.

Outro obstáculo para a introdução da inovação, especialmente a relacionada à IA, é a falta de um corpo técnico capacitado e treinado para estabelecer parâmetros e métricas para um sistema de IA.

Isso é evidenciado no atual processo de contratação, no qual o processo foi encaminhado à agência de inteligência do Estado para desenvolver cláusulas objetivas e eficientes que possam medir a implementação do sistema e a liberação dos recursos financeiros à empresa desenvolvedora.

Por fim, as barreiras funcionais estão relacionadas às dificuldades decorrentes da falta de conhecimento disseminado na instituição sobre todas as potencialidades que o sistema de IA pode oferecer, bem como a necessidade de treinamento e capacitação.

Portanto, são fatores de dificuldade para a implantação, particularmente no âmbito das instituições públicas, a ausência de recursos financeiros, visto que a implementação de um sistema de IA pode exigir investimentos significativos em infraestrutura, hardware, software e treinamento.

Soma-se a isso uma possível resistência por parte dos funcionários e das estruturas organizacionais existentes, bem como a ausência de profissionais qualificados para a gestão do processo. Superar essas barreiras exige um compromisso forte e contínuo por parte dos órgãos públicos. É fundamental investir em programas de conscientização e capacitação, desenvolver políticas e regulamentações adequadas, bem como alocar recursos financeiros suficientes.

Além disso, uma abordagem participativa e colaborativa, envolvendo todas as partes interessadas, pode ajudar a mitigar os desafios e garantir uma adoção bem-sucedida da IA em órgãos públicos.

Quanto aos incentivos identificados, as entrevistas realizadas corroboraram com os elementos colhidos no referencial teórico, sendo diversas as vantagens da implementação de um sistema de inteligência artificial (IA), tais como a otimização de processos, uma tomada de decisões mais precisas e melhorias na eficiência dos serviços oferecidos.

Com a consolidação dos dados das entrevistas, constatou-se que há uma percepção de que a inteligência artificial permitirá um ganho de produtividade, com menos tempo despendido com atividades repetitivas e burocráticas. Disso resultará no consequente ganho de tempo para o exercício de atividades mais complexas, focando em processos mais relevantes que demandam mais tempo e cuidado em sua análise. Além do mais, é vislumbrado um melhor uso das capacidades funcionais dos servidores, realocando a força de trabalho para atividades-fim.

A IA pode automatizar tarefas rotineiras e repetitivas, liberando os funcionários para se concentrarem em atividades mais estratégicas. Ainda, pode analisar grandes volumes de dados de forma rápida e precisa, identificando padrões, tendências e insights relevantes, auxiliando na tomada de decisões informadas e embasadas, permitindo mais eficiência na prestação do serviço público, além de contribuir para aumentar a transparência e a prestação de contas.

Quanto à devolução à instituição de propostas e soluções para a implementação de uma política de inovação, é possível descrever algumas sugestões como forma de aprimorar o trabalho da instituição.

A primeira consiste na instituição de uma Política de Inovação e Modernização da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins, com o objetivo de promover a melhoria contínua dos processos e serviços oferecidos pela instituição.

Essa política seria coordenada por um Comitê de Inovação e Gestão de

Processos, composto por servidores e procuradores da PGE-TO, tendo como objetivo o estabelecimento de um programa de inovação que identifique e promova soluções criativas para problemas jurídicos e administrativos.

Pode-se concluir que, como a Procuradoria do Estado tem uma de suas funções auxiliar na implementação de várias políticas públicas, é necessária uma gestão eficiente de processos o que garantirá o atendimento das políticas prestacionais.

Por tudo o que foi exposto, é nítido que os gastos em políticas de inovação na administração pública, em especial na Procuradoria Geral do Estado, devem ser visualizados sob a ótica do investimento, sendo incentivados como parte da política de desenvolvimento da instituição, como forma de atender aos anseios da sociedade por um serviço público mais eficiente, moderno e eficaz.

REFERÊNCIAS

SOARES, Alessandra do Valle Abrahão. Inovação no setor público: obstáculos e alternativas. **Conselho Federal de Justiça**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://www2.cjf.jus.br/pergamumweb/vinculo/s/00001a/00001aea.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

ALMEIDA, G. A. **Direito processual coletivo brasileiro**: novo ramo do direito processual. São Paulo: Saraiva, 2003.

ÁLVARO, G. *et al.* **Inovação no judiciário**: conceito, criação e práticas do primeiro laboratório de inovação do poder judiciário. São Paulo: Blucher, 2019.

AVILA, A. P. O.; MELO, K. C. C. Separação de poderes e diálogos institucionais nos litígios envolvendo o direito à saúde. **Revista de Investigações Constitucionais**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 83, 1 jan. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rinc/a/3QQNDv3pRDLMk3CD4NB3czB/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BICUDO, L. Robô faz em segundos o que demorava 360 mil horas para um advogado. **Startse**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://conteudo.startse.com.br/mundo/lucas-bicudo/software-do-jpmorgan/>. Acesso em: 25 maio 2022.

BORINS, S. The Persistence of Innovation in Government: a guide for innovative 108 Public Servants. **Business Of Government**. [S. l.], 2014, Disponível em: <https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/The%20Persistence%20of%20Innovation%20in%20Government.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BOUERES, L. An Impactos nas condições de trabalho dos usuários do sistema AGU de inteligência jurídica (Sapiens). **Revista da AGU**, Brasília, DF, v. 18, n. 03, p. 121-142, jul./set., 2019. Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/2144>. Acesso em: 10 mar 2023.

BRESSER PEREIRA, L. C. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], ano 50, n. 4, out./dez. 1999.

CANUTO NETO, R. M. Processo eletrônico e unificação do Poder Judiciário: o novo PJe. **Revista Consultor jurídico**, [S. l.], 30 nov. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-nov-30/rubens-canuto-processo-eletronico-unificacao-judiciario->. Acesso em: 20 set 2022.

CASTRO, A. S. Indicadores básicos e desempenho da justiça estadual de primeiro grau no Brasil. **Instituto Elo**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.institutoelo.org.br/site/files/publications/f7b2485fcd996e1eafdb1e37fbb195b.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

CAVALCANTE, P., CAMÕES, M., CUNHA, B., SEVERO, W. **Organizadores inovação no setor público teoria, tendências e casos no Brasil**. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8086>. Acesso em: 11 nov. 2022

COELHO, L. Machine Learning: o que é, conceito e definição. **Cetax**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.cetax.com.br/blog/machine-learning/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. Investigação e inovação. **Comissão Europeia**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legaontent/PT/XT/PDF/?uri=CELEX:52013DC0149&from=ES>. Acesso em: 10 mar. 2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em Números 2021. **CNJ**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2021/09/8d9faee7812d35a58ce3d92d2df2f25.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em Números 2022. **CNJ**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2022/09/8d9faee7812d35a58cee3d92d2df2f25.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2022.

DAMY, A.; MIRANDA, L.; REIS, H. A. Inteligência Artificial – IA: À Disposição dos operadores do Direito. **Revista do Curso de Direito do Centro Universitário Brazcubas**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.brazcubas.br/index.php/revdubc/article/view/695>. Acesso em: 15 maio 2022.

DAVENPORT, T. H. **Reengenharia de processos**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

FERRASO, Vinicius da Silva. **Inteligência artificial no Supremo Tribunal Federal e os reflexos sobre as matérias tributárias**. Tese

(Doutorado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020. Disponível em: https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9785/Vinicius%20Ferrasso%20da%20Silva_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 mar. 2023.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Inteligência Artificial: Tecnologia aplicada à gestão dos conflitos no âmbito do Poder Judiciário com ênfase em inteligência artificial**. Brasília, DF: FVG, 2021. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/156490>. Acesso em: 1 jul. 2022.

GASCA, J; ZARAGOZÁ, R. **80 herramientas para construir tus ideas**. [S. l.]: LID Editorial, 2014.

KATTEL, Rainer; KARO, Erkki. Start-up governments, or can Bureaucracies innovate? In: **ineteconomics. Instituto for New Economic Thinking**. [S. l.], 4 jan. 2016. Disponível em: <https://www.ineteconomics.org/perspectives/blog/start-up-governments-or-can-bureaucracies-innovate>. Acesso em: 2 nov. 2023.

MACHADO, M. P. Novo CPC, princípio da cooperação e processo civil do arcoíris. **JOTA**. [S. l.], 27 abr. 2015. Disponível em: <http://jota.uol.com.br/novo-cpc-principio-da-cooperacao-e-processocivil-do-arco-%C2%ADirís>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MORRIS, D.; BRANDON, J. **Reengenharia: reestruturando sua empresa**. São Paulo: Makron Books, 1994.

MOTTA, P. R. Diagnóstico e inovação organizacional. In: MOTTA, P. R.; CARAVANTES, G. R. **Planejamento organizacional: dimensões sistêmico-gerenciais**. Porto Alegre:

Fundação para o Desenvolvimento de RH, 1979.

NEVES, J. R. **Como os advogados salvaram o mundo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

NUNES, D.; RUBINGER, P.; MARQUES, A. L. Os perigos do uso da inteligência artificial na advocacia. **Revista CONJUR**. [S. l.], 9 jul. 2018. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2018-jul-09/opinioao-perigos-uso-inteligencia-artificial-advocacia#_ftn11. Acesso em 24 de set. 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Manual de Oslo**: diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação. 2. ed. Paris: OCDE, 1997.

OSBORNE, S.; BROWN, K. **Managing change and innovation in public service organizations**. Oxon: Routledge, 2005.

PELKONEN, A.; VALOVIRTA, V. Can service innovations be procured? An analysis of impacts and challenges in the procurement of innovation in social services. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 384–402, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13511610.2014.999026>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SADEK, M. T. A. Poder Judiciário: perspectivas de reforma. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 1–62, maio 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/9RNJ3qdgZvZWzPmzdkk8wwp/>] Acesso em: 10 mar. 2023.

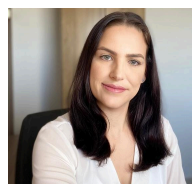
SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, M. M. S. **Processo judicial eletrônico nacional**: uma visão prática sobre o

processo judicial eletrônico nacional. São Paulo: Milenium, 2012.

TENG, J. T. C.; GROVER, V.; FIEDLER, K. D. Developing strategic perspectives on business process reengineering: from process reconfiguration to organizational change. **University of South California**. St. Louis, EUA, v. 24, n.3, p.271–296, 1996.

TRIVINOS, A. N. S. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: TRIVINOS, A. N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31–79.



LIA DE AZEVEDO ALMEIDA

Professora Adjunta III, na Universidade Federal do Tocantins (UFT), atuando como docente no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Desenvolvimento Regional, e no Programa de Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, e do curso de graduação em Administração.



THIAGO EMANOEL AZEVEDO DE OLIVEIRA

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará (2016). Atualmente é Procurador do Estado – Procuradoria Geral do Estado do Tocantins. Advogado nas áreas de Direito Público.

NOTAS

¹Informação disponível em <https://informemanaus.com/2021/pge-am-completa-49-anos-com-avancos-e-economia-para-o-estado/>. Acesso em: 26. Fev. 2023

Justiça reprodutiva: a aplicação dos métodos contraceptivos às mulheres como política pública no Brasil

Reproductive justice: the application of contraceptive methods to women as public policy in Brazil

Maria Eduarda Costa Turibio^a, Christiane de Holanda Camilo.

^aUniversidade Estadual do Tocantins. E-mail: mariaeturibio@gmail.com

Resumo: A Justiça Reprodutiva correlaciona direitos reprodutivos e sexuais muito além da esfera biológica ou de políticas de contracepção e planejamento familiar. Considera-se acesso à educação, assistência médica integral, bem como outros fatores que se conectam com o bem-estar e saúde das mulheres. Neste enfoque, o presente artigo busca evidenciar como a falta da informação em saúde gera o cerceamento de direitos fundamentais da mulher paciente nos sistemas de saúde em relação aos métodos contraceptivos e, como a injustiça reprodutiva se materializa. Para tanto, utiliza-se da revisão de obras, legislação ordinária e infraconstitucional para fundamentar este estudo. Conclui-se que o acesso a métodos seguros somente se torna viável com informação, dando as usuárias o poder de decidir e exercer plenamente seus direitos reprodutivos e sexuais.

Palavras-chave: Direito à informação; justiça reprodutiva; feminismo; métodos contraceptivos; Sistema Único de Saúde – SUS.

Abstract: Reproductive Justice correlates reproductive and sexual rights far beyond the biological sphere or contraception and family planning policies. Access to education, comprehensive medical care, as well as other factors that connect with women's well-being and health are considered. In this approach, this article seeks to highlight how the lack of health information generates the restriction of fundamental rights of female patients in health systems in relation to contraceptive methods and how reproductive injustice materializes. To this end, a review of works, ordinary and infra-constitutional legislation is used to support this study. It is concluded that access to safe methods only becomes viable with information, giving users the power to decide and fully exercise their reproductive and sexual rights.

Keywords: Right to information; reproductive justice; feminism; contraceptive methods; Unified Health System – SUS.

Submetido em: 06/03/2024.

Aceito em: 10/04/2024.

1 INTRODUÇÃO

As mulheres estiveram na maior parte da história em “natural submissão” aos homens, em um contexto de completa desigualdade, instigado por um fundamento biológico: o da reprodução (Dias, 2021, p. 12). Assim, seus corpos limitavam-se a procriação, e seu papel

social estava intrinsecamente ligado a esta “função” (Rohden, 2001 *apud* Dias, 2021, p. 12).

Não por acaso, com o avanço da ciência, numa tentativa de controlar o crescimento populacional (Pedro, 2003, p. 4) surge a primeira pílula contraceptiva, nos Estados Unidos, o ENOVID¹, que a

princípio foi atribuído como uma vitória das mulheres, consequência das tensões feministas da época.

Isso por que, o feminismo fomentou a luta das mulheres por igualdade de gênero, direitos políticos, acesso à educação, além da busca pela autonomia de seus corpos, por seus direitos reprodutivos e sexuais. Nesse sentido, bell hooks (2020, p. 48) observa que as contribuições feministas impactaram positivamente a vida das pessoas, de um modo geral.

No entanto, apesar os esforços perdurarem algumas décadas, a igualdade entre os sexos no Brasil fora conquistada apenas em 1988, com Constituição Federal vigente. Essa confere em um mesmo capítulo o acesso à informação e à saúde enquanto garantia constitucional, e atribui em dispositivo adiante a saúde enquanto direito de todos e dever do Estado, revelando o nascedouro do que se comprometeria o Sistema Único de Saúde. É esta mesma carta que irá atribuir ao Estado a responsabilidade de propiciar o exercício do planejamento familiar, de forma livre, autônoma e consentida.

É assim que a Justiça Reprodutiva², combina direitos sexuais e reprodutivos de forma abrangente, considerando o acesso à educação sexual, assistência médica integral de prevenção e cuidado a saúde da mulher, incluindo a contracepção, para Smith (2005), a justiça reprodutiva reconhece a comunicação dos fatores que limitam a liberdade das mulheres de fazerem escolhas informadas.

Nessa vertente, o presente artigo busca relacionar como o Estado exerce poder sobre o corpo da mulher e da contracepção, através da falta de esclarecimentos e, como o precário acesso à informação propicia a violação dos direitos reprodutivos e sexuais, e materializa a (in) justiça reprodutiva como uma realidade as mulheres brasileiras.

A este respeito, observa os métodos contraceptivos como uma questão de

saúde pública, e é fundamental que se tenha estruturas sociais que viabilize a tomada de decisões conscientes, seguras e eficazes.

A menos que reconheçamos a desigualdade de gênero como um problema social significativo e uma variável a ser considerada, não seremos capazes de desenvolver políticas públicas eficazes para concretizar os direitos assegurados pela Constituição para grupos historicamente marginalizados, como o direito à saúde e à igualdade. Da mesma forma, não conseguiremos analisar adequadamente a violência de gênero enraizada nas instituições que afeta as mulheres no Brasil. (Machado *et al*, 2021 *apud* Dias, 2021, p. 18).

2 DIREITO À INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Garantia constitucional preceituada no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, o acesso à informação revela-se um direito imprescindível no alcance a outros direitos, entre sua categoria, como o direito à informação em saúde.

Neste capítulo trataremos o direito à informação enquanto gênero e suas espécies, além da sua aplicabilidade àqueles que aqui trataremos de usuários.

2.1 Direito à informação enquanto garantia constitucional e direito à informação em saúde

O texto constitucional de 88 reservou seu Título II aos direitos e garantias fundamentais, (Moraes, 2023), e os divide em cinco capítulos, do qual o acesso à informação é espécie enquanto direito individual.

Assim, a classificação adotada pelo legislador constituinte estabeleceu cinco espécies ao gênero direitos e garantias fundamentais: direitos e garantias individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos; e direitos relacionados à existência, organização e participação em

partidos políticos. Diversos doutrinadores diferenciam direitos de garantias fundamentais. A distinção entre direitos e garantias fundamentais, no direito brasileiro, remonta a Rui Barbosa, ao separar as disposições meramente declaratórias, que são as que imprimem existência legal aos direitos reconhecidos, e as disposições assecuratórias, que são as que, em defesa dos direitos, limitam o poder. Aquelas instituem os direitos; estas, as garantias; ocorrendo não raro juntar-se, na mesma disposição constitucional, ou legal, a fixação da garantia com a declaração do direito. (Moraes, 2023, p. 37)

Nesse contexto, há, certa distinção adotada por alguns doutrinadores ao explorar o conceito de direito e garantias, Moraes (2023) destaca que para Canotilho,

rigorosamente, as clássicas garantias são também direitos [...] As garantias traduzem-se quer no direito dos cidadãos a exigir dos poderes públicos a proteção dos seus direitos. (Moraes, 2023, p. 37).

Esse título, “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, consagra o direito à informação, no famigerado artigo 5º, inciso XIV, o qual dispõe “que é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.” (Brasil, 1988, art. 5, *on-line*)

Destaca-se que essa garantia de direito à informação, inaugura o rompimento à restrição aos direitos fundamentais que ocorria durante o Regime Civil-Militar instituído no Brasil em 1964 (Nadai; Neves, 1981 *apud* Assunção 2009, p. 95) até o ano de 1985.

Com a vitória do movimento militar, o Comando Supremo da Revolução (assim ele se autodefiniu) editou o Ato Institucional nº 1, suspendendo as garantias constitucionais e estabelecendo um prazo de 60 dias durante os quais poderia caçar mandatos e suspender direitos políticos (Alencar, 1981 *apud* Assunção, 2009, p. 96)

Foi a Carta de 1988 a primeira a se preocupar em garantir o acesso à

informação, enquanto direito fundamental, evidenciando seu caráter substancial a vida em sociedade, necessário para efetivação de outros direitos, como acesso à educação, bem-estar e saúde como efeito precípua à promoção da Dignidade da Pessoa Humana, fundamento da República Federativa do Brasil.

Ao consagrar o acesso à informação como um direito individual, fundamental e, portanto, indispensável, deve-se considerar à informação tangente a todos os demais campos sociais. Como foco deste trabalho, trataremos acerca do direito à informação em saúde, isto é, o direito que o paciente e/ou usuário³ do serviço público de saúde tem de ser inteirado sobre todos os aspectos, serviços e métodos que envolvam a sua saúde e bem-estar. (Leite *et al.*, 2014, p. 2)

Coincidentemente, o capítulo II, dedica-se a espécie dos direitos sociais, ao garantir, no art. 6º, caput,

direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Brasil, 1988, art. 6º, *on-line*)

Neste sentido, subtende-se que o direito integral a saúde efetua-se mediante a garantia e o acesso à outros direitos, como o acesso à informação.

2.2 Direitos fundamentais do usuário

Instituída pelo Ministério da Saúde, a portaria nº 1.820/2009, também apresentada como Carta dos Usuários da Saúde, dispõe sobre os direitos e deveres desses e, preceitua em seu art. 7º, caput, que “toda pessoa tem direito à informação sobre os serviços de saúde e aos diversos mecanismos de participação” (Brasil, 2009, p. 21).

A esse respeito, cumpre relacionar o termo usuário a paciente, portanto, pessoa

que usufrui de determinado serviço, no vertente artigo, o serviço de saúde.

O usuário é cada um daqueles que usam ou desfrutam de alguma coisa coletiva, ligada a um serviço público ou particular. Assim, pode-se compreender o termo usuário como mais amplo, capaz de ultrapassar o ideário passivo ou liberal, que percebe a saúde como um bem de consumo regulado pelas leis de mercado, no sentido de avançar para uma concepção de saúde enquanto direito humano e social, regulado pelas relações de cidadania. (Saito *et al.*, 2013, p. 2)

À vista disso, o usuário além de ser informado acerca do diagnóstico, deverá obter extenso e profundos esclarecimentos sobre quais tratamentos podem ser utilizados, dentre esses, quais apresentam melhor desempenho, e ainda, quais os riscos, além de ofertar alternativas a cada caso clínico.

O direito à informação em saúde garante ao paciente referências sobre sua saúde e estado clínico, e aspectos que o englobam, podendo ser instrumentado por médicos, enfermeiros ou qualquer profissional de saúde e, torna-se elemento essencial nessa apropriação (Leite *et al.*, 2014, p. 3).

Cumpra mencionar que o art. 24 do Código de Ética – Resolução CFM nº 2.217/2018, veda a atividade médica o “deixar de garantir ao paciente o exercício do direito de decidir livremente sobre sua pessoa ou seu bem-estar” (Brasil, 2018, *on-line*), além de proibir que utilize de sua autoridade para tentar induzi-lo.

No entanto, não é o único dispositivo a tratar acerca da matéria.

Art. 34. Deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e os objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta possa lhe provocar dano, devendo, nesse caso, fazer a comunicação a seu representante legal. (Conselho Federal de Medicina, 2018, *on-line*).

Partindo desta idealidade, a plenitude das garantias constitucionais só pode ser elevada no momento em que o usuário, em posse dessas informações e devidamente instruído é capaz de decidir de forma autônoma e consciente acerca de qual tratamento e/ou método a que deseja submeter-se.

Ainda sobre o tema, a Resolução nº 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde, que institui diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolvam seres humanos, prontamente sistematiza em seu preâmbulo que esta paira, através da ótica do indivíduo e da coletividade, norteadas pelos princípios da bioética, quais sejam a autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros. (Brasil, 1996a, *on-line*)

A fio, delibera no item V tocante ao consentimento livre e esclarecido, e resolve que “o respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.” (Brasil, 1996a, *on-line*)

Os tópicos seguintes tornam cristalinos os critérios a que devem acatar.

IV.1 – Exige-se que o esclarecimento dos sujeitos se faça em linguagem acessível e que inclua necessariamente os seguintes aspectos:

- a) a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa;
 - b) os desconfortos e riscos possíveis e os benefícios esperados;
 - c) os métodos alternativos existentes;
 - d) a forma de acompanhamento e assistência, assim como seus responsáveis;
 - e) a garantia de esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou placebo;
- [...] (Brasil, 1996a, *on-line*)

Isto posto, ratifica-se que é direito do usuário do serviço de saúde ter acesso às informações que lhe são pertinentes, nos termos da legislação vigente, devendo estes serem observados por quem tem o dever de informar, incumbindo-se salvar a garantia constitucional.

O acesso à informação em saúde é fundamental para reduzir iniquidades e promover transformações sociais necessárias para a qualidade de vida e o bem-estar mais democrático das populações. O conceito ampliado de "saúde", tão discutido nos debates que deram origem ao Sistema Único de Saúde (SUS), está intimamente relacionado à ideia de cidadania. É uma das bases essenciais ao exercício pleno da cidadania e do direito à saúde é o direito à comunicação e à informação. (Araújo; Cardoso, 2007, *on-line*).

3 MULHERES, FEMINISMO, SUS E OS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS

Para que se possa compreender como a política contraceptiva acontece e, quem pode acessá-la, é necessário localizar a mulher na história, e o modo que foram atreladas aos papéis reprodutivos.

Nesse sentido, destacar a relevância das tensões feministas, e suas contribuições em saúde reprodutiva.

3.1 A luta do movimento feminista e suas conquistas sobre a saúde reprodutiva

Inauguro este capítulo com a famosa frase de Simone de Beauvoir (1967, p. 7), "não se nasce mulher, torna-se". Beauvoir desperta neste momento os debates e controvérsias em torno do "ser mulher", "entendendo que a mulher não é definida em si mesma, mas em oposição ao homem, em uma relação de hierarquia, submissão e dominação." (Dias, 2021, p. 23).

Aureliano (2009) destaca que:

Para compreender as representações sociais e simbólicas que envolvem o

corpo da mulher, faz-se necessária uma breve discussão teórica a respeito da construção histórica dos discursos sobre o corpo feminino e a criação e instituição de certos papéis femininos presentes ainda hoje em nossa sociedade. (Aureliano, 2009, p. 4)

Mattar (2008) também irá discorrer acerca do tema, lembrando as raízes da idealização de "sexo frágil" por atribuir a capacidade biológica de reprodução as mulheres, papel determinante sobre seu espaço na sociedade.

A inteligência estava associada ao masculino e a sensibilidade ao feminino, já que era por meio das características biológicas que se delimitavam as capacidades físicas e mentais e, portanto, os papéis que cada um dos sexos podia assumir na sociedade. Neste sentido, a função precípua das mulheres era, pois, a procriação, e Deus as haviam feito com as necessárias características para o bom desempenho desta tarefa (Mattar, 2008, p. 7).

Observa-se a contínua atribuição da mulher as atividades reprodutivas, o que por vezes confunde-se ao próprio conceito de "ser mulher", o que de acordo o Oxford Languages⁴ poderá ser "pessoa do sexo feminino ou do gênero feminino."

Nesse aspecto Dias (2021) pontua:

Pensando no campo conceitual de "mulheres", ainda que possa ser visto sob diversas perspectivas, há uma discussão em comum que se refere ao discurso construído sobre o corpo das mulheres que está relacionado à sua capacidade biológica de reprodução. (Dias, 2021, p. 23)

Partindo disto, Beauvoir (1967 *apud* Dias, 2021, p. 23) denuncia que "toda a história das mulheres foi escrita pelos homens", o que se tornará evidente ao longo desta pesquisa, e também da história.

As mulheres, além de objetificadas como "seres meramente ligados à reprodução", invisibilizadas pelo manto do patriarcado e inclusive pelo Estado (Safiotti, 2004, p. 54), custaram a garantir

acesso a direitos, e sobretudo tornarem-se “pessoas de direitos”.

Assim como as crianças, os escravos, os criados, os sem propriedade e as mulheres não tinham a independência de status requerida para serem plenamente autônomos. As crianças, os criados, os sem propriedade e talvez até os escravos poderiam um dia tornar-se autônomos, crescendo, abandonando o serviço, adquirindo uma propriedade ou comprando a sua liberdade. Apenas as mulheres não pareciam ter nenhuma dessas opções: eram definidas como inerentemente dependentes de seus pais ou maridos. Se os proponentes dos direitos humanos naturais, iguais e universais excluía automaticamente algumas categorias de pessoas do exercício desses direitos, era primariamente porque viam essas pessoas como menos do que plenamente capazes de autonomia moral. (Hunt, 2009, p. 26)

Nesse aspecto, desde o século XX, a busca pela igualdade entre homens e mulheres tem sido uma luta fundamental ao longo da história e foi abraçada por movimentos sociais importantes, como os abolicionistas e sufragistas (Dora, 2020, p. 471).

Estes movimentos desempenharam um papel crucial na transformação da legislação nos países ocidentais, promovendo mudanças que permitiram uma maior participação das mulheres na esfera pública, concedendo-lhes direitos essenciais, como o direito de voto e acesso à educação. (Fernandes, 2022, p. 25)

Foi através da luta de mulheres, sobretudo no que entendemos como segunda onda do feminismo⁵, nas décadas de 1960 e 1970, que questões como a liberdade sexual, a institucionalização dos papéis femininos, tornaram-se pauta, além da desnaturalização das diferenças entre os sexos, assim, foi possível notar a expressa violência e desigualdades de direitos a que estavam sujeitas. (Dias, 2021, p. 22)

No entanto, foi durante as Conferências Internacionais realizadas no

âmbito do Ciclo Social das Nações Unidas⁶ que se consolidou o reconhecimento efetivo das mulheres como detentoras de direitos humanos, mais especificamente na Conferência de Direitos Humanos de Viena, em 1993, quando os direitos humanos das mulheres foram explicitamente reconhecidos. (Fernandes, 2022, p. 25)

Desenvolve-se através da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), também conhecida como Conferência do Cairo (1994), o reconhecimento pelos governos de que as políticas e os programas de população deveriam deixar de preocupar-se unicamente com o controle populacional como fator determinante à melhoria das questões econômicas e sociais – acerca do tema, trataremos no tópico seguinte –, mas a visualizar que “o pleno exercício dos direitos humanos e a ampliação dos meios de ação da mulher como fatores determinantes da qualidade de vida dos indivíduos”. (Patriota, 2006, p. 34)

Nesse sentido, os representantes de todo o mundo chegaram a unanimidade de que “a saúde reprodutiva é um direito humano e um elemento fundamental da igualdade de gênero.” (Patriota, 2006, p. 34)

Além disso, a concepção de “saúde reprodutiva” após o Cairo deixa de reservar o âmbito da reprodução e da saúde sexual exclusivamente as mulheres, ao deixar claro que a saúde reprodutiva caberá também ao homem, que deverá participar do planejamento familiar. (Corrêa; Jannuzzi; Alves, 2003, p. 8). Assim, segundo a definição do Cairo:

Capítulo VII*

7.2 A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simples a ausência de doença ou enfermidade, em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo e a suas funções e processos. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual

segura e satisfatória, tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando, e quantas vezes o deve fazer. Implícito nesta última condição está o direito de homens e mulheres de serem informados e de ter acesso a métodos eficientes, seguros, permissíveis e aceitáveis de planejamento familiar de sua escolha, assim como outros métodos, de sua escolha, de controle da fecundidade [...] De conformidade com definição acima de saúde reprodutiva, a assistência à saúde reprodutiva é definida como a constelação de métodos, técnicas e serviços que contribuem para a saúde e o bem-estar reprodutivo, prevenindo e resolvendo problemas de saúde reprodutiva.. (UNFPA Brasil, 1994, on-line)

No ano seguinte, em Pequim, ocorrera a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, também intitulada “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, e que buscava analisar os obstáculos para que as mulheres pudessem exercer seus direitos plenamente (Viotti, 2006, p. 148).

Identificaram-se doze áreas de preocupação prioritária, a saber: a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas

especificamente para os direitos da menina. (Viotti, 2006, p. 149)

Pequim foi responsável por inaugurar importantes avanços na luta pela promoção dos direitos da mulher, como o conceito de gênero, o empoderamento e a transversalidade. Para Viotti (2006), essas inovações permitiram uma análise da mulher sob uma ótica que está além dos aspectos biológicos, mas daqueles construídos social e culturalmente, entendendo as relações de dominação e poder.

Além disso, elevaram a importância de que a mulher passe a controlar seu corpo e desenvolvimento, e que caberá ao poder público ofertar meios para tornar isso possível.

Como resultado dessas conferências, reforçou-se o respeito pelos direitos humanos, incluídos os direitos sexuais e reprodutivos, elevando o empoderamento das mulheres e a equidade de gênero, além do desenvolvimento humano, com destaque das políticas para promoção da saúde. (Corrêa; Jannuzi; Alves, 2003)

Para Fernandes (2022), todas essas conquistas só se tornam legítimas em razão da constante provocação do movimento feminista e seu ativismo. Além disso, a participação do feminismo fez-se imprescindível no cenário de redemocratização na América Latina, sendo, no Brasil, um marco para igualdade de gênero e redução das disparidades, à frente da Constituição instituída no Brasil em 1988.

3.1 O SUS e os métodos contraceptivos ofertados a mulher no Brasil

O poder constituinte, garante no artigo 6º a saúde enquanto direito social, assim, é que se inicia a trajetória do Sistema Único de Saúde, como um marco da Carta de 88 (Negrao, 2009).

Adiante, o texto constitucional dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante

políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, nos termos do seu artigo 196. (Brasil, 1988, *on-line*)

Partindo dessa premissa, inaugurou-se o Sistema Único de Saúde (SUS), conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas [...] constitui o Sistema Único de Saúde (SUS), (Brasil, 1990, *on-line*) pelo que se propõe o artigo 4º da Lei 8.080/1990, que o instituiu.

Consoante a disposição legal supra, “a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. ” (Brasil, 1990, art. 2º, *on-line*). Logo, compromete-se a fornecer assistência às pessoas através de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações de assistências e das atividades preventivas.

Com efeito, a Lei de Planejamento Familiar, destaca que o planejamento familiar é direito de todo cidadão, entendendo-o como

Conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal. (Brasil, 1996b, *on-line*).

Cabe aqui realçar o que dispõe o artigo 3º, parágrafo único, inciso I, *in verbis*:

Art. 3º O planejamento familiar é parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde. Parágrafo único - As instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde, em todos os seus níveis, na prestação das ações previstas no caput, obrigam-se a garantir, em toda a sua rede de serviços, no que respeita a atenção à mulher, ao homem ou ao casal, programa de atenção integral à saúde, em todos os seus ciclos vitais,

que inclua, como atividades básicas, entre outras:

I - a assistência à concepção e contracepção; (Brasil, 1996b, *on-line*)

Nesse sentido, o planejamento familiar se revela como instrumentador das políticas públicas, que deve englobar acesso à informação, de maneira plena e esclarecida a homens e mulheres.

Em seus artigos seguintes, com reforço do 4º e 9º, resta claro, mais uma vez, o compromisso do Estado, em garantir, através do Sistema Único de saúde, o pleno exercício ao planejamento familiar, que orientar-se-ão

Pela garantia de acesso igualitário à informações”, acerca de todos os métodos, meios, e técnicas de concepção e contracepção, de forma que lhes seja “garantida a liberdade de opção.” (Brasil, 1996b, art. 9º, *on-line*)

Neste ponto, faz-se necessário tecer alguns conceitos e explicações, para Fonseca (2022), a expressão “anticoncepção” relaciona-se ao uso dos métodos contraceptivos. Além disso, refere-se a um conjunto de estratégias, envolvendo, desde “técnicas comportamentais ao uso de objetos, medicamentos ou cirurgias, voltadas a evitar a evitar a concepção” (Fonseca, 2022, p. 16).

De acordo Bittencourt (2015, *on-line*), os métodos contraceptivos são, como induz, instrumentos que visam evitar a gravidez indesejada, incluindo recursos comportamentais, medicamentos e até cirúrgicos, destinados tanto a homens e mulheres, e que podem ser reversíveis ou não.

São maneiras, medicamentos, objetos e cirurgias usados pelas pessoas para evitar a gravidez. Existem métodos femininos e masculinos. Existem métodos considerados reversíveis, que são aqueles em que a pessoa, após parar de usá-los, volta a ter a capacidade de engravidar. Existem métodos considerados irreversíveis, como a ligadura de trompas uterinas e a vasectomia, porque, após utilizá-los, é muito difícil a pessoa recuperar a

capacidade de engravidar. Por isso, para optarem pela ligadura de trompas uterinas ou pela vasectomia como método anticoncepcional, as pessoas precisam estar seguras de que não querem mais ter filhos. (Brasil, 2006, p. 23).

A partir de dados extraídos da Cartilha de Assistência ao Planejamento Familiar dispensado pelo Ministério da Saúde, os métodos de contracepção ofertados pelo Sistema Único de Saúde compreendem a Minipílula, diafragma, pílula combinada, dispositivo intrauterino (DIU) de cobre, anticoncepcional injetável mensal, anticoncepcional injetável trimestral, preservativo feminino, preservativo masculino, pílula anticoncepcional de emergência (ou pílula do dia seguinte), laqueadura e vasectomia, sendo os dois últimos espécies do gênero “métodos irreversíveis”. (Bittencourt, 2015, on-line).

Além disso, Bittencourt (2015, on-line) relembra que apenas os preservativos femininos e masculinos, dentre todos os métodos, são capazes de proteger contra as Infecções Sexualmente Transmissíveis ISTs, como o HIV/Aids, “aids é a doença causada pela infecção do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV é a sigla em inglês)” (Brasil, 2015, on-line).

Na atenção em anticoncepção, é muito importante oferecer diferentes opções de métodos anticoncepcionais para todas as etapas da vida reprodutiva, de modo que as pessoas tenham a possibilidade de escolher o método mais apropriado às suas necessidades e circunstâncias de vida. (Brasil, 2015, p. 131)

A este respeito, a efetivação das políticas públicas relacionadas a contracepção, deve guiar-se a partir da orientação e auxílio de um profissional de saúde, que advirta sobre os métodos disponíveis, vantagens e desvantagens (Bittencourt, 2015, on-line), vez que o acesso à informação, é indispensável a escolha de forma autônoma pela mulher.

No que se refere particularmente à atenção em anticoncepção, esta

pressupõe a oferta de informações, de aconselhamento, de acompanhamento clínico e de um leque de métodos e técnicas anticoncepcionais, cientificamente aceitos, que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, para homens e mulheres, adultos e adolescentes, num contexto de escolha livre e informada (Brasil, 2015, p. 131).

4 COMO A (IN)JUSTIÇA REPRODUTIVA SE MATERIALIZA

Ultrapassadas as colocações acerca dos direitos fundamentais e o do legado patriarcal, é necessário delimitar as questões de fato, e esclarecer como a justiça reprodutiva se materializa, ou, como deveria se materializar.

Este capítulo se propõe a tornar visível como o cerceamento dos direitos fundamentais da mulher, como a informação, torna a Justiça Reprodutiva uma alusão utópica.

4.1 Direitos fundamentais vs o dever de informar em posse do Estado e seus agentes

Fatalmente, tratar sobre contracepção, mulheres e informação, é esbarrar em uma história de negligência e omissões. Para Scavone (2010, p. 5), no decorrer desse desenvolvimento – da pílula contraceptiva, houve uma notável falta de interesse na investigação de contraceptivos masculinos, o que para a autora, contribuiu para perpetuar a noção de determinismo biológico na reprodução feminina e conseqüentemente eximindo a responsabilidade dos homens no que diz respeito à contracepção.

A narrativa em torno da introdução da pílula anticoncepcional como um marco que facilitou a busca pela igualdade de gênero ainda é amplamente difundida. No entanto, no contexto brasileiro, essa questão foi influenciada por agendas imperialistas e uma notável negligência em

relação às mulheres de baixa renda, (Santos, 2020, p. 11), isso por que o país aderiu ao contraceptivo apenas dois anos após seu lançamento, em 1962.

Pedro (2003, p. 5), observa que as mulheres no Brasil começaram a usá-la, mesmo quando seus médicos não possuíam conhecimento detalhado sobre o assunto. Santos (2020) observa em sua obra que, para Maria Betânia Ávila (Ávila, 2018 *apud* Santos, 2020, p. 9), as pílulas eram destruidoras para o corpo dessas mulheres, distribuídas numa cartela que sequer havia a composição das pílulas, além das queixas constantes de dores, enxaquecas e varizes.

Nesse momento é que começam a preocupar-se não somente com a contracepção, mas também a proteção do corpo feminino, e a saúde da mulher, o que após alguns percalços oportunizaria o PAISM⁷ – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher em 1984.

Em termos de políticas públicas, a atenção à saúde da mulher no Brasil, até o surgimento do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), traduziu-se na preocupação com o grupo materno-infantil que, inclusive, sempre permaneceu como o mais enfatizado por essas políticas. O enfoque central dos vários programas de saúde materno-infantil estava em intervir sobre os corpos das mulheres-mães, de maneira a assegurar que os corpos dos filhos fossem adequados às necessidades da reprodução social (Osis, 1998, p. 26).

Cumprido destacar que nesse momento, as políticas públicas voltadas à saúde feminina relacionavam intrinsecamente a capacidade reprodutiva das mulheres, elevando fatores como a fecundidade, mortalidade e natalidade infantil, deixando de considerar as reais necessidades e desejos das mulheres em relação ao controle de seus corpos e consequentemente de sua prole. (Geledés, 2009, *on-line*).

O PAISM rompeu com abordagem que limitava o corpo da mulher, ao inserir

o conceito de atenção integral à saúde da mulher, redefine o papel do corpo feminino na sociedade, deixando de serem vistas como “parideiras”, e estendendo os cuidados para além “do pré-natal, parto e puerpério”. (Osis, 1998, p. 31)

Para Osis (1998),

esse conceito implica o rompimento com a visão tradicional acerca desse tema, sobretudo no âmbito da medicina, que centralizava o atendimento às mulheres nas questões relativas à reprodução (Osis, 1998, p. 26).

Assim, muito embora a realidade experimentada pelas mulheres hoje não se assemelhe completamente, e a teoria traga em seu bojo uma garantia brilhante, a violência de gênero está institucionalizada cotidianamente através da exposição ao adoecimento, a precariedade dos serviços de saúde, ao sofrimento, e as ataduras desta sociedade predominantemente patriarcal. (Brandão; Cabral, 2021 a, p. 5)

Nas palavras de Brandão, Cabral (2021a), a violência de gênero:

[...] está nessa imensa incompetência enquanto Estado para prover adequadamente educação em sexualidade e planejamento reprodutivo às mulheres, independentemente de sua idade, classe social, raça/etnia, número de filhos e situação conjugal. Se vivemos em uma sociedade misógina e machista, de absoluta hipocrisia em relação aos encargos sociais da reprodução e da maternidade, que não garante a tais mulheres assistência de saúde digna para proteger suas relações sexuais das IST e da gravidez imprevista, como podemos acusá-las de abandono à prole? De praticar aborto? De matar seus filhos neonatos? Muitas de nós sabemos o desespero de estar grávida sem o querer. Mas o que a sociedade nos diz? “E daí?” (Brandão; Cabral, 2021a, p. 5)

É árduo submeter-se a lógica estatal, puramente sexista, ao tratar de assuntos como o aborto, mas deixar de promover políticas públicas eficientes relacionadas a

educação sexual e sobretudo não ofertar métodos para contracepção uniformemente.

Para Miranda (2021, p. 22) em termos práticos, surge um desafio significativo para o Estado e seu papel em relação aos cidadãos: garantir direitos que abranjam tanto a liberdade individual (agindo de forma negativa) quanto os direitos sociais (prestando assistência de forma positiva). Isso se torna especialmente complexo em uma sociedade marcada por profundas disparidades socioeconômicas, raciais e de gênero. A questão se reflete na atuação do Estado em diversas esferas, mas é particularmente evidente nas ações dos agentes públicos que, na linha de frente dos serviços, concretizam as políticas públicas de saúde.

À luz dos princípios que regem essa política de assistência, é fundamental que os serviços de saúde assegurem o acesso aos meios que permitem a prevenção ou promoção da gravidez, bem como ofereçam suporte clínico e ginecológico, juntamente com a realização de ações educativas, com o propósito de garantir que as escolhas em relação à reprodução sejam tomadas de forma consciente.

Nessa senda, considerando a operacionalidade das políticas de saúde pública, como a que figura a temática central deste artigo, foi aprovada através da Portaria nº 2.436/2017, a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo suas diretrizes de organização no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Este mesmo ato, assume enquanto responsabilidade da atenção básica de saúde, em seu artigo 7º, IX,

[...] desenvolver, disponibilizar e implantar os Sistemas de Informação da Atenção Básica vigentes, garantindo mecanismos que assegurem o uso qualificado dessas ferramentas nas UBS, de acordo com suas responsabilidades; " (Brasil, 2017, *on-line*).

A Portaria dispõe ainda que no domínio das Unidades Básicas de Saúde (UBS), as equipes deverão ser compostas:

No mínimo por médico, preferencialmente da especialidade medicina de família e comunidade, enfermeiro, preferencialmente especialista em saúde da família; auxiliar e/ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS). Podendo fazer parte da equipe o agente de combate às endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal: cirurgião-dentista, preferencialmente especialista em saúde da família, e auxiliar ou técnico em saúde bucal. (Brasil, 2017, *on-line*)

Nesta situação, entende-se a orientação por profissionais de saúde, como um fator essencial a promoção da equidade em saúde. No assunto que se discorre, relacionar oferta dos métodos de contracepção às mulheres e garantir a elas o esclarecimento pleno acerca dos benefícios, riscos e possíveis efeitos colaterais.

Tangente ao comportamento contraceptivo, a última pesquisa sobre demografia e saúde (PNDS) foi realizada em 2006 (Brandão; Cabral, 2021b, p. 10), no entanto, a partir de dados extraídos da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, e entre as pessoas que utilizaram o serviço de Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS), 69,9% são mulheres⁸.

A atenção básica integra primariamente o Sistema Único de Saúde, do qual é imprescindível uma rede organizada de triagem para efetivar as diretrizes de forma igualitária a população. Assim, o acesso próximo e imediato da maioria das usuárias, e que a equipe tem como obrigação legal efetivar a promoção à saúde, através da informação.

Isto é, médicos, enfermeiros e técnicos, devem garantir o acesso universal a política de saúde, com foco na prevenção e acompanhamento integral

(Miranda, 2021), propiciando o diálogo com as mulheres usuárias, visando exaurir suas dúvidas, prestando informações de forma clara e acessível.

A obtenção de informações desempenha um papel crucial na promoção da atenção completa à saúde. Para garantir uma disponibilidade apropriada, é fundamental conscientizar a equipe sobre a relevância do fortalecimento do poder de decisão do usuário, capacitando-o a assumir um papel central no cuidado e tornando-o um colaborador essencial no processo de cuidar. (Leite, *et al.*, 2014)

4.2 O papel do Estado e do feminismo nos direitos fundamentais das mulheres ao decidir sobre a contracepção

Nesta baila, considerando o conceito trazido Enunciado nº 68 da II Jornada de Direito da Saúde do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), considera-se direitos reprodutivos e sexuais como direitos básicos relacionados ao livre exercício da sexualidade e da reprodução humana.

Negri (2002), aduz que a expansão do acesso à informação e aos métodos contraceptivos para indivíduos de ambos os sexos é uma medida essencial para assegurar a realização dos direitos reprodutivos em nosso país.

Para concretizar esse objetivo, é fundamental assegurar a disponibilidade contínua de opções contraceptivas nos serviços de saúde públicos e garantir a presença de profissionais qualificados que possam orientar as mulheres na escolha adequada de métodos contraceptivos em diferentes fases de suas vidas (Negri, 2002).

É reconhecendo a comunicação dos fatores que opressão que se articula a Justiça Reprodutiva, a partir de uma visão amplificada dos direitos reprodutivos e sexuais, os combinando a noção de “justiça social”.

Este conceito reflete acerca das condições estruturais, de forma a assegurar políticas públicas específicas que amparem as necessidades de cada mulher e criando condições para que as mulheres exerçam sua sexualidade e a maternidade de forma digna. Desta forma, está intrinsecamente ligado aos conceitos de justiça social e dos direitos humanos, buscando diferenciar políticas de controle populacional das políticas de natalidade. (Dias, 2021, p. 36)

A Justiça Reprodutiva contribui para criar condições propícias para que as mulheres possam fazer escolhas reprodutivas significativas em suas vidas. Isso inclui oportunidades de emprego com salários justos, acesso a uma educação de qualidade, serviços públicos responsáveis e acessíveis, como cuidados de saúde de qualidade. Além disso, envolve a garantia de ausência de violência, tanto pessoal quanto estatal (SisterSong, 2006, *on-line*).

O conceito de justiça reprodutiva não é novo entre nós. No Brasil, contamos com aporte de ilustres feministas negras (como Lélia Gonzalez, Lucia Xavier, Sueli Carneiro, Jurema Werneck e outras) na construção de uma perspectiva crítica ao paradigma dos direitos sexuais e reprodutivos, articulada ao contexto de expressiva desigualdade social vigente no país. Nota-se que, em texto seminal sobre o arcabouço ético, teórico, político e jurídico sobre direitos sexuais e reprodutivos, Corrêa e Petchesky já exploravam as múltiplas tensões entre os princípios da liberdade individual e da justiça social que permeiam o debate feminista há décadas. Defender a autonomia sexual e reprodutiva das mulheres sem condições sociais estruturais para manutenção de uma vida digna não nos permite ir muito longe. As circunstâncias sociais que balizam as decisões de vida das mulheres de segmentos sociais excluídos restringem sobremaneira suas possibilidades de escolha. (Brandão; Cabral, 2021b, p. 6)

Não é possível conceber autonomia livre e plena para exercício desses direitos, sem que haja recursos que propiciem o

acesso e, que esclareçam os pontos controversos. Sendo necessário estimular discussões sobre a autonomia das mulheres na escolha de métodos contraceptivos de maneira personalizada e compartilhada com os profissionais de saúde.

Além disso, o sucateamento do Sistema Único de Saúde, muitas vezes experimentados por seus usuários, também refletem em seus agentes, como interrupções no uso regular de métodos contraceptivos, falta de suprimentos contraceptivos nas unidades de saúde e a escassez de recursos financeiros, também se apresentam como obstáculos para a materialidade da Justiça Reprodutiva no Brasil.

Sob esta ótica, Santos (2020, p. 11), retoma as concepções de Scavone:

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o reconhecimento dos direitos das mulheres ao seu corpo é negado pelo Estado brasileiro na maior parte do tempo. Apesar da atuação do movimento feminista e de outros setores da sociedade, esses direitos muitas vezes são negados até mesmo em casos previstos por lei, como o direito ao aborto em caso de estupro e de risco a vida da gestante. A partir da década de 1980 houve uma luta pela extensão desses serviços (SCAVONE, 2010, p. 54), mas que até hoje sofre com dificuldades e com o fortalecimento de discursos conservadores e contra as mulheres. Portanto, a partir de Scavone (2010, p. 55), é possível pensar que “a contracepção e a sexualidade também apareciam”, e aparecem, “atreladas a uma violência explícita e simbólica”. (Santos, 2020, p. 11)

O acesso à métodos eficazes não só é uma garantia constitucional, como é reiterado pela legislação complementar, no entanto, esse estado de “saúde integral” plena, está longe de ser uma realidade. Cada contraceptivo se adequa de uma forma a cada pessoa, a cada corpo e organismo, logo, a decisão de a qual se submeter deve ser tomada em conjunto, de usuária para com o médico e/ou

profissional de saúde habilitado que a acompanhe.

Dias (2021, p. 47) observa que, a escolha deve levar em consideração a facilidade de acesso, rotina, relações interpessoais, vontades e estilo de vida. Dessa forma, as mulheres que recorrem ao serviço de saúde com este anseio, devem ser informadas de forma personalíssima, considerando idade, índice de massa corporal (IMC), se têm filhos, questões genéticas e outros hábitos como o tabagismo. (Faria, 2021 *apud* Dias, 2021, p. 47)

A informação correta no momento de escolha do método não só efetiva os direitos dessa mulher enquanto cidadã de ser devidamente instruída quando o assunto é sua saúde, neste caso, reprodutiva, mas garante a ela e ao profissional de saúde uma abordagem segura e eficiente.

Para Faria (2020 *apud* Dias, 2021, p. 46), a informação é essencial a qualquer protocolo clínico, é através dessa comunicação entre médico e usuária, que será possível eliminar a prescrição de determinados métodos. Além disso, o profissional deve alertar sobre a eficácia do contraceptivo e a chance de uma eventual gravidez não planejada, câncer de mama e/ou outros, risco de desenvolver doenças cardiovasculares como hipertensão, e trombose, e ainda sobre a interação que pode ter com outros fármacos, como é o caso da pílula contraceptiva e antibióticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva feminista construída em torno da saúde reprodutiva da mulher a partir da Justiça Reprodutiva busca reduzir a disparidade entre a legislação e a realidade experimentada pela maior parte das mulheres, na tentativa de promover um diálogo entre a teoria e a prática.

Ao questionar a “naturalidade” dos papéis sociais atribuídos a homens e

mulheres, visa alterar as bases do sistema normativo de garantias e intervenção do Estado e o controle que ele exerce sobre a concepção, ao legislar em matéria penal acerca do aborto, por exemplo.

Com efeito, a contracepção esboçada pelo constituinte e alinhada pelo legislativo posteriormente, denuncia as lascivas omissões sociais que impactam a vida e a saúde reprodutiva das mulheres.

Seria necessário um trabalho mais extenso para delimitar todas as questões que inquietam este “sexo frágil”. A privação do acesso à informação clara e objetivo é apenas mais uma forma de opressão aos direitos reprodutivos e sexuais, arduamente conquistados e ainda tão recentemente reconhecidos.

É imperativo abordar os métodos contraceptivos como uma questão de saúde pública, dada a falta de efetiva garantia de direitos relacionados às escolhas praticadas de forma autônoma e esclarecida. Cada método apresenta ganhos e agravos, e é fundamental que se tenha estruturas sociais que nos permitam tomar decisões conscientes, seguras e eficazes. Portanto, trata-se de uma demanda coletiva por acesso a esses direitos.

É necessário eliminar as disparidades sociais, sejam elas econômicas, políticas, e culturais enfrentadas pelas mulheres. Parafraseando bell hooks (2020, p. 15), a revolução feminista só será possível se aniquilarmos o elitismo. Isto é, garantir, através de políticas públicas de saúde e inserir ao rol do Sistema Único de Saúde (SUS), métodos e mais métodos de contracepção não torna a Justiça Reprodutiva uma legítima realidade.

Substancial é voltar-se as necessidades dessas mulheres, de forma particular, através da comunicação, da fala consentida, dos esclarecimentos, dos anseios, que pode e deve ser a ela proporcionado quando busca o serviço de saúde. Quando uma mulher ganha, todos ganham. Saúde reprodutiva, como deve

ser, traduz-se na redução do adoecimento dessas mulheres, da morte precoce, da gravidez indesejada.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, C. A. de. **A Ditadura Militar retratada nos livros didáticos de História do Brasil de 1964 a 1985**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_S_P-1_81fb2b8e3a6f0a8b4e3099d2e40295db. Acesso em: 2 set. 2023.
- ARAÚJO, I. S. de; CARDOSO, J. M. Comunicação e informação. **Pense SUS**. [Brasília, DF], 2007. Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/comunicacao-e-informacao>. Acesso em: 23 out. 2023.
- AURELIANO, W. de A. “... e Deus criou a mulher”: reconstruindo o corpo feminino na experiência do câncer de mama. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 47-70, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/T8GDvyyqYM3f5rPyT6wwcNyG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2023.
- BdF. **IBGE: mulheres negras e pardas são as principais usuárias da atenção básica à saúde**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/21/ibge-mulheres-negras-e-pardas-sao-as-principais-usuarias-da-atencao-basica-a-saude>. Acesso em: 10 out. 2023.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BITTENCOURT, C. Conheça mais sobre os métodos contraceptivos distribuídos gratuitamente no SUS. UnaSUS, 2015. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/conhe>

ca-mais-sobre-os-metodos-contraceptivos-distribuidos-gratuitamente-no-sus. Acesso em: 18 set. 2023.

BRANDÃO, E. R; CABRAL, C. da S. Juventude, gênero e justiça reprodutiva: iniquidades em saúde no planejamento reprodutivo no Sistema Único de Saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, p. 2673-2682, abr. 2021a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.08322021>. Acesso em: 07. mar. 2023.

BRANDÃO, E. R; CABRAL, C. da S. Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil. **Revista Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 25, p. 1-16, jul. 2021b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200762>. Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: Brasília, 1996b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm. Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996a. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: Brasília, 1996. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 2.217 de 27 de setembro de 2018. Aprova o Código de Ética Médica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: Brasília, 2018. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=368893>. Acesso em: 02 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Enunciados da I, II e III Jornadas de Direito da Saúde do Conselho Nacional de Justiça**: São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/03/e8661c101b2d80ec95593d03dc1f1d3e.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 1.820 de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde: A Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: Brasília: Gabinete do Ministro, 2009. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2009/01_set_carta.pdf. Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436 de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Gabinete do Ministro, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Assistência em planejamento familiar**: manual técnico. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **PAISM**: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, 21 anos depois. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CORRÊA, S; ALVES, J. E. D; JANNUZZI, P. de M. **Direitos e saúde sexual e reprodutiva**: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. In: CAVENAGHI, S. (org). **Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva**. Rio de Janeiro: ABEP, 2003. p. 27-62. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6853405/mod_resource/content/1/Dir_Sau_Rep.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

DIAS, P. C. P. **Justiça reprodutiva e violência institucional de gênero**: como os

tribunais brasileiros abordam efeitos colaterais do consumo de pílulas contraceptivas. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito e Inovação). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2021.

DORA, D. D. Os direitos das mulheres são direitos humanos: gênero e empoderamento legal na América Latina. In: SEVERI, F.C; CASTILHO, E. W. V; MATOS, M.C. (org). **Tecendo fios das críticas feministas ao direito no Brasil II**: direitos humanos das mulheres e violências novos olhares, outras questões. Ribeirão Preto: FDRP/USP, 2020. p. 467-506.

FERNANDES, K. M. P. **“Na porta mesmo já me deu vontade de chorar”**: a violência obstétrica vivenciada por mulheres que pariram sozinhas na pandemia. 2022. Dissertação (Mestrado em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos). Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2022. Disponível em: <http://esmat.tjto.jus.br/pergamum/biblioteca/index.php>. Acesso em: 10 out. 2023.

FONSECA, L. A. de. **Promoção da educação em saúde sexual com ênfase nos mecanismos de ação dos contraceptivos hormonais e no uso nocivo do contraceptivo de emergência**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino de Biologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/45275/3/TCM%20HOMOLOGADO-%20LEANDRO%20AUGUSTO%20DE%20ASSIS%20FONSECA%20-%20PDF.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

HOOKE, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Tradução: Rosaura

Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNS 2019: Quem mais utiliza o SUS avaliou mais positivamente a qualidade dos serviços de Atenção Primária à Saúde. **IBGE**. [Brasília, DF], 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29203-pns-2019-quem-mais-utiliza-o-sus-avaliou-mais-positivamente-a-qualidade-dos-servicos-de-atencao-primaria-a-saude>. Acesso em: 18 out. 2023

LEITE, T. A. *et al.* Acesso à informação em saúde e cuidado integral: percepção de usuários de um serviço público. **Revista Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 18, n. 51, p. 661-672, out./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0653>. Acesso em: 6 out. 2023

MATTAR, L. D. Reconhecimento Jurídico dos direitos sexuais: uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 60-83, jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452008000100004>. Acesso em: 10 out. 2023.

MIRANDA, J. R. **Implementação e Desigualdades na atenção à saúde reprodutiva**. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021.

MORAES, A. de. **Direito Constitucional**. 39. ed. Barueri: Atlas, 2023.

NEGRÃO, T. Marcos da saúde das mulheres, dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Porto Alegre, dez. 2008. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/169650/mod_resource/content/2/Texto%20DDSSDDRR.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

OSIS, M. J. M. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. **Revista Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 25-32, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1998000500011>. Acesso em: 14 out. 2023.

OXFORD LANGUAGES. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PATRIOTA, T. Relatório da Conferência Internacional sobre população e desenvolvimento. **Plataforma de Cairo**. [S. l.], 1994. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023.

PEDRO, J. M. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, jul. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100010>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GELEDÉS. Saúde Reprodutiva da População Negra no Brasil: Entre Malthus e Gobineau. **Geledés**. [S. l.], 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/programa-de-saude-memoria-institucional-de-geledes/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAITO, D. Y. *et al.* Usuário, cliente ou paciente? Qual o termo mais utilizado pelos estudantes de enfermagem? **Revista Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 175-183 jan./mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072013000100021>. Acesso em: 06 out. 2023.

SANTOS, A. K. de L. Movimento feminista e o debate da contracepção: uma análise acerca do contexto brasileiro da década de 1970. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, HISTÓRIA E MÍDIAS: NARRATIVAS EM DISPUTA, 13., 2020, Pernambuco. **Anais [...]**. Pernambuco: ANPUH, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602030441_ARQUIVO_3780b4dbce5963e5c0ffef0b825d511a.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

SCAVONE, L. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. **Revista Gênero**, Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-61, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30869>. Acesso em: 22 out. 2023.

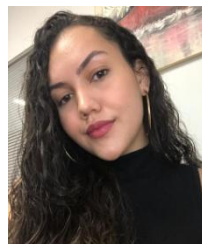
SISTER SONG. Woman Of Color Reproductive Justice Collective. **Understanding Reproductive Justice**. 2006. Disponível em: https://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/rfp/pages/33/attachments/original/1456425809/Understanding_RJ_Sistersong.pdf?1456425809. Acesso em: 20 mar. 2023.

SMITH, A. Beyond Pro-Choice versus Pro-Life: Women of Color and Reproductive Justice." **NWSA Journal**, Indiana, vol. 17, no. 1, 2005, p. 119-40. JSTOR. <http://www.jstor.org/stable/4317105>. Acesso em: 11 mar. 2023.

UNFPA BRASIL. Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. **UNFPA**. [S. l.], 2007. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/relat%C3%B3rio-da-confer%C3%A2ncia-internacional-sobre-popula%C3%A7%C3%A3o-e-desenvolvimento-confer%C3%A2ncia-do>. Acesso em: 22 set. 2023.

VIOTTI, M. L. R. **Declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher**. 2006. Disponível em:

https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 11 mar. 2023.



MARIA EDUARDA COSTA TURIBIO

Acadêmica da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS.



CHRISTIANE DE HOLANDA CAMILO

Doutora em Sociologia (UFG), Mestre em Direitos Humanos (UFG), Especialista em Direito Público e Compliance, Graduada na área Jurídica e de Saúde. Professora, pesquisadora, consultora e palestrante na Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS. Líder do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Violência, Estado e Sociedade (GP DIHVES), Justiça Sistêmica, Consensual e Justiça Restaurativa (GP JSCR), Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência – NECRIVI / UFG. Experiência em Educação à Distância em nível de Graduação e Pós-graduação. Membro da Rede Latino-americana e Caribenha de Educação em Direitos Humanos. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Membro da Associação Brasileira e Internacional de Mulheres em Carreira Jurídica. Diretora do Observatório e Clínica de Direitos Humanos do Estado do Tocantins.

NOTAS

¹ O surgimento da primeira pílula contraceptiva, embora atribuído como uma grande conquista, “uma revolução sexual”, denuncia a violação dos princípios éticos e direitos reprodutivos de

mulheres em situação de vulnerabilidade. Por tratar-se de um novo fármaco, os pesquisadores e desenvolvedores do que se tornaria o ENOVID, encontraram dificuldades em conseguir voluntárias para a “pílula”, que pudesse comprovar sua eficácia. Foi nesse cenário, que mais de 1,5 mil mulheres porto-riquenhas foram submetidas ao “experimento”, sem que tivessem quaisquer informações sobre o produto, que não fosse “um medicamento capaz de evitar que as mulheres tivessem filhos”. (Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-42594311>. Acesso em 21 out. 2023)

² Essa expressão foi cunhada nos Estados Unidos em 1994 pelo grupo Mulheres de Descendência Africana pela Justiça Reprodutiva, grupo de mulheres negras que se reuniram, pouco antes da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo, para entender as demandas das mulheres negras e outras marginalizadas, vez que compreendiam que as pautas daquelas mulheres não diziam respeito apenas a possibilidade de escolher entre ter filhos ou não.

³ Como este trabalho presta-se a analisar a saúde a partir de uma perspectiva de política pública, reservara-se a utilização do termo “usuário”, a que popularmente se atribui como paciente.

⁴ “O dicionário de português da Google é proporcionado pela Oxford Languages. A Oxford Languages é a maior editora mundial de dicionários, com uma experiência superior a 150 anos na concepção e realização de dicionários de referência em mais de 50 línguas.” Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>.

⁵ Para Priscila Cotti Dias “a primeira onda do feminismo não gerou mudanças reais na estrutura social” (2021, p. 22) uma vez que questões como os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres e a liberdade sexual não figuraram protagonismo na luta pela igualdade de direitos, como o sufrágio universal, de garantir as mulheres o direito ao voto.

⁶ O Ciclo Social das Nações Unidas é composto por 9 conferências internacionais, que ocorreram entre os anos de 1990 a 2001: Cúpula da Infância (1990); Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92 (1992); Direitos Humanos – Viena (1993); População e Desenvolvimento – Cario (1994); Cúpula do Desenvolvimento Social – Copenhague (1995); Mulheres e Desenvolvimento – Pequim (1995); Habitat – Istambul (1996); Alimentação – Roma (1997); Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminação Correlata – Durban (2001).

⁷ Trata-se de um documento histórico que incorporou o ideário feminista para a atenção à saúde, com ênfase em aspectos de saúde reprodutiva, mas com propostas de ações dirigidas à atenção das necessidades prioritárias da

população feminina, significando uma ruptura com o modelo de atenção materno infantil até então desenvolvido. (BRASIL, 2005, p. 1).

⁸ Numa escala de zero a 10, os entrevistados avaliaram o atendimento oferecido pela APS, a principal entrada para o SUS, com uma média de 5,9. 60,9% eram pretas ou pardas; 65% possuíam cônjuges; e 35,8% estavam na faixa etária de 40 a 59 anos. Segundo a análise do IBGE, o perfil da população que mais utiliza a APS “pode estar vinculado a aspectos culturais e estruturais de uma sociedade em que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelos cuidados familiares e pela gestão de sua própria saúde, incluindo a saúde reprodutiva. Isso pode resultar em um maior índice de cadastramento e utilização por parte delas nas unidades de saúde”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/21/ibge-mulheres-negras-e-pardas-sao-as-principais-usuarias-da-atencao-basica-a-saude>. Acesso em 26 nov. 2022.

O mercado de carbono no contexto do acordo de Paris: desafios e perspectivas para a regulação do setor no Brasil

The carbon market in the context of the Paris agreement: challenges and prospects for regulating the sector in Brazil

Tarsis Barreto Oliveira^a, Paulo Beli Moura Stakoviak Júnior.

^aUniversidade Federal do Tocantins. E-mail: tarsisbarreto@uft.edu.br.

Resumo: O planeta carece de medidas urgentes e eficazes em relação ao problema da mudança climática. Muitos países e setores têm se mobilizado mundo afora para cumprir com metas previamente estabelecidas em tratados e acordos internacionais. Mais recentemente, o Acordo de Paris trouxe mecanismos mais objetivos e abrangentes em relação ao seu antecessor sobre a mesma matéria, o Protocolo de Quioto. Um desses mecanismos de mitigação do problema climático é a redução das emissões de carbono, tanto por parte de organizações quanto por parte de países. A partir da perspectiva regulatória do Tratado de Paris é que o presente estudo é realizado, com vistas a analisar o potencial de viabilidade e a regulação do setor no Brasil. Como metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com auxílio a livros, revistas e sites relacionados à matéria.

Palavras-chave: Mudança climática; mercado de carbono; acordo de Paris; regulação.

Abstract: The planet needs urgent and effective measures in relation to the problem of climate change. Many countries and sectors have mobilized around the world to comply with targets previously established in international treaties and agreements. More recently, the Paris Agreement has introduced more objective and comprehensive mechanisms than its predecessor on the same subject, the Kyoto Protocol. One of these mechanisms for mitigating the climate problem is the reduction of carbon emissions, both by organizations and countries. This study is based on the regulatory perspective of the Paris Treaty, with a view to analyzing the potential viability and regulation of the sector in Brazil. The methodology used was bibliographical research, with the aid of books, magazines and websites related to the subject.

Keywords: Climate change; carbon market; Paris agreement; regulation.

Submetido em: 04/12/2023.

Aceito em: 27/03/2024.

1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno dos mercados de carbono está se intensificando à medida que as negociações para estabelecer as diretrizes do comércio global de emissões sob o Acordo de Paris avançam. Durante a COP 26, a regulamentação do artigo 6 da Convenção-Quadro das Nações Unidas

sobre Mudança do Clima (UNFCCC) foi uma das principais prioridades.

Enquanto observamos um crescente interesse e envolvimento por parte do setor empresarial brasileiro nos mercados de carbono, também percebemos que ainda existe muita confusão em relação aos conceitos fundamentais da precificação de carbono, que é um dos

principais instrumentos de política pública para mitigar as emissões.

Dado o papel que o Brasil pode desempenhar nas próximas décadas para alcançar os objetivos estabelecidos pelo Acordo de Paris, é essencial criar um ambiente de diálogo no qual todos os atores relevantes da sociedade brasileira possam participar. Afinal, os instrumentos de mercado não são um fim em si mesmos, mas um meio para aumentar a ambição climática. Além disso, existem desafios globais adicionais relacionados ao desenvolvimento sustentável que vão além do controle das emissões de gases de efeito estufa (GEE)¹.

Este trabalho tem como objetivo fornecer uma contribuição para facilitar esse diálogo. Em termos de estrutura, inicialmente examina-se a formação do regime climático internacional, com especial ênfase nos avanços científicos relacionados à influência humana no sistema climático da Terra.

Em seguida, contextualiza-se o papel dos instrumentos de precificação de carbono no desafio de descarbonizar as economias, detalhando os diferentes tipos de mercados e sua capacidade de gerar demanda. A terceira seção se concentra nos mecanismos do Artigo 6, que aborda a cooperação internacional voluntária, especialmente os instrumentos que envolvem a transferência de resultados de mitigação entre países, explorando questões relevantes sob a perspectiva do Brasil. Por fim, destacam-se as oportunidades que o Brasil poderia aproveitar nos mercados de carbono no âmbito do Acordo de Paris, especialmente em relação à influência do mercado europeu.

2 A PROBLEMÁTICA DO CLIMA COMO ORIGEM DO MERCADO DE CARBONO

O clima global está passando por mudanças, sendo a atividade humana a

principal causa desse processo. A mudança climática é considerada o maior desafio de nosso tempo e uma preocupação compartilhada por todos os países. Somente por meio da cooperação internacional e do engajamento da ciência é que tem sido possível avançar em direção à solução desse problema.

Este processo teve início com maior preponderância a partir do ano de 1979, com a realização da Primeira Conferência Mundial do Clima, pela Organização Meteorológica Mundial (WMO), que já identificava a mudança climática como uma preocupação global. Em 1988, a Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) convocou os governos e a sociedade a se envolverem na luta contra a mudança climática, por meio da Resolução 43/53 (Proteção da Mudança Climática Global para as Gerações Presentes e Futuras da Humanidade).

Em 1990, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) publicou seu primeiro Relatório de Avaliação, inspirando uma Declaração Ministerial durante a Segunda Conferência Mundial do Clima, e recomendando a criação de um tratado internacional sobre o assunto. A UNGA, em 1990, endossou essa posição e recomendou o início das negociações para uma convenção-quadro. Assim, foi estabelecido o Comitê Intergovernamental de Negociação (INC), liderado pela UNGA e com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da WMO.

Em 1991, o INC concluiu seu trabalho e aprovou um texto que seria discutido durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Foi nessa ocasião que a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) foi adotada, reconhecendo que as atividades humanas aumentariam a concentração de gases de efeito estufa (GEEs) na atmosfera, causando o aquecimento global.

Atualmente, a UNFCCC é um tratado praticamente universal, com 196 países membros. É chamado de convenção *quadro* porque sua estrutura programática estabelece diretrizes, princípios, obrigações gerais e processos, detalhados e desenvolvidos por meio de instrumentos adicionais, como protocolos, anexos e acordos paralelos.

Ele proporciona um fórum por meio de *Conferências das Partes*, chamadas de COPs, nas quais ocorrem diálogos e tomada de decisão para a implementação dos objetivos da Convenção, como limitar a concentração de GEEs na atmosfera e promover a adaptação e resiliência às mudanças climáticas.

A Convenção reconhece que os países desenvolvidos têm maior responsabilidade, uma vez que foram os primeiros a se industrializar e emitir os GEEs, levando ao atual estado de concentração desses gases na atmosfera. Esses países foram listados no Anexo I da Convenção.

Durante a primeira COP, realizada em 1994, foi estabelecido um processo de negociação para um protocolo que revisasse e detalhasse os compromissos estabelecidos na UNFCCC para os países do Anexo I. Esse protocolo ficou conhecido como Protocolo de Quioto, sendo assinado em 1997, mas somente entrando em vigor em fevereiro de 2005. O Protocolo de Quioto estabelecia metas quantificadas de redução de emissões de GEEs para os países desenvolvidos, criando uma espécie de *orçamento de carbono*. Para ajudar os países desenvolvidos a alcançar suas metas, foram estabelecidos três tipos de mecanismos de flexibilização, instrumentos de mercado que permitiam a cooperação na redução de emissões de GEEs. Esses mecanismos serão discutidos posteriormente.

As metas do Protocolo de Quioto originalmente deveriam ser alcançadas no período de 2008 a 2012, mas um novo

período de compromisso foi estabelecido para 2013 a 2020, que exigia ratificação por um número mínimo de países. No entanto, o contexto geopolítico e o crescimento de grandes economias emergentes levaram à necessidade de um novo acordo internacional que substituísse o Protocolo de Quioto.

Durante a COP 13 em 2007, o Plano de Ação de Bali foi estabelecido para desenvolver um novo acordo de cooperação de longo prazo.

A COP de Copenhague, em 2009, enfrentou desafios na adoção desse acordo devido a divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre compromissos financeiros versus compromissos de mitigação.

Após o fracasso da COP de Copenhague em adotar um acordo global efetivo, houve uma crescente preocupação com a divisão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no regime climático. Isso levou a negociações para um novo acordo global em que todos os países assumiriam metas para combater as mudanças climáticas.

Em dezembro de 2015, o Acordo de Paris foi assinado por 196 países, estabelecendo que cada país deveria apresentar uma Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) com metas de mitigação. As NDCs devem ser revisadas a cada cinco anos, aumentando progressivamente a ambição na redução e remoção de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Com o objetivo de evitar as consequências mais catastróficas do aquecimento global, o Acordo de Paris estabelece uma meta para controlar o aumento da temperatura média global, conforme descrito no artigo 2.1a, no sentido de *manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais e envidar esforços para limitar esse aumento a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais*.

No entanto, de acordo com o Relatório de Lacuna de Emissões 2022 do PNUMA (United Nations Environment Programme [UNEP], 2022), que tem sido atualizado anualmente desde 2013, há uma probabilidade de 66% de que a soma das NDCs não condicionais resultará em um aumento da temperatura global de 2,7°C até o final deste século. Mesmo com o cumprimento das NDCs condicionais, o aumento seria limitado a 2,6°C. Portanto, seriam necessárias NDCs mais ambiciosas para alcançar os objetivos do Acordo de Paris.

Após a entrada em vigor do Acordo de Paris, iniciou-se um processo para elaborar o Livro de Regras de Paris, que consiste nas regras e procedimentos para implementar as estruturas e medidas previstas no acordo.

A regulamentação do artigo 6, que aborda os instrumentos de mercado, tem sido especialmente desafiadora devido à complexidade de estabelecer regras aplicáveis a todos os países, independentemente de seu estágio de desenvolvimento. Um dos desafios é a padronização das metodologias, procedimentos, contabilidade e rastreamento das unidades de mitigação transferidas entre os países nesse contexto de cooperação. A conclusão do Livro de Regras de Paris, incluindo a regulamentação do artigo 6, estava prevista para ser finalizada em 2018, mas alguns temas pendentes, como a própria regulamentação do artigo 6, ainda carecem de solução.

3 ENFRENTANDO O DESAFIO DA DESCARBONIZAÇÃO

Embora haja amplo consenso sobre a existência, causas e gravidade da mudança climática, enfrentar esse desafio tem sido uma tarefa complexa. Três fatores principais contribuem para essa dificuldade.

Primeiramente, trata-se de um problema de escala global, já que as emissões de GEE em qualquer lugar do mundo têm impactos em todo o planeta. Portanto, uma solução eficaz requereria uma ação conjunta e coordenada entre os países. Além disso, as emissões de GEE são resultado da atividade econômica e afetam toda a população global, configurando externalidades negativas que não são internalizadas pelos emissores. Esses impactos são cumulativos, de longo prazo e difíceis de mensurar.

De fato, abordar o problema das mudanças climáticas é complexo devido à sua natureza global, envolvendo múltiplos atores e jurisdições. Além disso, a falta de incentivos privados para cooperar na solução do problema dificulta a identificação de soluções eficazes. A soberania nacional também representa um desafio, pois impede a implementação de ações globais mandatórias.

Além disso, as consequências das mudanças climáticas podem não ser imediatas ou facilmente identificáveis, o que dificulta ainda mais a adoção de medidas efetivas. Para alcançar as metas estabelecidas no Acordo de Paris, é necessário reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito estufa em todo o mundo e atingir emissões líquidas zero até meados do século. Isso significa compensar todas as emissões com remoções equivalentes. A neutralidade de emissões é essencial para limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C. As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) devem ser revisadas e aumentadas de forma progressiva para alcançar esses objetivos.

Os acordos internacionais têm tentado fornecer uma base mínima para a mitigação da mudança climática e os países têm desenvolvido diversos instrumentos de mitigação, incluindo abordagens regulatórias e incentivos fiscais. A precificação do carbono tem se destacado como uma abordagem eficiente e tem ganhado força no cenário

internacional. Atualmente, mais de 20% das emissões globais são cobertas por regimes mandatórios de precificação de carbono.

Os preços praticados variam consideravelmente, desde valores baixos até sistemas como o *European Union Emissions Trading System* (EU ETS), em que o preço da tonelada de CO₂ ultrapassou os US\$ 50 em 2023.

A precificação de carbono busca atribuir um valor monetário às emissões de GEE, internalizando os custos da externalidade nas atividades produtivas. Isso incentiva a mitigação onde é mais econômica, direciona investimentos para tecnologias de baixo carbono e estimula a inovação.

A mudança climática requer abordagens abrangentes, incluindo a precificação de carbono e outras medidas setoriais. Além das abordagens regulatórias, existem iniciativas voluntárias de mitigação. Enfrentar esse desafio exige a combinação de diferentes instrumentos. A precificação de carbono pode ser implementada por meio de sistemas de comércio de certificados de performance, onde empresas podem vender certificados de redução de emissões. Esses sistemas não têm um limite máximo de emissões, mas exigem eficiência. O programa *RenovaBio* é um exemplo desse tipo de abordagem, focado na intensidade carbônica dos combustíveis.

Além disso, alguns governos adotam abordagens híbridas que combinam instrumentos diferentes. Em alguns setores isso pode haver à combinação de um tributo sobre emissões, enquanto outros setores são regulados por um sistema de comércio de emissões.

Para proteger a competitividade de sua indústria e evitar a fuga de produção para jurisdições sem preços de carbono, algumas regiões que precificam o carbono em seu território podem implementar um ajuste de carbono na fronteira. Esses ajustes atuam sobre importações e

exportações e igualam o preço do carbono entre diferentes jurisdições, como está em planejamento na União Europeia.

Por fim, os créditos de compensação, também conhecidos como *créditos de carbono*, são gerados por meio de mecanismos que incentivam a mitigação de emissões por agentes não regulados. Esses mecanismos comparam as emissões observadas com um cenário de referência para gerar créditos. Os desenvolvedores de projetos são remunerados pela venda dos créditos, seguindo o princípio do *protetor-recebedor*.

Considerando as diferentes fontes de demanda e os diferentes ativos transacionados em mercados de carbono pode-se estabelecer uma tipologia, embora os limites entre essas categorias nem sempre sejam claros. A distinção fundamental é entre mercados voluntários e mercados regulados. No entanto, é importante destacar que essas abordagens não são mutuamente exclusivas, e os mercados regulados podem aceitar créditos gerados no mercado voluntário para cumprir suas obrigações. Os mercados regulados podem se tornar a fonte mais significativa de demanda por *créditos de carbono* no futuro.

Além dos mercados jurisdicionais, setores específicos podem estabelecer compromissos que impulsionam a demanda por ativos como créditos de compensação. Por exemplo, o *Esquema de Redução e Compensação de Emissões da Aviação Internacional* (CORSIA) exige que empresas aéreas adquiram *créditos de carbono* para compensar parte de suas emissões. O CORSIA é um mecanismo de mercado setorial global que busca estabilizar as emissões provenientes da aviação internacional em níveis de 2020.

Setores como navegação internacional e indústria cimenteira também estão considerando medidas setoriais. A aquisição de *créditos de carbono* desempenha um papel especialmente importante nesses setores,

devido a desafios tecnológicos ou custos elevados para a descarbonização nos próximos anos.

4 AS IMPLICAÇÕES DO ACORDO DE PARIS PARA A REGULAÇÃO DO SETOR NO BRASIL

Ao discutir as implicações de qualquer acordo envolvendo o comércio de emissões é crucial que se entenda a lógica econômica embutida. O comércio de emissões é um instrumento que busca alcançar metas de mitigação de forma mais eficiente em termos de custo. Isso significa que compradores e vendedores estarão em uma posição melhor ao participar desse mercado, pois poderão atingir suas metas de redução de emissões a um custo menor do que se tivessem de agir individualmente. Além disso, quanto maior a abrangência do mercado, maior será a diversidade de custos marginais de abatimento entre os participantes, resultando em ganhos de eficiência mais significativos com o comércio.

Essa lógica também se aplica ao contexto global, onde a diversidade de custos é ampliada devido à expansão dos limites geográficos. Nesse contexto, o Acordo de Paris, em seu artigo 6, beneficia todas as partes, oferecendo a oportunidade de superar suas metas individuais e aumentar a mitigação global.

Estudos preliminares indicam que o comércio de emissões poderia resultar em economia de cerca de US\$ 250 bilhões na implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) até 2030, aumentando a ambição climática em 50%, o equivalente a 5 GtCO₂ (International Emissions Trading Association [IETA], 2019).

No caso do Brasil, que possui setores com diferentes potenciais e custos de mitigação, o comércio global baseado no artigo 6 permitirá que os participantes de alto custo acessem oportunidades de mitigação mais baratas no mercado

internacional, enquanto aqueles com custos mais baixos encontrarão uma maior demanda por suas unidades de mitigação. É essencial, porém, que essas transações ocorram dentro de uma estratégia de mitigação corrigida, para que o país aproveite as oportunidades do mercado internacional sem comprometer a capacidade de cumprir sua própria NDC e seguir uma trajetória de descarbonização profunda.

Além disso, Kachi, Warnecke e Höhne (2019) sugerem que o artigo 6 seja utilizado para financiar ações de mitigação relacionadas a tecnologias emergentes e de alto custo, enquanto tecnologias maduras e de baixo custo sejam priorizadas na ambição doméstica.

Outro aspecto relevante é o compromisso estabelecido pelo artigo 4.1 do Acordo de Paris, que busca equilibrar as emissões antropogênicas com as remoções de gases de efeito estufa (GEE) na segunda metade do século XXI, considerando igualdade, desenvolvimento sustentável e esforços para erradicar a pobreza.

Essa perspectiva diferencia os mecanismos do Acordo de Paris dos instrumentos de flexibilidade do Protocolo de Quioto, pois estabelece uma ambição de longo prazo que requer estratégias consistentes de descarbonização das economias. Kachi, Warnecke e Höhne (2019) afirmam que, enquanto no regime anterior os mercados eram vistos como uma forma de reduzir custos no curto prazo, agora o objetivo é aumentar a ambição climática.

Em termos agregados, estima-se que o Brasil possa ser um vendedor líquido de unidades de mitigação no comércio internacional de emissões, gerando receitas significativas entre 2020 e 2030. No entanto, essa demanda potencial depende de vários fatores, incluindo a capacidade do Brasil de cumprir sua NDC com alguma margem, o nível de ambição estabelecido pelos outros países em suas

NDCs e as exigências dos compradores em relação à qualidade dos ativos transacionados, bem como a qualidade dos ativos brasileiros.

A qualidade dos ativos no mercado de carbono está associada às regras e instituições que garantem sua integridade ambiental, incluindo sistemas de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV) e mecanismos de salvaguarda socioambiental. Essas condições permitem uma gestão efetiva do *orçamento de carbono* do Brasil, aumentando a previsibilidade em relação ao cumprimento de sua NDC e melhorando a ambição, credibilidade e integridade das iniciativas de mercado, além de facilitar a aplicação de ajustes correspondentes.

É válido ressaltar, no entanto, que em muitos países há uma tendência de se focar em medidas de mitigação domésticas. Por exemplo, as regulamentações atuais da União Europeia e da China não permitem o uso de *créditos de carbono* internacionais para o cumprimento de metas, seja por empresas ou pelos governos. A demanda por *créditos de carbono* no mercado internacional existe, mas atualmente provém de um número limitado de países, como Noruega, Suíça, Coreia, Nova Zelândia e Japão. Isso limita a potencial demanda por créditos brasileiros.

Para que o potencial de geração de *créditos de carbono*, ou unidades de mitigação em geral, se converta em receitas, o Brasil deve fortalecer sua governança climática e ambiental e demonstrar disposição em adotar critérios que garantam a qualidade desses ativos. No contexto da regulamentação do artigo 6, uma recomendação é aderir aos Princípios de San José para Alta Ambição e Integridade nos Mercados Internacionais de Carbono, como já sugerido por Motta (2021).

Embora haja um foco considerável no potencial do artigo 6.4 devido à experiência nacional com o Mecanismo de

Desenvolvimento Limpo (MDL), é importante destacar que o artigo 6.2 também pode oferecer oportunidades comerciais interessantes, especialmente devido aos potenciais custos de transação mais baixos (Motta, 2021).

Para que o país aproveite ao máximo as oportunidades apresentadas por ambos os instrumentos do artigo 6, a implementação de um Sistema de Comércio de Emissões (SCE) doméstico seria altamente benéfica para fortalecer o arcabouço institucional e as estruturas de informação.

Embora o SCE possa começar com um escopo limitado em relação ao total de emissões do país, isso seria um indicativo de maturidade institucional, fortalecendo a implementação de outros instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Além disso, contribuiria para a credibilidade dos ativos de carbono e facilitaria a implementação de mecanismos de apoio, como subsídios para tecnologias de mitigação na indústria ou pagamentos por serviços ambientais a produtores rurais.

Motta (2021) destaca que um SCE doméstico criaria uma referência de preços e opções de mitigação, orientando a participação do país nos instrumentos de mercado internacionais. Isso é importante, pois as vantagens competitivas do Brasil dependem, entre outros fatores, da identificação de ações que possam ser transacionadas como Unidades de Mitigação Transferíveis Internacionais (ITMOs) brasileiras, que representariam medidas de mitigação excedentes à NDC ou que ainda não são viáveis financeiramente no país, mas que seriam atrativas para países com custos de abatimento mais elevados. Além disso, as unidades transacionadas no âmbito do artigo 6.4 também teriam uma maior credibilidade.

Diante da possibilidade de abrir mercados para as unidades de mitigação geradas no Brasil, para algumas

poder-se-ia argumentar não ser necessária a adoção de um Sistema de Comércio de Emissões (SCE) doméstico, e que seria suficiente "regular um mercado voluntário", já que a demanda principal está em outros países. Os mercados voluntários desempenham um papel importante no envolvimento do setor empresarial, na conscientização sobre os desafios climáticos, na capacitação organizacional e na estruturação de bases de dados, mas devem ser vistos como um passo intermediário, não como um objetivo final.

Por outro lado, é importante reconhecer que a implementação de um SCE doméstico não implica necessariamente uma conexão com mercados já em operação em outras jurisdições, e não se pode presumir que a demanda virá exclusivamente de outros países, como aconteceu no Protocolo de Quioto. Pelo contrário, as experiências de conexão de mercados são raras e mostram como os processos de harmonização de regras e princípios podem ser demorados.

No entanto, o sinal que um SCE (ou eventualmente um tributo) incorpora pode atrair recursos que vão além do que poderia ser esperado com a criação de programas voluntários para exportação de *créditos de carbono*. Há uma tendência crescente de avaliar políticas, programas e projetos de forma integrada, considerando diferentes objetivos de desenvolvimento sustentável, nos quais as emissões de gases de efeito estufa são apenas um dos critérios. A lógica integradora, juntamente com a diversificação das fontes de recursos, também fortalece o volume agregado de financiamento.

De uma perspectiva mais prática, alguns autores sugerem o uso de parâmetros de SCEs, como o volume de alocação de permissões ou os preços por tonelada de carbono, como referência para avaliar a solidez das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Nesse sentido, a criação de um SCE no Brasil também demonstraria a capacidade do país de incorporar as melhores práticas

de gestão ambiental e fornecer uma base comum para a avaliação de sua NDC em comparação com as NDCs dos países com os quais pretende comercializar unidades de mitigação.

No contexto das negociações do artigo 6, uma das questões mais importantes para o Brasil é como o carbono associado às florestas (e ao uso do solo em geral) será tratado, uma vez que o Acordo de Paris reconhece a importância das remoções por sumidouros para alcançar os objetivos de longo prazo.

O Brasil possui vantagens competitivas na oferta de Soluções baseadas na Natureza (NbS), especialmente Soluções Climáticas Naturais (NCS), que incluem a conservação, reflorestamento, manejo de solos e pastagens na agropecuária. Dentro das NbS, algumas ações podem ser mais adequadamente financiadas por meio de pagamentos por resultados (*Results-based Finance*, RBF), para lidar com preocupações de vazamento e permanência, enquanto outras podem ser financiadas por meio da geração de offsets por projetos.

O artigo 5 do Acordo de Paris, aborda especificamente, que:

[...] medidas para conservar e melhorar, quando aplicável, sumidouros e reservatórios de GEE [...], incluindo as florestas, incentivando as Partes a tomar medidas para implementar e apoiar, inclusive por meio de pagamentos baseados em resultados, o quadro existente conforme estabelecido nas orientações relacionadas e nas decisões já acordadas no âmbito da Convenção. (United Nations, 2015, p. 10, tradução nossa).

Essas orientações referem-se ao framework internacional conhecido como *REDD+*³⁷, que inclui diretrizes para linhas de base, monitoramento, financiamento, integridade ambiental e salvaguardas. Até o momento, as metodologias de *REDD+* aprovadas e em vigor no âmbito internacional não estabelecem regras específicas para a geração de *créditos de*

carbono em mecanismos internacionais, mas apenas para pagamentos por resultados.

A inclusão dos resultados de *REDD+* nos ITMOs levanta questões sobre a capacidade das diretrizes atuais para linhas de base garantirem a integridade ambiental dos ITMOs e atenderem às exigências robustas de contabilidade sob o artigo 6.2, bem como sobre as responsabilidades em relação ao risco de reversão. Além disso, pode haver divergência sobre a elegibilidade das ações de *REDD+* nos mecanismos do artigo 6 do Acordo de Paris.

Argumenta-se que o papel da Amazônia na regulação do sistema climático deve ser tratado como um ativo geopolítico estratégico e não negociado no comércio internacional de emissões. Durante as negociações, o Brasil abandonou a posição anterior de ser contrário à inclusão de atividades de *REDD+* no âmbito do artigo 6.4 e a restrição foi removida do texto de negociação (United Nations, 2015)..

No que diz respeito à segunda categoria de NbS, ou seja, projetos que têm maior capacidade de demonstrar adicionalidade por se tratarem de atividades de restauração florestal e recuperação de solos degradados, é provável que sejam compatíveis com os instrumentos do artigo 6. No entanto, requisitos de monitoramento e permanência precisam ser atendidos, o que pode ser desafiador para medidas com alto risco de reversibilidade e monitoramento complexo, como opções de mitigação relacionadas à fixação de carbono no solo e ao desmatamento evitado. Essas atividades são mais adequadas ao financiamento por meio de RBF, onde há monitoramento dos resultados, mas sem transferência de unidades para cumprir metas em outros países, ou seja, sem geração de *créditos de carbono*. Isso simplifica a prestação de contas dos projetos e dispensa os ajustes correspondentes pelo governo.

Em relação aos temas controversos de negociação no artigo 6 é importante a adoção de posições consistentes com a integridade ambiental e com os objetivos de mitigação do Acordo de Paris.

A aplicação de ajustes correspondentes no contexto das operações do artigo 6.4 significa garantir que as unidades transferidas internacionalmente sejam usadas exclusivamente por outro país para cumprir suas metas de redução de emissões, evitando a dupla contagem. Para isso, o país que hospeda as atividades do artigo 6.4 e autoriza a transferência das unidades deve reportar essa transferência por meio dos mecanismos de relato do artigo 6 e demonstrar que essas reduções de emissões não estão sendo utilizadas em seu próprio inventário ou balanço de emissões.

No caso do Brasil, isso não seria um problema caso o país venha a cumprir efetivamente sua NDC. No entanto, mesmo que haja preocupação com a capacidade de cumprimento da NDC, o Brasil poderia utilizar as unidades do artigo 6.4 para cumprir sua própria NDC, desde que opte por não autorizar a transferência internacional para uso por outro país. O governo brasileiro também pode criar regras para restringir e controlar a submissão de projetos do artigo 6.4 pelo setor privado, garantindo que apenas projetos consistentes com a estratégia do governo para o cumprimento da NDC sejam aprovados.

É importante ressaltar que os projetos do artigo 6.4 necessitam de autorização do governo brasileiro. Portanto, o governo pode desenvolver critérios para a aprovação desses projetos de acordo com suas políticas internas de cumprimento da NDC. Isso requer o aprimoramento do sistema existente para a aprovação de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e a implementação de um sistema de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV) e registro de emissões de gases de efeito

estufa (GEE), como proposto no Projeto de Lei nº 528/2021.

No entanto, implementar a prática dos ajustes correspondentes pode exigir mais esforços por parte de países em desenvolvimento, como o Brasil, que ainda não possuem sistemas de MRV e registro de emissões. Nesse sentido, nas negociações do artigo 6, está se formando um consenso sobre a necessidade de apoio internacional em termos de capacitação e recursos financeiros para ajudar os países em desenvolvimento a desenvolver suas capacidades e infraestruturas de contabilidade, registro e relato para participar dos mercados.

É essencial que os países tenham um mínimo de robustez institucional e técnica para a realização das contabilidades necessárias para participar de um mercado global de carbono a fim de garantir a integridade do sistema.

O Brasil já vem construindo capacidade técnica nesse sentido, liderado por diferentes ministérios e com o apoio da academia, da sociedade civil e do setor empresarial. O país está implementando melhorias no texto do Projeto de Lei nº 528, desenvolvendo o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE) e participando de programas de apoio à implementação de MRV. Portanto, parece não haver prejuízos para o Brasil em aceitar a aplicação de ajustes correspondentes no âmbito das operações do artigo 6.4, desde que haja apoio internacional em termos de capacitação e recursos para implementar essas medidas.

É crucial garantir a integridade ambiental e os objetivos de mitigação do Acordo de Paris ao projetar o mecanismo do artigo 6.4. Se for desenhado incorretamente, o mecanismo pode ter efeitos adversos, como dificultar o cumprimento das NDCs, reduzir a ambição das metas, emitir créditos para atividades que não exigem incentivo adicional e aumentar as emissões globais. Isso

prejudicaria a realização dos objetivos do Acordo de Paris.

Para garantir consistência com a integridade ambiental, as atividades e metodologias elegíveis no âmbito do Artigo 6.4 devem ser efetivamente adicionais, ou seja, resultando em reduções reais de emissões ou remoções de gases de efeito estufa da atmosfera. É importante evitar a certificação de atividades que já ocorreriam naturalmente, pois isso criaria a falsa impressão de que as emissões globais estão sendo limitadas quando, na verdade, não estão sendo tomadas medidas significativas para a descarbonização da economia.

Além disso, as linhas de base e os testes de adicionalidade devem considerar que os países hospedeiros dos projetos do artigo 6.4 também têm metas climáticas, as NDCs. Portanto, a definição das linhas de base não deve ser baseada apenas na NDC do país hospedeiro, pois isso desincentivaria o aumento da ambição das metas. Os testes de adicionalidade devem reconhecer atividades que vão além das exigências regulatórias e dos incentivos legais existentes, incluindo tecnologias e práticas inovadoras que atualmente não possuem incentivos financeiros e de mercado suficientes para serem implementadas. Isso incentivaria os países a adotarem políticas mais restritivas às emissões e ações de mitigação, pois essas medidas seriam registradas e gerariam mais projetos.

No entanto, as linhas de base e os critérios de adicionalidade podem variar de acordo com as circunstâncias de cada país. Não existe uma solução única que se aplique a todos os países. É necessário privilegiar atividades e metodologias que sejam referência dentro das circunstâncias nacionais de cada país hospedeiro. Essa abordagem não desencorajaria NDCs e políticas climáticas mais ambiciosas dos governos hospedeiros, ao mesmo tempo em que promoveria a transferência de tecnologia e o desenvolvimento tecnológico nos países hospedeiros,

acelerando a transição para uma economia de baixo carbono e promovendo o desenvolvimento sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transferência de certificados de redução de emissões gerados no contexto pré-2020 para uso no contexto pós-2020 apresenta desafios em termos de integridade e compromisso com os objetivos de mitigação do Acordo de Paris. Isso ocorre porque essas reduções já foram contabilizadas nos inventários dos países no contexto pré-2020 e sua utilização no Acordo de Paris poderia resultar em dupla contagem. Além disso, essa transferência não está alinhada com as regras de contabilidade do Acordo de Paris, que exigem a aplicação de ajustes correspondentes e critérios atualizados de adicionalidade e linha de base, de acordo com as regras do artigo 6.4.

Por outro lado, a transição de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) pode ser feita de forma a beneficiar atividades que estejam em conformidade com os incentivos estabelecidos pelo Acordo de Paris e pelo CORSIA (esquema de compensação e redução de carbono para a aviação internacional). É possível registrar esses projetos sob o artigo 6.4, desde que tenham a data de início do projeto a partir de 1º de janeiro de 2016 e estejam em conformidade com as metodologias e critérios de adicionalidade estabelecidos para o mecanismo.

No caso do Brasil, a NDC estabelece metas ambiciosas de redução de emissões até 2025 e 2030, e a possibilidade de alcançar a neutralidade climática até 2050. Para alcançar essas metas e descarbonizar a economia brasileira são necessárias políticas públicas eficazes. Instrumentos de precificação de carbono regulamentados, como sistemas de comércio de emissões, que estabelecem obrigações de cumprimento para empresas dentro do território nacional, podem ser altamente

eficazes em incentivar medidas de mitigação e inovação tecnológica de baixo carbono. Esses instrumentos promovem a internalização dos custos das emissões de carbono, incentivando as empresas a reduzirem suas emissões e adotarem práticas mais sustentáveis.

É importante que essas políticas de precificação de carbono sejam projetadas de forma a garantir a integridade ambiental, evitar a dupla contagem de reduções de emissões e promover o desenvolvimento de projetos verdadeiramente adicionais. Além disso, é fundamental que existam mecanismos de monitoramento, relato e verificação robustos para garantir a transparência e a credibilidade dos resultados alcançados. Assim, os instrumentos de precificação de carbono podem desempenhar um papel importante na transição para uma economia de baixo carbono e no cumprimento das metas do Acordo de Paris.

Os mercados voluntários desempenham um papel relevante no engajamento do setor empresarial, na conscientização sobre o desafio climático e na estruturação de bases de dados. No entanto, eles devem ser vistos como um passo intermediário em direção a mercados regulados, como os previstos no artigo 6 do Acordo de Paris e não como uma solução definitiva.

Para aumentar a ambição climática do Brasil é necessário que o país revise suas metas de redução de emissões para alinhá-las com o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C. Atualmente, a NDC do Brasil é classificada como "altamente insuficiente" pelo Climate Action Tracker (2021), o que significa que é compatível apenas com um aquecimento de 3°C. Para melhorar sua ambição, o Brasil precisará adotar medidas abrangentes, como a redução das emissões na indústria, a eliminação do desmatamento ilegal e a redução dos subsídios aos combustíveis fósseis.

No entanto, o Brasil possui amplas oportunidades de mitigação custo-efetiva e pode se beneficiar da operacionalização do artigo 6 do Acordo de Paris. Para aproveitar essas oportunidades, o país precisa cumprir sua NDC de forma que haja um excedente de reduções de emissão que possa ser vendido internacionalmente. A demanda por *créditos de carbono* brasileiros dependerá da ambição dos outros países em suas NDCs, dos requisitos de qualidade estabelecidos pelos compradores e da qualidade dos ativos de carbono brasileiros.

No contexto em que os países desenvolvidos, potenciais compradores de *créditos de carbono*, estão cada vez mais comprometidos com a ambição climática, a qualidade e a integridade ambiental dos créditos se tornam fatores cruciais para determinar seu valor e liquidez. Os mercados internacionais podem incentivar a mitigação com maior integridade ambiental e social, valorizando créditos que sejam mais íntegros e que gerem mais co-benefícios. Para isso, é do interesse do Brasil que seus ativos de carbono sejam acompanhados de ajustes correspondentes, que as linhas de base e as metodologias para demonstração de adicionalidade sejam robustas, e que apenas projetos que atendam aos novos incentivos de mitigação sejam transferidos para o artigo 6. Essas medidas contribuem para garantir a integridade e a eficácia dos mecanismos de mercado no cumprimento dos objetivos do Acordo de Paris.

As oportunidades de mitigação baseadas na natureza, como florestas, uso do solo, agricultura e pecuária podem ser financiadas por meio de mercados de carbono desde que as opções de mitigação sejam mensuráveis e apresentem baixo risco de reversibilidade. Além disso, o financiamento climático baseado em resultados também pode desempenhar um papel complementar ao apoiar estratégias integradas a outras agendas globais e de desenvolvimento,

como programas de conservação e regeneração de ecossistemas e recuperação de terras degradadas. É importante aproveitar o conhecimento e as experiências adquiridas com iniciativas como o *REDD+* para direcionar esses esforços.

Para que o Brasil participe do mercado internacional de carbono será necessário melhorar a contabilidade e a gestão do *orçamento de carbono*, bem como implementar infraestruturas de registro e validação das unidades de mitigação que serão transferidas internacionalmente. É fundamental que todos os países melhorem sua capacidade e infraestrutura para participar desses mercados, pois o comércio global de emissões exige requisitos sólidos de contabilidade e relato, incluindo ajustes correspondentes.

Os instrumentos do artigo 6 do Acordo de Paris apresentam um conjunto de possibilidades ainda não totalmente exploradas, pois criam uma nova unidade internacional de emissões de gases de efeito estufa a ser transferida entre países: os resultados de mitigação.

Nesse contexto, tanto as iniciativas do artigo 6.2 quanto do artigo 6.4 podem envolver a participação ativa do setor privado, com a construção das infraestruturas, governança e fluxos necessários em colaboração com o governo. É essencial explorar essas oportunidades de forma inteligente e com um compromisso firme com a integridade ambiental para garantir que os mecanismos de mercado contribuam efetivamente para a mitigação das mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

ASIAN DEVELOPMENT BANK. **Decoding Article 6 of the Paris Agreement**: version II. Manila: Asian Development Bank, 2020. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.22617/TCS200411-2>. Acesso em: 7 jun. 2023.

CLIMATE ACTION TRACKER. CAT Climate Target Update Tracker – Brazil. **Climate Action Tracker**. [S. l.], 15 sept. 2021. Disponível em: https://climateactiontracker.org/countries/brazil/targets/#expand_target. Acesso em: 15 jun. 2023.

EULLER, A. M. C. O acordo de Paris e o futuro do REDD+ no Brasil. **Cadernos Adenauer**, [S. l.], v. 17, p. 85-104, 2016. Disponível em: http://abrampa.org.br/wp-content/uploads/2023/01/PUBLICACAO_Mercado-de-Carbono-na-era-do-Acordo-de-Paris-1.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **Carbon border adjustment mechanism**: questions and answers. Brussels: European Commission, 2021. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_21_3661. Acesso em: 15 jun. 2023.

GOLD STANDARD FOUNDATION. Gold Standard for the global goals: principles & requirements: version 1.2. Geneva: Gold Standard, 2021. Disponível em: https://globalgoals.goldstandard.org/standards/101_V1.2_PAR_Principles-Requirements.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

HIGH-LEVEL COMMISSION ON CARBON PRICES. **Report of the High-Level Commission on Carbon Prices**. Washington, DC: World Bank, 2017. Disponível em: <https://www.carbonpricingleadership.org/report-of-the-highlevel-commission-on-carbon-prices>. Acesso em: 10 jun. 2023.

INTERNATIONAL EMISSIONS TRADING ASSOCIATION [IETA]. **The Economic Potential of Article 6 of the Paris agreement and implementation challenges**. Washington, D.C.: IETA, 2019. Disponível em:

https://www.ieta.org/resources/International_WG/Article6/CLPC_A6%20report_no%20crops.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

KACHI, A.; WARNECKE, C.; HÖHNE, N. **The role of the international carbon markets in a decarbonising world**: aligning article 6 with long-term strategies. Cologne: NewClimate Institute, 2019. Disponível em: https://newclimate.org/sites/default/files/2019/11/Article-6-and-LTS_01Oct2019_fin.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

LEGAL RESPONSE INTERNATIONAL. Training Programmes. **Procedural rules of the climate negotiations**. Londres: Legal Response International, 2013. Disponível em: <https://legalresponse.org/wp-content/uploads/2013/04/UNFCCC-C-process.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

MICHAELOWA, A.; CENSKOWSKY, P.; ESPÉLAGE, A.; SINGH, A. **Volumes and types of unused Certified Emission Reductions (CERs)**: lessons learned from CDM transactions under the kyoto protocol, transparency gaps and implications for post-2020 international carbon markets. Zurich: Zurich University of Applied Sciences, 2021. Disponível em: https://ercst.org/wp-content/uploads/2021/06/20210621_unused_CERs_final_clean.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

MIGUEZ, J. D. G.; ANDRADE, T. C. M. A. The Continuation of the CDM under the Paris Agreement and its articulation with the SDM. In: FRANGETTO, F. W.; VEIGA, A. P. B.; LUEDEMANN, G. (org.). **Legacy of the CDM**: lessons learned and impacts from the Clean Development Mechanism in Brazil as insights for new mechanisms. Brasília: IPEA, 2019. p. 293-312. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9580>. Acesso em: 16 jun. 2023.

UNITED NATIONS. **Adoption of the Paris agreement**: Paris Climate Change

Conference. Paris: United Nations, 2015. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/9064>. Acesso em: 8 jun. 2023.

NEPSTAD, D. *et al.* Adaptive management of jurisdictional REDD + programs: a methodology illustrated for Ecuador. **Carbon Management**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 323-333, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17583004.2021.1926331>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PIRIS-CABEZAS, P. *et al.* **Cost-Effective Emissions Reductions beyond Brazil's International Target: Estimation and Valuation of Brazil's Potential Climate Asset**. Washington, D.C.: Environmental Defense Fund, 2016. Disponível em: <http://www.edf.org/sites/default/files/cost-effective-emissions-reductions-brazil.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

ROGELJ, J. *et al.* Mitigation Pathways Compatible with 1.5°C in the Context of Sustainable Development. *In*: INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE [IPCC]. Special Report: Global Warming of 1.5 °C. cap. 2. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/05/SR15_Chapter2_High_Res.pdf. Acesso em: 7 jun. 2023.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Oportunidades e barreiras no financiamento de soluções baseadas na natureza**. Rio de Janeiro: Instituto Clima e Sociedade (iCS), 2020. Disponível em: https://59de6b5d-88bf-463a-bc1c-d07bfd5afa7e.filesusr.com/ugd/d19c5c_3433dca66ff84023aa9d88c2ffc973f0.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **As vantagens competitivas do Brasil nos instrumentos de mercado do Acordo de Paris**. Rio de Janeiro: Instituto Clima e Sociedade (iCS), 2021. Disponível em: https://59de6b5d-88bf-463a-bc1c-d07bfd5afa7e.filesusr.com/ugd/d19c5c_1b6e834d726841ccbd697bc88382c93d.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

5afa7e.filesusr.com/ugd/d19c5c_1b6e834d726841ccbd697bc88382c93d.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

PROLO, C. Destrinchando o Artigo 6 do Acordo de Paris e suas oportunidades para o Brasil. **Revista Capital Reset**, São Paulo, 21 jan. 2021. Disponível em: <https://www.capitalreset.com/destrinchando-o-artigo-6-do-acordo-de-paris-e-suas-oportunidades-para-o-brasil/>.

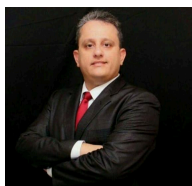
UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME [UNEP]. **Emissions Gap Report 2020**. Nairobi: UNEP, 2021. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report-2021>. Acesso em: 10 jun. 2023.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME [UNEP]. O Relatório sobre a Lacuna de Emissões. *In*: UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME [UNEP]. **UNEP Annual Report 2022**. Nairobi: UNEP, 2022. Disponível em: <https://www.unep.org/annualreport/pt-br/node/71?%2F=#:-:text=O%20Relat%C3%B3rio%20sobre%20a%20Lacuna,em%201%2C5%20%C2%B0C>. Acesso em: 10 jun. 2023.

WORLD BANK. **State and Trends of Carbon Pricing 2020**. Washington, DC: World Bank, 2020. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33809>.

WORLD BANK. **State and Trends of Carbon Pricing 2021**. Washington, DC: World Bank, 2021. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35620>. Acesso em: 10 jun. 2023.

WORLD BANK. **A Guide to Developing Domestic Carbon Crediting Mechanisms**. Washington, DC: World Bank, 2021. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35271>. Acesso em: 10 jun. 2023.



TARSIS BARRETO OLIVEIRA

Pós-Doutor em Ciências Criminais pelo Instituto de Criminologia e Direito Penal da Universidade de Sorbonne (França). Doutor e Mestre em Direito pela UFBA. Professor Associado 3 de Direito Penal da Universidade Federal do Tocantins. Professor Adjunto 3 de Direito Penal da Universidade Estadual do Tocantins. Coordenador do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da UFT/ESMAT. Coordenador do Programa de Doutorado Interinstitucional em Direito da PUC-RIO/ESMAT. Coordenador e Professor da Especialização em Ciências Criminais da UFT. Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Famettig/BA).



PAULO BELI MOURA STAKOVIK JÚNIOR

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (2008) e mestrado em Constituição e Sociedade pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (2015), Doutorando pela mesma instituição. Atualmente é professor da Universidade do Tocantins e coordenador do Curso de Direito do campus de Palmas. Tem experiência na área de Direito Imobiliário e de Direito Agrário.

aplicações. Cada um desses gases tem diferentes capacidades de absorção de energia e diferentes períodos de permanência na atmosfera, afetando o aquecimento de maneiras distintas. Para possibilitar comparações entre os diferentes gases, utiliza-se o conceito de Potencial de Aquecimento Global (GWP, na sigla em inglês), que estabelece o efeito de uma tonelada de CO₂ como referência. Por exemplo, uma tonelada de HFC tem um efeito de mais de 12 mil toneladas de CO₂. O GWP permite uma métrica comum para avaliar o impacto de diferentes GEEs no aquecimento global, levando em consideração suas características individuais.

NOTAS

¹Certos gases são conhecidos como gases de efeito estufa (GEEs) e desempenham um papel crucial no aquecimento global. Os principais GEEs incluem o dióxido de carbono (CO₂), principalmente proveniente da queima de combustíveis fósseis; o metano (CH₄), gerado principalmente pela decomposição de matéria orgânica e pela fermentação entérica; o óxido nitroso (N₂O), produzido principalmente por fertilizantes; e os gases halogenados (HFC, PFC, e SF₆), usados em sistemas de refrigeração, aerossóis e outras

Os impactos éticos da inteligência artificial no acesso à justiça

The ethical impacts of artificial intelligence on access to justice

Antonio Carlos dos Santos^a, Wagner José dos Santos.

^aUniversidade Federal do Tocantins. E-mail: acsantos12@uol.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a implementação de iniciativas tecnológicas no processo judicial brasileiro, sob a justificativa de modernizar e democratizar o acesso à justiça. Mas quais as implicações éticas e sociais das transformações em curso? A metodologia crítica é a análise de texto e levou em consideração as resoluções e diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os resultados indicaram um cenário de crescimento das práticas eletrônicas, com destaque para a virtualização de processos, audiências telepresenciais e a criação de plataformas digitais. A introdução de tecnologia oferece oportunidades, mas também levanta questões sobre o impacto no acesso à justiça, na natureza da justiça alcançada e nos sujeitos legais produzidos por essa abordagem. A contribuição deste artigo é que uma abordagem ética e inclusiva no uso da Inteligência Artificial no acesso à justiça é fundamental para promover um sistema judicial eletrônico eficiente, justo e equitativo.

Palavras-chave: Inteligência artificial; acesso à justiça; transformação digital.

Abstract: The aim of this article is to analyse the implementation of technological initiatives in the Brazilian judicial process, with the justification of modernising and democratising access to justice. But what are the ethical and social implications of the transformations underway? The critical methodology is text analysis and takes into account the resolutions and guidelines of the National Council of Justice (CNJ). The results indicated a scenario of growth in electronic practices, with emphasis on the virtualisation of processes, telepresence hearings and the creation of digital platforms. The introduction of technology offers opportunities, but also raises questions about the impact on access to justice, the nature of the justice achieved and the legal subjects produced by this approach. The contribution of this article is that an ethical and inclusive approach to the use of Artificial Intelligence in access to justice is fundamental to promoting an efficient, fair and equitable electronic justice system.

Keywords: Artificial intelligence; access to justice; digital transformation.

Submetido em: 09/12/2023.

Aceito em: 27/03/2024.

1 INTRODUÇÃO

A tecnologia tem impactado profundamente diversas áreas do conhecimento, e o campo do Direito não é exceção. A inteligência artificial (IA) emergiu como uma poderosa ferramenta capaz de transformar a maneira como a justiça é acessada e administrada. Isso, no entanto, não significa dizer que esse

avanço esteja imune a erros ou equívocos de toda a ordem. No contexto brasileiro, essa mudança tecnológica tem impulsionado o desenvolvimento de novas abordagens e sistemas para garantir um acesso mais amplo e eficiente à justiça. Mas ela exige também, por outro lado, cuidados redobrados para que, na vontade de fazer justiça de maneira rápida, não

ocorra o inverso. É este aspecto o problema central que este texto pretende abordar.

Este artigo tem como objetivo explorar os impactos da inteligência artificial no acesso à justiça, fornecendo uma análise abrangente e crítica das transformações ocorridas no sistema jurídico brasileiro nos últimos anos. Ele está dividido em cinco tópicos.

Inicialmente, discutiremos o acesso à justiça e a virada tecnológica no sistema de Justiça brasileiro. Será abordada a importância da gestão tecnológica de disputas e o alinhamento de expectativas para uma transformação centrada no cidadão, buscando novos designs, arquitetura de escolhas e tratamento adequado de disputas.

Em segundo lugar, será explorada a integração dos meios de resolução de conflitos *online* (ODR) aos sistemas de justiça. Veremos como a utilização de plataformas *online* tem o potencial de facilitar o acesso à justiça, oferecendo formas alternativas e mais acessíveis de resolução de conflitos.

Em terceiro lugar, analisaremos a transformação digital dos tribunais e seu impacto direto no acesso à justiça. Discutiremos os avanços tecnológicos implementados pelos tribunais brasileiros, examinando suas consequências positivas e desafios enfrentados.

Em quarto lugar, abordaremos o conceito de *legal design* e sua relação com o acesso à justiça. Destacaremos a importância da criação de sistemas processuais eletrônicos acessíveis e ferramentas intuitivas no ambiente jurídico digital, visando aprimorar a experiência do usuário e facilitar o acesso à informação jurídica.

Por fim, exploraremos o avanço da resolução *online* de disputas decorrente da pandemia da COVID-19. Investigaremos se é correto afirmar que os tribunais são meros prestadores de serviços e como

essa mudança de perspectiva influencia o acesso à justiça.

Para melhor desenvolvermos o tema, o fio condutor terá a seguinte problematização: como a introdução da inteligência artificial no sistema de justiça brasileiro está influenciando o acesso à justiça? Quais são os benefícios e desafios decorrentes dessa transformação tecnológica? Como garantir que a IA seja usada de maneira ética, inclusiva e eficiente, em prol de um sistema jurídico mais acessível e efetivo para todos os cidadãos?

Nossa abordagem será interdisciplinar, combinando conhecimentos das áreas de direito, tecnologia, ciências sociais, ética e filosofia. Exploraremos estudos de caso e exemplos práticos para ilustrar as transformações e desafios discutidos. O *legal design* também será abordado como uma perspectiva importante para a criação de sistemas processuais eletrônicos acessíveis e intuitivos.

Através da análise desses diferentes aspectos, pretendemos colaborar com o debate sobre essa relação entre a inteligência artificial e o acesso à justiça no Brasil. A tarefa é árdua e ao mesmo tempo grandiosa, porque identificar os desafios que essa transformação apresenta nos leva a explorar as oportunidades que ela também nos oferece.

2 ACESSO À JUSTIÇA, TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA E AS ODR NOS SISTEMA DE JUSTIÇA

A busca por um acesso mais efetivo e democrático à justiça tem impulsionado transformações significativas nos sistemas jurídicos ao redor do mundo. A era digital e as tecnologias da informação têm desempenhado um papel fundamental nesse processo, oferecendo novas possibilidades e desafios para a promoção da justiça e resolução de conflitos. Nesse contexto, os meios de resolução de

conflitos *online* (ODR – *Online Dispute Resolution*) têm se destacado como uma abordagem promissora.

Torna-se crucial discutir os conceitos fundamentais de acesso à justiça e transformação tecnológica, contextualizando a importância desses temas na atualidade jurídica, para, então, apresentar os fundamentos e características das ODR, destacando suas vantagens, como a acessibilidade, celeridade e custos reduzidos em comparação com os métodos tradicionais de resolução de disputas.

Ao explorar os avanços das ODR nos sistemas de justiça, examinam-se os casos de sucesso e experiências práticas, tanto em âmbito nacional, quanto internacional, evidenciando as iniciativas que integram os sistemas judiciais existentes, buscando compreender como essas ferramentas tecnológicas podem ser utilizadas de forma complementar aos mecanismos tradicionais, fortalecendo o acesso à justiça de forma mais abrangente.

Contudo, além de toda esta sistemática, também é necessário verificar os desafios e limitações enfrentados na implementação das ODR nos sistemas de justiça, especialmente questões relacionadas à segurança, privacidade, confidencialidade, qualidade e confiança nas soluções tecnológicas, as quais serão exploradas, visando a busca por um equilíbrio adequado entre inovação e garantias processuais.

Somente assim será possível ter um pequeno vislumbre das perspectivas futuras sobre o papel das ODR no acesso à justiça, não somente no que diz respeito às possibilidades de ampliação do uso das ODR em diferentes áreas do direito – como consumidor, família, trabalho e comércio internacional – mas também às formas de aprimoramento e adoção das ODR pelos sistemas de justiça, levando em consideração aspectos éticos, legais e sociais.

A compreensão mais ampla do potencial das ODR como uma ferramenta essencial para promover um acesso à justiça mais eficiente, inclusivo e adaptado aos desafios do mundo digital depende de uma análise crítica dos avanços, desafios e perspectivas destas nos sistemas de justiça, permitindo uma reflexão fundamentada sobre as transformações em curso e a construção de um sistema jurídico mais acessível e efetivo para todos.

Ao longo das últimas décadas, o sistema jurídico brasileiro passou por diversas mudanças paradigmáticas que resultaram em alterações nos princípios, propósitos e até mesmo na maneira como os profissionais do direito e as instituições jurídicas atuam (Nunes, 2021). Grande parte dessas transformações foi impulsionada por diretrizes de governança estabelecidas pelo Banco Mundial, baseadas no Consenso de Washington, que exigiram que o Brasil adotasse uma série de medidas políticas e institucionais desde a década de 1990. Foram realizadas reformas na estrutura do Estado e no sistema de justiça pública, com o objetivo de promover um “maior desenvolvimento” e atrair investimentos internacionais para o país.

Nesse contexto, houve um foco na direção e na sistematização de estratégias processuais favoráveis ao mercado, o que levou a uma supervalorização da eficiência decisória, fortemente influenciada pela rapidez e pelo desempenho como valores predominantes. Essa abordagem buscava proporcionar previsibilidade e segurança para a implementação de uma política de “desenvolvimento” no país. Com esse propósito, o discurso reformista do Estado de Direito promoveu uma série de alterações legislativas, resultando na inclusão do microssistema de criação e aplicação de padrões de decisão vinculantes no Código de Processo Civil brasileiro de 2015 (CPC/15), além do fortalecimento das técnicas de autocomposição e da ideologia da

harmonia. Foram criadas “portas” alternativas ao sistema de justiça estatal, como arbitragem, mediação, conciliação e aumento de procedimentos administrativos. Foi incentivado, também, o uso de medidas coercitivas atípicas na execução, a adoção de medidas de desjudicialização, especialmente por meio das serventias extrajudiciais (cartórios), e o fortalecimento da consensualidade e da convencionalidade como formas de “desafogar” o judiciário (Oliveira; Cunha, 2020).

A implementação progressiva do processo judicial eletrônico (PJe), iniciada em 2006, e a inserção de tecnologia no Judiciário coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) têm levado ao desenvolvimento de diversas ferramentas tecnológicas para auxiliar servidores e magistrados. Além disso, estão surgindo sistemas de Resolução de Disputas *Online* (ODR) conectados ao sistema público de justiça, e até mesmo algoritmos de Inteligência Artificial estão sendo considerados como suporte para a tomada de decisões judiciais (Paolinelli; Viana, 2020). Estamos avançando rapidamente na automação de funções repetitivas e caminhando em direção à adoção de novas formas de resolução de conflitos, por meio do uso da tecnologia. Estratégias também estão sendo elaboradas para delegar a resolução de conflitos para fora do sistema público de justiça, fortalecendo os ODRs extrajudiciais que ainda estão em fase de desenvolvimento, mas já existem algumas plataformas que estão sendo utilizadas com sucesso. Um exemplo é a plataforma Consumidor.gov.br, que é oferecida pelo Ministério da Justiça e oferece uma solução *online* para conflitos entre consumidores e empresas. Embora pouco útil, uma vez que as empresas não se sentem obrigadas à resposta, quando solicitadas, é uma possibilidade de contato entre o cidadão e a justiça.

As ODRs extrajudiciais têm o potencial de contribuir para o acesso à justiça no Brasil, tornando a resolução de

disputas mais rápida, barata e conveniente. Como o próprio nome salienta, elas são extrajudiciais e visam soluções de resolução de conflitos que utilizam a tecnologia para facilitar o processo de negociação e mediação entre as partes. Elas podem ser utilizadas para resolver uma ampla gama de disputas, incluindo questões consumeristas, trabalhistas, contratuais e de família. Isso implica dizer que elas oferecem uma série de vantagens em relação ao sistema judiciário tradicional, uma vez que o processo de resolução de conflitos por meio de ODRs é geralmente mais rápido do que o processo judicial. Isso ocorre porque as partes podem se comunicar e negociar *online*, o que reduz o tempo necessário para reunir provas e tomar decisões. Além disso, o custo de resolução de conflitos é, geralmente, menor que o custo do processo judicial. Isso ocorre porque as partes não precisam contratar advogados ou arcar com as custas judiciais.

Trata-se de ferramenta que pode ser acessada a qualquer hora e em qualquer lugar, o que é conveniente para as partes que não têm tempo ou recursos para comparecer a uma audiência judicial. Assim, o processo de ODR permite que as partes participem das negociações e resoluções de disputas no conforto de seus próprios locais, sem a necessidade de deslocamentos para tribunais físicos. Isso é particularmente benéfico em um país extenso como o Brasil.

Vale ressaltar que os esforços para criar alternativas ao sistema judicial brasileiro não são novos. Desde o final da década de 1970, com o movimento Florença de acesso à justiça, vários países têm adotado medidas para tornar a solução de conflitos mais ágil, econômica, simples e acessível. A transformação do sistema jurídico brasileiro nas últimas décadas foi impulsionada por uma série de mudanças de paradigma que levaram a modificações nos fundamentos, propósitos e racionalidade de atuação dos

profissionais do direito e de suas instituições.

A própria institucionalização do CNJ foi uma recomendação do Consenso de Washington, que enfatizava a importância de um órgão independente para supervisionar o sistema judiciário. O CNJ foi criado em 1995 e tem como atribuições, entre outras, a fiscalização do cumprimento dos deveres dos juizes e a promoção da transparência e da eficiência do Poder Judiciário.

A implantação do novo Código de Processo Civil foi uma recomendação também do Consenso de Washington, que enfatizava a importância de um processo judicial mais ágil e desburocratizado. O novo Código de Processo Civil foi aprovado em 2015 e trouxe uma série de inovações ao processo civil brasileiro, incluindo a adoção da oralidade, a simplificação do procedimento judicial e a celeridade do processo judicial.

Além disso, a adoção de medidas para reduzir a corrupção no Poder Judiciário foi uma outra recomendação do Consenso de Washington, que enfatizava a importância de um sistema judiciário imparcial. O governo brasileiro adotou uma série de medidas para reduzir a corrupção no Poder Judiciário, incluindo a criação da Comissão de Integridade do Poder Judiciário (CIPJ) em 2004. Trata-se de um órgão responsável por investigar e punir casos de corrupção no Poder Judiciário.

Nesse contexto, houve um foco crescente na sistematização de estratégias processuais favoráveis ao mercado, o que levou a uma supervalorização da eficiência decisória. Essa ênfase na rapidez e no desempenho como valores predominantes buscou oferecer a previsibilidade e a segurança necessária para implementar uma política de desenvolvimento no país. Como resultado, o discurso de reforma do estado de direito introduziu várias mudanças legislativas, incluindo um microsistema de padrões decisórios

"vinculantes" no Código de Processo Civil brasileiro de 2015 (CPC/15), além do fortalecimento das técnicas de autocomposição e da ideologia da harmonia (Peixoto, 2015).

Essas mudanças promoveram a criação de alternativas ao sistema de justiça estatal, como arbitragem, mediação, conciliação e aumento de procedimentos administrativos. Medidas coercitivas atípicas na execução, desjudicialização por meio de cartórios e ênfase na consensualidade e convencionalidade também foram incentivadas como forma de aliviar a carga do judiciário. A implementação gradual do processo judicial eletrônico (PJe) e a introdução de tecnologia no sistema judiciário coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abriram caminho para o desenvolvimento de várias ferramentas tecnológicas destinadas a apoiar servidores e magistrados. A automação de funções repetitivas e a adoção de novas formas de resolução de conflitos por meio da tecnologia também estão sendo exploradas.

Diante da percepção de que o sistema tradicional muitas vezes se mostrava moroso e oneroso, surgiram esforços para desenvolver abordagens inovadoras. Nesse contexto, a implementação de abordagens multiportas ganhou destaque como uma estratégia promissora. Essas abordagens incluem métodos como arbitragem, mediação e negociação, cada um oferecendo uma perspectiva única na resolução de disputas. Essas abordagens multiportas visam não apenas acelerar o processo de resolução de disputas, mas também reduzir os custos associados e promover soluções mais personalizadas e adaptadas às necessidades específicas das partes envolvidas. Além disso, ao descentralizar a resolução de conflitos do sistema judicial tradicional, essas alternativas buscam proporcionar maior acesso à justiça, permitindo que um espectro mais amplo de indivíduos e organizações possa

resolver seus desentendimentos de maneira eficaz.

Ao longo dos anos, a aceitação e adoção dessas práticas têm crescido, refletindo uma mudança cultural na forma como a sociedade encara a resolução de disputas. A busca por soluções alternativas não apenas representa uma abordagem pragmática para lidar com desafios do sistema judicial, mas também destaca a importância de adaptar métodos de resolução de conflitos à evolução das necessidades e expectativas da sociedade moderna. No entanto, ainda persistem questões sobre como as formas alternativas de resolução de disputas podem lidar com desequilíbrios de poder e marginalização (Wing, 2016).

A adoção de plataformas de ODR no setor público, notadamente nos tribunais, é uma tendência que passa por intensificação nos últimos anos. Essas plataformas podem ser uma ferramenta eficaz para a resolução de conflitos, promovendo a justiça e a paz social, resguardados os direitos fundamentais das partes. No entanto, existem alguns desafios que precisam ser superados para que a adoção de ODR no setor público seja bem-sucedida. Um dos desafios é compatibilizar a ferramenta com a democratização do acesso, em virtude da notória e alta taxa de exclusão digital que temos no país. Outro problema é a confiança nas ferramentas de Inteligência Artificial, especialmente aquelas que utilizam redes neurais, em razão de sua opacidade (Schneider, 2022).

Apesar desses desafios, a proposta de adoção de ODR pelo Poder Público, inclusive pelo Poder Judiciário, vai ao encontro das soluções que buscam endereçar um ambiente cooperativo, bem como garantir uma justa, efetiva e rápida resolução dos conflitos. Para tanto, devem ser oferecidos treinamentos para que as pessoas possam acessar e usar as plataformas de ODR, assim como o desenvolvimento de ferramentas de ODR que sejam mais transparentes e auditáveis,

estabelecendo mecanismos de controle e supervisão para garantir que as plataformas de ODR sejam usadas de forma justa e imparcial (Schneider, 2022).

O Brasil tem um potencial significativo para aproveitar os benefícios da adoção de ODR no setor público. Contudo, é importante superar alguns desafios para garantir que a adoção de ODR seja uma solução eficaz e inclusiva.

3 PROMOVENDO EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE NO AMBIENTE JURÍDICO DIGITAL

A tecnologia digital está mudando a forma como o direito é praticado, desde a maneira como os advogados trabalham até a forma como os tribunais operam. A crescente digitalização dos processos legais e a adoção de sistemas processuais eletrônicos têm criado um ambiente jurídico digital que busca promover eficiência, acessibilidade e efetividade na busca pela justiça. Nesse contexto, o desenvolvimento de uma nova experiência do usuário no ambiente jurídico digital tem se revelado essencial, devendo ser analisado como lidar com os vários desafios: a crescente complexidade do direito, a insuficiência de recursos humanos e a falta de acesso à tecnologia, em contraponto com a utilização da IA para superar esses desafios, como a automatização de tarefas, a análise de dados e a previsão de resultados, dentre outros. Em função disso, é imperioso explorar a importância de uma experiência do usuário aprimorada no ambiente jurídico digital para promover a eficiência e efetividade dos serviços jurídicos, através da discussão sobre os fundamentos e as diretrizes do design centrado no usuário, destacando sua relevância no contexto jurídico e as ferramentas disponíveis para a criação de sistemas processuais eletrônicos acessíveis e intuitivos.

Saber sobre a experiência do usuário e sua aplicação no campo jurídico é importante para compreender as

necessidades, expectativas e desafios enfrentados pelos usuários ao interagir com o ambiente jurídico digital, bem como a criação de princípios do design centrados no usuário, tais como a usabilidade, acessibilidade, eficiência e satisfação do usuário, além de elementos essenciais para o desenvolvimento de uma nova experiência no ambiente jurídico digital. Explorar as ferramentas e estratégias disponíveis para a criação de sistemas processuais eletrônicos acessíveis e intuitivos é uma forma de analisar iniciativas bem-sucedidas que utilizam legal design, interfaces intuitivas e tecnologias inovadoras para melhorar a experiência no ambiente jurídico digital. Essas iniciativas devem ser colaborativas, envolvendo profissionais do direito, designers e desenvolvedores de tecnologia, a fim de alcançar soluções eficazes e alinhadas com as necessidades dos usuários.

Entretanto, ao se falar de experiência dos usuários no ambiente jurídico digital, leva-se em consideração, também, uma abordagem de temas desafiadores e considerações éticas¹ relacionados ao desenvolvimento em questão, tais como a segurança, privacidade, confidencialidade e equidade, garantindo que as soluções tecnológicas promovam a confiança e a equidade no acesso à justiça. Questões extremamente importantes que, muitas vezes, são ignoradas em nome da suposta eficiência e rapidez. Isto implica dizer que há uma relação entre os meios e os fins, que devem ser igualmente éticos.

Somente assim poderão ser observadas as perspectivas futuras e as oportunidades de aprimoramento da experiência do usuário no ambiente jurídico digital, como as tendências emergentes (inteligência artificial, automação e realidade virtual), e seu potencial para transformar ainda mais a interação entre os usuários e o meio jurídico, permitindo uma análise crítica das diretrizes de design centrado no usuário, ferramentas tecnológicas e desafios éticos,

através de uma reflexão embasada sobre a construção de um ambiente jurídico digital mais acessível, inclusivo e eficiente para todos os usuários.

Atualmente, o sistema de justiça nacional enfrenta uma pressão considerável, devido ao grande número de processos em andamento que são frequentemente citados como evidência da incapacidade do judiciário em lidar de maneira eficiente com os conflitos. Esses números são vistos como sinais de uma “crise” e de uma explosão de litígios, o que estimula a percepção de que o sistema precisa de soluções urgentes.

Ao mesmo tempo, as diretrizes de governança internacional do Banco Mundial exigem que o país forneça um ambiente jurídico seguro e estável para investimentos, o que implica na redução do número de processos, na diminuição dos custos e na promoção de procedimentos mais ágeis e simplificados (Banco Mundial, 2021). Essa situação coloca o país em uma encruzilhada em que há uma pressão considerável para adotar reformas que, às vezes, não levam em consideração a devida atenção aos conflitos, favorecendo àqueles que já estão em posição privilegiada. Neste compasso, notam-se os esforços para promover políticas de diálogo e cidadania. Ambas as tendências são conflitantes, mas não necessariamente irreconciliáveis. É possível promover reformas que sejam eficazes, eficientes e inclusivas, ao passo em que também se promovem políticas de diálogo e cidadania. Para isso, é importante que as reformas sejam cuidadosamente planejadas e implementadas, com a participação de todos os stakeholders. Outrossim, faz-se importante que as políticas de diálogo e cidadania sejam implementadas de forma a fortalecer a sociedade civil e a promover o acesso à justiça para todos.

Um exemplo desse antagonismo pode ser observado na falta de análise dos dados empíricos relacionados à política de “acordos” promovida pelo sistema de

justiça civil. Essa lacuna de conhecimento dificulta a gestão macro e microestratégica dos conflitos, incluindo os casos já judicializados e sem solução amigável. O sistema judiciário brasileiro não tem utilizado adequadamente os dados coletados por meio de seus sistemas eletrônicos para identificar gargalos e tratar melhor as demandas. No entanto, é inegável que o tratamento adequado desses dados pode viabilizar a criação de abordagens preventivas para dimensionar os conflitos, sem restringir o acesso às vias tradicionais.

Quanto à agenda da “autocomposição”, é importante lembrar que, desde a resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2010, houve uma tentativa de instituir uma política pública para o tratamento adequado de problemas jurídicos e conflitos de interesses. Essa iniciativa visava organizar os serviços prestados nos processos judiciais, bem como os prestados por meio de outros mecanismos de solução de conflitos, como mediação e conciliação (Conselho Nacional de Justiça [CNJ], 2010). Essa política resultou na criação de Centros de Justiça, Conciliação e Cidadania (CEJUSCs) em todo o país, e levou a alterações normativas no Código de Processo Civil de 2015, tornando obrigatórias as audiências preliminares de conciliação nos procedimentos comuns e incentivando os tribunais locais a criar bancos de mediadores e conciliadores para oferecer decisões autocompositivas para os conflitos.

De acordo com o relatório Justiça em Números 2023, no final de 2019, havia 1.437 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) em operação na Justiça Estadual. No Estado do Tocantins, nesse mesmo ano, estava em funcionamento 18 CEJUSCs nas comarcas. Todavia, esses centros apresentam taxas muito baixas de acordos, incluindo a fase pré-processual, com uma média de 11,7%. No âmbito nacional, esse índice chega a preocupantes 11,3%, o que contrasta com

os números geralmente divulgados por plataformas extrajudiciais que também oferecem soluções não adjudicatórias para conflitos (Conselho Nacional de Justiça [CNJ], 2023).

Ao analisar as justificativas das normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a exposição de motivos do Código de Processo Civil de 2015, fica evidente que, apesar das preocupações brasileiras terem teoricamente girado em torno de métodos adequados, visando uma perspectiva redistributiva ao acesso à justiça, a política de “acordos a qualquer custo” talvez tenha sido influenciada por diretrizes retóricas de eficiência neoliberal e, aparentemente, não tenha alcançado o efeito desejado.

Nesse contexto, Galanter (2004) adverte que a tomada de decisão no processo de adjudicação parece ter sido substituída por “processos de negociação”. Isso ocorre porque as tratativas rotineiras, embora presididas por juízes, nem sempre refletem padrões legais, mas sim as posições estratégicas dos atores repetitivos. As pressões institucionais estão concentradas nas medidas de desempenho dos juízes e no controle do número de casos. Os magistrados passaram a ser tratados como “gerentes do caso”, o que é respaldado pelo discurso de que é necessário agilizar o processo para reduzir custos e tempo. A definição de metas, conforme comumente empregada no país, desvia o foco da decisão adequada para o conflito, baseada na participação ativa das partes interessadas, direcionando-o para a discricionariedade gerencial dos juízes, que decidem como tratar seus casos com base em argumentos de custo e tempo, com menor controle das partes (Galanter, 2004).

Por outro lado, também foram adicionadas a essas iniciativas outras propostas pelo Código de Processo Civil de 2015, que teoricamente seriam capazes de desafogar o sistema: técnicas de padronização decisória, julgamento por

amostragem, medidas desjudicializadoras e reforço das técnicas de negociação em relação às regras do procedimento. Esses mecanismos tendem a favorecer os interesses dos grandes litigantes, que possuem vantagens estratégicas, como acesso à informação, poder de barganha, advocacia especializada e acesso facilitado aos tribunais, permitindo-lhes definir a interpretação a ser aplicada em uma ampla gama de casos individuais (Gabbay *et al.*, 2016).

Em síntese, a transformação do ambiente jurídico para uma esfera digital é uma resposta às demandas crescentes por eficiência, acessibilidade e efetividade na busca pela justiça no Brasil. A implementação de uma experiência do usuário aprimorada, guiada por princípios de design centrado no usuário, surge como um imperativo para superar os desafios inerentes, como a complexidade legal e a falta de recursos. A aplicação da inteligência artificial, automação e outras tecnologias inovadoras emerge como uma solução promissora para aprimorar a resolução de disputas.

Contudo, a adoção dessas inovações deve ser acompanhada por uma abordagem ética, como já foi registrado acima, considerando questões como segurança, privacidade e equidade. O equilíbrio entre eficiência e justiça é crucial, especialmente diante das pressões para reduzir o número de processos, custos e tempo, sem comprometer os princípios fundamentais do acesso à justiça.

A análise crítica das políticas existentes, como a ênfase na autocomposição, destaca a necessidade de revisão e ajustes para garantir resultados mais efetivos. A falta de análise de dados empíricos e a aparente priorização de acordos a qualquer custo levantam questionamentos sobre a eficácia dessas políticas. A busca por soluções deve envolver todas as partes interessadas, incluindo profissionais do direito, designers e desenvolvedores de

tecnologia, para garantir uma abordagem inclusiva e participativa.

Em meio a desafios e pressões, o Brasil se encontra em uma encruzilhada onde reformas são necessárias, mas devem ser cuidadosamente planejadas para não sacrificar a atenção devida aos conflitos e para promover diálogo e cidadania. A transição para um ambiente jurídico digital mais acessível, inclusivo e eficiente requer um equilíbrio delicado entre inovação, ética e participação social. A implementação de reformas baseadas em evidências e na compreensão das necessidades das pessoas é essencial para construir um sistema de justiça que atenda verdadeiramente às demandas da sociedade.

4 UMA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DOS TRIBUNAIS COMO PRESTADORES DE SERVIÇO

No contexto atual, é evidente que a agenda legislativa no Brasil tem favorecido aqueles com fácil acesso aos tribunais superiores, negligenciando escolhas redistributivas que poderiam proporcionar acesso aos menos privilegiados, como afirmam (Gabbay *et al.*, 2023). As iniciativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e as resoluções direcionadas à implementação de tecnologia no sistema de justiça brasileiro aceleraram significativamente no ano de 2020, após a pandemia da COVID-19 e o início da gestão do ministro Fux no CNJ. Essas iniciativas continuam evoluindo em progressão geométrica. As resoluções 331, 332, 334, 335, 345, 354, 358 e 372, juntamente com a portaria 271, todas publicadas em 2020 pelo CNJ, visam promover o acesso à justiça digital, com o objetivo de melhorar a governança, transparência e eficiência do Poder Judiciário, além de estabelecer uma maior proximidade com o cidadão e reduzir despesas.

Entre os objetivos da política de transformação tecnológica do sistema de

justiça brasileiro para promover o acesso eletrônico à justiça, o CNJ destaca as seguintes medidas (CNJ, 2020):

- Criação do juízo 100% digital: todos os processos e procedimentos judiciais serão realizados de forma eletrônica, sem a necessidade de deslocamento físico das partes e dos advogados.
- Expansão das audiências telepresenciais: as audiências judiciais poderão ser realizadas por meio de videoconferência, o que facilita o acesso à justiça para pessoas que moram em localidades distantes.
- Projeto de cumprimento eletrônico de ordens judiciais: as ordens judiciais serão cumpridas de forma eletrônica, eliminando a necessidade de cartas precatórias.
- Implementação do domicílio digital: as partes poderão indicar um endereço eletrônico como domicílio para receber notificações judiciais.
- Sistema nacional de penhora *online*: a penhora de bens poderá ser realizada de forma eletrônica, o que agiliza o processo de execução.
- Promoção da mediação digital extrajudicial e extraprocessual: as partes poderão resolver seus conflitos de forma consensual por meio de mediação *online*.
- Interposição de recursos especiais e extraordinários em uma plataforma digital única: os recursos especiais e extraordinários poderão ser interpostos de forma eletrônica, em uma plataforma única integrada aos sistemas judiciários locais.
- Implementação de um portal único do advogado: os advogados terão acesso a informações processuais em uma única plataforma digital, disponível em dispositivos desktop e smartphones.
- Projeto de otimização dos sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC): os sistemas de

TIC do Poder Judiciário serão otimizados para melhorar a eficiência e a segurança dos serviços prestados.

- Projeto Nova Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ): será desenvolvida uma nova plataforma digital para integrar os sistemas judiciários locais.
- Projeto Equipe de Trabalho Remota: será criada uma equipe de trabalho remota para apoiar a implementação das medidas de transformação tecnológica.
- Projeto sobre o uso de videoconferências e aplicativos de mensagens instantâneas: será desenvolvido um projeto para regulamentar o uso de videoconferências e aplicativos de mensagens instantâneas nos procedimentos judiciais.
- Projeto do Centro de Inteligência do Poder Judiciário: será criado um centro de inteligência para apoiar o desenvolvimento e a implementação de políticas de transformação tecnológica.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem se empenhado em cumprir sua missão, conforme estabelecido no artigo 196 do Código de Processo Civil de 2015, direcionando esforços significativos para a implementação de tecnologia e inovação no sistema de justiça brasileiro. O objetivo é promover uma gestão mais organizada e integrada dos tribunais locais, com uma promessa inquestionável de redução de custos e tempo como prioridade.

Explicando melhor: a coleta em larga escala de dados promovida pela introdução de tecnologia nos procedimentos jurídicos brasileiros oferece ferramentas valiosas para a identificação das causas de demandas específicas. A análise de dados de casos anteriores e a utilização de modelos algorítmicos para detectar padrões fornecem excelentes recursos para aprimorar o sistema de justiça que apontam um possível caminho

para a busca de um acesso eletrônico à justiça capaz de promover redistribuição e justiça corretiva. A transformação dos dados em conhecimento pode contribuir para uma virada tecnológica democrática na justiça, permitindo a personalização de soluções que não se limitem à automação de práticas e institutos ultrapassados.

Conforme destacado por Katsh (2005), as formas mais comuns de resolução de disputas envolvem participantes trabalhando com informações, comunicando-as, armazenando-as, organizando-as e avaliando como criá-las e defini-las, decidindo quando, onde e para quem direcioná-las. Ou seja,

dados são o novo petróleo. São valiosos, mas precisam ser refinados para serem realmente úteis [...] os dados devem ser decompostos e analisados para que tenham valor. (Kath, 2005, p. 273).

Dessa forma, os processos de resolução de disputas consistem em sequências de informações e atividades tradicionais realizadas pelas partes envolvidas (negociação) ou administradas por terceiros (mediação, arbitragem ou atividade jurisdicional). As novas tecnologias possibilitam novas interações entre as partes e novas oportunidades para trabalhar com informações. Por isso, a resolução de conflitos em ambiente virtual, com seu vasto conjunto de dados, oferece uma grande oportunidade para prevenir, gerenciar adequadamente e resolver disputas. Nesse contexto, Katsh destaca as diferenças entre os modelos de resolução de disputas e como a informação é gerenciada e regulada (Katsh, 2005).

Em alguns processos, por exemplo, as regras são o ponto central para a tomada de decisões, enquanto em outros, as partes podem considerar outros métodos de informação mais importantes do que as regras. Mediadores, árbitros e juízes geralmente lidam com o processamento de informações, mas utilizam maneiras diferentes por razões

distintas. O interesse e a necessidade de resolver disputas em ambientes virtuais estão crescendo em paralelo com o aumento do uso de meios de resolução de disputas *online* (ODR), uma abordagem inovadora que utiliza recursos baseados na Internet. O ODR reconhece a importância da comunicação e do processamento de informações na resolução de disputas, utilizando as redes de computadores para permitir que as partes se comuniquem de novas maneiras à distância e aproveitando a capacidade de processamento de informações para gerenciar o fluxo e o uso das informações essenciais na resolução de disputas.

É nesse ponto que as iniciativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estimulam a resolução de demandas em ambiente virtual, através da construção de uma plataforma única para o judiciário ou da introdução de sistemas de ODR voltados para a autocomposição (SIRECs), podem revelar uma escolha política que, em um futuro próximo, permitirão ao Estado brasileiro promover o acesso eletrônico à justiça com resultados redistributivos e/ou corretivos em diversos aspectos. Apesar das atuais dificuldades logísticas e orçamentárias, os mecanismos necessários para o acesso ao processo judicial eletrônico vêm se tornando realidade, uma vez que no ano de 2023 o acesso à internet no Brasil já atingiu 84% da população com mais de 10 anos de idade, especialmente entre as classes mais baixas (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação [CETIC], 2023).

Nesse contexto, é primordial buscar um uso ético e benéfico da tecnologia, voltado para a concretização dos direitos fundamentais e não apenas entendido como uma lógica neoliberal de redução do acervo. Assim, ao alinhar as técnicas de design de sistemas de gestão de disputas (DSD) com os sistemas de resolução de disputas *online* (ODR), acreditamos que o sistema de justiça civil brasileiro pode encontrar um caminho para ampliar o

acesso à justiça, promovendo uma gestão adequada de disputas.

Como alerta Spaulding (2023), uma vez que compreendemos os aspectos neoliberais do status quo e o abandono gradual da meta liberal de fornecer advogados para os mais pobres, surge a questão do porquê os advogados estão sendo culpados, e duvida-se se o ODR realmente servirá às pessoas com as quais seus defensores afirmam se preocupar. Inteligência artificial, mineração de dados, análise preditiva e o uso generalizado de dispositivos móveis têm o potencial de se constituírem ferramentas excelentes para reduzir o custo de tarefas burocráticas e logísticas em grande escala. Eles podem ser genuinamente transformadores. No entanto, existem questões sobre como a arquitetura desses sistemas de informação se encaixa nas ideias básicas sobre a estrutura do devido processo legal e do Estado de Direito em uma sociedade democrática e pluralista (Spaulding, 2023). Essas questões dizem respeito ao impacto do ODR totalmente automatizado no acesso à justiça, no tipo de justiça que é alcançada e no tipo de sujeito legal que é produzido por essa abordagem para a administração da justiça.

Quanto mais perguntas fizermos, mais fica claro que, embora a logística de transporte de uma locadora de veículos ou os requisitos de atendimento ao cliente de uma grande empresa de leilões *online* como o *eBay*, Mercado Livre e OLX possam ser complexos, eles não se comparam à administração da justiça. Em aspectos importantes, as diferenças são de natureza, não apenas de grau. A reflexão sobre o papel dos tribunais como prestadores de serviços no contexto brasileiro revela um cenário em transformação, impulsionado pela incorporação crescente de tecnologia no sistema de justiça.

O ano de 2020 marcou um ponto de inflexão, acelerando as iniciativas tecnológicas em resposta à pandemia e à gestão do ministro Fux no CNJ. Todavia, a

análise crítica revela uma dicotomia entre a busca por eficiência e o compromisso com a equidade e a redistribuição do acesso à justiça. A coleta e análise de dados em larga escala oferece uma oportunidade única de transformar o sistema, democratizando o acesso e personalizando soluções para além da simples automação. O equilíbrio entre a eficiência logística e os princípios fundamentais do devido processo legal e do Estado de Direito em uma sociedade democrática liberal pluralista é essencial.

Portanto, a busca por uma gestão adequada de disputas no sistema de justiça civil brasileiro deve ser guiada por uma abordagem ética e inclusiva. A convergência entre técnicas de design de sistemas de gestão de disputas e sistemas de ODR representa um caminho promissor para ampliar o acesso à justiça, mas requer uma reflexão contínua sobre as implicações éticas e sociais das transformações em curso. A finalidade última deve ser a promoção de um sistema judicial eletrônico que não apenas seja eficiente, mas também assegure a justiça, a equidade e a preservação dos direitos fundamentais em uma sociedade em constante evolução.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento do potencial benéfico da adoção de Resolução de Disputas *Online* (ODR) no setor público sugere uma visão positiva em relação à inovação tecnológica e à modernização dos processos legais. A existência de desafios indica a consciência de que a implementação de ODR pode encontrar obstáculos. Isso implica a necessidade de identificar e superar esses desafios para garantir uma adoção eficaz e inclusiva.

A descrição da situação do Brasil como uma “encruzilhada” sugere a necessidade de decisões críticas em relação às reformas no sistema judicial. Isso implica a compreensão de que mudanças são necessárias, mas devem ser

realizadas com cuidado para evitar consequências indesejadas, motivo pelo qual, o reconhecimento da necessidade de equilibrar inovação, ética e participação social sugere uma abordagem holística para a implementação de mudanças no ambiente jurídico. Isso implica que não apenas a eficiência, mas também considerações éticas e participação da sociedade são fundamentais.

As reformas devem ser baseadas em evidências e compreensão das necessidades das pessoas destaca a importância da abordagem centrada no usuário e na análise cuidadosa dos impactos das mudanças propostas, com ênfase na gestão adequada de disputas e na busca por uma abordagem ética e inclusiva destaca a importância de não apenas resolver conflitos de maneira eficiente, mas também de forma ética e considerando as diversas necessidades e perspectivas da sociedade.

A proposta de convergência entre técnicas de design de sistemas de gestão de disputas e sistemas de ODR sugere uma abordagem integrada para melhorar o acesso à justiça. Isso indica a busca por soluções que combinem eficiência técnica com considerações humanas e éticas, através de uma declaração de que a finalidade última é a promoção de um sistema judicial eletrônico que seja eficiente, justo, equitativo e preserve os direitos fundamentais destaca a importância de garantir que a inovação tecnológica no ambiente jurídico contribua para a justiça e a equidade na sociedade.

Com base nessas premissas, foi possível observar o panorama da virada tecnológica no sistema de justiça brasileiro, apresentando dados que demonstram o estágio atual de implementação das etapas de utilização da tecnologia em direção à construção da chamada Justiça Digital.

Os dados indicam o número de processos virtualizados e as iniciativas dos diversos tribunais, atualmente

coordenadas pela plataforma Sinapses do CNJ, no desenvolvimento de modelos algorítmicos para automatização de atos/processos, bem como as experiências de designs tecnológicos concebidos para tratar adequadamente determinados tipos de litígios.

A coleta massiva de dados no sistema de justiça brasileiro fora possibilitada pelo avanço das fases de consolidação da Justiça Digital, permitindo uma verdadeira transformação no sistema, ampliando a terceira fase da virada. A criação de novos designs tecnológicos, focados na experiência do cidadão e na capacidade de promover sua autodeterminação, pode redefinir a política de prevenção e gestão adequada de conflitos no sistema de justiça nacional.

Nesse percurso, as características peculiares do sistema brasileiro indicam a necessidade de uma compreensão específica do cenário de litigiosidade local, a fim de considerar estratégias de transformação adaptáveis ao Brasil, que estejam em conformidade com as diretrizes constitucionais do país.

Por fim, resta necessário que todos os atores do mundo jurídico se empenhem em esforços que possam impulsionar a virada tecnológica no direito processual brasileiro em direção a objetivos focados na democratização do acesso à justiça, questionando o status quo e promovendo a cidadania. É um chamado para trazer novas pautas à tona, priorizando os direitos fundamentais, a autodeterminação do cidadão e a correção das desigualdades, ao invés de apenas orientar medidas de justiça com base em diretrizes econômicas.

Em suma, a busca por um acesso mais efetivo e democrático à justiça tem impulsionado transformações significativas nos sistemas jurídicos ao redor do mundo, estimuladas pela era digital e pela evolução das tecnologias da informação. Nessa perspectiva, os meios de resolução de conflitos *online* (ODR) têm se

destacado como uma abordagem promissora.

Ao explorar os avanços das ODR nos sistemas de justiça, é possível observar os casos de sucesso e experiências práticas, evidenciando as iniciativas que integram as ODR aos sistemas judiciais existentes. Entretanto, resta necessário verificar os desafios e limitações enfrentados na implementação das ODR, como questões relacionadas à segurança, privacidade, confidencialidade, qualidade e confiança nas soluções tecnológicas.

A compreensão mais ampla do potencial das ODR como uma ferramenta essencial para promover um acesso à justiça mais eficiente, inclusivo e adaptado aos desafios do mundo digital depende de uma análise crítica dos avanços, desafios e perspectivas das ODR nos sistemas de justiça. Isso permitirá uma reflexão fundamentada sobre as transformações em curso e a construção de um sistema jurídico mais acessível e efetivo para todos.

No contexto do sistema jurídico brasileiro, é importante reconhecer as mudanças paradigmáticas passadas nas últimas décadas, impulsionadas por diretrizes de governança estabelecidas pelo Banco Mundial e pelo Consenso de Washington. Essas mudanças buscaram promover um maior desenvolvimento e atrair investimentos internacionais para o país, com um foco crescente na eficiência decisória e na adoção de alternativas ao sistema de justiça estatal.

A introdução da tecnologia no sistema jurídico brasileiro, por meio de iniciativas como o Processo Judicial Eletrônico (PJe) e os sistemas de Resolução de Disputas *Online* (ODR), tem sido uma tendência crescente. Essas tecnologias têm o potencial de melhorar a eficiência, a acessibilidade e a efetividade dos serviços jurídicos, mas também levantam questões éticas e desafios relacionados à segurança, privacidade e equidade no acesso à justiça, conforme restou enfatizado

durante a 23ª rodada dos Seminários de Pesquisas Empíricas Aplicadas a Políticas Judiciárias promovida pelo Conselho Nacional de Justiça. (CNJ, 2022)

Diante desse cenário, é fundamental explorar a importância de uma experiência do usuário aprimorada no ambiente jurídico digital, promovendo a eficiência e a efetividade dos serviços jurídicos. Isso envolve a adoção de princípios do design centrado no usuário, a criação de sistemas processuais eletrônicos acessíveis e intuitivos, e a consideração de aspectos éticos e de equidade na implementação da tecnologia.

Ou seja, a transformação tecnológica do sistema de justiça, aliada às práticas de ODR, oferece a oportunidade de ampliar o acesso à justiça e melhorar a eficiência e efetividade dos serviços jurídicos. Todavia, é necessário enfrentar os desafios e questões éticas relacionadas à segurança, privacidade e equidade para garantir que essas transformações sejam realizadas de forma justa e inclusiva. Com uma abordagem crítica e fundamentada, é possível construir um sistema jurídico mais acessível, eficiente e adaptado aos desafios do mundo digital.

Em síntese, a virada tecnológica no sistema de justiça brasileiro não apenas representa uma oportunidade singular para redefinir o acesso à justiça, mas também demanda um cuidadoso gerenciamento para assegurar que seus benefícios alcancem toda a sociedade, promovendo não apenas eficiência, mas igualmente ética, equidade e inclusão.

A base fundamental para o sucesso desse processo reside na implementação de reformas embasadas em evidências e na compreensão aprofundada das necessidades das pessoas. Isso implica a realização de pesquisas que identifiquem as demandas daqueles que buscam acesso à justiça e analisem os potenciais impactos das reformas tecnológicas.

Além disso, é imperativo manter um equilíbrio crucial entre inovação, ética e

participação social. As reformas devem ser não apenas inovadoras, mas também éticas e inclusivas. Envolvendo ativamente as pessoas afetadas no processo de desenvolvimento e implementação, é possível garantir que as mudanças sejam verdadeiramente benéficas e atendam às diversas necessidades da sociedade.

A adoção de práticas de Resolução de Disputas *Online* (ODR) surge como uma ferramenta valiosa para promover o acesso à justiça, mas sua eficácia depende da forma ética e inclusiva como são desenvolvidas e implementadas. A acessibilidade, equidade e inclusividade devem ser elementos fundamentais nesse processo. A concretização dessas recomendações não apenas fortalecerá a virada tecnológica no sistema de justiça brasileiro, mas também contribuirá para a construção de um sistema jurídico mais justo, equitativo e inclusivo para todos. Essa abordagem reflexiva e participativa é essencial para garantir que a revolução digital no âmbito jurídico seja verdadeiramente transformadora e alinhada aos valores fundamentais de uma sociedade democrática e justa.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Brazil Making Justice Count Measuring and Improving Judicial Performance in Brazil. **Report, n. 32789-BR**. Washington D.C.: Poverty Reduction and Economic Management Unit – Latin America and the Caribbean Region, 2004. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/625351468017065986/pdf/327890REPLACEM10ASOPREVIOUSORECORD1.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO [CETIC]. Acesso às tecnologias de informação e comunicação no domicílio. **CETIC.BR**. [S. l., 2023]. Disponível em:

<https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. Pesquisas abordam acesso à justiça e vias extrajudiciais para solução de conflitos. Brasília. **Agência CNJ de Notícias**. Brasília, DF, 19 set. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-abordam-acesso-a-justica-e-vias-extrajudiciais-para-solucao-de-conflitos/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. 5 Eixos da Justiça. **CNJ**. [Brasília, DF, 2020]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/observatorio/5-eixos-da-justica/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. 6 índice de conciliação. In: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. **Justiça em números 2023**. Brasília: CNJ, 2023. p. 192-198. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/justica-em-numeros-2023.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. **Resolução 125 de 29 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, DF: CNJ, 2010. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/156>. Acesso em: 12 nov. 2023.

GABBAY, Daniela Monteiro; SILVA, Paulo Eduardo Alves da; ASPERTI, Maria Cecília de Araújo; COSTA, Susana Henriques da. Why the 'Haves' Come Out Ahead in Brazil? Revisiting Speculations Concerning Repeat Players and One-Shooters in the Brazilian Litigation Setting. **FGV Direito**, São Paulo, n. 141., 15 jan. 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2716242. Acesso em: 10 jun. 2023.

GALANTER, Marc. The Vanishing Trial: an examination of trials and related matters in federal and state courts. **Journal of Empirical Legal Studies**, v. 1, n. 3, p. 459-570, nov. 2004. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1740-1461.2004.00014.x>. Acesso em: 10 jun. 2023.

KATSH, Ethan. Bringing online dispute resolution to virtual worlds: creating processes through code. **N.Y.L. SCH. L. Rev.**, v. 49, (2004-2005). Disponível em: https://digitalcommons.nyls.edu/nyls_law_review/vol49/iss1/12/. Acesso em: 10 jun. 2023.

NUNES, Dierle. Virada Tecnológica no Direito Processual e etapas do emprego da tecnologia no direito processual: seria possível adaptar o procedimento pela tecnologia, p.17. In NUNES, Dierle *et al.* (org.). **Inteligência Artificial e Direito Processual**: os impactos da virada tecnológica no direito processual. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

NUNES, Dierle; WERNECK, Isadora; LUCOS, Paulo Henrique dos Santos. **Direito processual e tecnologia**: Os impactos da virada tecnológica no âmbito mundial. Salvador: Juspodivm, 2022.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; CUNHA, Luciana Cross. Os indicadores sobre o Judiciário Brasileiro: limitações, desafios e uso da tecnologia. **Revista de Direito GV**, São Paulo, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/RvqncfcBvkKNhpdZYVRX93x/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2023.

PAOLINELLI, Camilla Mattos; VIANA, Antônio Aurélio de Souza. Acesso à justiça sem justiça. **CONJUR – Revista Consultor Jurídico**, [S. l.], 5 nov. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-nov-05/viana-paolinelli-acesso-justica-justica>. Acesso em: 28 jun. de 2023.

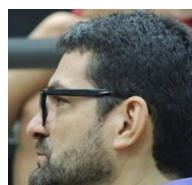
PEIXOTO, Ravi. O Sistema de Precedentes Desenvolvido pelo CPC/2015: uma análise sobre a adaptabilidade da distinção (distinguishing) e da distinção inconsistente (inconsistent distinguishing). **Revista de Processo**, [S. l.], v. 248, out. 2015.

SCHNEIDER, Luis Otávio. O uso da tecnologia na resolução acordada dos conflitos: Das ADR Às ODR. **Revista Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistajuridica.tjdft.jus.br/index.php/diex/article/view/799>. Acesso em: 10 set. 2023.

SANTOS, Antônio Carlos dos. Variações conceituais entre a ética e a moral. **Filosofia Unisinos**, [S. l.], v. 22, n. 2, e22207, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fsu.2021.222.07>. Acesso em: 20 set. 2023.

SPAULDING, Norman. Online Dispute Resolution and the End of Adversarial Justice? Stanford Law School. [S. l.], Cambridge University Press, 2023. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/legal-tech-and-the-future-of-civil-justice/online-dispute-resolution-and-the-end-of-adversarial-justice/6716E56011A0BBB1E93EC7C3024DA8C9>. Acesso em: 10 jun. 2023.

WING, Leah. Ethical Principles for Online Dispute Resolution. **International Journal on On-line Dispute Resolution**. [S. l.], 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2973278. Acesso em: 15 ago. 2023.



ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

É Professor Titular em Ética e Filosofia Política da UFS. É Doutor em Filosofia pela Université de Paris X, Nanterre em cotutela com a

Universidade de São Paulo. É Pós-Doutor pela Universidade de Sherbrooke, Canadá. É Professor Permanente do Mestrado em Direitos Humanos e Prestação Jurisdicional da UFT/ESMAT. Publicou diversos livros, entre eles, "John Locke político: a marca da tolerância", pelas Edições Loyola, 2021.



WAGNER JOSÉ DOS SANTOS

Graduado em Direito pela Faculdade de Palmas (2013). Advogado Licenciado. Pós Graduado em Direito Notarial e Registral pela Faculdade Damásio de Jesus. Pós Graduando em Direito Processual Civil e Direito Civil pela Faculdade ITOP. Conciliador e Mediador pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT. Mestrando do Programa Profissional Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos

Humanos, realizado pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT. Trabalha desde 2015 na Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins como Coordenador dos Serviços Notariais e de Registro no Estado do Tocantins.

NOTAS

¹No texto, o conceito de ética empregado é o de ética aplicada. A ética aplicada é uma área da ética que se preocupa com a aplicação dos princípios morais na vida prática. Ela se concentra em questões específicas, como a ética do meio ambiente, a ética da saúde ou a ética da tecnologia. Portanto, o conceito de ética empregado no texto será o de ética aplicada, especificamente a ética do desenvolvimento de tecnologia, preocupada com a aplicação dos princípios morais no desenvolvimento de um ambiente jurídico digital, para garantir que as soluções tecnológicas sejam seguras, privadas, confidenciais e equitativas (Santos, 2021).

Redes intersetoriais de atendimento: estado da arte

Intersectoral service networks: state of the art

Palloma Rosa Ferreira^a, Diego Neves de Sousa.

^aUniversidade Federal do Tocantins. E-mail: palloma.rosa.ferreira@gmail.com

Resumo: O presente trabalho objetivou analisar o que tem sido apresentado nos artigos sobre redes intersetoriais de atendimento. Para isso, realizou-se um estado da arte, abrangendo o período de 2008 a 2018 e utilizando bases de dados como Capes e Oasis. Os descritores usados foram "rede intersetorial", "rede de assistência", "rede de atendimento" e "rede de serviços". A pesquisa se concentrou em redes formadas por organizações governamentais e não governamentais que oferecem serviços variados à população, com foco em artigos de periódicos. Após a triagem, 28 artigos foram selecionados para análise. Utilizou-se o software Iramuteq para examinar os resumos e conclusões dos artigos, identificando as principais temáticas, autores mais citados, periódicos de destaque, métodos predominantes e áreas de pesquisa. Os resultados indicaram desafios na comunicação e coordenação entre as organizações que compõem as redes intersetoriais, levando à fragmentação dos serviços e impedindo a oferta de assistência integral ao público-alvo. A falta de capacitação em temas relacionados a redes também se mostrou como um obstáculo ao pleno funcionamento dessas estruturas. Em resumo, os artigos analisados destacam a importância de superar as barreiras existentes para melhorar a eficácia das redes intersetoriais de atendimento.

Palavras-chave: Redes intersetoriais; direito social; políticas públicas; grupos sociais.

Abstract: This study aimed to analyze what has been presented in articles about intersectoral service networks. To do so, a state-of-the-art analysis was conducted, covering the period from 2008 to 2018 and using databases such as Capes and Oasis. The descriptors used were "intersectoral network," "care network," "service network," and "service network." The research focused on networks formed by government and non-governmental organizations that provide diverse services to the population, with a focus on journal articles. After screening, 28 articles were selected for analysis. The Iramuteq software was used to examine the abstracts and conclusions of the articles, identifying the main themes, most cited authors, prominent journals, predominant methods, and research areas. The results indicated challenges in communication and coordination among the organizations that make up the intersectoral networks, leading to the fragmentation of services and hindering the provision of comprehensive assistance to the target audience. The lack of training in topics related to networks also emerged as an obstacle to the full functioning of these structures. In summary, the analyzed articles emphasize the importance of overcoming existing barriers to improve the effectiveness of intersectoral service networks.

Keywords: Intersectoral networks; social rights; public policies; social groups.

Submetido em: 13/11/2023.

Aceito em: 12/03/2024.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, na segunda metade da década de 1980, em um cenário de democratização do país, ocorreu um movimento de redefinição do relacionamento estabelecido entre o Estado e a sociedade, na busca por mudança de concepção do que era considerado como carência, para o que passou a ser identificado como direito. A Constituição Federal de 1988, consagrou direitos sociais essenciais à população e que deveriam ser garantidos pela ação do Estado (Inojosa, 1998).

Não obstante, houve a concretização de um aparato governamental hierarquizado, com estrutura vertical, em que as decisões eram tomadas no topo e não na base, no sentido top-down, nem sempre respondendo às necessidades da população. Neste cenário, como acentua Inojosa (2001), verifica-se a promoção de políticas públicas assistencialistas de cunho compensatório e de provimento de itens (Inojosa, 2001).

Assim, o advento dessas políticas não atendia de modo integral aos públicos a que se destinavam, visto que não condiziam com o modo de pensar intersetorial, que prima pela adoção de um planejamento participativo com “articulação de saberes e experiências para a solução sinérgica de problemas complexos” (Inojosa, 2001, p. 103).

Para Junqueira (1998), com a introdução gradual de descentralização na esfera estatal, ao transferir poder dos níveis centrais para os periféricos, apesar de não existir um consenso a esse respeito, a perspectiva progressista considera que o processo de descentralização ocorreu como forma de reestruturar o aparelho estatal, não com o intuito de reduzir o seu papel, mas o de torná-lo mais ágil e eficaz, com vistas a democratizar a gestão, por meio da configuração de novas instâncias de poder e com redefinição das relações entre Estado e sociedade.

Nesta direção, Pereira e Teixeira (2013) argumentam que

em meio ao discurso em prol da descentralização, as redes mostraram-se como uma modalidade de coordenação favorável à construção de parcerias em nível local, estadual e federal. (Pereira; Teixeira, 2013, p. 118).

Essa atitude como enfatizado anteriormente por Junqueira (1998) e reafirmado pelas autoras, não significa ausência do Estado ou falta de comprometimento perante as demandas sociais, mas o entendimento de que existe uma necessidade de compartilhamento de responsabilidades entre entes governamentais, em relação aos direcionamentos dos

recursos e de poder de decisão, de pactuação e de articulação que, se associada às redes intersetoriais de políticas públicas, será capaz de uma intervenção totalizante, rompendo a fragmentação e a setorialidade das políticas sociais. (Pereira; Teixeira, 2013, p. 118).

Como é destacado por Gonçalves e Guará (2010), os indivíduos se encontram em meio a uma nova realidade, mais complexa, que ocasionou importantes alterações no modo como a sociedade passou a ser organizada, com efetivação de articulações concretizadas através de parcerias e por redes, contando com a participação e envolvimento conjunto da sociedade civil organizada, órgãos do governo e empresas privadas.

Com a introdução gradual e constante das Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) na sociedade houve mudanças significativas nos mais variados campos da vida social, afetando não somente o âmbito econômico, mas também novas formas de interação entre Estado e sociedade civil. Nesse cenário de modificações da sociedade em redes, os governos locais tornam-se possíveis agentes de transformação, por meio da concretização de experiências de articulação entre representantes do

governo, de movimentos sociais e da sociedade civil.

Deste modo, despontam na sociedade algumas experiências em redes, dentre estas as identificadas como redes intersetoriais – ou conhecidas como redes de atendimento, de assistência ou serviços, entre outras denominações – como poderá ser observado nas publicações que serão apresentadas no decorrer deste artigo. Apesar das distintas denominações, são constituídas com o objetivo de responder às demandas de diferentes grupos sociais ou identitários, com a proposta de coparticipação e compartilhamento de responsabilidade entre entes governamentais e não governamentais.

Diante da constituição destes arranjos na sociedade, pretende-se localizar através de pesquisa em periódicos científicos, as produções mais atuais sobre as redes acima mencionadas. O objetivo é analisar os aspectos que estão presentes nestas publicações, com destaque para: o ano de publicação; a frequência de produções por autor; os periódicos e a classificação no Qualis Capes; a metodologia empregada e o principal foco destas produções; aspectos que serão apresentados de forma pormenorizada nos próximos tópicos. Foi utilizado como método de investigação o Estado da Arte, e o uso do software Iramuteq, versão 0.7, alpha 2 (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), por oferecer suporte significativo na organização e codificação dos dados.

2 REDES INTERSETORIAIS DE ATENDIMENTO E SUAS CORRELAÇÕES

As redes intersetoriais surgem em um cenário de intensificação das TICs, e, ainda que Castells (2010) afirme ser uma velha forma de organização social, o próprio autor salienta que as redes têm o seu potencial de atuação ampliado, sobretudo

devido aos avanços tecnológicos obtidos em escala mundial. Além das propostas neoliberais e do modo de produção capitalista que influenciam a atuação do mercado, bem como impactam diretamente às ações do Estado e à forma como os sujeitos sociais se relacionam e se organizam em respostas às demandas de ordem social.

Assim, e por apresentarem maiores possibilidades de conectividade entre os sujeitos sociais, presencia-se atualmente a constituição de tais arranjos em vários âmbitos na sociedade, ocorrendo, por exemplo, a conformação de redes na busca de aprimoramento econômico entre empresas, até mesmo países, no intuito de melhorar a capacidade competitiva e obter maior retorno financeiro; como estratégia política, por meio de alianças ou como estratégia de ordenamento social, em que a proposta de rede passa a ser adaptada em resposta às demandas sociais.

Assim, as redes configuram-se como

instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e a adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e a invalidação do tempo (Castells, 2010, p. 566).

Nesta linha de pensamento, Inojosa e Junqueira (2008), ressaltam que os sujeitos sociais têm inúmeras possibilidades de articulação por meio das redes, encorajados por possuir visões e objetivos semelhantes e compartilhados, que permitem introduzir mudanças no ambiente em que estão inseridos. Assim, as redes podem ser também espaços de acolhimento de sujeitos autônomos, com identidades específicas, imersos em relacionamentos não hierárquicos, concretizados por meio de parcerias, em que se podem articular diferentes saberes,

bem como experiências e poderes, com possibilidades de aprimorar o desenvolvimento de ações, em resposta às complexas demandas da gestão social. Os autores acrescentam que

a sociedade vem fazendo esse aprendizado de operar em rede, ainda que, para isso, tropece frequentemente nas velhas estruturas de poder e na fragmentação dos saberes e práticas (Inojosa, Junqueira, 2008, p. 178).

Isto posto, verifica-se que é um desafio para a sociedade contemporânea o domínio dessas novas tecnologias e sua apropriação como instrumento na vida cotidiana.

Com o incremento de constituição de redes em vários âmbitos, destacando as ocorridas em resposta às demandas de ordem social, Gohn (2010) destaca que no Brasil tem aflorado uma tentativa de apresentar uma nova imagem sobre as ações civis, diferentes das que foram expressas pelos movimentos sociais na década de 1980. O discurso que se apresenta está assentado na concepção de tomada de atitudes mais propositivas, expressas por meio do incentivo à articulação em redes, como garantia de sobrevivência. Neste sentido, compõe a sociedade civil a presença de novos sujeitos sociais, com a intensificação de criação de ONGs e entidades do Terceiro Setor, além do destaque para a implementação de políticas sociais públicas de caráter compensatório, elaboradas com o intuito de promover a articulação dos grupos sociais. Deste modo, o foco passa a ser deslocado de ações coletivas de natureza ideológica e política, que sobressaíram nas décadas de 1970 e 1980, com ênfase em áreas sociais como saúde, educação, moradia, para uma proposta que passou a vigorar à partir de 1990, que leve em consideração os vínculos sociais comunitários e projetos pontuais, baseados em critérios de cor, raça, idade, dentre outros, o que faz emergir no seio da sociedade redes sociais temáticas ou identitárias, organizadas

segundo os critérios apresentados, ou seja, gênero, faixa etárias, étnicas, etc.

De acordo com Gohn (2010), é preciso levar em consideração que, com a prevalência de defesa dos interesses grupais potencializados por meio das redes, perde-se um maior diálogo entre os grupos sociais, visto que lutam de forma isolada pela sua causa particular, diminuindo o poder de reivindicação e de coesão às demandas sociais que perpassam todos os grupos.

Inojosa e Junqueira (2008) também salientam a respeito dessa ação da sociedade civil organizada em torno dos grupos identitários, que apesar de apresentar poder de vocalização, registrando suas demandas no âmbito da sociedade e do Estado, a viabilização dessa arquitetura não necessariamente inclui os grupos que se encontram em situação de maior fragilidade, excluídos assim do direito de voz. Por isso, enfatizam a necessidade de desenvolver um trabalho transdisciplinar e intersetorial, e assim salientam que

[...] o modelo de operar em rede, articulando serviços públicos em um dado território, dá frutos no sentido da efetividade da ação do Estado, mas não é suficiente para realizar uma gestão social transformadora, capaz de romper a espiral de perdas e de propiciar a geração e o usufruto mais equânime e com paz das riquezas materiais e imateriais da sociedade. É preciso envolver muitos segmentos da sociedade para firmar uma decisão coletiva de reduzir as desigualdades (Inojosa; Junqueira, 2008, p. 178).

Neste entendimento, o trabalho intersetorial requer uma articulação em rede que compreende ações de várias políticas públicas, discussão acerca dos aspectos jurídicos referentes ao processo, além de aspectos político partidários que precisam ser superados ou mesmo geridos na consolidação desses arranjos, o que torna a proposta de intersetorialidade e a integralidade presentes nas políticas e serviços públicos, desafiador, sobretudo em relação à gestão destas redes (Silva;

Junqueira, 2016). Haja vista que esta nova estrutura de atuações pode gerar oportunidades, mas também em contrapartida constrangimentos, que precisam ser equilibrados nos processos de gestão destes recentes tipos de arranjos em redes.

Por outro lado, as alterações apresentadas no contexto da sociedade em rede, tem como pano de fundo o regime neoliberal, que apregoa a necessidade de implantação de um Estado Mínimo, objetivando a descentralização política. Autores como Amorim e Teixeira (2017), ressaltam que diante das atuais demandas sociais e perante esta conjuntura de desresponsabilização do Estado, acende na sociedade novas estratégias de intervenção e gestão pública, preconizando uma gestão que ande na contramão da burocratização e setorialização, visualizadas na atuação de Estados intervencionistas, em direção a formas mais participativas e descentralizadas, com ênfase de desempenho concretizado por meio da gestão em redes.

Assim é passível de refletir até que ponto um Estado neoliberal, que governa apoiado em uma gestão enxuta, ágil e de baixo custo, consegue responder as demandas sociais, que são universais. Para tanto, a proposta é de uma nova conformação que utilize como estratégia a colaboração de recursos e serviços de parceiros, como empresas privadas, Ongs, sociedade civil e de movimentos sociais, ficando a cargo da esfera governamental a responsabilidade de regular e coordenar às redes políticas, constituída em benefício de algum grupo identitário (Amorim; Teixeira, 2017).

Neste movimento de concepções duais, que como destaca Moura e Silva (2008) estão presentes em número expressivo de literaturas que se interessam em aprofundar nos estudos sobre processos participativos entre a

sociedade civil versus Estado – não consegue dar conta de uma relação

que é constitutiva de ambos os “pólos” e, em muitos aspectos, dos limites fluidos e imprecisos que separam sociedade civil e Estado (Moura; Silva, 2008, p. 47).

O incentivo é então para que se coloque em prática na sociedade a formação de redes intersetoriais, que são compostas por pessoas e organizações de natureza privada e pública de distintas áreas, que se unem com o objetivo de responder às demandas de determinados grupos sociais de modo integrado, conseguido por meio da otimização dos recursos disponíveis, devido ao compartilhamento das responsabilidades de oferta de serviços aos usuários (Junqueira, 2016).

3 METODOLOGIA

Na intenção de responder ao objetivo deste trabalho, de analisar o que tem sido apresentado nos artigos sobre redes intersetoriais de atendimento, optou-se por realizar o estado da arte, ao possibilitar obter um levantamento sobre tais redes, dentre o que foi produzido no período de 2008 a 2018.

De acordo com Romanowski e Ens (2006) realizar o estado da arte pode representar uma contribuição significativa na construção do campo teórico de uma determinada área do conhecimento, visto que busca identificar os aportes teóricos utilizados, apontar as limitações referente ao campo em que se movimenta a pesquisa, as lacunas de sua dispersão, identificar experiências de cunho inovador, além da possibilidade de contribuir na constituição de propostas na área de estudo em questão. Os autores acrescentam que por meio deste método de investigação é possível compreender como se encontra a produção em certa área do conhecimento, por meio de pesquisas em teses, dissertações, artigos de periódicos e publicações.

Deste modo, em resposta a realização do estado da arte, a triagem dos

trabalhos ocorreu nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) e Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto - Oasis (<http://oasisbr.ibict.br/vufind/>). O Portal Capes por possuir amplo acervo, pois conta com uma significativa produção científica nacional e internacional, contemplando diferentes áreas do conhecimento, além de aquisição constante de novos conteúdos de interesse da comunidade acadêmica, engloba uma biblioteca virtual, com acervo de mais de 53 mil títulos de texto completo, 129 bases referenciais, 11 bases dedicadas excepcionalmente a patentes e, ainda, livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual (Portal de Periódicos Capes, 2018). O Portal Oasis apresenta uma plataforma digital e multidisciplinar, que congrega uma diversificada produção científica, de autores que se encontram vinculados a Institutos de Pesquisas Brasileiros e a um amplo número de Universidades.

Para realizar as pesquisas nas plataformas digitais, inicialmente o descritor utilizado foi rede intersetorial, todavia os próprios resultados serviram de critério para expandir o número de descritores de pesquisa, visto que indicavam artigos que remetiam a denominações diferentes, sobretudo rede de assistência, rede de atendimento, rede de serviços, por isso considerou-se relevante ampliar as buscar e incorporar também esses descritores. Foi possível perceber que apesar dessas distintas denominações, os artigos faziam referência às redes compostas por setores governamentais, sociedade civil organizada e organizações privadas, com incumbência de desenvolver um trabalho de forma compartilhada, em resposta às demandas de determinados grupos sociais.

Para efetivar a pesquisa dos artigos, o recorte temporal fora delimitado para o período compreendido entre os anos de 2008 a 2018, com vistas a obter um panorama do que tem sido apresentado e discutido a respeito destas redes, levando em consideração o cenário mais atual de intensificação da constituição destes arranjos na sociedade, principalmente com ampliação dos avanços tecnológicos e comunicacionais, observados em grande escala.

No decorrer das pesquisas obteve-se uma gama expressiva de resultados, filtrados através dos que apresentassem o termo rede, associado a pelo menos alguma dessas palavras - assistência, atendimento, serviço e intersetorial - presentes no título ou resumo das publicações. Outro aspecto considerado na pesquisa dos artigos foi a necessidade das produções frisarem sobre redes compostas por organizações governamentais e não governamentais, dedicadas a prestar serviços diversificados à população. E também de serem publicações especificamente de artigos em periódicos, descartando teses, dissertações e publicações em anais de eventos. Após os critérios apresentados, de filtragem das publicações encontradas, obteve-se um total de 57 artigos, dentre estes, 29 eram repetidos, permanecendo para análise um total de 28 artigos.

A análise do material obtido foi realizada da seguinte forma: primeiramente por meio da leitura das publicações, com a intenção de gerar os dados a serem sistematizados na primeira parte das discussões, apresentada na sequência. Em um segundo momento, análise textual dos resumos e conclusões, em que foi utilizado o software Iramuteq versão 0.7, alpha 2, sendo acrescentado em documentos (conhecido como corpus), o que possibilitou a identificação das palavras mais recorrentes e com associação entre si, sobretudo correspondente a discussão do conceito "rede intersetorial de atendimento". Neste

artigo, dentre os diversos métodos de análise do corpus textual oferecidos pelo Iramuteq, será empregado o de nuvem de palavras, devido às suas características peculiares, que permite a visualização das palavras com maior relevância e importância dentro do corpus textual (Lins, 2017).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após os filtros estabelecidos iniciou-se uma compilação dos dados,

bem como inferência e interpretação das informações, que serão apresentados no decorrer deste tópico, com destaque para: a) ano de publicação; b) frequência de produções por autores (as); c) metodologia empregada; e) periódicos onde os trabalhos são publicados em Qualis capes correspondentes; e, por último, f) análise do conteúdo destas produções, recorrendo ao programa Iramuteq. Na sequência, no Quadro 1 consta os 28 artigos localizados, contendo título dos artigos, ano de publicação, palavras-chave utilizadas nos trabalhos e os respectivos autores (as).

Quadro 1 – Informações preliminares sobre os artigos analisados

(continua)

Artigos	Título	Ano	Palavras-chave	Autor (res)
Rede Intersetorial de Atendimento às mulheres vítimas de violência	Art 1: Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência	2010	violência contra a mulher; psicólogos; relações interprofissionais; redes comunitárias	Heloisa Hanada; Ana Flávia Pires; Lucas D'Oliveira; Lília Blima Schraiber
	Art 2: Recursos sociais para apoio às mulheres em situação de violência em Ribeirão Preto, SP, na perspectiva de informantes-chave	2011	Violência contra a mulher; Redes comunitárias ; Apoio social; Gênero e saúde. Saúde da mulher	Manoel Antônio dos Santos; Elisabeth Meloni Vieira
	Art 3: Assistência a mulheres em situação de violência – da trama de serviços à rede intersetorial	2012	Violência contra a mulher; Redes; Direitos Humanos e sociais; Rede Setorial	Lília Blima Schraiber; Ana Flávia Pires; Lucas d'Oliveira; Heloisa Hanada; Lígia Kiss
	Art 4: Prevenção da violência contra mulheres: desafios na articulação de uma rede intersetorial	2012	Violência contra a mulher; Intersetorialidade ; Rede Social .	Patrícia Krieger Grossi; Jaina Raqueli Pedersen; Jaqueline Goulart Vincensi; Sônia Maria A. F. Almeida
	Art 5: Mulher em situação de violência: limites da assistência	2013	Violência contra a mulher; Profissional de saúde; Programa Saúde da Família; Rede social	Ethel Bastos da Silva; Stela Maris de Mello Padoin; Lucila Amaral Carneiro Vianna.
	Art 6: A Configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica	2013	Redes Sociais ; Relações de Gênero; Violência contra a mulher; Estudos Qualitativos.	Maria de Lourdes Dutra; Paula Licursi Prates; Eunice Nakamura; Wilza Vieira Villela
	Art 7: Rede não especializada de atendimento à mulher em situação de violência em Viçosa, Minas Gerais	2014	Violência Contra a Mulher; Rede Protetiva não especializada ; Lei Maria da Penha.	Daniela Leandro Rezende; Luciana Vieira Rubim Andrade

Quadro 1 – Informações preliminares sobre os artigos analisados

(continua)

Artigos	Título	Ano	Palavras-chave	Autor (res)
Rede Intersetorial de Atendimento às mulheres vítimas de violência	Art 8: Curto-Circuito, Falta de Linha ou na Linha? Redes de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres em São Paulo	2015	Lei Maria da Penha; Redes de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres ; Estado; Violência Doméstica; Feminismos	Cecília Santos MacDowell
	Art 9: Redes de Enfrentamento da Violência contra Mulheres no Sertão de Pernambuco	2016	Mulheres Rurais; Violência; Redes de Atendimento ; Agência.	Parry Scott; Fernanda Sardelich Nascimento; Rosineide Cordeiro; Giselle Nanes
	Art 10: Perspectivas para a Humanização e Ampliação da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: a Casa da Mulher Brasileira	2016	Rede de Atendimento ; Violência Contra Mulheres; Casa da Mulher Brasileira.	Grasielle Borges Vieira de Carvalho; Patrícia Tuma Martins Bertolin
	Art 11: A rede não especializada de atendimento à mulher em situação de violência, no município de Viçosa/MG	2016	Violência; Gênero.	Cláudia Maria Ferreira Silva; Ângela Maria Miguel
	Art 12: Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência	2017	Violência Contra Mulheres; Políticas de Enfrentamento à Violência; Processo de Trabalho. Humanização da atenção.	Elisabeth Meloni Vieira; Mariana Hasse
	Art 13: Experiências de mulheres em situação de violência em busca de atenção no setor saúde e na rede intersetorial	2018	Violência Contra a Mulher; Atenção à Saúde; Intersetorialidade .	Joannie dos Santos Fachinelli Soares; Marta Julia Marques Lopes
Rede Intersetorial de Atendimento aos Idosos.	Art 14: Rede de proteção aos idosos do Rio de Janeiro: um direito a ser conquistado	2008	Violência; Idosos; Redes de Proteção ; Direitos do Idoso.	Edinilsa Ramos de Souza; Adalgisa Peixoto Ribeiro; Soraya Atie; Amaro Crispim de Souza; Christiane da Cunha Marques
	Art 15: Percepções de gestores e profissionais de saúde sobre a atenção aos idosos vítimas de violências no município do Rio de Janeiro (RJ, Brasil)	2010	Violência; Saúde do Idoso; Serviços de Saúde.	Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti; Edinilsa Ramos de Souza
	Art 16: Rede de suporte social do idoso atendido por equipes de Saúde da Família	2011	Apoio social, Idoso, Saúde da Família.	Márcia Regina Martins Alvarenga; Maria Amélia de Campos Oliveira; Marisa Accioly Rodrigues Domingues; Fernanda Amendola; Odival Faccenda
Rede Intersetorial de Atendimento às Crianças e Adolescentes	Art 17: Rede de apoio, eventos estressores e mau ajustamento na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social	2011	Rede de Apoio ; Fator de Proteção; Vulnerabilidade Social; Família.	Normanda Araujo de Moraes; Sílvia Helena Koller; Marcela Raffaelli
	Art 18: A Revelação de Abuso Sexual: As Medidas Adotadas pela Rede de Apoio	2011	Abuso Sexual; Rede de Apoio ; Crianças; Adolescentes.	Luísa Fernanda Habigzang; Michele da Silva Ramos; Sílvia Helena Koller
	Art 19: Os Agentes Sociais da Rede de Proteção e Atendimento no Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial	2012	Exploração Sexual, Atores Sociais, Crianças e Adolescentes, Violência.	Maria de Fátima Pereira Alberto; Ana Cristina Serafim da Silva; Vanessa Cavalcante Gomesa; Roberta Valesca Mota Santana; Ádria Melo Soares
	Art 20: Violência doméstica contra a criança e rede de proteção social: uma análise sobre articulação em rede	2012	Direitos. Criança e adolescente. Estado. Violência doméstica. Rede de Proteção .	Cássia Araújo Moraes

Quadro 1 – Informações preliminares sobre os artigos analisados

(conclusão)

Artigos	Título	Ano	Palavras-chave	Autor (res)
Rede Intersetorial de Atendimento às Crianças e Adolescentes	Art 21: Construindo a rede de cuidados em saúde mental infantojuvenil: intervenções no território	2014	Atenção Primária à Saúde; Cuidado da Criança; Saúde Mental; Terapia Ocupacional.	Luíse de Cássia Tszenioski; Keise Bastos Gomes da Nóbrega; Maria Luiza Lopes Timóteo de Lima; Vera Lúcia Dutra Facundes
	Art 22: Atuação em rede no atendimento ao adolescente vítima de violência: desafios e possibilidades	2015	Adolescente. Violência. Rede social. Serviços de saúde. Proteção.	Gomes Gonçalves; Cláudia Fabiane; Pereira da Silva, Lygia Maria; Rodarti Pitanguí, Ana Carolina; Cibele da Silva; Cintia de Santana; Marcela Virgínia
	Art 23: Rede de suporte da família da criança e adolescente com deficiência visual: potencialidades e fragilidades	2016	Apoio Social, Enfermagem Familiar, Crianças com deficiência, Baixa visão	Mayara Caroline Barbieri; Gabriela Van Der Zwaan Broekman; Renata Olzon Dionysio de Souza; Regina Aparecida Garcia de Lima; Monika Wernet; Giselle Dupas
	Art 24: Interfaces entre serviços e ações da rede de atenção psicossocial às crianças e adolescentes.	2016	Saúde Mental; Criança; Adolescente; Ação Intersetorial.	Cristiane Kenes Nunes; Luciane Prado Kantorski; Valéria Cristina Christello Coimbra
	Art 25: Rede intersetorial do Programa Saúde na Escola: sujeitos, percepções e práticas	2018	Colaboração Intersetorial; Saúde Escolar; Promoção da Saúde; Políticas Públicas.	Antônio Paulo Gomes Chiari; Raquel Conceição Ferreira; Marco Akerman; João Henrique Lara do Amaral; Kecyanne Malheiros Machado; Maria Inês Barreiros Senna
Rede Intersetorial de Atendimento aos Usuários de Drogas	Art 26: Desatando a trama das redes assistenciais sobre drogas: uma revisão narrativa da literatura	2013	Assistência à saúde; Transtornos relacionados ao uso de substâncias; Centros de tratamento de abuso de substâncias.	Pedro Henrique Antunes da Costa; Daniela Cristina Belchior Mota; Fernando Santana de Paiva; Telmo Mota Ronzani
	Art 27: As Redes Sociais no Cuidado aos Usuários de Drogas: Revisão Sistemática	2016	Redes sociais; droga (abuso); revisão de literatura	Bárbara Pereira Loures; Pedro Henrique Antunes da Costa; Telmo Mota Ronzani
Rede Intersetorial de Atendimento	Art 28: Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social	2013	Rede; Intersetorialidade; Política de Assistência Social.	Karine Yanne de Lima; Pereira; Solange Maria Teixeira

Tabela 1 – Tipos de pesquisas utilizadas nos estudos selecionados

(continua)

Tipo de Pesquisa	Nº	Técnicas de coleta de dados	Nº
Qualitativo	20	Entrevista	14
		Questionário	1
		Discussões em grupo	1
		Pesquisa-ação	2
		Pesquisa bibliográfica	4
		Pesquisa participante	2
		Pesquisa de campo	2
		Diário de campo	1
		Ecomapa	2
		Genograma	1
		Observação participante	2
Subtotal		32	

Tabela 1 – Tipos de pesquisas utilizadas nos estudos selecionados

(conclusão)

Tipo de Pesquisa	Nº	Técnicas de coleta de dados	Nº
Quantitativo	2	Inserção ecológica	1
		Entrevista	1
		Questionário	1
Subtotal			3
Quanti-qualitativo	06	Questionário	4
		Pesquisa documental	4
		Entrevista	3
		Observação direta	1
		Inserção ecológica	1
Subtotal		28	16

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os artigos foram separados na Figura 1 de acordo com a rede intersetorial dos grupos identitários localizados no decorrer da pesquisa; ou seja, na seguinte sequência: rede intersetorial de atendimento às mulheres; aos idosos; às crianças e adolescentes; aos usuários de drogas e, por fim, da subárea, rede intersetorial de atendimento. Os artigos foram numerados da seguinte maneira – Art 1 a Art 28, sendo que os anos de publicação dos artigos foram apresentados em ordem cronológica, em cada agrupamento.

Como pode ser visualizado na Figura 1, dentre as palavras-chave, algumas foram marcadas em negrito, no intuito de demonstrar que outras designações são dadas as redes intersetoriais, além das já mencionadas anteriormente – atendimento, assistência e de serviços – aparecem nomeações como: redes comunitárias, rede setorial, rede social, rede de proteção e rede de apoio. Essas diferentes designações podem estar relacionadas às diversas políticas públicas que são direcionadas aos grupos identitários ou sociais, não existindo uma uniformidade de nomenclatura, como constatado nos artigos analisados.

A formulação e implementação de políticas públicas e sociais direcionados a diferentes grupos sociais no Brasil e a proposta de atuação intersetorial destas

políticas, pode ter sido um aspecto que possibilitou o desencadeamento de estudos e pesquisas, com publicações presentes no decorrer do período analisado, mas ainda apresentando uma produção incipiente.

4.1 Análise das produções quanto aos tipos de pesquisas utilizadas

Por meio do Tabela 1 apresentada acima é possível identificar quais os tipos de pesquisas os autores têm recorrido e as técnicas de coleta de dados empregadas, nos 28 artigos analisados, bem como as respectivas quantidades de vezes mencionadas como sendo utilizadas nos estudos desenvolvidos.

Em relação aos tipos de pesquisa, como pode ser verificado no Tabela 1, dentre as 28 produções analisadas, 20 recorreram à abordagem qualitativa no desenvolvimento dos estudos, com emprego de 11 diferentes técnicas de coleta de dados, mas com prevalência da entrevista e da pesquisa bibliográfica. Dois artigos privilegiaram o uso da abordagem quantitativa, e como instrumentos de coleta dos dados a entrevista, o questionário e a inserção ecológica.

Em seis artigos houve menção à combinação das duas abordagens, sendo de natureza quanti-qualitativo,

recorrendo-se ao uso de questionário, entrevista, pesquisa documental, observação direta e inserção ecológica. Assim, em um mesmo estudo é possível uma correlação tanto de abordagens como de técnicas, aspecto verificado nas produções aos quais se teve acesso.

No que diz respeito aos tipos de pesquisa empregada, em quatro artigos realizou-se pesquisa bibliográfica, em dois artigos foram citados a realização da pesquisa-ação. Tszesnioski *et al.* (2014), justificaram o emprego da pesquisa-ação ao salientarem que “

se constitui na lógica entre a teoria e a prática, que vislumbra intervenção numa situação real, produzindo conhecimento útil e relevante, em que os participantes estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (Tszesnioski *et al.*, 2014).

A realização da Pesquisa Participante (PP) foi mencionada no artigo de Silva, Padoin e Vianna (2013), considerada importante por integrar o conhecimento do mundo acadêmico e da comunidade estudada, numa efetiva participação do grupo pesquisado, com intuito de contribuir com melhorias ou mudanças no contexto social da comunidade envolvida no processo.

Dentre os softwares empregados na análise dos dados, houve destaque para o uso do Microsoft Access, Microsoft Excel, Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) e Stata v. 13. A Análise de Conteúdo foi outra forma de organização dos dados, citada em 50% dos vinte artigos analisados. Para auxiliar a interpretação dos dados, alguns autores mencionaram realizar: Análise do Discurso, Análise de Narrativa, Análise Temática e Análise de Redes Sociais. Esta última foi realizada somente em um artigo, de autoria de Dutra *et al.* (2013), apesar de todas produções selecionadas tratarem de redes, não se privilegiou a análise de redes como aparato metodológico.

4.1.1 Análise das produções quanto à autoria dos trabalhos

É possível notar que as publicações ocorrem em periódicos distintos, entretanto, através da leitura dos artigos, sobressaíram discussões que se aproximaram às áreas da saúde pública e políticas públicas, ocorrendo muitas vezes a junção destas duas temáticas nos artigos analisados. Dentre os periódicos dos artigos analisados, oito foram publicados na Revista Ciência & Saúde Coletiva; três na Revista Estudos Feministas; três na Interface Comunicação, Saúde e Educação; duas na Revista de Ciências Humanas; duas na Athenea Digital (Internacional); sendo dez artigos publicados em periódicos distintos, como Serviço Social em Revista; Psicologia: Teoria e Pesquisa; Psicologia: Reflexão e Crítica; Universitas Psychologica Bogotá; Psicologia em Estudo; Interfaces Científicas – Humanas e Sociais; Revista Gaúcha de Enfermagem; Texto e Contexto (Enfermagem) e Texto e Contexto. Como pode ser observado, é relevante a publicação em periódicos cuja a área predominante é a saúde e de ciências sociais aplicadas, reafirmando o anteriormente salientado, sobre o interesse de estudiosos destas áreas, em pesquisas de redes intersetoriais de atendimento.

No que corresponde a autoria dos trabalhos analisados, dentre os quatro agrupamentos identificados, no de rede intersetorial de atendimento às mulheres vítimas de violência, as autoras Lília Blima Schraiber; Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira e Heloisa Hanada participaram da autoria de dois artigos, sendo também autoras de referência para outros pesquisadores, inclusive dentro do agrupamento analisado. A autora Edinilsa Ramos de Souza, participou da produção de dois artigos, dentro do agrupamento rede intersetorial de atendimento aos idosos. A autora Sílvia Helena Koller, colaborou em duas produções, na parte de rede intersetorial de atendimento às crianças e

adolescentes, e dentro do agrupamento de rede intersetorial de atendimento aos usuários de drogas, Pedro Henrique Antunes da Costa e Telmo Mota Ronzani tiveram participação em duas publicações analisadas.

4.1.2 Análise do conteúdo das publicações

No decorrer das pesquisas realizadas nas plataformas digitais Capes e Oasis, identificou-se a conformação de redes intersetoriais de atendimento, como destacado anteriormente, para os seguintes públicos: crianças, adolescentes, mulheres, idosos e usuários de drogas. Assim, de acordo com os resultados da pesquisa, organizou-se o agrupamento das produções, da seguinte maneira:

- 1) Rede Intersetorial de Atendimento às Mulheres;
- 2) Rede Intersetorial de Atendimento às Crianças e Adolescentes;
- 3) Rede Intersetorial de Atendimento aos Idosos;
- 4) Rede Intersetorial de Atendimento aos Usuários de Drogas;
- 5) Rede Intersetorial de Atendimento.

Como pode ser constatado no Figura 1, dentre o conjunto de 28 artigos, o agrupamento que possui o maior número de produções é o de Rede Intersetorial de Atendimento às Mulheres, com um número de treze artigos, seguido pelo de Rede Intersetorial de Atendimento às Crianças e Adolescentes, com um total de nove artigos. Em menor número estão os

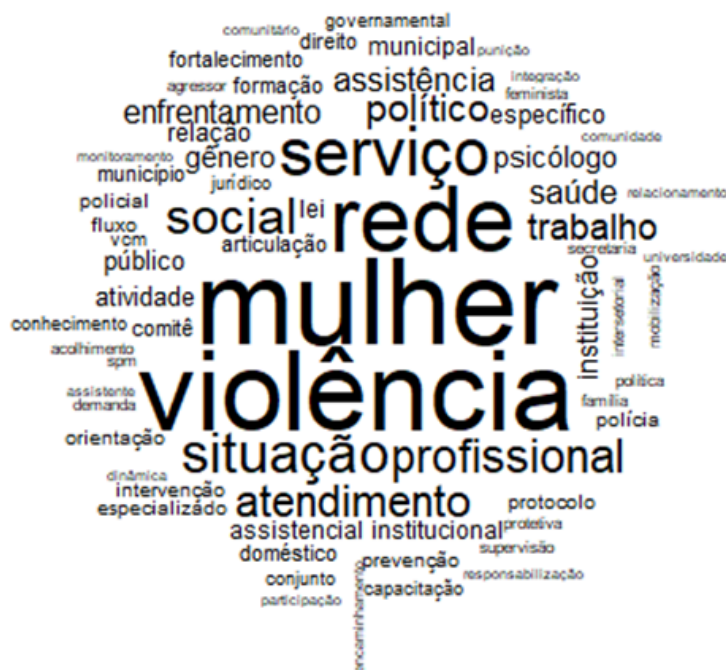
agrupamentos da Rede Intersetorial de Atendimento aos Idosos, Rede Intersetorial de Atendimento aos Usuários de Drogas e Rede Intersetorial de Atendimento, apresentando uma quantidade de três, dois e um artigo, respectivamente.

4.1.2.1 Agrupamento de Rede Intersetorial Atendimento às Mulheres

Em termos das produções, neste agrupamento, sobressaiu a abordagem dos seguintes temas, dentre as palavras-chave relacionadas nos artigos analisados: violência contra às mulheres, direitos humanos e sociais, intersectorialidade, rede social, redes comunitárias, redes de atendimento, redes de enfrentamento à violência contra mulheres, rede protetiva, apoio social, gênero e saúde, relações de gênero, Lei Maria da Penha; feminismo, relações interprofissionais. Dentre os treze artigos, doze apresentam um viés empírico, fruto de realização de pesquisas empíricas realizadas em diversas localidades no Brasil, e apenas um artigo possui viés teórico, desenvolvendo reflexões teóricas sobre as redes intersetoriais e desdobramento de seu funcionamento na sociedade, sendo de autoria de Carvalho e Bertolin (2016).

As informações contidas nos resumos e conclusões dos artigos deste agrupamento foram processadas no Iramuteq e gerou a seguinte imagem de nuvem de palavras, como apresentada na sequência (Figura 2).

Figura 2 – Nuvem de Palavras do agrupamento Rede Intersetorial de Atendimento às mulheres vítimas de violência



Fonte: Dados da Pesquisa.

O método acima (figura 2) evidencia que as palavras com maior frequência foram: mulher, violência, rede, serviço, situação, social, profissional, atendimento, político, trabalho, assistência, que apareceram respectivamente, 139, 124, 101, 69, 56, 46, 42, 41, 34, 30 e 26 vezes, na transcrição do corpus textual. A recorrência desse conjunto de palavras, demonstra o perfil destas redes sociais e corrobora com o que fora discutido pelos autores nos artigos analisados e que será apresentado na sequência, pois como trata-se de discussões a respeito do atendimento às mulheres que se encontram em situação de violência, são constituídas com o objetivo de prestar serviços profissionais a este público específico. A implementação de políticas públicas representou um passo determinante para a formação destas redes, que tem em sua composição a participação de organizações de natureza governamental e não governamental.

Assim, neste agrupamento, dos treze artigos analisados, em doze (exceto

o artigo de autoria de Carvalho e Bertolin de 2016), houve menção a uma desarticulação dos serviços prestados, não se constatando de fato a existência de uma rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, ou quando verificado algum nível de articulação, esses fluxos ocorreram de forma parcial, configurando-se em uma rede fragmentada, com significativos obstáculos para o alcance de atendimento integral às vítimas. Neste sentido, a expectativa é que o trabalho das diferentes organizações ocorra de modo interligado,

[...] para que um conjunto dado de serviços se possa atribuir a qualificação de 'rede'. A atuação em 'rede' requer, assim, um determinado modo de funcionamento, que não é dado apenas pela existência de um conjunto de serviços, pois o conjunto pode expressar só uma somatória de intervenções, com serviços justapostos cuja atuação não necessariamente estabelece alguma integração assistencial (Schraiber *et al.*, 2012, p. 237)

Alguns apontamentos apresentados por Silva, Padoin e Viana (2013) refletem o que fora retratado por outros autores deste agrupamento, em seus estudos, no que diz respeito aos aspectos que dificultam o trabalho realizado pelas redes intersetoriais de atendimento às mulheres vítimas de violência. Ao apontarem existir uma desarticulação entre os serviços da rede, devido ao descompasso de atuação de alguns setores, que por vezes não compreendem e desqualificam a agressão sofrida pela mulher, prejudicando o atendimento e o direcionamento às demais organizações da rede, sem contar o despreparo dos profissionais para trabalhar com abordagem como desigualdade de gênero e a violência contra às mulheres, como destacam: Andrade e Rezende (2014); Dutra *et al.* (2013), Hanada, D'Oliveira e Schraiber (2010), Santos (2015), Schraiber *et al.* (2012), Scott *et al.* (2016), Silva e Miguel (2016), Soares e Lopes (2018), Vieira e Hasse (2016), e na perspectiva de rede (Santos; Vieira, 2011). Além da ausência de protocolo que permita determinar os fluxos e a organização de referência e contrarreferência dos serviços prestados.

De acordo com Andrade e Rezende (2014); Hanada, D'Oliveira e Schraiber (2010), Kiss, Schraiber e D'Oliveira (2007), Santos (2015), Santos e Vieira (2011), Silva e Miguel (2016), Soares e Lopes (2018) e Viera e Hasse (2016), ocorrem também ausência de maiores investimentos na qualificação/capacitação dos profissionais envolvidos nos atendimentos às mulheres, em temas que privilegiam as discussões e formações em torno da equidade de gênero, garantia de direitos e rede de serviços.

Outros percalços na realização do trabalho desenvolvido pelas redes intersetoriais de atendimento às vítimas de violência foram apontados pelas autoras Schraiber *et al.* (2012), como: a) os diferentes vínculos, objetivos e culturas presentes nas organizações, o que resulta em linguagens institucionais diversificadas,

o que pode representar um obstáculo na efetivação de diálogo entre as organizações da rede e na concretização do trabalho a ser realizado; b) setores que atuam de forma completamente autônoma; c) dificuldades de reconhecimento mútuo e predomínio de desconfiança entre os setores; d) fluxos ainda muito centrado no conhecimento dos indivíduos, dificultando a concretização de relações institucionalizadas; e) desenvolvimento de triagens, porém com déficit em encaminhamentos, não sendo apresentado uma proposta de assistência específica; e) mudança de representantes governamentais, o que pode acarretar alterações nas políticas de governo e ocasionar fragilidades ou descontinuidades dos serviços ofertados.

Dentre os artigos analisados, em três, o de autoria de Dutra *et al.* (2013), Schraiber *et al.* (2012) e Scott *et al.* (2016) existem a menção a rede primária, como importante suporte no enfrentamento a violência contra às mulheres. Neste ponto é importante destacar que, a rede primária refere-se aos vínculos significativos que uma ou mais pessoas mantém constantemente no decorrer de suas vidas, ou seja, contempla laços de familiaridade, parentesco, vizinhança e amizade, correspondente ao processo de socialização dos indivíduos, de forma autônoma, espontânea e informal. As redes secundárias são efetivadas por meio de atuação coletiva, que pode ser de grupos, instituições e movimentos direcionados a interesses comuns, como destaca Marteleto e Stotz (2009).

De acordo com as autoras Dutra *et al.* (2013), a trama de serviços em atendimento às mulheres inclui atuações de diversificadas áreas, como orientação básica, policial, jurídica, assistência psicossocial, saúde e abrigo, além de incluir a participação familiar/comunitário, em prol do funcionamento da rede. Nesta direção, consideram a existência de diferentes

redes, com possibilidades de se inter cruzarem, como a rede sociotécnica, composta por sistemas organizacionais de regulação, que planejam ações que impactam a base do sistema, as redes socioinstitucional, representadas por organizações de natureza governamental e não governamental, como forma de garantir a governança e a sócio humana, de socialização do indivíduo. Para as autoras, compreender os aspectos inerentes a esta última é importante na realização do enfrentamento a violência contra às mulheres, que é instrumentalizado pelas redes sociotécnica e socioinstitucional. Essas três redes compõe a rede social em que a mulher pode recorrer no caso de sofrer violência (Dutra *et al.*, 2013).

Scott *et al.* (2016) consideram que a rede de interconhecimento, composta por vizinhos, parentes e amigos, em muitos momentos mantém conexão com a rede institucional de atendimento à vítima de violência, todavia destacam que essas redes podem apresentar posturas consideradas contraditórias, com episódios de ajuda/suporte, mas também de negação de apoio/assistência, para que as mulheres consigam sair da condição de violência.

4.1.2.2 AGRUPAMENTO REDE INTERSETORIAL DE ATENDIMENTO AOS IDOSOS

Os artigos presentes neste agrupamento possuem viés empírico, sendo realizadas pesquisas empíricas relacionadas ao atendimento deste grupo nas redes às quais tem acesso. Dentre os artigos analisados, predominou a abordagem dos seguintes temas, de acordo com as palavras-chave relacionadas nos artigos: violência, saúde do idoso, serviços de saúde, redes de proteção, direitos do idoso e apoio social. Em todos artigos analisados foi possível constatar a deficiência de atendimento aos

idosos em suas necessidades, tanto na rede formal – que é permeada por

políticas públicas direcionadas à população idosa em geral, agregando serviços de atenção à saúde, instituições jurídicas de garantia dos direitos, órgãos da previdência social, dentre outros” (Souza *et al.*, 2008, p. 1154).

Como pela rede informal ou rede de suporte social que “compreende as redes de relacionamentos entre membros da família, amigos, relações de trabalho, de inserção comunitária e de práticas sociais”, compondo a rede social do idoso (Alvarenga *et al.*, 2011, p. 2604).

Os autores Souza *et al.* (2008) e Cavalcanti e Souza (2010), fazem referência às deficiências da rede de atenção aos idosos em situação de violência e enfatizam que a rede formal se encontra desarticulada e com dificuldades de comunicação. Trata-se assim de uma rede precária de atendimento às necessidades da população idosa, apesar de ser apontada como essencial para o pleno bem-estar destes indivíduos. Outro aspecto ressaltado é de que em muitas situações, as agressões são perpetradas pelos próprios familiares, despreparados no que diz respeito ao cuidado e proteção dos idosos. Desta maneira, é possível concluir que tanto a rede formal como a informal não estão estruturadas de modo a garantir apoio aos idosos.

As conclusões dos artigos foram processadas no software Iramuteq e gerou a seguinte imagem de nuvem de palavras, como apresentada na Figura 3

Figura 3 – Nuvem de Palavras – Rede Intersetorial de Atendimento aos Idosos



Fonte: Dados da Pesquisa.

Foi identificado por meio do método de nuvem, dentre as palavras, as que apareceram com maior frequência estão: idoso, rede, direito, instituição, violência, saúde, social, família, familiar, mencionadas respectivamente, 23, 10, 8, 7, 7, 5, 5, 4 e 4 vezes, na transcrição do corpus textual.

Na rede social dos idosos, observa-se que existe uma composição de rede que leva em consideração as vulnerabilidades que este grupo enfrenta, seja por meio da busca de atendimento aos problemas com a saúde ou a violência doméstica sofrida, com necessidade de obter atendimento global. Apesar da violência muitas vezes ocorrer no ambiente familiar, a rede primária precisa ser fortalecida, no intuito de colaborar na melhoria das condições de vida do idoso, de igual modo a rede institucional/formal necessita estar atuante, sendo extremamente necessária o constante diálogo e interlocução entre essas redes, no intuito de se alcançar a assistência e atendimentos demandados.

4.1.2.3 Agrupamento Rede Intersetorial de Atendimento às Crianças e Adolescentes

Todos os artigos deste agrupamento apresentaram viés empírico por meio do desenvolvimento de pesquisa empírica, em relação ao funcionamento das redes direcionadas a esse público específico, com predomínio das seguintes temáticas, de acordo com as palavras-chave relacionadas nos artigos: atenção primária à saúde, cuidado da criança, saúde mental, terapia ocupacional, apoio social, crianças com deficiência, direitos, Estado, vulnerabilidade social, violência doméstica, rede de proteção, rede de apoio, fator de proteção, abuso sexual, exploração sexual, atores sociais, família, proteção integral, assistência social e intersetorialidade.

Dentre os nove artigos deste agrupamento, os de autoria de Nunes, Kantorski, Coimbra (2016) e Tszesnioski *et al.* (2014) e fazem referência à saúde mental. Tszesnioski *et al.* (2014) apontam que, apesar da necessidade de maior articulação das organizações que prestam serviços, estas ainda funcionam como importante suporte de apoio para a promoção da autonomia e independência dos sujeitos. O estudo demonstrou que existe uma relação estressante das crianças e adolescentes com a família, o que exige ainda mais a presença da rede institucional no apoio às crianças e adolescente e de seus familiares. Já Nunes, Kantorski, Coimbra (2016) acrescentam os aspectos positivos das redes formais e a necessidade de seu constante aprimoramento, pois tem condições de promover através da intersetorialidade

o enfrentamento dos problemas, o envolvimento de pessoas e a criação de espaços de negociações, produzindo resultados mais significativos para o cuidado infantil e juvenil (NUNES; KANTORSKI; COIMBRA, 2016, p. 7)

Barbieri *et al.* (2016) fazem referência a rede de portadores de deficiência visual,

na qual consideram que não existe de fato uma rede de atendimento às crianças e adolescentes, visto que não se verificou articulação entre os serviços. Nas palavras das autoras

nota-se que os 'nós' de sustentação e interface entre as organizações acabam por serem dados pela própria família, por amigos e pela espiritualidade e religiosidade a fim de assegurarem pelo menos o mínimo de amparo (Barbieri *et al.*, 2016, p. 3220).

Sem, no entanto, alcançar o importante suporte da rede formal, composta pelos serviços de assistência.

As demais produções deste agrupamento fazem referência a vulnerabilidade social e a violência sofrida pelas crianças e adolescentes. Dizem respeito ao funcionamento das redes formais como parte importante e fundamental para o cuidado e atenção a esse grupo social. Os estudos realizados demonstram que as redes de atendimento encontram-se fragmentadas, devido às dificuldades em estabelecer um fluxo de encaminhamento compatíveis com às demandas de atendimentos dos assistidos, com descontinuidades de estabelecimento de conexões frequentes entre os setores, apresentando, desta forma, dificuldades em cumprir o papel de proteção e assistência integral, como pode ser constatado nos estudos de Alberto *et al.* (2012), Barbieri (2016), Chiari *et al.* (2018), Gonçalves *et al.* (2015), Habigzang, Ramos e Koller (2011), Moraes (2012), Moraes; Koller e Raffaelli (2012).

Habigzang, Ramos e Koller (2011) enfatizam que a falta de capacitação contínua, direcionados aos profissionais sobre temáticas como abuso sexual; conhecimento sobre as Leis de Proteção à criança e ao adolescente; dificuldades de comunicação e planejamento entre os serviços que compõe a rede dificultam e comprometem o desenvolvimento do trabalho a ser realizado.

Alberto *et al.* (2010) e Moraes, Koller e Raffaelli (2012) e , salientam sobre o

desafio de superar as ações moralizantes dos profissionais que atuam nos serviços presentes na rede, ao culpabilizar as famílias, sem clareza da necessidade de uma política de prevenção, em convergência a uma ideologia e discurso dominante de que a violência está centrada nas famílias pobres.

As conclusões dos artigos foram processadas no Iramuteq e gerou a seguinte imagem de nuvem de palavras, como apresentada na Figura 4 a seguir.

Figura 4 – Nuvem de Palavras – Rede de Atendimento às Crianças e Adolescentes



Fonte: Dados da Pesquisa.

O método de nuvem demonstra que as palavras que aparecem com maior frequência são: social, rede, criança, proteção, família, adolescente, saúde, serviço, assistência, direito, atenção, política, instituição, sendo citado, respectivamente, 40, 36, 28, 25, 24, 21, 17, 15, 11, 10, 10,10 e 10 vezes na transcrição do corpus textual.

Nesta nuvem de palavras fica claro, como apontado pelos autores nos artigos, que a rede social das crianças e adolescentes tem uma forte e importante participação da rede primária, sendo a família considerada essencial na proteção e amparo às necessidades deste público, seja em relação ao enfrentamento da violência, como no apoio a algum

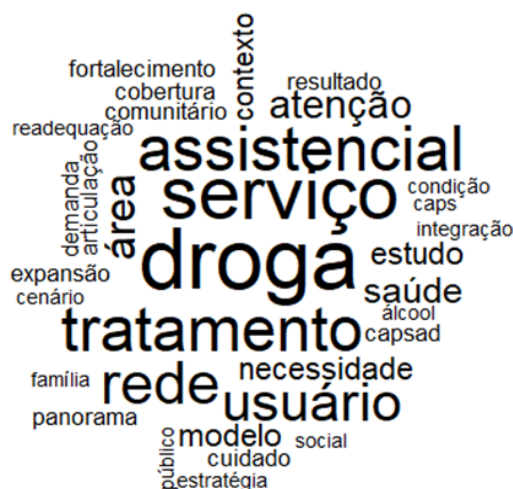
problema de saúde/deficiência física. Assim, observa-se como é essencial o pleno desenvolvimento da rede formal, bem como a manutenção do diálogo e compartilhamento de obrigações com a rede informal, que permita atender de modo integral o público infanto-juvenil. Assim, os estudos apontam a necessidade de elaborar políticas públicas direcionadas para garantir o acesso aos serviços e de assistência.

4.1.2.4 Agrupamento Rede Intersetorial de Atendimento aos Usuários de Drogas

Nos dois artigos deste agrupamento prevaleceu uma revisão sistemática da literatura (Viés teórico) sobre o funcionamento das redes intersetoriais, especialmente em relação à demanda de tratamento pelos usuários de drogas. Sobressaiu a abordagem dos seguintes temas, dentre as palavras-chave relacionadas nos artigos: assistência à saúde; transtornos relacionados ao uso de substâncias; centros de tratamento de abuso de substâncias, redes sociais; droga (abuso).

Assim como nos demais agrupamentos, a análise do resumo e das conclusões dos artigos foram processadas no Iramuteq e o processamento das informações gerou a imagem de nuvem de palavras, como pode ser observado na Figura 5. As palavras que aparecem com maior frequência são: droga, serviço, assistencial, tratamento, rede, usuário, citado respectivamente, 20, 17, 14, 14, 13 e 12 vezes na transcrição do corpus textual.

Figura 5 – Nuvem de Palavras – Rede Intersetorial de atendimento aos dependentes de entorpecentes



Fonte: Dados da Pesquisa.

Costa *et al.* (2015) discutem a rede de assistência aos usuários de drogas e demonstram uma cobertura ainda deficitária em relação a demanda de tratamento, visto estar organizada de maneira desintegrada. Também mencionam que os profissionais que prestam serviços não possuem formação adequada para atender os dependentes de forma satisfatória, ocasionando defasagem na assistência.

Os autores mencionam a necessidade de maior conexão entre os serviços e as políticas públicas, com vistas a implantação de um sistema integrado, superando a concentração somente em serviços especializados, com a adoção de uma perspectiva que privilegie a intersetorialidade, como forma de ampliar o oferecimento dos serviços.

Loures, Costa, Ronzani (2016) comungam com Costa (2015) ao apontar a necessidade de maiores pesquisas referentes às redes de atendimento aos usuários de drogas. Loures, Costa, Ronzani (2016) salientam que o apoio dispensado aos dependentes está ancorado na rede social ampliada, uma vez que esta é composta pelos serviços e os profissionais de várias organizações de atenção aos

usuários de drogas, a família e a comunidade, sendo necessário o máximo de integração entre essas redes, que apresenta natureza formal e informal.

4.1.2.5 Agrupamento Rede Intersetorial de Atendimento

Neste agrupamento está presente apenas o artigo “Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social”, de autoria de Pereira e Teixeira (2013), que realizaram reflexões teóricas a respeito da intervenção em rede e a intersectorialidade, como princípios norteadores das políticas sociais na contemporaneidade. Nesta direção, o objetivo apresentado pelas autoras neste artigo é de:

levantar e discutir aspectos contextuais, conceituais e tipológicos de redes, intersectorialidade, e como suas concepções são incorporadas na gestão das políticas sociais, em especial na política de assistência social (Pereira; Teixeira, 2013, p. 114).

Realizando assim, uma discussão relacionada às redes intersectoriais e seus desdobramentos nas políticas sociais, viabilizadas e desenvolvidas no Brasil, em resposta às demandas de grupos sociais, que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Com base nos agrupamentos apresentados foi possível observar que estas redes apresentam algumas similaridades, como as mencionados na sequência:

- Tratam-se de redes intersectoriais de atendimento a grupos sociais historicamente excluídos da sociedade;
- Trabalham com conceito de rede social ampliada, composta pela rede informal, isto é, de sociabilidade dos indivíduos, e a rede formal, onde estão as organizações e os profissionais responsáveis por prestar serviços;

- Apesar da busca por estabelecer diálogo e desenvolver trabalho conjunto entre as organizações, os autores mencionaram que as redes se encontram ainda fragilizadas e fragmentadas, onde existe um descompasso e desarticulação na oferta dos serviços.
- A capacitação/formação dos profissionais que atuam nas redes, ainda ocorre de forma incipiente e descontínua, o que prejudica a oferta dos serviços de forma qualificada aos grupos sociais demandantes por assistência.

5 CONCLUSÃO

É imprescindível destacar que é no cenário de ampliação dos recursos tecnológicos, potencializados pela TICs; de uma nova relação da sociedade civil com órgãos governamentais; de coparticipação na implementação das políticas públicas e a ação direcionada dos movimentos sociais, com ações propositivas e direcionadas às áreas temáticas, que ocorrem a implantação de redes denominadas como intersectorial, constituídas por organizações governamentais e não governamentais, em prol do atendimento às demandas de determinados grupos sociais.

Assim, a política de descentralização do Estado tem resultado em incentivo à formação destas redes, sobretudo por meio de implementação de políticas públicas, como forma de compartilhar as responsabilidades pelo atendimento aos públicos específicos, através da proposta em desenvolver um trabalho conjunto, de parceria entre a sociedade civil, movimentos sociais e organizações governamentais.

Ressalta-se que a produção deste artigo teve a intenção de mapear os estudos mais recentes sobre as redes intersectoriais, realizado em duas plataformas digitais e com a escolha de quatro diferentes descritores, no intuito de

se alcançar o maior número de produções sobre o tema. No entanto, é necessário salientar que este estudo não esgota a possibilidade de encontrar outros resultados, seja por meio de ampliação das pesquisas em outras plataformas digitais e escolha de outros descritores.

A realização do estado da arte permitiu constatar uma produção ainda incipiente sobre às redes intersetoriais, sobretudo referentes às discussões mais aprofundadas dessas redes e os desdobramentos de sua atuação na sociedade. Não sendo observado investimento teórico e analítico de redes, dentre os artigos analisados.

Em relação aos periódicos de publicação, verificou-se a ocorrência em periódicos distintos, entretanto, através da leitura dos artigos foi possível constatar a predominância das áreas da saúde pública e políticas públicas.

Como tipo de pesquisa, o destaque é para a abordagem qualitativa, mais realizada dentre as produções analisadas, porém foi verificado a adoção em alguns artigos, somente da abordagem quantitativa ou uma junção de quali-quantitativa. A técnica mais empregada foi a entrevista.

O maior número de artigos ficou concentrado em duas áreas temáticas, no agrupamento Rede Intersetorial de Atendimento às Mulheres e Rede Intersetorial de Atendimento às Crianças e Adolescentes, com treze e nove produções, respectivamente. No primeiro grupo as discussões se concentraram no funcionamento da rede intersetorial, como possibilidade de enfrentamento à violência contra às mulheres e no segundo grupo, também em relação ao funcionamento da rede, no apoio de assistência psicossocial e como importante instrumento no enfrentamento a violência infanto-juvenil e de situações de vulnerabilidade social.

Isto posto, ressalta-se que é salientado pelos estudiosos destas redes, em todos os agrupamentos analisados,

que as dificuldades de diálogos e interconexão entre as organizações que prestam os serviços ocasiona a fragmentação da rede Intersetorial de atendimento, não contemplando a oferta de um trabalho de modo integral aos públicos a que se destinam. A falta de capacitação em temas específicos e sobre redes torna-se também um obstáculo para o pleno funcionamento destas redes.

Nos artigos houve ênfase que quando as redes intersetoriais estão bem articuladas, por meio do compartilhamento de responsabilidades e compromisso entre as partes envolvidas, existem maiores possibilidades de alcance dos direitos sociais, almejados pela população demandante dos serviços, com significativos reflexos na redução da exclusão social. Por isso, os autores dos artigos analisados, destacam a importância da efetiva implementação das políticas públicas e sociais, como forma de contemplar as necessidades urgentes de grupos sociais, que muitas vezes se encontram em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SILVA, Ana Cristina Serafim da; GOMESA, Vanessa Cavalcante; SANTANA, Roberta Valesca Mota; SOARES, Âdria Melo. Os agentes sociais da rede de proteção e atendimento no enfrentamento da exploração sexual comercial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [S. l.], v. 25, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/5Cc87rwM7FKF9wxVMKCNS6n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2018.

ALVARENGA, Márcia Regina Martins; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos; DOMINGUES, Marisa Accioly Rodrigues; AMENDOLA, Fernanda; FACCENDA, Odival. Rede de suporte social do idoso atendido por equipes de Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 16, p. 2603-2611, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/tK47vx7ZZwW6scDbbFdX6kQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2018.

AMORIM, Talila Arrais; TEIXEIRA, Solange Maria. Gestão social e em redes: uma estratégia de gestão na política de assistência social brasileira no contexto neoliberal. In: SILVA, Maria do Rosário de Fátima e; FERREIRA, Maria D'Alva Macedo; GUIMARÃES, Simone de Jesus (org.). **Questão social e políticas públicas na atualidade**. Teresina: EDUFPI, 2017. p. 177 – 193. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/EDUFPI/Livro_valendo210818.pdf. Acesso em: 7 mar. 2018.

ANDRADE, Luciana Vieira Rubim; REZENDE, Daniela Leandro. Rede não especializada de atendimento à mulher em situação de violência em Viçosa, Minas Gerais. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 14, n. 1, p. 207–225, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3935/Rede%20N%C3%A3o%20Especializada%20de%20Atendimento%20C%3A0%20Mulher%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Vi>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BARBIERI, Mayara Caroline; BROEKMAN, Gabriela Van Der Zwaan; SOUZA, Renata Olzon Dionysio de; LIMA, Regina Aparecida Garcia de; WERNET, Monika, DUPAS, Giselle. Rede de suporte da família da criança e adolescente com deficiência visual: potencialidades e fragilidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 21, n. 10, p. 3213–3223, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZSYzx8LfZtxmmD3gBYzhxpM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2018.

BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

CARVALHO, Grasielle Borges Vieira de; BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. Perspectivas para a humanização e

ampliação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência: a casa da mulher brasileira. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 71–82, 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/2915/1810>. Acesso em: 12 mar. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 6. ed. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2010.

CAVALCANTI, Maria de Lourdes Tavares; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Percepções de gestores e profissionais de saúde sobre a atenção aos idosos vítimas de violências no município do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 15, n. 6, p. 2699–2708, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RktJXDjDG5z4zMGQGkmywy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2018.

CHIARI, Antônio Paulo Gomes *et al.* Rede intersetorial do Programa Saúde na Escola: sujeitos, percepções e práticas. **Cadernos de saúde pública**, [S. l.], v. 34, p. 1–15, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/d9GHPC4rRF9WJkQxyqmbZCG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2018.

COSTA, Pedro Henrique Antunes; MOTA, Daniela Cristina Belchior; Paiva, Fernando Santana de; RONZANI, Telmo Mota. Desatando a trama das redes assistenciais sobre drogas: uma revisão narrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 20, p. 395–406, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3pknv5vsfgcT3qk3Zz5hchK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25. mar. 2018.

DUTRA, Maria de Lourdes; PRATES, Paula Licursi, NAKAMURA, Eunice; VILLELA, Wilza Vieira. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. The configuration of the social network of women living in domestic violence situations. **Ciência & Saúde**

Coletiva, [S. l.], v. 18, n. 5, p. 1293-1304, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/K77HzVKqLpCgJCpqGD8qQ8C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GONÇALVES, Antônio Sérgio; GUARÁ, Isa Maria F. R. Redes de proteção social na comunidade: por uma nova cultura de articulação e cooperação em rede uma convivência grupal que mobiliza, protege e desenvolve seus participantes. In: GUARÁ, Isa Maria F. R. (org.). **Redes de proteção social**. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. Disponível em: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro4.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.

GONÇALVES, Gomes; FABIANE, Cláudia; SILVA, Pereira da; MARIA, Lygia; PITANGUI, Rodarti, CAROLINA, Ana; SILVA, Cibebe da; Santana, Cintia de; VIRGÍNIA, Marcela. Atuação em rede no atendimento ao adolescente vítima de violência: desafios e possibilidades. **Texto & Contexto Enfermagem**, [S. l.], v. 24, n. 4, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/KkJyFdT7kNQfVL3sLChbFpC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2018.

GROSSI, Patrícia Krieger; PEDERSEN, Jaina Raqueli; VINCENSI, Jaqueline Goulart; FIGUEIRA, Sônia Maria de Almeida. Prevenção da violência contra mulheres: desafios na articulação de uma rede intersetorial. Athenea Digital. **Revista de pensamento e investigación social**, [S. l.], v. 12, n. 3, 2012. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v12-n3-krieger-pedersen-vincensi-et-al/1112-pdf-pt>. Acesso em: 12 maio 2018.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; RAMOS, Michele da Silva; KOLLER, Sílvia Helena. A revelação de abuso sexual: As medidas adotadas pela rede de apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 467-473, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/Zs6C6DvBkVvgdt6hSTMVv6g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2018.

HANADA, Heloisa; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lília Blima. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. **Estudos Feministas**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 33, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/NT9hzc5kt6qFB4VGJZkT64m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2018.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates, SILVA, Maria de Fátima. Ação intersetorial na saúde. In: CORÁ, Maria Amelia Jundurian, JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates. **Redes sociais e intersetorialidade**. São Paulo: Tiki Books, 2016, p. 13-40. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/neats/Redes-sociais-e-intersetorialidade.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2018.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates. **Redes sociais e intersetorialidade**. São Paulo: Tiki Books, 2016. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/neats/Redes-sociais-e-intersetorialidade.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2018.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 3, n. 3, mar./abr., 1998. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/12980>. Acesso em: 17 maio 2018.

INOJOSA, Rose Marie; JUNQUEIRA, Luciano A. Práticas e saberes: desafios e inovação em gestão social. **O&S**, [S. l.], v. 15, n. 45, p. 171-180, 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10957/7883>. Acesso em: 11 abr. 2018.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos Fundap**, [S. l.], v. 22, p. 102-110, 2001. Disponível em: https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf. Acesso em 12 mar. 2018.

INOJOSA, Rose Marie. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 35-48, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7698/6271>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

LINS, Cynthia de Freitas Melo. **Apostila de Iramuteq**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2017.

LOURES, Bárbara Pereira; COSTA, Pedro Henrique Antunes da; RONZANI, Telmo Mota. As redes sociais no cuidado aos usuários de drogas: revisão sistemática. **Psicologia em Estudo**, [S. l.], v. 21, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/28489/pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018

MARTELETO, Regina Maria; STOTZ, Eduardo Navarro. **Informação, saúde e redes sociais**: diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré. Editora Fiocruz, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/23585/marteletto-9788575413319.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MORAES, Cássia Araújo. Violência doméstica contra a criança e rede de proteção social: uma análise sobre articulação em rede. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 119-144, 2012. Disponível

em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/13257/11640>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MORAIS, Normanda Araújo de; KOLLER, Sílvia; RAFFAELLI, Marcela. Rede de apoio, eventos estressores e mau ajustamento na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Universitas Psychologica**, [S. l.], v. 11, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rups/v11n3/v11n3a08.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; SILVA, Marcelo Kunrath. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], v. 16, n. 31-Supl, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/LHgb45mQwZCyxFHSdcfJSGr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2018.

NUNES, Cristiane Kenes; KANTORSKI, Luciane Prado; COIMBRA, Valéria Cristina Christello. Interfaces entre serviços e ações da rede de atenção psicossocial às crianças e adolescentes. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngen/a/pr4gFN8kNZ49wK88xyCVvWJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2018.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange. Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos**, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12990/9619>. Acesso em: 5 abr. 2018.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Portal de periódicos CAPES: Missão e objetivos. **CAPES Periódicos**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/index>

.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&Itemid=109. Acesso em: 30 jun. 2018.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo Estado da Arte. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 6, n. 19, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176/22872>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SANTOS, Cecília MacDowell. Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. **Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 577-600, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GmQ6rgnWCrhfFRHFgRxXCmL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2018.

SANTOS, Manoel Antônio dos; VIEIRA, Elisabeth Meloni. Recursos sociais para apoio às mulheres em situação de violência em Ribeirão Preto, SP, na perspectiva de informantes-chave. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 36, p. 93-108, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/ZYXk53D897JtWkBFVDHnctQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2018.

SCHRAIBER, Lília Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; HANADA, Heloisa; KISS, Lígia. Assistência a mulheres em situação de violência: da trama de serviços a rede intersetorial. **Athenea Digital. Revista de pensamento e investigación social**, v. 12, n. 3, 2012. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v12-n3-schraiber-pires-hanada-et-al/1110-pdf-pt>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SCOTT, Parry; NASCIMENTO, Fernanda Sardelich; CORDEIRO, Rosineide; NANES, Gisele. Redes de Enfrentamento da Violência contra Mulheres no Sertão de Pernambuco. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/VLsTmDCLGtfclg4kvPfpGML/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 abr. 2018.

SILVA, Cláudia Maria Ferreira; MIGUEL, Ângela Maria. A rede não especializada de atendimento à mulher em situação de violência, no município de Viçosa/MG. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 16, n. 1, p. 26-41, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3935/Rede%20N%C3%A3o%20Especializada%20de%20Atendimento%20%C3%A0%20Mulher%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Vi>. Acesso em: 5 jun. 2018.

SILVA, Ethel Bastos da; PADOIN, Stela Maris de Mello; VIANNA, Lucila Amaral Carneiro. Mulher em situação de violência: limites da assistência. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 20, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/STQJrnBbZcpGwxqZKkptpgN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2018.

SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli; LOPES, Marta Julia Marques. Experiências de mulheres em situação de violência em busca de atenção no setor saúde e na rede intersetorial. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/6qJ6qSmHMpZD4ZP4qwX8NVy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2018.

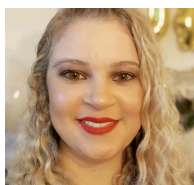
SOUZA, Edinilsa Ramos de; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto; ATIE, Soraya; SOUZA, Amaro Crispim de; MARQUES, Christiane da Cunha. Rede de proteção aos idosos do Rio de Janeiro: um direito a ser conquistado. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 13, p. 1153-1163, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5qjfVqfnrfvptXZzFmDr37F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2018.

VIEIRA, Elisabeth Meloni; HASSE, Mariana. Percepções dos profissionais de uma rede

intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência.

Interface-Comunicação, Saúde, Educação, [S. l.], v. 21, p. 52-62, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/CXcfNwpDWsKM4rmmnVPf7Ln/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mai. 2018

TSZESNIOSKI, Luíse Cássia de; NÓBREGA, Keise Bastos Gomes da; LIMA, Maria Luiza Lopes Timóteo de; FACUNDES, Vera Lúcia Dutra. Construindo a rede de cuidados em saúde mental infantojuvenil: intervenções no território. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hdcRZtgTgV FgYnyQFLcZHZr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mai. 2018.



PALLOMA ROSA FERREIRA

Graduada em Gestão de Cooperativas, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Mestre em Extensão Rural também pela UFV e Doutorado em Economia Doméstica/UFV. É membro do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Humano, Social e Vida Cotidiana. Atualmente atua como pesquisadora, cursando Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento

Regional (PPGDR), pela Universidade Federal de Tocantins (UFT).

DIEGO NEVES DE SOUSA



Pós-doutor do Programa em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (UFT), doutor em desenvolvimento rural (UFRGS), mestre em extensão rural (UFV), gestor de cooperativas (UFV) e sociólogo (UNIP). Atuo nos processos de transferência de tecnologia, no desenvolvimento tecnológico, na elaboração de planos de marketing e de comunicação, além de estudos prospectivos/socioeconômicos e na extensão inovadora conduzidos pela Embrapa Pesca e Aquicultura relacionados aos temas: pesca e aquicultura; sistemas agrícolas integrados; alimentação; desenvolvimento rural e regional; políticas públicas da agricultura familiar; extensão rural, pesqueira e aquícola; inovação social e inclusão produtiva para os atores do meio rural.

Saúde mental de estudantes universitários: mapeamento bibliométrico longitudinal (1974-2022)

Mental Health of University Students: A Longitudinal Bibliometric Mapping (1974-2022)

Liliam Deisy Ghizoni^a, Jorge Jose Ramirez-Landaeta, Roberto Moraes Cruz.

^aUniversidade Federal do Tocantins (UFT), Quadra 109 Norte, Av NS 15 – BALA 2 – Sala 15. Plano Diretor Norte, CEP 77001-923 – Palmas TO – Brasil. E-mail: ldghizoni@gmail.com

Resumo: A população universitária é vulnerável para o desenvolvimento de sintomas de transtornos mentais. O objetivo desta revisão bibliométrica longitudinal foi explorar as tendências dos estudos sobre saúde mental de estudantes universitários até dezembro de 2022. Foram explorados 48 anos de estudos, incluindo 916 artigos extraídos das bases de dados Scopus e Web of Science. Com o uso do software R-RStudio e o pacote Bibliometrix, com a interface biblioshiny 4.1 realizou-se uma análise descritiva e uma análise longitudinal, dividida em três períodos temporais: 1974 a 2000, 2001 a 2011 e 2012 a 2022. Os resultados sugerem que a saúde mental dos estudantes vem sendo considerada uma questão de maior relevância dentro das universidades. Os estudos indicam um interesse crescente por temas como depressão, estresse e sofrimento psicológico, destacando a vulnerabilidade dos estudantes universitários, intensificada pela pandemia por COVID-19.

Palavras-chave: Saúde mental; Estudante universitário; Bibliometria.

Abstract: The university population is vulnerable to developing symptoms of mental disorders. The objective of this longitudinal bibliometric review was to explore trends in studies on the mental health of university students until December 2022. 48 years of studies were explored, including 916 articles extracted from the Scopus and Web of Science databases. Using the R-RStudio software and the Bibliometrix package, with the biblioshiny 4.1 interface, a descriptive analysis and a longitudinal analysis were carried out, divided into three time periods: 1974 to 2000, 2001 to 2011 and 2012 to 2022. The results suggest that the mental health of students has been considered a more relevant issue within universities. Studies indicate a growing interest in topics such as depression, stress, and psychological suffering, highlighting the vulnerability of university students, intensified by the COVID-19 pandemic.

Keywords: Mental health; University students; Bibliometrics.

Submetido em: 19/12/2023.

Aceito em: 07/04/2024.

1 INTRODUÇÃO

A universidade desempenha um papel crucial no processo de formação profissional e no desenvolvimento de habilidades dos estudantes relevantes à sua inserção no mundo do trabalho (Gimenez; Bonacelli, 2013). O período que abrange a vivência acadêmica, desde a

entrada até a conclusão do curso, representa uma fase de transição marcante na vida dos indivíduos, envolvendo a passagem do ensino médio para o ensino superior, a transição da adolescência para a fase adulta jovem e mudanças nas relações familiares e afetivas (Ariño;

Bardagi, 2019; Ariño; Cruz; Ródio-Trevisan; Gai, 2023).

A transição para a vida universitária é um processo complexo, que envolve a interação entre o indivíduo e seus ambientes familiares, sociais e institucionais (Perez *et al.*, 2020). Para muitos jovens, envolve conciliar as exigências acadêmicas com a manutenção de laços familiares, o enfrentamento das responsabilidades econômicas e, ainda, a migração para uma nova comunidade, introduzindo desafios adicionais de ajuste cultural e social. A integração na vida universitária, muitas vezes, introduz obstáculos, permeados por conflitos e pressões que podem surgir de diferentes fontes, e que requer o desenvolvimento de habilidades para o enfrentamento de adversidades.

No processo de adaptação ao ambiente e atividades universitárias é permeado por novidades e expectativas pessoais e profissionais, mas, também por dúvidas e inseguranças sobre como corresponder às exigências do meio acadêmico, tendo em vista, inclusive o desempenho escolar anterior (Alvarez-Pérez; López-Aguilar, 2019). Concorrem, nesse processo, fatores institucionais, tais como a qualidade das instalações, do processo pedagógico, do processo ensino-aprendizagem, da carga de trabalho acadêmica (Ecochard; Fotheringham, 2017), assim como variáveis psicossociais, tais como o sentido de pertencimento ao curso/instituição, o apoio socioemocional e o clima psicológico entre os colegas, professores e gestores (Ariño *et al.*, 2023).

Todos esses aspectos constituem desafios ou estressores relevantes no processo de adaptação ao ambiente acadêmico, ao mesmo tempo em que influenciam diretamente o desenvolvimento pessoal, na construção da maturidade e na saúde mental dos estudantes universitários (Malinauskas; Dumciene, 2017; Pérez; Quispe; Aguilar, Cortez, 2020). Nessa direção, há, portanto,

diferentes fatores de riscos e de proteção à vulnerabilidade psicológica e social dos universitários, que podem ser caracterizados em três dimensões (Ariño, 2019; Ariño; Bardagi, 2018; Beiter *et al.*, 2015;): a) individuais ou pessoais, tais como sexo, idade, repertório de habilidades, valores e crenças; b) contextuais, identificados fatores ambientais, culturais e laborais, tais como renda, afastamento do grupo familiar, atividade ocupacional, mudança de cidade para estudar, rede de apoio percebida, dentre outros; c) acadêmicos e relacionados à profissionalização, tais como a qualidade da experiência acadêmica, carga horária, satisfação com o curso e escolha profissional, infraestrutura institucional, desempenho acadêmico, interesses profissionais, dentre outros

A saúde mental é um dos determinantes mais significativos do bem-estar, da qualidade e satisfação com a vida. O estado mental saudável não se limita apenas à ausência de transtornos mentais, mas abrange um espectro mais amplo que engloba o equilíbrio emocional, a resiliência diante das adversidades e a capacidade de manter relações interpessoais saudáveis. Agravos à saúde mental, portanto, refletem um processo de desadaptação e perda de qualidade intrínseca na contenção e mitigação dos efeitos da exposição das pessoas a exigências e condições socioambientais, assim como na prevenção de problemas de saúde (Cruz; Rocha; Andreoni; Pesca, 2020).

Estudar um curso superior pode ser uma tarefa desafiadora, que exige esforço mental. O domínio dos assuntos acadêmicos pode se correlacionar negativamente com autoestima, ansiedade e depressão entre estudantes universitários, sendo que os alunos que possuem domínio do assunto demonstram menor nível de estresse e ansiedade. Alunos mais novos são mais susceptíveis a transtornos de ansiedade, depressão e estresse devido aos desafios na adaptação

à vida universitária, às experiências familiares negativas passadas, baixa inclusão e isolamento social. Alunos veteranos, por sua vez, demonstram como fatores de riscos à transtornos mentais, a incerteza sobre seu futuro pessoal e profissional, a insegurança quanto à empregabilidade, a sustentação econômica e a adaptação à vida profissional após a universidade (Ishii *et al.*, 2018).

Nessa direção, há um conjunto de pesquisas que enfatizam a vulnerabilidade da população universitária para o desenvolvimento de sintomas de transtornos mentais, assim como a manifestação de desfechos não psicóticos, tais como ansiedade, depressão, estresse e burnout, quando comparados à população em geral (Ariño, 2019; Ariño *et al.*, 2023; Kraft, 2011; Hartley, 2011; Pedrelli; Nyer; Yeung; Zulauf; Wilens, 2015;). Restrições ou ausência de programas de prevenção e tratamento para problemas de saúde mental pode gerar consideráveis prejuízos aos estudantes, com influência adversa em sua qualidade de vida e desempenho acadêmico. Isso pode se manifestar em várias formas, incluindo, mas não se limitando a, uma menor integridade acadêmica, abuso de álcool e outras substâncias, além de comportamento empático reduzido. Problemas de saúde mental também pode contribuir para a instabilidade nos relacionamentos, falta de autoconfiança e, em casos mais graves, pensamentos suicidas (Sprockel *et al.*, 2020; Coradini *et al.*, 2022; Nobre *et al.*, 2023).

É importante as universidades reconhecerem a extensão do problema e proporcionarem estratégias de cuidado para essa população (Ariño *et al.*, 2023; Barros; Peixoto, 2023; Bayram; Bilgel, 2008; Beiter *et al.*, 2015;). Na clássica obra, *Mental Health in College and University*, publicada em 1957, referida como uma das primeiras obras sobre o assunto, Farnsworth já antecipava um conjunto de princípios e práticas em saúde mental que

as instituições de ensino superior deveriam praticar, com base nas experiências promovidas em outras comunidades, para lidar com problemas de saúde mental em estudantes universitários. E, também, buscou distinguir as práticas em saúde mental daquelas baseadas na concepção de higiene mental, então vigente, mas por ele considerá-la limitada ao desenvolvimento de ações voltadas à promoção da saúde no ambiente universitário (Kraft, 2011; Farnsworth, 1957).

Observa-se que a preocupação com a saúde mental dos estudantes universitários é global. Estudos bibliométricas e metanálises tem destacado o incremento de publicações sobre transtornos mentais em estudantes universitários, especialmente a partir da crise sanitária e social proporcionada pela Covid-19 e seus impactos na educação (Chueke; Amatucci, 2015; Costa *et al.*, 2023; Vieira; Moraes, 2023;). Desse modo, o objetivo principal deste artigo foi explorar as tendências dos estudos sobre saúde mental de estudantes universitários, por meio de um mapeamento bibliométrico longitudinal até dezembro de 2022.

2 METODOLOGIA

Foi conduzido um estudo descritivo-analítico acerca da produção de conhecimentos vinculados ao conceito de saúde mental em estudantes universitários, utilizando métodos de análise bibliométrica e mapeamento científico. As perguntas de pesquisa foram: Quais são os artigos, autores, instituições e periódicos mais citados ao longo dos anos? Qual a evolução temática longitudinal das publicações? Quais os principais temas abordados?

Os critérios de inclusão dos artigos compreenderam aqueles que estão indexados nas bases de dados Scopus e Web of Science (WoS), publicados nos idiomas inglês, português e espanhol, e que abordam o tema saúde mental em

estudantes. Em contraste, os critérios de exclusão englobaram artigos que tratam de intervenções de saúde mental com estudantes, bem como aqueles que não mostram relação com o estudo. Os documentos foram extraídos das bases de dados em 04 de julho de 2023. Optou por essas duas bases de dados devido a profundidade e amplitude temática que elas abrangem. Para ambas, as buscas utilizaram as credenciais da Universidade Federal de Santa Catarina para o acesso.

Os descritores e operadores booleanos utilizados para a realização das buscas foram cuidadosamente escolhidos e ajustados, considerando alguns termos utilizados no estudo anterior (Ariño *et al.*, 2023). Foi utilizada a seguinte estratégia de busca nos campos título, resumo e palavras-chave das duas bases: “mental health” OR “mental hygiene” AND “universit* student” “colleg* studen*” stress AND psycholog* NOT intervent*. Não foi realizado recorte temporal, pois a intenção foi identificar a produção do conhecimento disponível sobre o tema, o que permitiu obter um total de 646 artigos de Scopus e 610 da WoS. Os artigos duplicados foram eliminados, utilizando-se as rotinas do aplicativo Bibliometrix com a interface biblioshiny 4.1 (Aria; Cuccurullo, 2017). Ao final, restaram 916 estudos.

Para a análise dos dados adotou-se as técnicas da bibliometria que combina análises de desempenho e abordagem de mapeamento de redes temáticas ou científicas (Cobo *et al.*, 2011), que entende que cada comunidade de cientistas pode ter uma visão abrangente acerca das principais descobertas relacionadas ao seu campo específico, seguindo a evolução de teorias e técnicas (Van Eck; Waltman, 2014). O mapeamento é uma técnica estatística que permite investigar o conhecimento científico e podem ser observados elementos como a estrutura conceitual, o que a ciência fala sobre os principais temas e tendências, a estrutura intelectual como o trabalho de um autor influencia uma determinada comunidade

científica, e a estrutura social, como autores, instituições e países interagem entre si, contribuindo no avanço científico (Cobo *et al.*, 2011; Van Eck; Waltman, 2014).

A análise compreendeu duas etapas: 1) análise descritiva, avaliando a contribuição quantitativa de artigos, instituições, autores e temas para todo o campo de pesquisa; 2) análise longitudinal dos diagramas estratégicos bidimensionais de cada subperíodo temporal, permitindo a representação dos temas mais relevantes pesquisados (Cobo *et al.*, 2011). Além disso, foi realizada uma análise dos conteúdos identificados em cada etapa. Para essas análises foram utilizadas o software R-RStudio e o pacote Bibliometrix, com a interface biblioshiny 4.1 (Aria; Cuccurullo, 2017).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nas técnicas bibliométricas, dentre os 916 documentos incluídos sobre saúde mental de estudantes universitários, verificou-se que o primeiro artigo foi publicado em 1974 e o último em 2022. Optou-se por não incluir o ano de 2023 devido ao fato de ele estar em curso. Os artigos foram publicados em 448 fontes ou periódicos, das quais participaram 3436 autores – coautores (52 artigos com um autor). Foi observada uma taxa de crescimento anual de 9,3% dessas publicações. Em relação aos dados perdidos, identificou-se que 10% dos artigos não continham palavras-chave.

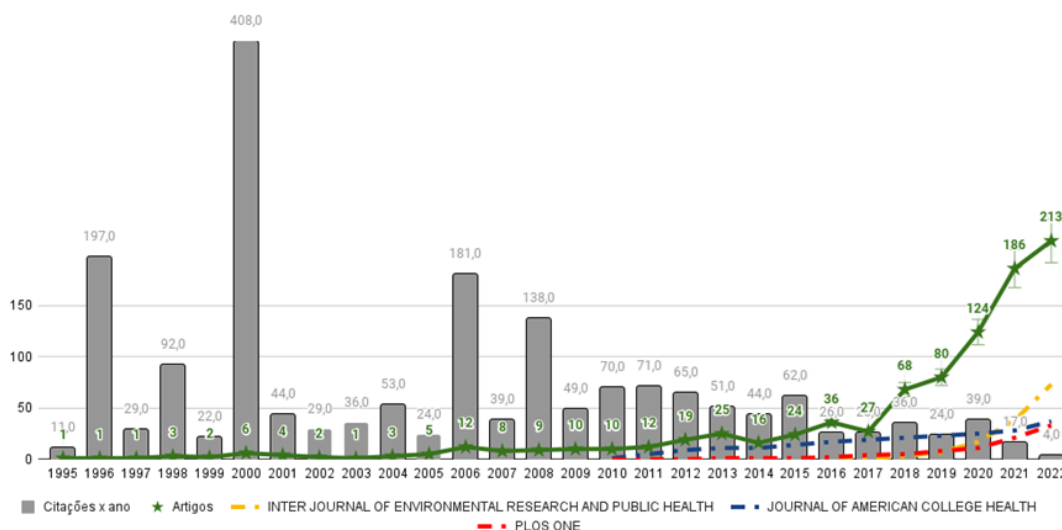
3.1 Análise descritiva sobre a saúde mental dos estudantes

Os primeiros 20 anos de publicações sobre Saúde Mental em Estudantes foram caracterizados por uma escassez de estudos, com apenas 8 estudos publicados: 1974 (2 estudos), 1975 (1 estudo), 1984 (1 estudo), 1985 (1 estudo), 1993 (2 estudos) e 1995 (1 estudo). Durante esse período, os artigos publicados foram

poucos referenciados (menos de 10 vezes) e, somente a partir de 1995 que as

publicações começam a ser referenciadas na comunidade científica.

Figura 1 – Artigos, citações médias por ano e periódicos mais relevantes nas publicações de saúde mental em estudantes universitários (1974 – 2022)



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Os primeiros estudos sobre saúde mental em estudantes, iniciados por McMichael e Hetzel (1974a, 1974b), revelaram padrões de busca por assistência para transtornos mentais entre estudantes universitários australianos. A pesquisa epidemiológica indicou que a procura por ajuda é geralmente baixa, sendo mais comum entre estudantes do sexo feminino. Além disso, homens em situações de solidão tendem a buscar ajuda de forma menos expressiva. Um segundo estudo identificou uma correlação positiva entre avaliação da saúde mental prejudicada e baixo desempenho em exames acadêmicos, levando à desistência universitária subsequente. A autoavaliação de transtornos mentais mostrou forte correlação com níveis subjetivos elevados de estresse, solidão, mudanças nos valores pessoais, participação em cursos de artes e escolha de moradia em locais alugados, especialmente entre mulheres. Essas descobertas pioneiras estabeleceram as bases para compreender a interseção entre saúde mental estudantil,

desempenho acadêmico e fatores socioemocionais.

Os estudos conduzidos por Heubeck, Tausch e Mayer (1995) sobre os modelos de responsabilidade e depressão em jovens desempregados, em ambos os sexos, começaram a receber atenção significativa da comunidade científica, totalizando 11 citações e marcando o início de uma fase crescente de publicações sobre o tema. Em 1996, um estudo que desenvolveu uma escala fatorial abrangendo 18 dimensões, incluindo crescimento pessoal, bem-estar subjetivo e personalidade resistente ao estresse, consolidou-se como uma referência importante no campo, com uma média anual de 197 citações (Compton *et al.*, 1996).

O ano de 2000 atingiu uma média impressionante de 408 citações por ano para uma série de artigos. Destaca-se o primeiro estudo publicado em espanhol, que explorou a inter-relação entre estresse, saúde mental e alterações imunológicas em estudantes universitários venezuelanos do primeiro ano,

consolidando-se como uma contribuição significativa e evidenciando a internacionalização das pesquisas sobre saúde mental. Esses eventos representam avanços importantes no entendimento dos fatores que influenciam o bem-estar psicológico dos estudantes universitários.

Os 12 artigos publicados em 2006 acumulam 181 citações, com destaque para a primeira publicação chinesa, que abordou a satisfação com a vida em estudantes universitários chineses, destacando a importância de personalidade, autoconceito e visão de mundo (Chen *et al.*, 2006). Em 2008, 9 artigos foram publicados, totalizando 138 citações, com destaque para o primeiro estudo brasileiro, uma análise retrospectiva dos atendimentos de saúde mental na Universidade Estadual de Campinas (Oliveira *et al.*, 2008). Em 2018,

houve um aumento expressivo (68 publicações), mais que o dobro do ano anterior, e a tendência de crescimento continuou ultrapassando 100 publicações, em 2020, mantendo-se ascendente em 2021 e 2022. Essa evolução reflete o crescente interesse e expansão do campo de estudos sobre saúde mental em estudantes, indicando uma tendência contínua de relevância e importância no cenário acadêmico.

Optou-se por apresentar a descrição bibliométrica das publicações em três períodos temporais. No primeiro (1974 a 2000), foram registradas 22 publicações, no segundo (2001 a 2011) foram 76 artigos e, no terceiro (2012 a 2022), 818 publicações, sugerindo um constante crescente do interesse sobre a saúde mental em estudantes, nos 48 anos de publicações analisadas (tabela 1).

Tabela 1 – Descritivo das Publicações sobre Saúde Mental de Estudantes entre 1974 e 2022

Item	Período 1 1974 a 2000 (26 anos)	Período 2 2001 a 2011 (11 anos)	Período 3 2012 a 2022 (11 anos)
Artigos	22	76	818
Autores/ coautores	46 (5 individuais)	56 (9 individuais)	409 (38 individuais)
Palavras-chave	44	221	1826
Fonte	19 revistas	201 revistas	409 revistas
Crescimento anual	2,7%	11,6%	27,3%

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Esse crescimento na última década se acentuou nos últimos 5 anos, com a maioria das referências sendo publicadas entre 2018 e 2022 (671 artigos). Paralelamente, observa-se um crescimento significativo no número de autores interessados no tema, passando de 46 (Período 1) para 409 (Período 3), assim como um aumento nos autores que publicaram individualmente, passando de 5 para 38. Destaca-se um significativo aumento no número de palavras-chave da temática, passando de 44 no primeiro período para expressivas 1826 no último período. Diversifica-se também a quantidade de revistas que publicam sobre o tema, 19 até os anos 2000, 201

revistas entre 2001 e 2011 e 409 revistas nos últimos 11 anos. Esse crescimento reflete não apenas a expansão quantitativa, mas também a crescente relevância e interesse da comunidade acadêmica no campo de estudos sobre saúde mental em estudantes.

Os três periódicos que se destacaram nas publicações sobre o tema saúde mental de estudantes, a partir de 2010, foram: Journal Of American College Health (Qualis 2017-2020, A2), com 221 publicações, o International Journal of Environmental Research And Public Health (Qualis 2017-2020, A1), com 140 publicações, e o Plos One (Qualis

2017-2020, A1), com 87 artigos sobre o tema (Figura 1 e Tabela 2). Se verifica um aumento significativo nas publicações do International Journal of Environmental Research And Public Health nos últimos 2 anos. A partir de 2011, as publicações começam a ganhar destaque em revistas específicas de saúde e saúde pública, anteriormente pulverizadas. Esses três

periódicos concentraram 48,9% do total de publicações sobre o tema nas bases WoS e Scopus de 1974 a 2022. Na análise dos periódicos que mais se destacaram na publicação de artigos sobre saúde mental em estudantes em cada período, não foram considerados os periódicos que publicaram apenas um artigo (Tabela 2).

Tabela 2 – Principais periódicos e número de publicações, por período

Período 1 1974 a 2000	N	Período 2 2001 a 2011	N	Período 3 2012 a 2022	N
Journal of Clinical Psychology	02	Journal of American College Health	5	International Journal of Environmental Research and Public Health	73
Journal of Personality and Social Psychology	02	Journal of Black Psychology	4	Journal of American College Health	36
Work and Stress		Stress And Health	4	Plos One	33
		Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology	3	Frontiers in Psychology	25
		American Journal of Orthopsychiatry	3	Frontiers in Psychiatry	20

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

No primeiro período, das 22 referências, 72,23% foram distribuídas entre diferentes periódicos, com dois jornais em particular recebendo duas publicações cada. Similarmente, no segundo período, 75% das publicações foram distribuídas em periódicos diversos, seguido por uma ampliação significativa no terceiro período, onde, mesmo com o considerável aumento nas publicações, a diversidade de periódicos envolvidos manteve-se em 80,81%. É interessante notar que, em cada período, as revistas que mais se destacaram na publicação

sobre o tema praticamente não se repetem, com exceção para o Journal of American College Health. Este periódico, que já despontava no Período 2 (5 publicações), consolidou a sua presença ao longo da década seguinte, totalizando 36 publicações sobre saúde mental em estudantes universitários. As universidades norte-americanas se destacam como as instituições que mais associam seus nomes às publicações (13), seguidas pelas universidades chinesas (3), que emergem especialmente nos últimos 20 anos (Tabela 3).

Tabela 3 – Principais instituições/países com número de publicações por período

(continua)

Período 1 1974 a 2000	N	Período 2 2001 a 2011	N	Período 3 2012 a 2022	N
University of Arizona (EUA)	7	Karolinska Inst (Suécia)	6	Peking Univ (China)	29
York Univ (Inglaterra)	4	Univ Calif San Diego (EUA)	5	Univ Calif Irvine (EUA)	23
		Univ Illinois (EUA), Univ Leeds (Reino Unido)			
Arizona State Univ (EUA)	3	Univ. of Arizona – College of Medicine (EUA)	4	Univ S Alabama (EUA)	18
		University Of California			

Tabela 3 – Principais instituições/países com número de publicações por período

(conclusão)

Período 1 1974 a 2000	N	Período 2 2001 a 2011	N	Período 3 2012 a 2022	N
Middle Tennessee State (EAU)	2	(EAU)Chinese Univ Hong Kong (China)	3	Univ Texas Austin (EAU)	18
University Monash (Austrália)		San Diego State Univ (EAU)			
Santa Clara		Univ Alberta (Canadá)			
University (EAU)		Univ Maryland (EAU)			

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

A autora que mais publicou nos últimos 48 anos foi Li Xiang com 11 publicações (2 no período 2 e 9 no período 3 como autora e coautora). A pesquisadora se dedica a estudar depressão, ansiedade e estresse em estudantes universitários chineses, com

ênfase para estes temas acrescidos da COVID-19 nos últimos 2 anos (Li, Shek, & Shek, 2021). A regra de corte foi os 10 autores com mais publicações por período, acima de 2 publicações por autor (tabela 4).

Tabela 4 – Autores/coautores e número de publicações por período

Período 1 1974 a 2000	N	Período 2 2001 a 2011	N	Período 3 2012 a 2022	N
Hetzel B, Mcmichael	3	Amstadter A, Campbell-Sills L, Kilpatrick D, Li X	2	Li X, Wang Y	9
Winefield H	2	Mccauley J, Resnick H	2	Margraf J, Zhang Y	8
		Ruggiero K, Stein M, Vaez M, Zinzow H	2	Li Y, Lust K, Zhang H,	7
				Brailovskaia J, Grant J, Hossain M	6
				Liu C, Wang X, Zhang X	6

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

A conclusão consiste na interpretação dos argumentos ou dos elementos mencionados no desenvolvimento do trabalho, não admite nenhuma ideia, fato ou argumento novo.

Deve ser breve, exata, concisa; ser decorrente da pesquisa; formulada para responder aos objetivos propostos no trabalho.

Tabela 5 – As 10 publicações mais citadas globalmente sobre Saúde Mental do Estudante entre 1974 e 2022 para cada período temporal

(continua)

Período 1 1974 a 2000	N	Período 2 2001 a 2011	N	Período 3 2012 a 2022	N
Pargament, Koenig & Perez (2000). Os diversos métodos de enfrentamento religioso: Desenvolvimento e validação inicial do RCOPE.	1421 #1	Campbell-Sills, Cohan & Stein (2006). Relação entre resiliência, personalidade, enfrentamento e sintomas psiquiátricos em adultos jovens.	693 #3	Beiter <i>et al.</i> (2015). A Prevalência e Correlações de depressão, ansiedade e estresse em uma amostra de estudantes universitário	799 #2

Tabela 5 – As 10 publicações mais citadas globalmente sobre Saúde Mental do Estudante entre 1974 e 2022 para cada período temporal

(continua)

Período 1 1974 a 2000	N	Período 2 2001 a 2011	N	Período 3 2012 a 2022	N
Komiya, Good, Sherrod (2000). Abertura emocional como preditor das atitudes de estudantes universitários em relação à busca de ajuda psicológica.	440 #7	Bayram & Bilgel (2008). A prevalência e correlações sociodemográficas de depressão, ansiedade e estresse entre um grupo de estudantes universitários.	673 #4	Wang <i>et al.</i> (2020). Investigando a Saúde Mental de Estudantes Universitários durante a Pandemia da COVID-19: Um Estudo de Pesquisa Online.	586 #6
Exline, Yali, & Sanderson (2000). Culpa, discordância e alienação: O papel da tensão religiosa na depressão e na suicidabilidade.	354 #8	Whitlock, J. (2006). Comportamentos autolesivos em uma população universitária.	609 #5	Odriozola-González <i>et al.</i> (2020). Efeitos Psicológicos do Surto da COVID-19 e Confinamento em Estudantes e Trabalhadores de uma Universidade Espanhola.	520 #6
Compton, Smith, Cornish & Qualls (1996). Estrutura de fatores de medidas de saúde mental.	197	Bewick, <i>et al.</i> (2010). Mudanças no bem-estar psicológico de estudantes universitários conforme avançam na universidade.	282	Husky, M. M., Kovess-Masfety, V. & Swendsen, J. D. (2020). Estresse e Ansiedade entre Estudantes Universitários na França durante o Confinamento Obrigatório da Covid-19.	352 #9
Peele & Brodsky (2000). Explorando benefícios psicológicos associados ao uso moderado de álcool: uma correção necessária às avaliações dos resultados do consumo de bebidas?	186	Oman <i>et al.</i> (2008). A meditação reduz o estresse e promove o perdão entre estudantes universitários: um ensaio controlado randomizado.	212	Mahmoud <i>et al.</i> (2012). A Relação entre Depressão, Ansiedade, Estresse, Demografia, Satisfação com a Vida e Estilos de Enfrentamento de Jovens Universitários.	331 #10
Chang, E. C. (1998). Otimismo disposicional e avaliação primária e secundária de um estressor: Controle de influências confusas e relações com o enfrentamento e o ajustamento psicológico e físico.	185	Wong <i>et al.</i> (2006). Pesquisa baseada na Web sobre depressão, ansiedade e estresse em estudantes do primeiro ano do ensino superior em Hong Kong	203	Kecojevic <i>et al.</i> (2020). O impacto da epidemia de COVID-19 na saúde mental de estudantes de graduação em Nova Jersey, estudo transversal	309
Lay, C. & Nguyen, T. (1998). O papel das dificuldades diárias não específicas relacionadas à aculturação e à aculturação: estudantes vietnamitas-canadenses e sofrimento psicológico.	68	Torres, L. & Ong, A. D. (2010). Uma investigação diária sobre identidade étnica latina, discriminação e depressão	191	Browning <i>et al.</i> (2021). Impactos psicológicos da COVID-19 entre estudantes universitários: fatores de risco em sete estados dos Estados Unidos.	307
Ruehlman, L. S., Lanyon, R. I. & Karoly, P. (1999). Desenvolvimento e validação do perfil multidimensional de saúde, parte I: Funcionamento psicossocial	39	Grossi <i>et al.</i> (2006). Desenvolvimento e validação da versão curta do Índice de Bem-Estar Geral Psicológico (PGWB-S)	157	Wathelet <i>et al.</i> (2020). Fatores associados a distúrbios de saúde mental entre estudantes universitários na França confinados durante a pandemia de COVID-19	307
Plante <i>et al.</i> (2000). The A associação entre a força da fé religiosa e o funcionamento psicológico.	31	Hartley, M. T. (2011). Examinando as relações entre resiliência, saúde mental e persistência acadêmica em estudantes universitários de graduação.	144	Zhang <i>et al.</i> (2020). Problemas de saúde mental durante a pandemia de COVID-19 e os efeitos mitigadores do exercício: um estudo longitudinal de estudantes universitários na China	

Tabela 5 – As 10 publicações mais citadas globalmente sobre Saúde Mental do Estudante entre 1974 e 2022 para cada período temporal

(conclusão)

Período 1 1974 a 2000	N	Período 2 2001 a 2011	N	Período 3 2012 a 2022	N
260					
Pitzner, J. K., & Drummond, P. D. (1997). A confiabilidade e validade de medidas empiricamente escalonadas de controle psicológico/verbal e abuso físico/sexual: Relação entre o humor negativo atual e uma história de abuso independente de outros eventos negativos da vida	29	Orzech, K. M., Salafsky, D. B., & Hamilton, L. A. (2011). O estado do sono entre estudantes universitários de uma grande universidade pública	142	Copeland et al. (2020). Impacto da pandemia de COVID-19 na saúde mental e no bem-estar dos estudantes universitários	245

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Nota. N refere-se ao número de citações do artigo por período. # refere-se a ordem dos artigos mais citados nas bases Scopus e WoS no momento da extração dos dados. Os títulos dos artigos foram traduzidos para o português.

Das primeiras publicações, no período de 1974 a 2000, destaca-se o estudo de Pargament, Koenig e Perez (2000), o mais citado na comunidade científica sobre saúde mental em universitários (1421 citações). Eles desenvolveram uma escala norte-americana sobre coping religioso-espiritual, que foi testada em uma amostra de estudantes universitários enfrentando eventos negativos significativos em suas vidas. Os artigos mais citados, quando somados, pertencem ao último período. Dois deles abordam temas como depressão, ansiedade e estresse, totalizando 1130 citações. Além disso, três artigos focam na pandemia por COVID-19, acumulando 1458 citações. Essa predominância recente sugere uma lacuna na literatura anterior à emergência global em dezembro de 2019, levando a uma replicação das primeiras referências disponíveis entre os anos de 2020 e 2022, principalmente com estudos empíricos sobre o impacto do confinamento na saúde mental dos estudantes universitários.

O segundo estudo, mais relevante, no período 1, conduzido por Komiya, Good e Sherrod (2000), analisou a abertura emocional como um preditor das atitudes de estudantes universitários em relação à busca de ajuda psicológica, ressaltando a

importância da expressão emocional na busca por assistência. Por sua vez, Exline, Yali e Sanderson (2000) exploram a intrincada interação entre culpa, discordância, alienação e tensão religiosa em relação à depressão e à suicidabilidade (tentativas de suicídio, experiência de suicídio na família, ideias e/ou planos de suicídio), fornecendo insights importantes sobre as complexas dinâmicas psicológicas envolvidas.

O estudo de Compton *et al.* (1996) possibilitou identificar a estrutura de fatores de medidas de saúde mental, na tentativa de compreender as suas diferentes dimensões. Peele e Brodsky (2000) apresentam uma perspectiva alternativa ao examinar os potenciais benefícios psicológicos associados ao uso moderado de álcool. Chang (1998) investiga como o otimismo está relacionado ao enfrentamento, ajuste psicológico e físico. Lay e Nguyen (1998) exploram o papel das dificuldades diárias relacionadas à aculturação na angústia psicológica de estudantes vietnamitas-canadenses. Ruehlman, Lanyon e Karoly (1999) desenvolveram e validaram o Perfil de Saúde Multidimensional, uma ferramenta para avaliar diversos aspectos da saúde. Plante, Yancey, Sherman e Guertin (2000) investigaram a associação entre a força da

fé religiosa e o funcionamento psicológico. Pitzner e Drummond (1997) abordam a confiabilidade e validade de medidas de controle psicológico/verbal e abuso físico/sexual, examinando a relação entre o humor negativo atual e histórico de abuso.

No segundo período (2001 a 2011), encontram-se publicações que exploram temas variados. Estudo sobre a relação entre resiliência, personalidade, enfrentamento e sintomas de transtornos mentais em adultos jovens (Campbell-Sills; Cohan; Stein, 2006), é o artigo mais referenciado nesse período (693 citações), seguido pelo estudo sobre a prevalência e correlações sócio-demográficas de depressão, ansiedade e estresse entre estudantes universitários (Bayram; Bilgel, 2008). Outros estudos investigam comportamentos autolesivos em contextos universitários (Whitlock, 2006), as mudanças no bem-estar psicológico de estudantes à medida que avançam na universidade (Bewick *et al.*, 2010), e os efeitos benéficos da meditação na redução do estresse e promoção do perdão entre estudantes (Oman; Shapiro; Thoresen; Plante; Flinders, 2008).

Além disso, são exploradas as associações entre depressão, ansiedade, estresse e características socioeconômicas entre estudantes em Hong Kong (Wong *et al.*, 2006), bem como a relação entre identidade étnica, discriminação e depressão (Torres; Ong, 2010). Grossi *et al.* (2006) contribuem com o desenvolvimento e validação de uma versão reduzida do Índice de Bem-Estar Psicológico Geral, enquanto Hartley (2011) examina as conexões entre resiliência, saúde mental e persistência acadêmica. Orzech *et al.* (2011) investigam o estado do sono entre estudantes universitários e suas implicações para o bem-estar mental. Esses estudos fornecem uma visão multifacetada dos diversos temas abordados na saúde mental dos estudantes, demarcando o aumento de

estudos sobre os transtornos mentais comuns. O quinto artigo mais citado (Whitlock, 2006) e o estudo de Bayram e Bilgel (2008), que foi o quarto mais citado, anunciam na segunda fase o que viria a ser a maioria dos estudos na terceira etapa de publicações sobre o tema.

O período que corresponde de 2012 a 2022 pode ser dividido em dois grandes grupos de temas abordados, os transtornos mentais comuns (3 estudos) e as reverberações da pandemia por Covid 19 entre os estudantes (7 estudos). A pesquisa conduzida por Beiter *et al.* (2015) com 374 estudantes com idades entre 18 e 24 anos da Universidade Franciscana, Steubenville (Ohio) aplicaram a versão de 21 perguntas da Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS21), encontraram que as três principais preocupações foram o desempenho acadêmico, pressão para o sucesso e planos de pós-graduação, demograficamente, os alunos mais estressados, ansiosos e deprimidos eram os transferidos, os veteranos e os que viviam fora do campus. Mahmoud *et al.* (2012) aplicaram também a DASS21, mas acrescentaram outros dois instrumentos o Brief COPE Inventory e uma versão adaptada da Brief Students' Multidimensional Life Satisfaction Scale. Participaram 508 estudantes de graduação em tempo integral com idades entre 18 e 24 anos. Observaram que o enfrentamento desadaptativo foi o principal preditor de depressão, ansiedade e estresse, sendo que 29% dos alunos estavam deprimidos, 27% ansiosos e 24% estressados. Cerca de 67% dos alunos ansiosos também estavam deprimidos e 61% dos alunos ansiosos também estavam estressados.

Por sua vez, a pandemia por COVID-19, que assolou o mundo nos anos 2019-2021, impacta as publicações e faz deste terceiro período o tema mais citado. Juntos, os 7 artigos sobre COVID-19 e estudantes somam 2886 citações (em 3 anos). O estudo de Wang e sua equipe (2020) centra-se na investigação da saúde

mental dos estudantes universitários durante a pandemia de COVID-19, com o objetivo de compreender os impactos emocionais provocados por essa crise global. O estudo conduzido por Odriozola-González *et al.* (2020) explora os efeitos psicológicos, especialmente as implicações emocionais, decorrentes do surto de COVID-19 e do confinamento em estudantes e trabalhadores de uma universidade espanhola. Husky *et al.* (2020) analisaram os níveis de estresse e ansiedade entre estudantes universitários na França durante o período de confinamento obrigatório imposto pela COVID-19. Kecojevic *et al.* (2020) encontraram altos níveis de depressão associados a dificuldades de concentração no trabalho acadêmico e a perdas de emprego, enquanto níveis mais elevados de ansiedade foram relatados por estudantes veteranos e por aqueles que passavam mais de uma hora por dia procurando informações sobre a COVID-19. Browning *et al.* (2021) identificaram populações com maior impacto psicológico em sete universidades americanas. Mulheres, asiáticos não hispânicos, aqueles com saúde classificada como razoável/ruim, com renda familiar abaixo da média ou que conheciam alguém infectado com COVID-19 experimentaram níveis mais elevados de impacto psicológico. Em contrapartida, alunos que eram brancos não hispânicos, de classe social acima da média, que passavam pelo menos duas horas fora de casa ou menos de oito horas em telas eletrônicas provavelmente experimentaram níveis mais baixos de impacto psicológico. A modelagem multivariada (regressão logística de efeitos mistos) mostrou que ser mulher, ter saúde geral classificada como razoável/ruim, ter entre 18 e 24 anos, passar 8 ou mais horas diariamente diante de telas e conhecer alguém infectado previu níveis mais elevados de impacto psicológico quando fatores de risco foram considerados simultaneamente (Browning *et al.*, 2021).

Na França, Wathelet *et al.* (2020) ao pesquisarem 69.054 estudantes que passaram pela quarentena encontraram altas taxas de prevalência de sintomas graves de saúde mental autorrelatados. Os fatores de risco encontrados e associados à saúde mental foram: sexo feminino ou não binário, problemas de renda ou moradia, histórico de acompanhamento psiquiátrico, sintomas compatíveis com COVID-19, isolamento social e baixa qualidade das informações recebidas. Pesquisadores Chineses diante da gravidade do surto de COVID-19 observaram entre estudantes universitários que a pandemia teve um efeito indireto nas emoções negativas, afetando a qualidade do sono (Zhang *et al.*, 2020). Citam como estratégia possível para melhorar a saúde mental a prática da atividade física diária e dormir bem. Pontuam que o surto de COVID-19 reduziu a agressividade das pessoas, possivelmente diante da percepção da fragilidade da vida (Zhang *et al.*, 2020). Outro estudo com 675 estudantes do primeiro ano pontuou que a COVID-19 e as estratégias de mitigação educacionais/governamentais associadas tiveram um impacto modesto, mas persistente, no humor e nos comportamentos de bem-estar dos estudantes universitários (Copeland *et al.*, 2020).

Destaca-se que, dos 916 artigos incluídos nesta revisão, foram encontrados somente 3 estudos escritos em português, por autores brasileiros, todos publicados na terceira etapa, justamente após a eclosão de estudos em 2018 no mundo, que coaduna com alguns fatos no Brasil sobre saúde mental de estudantes. O primeiro trata-se de um estudo descritivo (de 2015 a 2018), de análise documental, com abordagem quantitativa, a partir do banco de dados consolidado no serviço de psicologia de uma universidade pública brasileira de Minas Gerais. Observaram a prevalência de atendimentos para as estudantes mulheres, na faixa etária de 21 a 24 anos, que frequentam os primeiros

períodos dos cursos. As queixas acolhidas dizem respeito a problemas acadêmicos, conflitos de relacionamento e emocionais, dificuldades de adaptação, depressão, ansiedade e estresse (Da Matta, Câmara & Bonadiman, 2019). Interessante destacar que esta publicação atendeu a uma chamada de um Dossiê da revista Humanidades & Inovação intitulado “Universidade pressões e adoecimento” (Oliveira; Silva, 2019). Os organizadores do Dossiê convidaram os autores a escreverem sobre as enfermidades virais e neuronais, mas também sobre o racismo e o machismo como doenças sociais.

Nesse mesmo período, a Revista Trabalho EnCena publicou o Dossiê “Saúde Mental nas Instituições de Ensino Superior” (Perez; Brun; Rodrigues, 2019). Os organizadores convidaram os autores a contextualizar as questões relativas à saúde mental no contexto universitário brasileiro, deste modo publicaram algumas práticas já desenvolvidas, além de citar desafios futuros. Acabam discutindo tanto o sofrimento de estudantes quanto de professores no meio acadêmico. Estas publicações dos Dossiês reverberaram os crescentes casos de suicídio entre universitários do Brasil, ocorridos sobretudo no ano de 2018, fato que motivou o debate sobre a saúde mental nas universidades brasileiras (Brito, 2018; Silva; Ghizoni; Cecchin, 2022).

Em 2020, as publicações brasileiras encontradas versavam sobre os impactos da COVID-19 para ansiedade, depressão e estresse entre universitários de Portugal (Maia; Dias, 2020) e fatores associados ao estresse com este público (Alahmar *et al.*, 2020). Alinhando-se aos temas mais citados do terceiro período. Observa-se ao longo dos estudos dos 48 anos, por meio desta análise descritiva, que os transtornos mentais comuns sempre estiveram presentes entre os estudantes universitários no mundo todo, destarte a pandemia por COVID-19 pode ter propiciado impactos à saúde mental que ainda estão em curso. Deste modo, a

saúde mental dos estudantes é um problema de saúde pública antigo e que se tornou ainda mais crítico no contexto de uma pandemia. Traz à tona a necessidade de fortalecer a prevenção, a vigilância e o acesso aos cuidados dentro e fora das universidades (Copeland *et al.*, 2020; Wathelet *et al.*, 2020).

Há que se destacar, ainda, que não se pode assumir os elevados índices de depressão ansiedade e estresse entre universitários a pandemia por COVID-19, pois fatores como personalidade e apoio social percebido influenciam estes fatores (Maia; Dias, 2020), além do que desde 1974 já se pontuavam a necessidade das universidades se implicarem mais com a saúde mental dos seus estudantes. É fato que o distanciamento social obrigatório e inesperado vivenciado pelos estudantes, além de outros fatores de uma pandemia global, foi um estressor, pois a magnitude do que foi vivenciado no mundo, quando mais de 150 países fecharam as universidades em março de 2020 e 80% dos estudantes universitários do mundo ficaram sem ir a universidade interrompendo projetos, aulas, estágios e aprendendo a lidar com o ensino remoto, foi um impacto gigantesco nas vidas de milhares de jovens (Zanini; Rossato; Scorsolini-Comim, 2023).

3.2 Análise do mapa estratégico dos principais temas relevantes em cada período

A evolução temática pelo prisma das palavras dos títulos mostra um cenário com 6 palavras no primeiro período (1974 a 2000), seguidos de uma diversificação temática no segundo período (2001 a 2011) com 18 palavras e um agrupamento maior de temas no terceiro período (2012 a 2022) com 13 palavras. Quatro temas se repetem claramente do primeiro para o segundo período: health (saúde), coping (enfrentamento), relationship (relação) e psychiatric (psiquiatria), entretanto somente health (saúde) segue para o

terceiro período, dando lugar a novas palavras.

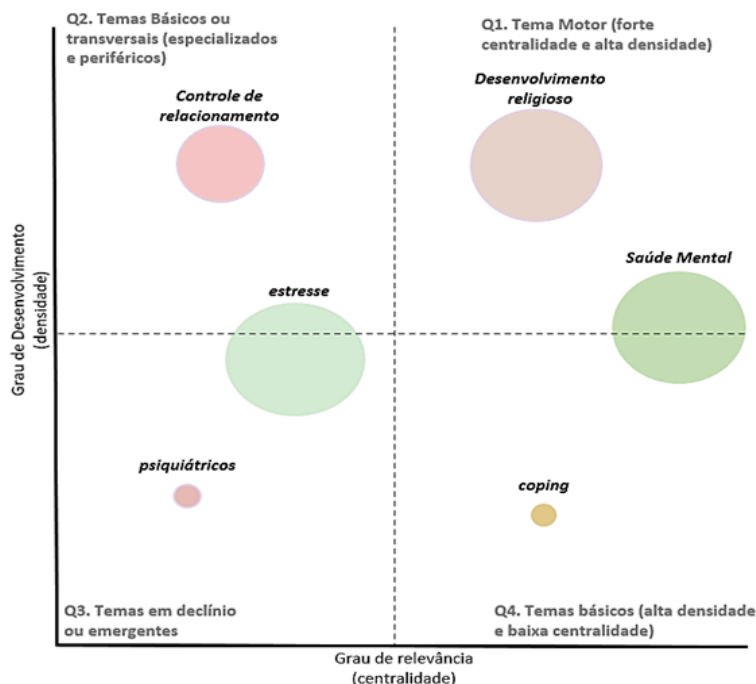
a) Período de 1974 a 2000

Para cada período analisado, foi gerado um diagrama estratégico onde cada círculo representa um agrupamento de temas e apresenta os principais tópicos. O tamanho do círculo reflete a quantidade de documentos e informações associadas (Cobo *et al.*, 2011, 2012).

Este gráfico é dividido pelos autores acima em quatro quadrantes com diferentes interpretações:

- Quadrante 1 (Q1): Este quadrante destaca temas impulsionadores essenciais para o desenvolvimento e estruturação do campo de pesquisa. Esses temas exibem forte centralidade e alta densidade.
- Quadrante 2 (Q2): Aqui se encontram temas básicos e transversais que possuem uma centralidade pronunciada, mas
- Quadrante 3 (Q3): Este quadrante é ocupado por temas emergentes ou em declínio. Eles têm uma representação relativamente menor com baixa densidade e centralidade. Geralmente, esses temas estão surgindo ou desaparecendo, e requerem análise para determinar se estão ganhando ou perdendo importância.
- Quadrante 4 (Q4): Contendo temas básicos e transversais, este quadrante engloba tópicos amplamente desenvolvidos, porém isolados. Caracterizam-se por alta densidade, mas centralidade mais baixa. Esses temas são relevantes para o campo de pesquisa, mas carecem de um desenvolvimento sólido (Cobo *et al.*, 2012).

Figura 2 – Período 1974–2000: Diagrama estratégico das publicações sobre Saúde Mental de Estudantes



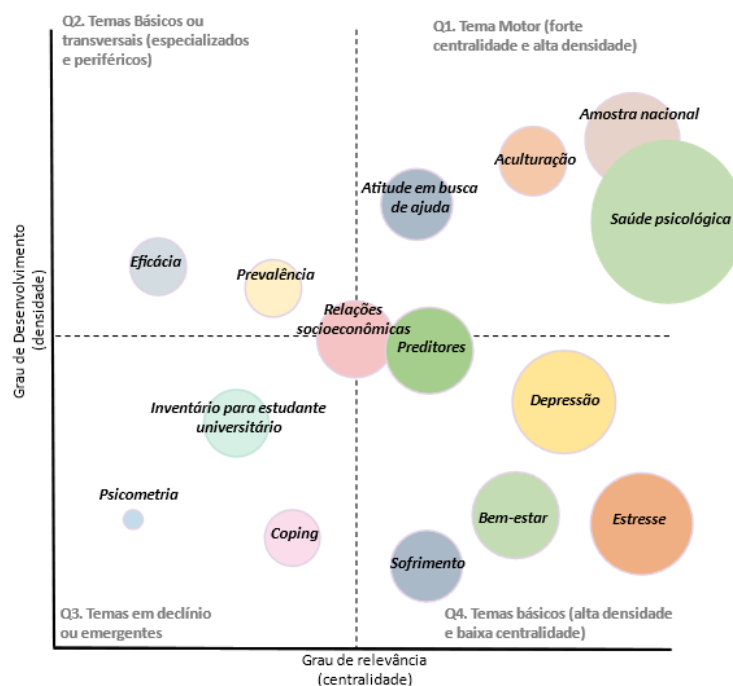
Fonte: elaborado pelos autores (2023).

O período de 1974 a 2000, marcado por transformações históricas significativas na base técnica dos processos socioeconômicos, impactaram o mundo do trabalho e as instituições acadêmicas, em todo o mundo. As transformações tecnológicas e a proliferação de dispositivos eletrônicos mediados pela internet, desde o final do século XX, provocou mudanças importantes na formação e desenvolvimento de competências na educação superior (Cruz *et al.*, 2023). Observa-se que, nos primeiros anos desse período, as publicações com forte centralidade e alta densidade, que impulsionaram as pesquisas ao longo desses 28 anos, estavam predominantemente relacionadas a estudos sobre religiosidade e saúde mental.

Os resultados das pesquisas sugerem que a força da fé religiosa esteve associada a vários benefícios positivos importantes para a saúde mental dos estudantes universitários (Plante *et al.*, 2000). Além disso, uma nova escala foi desenvolvida

para avaliar uma ampla variedade de métodos de enfrentamento religioso, incluindo expressões religiosas potencialmente úteis e prejudiciais nos processos de aconselhamento entre universitários (Pargament; Koenig; Perez, 2000). Esses estudos refletem a relevância e o impacto da dimensão religiosa na saúde mental durante essa fase histórica, contribuindo para uma compreensão mais abrangente dos fatores que influenciam o bem-estar psicológico dos estudantes universitários. Os temas relativos a relacionamento e estresse surgem como temas básicos e transversais, que carecem de maior relevância para abranger o campo de estudos. Os temas estresse e transtornos mentais são interpretados de maneira distinta, embora sejam temas de baixa densidade e centralidade. O tema estresse ganha importância nas décadas seguintes enquanto psiquiátrico perde importância. Por fim, esse primeiro período caracteriza a alta densidade e baixa centralidade dos temas saúde mental e coping.

Figura 3 – Período 2001–2011: Diagrama estratégico das publicações sobre Saúde Mental de Estudantes



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Esta década é marcada pela expansão das tecnologias da informação e das redes, favorecendo o crescimento do ensino a distância, amplia-se o acesso ao ensino superior, sobretudo no Brasil, bem como a necessidade de os estudantes lidarem com a transição da vida acadêmica para um mercado de trabalho permeado pela tecnologia. Fica evidente a centralidade e alta densidade dos temas saúde psicológica, aculturação e atitudes em buscar ajuda. Os temas como eficácia e prevalência junto com os temas psicomетria e inventários para estudantes universitários demonstram a força dos estudos quantitativos, especializados, que ganham ainda mais força nesta década, como já despontavam na etapa anterior.

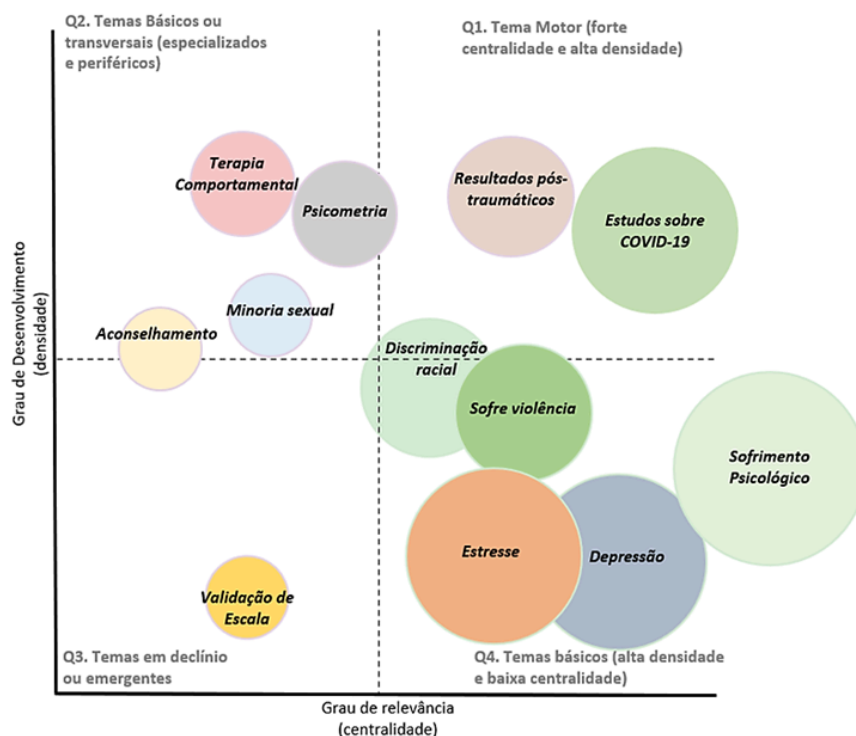
Os temas que carecem de um desenvolvimento mais sólido, são amplamente desenvolvidos, mas estão isolados: sofrimento, bem-estar, estresse e depressão. Nesta etapa aparecem as relações socioeconômicas permeando todos os quadrantes, o que sugere a emergência da relevância do tema no contexto científico. O texto mais citado nesse período (693 citações) versa sobre a relação da resiliência com personalidade, coping e sintomas psiquiátricos em estudantes universitários, afirmam que a resiliência tem sido pouco estudada em comparação com a doença e a vulnerabilidade, deste modo o estudo aponta que a resiliência modera a relação entre uma forma de maus-tratos na infância (negligência emocional) e sintomas psiquiátricos atuais (Campbell-Soleiras; Cohan; Stein, 2006). Outro texto muito citado trata da prevalência e correlações sociodemográficas de depressão, ansiedade e estresse em um grupo de estudantes universitários e afirmam ser alarmante a alta prevalência de sintomas de depressão, ansiedade e estresse entre estudantes universitários (Bayram; Bilgel, 2008). Por fim o terceiro estudo mais citado do período (609 citações) tinha o objetivo de avaliar a prevalência, formas, correlatos demográficos e de saúde

mental de comportamentos autolesivos entre estudantes universitários (Whitlock; Eckenrode; Silverman, 2006), controlando as características demográficas, observaram que aqueles com incidentes repetidos de comportamento autolesivo eram mais propensos a relatar um histórico de abuso emocional ou abuso sexual, já tendo considerado ou tentado suicídio, níveis elevados de sofrimento psicológico e 1 ou mais características de transtorno alimentar.

Esse segundo período de estudos é o que mais tem pluralização de temas, pois o terceiro período, que corresponde a última década, foi fortemente atravessado pela pandemia de COVID-19 e suas influências para o sofrimento e adoecimento dos estudantes.

Estes últimos períodos trazem como tema motores de alta densidade os estudos sobre a COVID-19 e os resultados pós-traumáticos provenientes da pandemia. Os temas que ficam periféricos nesta década, devido ao desenvolvimento mais limitado do tema no período são: terapia comportamental, psicomетria, minoria sexual e aconselhamento. A validação de escalas fica como emergente ou em declínio, requer mais análises sobre este tema, para observar como se comporta entre os estudantes universitários, pois na década anterior os estudos psicométricos apareciam como emergentes. Os temas que já vinham sendo estudados na década anterior, seguem amplamente desenvolvidos, mas isolados, são relevantes para os estudos sobre saúde mental de estudantes, mas carecem de desenvolvimento mais sólido, são eles: Discriminação racial, violência, saúde mental, estresse, depressão e sofrimento psicológico.

Figura 4 – Período 2012–2022: Diagrama estratégico das publicações sobre Saúde Mental de Estudantes



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Chama a atenção a temática ansiedade não aparecer em destaque, pois geralmente os estudos sobre estresse e depressão estão também relacionados à ansiedade. A exemplo disto, o artigo mais citado do período, com 799 citações, versa sobre a prevalência e correlatos de depressão, ansiedade e estresse em uma amostra de estudantes universitários. Dos estudantes participantes, 11% relataram sintomas de níveis graves ou extremamente graves de estresse, 15% indicaram ansiedade grave ou extremamente grave e 11% depressão grave ou extremamente grave. Os resultados indicam a necessidade de as universidades abordarem o bem-estar pessoal dos estudantes no mesmo nível em que promovem o sucesso profissional (Beiter *et al.*, 2015).

Os dois outros artigos mais citados, trazem questões da COVID-19 com a saúde mental dos estudantes. O primeiro

com 586 citações é um estudo transversal sobre a saúde mental de estudantes universitários dos EUA durante a pandemia COVID-19, publicado em setembro de 2020. Pontuam que a pandemia por COVID-19 geralmente aumentou os níveis de estresse e depressão entre os estudantes universitários, destarte, o impacto sobre este público nos Estados Unidos não foi bem documentado (Wang *et al.*, 2020).

Com 520 citações, o estudo com estudantes da Espanha relata os efeitos psicológicos do surto de COVID-19 e o lockdown (nas primeiras semanas de confinamento) entre estudantes e trabalhadores de uma universidade espanhola (Odriozola-González *et al.*, 2020). Para o estudo transversal usaram a Depression Anxiety Stress Scale (DASS-21), que avalia os sintomas de depressão, ansiedade e estresse. Escores moderados a extremamente graves de

ansiedade (21,34%), depressão (34,19%) e estresse (28,14%) foram encontrados. Um total de 50,43% dos entrevistados apresentou impacto moderado a grave de surto. Estudantes de Artes e Ciências Humanas e Sociais e Direito apresentaram escores mais altos relacionados à ansiedade, depressão, estresse e impacto do evento em relação aos alunos de Engenharia e Arquitetura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de adaptação dos estudantes universitários ao ambiente acadêmico é complexo e influenciado por diversos fatores, tanto institucionais quanto psicossociais. Esses aspectos não apenas representam desafios e estressores na adaptação acadêmica, mas também exercem impacto direto no desenvolvimento pessoal, maturidade e saúde mental dos estudantes universitários (Alvarez-Pérez; López-Aguilar, 2019; Ariño *et al.*, 2023; Pérez; Quispe; Aguilar; Cortez, 2020).

A análise bibliométrica longitudinal das publicações sobre saúde mental de estudantes universitários permitiu mapear 48 anos de estudos. Identificou-se que as primeiras publicações datam de 1974 e são creditadas aos autores australianos McMichael; Hetzel (1974a; 1974b), representando marcos iniciais no cenário mundial em dados epidemiológicos com estudantes universitários. Esses estudos destacaram a correlação positiva entre uma saúde mental precária, baixo desempenho em provas e a subsequente evasão escolar. Essas observações inauguraram um estudo que continuou por décadas, ampliando as variáveis e fatores para desenvolver medidas preventivas e intervenções de apoio à saúde mental dos estudantes. Ao longo dos anos, a tendência temática concentrou-se cada vez mais em temas como depressão, estresse e sofrimento psicológico, confirmando uma tendência que vinha sendo discutida e se intensificou,

especialmente diante da pandemia de COVID-19.

Os primeiros 20 anos de estudos sobre a saúde mental de estudantes, de 1974 a 2000, foram marcados por uma escassez inicial de publicações, com apenas oito estudos registrados. Inicialmente pouco referenciados, somente a partir de 1995 esses artigos começaram a ganhar destaque na comunidade científica. Os estudos iniciais, conduzidos por McMichael e Hetzel, abordaram a busca por assistência para transtornos mentais entre estudantes universitários australianos, revelando padrões e correlações entre saúde mental, desempenho acadêmico e fatores socioemocionais.

A partir de 2001 até 2011, houve uma expansão temática considerável, com estudos sobre resiliência, personalidade, transtornos mentais em adultos jovens, depressão, ansiedade, estresse, comportamentos autolesivos, bem-estar psicológico ao longo do curso universitário, benefícios da meditação, associações entre saúde mental e características socioeconômicas, identidade étnica e discriminação. Nesse período, o número de publicações e autores interessados no tema aumentou significativamente, indicando um crescente interesse e relevância acadêmica na saúde mental dos estudantes.

No terceiro período, de 2012 a 2022, destacou-se pela atenção significativa a transtornos mentais comuns e pelos impactos da pandemia de COVID-19. A internacionalização das pesquisas se evidenciou, incluindo estudos brasileiros após 2018. A análise bibliométrica revelou um aumento expressivo no número de publicações, autores e periódicos dedicados ao tema, refletindo o contínuo interesse e expansão no campo de estudos sobre a saúde mental dos estudantes. A predominância recente de estudos relacionados à COVID-19 sugere uma lacuna na literatura anterior à

emergência global de 2019, destacando a urgência de fortalecer a prevenção e os cuidados em saúde mental, tanto dentro quanto fora das universidades.

A análise do mapa estratégico, dividido em três períodos, mostra a evolução temática ao longo do tempo, refletindo transformações sociais, tecnológicas e contextuais. A importância da saúde mental dos estudantes permanece destacada, com ênfase crescente em tópicos como resiliência, estresse, transtornos mentais comuns e, mais recentemente, os impactos da pandemia de COVID-19. A revisão bibliométrica oferece uma visão abrangente do panorama de pesquisa em saúde mental de estudantes, destacando a relevância e a complexidade do tema ao longo das décadas.

No Brasil, assim como no mundo, o ano de 2018 foi marcado pelo crescente aumento de publicações sobre a saúde mental dos estudantes, como citado nos dois dossiês (Perez; Brun; Rodrigues, 2019; Da Matta; Câmara; Bonadiman, 2019), além da criação de setores específicos para trabalhar com esta população e projetos envolvendo diversas intervenções nas universidades (Arenas; Viduani; Zortéa; Bassols, 2019; Belasco; Passinho; Vieira, 2019; Silva; Todaro; Reis, 2020). No entanto, é importante notar que essas publicações em português não foram incluídas nas bases de dados deste estudo (WoS e Scopus).

Foi detectada a necessidade de difundir internacionalmente as contribuições dos pesquisadores nas universidades brasileiras, especialmente na direção de promover um alcance global. Uma conclusão recorrente na maioria dos estudos é a vulnerabilidade dos estudantes de graduação em todo o mundo e a necessidade urgente de políticas públicas e novas ações universitárias na prevenção e promoção da saúde mental. Para pesquisas futuras, é recomendável explorar outras bases de dados, como PubMed, PsycInfo, BVS-Psi,

PePSIC, além de realizar estudos específicos sobre intervenções, instrumentos e protocolos na área de saúde mental em estudantes universitários e de pós-graduação, considerando diferentes características sociodemográficas.

REFERÊNCIAS

ALAHMAR, U.; MURRA, M. dos S.; MENEGASSI, B.; SPEXOTO, M. C. B. Fatores associados ao estresse percebido em universitários. **RBONE – Revista Brasileira De Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, [S.l.] v. 14, n. 85, p. 330–339, 17 out. 2020. Disponível em: <http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/1270>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ARENAS, Daniel Luccas; VIDUANI, Anna; ZORTÉA, Franco; BASSOLS, Ana Margareth Siqueira. Pega leve – saúde mental do estudante universitário: um relato de experiência. **Trabalho (En)Cena**, Palmas-TO, v. 4, n. 2, p. 519–530, 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/7440>. Acesso em: 13 dez. 2023.

ARIA, M.; CUCCURULLO, C. Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics**, Taipei, Taiwan, v. 11, Issue 4, p. 959–975, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ARIÑO, D. O.; BARDAGI, M. P. Relação entre fatores acadêmicos e a saúde mental de estudantes universitários. **Revista psicologia em pesquisa**, Juiz de Fora, v. 12, n. 3, p. 44–52, dez.. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24879/2018001200300544>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ARIÑO, D. O.; CRUZ, R. M.; RÓDIO-TREVISAN, K. R.; GAI, M. J. P.

Fatores associados à saúde mental de estudantes universitários: proposta de modelo teórico. **Trabalho (En)Cena**, Palmas-TO, v. 8, e023013. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/2526-1487e023013>. Acesso em: 07 set. 2023.

BARROS, R. N.; PEIXOTO, A., L. A. Saúde Mental de Universitários: Levantamento de Transtornos Mentais Comuns em Estudantes de uma Universidade Brasileira. **Cuadernos de Psicología**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. e1958–e1958, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1958>. Acesso em 07 set. 2023.

BAYRAM, N.; BILGEL, N. The prevalence and socio-demographic correlations of depression, anxiety, and stress among a group of university students. **Soc Psychiat Epidemiol**, [S.l.], v. 43, n. 8, p. 667–672, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00127-008-0345-x>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BEITER, R.; NASH, R.; MCCRADY, M.; RHOADES, D.; LINSComb, M.; CLARAHAN, M.; SAMMUT, S. The Prevalence and Correlates of depression, anxiety, and Stress in a Sample of College Students. **Journal of Affective Disorders**, [S.l.], v. 173, n. 1, p. 90–96, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jad.2014.10.054>. Acesso em: 1 ago 2023.

BELASCO, I. C.; PASSINHO, R. S.; VIEIRA, V. A. Práticas integrativas e complementares na saúde mental do estudante universitário. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 1, p. 103–111, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 dez. 2023.

BEWICK, B.; KOUTSOPOULOU, G.; MILES, J.; SLAA, E.; BARKHAM, M. Changes in undergraduate students' psychological well-being as they progress through

university. **Studies in Higher Education**, [S.l.], v. 35, n. 6, p. 633–645, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03075070903216643>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BROWNING, M. H. E. M.; LARSON, L. R.; SHARAIEVSKA, I.; RIGOLON, A.; MCANIRLIN, O.; MULLENBACH, L.; CLOUTIER, S.; VU, T. M.; THOMSEN, J.; REIGNER, N.; METCALF, E. C.; D'ANTONIO, A.; HELBICH, M.; BRATMAN, G. N.; ALVAREZ, H. O. Psychological impacts from COVID-19 among university students: Risk factors across seven states in the United States. **PLOS ONE**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 1–27, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0245327>. Acesso em: 1 ago. 2023.

CAMPBELL-SILLS, L.; COHAN, S. L.; STEIN, M. B. Relationship of resilience to personality, coping, and psychiatric symptoms in young adults. **Behaviour Research and Therapy**, [S.l.], v. 44, n. 4, p. 585–599, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.brat.2005.05.001>. Acesso em: 01 ago. 2023.

COBO, M.J.; LÓPEZ-HERRERA, A.G.; HERRERA-VIEDMA, E.; HERRERA, F. Science mapping software tools: Review, analysis, and cooperative study among tools. **J. Am. Soc. Inf. Sci.**, [S.l.], v. 62, n. 7, p. 1382–1402, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.21525>. Acesso em 01 ago. 2023.

COBO, M.J.; LÓPEZ-HERRERA, A.G.; HERRERA-VIEDMA, E.; HERRERA, F. (2012). SciMAT: A new science mapping analysis software tool. **J Am Soc Inf Sci Tec**, [S.l.], v. 63, n. 8, p. 1609–1630, 2012. <https://doi.org/10.1002/asi.22688>. Acesso em: 01 ago. 2023.

COPELAND, W. E.; MCGINNIS, E.; Bai, Y.; ADAMS, Z.; NARDONE, H.; DEVADANAM, V.; RETTEW, J.; HUDZIAK, J. J. Impact of COVID on College Student Mental Health and Wellness. **Journal of the American**

Academy of Child & Adolescent Psychiatry, v. 60, n. 1, p. 134–141, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2020.08.466>. Acesso em: 1 ago. 2023.

CORADINI, J. F.; LOPES, L. F. D.; KRUGER, C.; LOPES, F. G.; de MOURA, G. L.; BALCONI, S. B. Trajetória da produção acadêmica sobre transtorno de ansiedade: um estudo bibliométrico Trajectory of academic production on anxiety disorder: a bibliometric study. **Brazilian Journal of Development**, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 16055–16073, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n3-037>. Acesso em: 01 ago. 2023.

COSTA, M. M.; NUNES, R. S.; PEREIRA, A. dos S.; SELARI, L. da S.; FERREIRA, G. V. dos S.; SCALABRINE, C. L. de O.; LÚCIO, D. N.; PIRES, R. V. A saúde mental dos estudantes universitários da área da saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Peer Review**, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 219–233, 2023. DOI: 10.53660/391.prw1009. Disponível em: <https://peerw.org/index.php/journals/article/view/391>. Acesso em: 13 dez. 2023.

CRUZ, R. M.; ROCHA, R. E. R. da ; ANDREONI, S.; PESCA, A. D. Retorno ao trabalho? Indicadores de saúde mental em professores durante a pandemia da COVID-19. **Revista Polyphonia**, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 325–344, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rp.v31i1.66964>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CRUZ, R. M.; BORGES-ANDRADE, J. E.; De ANDRADE, A. L.; MOSCON, D. C. B.; VISEU, J.; NÚÑEZ, M. I. L.; PORTO, J. B. O Direito ao Trabalho Decente. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Brasília, v. 23, n. 2, p. I–III, 2023. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpot/article/view/24979>. Acesso em: 1 ago. 2023.

MATTA, A. H. A. da; CÂMARA, V. M. S.; BONADIMAN, H. L. Análise do mal-estar do estudante universitário na perspectiva

do perfil da clientela e das queixas acolhidas no atendimento psicológico de uma universidade federal. **Revista Humanidades & Inovação**, [S. l.], v. 6, n. 8, p. 48–58, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1249>. Acesso em: 1 ago. 2023.

ECOCHARD, S.; FOTHERINGHAM, J. International students' unique challenges—Why understanding international transitions to higher education matters. **Journal of Perspectives in Applied Academic Practice**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 100–108, 2017. Disponível em: https://strathprints.strath.ac.uk/62206/1/Ecochard_Fotheringham_JPAAP_2017_International_students_unique_challenges.pdf. Acesso em: 1 ago. 2023.

EXLINE, J. J.; YALI, A. M.; SANDERSON, W. C. Guilt, discord, and alienation: The role of religious strain in depression and suicidality. **Journal of Clinical Psychology**, [S.l.], v. 56, n. 12, p. 1481–1496, 2000. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/1097-4679\(200012\)56:12<1481::AID-1>3.0.CO;2-A](https://doi.org/10.1002/1097-4679(200012)56:12<1481::AID-1>3.0.CO;2-A). Acesso em: 1 ago. 2023.

FARNSWORTH, D. L. **Mental health in college and university**. Cambridge: Harvard University Press, 1957

GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M. Repensando o Papel da Universidade No Século XXI: Demandas e Desafios. **Revista Tecnologia e Sociedade**, [S. l.], v. 9, n. 18, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.3895/rts.v9n18.2623>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ZANINI, M. R. G. C.; ROSSATO, L.; SCORSOLINI-COMIN, F. Saúde mental, autoeficácia e adaptação universitária à pandemia de COVID-19. **Revista de Psicologia (PUCP)**, Lima, v. 41, n. 1, p. 185–218, 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.18800/psico.202301.008>. Acesso em: 1 ago. 2023.

HARTLEY, M. T. Examining the Relationships Between Resilience, Mental Health, and Academic Persistence in Undergraduate College Students. **Journal of American College Health**, [S. l.], v. 59, n. 7, p. 596–604, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07448481.2010.515632>. Acesso em: 01 ago. 2023.

HEUBECK, B. G.; TAUSCH, B.; MAYER, B. Models of Responsibility and Depression in Unemployed Young Males and Females. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 291–309, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/casp.2450050502>. Acesso em: 1 ago. 2023.

HUSKY, M. M.; KOVESS-MASFETY, V.; SWENDSEN, J. D. Stress and anxiety among university students in France during Covid-19 mandatory confinement. **Comprehensive Psychiatry**, [S. l.], v. 102, n. 152191, p. 152191, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.comppsy.2020.152191>. Acesso em: 1 ago. 2023.

ISHII, T.; TACHIKAWA, H.; SHIRATORI, Y.; HORI, T.; AIBA, M.; KUGA, K.; ARAI, T. What kinds of factors affect the academic outcomes of university students with mental disorders? A retrospective study based on medical records. **Asian journal of psychiatry**, [S. l.], v. 32, p. 67–72, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ajp.2017.11.017>. Acesso em: 1 ago. 2023.

KECOJEVIC, A.; BASCH, C. H.; SULLIVAN, M.; DAVI, N. K. The impact of the COVID-19 epidemic on mental health of undergraduate students in New Jersey, cross-sectional study. **PLOS ONE**, [S. l.], v. 15, n. 9, p. 1–16, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0239696>. Acesso em: 1 ago. 2023.

KOMIYA, N.; GOOD, G. E.; SHERROD, N. B. Emotional openness as a predictor of college students' attitudes toward seeking

psychological help. **Journal of Counseling Psychology**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. 138–143, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0022-0167.47.1.138>. Acesso em: 01 ago. 2023.

KRAFT, D. P. One hundred years of college mental health. **Journal of American College Health**, [S. l.], v. 59, n. 6, p. 477–481, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07448481.2011.569964>. Acesso em: 01 ago. 2023.
LAY, C.; NGUYEN, T. The role of acculturation-related and acculturation non-specific daily hassles: Vietnamese-Canadian students and psychological distress. **Canadian Journal of Behavioural Science/Revue Canadienne Des Sciences Du Comportement**, [S. l.], v. 30, n. 3, p. 172–181, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/h0087060>. Acesso em: 01 ago. 2023.

LI, X.; SHEK, D. T. L.; SHEK, E. Y. W. Psychological Morbidity among University Students in Hong Kong (2014–2018): Psychometric Properties of the Depression Anxiety Stress Scales (DASS) and Related Correlates. **International journal of environmental research and public health**, [S. l.], v. 18, n. 16, p. 8305, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph18168305>. Acesso em: 1 ago. 2023.

MAHMOUD, J. S. R.; STATEN, R.; HALL, L. A.; LENNIE, T. A. The Relationship among Young Adult College Students' Depression, Anxiety, Stress, Demographics, Life Satisfaction, and Coping Styles. **Issues in Mental Health Nursing**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 149–156, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.3109/01612840.2011.632708>. Acesso em: 1 ago. 2023.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, e200067, 2020. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200067>. Acesso em: 1 ago. 2023.

MALINAUSKAS, R.; DUMCIENE, A. Psychological wellbeing and self-esteem in students across the transition between secondary school and university: A longitudinal study. **Psihologija**, [S. l.], v. 50, n. 1, p. 21–36, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.2298/PSI160506003M>. Acesso em: 1 ago. 2023.

MCMICHAEL, A. J.; HETZEL, B. S. Patterns of help-seeking for mental illness among Australian University students: An epidemiological study. **Social Science & Medicine**, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 197–206, 1974a. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0037-7856\(74\)90110-3](https://doi.org/10.1016/0037-7856(74)90110-3). Acesso em: 1 ago. 2023.

MCMICHAEL, A. J.; HETZEL, B. S. An Epidemiological Study of the Mental Health of Australian University Students. **International Journal of Epidemiology**, [S. l.], v. 3, Issue 2, June 1974, p. 125–134. Disponível em: [https://doi.org/10.1093/ije/3.2.1253\(2\)](https://doi.org/10.1093/ije/3.2.1253(2)), 125–134 1974b. Acesso em: 1 ago. 2023.

MOFATTEH M. Risk factors associated with stress, anxiety, and depression among university undergraduate students. **AIMS public health**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 36–65, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3934/publichealth.2021004>. Acesso em: 1 ago. 2023.

NOBRE, L. S.; SILVA, A. R.; CAMARGO JÚNIOR, E. B.; SERRA, M. A. A. de O.; GHERARDI-DONATO, E. C. DA S.; FERNANDES, M. N. de F. A saúde mental entre estudantes universitários: uma revisão bibliométrica. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, [S. l.], v. 21, n. 5, p. 2601–2619, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv21n5-014>. Acesso em: 1 ago. 2023.

ODRIOZOLA-GONZÁLEZ, P.; PLANCHUELO-GÓMEZ, Á.; IRURTIA, M. J.;

de LUIS-GARCÍA, R. Psychological effects of the COVID-19 outbreak and lockdown among students and workers of a Spanish university. **Psychiatry Research**, [S. l.], v. 290, p. 113108, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2020.113108>. Acesso em: 1 ago. 2023.

OLIVEIRA, M. A. G.; SILVA, R. A. Editorial. **Revista Humanidades & Inovação**, [S. l.], v. 6, n. 8, p. 1–8, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1441>. Acesso em: 1 ago. 2023.

OLIVEIRA, M. L. C.; DANTAS, C. R.; AZEVEDO, R. C. S.; BANZATO, C. E. M. Demographics and Complaints of University Students Who Sought Help at a Campus Mental Health Service between 1987 and 2004. **Revista Paulista de Medicina**, [S. l.], v. 126, n. 1, p. 58–62, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1516-3180200800100011>. Acesso em: 1 ago. 2023.

OMAN, D.; SHAPIRO, S. L.; THORESEN, C. E.; PLANTE, T. G.; FLINDERS, T. Meditation Lowers Stress and Supports Forgiveness Among College Students: A Randomized Controlled Trial. **Journal of American College Health**, [S. l.], v. 56, n. 5, p. 569–578, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.3200/jach.56.5.569-578>. Acesso em: 1 ago. 2023.

ORZECCH, K. M.; SALAFSKY, D. B.; HAMILTON, L. A. The State of Sleep Among College Students at a Large Public University. **Journal of American College Health**, [S. l.], v. 59, n. 7, p. 612–619, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07448481.2010.520051>. Acesso em: 1 ago. 2023.

SPROCKEL, L. E. P; VARGAS BABILONIA, J. D.; MONROY TORO, S. L. Análisis bibliométrico de estudios sobre factores socioeconómicos en estudiantes universitarios. **Educación y Educadores**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 355–375, 2020. Disponível

em:

<https://doi.org/10.5294/edu.2020.23.3.1>.

Acesso em: 1 ago. 2023.

PARGAMENT, K. I.; KOENIG, H. G.; PEREZ, L. M. The many methods of religious coping: Development and initial validation of the RCOPE. **Journal of Clinical Psychology**, [S. l.], v. 56, n. 4, p. 519–543. 2000. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(sici\)1097-4679\(200004\)56:4%3C519::aid-jclp6%3E3.O.co;2-1](https://doi.org/10.1002/(sici)1097-4679(200004)56:4%3C519::aid-jclp6%3E3.O.co;2-1). Acesso em: 1 ago. 2023.

PEDRELLI, P.; NYER, M.; YEUNG, A., ZULAUF, C.; WILENS, T. College students: mental health problems and treatment considerations. **Academic psychiatry**, [S. l.], v. 39, n. 5, p. 503–511, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40596-014-0205-9>. Acesso em: 1 ago. 2023.

PEELE, S.; BRODSKY, A. Exploring psychological benefits associated with moderate alcohol use: a necessary corrective to assessments of drinking outcomes? **Drug and Alcohol Dependence**, [S. l.], v. 60, n. 3, p. 221–247, 2000. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s0376-8716\(00\)00112-5](https://doi.org/10.1016/s0376-8716(00)00112-5). Acesso em: 01 ago. 2023.

PÉREZ, A. B. D.; QUISPE, F. M. P.; AGUILAR, O. A. G.; CORTEZ, L. C. C. Transición secundaria-universidad y la adaptación a la vida universitaria. **Revista de ciencias sociales**, [S. l.], v. XXVI, n. 3, p. 244–258, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/280/28063519018/html/>. Acesso em: 1 ago. 2023.

PEREZ, K. V.; BRUN, L. G.; RODRIGUES, C. M. L. Saúde mental no contexto universitário: desafios e práticas. **Trabalho En(Cena)**, Palmas-TO, v. 4, n. 2, p. 357–365, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/2526-1487V4N2P357>. Acesso em: 1 ago. 2023.

PITZNER, J. K.; DRUMMOND, P. D. The reliability and validity of empirically scaled measures of psychological/verbal control and physical/sexual abuse: Relationship between current negative mood and a history of abuse independent of other negative life events. **Journal of Psychosomatic Research**, [S. l.], v. 43, n. 2, p. 125–142, 1997. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s0022-3999\(96\)00370-4](https://doi.org/10.1016/s0022-3999(96)00370-4). Acesso em: 1 ago. 2023.

PLANTE, T. G.; YANCEY, S.; SHERMAN, A. & GUERTIN, M. The Association Between Strength of Religious Faith and Psychological Functioning. **Pastoral Psychology**, [S. l.], v. 48, n. 5, p. 405–412, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/a:1022040605141>. Acesso em: 1 ago. 2023.

RODRIGUES, D. S.; CRUZ, D. M. C.; NASCIMENTO, J. S.; CID, M. F. B. Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados em estudantes de uma universidade pública brasileira. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, SP, v. 30, p. e3305, 2022. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/3305>. Acesso em: 1 ago. 2023.

RUEHLMAN, L. S.; LANYON, R. I.; KAROLY, P. Development and validation of the Multidimensional Health Profile. Part I: Psychosocial functioning. **Psychological Assessment**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 166–176, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/1040-3590.11.2.166>. Acesso em: 1 ago. 2023.

SILVA, E. P.; TODARO, A. P.; REIS, A. C. O sofrimento do universitário e suas relações com a dinâmica da universidade. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, [S. l.], v. 7, n. 18, p. 37–75, 2020. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/5528>. Acesso em: 13 dez. 2023

SILVA, J. V.; GHIZONI, L. D.; CECCHIN, H. F. G. O Trabalho Invisível: Prazer e Sofrimento na Produção Científica Stricto Sensu.

Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, Brasília, v. 22, n. 1, p. 1911-1919, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/rpot/2022.1.22912>. Acesso em: 1 ago. 2023.

TORRES, L.; ONG, A. D. A daily diary investigation of latino ethnic identity, discrimination, and depression. **Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology**, [S. I.], v. 16, n. 4, p. 561-568, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0020652>. Acesso em: 1 ago. 2023.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Visualizing Bibliometric Networks. In: Y. Ding, R. Rousseau, D. Wolfram (Eds.), **Measuring Scholarly Impact**. Springer, Cham [S.I.], 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-10377-8_13. Acesso em: 1 ago. 2023.

VIEIRA, A.; CRUZ, R. C. (ed.). **Psicometria em Rede: aplicações em psicologia e saúde**. Belo Horizonte: Artesã Editora, 2023.

WANG, X.; HEGDE, S.; SON, C.; KELLER, B.; SMITH, A.; SASANGO HAR, F. Investigating college students' mental health during the COVID-19 pandemic: An online survey study. **Journal of Medical Internet Research**, [S. I.], v. 22, n. 9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/doi.org/10.2196/22817>. Acesso em: 1 ago. 2023.

WATHELET, M.; DUHEM, S.; VAIVA, G., BAUBET, T.; HABRAN, E.; VEERAPA, E.; DEBIEN, C.; MOLEND, S.; HORN, M.; GRANDGENÈVRE, P.; NOTREDAME, C.E.; D'HONDT, F. Factors Associated With Mental Health Disorders Among University Students in France Confined During the COVID-19 Pandemic. **JAMA Network Open**, [S. I.], v. 3, n. 10, p. e2025591, 2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2020.25591>. Acesso em: 1 ago. 2023.

WHITLOCK, J. Self-injurious Behaviors in a College Population. **Pediatrics**, [S. I.], v. 117, n. 6, p. 1939-1948, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1542/peds.2005-2543>. Acesso em: 1 ago. 2023.

WONG, J.G.W.S.; CHEUNG E.P.T.; CHAN K.K.C.; MA K.K.M.; WA TANG S. Web-based survey of depression, anxiety, and stress in first-year tertiary education students in Hong Kong. **Australian and New Zealand Journal of Psychiatry**, [S. I.], v. 40, n. 9, p. 777-782, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1440-1614.2006.01883.x>. Acesso em: 1 ago. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2022). **Mental health: strengthening our response**. [S. I.]. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs220/en/>. Acesso em: 1 ago. 2023.

ZHANG, Y., ZHANG, H., MA, X. & DI, Q. Mental Health Problems during the COVID-19 Pandemics and the Mitigation Effects of Exercise: A Longitudinal Study of College Students in China. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [S. I.], v. 17, n. 10, p. 3722, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph17103722>. Acesso em: 1 ago. 2023.



Liliam Deisy Ghizoni

Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, pós-doutorado em Administração e em Psicologia. Foi Professora na Universidade Federal do Tocantins (UFT) de 2008 a 2024. Desde abril de 2024 é professora no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Líder

do Grupo de Pesquisa Trabalho e Emancipação (CNPQ).



Jorge Jose Ramirez-Landaeta

Doutor em Educação. Psicólogo Clínico. cursando Pós-Doutorado no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Saúde Coletiva, Professor e pesquisador do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC. Líder do Laboratório Fator Humano (UFSC).



Roberto Moraes Cruz

Doutor em Engenharia de produção, pós-doutorado em e Diagnóstico em Psicologia e em Métodos

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o Colegiado de Administração (UFT) e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (UFT) pela licença capacitação, para pós-doutorado, concedida à primeira autora no ano de 2023.

Uma revisão da bibliografia a partir da temática povos indígenas no ensino de ciências da natureza e a regulamentação da lei nº 11.645/08

A review of the literature on the subject of indigenous peoples in the teaching of natural sciences and the regulation of Law No. 11.645/08

Klebson Daniel Sodré do Rosário, Ronaldo dos Santos Leonel^a, Andréia de Oliveira Castro.

^a Universidade Estadual do Pará. E-mail: Ronaldo.dsleonel@aluno.uepa.br

Resumo: A pesquisa apresentada fundamenta-se em uma revisão bibliográfica da literatura, utilizando as bases de dados do Portal de Periódicos CAPES, com o objetivo de responder à seguinte pergunta de pesquisa: Como o tema dos povos indígenas tem sido tratado no ensino de Ciências da Natureza na educação básica nas escolas brasileiras? Para conduzir este estudo, foi estabelecido um recorte temporal de 20 anos, visando compreender como o tema foi tratado antes e depois da promulgação da Lei nº 11.645/2008. Neste artigo, foram delineados os parâmetros de busca, os critérios de elegibilidade, inclusão e avaliação da qualidade das pesquisas, bem como o levantamento, extração e análise dos resultados, realizados por meio de uma síntese textual narrativa. A busca minuciosa resultou em oito manuscritos, dos quais três foram excluídos da revisão, enquanto os cinco restantes foram submetidos a uma análise criteriosa e discussão dos dados. Através da leitura e análise dos manuscritos selecionados na base de busca, foi possível constatar que a temática dos povos indígenas está gradualmente ganhando espaço no ensino de Ciências da Natureza. Contudo, as pesquisas analisadas evidenciaram limitações no que diz respeito ao ensino de Química na educação básica, especialmente no Ensino Médio.

Palavras-chave: Povos indígena; revisão bibliográfica; ensino de ciências da natureza.

Abstract: The research presented is based on a bibliographical review of the literature, using the CAPES Periodicals Portal databases, with the aim of answering the following research question: How has the theme of indigenous peoples been dealt with in the teaching of Natural Sciences in basic education in Brazilian schools? In order to conduct this study, a time frame of 20 years was established, with the aim of understanding how the subject was dealt with before and after the enactment of Law 11.645/2008. This article outlines the search parameters, eligibility criteria, inclusion and quality assessment of the research, as well as the survey, extraction and analysis of the results, carried out by means of a narrative textual synthesis. The thorough search resulted in eight manuscripts, three of which were excluded from the review, while the remaining five were subjected to a careful analysis and discussion of the data. By reading and analyzing the manuscripts selected in the search, it was possible to see that the theme of indigenous peoples is gradually gaining ground in the teaching of natural sciences. However, the research analyzed showed limitations with regard to the teaching of chemistry in basic education, especially in high school.

Keywords: Indigenous people; literature review; teaching natural sciences.

Submetido em: 16/01/2024.

Aceito em: 20/04/2024.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a legislação brasileira reconheceu a importância essencial da inclusão das pesquisas culturais dos povos indígenas e afro-brasileiros no currículo contínuo da educação básica. Até 2003, esses temas não eram contemplados nas Diretrizes e Bases da educação nacional. Tal lacuna evidenciou o papel significativo dos povos indígenas na construção da identidade brasileira, devendo, portanto, integrar o arcabouço de conhecimento de todos os brasileiros.

Com o intuito de tornar obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas" no currículo oficial da rede de ensino, a Lei 11.645/2008 promoveu alterações na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, já modificada pela Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Além disso, a legislação preconiza que os conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas perpassem todo o currículo escolar, especialmente nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras (Brasil, 2008).

Como resultado, espera-se resgatar os valores culturais e étnicos desses povos, superando estereótipos, preconceitos e representações arraigadas na história, cultura e sociedade brasileira. Nesse contexto, as escolas devem, por meio de suas instituições dos entes federativos, construir e reformular seus currículos e práticas pedagógicas para assegurar o cumprimento da legislação, contribuindo assim para uma nova perspectiva não apenas dentro da sala de aula, mas também em toda a sociedade brasileira.

Dessa forma, surge a necessidade de realizar uma pesquisa para entender como a temática dos povos indígenas está sendo abordada nas escolas brasileiras. Para atingir esse objetivo, optou-se por uma abordagem bibliográfica que permite sintetizar as pesquisas disponíveis em um banco de dados, focando em determinado

tema (Cleophas; Francisco, 2018; Feitosa; Silva, 2021).

É relevante salientar que, embora a Lei 11.645/08 abranja as temáticas dos povos indígenas e afro-brasileiras, esta pesquisa concentra-se especificamente na temática dos povos indígenas. Portanto, o propósito desta revisão de literatura é compreender como essa temática tem se consolidado no ensino de Ciências da Natureza, além de contribuir para a aquisição, assimilação e disseminação do conhecimento sobre esse enfoque. Busca-se entender como a educação básica tem inserido o tema no currículo escolar, explorando quais ferramentas e metodologias têm sido empregadas para efetivar essa abordagem, respondendo assim à pergunta: Como o tema dos povos indígenas tem sido tratado no ensino de Ciências da Natureza na educação básica nas escolas brasileiras?

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica de literatura constitui uma investigação científica que utiliza a biografia relacionada a uma temática específica como fonte de dados para pesquisa. Esse método analítico propicia uma síntese das evidências pertinentes a uma abordagem específica de intervenção, empregando dispositivos explícitos e organizados de busca, avaliação crítica e resumo da informação selecionada (Sampaio; Mancini, 2007).

Dessa forma, observa-se que os métodos sistemáticos pré-definidos são empregados com o propósito de identificar sistematicamente documentos e instrumentos relevantes, previamente publicados ou não, relacionados a uma questão de pesquisa. Eles avaliam a categoria dos textos e artigos, coletam dados e sintetizam os resultados (Donato e Donato, 2019).

O desenvolvimento de revisão bibliográfica de literatura demanda a elaboração cuidadosa de um protocolo de

estudo pelo pesquisador, abrangendo itens como a estratégia de busca, critérios de inclusão/exclusão de textos/artigos, definição dos desfechos de interesse, avaliação da conformidade dos resultados, determinação da qualidade dos estudos e análise estatística (Sampaio; Mancini, 2007).

Nesse contexto, Donato e Donato (2019) enfatizam que a elaboração de uma revisão sistemática envolve as seguintes etapas: formulação de uma questão de pesquisa, produção de um protocolo de pesquisa, definição de critérios de inclusão e exclusão, elaboração de uma estratégia de pesquisa e análise da literatura, seleção e avaliação da qualidade dos estudos, extração e síntese de dados, e disseminação dos resultados.

Sampaio e Mancini (2007) resumem as etapas do processo de construção de um estudo de revisão sistemática em cinco categorias: formulação da pergunta, busca da evidência, revisão e seleção dos estudos, análise da qualidade metodológica e apresentação dos resultados.

É relevante destacar que, ao conduzir uma revisão sistemática, é crucial envolver no mínimo dois revisores de forma cega e independente, seguindo os critérios de elegibilidade e de estudos (Coelho *et al.*, 2021).

Diante do exposto, será apresentada de forma organizada as etapas orientadoras do processo de elaboração deste estudo de Revisão Sistemática de Literatura, tendo como base os trabalhos de Coelho *et al.* (2021), Donato e Donato (2019) e Sampaio e Mancini (2007), que discorrem sobre o processo de elaboração de uma revisão sistemática.

3 METODOLOGIA

A pesquisa apresentada é uma Revisão Sistemática de Literatura que visa responder à seguinte questão de pesquisa: Como o tema dos povos indígenas tem

sido tratado no ensino de Ciências da Natureza na educação básica nas escolas brasileiras. A base de dados analisada corresponde ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma biblioteca científica virtual brasileira que reúne e disponibiliza conteúdos nacionais e internacionais produzidos por instituições de ensino e pesquisa no Brasil.

É importante ressaltar que a escolha do Portal de Periódicos da CAPES como base de dados para esta Revisão Sistemática se deve à sua significativa relevância para a pesquisa brasileira. Este portal é um dos maiores acervos científicos do país, composto por mais de 49 mil periódicos com textos completos e 455 bases de dados de diversos conteúdos, como referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência.

A busca na base de dados considerou um recorte temporal de 20 anos, abrangendo os períodos de 2002 a 2008 e 2009 a 2022. A escolha desses recortes temporais se fundamenta no interesse de investigar como a temática dos povos indígenas era abordada antes da promulgação da Lei nº 11.645/08 em 2008 e como essa abordagem se transformou após a implementação dessa legislação. Por essa razão, foi definido um período significativo para a investigação e levantamento de publicações.

Além disso, destaca-se que outra estratégia na busca de dados foi optar por pesquisas publicadas exclusivamente em Língua Portuguesa. Isso se deve ao objetivo desta revisão, que busca compreender como a temática dos povos indígenas vem sendo abordada no ensino de Ciências da Natureza na educação básica em escolas brasileiras, explorando publicações de pesquisadores e professores no Brasil.

Os descritores utilizados na base de dados foram: "temática dos povos

indígenas" AND "Ensino de Ciências da Natureza", "cultura indígena" AND "Ensino de Ciências da Natureza", "interculturalidade" AND "Ensino de Ciências da Natureza", e "Lei nº 11.645" AND "Ensino de Ciências da Natureza". A pesquisa considerou também o uso dos termos "cultura dos povos indígenas", "temática indígena", "interculturalidade" e "Lei 11.645" no título do manuscrito, enquanto para o termo "Ensino de Ciências da Natureza", a busca incluiu todo o corpo do artigo.

É relevante notar que o uso de aspas nas palavras-chave se fez necessário, pois, ao buscar termos compostos nos descritores, esse sinal de pontuação permite uma busca pela ocorrência exata dos termos, refinando automaticamente os resultados e tornando a análise dos dados mais precisa (Feitosa; Silva, 2021).

Adicionalmente, foi necessário incluir o operador booleano AND, um elemento restritivo que auxilia na delimitação dos

manuscritos, restringindo a pesquisa a artigos científicos revisados por pares (Maximilla; Schwantes, 2019). Após a aplicação dessa estratégia de busca, foi possível identificar os manuscritos com potencial para responder à questão de estudo desta revisão sistemática. Por fim, os critérios de elegibilidade e inclusão apresentados a seguir foram aplicados aos textos/artigos encontrados na busca.

3.1 Critérios de elegibilidade e de inclusão

Os parâmetros de elegibilidade referem-se àqueles utilizados para identificar e distinguir os manuscritos originais, enquanto os critérios de inclusão alinham-se com a questão de pesquisa que orienta a busca (Coelho *et al.*, 2021). Os critérios de elegibilidade e inclusão estabelecidos para esta revisão sistemática estão apresentados no quadro 1:

Quadro 1 – Parâmetros de Elegibilidade e de Inclusão de Manuscritos

Parâmetros de Elegibilidade	Critérios de Inclusão
1. Publicações registradas no Portal de Periódicos da CAPES	1. Artigos que contenham as palavras-chave "cultura indígena", "temática povos indígenas", "interculturalidade" e "lei 11.645" no título do manuscrito.
2. Textos/artigos completos	2. Estudos completos que abordem a temática dos povos indígenas no Ensino de Ciências da Natureza.
3. Textos publicados em língua portuguesa	3. Textos que apresentem propostas voltadas para estudantes de Ciências da Natureza/Química nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.
4. Somente trabalhos revisados por pares	4. Artigos que possuam a temática "Ensino de Ciências da Natureza" abordada no corpo do texto.
5. Trabalhos publicados no período de 2002 a 2022	

Fonte: Autores/as (2023)

O objetivo do desenvolvimento desses critérios foi selecionar manuscritos que se enquadrassem nas características do período do estudo, estivessem disponíveis nas bases de dados selecionadas, fossem publicados em

português e abordassem diretamente o tema abordado pela revisão. Procurando assim, garantir a relevância e a qualidade da pesquisa no seu âmbito.

3.2 Reflexões da qualidade das pesquisas

A relevância da revisão sistemática é ditada pela qualidade das pesquisas individuais, uma vez que a maior qualidade metodológica dos estudos resulta em menor risco de viés e em resultados mais confiáveis para a revisão.

Existem diversas ferramentas disponíveis para avaliar a qualidade das pesquisas, sendo que a maioria delas utiliza critérios que podem ser

classificados como: atendido, não atendido, pouco claros e não aplicáveis (Coelho *et al.*, 2021).

Na presente pesquisa, foram empregados os critérios listados no quadro 2 como ferramenta de avaliação da qualidade dos estudos. Três critérios de avaliação foram selecionados, marcando "atendido" para cada critério presente nos manuscritos e "não atendido" para aqueles ausentes nos textos/artigos.

Quadro 2 – Critérios de avaliação da qualidade dos textos/artigos

Critérios	Perguntas a serem encontradas em cada critério	
	P1	A pesquisa contribuiu para responder à questão-problema do estudo?
	P2	O texto tem como foco a abordagem da temática dos povos indígenas no Ensino de Ciências da Natureza/Química na educação básica brasileira?
	P3	O artigo apresenta estratégias direcionadas para o Ensino de Ciências da Natureza/Química, relacionadas ao tema dos povos indígenas, tendo como público-alvo estudantes cursando os anos finais do Ensino Fundamental e alunos frequentando o Ensino Médio?

Fonte: Autor/as, (2023)

Na tabela 1, expomos os resultados da avaliação da qualidade dos manuscritos, fundamentados nas considerações anteriores.

Tabela 1 – Avaliação da Qualidade dos Manuscritos

Critérios	P1	P2	P3
Atende	6	4	4
Atende parcialmente		1	2
Não atende		3	

Fonte: Autor/as, (2023)

Por meio da análise abrangente das leituras realizadas nos textos/artigos, observou-se que três (03) trabalhos não satisfizeram nenhum dos critérios de qualidade estabelecidos no quadro 02. Esses textos abordam o tema da interculturalidade de maneira geral, apresentando uma perspectiva mais centrada no multiculturalismo cultural e voltada para o ensino de Ciências da

Natureza, Educação e Formação de professores/as no/do campo.

Essas pesquisas específicas não contribuem para a resposta à questão-problema desta revisão, pois não abordam a temática dos povos indígenas em suas considerações, deixando de apresentar estratégias metodológicas para o ensino de Ciências da Natureza/Química

contextualizado com a temática indígena. Por esse motivo, esses estudos foram excluídos da revisão.

Dessa forma, foi possível concluir que seis (06) dos manuscritos atenderam completamente ao P1, quatro (04) trabalhos atenderam completamente ao P2, e quatro (04) estudos atenderam completamente ao P3.

3.3 Selecionando as pesquisas

A triagem dos textos avaliados foi realizada por dois revisores independentes e cegos, seguindo os critérios de elegibilidade e inclusão previamente definidos.

Inicialmente, foi conduzida uma busca na base de dados utilizando termos delimitadores aplicados a qualquer parte do texto, dentro do período de duas décadas (20 anos). Posteriormente, foram aplicados os critérios de elegibilidade e inclusão mencionados anteriormente. Após essa seleção, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos dos textos/artigos filtrados, seguida pela leitura completa dos trabalhos e pela análise da qualidade e extração dos dados.

Nesse contexto, ao examinar os dados contidos na imagem, inicialmente, observou-se uma quantidade expressiva de textos (4.597). Entretanto, ao aplicar os critérios de elegibilidade e inclusão, o número de trabalhos encontrados reduziu para dez (10). Dessa quantidade, apenas um artigo foi excluído por duplicidade.

Dito isso, nove (09) artigos foram submetidos à avaliação de qualidade, dos quais três não atenderam a nenhum dos critérios de avaliação da qualidade dos estudos. Restaram apenas cinco trabalhos que foram incluídos na avaliação sistemática, cujos resultados serão apresentados a seguir.

A revisão sistemática neste estudo analisou oito artigos com base nos critérios estabelecidos e apresentados no quadro 2, sendo que apenas três foram descartados após a aplicação dos critérios de qualidade.

A análise considerou a qualidade dos textos (quadro 1) e os dados provenientes da leitura e categorização dos elementos extraídos do estudo das pesquisas/publicações. A discussão dos resultados foi conduzida por meio da Síntese Textual Narrativa.

Síntese Textual Narrativa é uma abordagem metodológica que organiza as pesquisas em grupos mais homogêneos. Essa abordagem possibilita um relato de comentários sobre as características da pesquisa, contexto, qualidade e resultados, utilizando o escopo, diferenças e semelhanças entre os estudos para tirar conclusões entre eles (Barnett-Page; Thomas, 2009; Lucas *et al.*, 2007).

Assim, a extração dos dados e a análise dos resultados usando a Síntese Textual Narrativa levam em consideração os dados que emergiram dos estudos que atenderam aos critérios de inclusão e a avaliação da qualidade dos respectivos dados dos/as autores/as do presente trabalho. Os artigos submetidos à análise estão expressos a seguir no quadro 3.

Quadro 3 - Artigos Seleccionados para Análise da Qualidade e Síntese Textual Narrativa

(continua)

Nº	Título	Ano	Autores	Revistas
1	A Abordagem Intercultural nas Escolas Indígenas Tikuna do Amazonas: o Ensino de Química	2020	Ercila Pinto Monteiro e Sílvia Regina Quijadas Aro Zuliani	Scielo
2	Contribuições do ensino de Ciências para a construção da alteridade em relação à cultura indígena	2014	Cleise Helen Botelho Koeppe, Regis Alexandre Lahm e Regina Maria Rabello Borges	Investigações em Ensino de Ciências
3	Uma sequência didática para discutir as relações étnico-raciais (Leis 10.639/03 e 11.645/08) na educação científica	2015	Alan Alves-Brito, Vitor Bootz e Neusa Teresinha Massoni	Caderno Brasileiro de Ensino de Física
4	Interculturalidade e conhecimento tradicional sobre a Lua na formação de professores no/do campo	2017	Rodrigo dos Santos Crepalde, Verônica Klepka e Tânia Halley Oliveira Pinto	Revista Brasileira de Educação no Campo.
5	Pensamento decolonial e interculturalidade na América Latina: desafios para a educação	2018	Eduardo Santos, Manuel Tavares, Ana Maria Netto Machado, Antônio Joaquim Severino	ECCOS-Revista Científica
6	Oficina temática “tintas indígenas”: Ensino de Ciências por meio da temática “indígena” Ensino de Ciências e matemática	2019	Vânia Costa Ferreira Vanuchi, Luiz Eduardo Welter, Luiza Bertoldo Stefanello e Mara Elisa Fortes Braibante	RENCIMA-Revista de Ensino de Ciências e Matemática
7	O Ensino de Ciências naturais como possibilidade de interculturalidade de	2019	Neusani Oliveira Ives-Felix, Flavio Bezerra Barros e Luiza Nakayama	Revista COCAR
8	Ensino de Ciências: Interculturalidade e decolonidade e desafios a partir da pesca com timbó	2020	Yasmin Lima de Jesus e Edinéia Tavares Lopes	PERSPECTIVA-Revista do Centro de Ciências da Educação
9	Interculturalidade e o Ensino de Ciências: o cotidiano de uma sala de aula	2020	Juarez Melgaço Valadarez e Célio da Silveira Junior	Arquivos Analíticos de Políticas Educativas Políticas Educativas

Fonte: Autor/as, (2023)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise da qualidade dos artigos, foi possível examinar os potenciais contribuições das pesquisas selecionadas para esta revisão sistemática. Para facilitar a compreensão dos dados, utilizaram-se

os resultados da análise da qualidade para orientar as discussões e direcionar a Síntese Narrativa Textual, pontuando os debates texto a texto.

O artigo "A Abordagem Intercultural nas Escolas Indígenas Tikuna do

Amazonas: o Ensino de Química" apresenta uma seção do doutorado que buscou compreender o ensino de química nas escolas Tikuna do Amazonas e suas reivindicações, visando assegurar que este ensino seja intercultural. Um estudo de campo foi realizado durante seis meses na região do Alto Solimões, Amazonas, observando a rotina dos professores de química para compreender a abordagem pedagógica, o planejamento, interesses e desafios. Os resultados indicam que nas escolas Tikuna, o ensino de ciências da natureza/química reproduz a passividade e a centralidade do conhecimento nos/as professores/as.

O texto "Contribuições do ensino de Ciências para a construção da alteridade em relação à cultura indígena", ao contrário dos demais trabalhos, não apresenta nenhum aspecto cultural ou subtema relacionado aos povos indígenas. No entanto, destaca a cultura indígena como potencializadora do ensino de Ciências da Natureza, discutindo suas possíveis contribuições para a construção de uma alteridade promissora em relação às etnias indígenas brasileiras. A pesquisa propõe o uso do sensoriamento remoto e da Etnobiologia como recurso didático/prático, direcionado a alunos/as dos anos finais do Ensino Fundamental. Desenvolvida na disciplina de Ciências da Natureza, buscou identificar e superar desafios epistemológicos que possam dificultar a reformulação de estereótipos e preconceitos, construindo uma alteridade positiva em relação à cultura indígena.

O terceiro trabalho, intitulado "Uma sequência didática para discutir as relações étnico-raciais na educação científica", é fundamentado nas Leis 10.639/03 e 11.645/08. Refere-se à construção e aplicação de uma sequência didática que utiliza saberes culturais dos povos indígenas e afro-brasileiros sobre constelações para estabelecer relações e diálogos interdisciplinares entre as temáticas afro-brasileira e povos indígenas. Essa ferramenta metodológica

possibilita a inclusão contextualizada, interdisciplinar e significativa do tema povos indígenas e afro-brasileira nas aulas de Ciências da Natureza. A sequência didática foi concebida no contexto da formação inicial e continuada de professores/as, além de fundamentar a formação descolonizada dos currículos escolares da educação básica. A pesquisa, aplicada em alunos/as com diferentes níveis de educação básica, apresentou resultados positivos conforme proposto na execução da sequência didática.

Os resultados descritos no quarto artigo, intitulado "O ensino de Ciências naturais como possibilidade de interculturalidade de saberes indígenas sobre plantas Amazônicas", analisam o ensino de Ciências da Natureza em uma escola indígena, contextualizando-o com as diversas vivências cotidianas dos alunos/as indígenas.

O artigo destaca os conhecimentos tradicionais sobre plantas amazônicas como uma oportunidade para o diálogo no ensino de Ciências Naturais, sob a perspectiva de duas professoras de Ciências, 10 alunos/as do nono ano do Ensino Fundamental e uma especialista indígena Tentehar (comunidade indígena interlocutora da pesquisa). As conclusões indicam que o conjunto de saberes tradicionais etnobotânicos indígenas se configura como reais potencialidades, possibilitando sua inclusão no currículo escolar da educação básica. Destaca-se ainda que, ao integrar esses conhecimentos tradicionais com a abordagem científica, ocorre uma educação intercultural que respeita crenças, culturas e tradições, resultando em aprendizagem significativa (Ives-Felix; Barros; Nakayama, 2019).

O quinto texto, intitulado "Pensamento decolonial e interculturalidade na América Latina: desafios para a educação", apresenta uma proposta metodológica para inserir a temática dos povos indígenas na sala de aula e contextualizar o ensino de Ciências.

O sexto trabalho, "Oficina temática 'tintas indígenas': Ensino de Ciências por meio da temática 'indígena' Ensino de Ciências e matemática", introduz uma oficina aplicada aos estudantes do nono ano do Ensino Fundamental na disciplina de Ciências. Essa oficina revelou-se uma ferramenta excelente para abordar conceitos relacionados a tintas e sua composição, sendo também uma alternativa para incluir tópicos relacionados à temática indígena nas aulas de Ciências.

O oitavo texto investiga como a pesca com timbó pode ser uma temática para o ensino de Ciências da Natureza e sua aplicabilidade em uma escola indígena Kurã-Bakairi. A pesquisa destaca que a pesca com o cipó timbó é um tema com potencial para estabelecer um diálogo intercultural no ensino de Ciências, contribuindo para a construção de outras formas de perceber, agir, existir e resistir no mundo (Jesus; Lopes, 2021).

Em resumo, os textos oferecem propostas metodológicas para integrar a temática dos povos indígenas no ensino de Ciências da Natureza, contextualizando conhecimentos culturais indígenas com o conhecimento científico. O público-alvo das pesquisas são alunos/as indígenas e não indígenas nos anos finais do Ensino Fundamental.

O nono e último artigo do estudo é um estudo de caso que integra saberes tradicionais em uma Disciplina do Curso de Licenciatura para Educadores Indígenas da Universidade Federal de Minas Gerais. Os autores/as coletaram situações envolvendo o plantio de alimentos e observações astronômicas, desenvolvendo-as de forma dialógica em sala de aula. O trabalho contribui para superar a dicotomia entre o conhecimento científico e a cultura tradicional nas propostas curriculares da educação escolar indígena e não indígena.

Todos os textos/artigos apresentam fundamentação teórica embasada na lei

11.645/08 e em importantes teóricos das áreas de Pedagogia, Educação e Ensino de Ciências da Natureza. Além disso, esses estudos oferecem dados significativos que demonstram como a inclusão da temática dos povos indígenas no ensino de Ciências da Natureza se torna um catalisador no processo de ensino e aprendizagem. Essa abordagem favorece a contextualização e contribui para a formação cidadã dos/as educandos/as.

4 CONCLUSÃO

A condução desta revisão sistemática permitiu o levantamento das publicações bibliográficas voltadas para a temática dos povos indígenas no ensino de Ciências da Natureza, utilizando como fonte de dados as pesquisas e publicações catalogadas no Portal de Periódico-CAPES.

Os objetivos deste estudo foram alcançados, conforme a análise dos textos revela uma quantidade limitada de pesquisas sendo conduzidas no âmbito do ensino de Ciências da Natureza, especialmente considerando a relevância da temática dos povos indígenas na educação básica brasileira. Além disso, destaca-se o papel desse esforço na adesão à legislação nacional e na contribuição para desmistificar, quebrar paradigmas e romper com preconceitos ainda presentes em relação aos povos indígenas.

Os resultados da avaliação dos artigos indicam uma lacuna nas pesquisas relacionadas à temática indígena no ensino de Química no Ensino Médio. Esse dado ressalta a necessidade de uma nova revisão, focada em periódicos da área de ensino de Química, e sugere que novas pesquisas podem ser desenvolvidas para promover a abordagem dessa temática nas aulas de Química.

Assim, torna-se evidente que diversas metodologias foram e continuam sendo utilizadas no ensino de Ciências da Natureza para contextualizar a temática

dos povos indígenas, incluindo sensoriamento remoto, sequência didática, estudo de caso, oficina temática, entre outras.

Observa-se também que grande parte das pesquisas desenvolvidas se baseia em um traço ou aspecto cultural específico para abordar a temática nas aulas de Ciências da Natureza. Portanto, ao optar por focar em um aspecto cultural indígena em sala de aula, o/a professor/a consegue aprofundar seu entendimento sobre o tema, direcionar suas ações para um foco específico e, assim, oferecer um ensino de qualidade para os/as alunos/as.

Em resumo, esta pesquisa reforça a importância de incorporar gradual, contínua e eficazmente a temática dos povos indígenas no ensino de Ciências da Natureza/Química. Apesar de a legislação nº 11.645/08 ter sido promulgada quase duas décadas atrás, pouco progresso foi feito para modificar um cenário cultural que se estabeleceu ao longo da história, na sociedade e na escola brasileira.

Portanto, o reconhecimento e a valorização cultural dos diversos povos indígenas e demais populações tradicionais que compõem a sociedade brasileira devem estar presentes em todo o currículo escolar e ser abordados/efetivados na escola em todas as áreas do conhecimento. Cabe a cada professor/a o comprometimento com a formação cidadã de qualidade de seus/as alunos/as.

REFERÊNCIAS

ALVES-BRITO, A.; BOOTZ, V.; MASSONI, T. N. Uma sequência didática para discutir as relações étnico-raciais (Leis 10.639/03 e 11.645/08) na educação científica. **Caderno brasileiro de ensino de física**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 917-955, dez. 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18768>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BARNETT-PAGE, E.; THOMAS, J. Methods for the synthesis of qualitative research: a critical review. **BMC Medical Research Methodology**, [S. l.], v. 9, n. 59, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/1471-2288-9-59>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**: n. 48, Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 141, n. 7, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal de Periódicos da Capes. **CAPES Periódicos**. Brasília, DF, [2024]. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez|periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 17 fev. 2024.

CLEOPHAS, G. M; FRANCISCO, W. Metacognição e o ensino e aprendizagem das ciências: uma revisão sistemática da literatura (RSL). **Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas**, Manaus, v. 14, n. 29, p. 10-26, 2018.

COELHO, T. P. .; REZENDE, C. de . P. .; SOUSA, M. do C. V. B. .; PEREIRA, C. E. de O. .; MENDONÇA, S. de A. M. . Comparison and analysis of the use of systematic review and scoping review in the area of

patient care in Pharmacy . **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 12, p. e08101219915, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i12.19915. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19915>. Acesso em: 31 fev.. 2024.

CREPALDE, R. S.; KLEPKA, V.; PINTO, T. H. O. Interculturalidade e conhecimento tradicional sobre a Lua na formação de professores no/do campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 836–860, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n3p836>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3643>. Acesso em: 26 fev.. 2024.

DONATO, H.; DONATO, M. Stages for undertaking a systematic review. **Acta medica portuguesa**, Lisboa, v. 32, n. 3, p. 227–235, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20344/amp.11923>. Acesso em: 26 fev. 2024.

FEITOSA, R. A.; SILVA, I. C. Uma revisão sistemática de literatura acerca dos trabalhos sobre a interface entre ensino e história da matemática. **Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas**, Belém, v. 17, n. 38, p. 293–308, jul. 2021. ISSN 2317–5125. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazrecm.v17i3.8.10611>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/10611>. Acesso em: 26 maio 2024.

IVES-FELIX, N. O.; BARROS, F. B.; NAKAYAMA, L. O ensino de ciências naturais como possibilidade de interculturalidade de saberes indígenas sobre plantas Amazônicas. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 265–286, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2835>. Acesso em: 26 maio. 2024.

JESUS, L. Y.; LOPES, T.E. Ensino de Ciências: Interculturalidade e decolonidade e desafios a partir da pesca com timbó. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 39, n. 2, p. 1–21, abr./jun. 2020.

KOEPPE, B.H.C.; LAHM, A. R.; BORGES, R. M. R. O ensino de Ciências como ferramenta na reconstrução das representações escolares sobre os povos indígenas. **Ensaio: pesquisa em educação em ciências**, [S. l.], v. 16, p. 115–130, 2014b. Disponível em: https://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/12173/2/CONTRIBUICOES_DO_ENSINO_DE_Ciencias_PARA_A_CONSTRUCAO_DA_ALTERIDADE_EM_RELACAO_A_CULTURA_INDIGENA.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

LUCAS, P. J., BAIRD, J., ARAI, L., LAW, C., & ROBERTS, H. M. Worked examples of alternative methods for the synthesis of qualitative and quantitative research in systematic reviews. **BMC Medical Research Methodology**, Reino Unido, v. 7, 1, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1186/1471-2288-7-4>.

SANTOS, E., TAVARES, M., MACHADO, A. M. N.; SEVERINO, A. J. Pensamento decolonial e interculturalidade na América Latina: desafios para a educação. **Eccos Rev. Cient.**, São Paulo, n. 45, p. 11–18, jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n45.8574>. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-92782018000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 maio 2024.

MAXIMILLA, R.N.; SCHWANTES, L. Polêmicas contemporâneas sobre o método científico: uma revisão sistemática da literatura. **Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas**, Manaus, v. 15, n. 33, p. 75–87, jan. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia>

aamazonia/article/view/6156. Acesso em:
26 maio 2024.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, Belo Horizonte, v. 11, p. 83-89, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>.

VANUCHI, V. C. F.; WELTER, L. Eduardo.; STEFANELLO, L. B.; BRAIBANTE, M. E. F.. Oficina temática “Tintas Indígenas”: ensino de Ciências por meio da temática “indígena”. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, São Paulo, v. 10, n. 5, p. 253-270, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26843/rencima.v10i5.2006>. Disponível em: <https://revistapos.cruzeirosul.edu.br/rencima/article/view/2006>. Acesso em: 27 maio 2024.



**KLEBSON DANIEL SODRÉ
DO ROSÁRIO**

Doutor em Educação para a Ciência-(UNESP);
Docente/Departamento de Ciências Naturais –
Universidade do Estado do Pará.



**RONALDO DOS SANTOS
LEONEL**

Doutorando em Educação Ciências e em Matemática (UFPR). Mestre em Educação e Ensino de Ciências na Amazonia (UEPA). Professor da educação básica em Altamira/Pará.



**ANDRÉIA DE OLIVEIRA
CASTRO**

Mestra em Educação e Ensino de Ciências na Amazonia (UEPA). Professora da educação básica em Marabá/Pará

Uma revisão sistemática dos benefícios da gamificação no ensino básico

A systematic review of the benefits of gamification in elementary education

Douglas Aquino Moreno^a, Gustavo Cunha de Araújo, Jayanne Xavier Gomes.

^aUniversidade Federal do Tocantins. E-mail: douglas.moreno@mail.uft.edu.br

Resumo: Este artigo apresenta uma Revisão Sistemática da Literatura que explora os benefícios e técnicas de gamificação aplicáveis ao ensino básico. A pesquisa abrangeu estudos publicados entre os anos de 2015 e 2022, com o objetivo de analisar o impacto da gamificação no engajamento e na aprendizagem de alunos do ensino básico, além de destacar técnicas que podem ser adotadas por escolas e professores. A metodologia de Revisão Sistemática da Literatura utilizada neste trabalho foi adaptada Sousa e Melo (2021). Foram selecionados 26 artigos por meio dessa metodologia, dos quais 13 foram analisados para responder às questões norteadoras da pesquisa. As conclusões indicam que a gamificação é eficaz para despertar a motivação dos alunos e combater a dispersão em sala de aula.

Palavras-chave: Gamificação; tecnologias educacionais; ensino básico; motivação.

Abstract: This article presents a Systematic Literature Review on the benefits and techniques of gamification that can be applied. Studies from the years 2015 to 2022 were analyzed with the aim of examining the benefits of gamification and how it stimulates motivation among students in primary education. Additionally, techniques that can be employed by schools and teachers were highlighted. The methodology was adapted from Sousa and Melo (2021) to structure an effective research process. Through this methodology, 26 articles were indexed, out of which 13 were analyzed to address the research guiding questions. Some conclusions drawn from the analysis indicate that gamification stimulates motivation and addresses classroom disengagement.

Keywords: Gamification; educational technologies; elementary education; motivation.

Submetido em: 25/02/2024.

Aceito em: 20/04/2024.

1 INTRODUÇÃO

A educação é uma contínua e evolutiva jornada que amadurece através das gerações. Sua nobre missão é direcionar a humanidade rumo ao seu destino, capacitando indivíduos para enfrentar os desafios e abraçar as oportunidades de um mundo em constante evolução (Kant, 1999).

Com o avanço contínuo da educação ao longo das gerações, tornou-se evidente que os alunos da atualidade estão

profundamente imersos nos ambientes virtuais e nos jogos digitais, os quais fazem parte de suas rotinas diárias. Segundo Santos e Vieira (2021), essa realidade cria novos desafios para as escolas, pois é essencial atrair e engajar os estudantes de forma significativa em um contexto cada vez mais tecnológico. Nesse sentido, incorporar metodologias diversificadas, incluindo a gamificação, é fundamental para uma educação mais envolvente e efetiva.

Segundo Johnson, Becker, Estrada e Freeman (2014) os ambientes lúdicos e virtuais dos jogos digitais têm o poder de captar a atenção e motivar os alunos em diversas tarefas, proporcionando experiências interativas e imersivas. Ao incorporar a gamificação na sala de aula, os educadores podem transformar o processo de aprendizagem em uma jornada estimulante, onde o estudante é protagonista, toma decisões e enfrenta desafios relevantes ao conteúdo curricular.

O avanço da integração de tecnologias na sala de aula nos últimos anos tem sido influenciado por diversos fatores, sendo a pandemia de COVID-19 um dos principais impulsionadores desse processo. O impacto da pandemia acelerou a utilização de tecnologias digitais, ambientes virtuais e outras formas de comunicação e interação à distância na educação. Isso se deve a uma série de razões, como evidenciado por Oliveira e Santos (2022) e pelo Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (2020).

Esta pesquisa abrangeu os anos de 2015 a 2022, período marcado por significativos avanços tecnológicos na educação, como o crescimento da gamificação, a popularização de dispositivos móveis e a expansão da internet nas escolas. Tais avanços influenciaram a forma como os alunos aprendem e como os professores ensinam, tornando a análise do impacto da gamificação nesse contexto ainda mais relevante.

O objetivo desta pesquisa é analisar o efeito da gamificação no engajamento e na aprendizagem de alunos do ensino básico. Além disso, o estudo busca destacar técnicas que podem ser adotadas por escolas e professores para implementar a gamificação de forma eficaz em suas práticas pedagógicas. Para atingir esse objetivo, foram analisados diversos artigos científicos revisados por pares e que tratam sobre a gamificação,

proporcionando uma visão abrangente e atualizada das abordagens e benefícios da gamificação na educação básica. Ao promover reflexões e identificar tendências, o artigo abre caminho para a criação de estratégias inovadoras e eficazes que promovam um ambiente de aprendizagem mais envolvente, motivador e adequado ao mundo contemporâneo dos estudantes.

2 A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento fundamental que delinea os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes da Educação Básica no Brasil. Como parte de sua abordagem, a BNCC enfatiza a relevância da integração de tecnologias educacionais no processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo seu potencial para otimizar a construção do conhecimento e o desenvolvimento das competências dos estudantes brasileiros (Brasil, 2018).

As escolas globalmente estão adotando uma tendência crescente de incorporar *tablets* e *smartphones* como recursos educacionais de destaque. Esses dispositivos desempenham um papel significativo na melhoria das atividades de ensino, uma tendência que não apenas é reconhecida, mas também ativamente apoiada pela BNCC. Além disso, essa mudança é profundamente influenciada pela pandemia de COVID-19, que acelerou a integração desses instrumentos em diversos contextos educacionais, incluindo escolas, universidades e ambientes de trabalho.

A BNCC tem como objetivo promover o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao uso responsável das tecnologias digitais, despertando a curiosidade pelo aprendizado, fomentando a compreensão, estimulando a criatividade e incentivando

a participação em práticas sociais entre os estudantes (Brasil, 2018).

Dessa forma, a integração consciente e intencional das tecnologias na educação visa potencializar o processo de ensino-aprendizagem, promovendo um ambiente educacional mais dinâmico, envolvente e adaptado às demandas contemporâneas. A competência 5 da BNCC destaca que:

Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas (Brasil, 2018, p. 18).

É importante destacar que as diretrizes curriculares presentes na BNCC apresentam diversas tecnologias que podem ser amplamente utilizadas na educação básica, proporcionando experiências educacionais muito mais dinâmicas e interativas que metodologias tradicionais (Murcia, 2005). Assim, algumas das tecnologias comumente utilizadas no ambiente escolar são: dispositivos móveis como *tablets* e *smartphones*; Ambientes virtuais de aprendizagem que utilizam recursos gamificados; Jogos educativos; Recursos audiovisuais; Realidade Virtual e Realidade Aumentada, entre outras (Brasil, 2018).

A esse respeito, Santos e Vieira (2021) evidenciam que as tecnologias educacionais propõem diversos benefícios para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem, sendo consideradas meios facilitadores e não ferramentas automáticas de ensino. Nesse contexto, é essencial que os educadores tenham a oportunidade de utilizar recursos tecnológicos como suporte metodológico. Zichermann e Cunningham (2011) complementam essa reflexão ao afirmar que é fundamental que o professor, atuando como mediador, incorpore a tecnologia como estímulo em sua prática pedagógica, uma vez que o computador

por si só não realiza ações educativas de forma automática.

Em suma, a integração consciente e intencional das tecnologias educacionais, aliada a estratégias pedagógicas adequadas, pode proporcionar um ambiente de ensino enriquecido, estimular a participação ativa dos alunos e contribuir para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a sociedade atual. Portanto, é essencial que os educadores incorporem a tecnologia de forma crítica e significativa, alinhando-a aos objetivos educacionais e às necessidades dos alunos.

3 METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM

Segundo Freire (1996, apud Bes *et al.* 2019), a educação deve se voltar para a problematização da realidade, buscando compreender os fenômenos e situações para, a partir disso, adotar atitudes que promovam transformações. As metodologias ativas seriam um recurso para estimular a curiosidade e envolver o aluno em situações concretas, levando-o a agir sobre a realidade e ultrapassando a concepção de ensino como uma simples transmissão de conhecimentos.

A utilização de metodologias ativas pode potencializar o processo de ensino e aprendizagem, permitindo que os alunos aprendam de forma lúdica e com maior engajamento. Para corroborar esse pensamento, Barbosa e Moura (2013) argumentam que as metodologias podem auxiliar os alunos a assimilarem conteúdos mais volumosos, reterem mais informações sobre diferentes assuntos e tornarem as aulas mais agradáveis.

Segundo Silberman (1996), se durante o processo de ensino e aprendizagem a metodologia favorecer o aluno nas atividades de ouvir, ver, questionar, discutir, fazer e ensinar, a metodologia está no caminho da aprendizagem ativa. Dessa forma, esse tipo

de aprendizagem ocorre quando os alunos interagem com a matéria abordada e colocam em prática os conhecimentos adquiridos por meio de professores que atuam como orientadores e facilitam o processo de aprendizagem (Barbosa; Moura, 2013).

Sobre esse assunto, Morán (2015, p. 18) argumenta que as metodologias ativas “são pontos de partida para avançar para processos mais avançados de reflexão, de integração cognitiva, de generalização, de reelaboração de novas práticas”. Assim, os métodos ativos podem ser combinados com outras práticas de ensino, propondo equilíbrio entre atividades, resolução de desafios e informações estruturadas de tal forma que os alunos aprendam de forma mais prazerosa e divertida.

Bergmann (2018) e Silveira, Parreira, Bigolin e Pertile (2019) defendem que as metodologias ativas são aplicáveis em diversas estratégias de ensino, como:

- **Aprendizagem Baseada em Problemas:** este método de ensino baseia-se no uso contextualizado de situações-problema para a aprendizagem autodirigida. Ou seja, o que tradicionalmente era feito em sala de aula agora é feito em casa, e o que tradicionalmente era feito como lição de casa agora é feito em sala de aula (Bergmann, 2018).
- **Aprendizagem Baseada em Projetos:** de acordo com o *Educação ou Buck Institute for Education* (BIE), este método incentiva os alunos a buscarem conhecimentos e habilidades desenvolvendo projetos em um longo período de tempo para explorar questões e problemas vistos em sala de aula.
- **Sala de Aula Invertida:** é um método ativo que integra o ensino remoto com o ensino presencial como ferramenta para potencializar o processo de ensino por parte dos professores e aprendizado por parte dos alunos.

- **Gamificação:** o uso de elementos de jogos em processos de ensino e aprendizagem, como desafios, recompensas e competições, promovendo a motivação e o engajamento dos estudantes.

Para outros autores, como Bes *et al.* (2019), a utilização de tecnologias de informação e comunicação tem o potencial de romper as barreiras entre os espaços físicos e virtuais, criando novas formas de ensinar e aprender, com o suporte de diversos recursos tecnológicos que possibilitam aos alunos atuarem como protagonistas e autores de conteúdo. Nesse sentido, a gamificação emerge como uma metodologia ativa que pode auxiliar significativamente no aprendizado dos estudantes em diversas disciplinas.

4 GAMIFICAÇÃO

O termo “gamificação” foi inicialmente mencionado em 2002 por Nick Pelling, um programador de jogos visionário, que teve a ideia de utilizar elementos de jogos para auxiliar empresas no desenvolvimento de produtos, aproveitando plataformas de entretenimento (Hagglund, 2012). No entanto, apesar da sua proposta inovadora, o conceito não despertou um grande interesse no campo empresarial naquela época e não recebeu a atenção merecida. Foi somente após alguns anos que a gamificação começou a ganhar popularidade significativa, à medida que diferentes setores da indústria de jogos abraçaram essa abordagem e a adotaram amplamente.

Assim, ao longo dos anos, várias definições têm sido atribuídas ao termo “gamificação”. Inicialmente formulado por Deterding *et al.* (2011), a gamificação consiste no processo de incorporar elementos que estruturam a maioria dos jogos em contextos que não estão necessariamente relacionados aos jogos. O termo tem se expandido, levando ao desenvolvimento de diversos produtos

gamificados no contexto comercial e à exploração do conceito em eventos científicos, onde estudos relacionados ao tema têm sido apresentados.

Para Deterding *et al.* (2011), embora seja um conceito bem mais difundido nos dias atuais, devido aos avanços tecnológicos, a gamificação é uma técnica que tem sido usada há muito tempo para tornar atividades rotineiras e monótonas mais interessantes e motivadoras. Por meio do uso de mecânicas de jogos, como recompensas, desafios e competições, a gamificação oferece uma maneira lúdica de abordar tarefas e estimular a participação ativa dos indivíduos. O crescente interesse e espaço ocupado pela gamificação refletem suas diversas aplicações e possibilidades de utilização, tanto no contexto comercial quanto na área acadêmica e científica.

Essa abordagem tecnológica, conforme descrita por Kapp (2012) e Zichermann e Cunningham (2011), tem como objetivo principal tornar o processo de aprendizado mais divertido, atraente e engajador, utilizando-se das mecânicas do jogo para incentivar a participação ativa e o esforço contínuo nas atividades propostas. Ao incorporar esses elementos de *design* de jogos em diferentes contextos, a gamificação busca motivar os participantes, estimular a conquista de metas e promover uma experiência de aprendizagem mais envolvente e gratificante.

No contexto educacional, o processo de tornar os métodos de ensino mais motivadores e com maior potencial para abstrair o conhecimento transmitido pelos professores, a gamificação tem se tornado uma boa aliada. Autores como Zichermann e Cunningham (2011) constataram que a inserção de elementos de jogos em ambientes educacionais por meio da gamificação aumenta a probabilidade de engajamento, estimula o interesse dos alunos em diferentes atividades e a torna uma ferramenta essencial de ensino e aprendizagem.

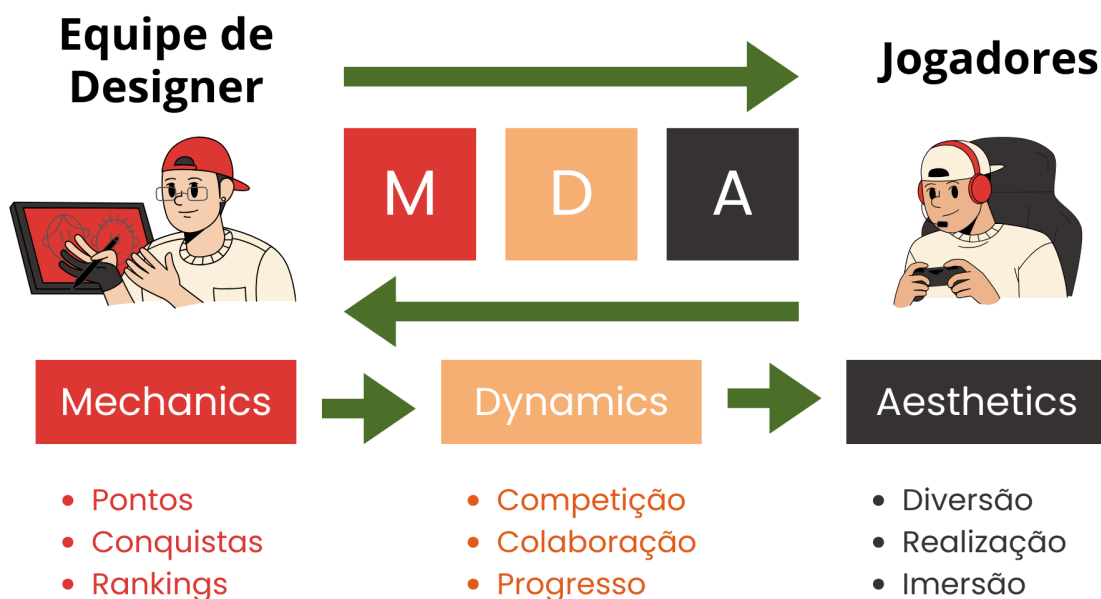
4.1 Elementos de Jogos

Conforme Bunchball INC (2010), a Gamificação tem como propósito envolver as pessoas de forma mais ativa e participativa em atividades que não são consideradas jogos. No entanto, para alcançar esse objetivo, é essencial incorporar os elementos de jogos na atividade em questão. Esses elementos são importantes para transformar a gamificação em uma estratégia capaz de influenciar e direcionar o comportamento das pessoas.

As dinâmicas de um jogo são elaboradas mediante a criação de elementos responsáveis por atribuir padrões regulares, sentido e coerência à experiência do jogador. Ou seja, trata-se da estruturação do conjunto de regras presentes no jogo e de alguns outros elementos contextuais, como as emoções de um personagem dentro do jogo, a narrativa, a progressão, os relacionamentos e as restrições (Natal *et al.*, 2018). Esses elementos promovem a diversão e a motivação do jogador, como metas e tarefas a serem cumpridas, mediante regras estabelecidas nas mecânicas que permitem sua execução (Krause *et al.*, 2020).

Zichermann e Cunningham (2011) introduziram o *framework* MDA (Mecânica, Dinâmica e Estética) para fornecer uma visão dos elementos essenciais que compõem um jogo. De acordo com esses autores, a incorporação desses elementos é fundamental para a aplicação do pensamento sistêmico na descrição da interação dos elementos de jogos e sua aplicação em contextos não relacionados aos jogos. Na Figura 1 a seguir, é possível observar uma síntese visual de como os elementos de jogos propostos pelo *framework* MDA podem ser experimentados e vivenciados pelos jogadores.

Figura 1 – Representação visual do *framework* MDA



Fonte: elaborada pelos autores, a partir de Zichermann e Cunningham (2011).

Na Figura 1, observa-se que a equipe de *designer* está mais próxima das mecânicas do jogo, sendo responsáveis por projetar interações que geram comportamentos desejados. Os jogadores, por sua vez, têm contato direto com a camada estética, inferindo comportamentos e utilizando as mecânicas para alcançar objetivos. A dinâmica desempenha um papel central no *framework* MDA, atuando como um elo entre as mecânicas e a estética. Ela influencia a experiência do jogador e estabelece conexões entre as partes essenciais do jogo.

Zichermann e Cunningham (2011) descrevem também as mecânicas como os componentes funcionais essenciais do jogo, conferindo ao *designer* controle total sobre as regras e ações disponíveis para o jogador. As dinâmicas, por sua vez, representam as interações dos jogadores com as mecânicas do jogo, determinando as possibilidades de ação em resposta ao sistema de mecânicas. Por outro lado, a estética refere-se à maneira como o jogo evoca sensações no jogador durante a interação com o ambiente de jogo, e pode

ser considerada como o resultado da combinação das mecânicas e das dinâmicas, criando emoções à medida que interagem entre si.

5 METODOLOGIA

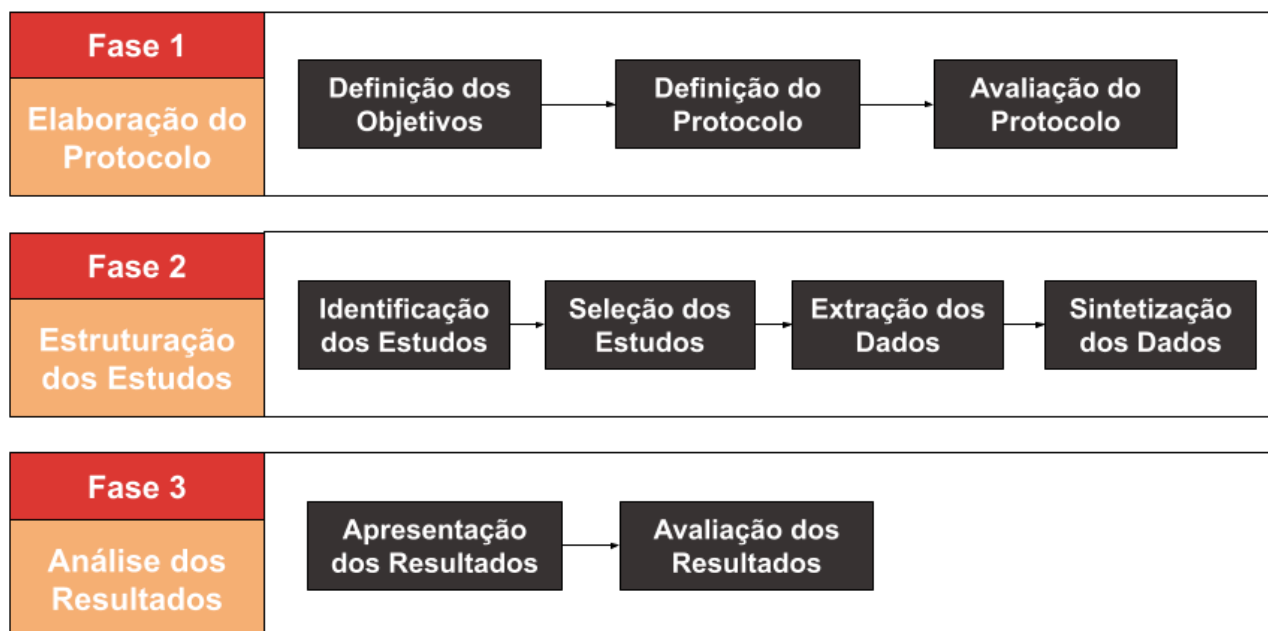
A metodologia empregada neste estudo foi fundamentada na abordagem da Revisão Sistemática da Literatura (RSL) conforme delineada por Sousa e Melo (2021). Em consonância com a definição de Galvão e Ricarte (2019), a RSL abrange uma ampla gama de trabalhos que fornecem uma análise aprofundada da literatura em torno de temas específicos, permitindo a identificação de diversos artigos que apresentam diferentes abordagens para as fases do processo de desenvolvimento.

Para assegurar a qualidade e efetividade deste trabalho, foram realizadas três fases distintas apresentadas pelos autores Sousa e Melo (2021): Elaboração do Protocolo de Revisão Sistemática, Estruturação dos Estudos e Análise dos Resultados. Cada fase foi

composta por etapas específicas que foram cuidadosamente seguidas. Essa organização foi representada de maneira

clara e sistemática na Figura 2, permitindo uma compreensão completa do processo utilizado nesta revisão sistemática.

Figura 2 – Fases da Revisão Sistemática



Fonte: elaborada pelos autores, a partir de Sousa e Melo (2021).

A Figura 1 representa as fases de desenvolvimento deste artigo. A Fase 1 corresponde à elaboração do protocolo de revisão sistemática, que é dividido em três partes: definição dos objetivos da revisão, elaboração e avaliação do protocolo de revisão. A avaliação do protocolo foi conduzida pelos autores deste artigo, visando garantir a sua qualidade e coerência.

Na fase 2, referente a estruturação dos trabalhos, ocorreu a identificação de 26 artigos científicos com potenciais para serem incluídos nesta revisão. Após essa identificação, procedeu-se à seleção dos estudos com base nas *strings* de busca predefinidas. Uma vez realizada a seleção, foram extraídos os dados relevantes de cada estudo, incluindo título, resumo e informações detalhadas sobre os trabalhos. Em seguida, os dados extraídos foram sintetizados para fornecer uma visão geral dos estudos selecionados.

Na fase 3, foi realizada uma análise dos resultados obtidos. Esses resultados foram cuidadosamente tabulados e as incidências das questões definidas no protocolo de revisão sistemática foram meticulosamente classificadas. A análise também buscou estabelecer as relações entre essas questões e cada um dos estudos selecionados, proporcionando uma compreensão mais abrangente das descobertas.

5.1 Objetivos e Questões Norteadoras

O objetivo desta pesquisa é analisar o impacto da gamificação no engajamento e na aprendizagem de alunos do ensino básico, além de destacar técnicas que podem ser adotadas por escolas e professores. Os principais tópicos a serem abordados incluem o impacto da gamificação na motivação dos alunos, a melhoria do desempenho acadêmico dos alunos por meio da gamificação e os

efeitos da gamificação na retenção de conhecimento dos alunos. Com o intuito de alcançar esse objetivo, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras de pesquisa:

1. Quais são os efeitos da gamificação no ensino básico em relação à motivação dos alunos?
2. Quais estratégias de gamificação têm sido empregadas para promover o engajamento dos alunos no ensino básico?

A formulação dessas questões norteadoras foi fundamental para a pesquisa, pois direcionam o foco do estudo e permitem analisar os aspectos relevantes da gamificação no contexto educacional. Essas perguntas estruturam a investigação e garantem que os objetivos da pesquisa sejam alcançados de maneira eficaz.

5.2 Estratégias de Busca e Coleta de Dados

Durante o processo de construção da string de busca, foram identificados os termos que deveriam fazer parte desta revisão. Em seguida, foram elaboradas as *strings* e termos alternativos correspondentes a essas palavras-chave: "gamificação" AND "ensino básico" OR "gamificação" AND "tecnologias educacionais".

Após a definição da string, realizou-se a busca nas fontes de estudos de acordo com o protocolo estabelecido. As fontes de busca selecionadas abrangem um amplo conjunto de artigos científicos de profissionais e pesquisadores na área da computação. A pesquisa teve como objetivo analisar o impacto da gamificação no engajamento e na aprendizagem de alunos do ensino básico, além de destacar técnicas que podem ser adotadas por escolas e professores, durante o período de 2015 a 2022, com a finalidade de destacar relevâncias recentes e abranger trabalhos que tenham influenciado a

educação, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19.

As fontes SBC-OpenLib (SOL) e Periódicos CAPES utilizadas para esta pesquisa podem ser encontradas na internet. Estas fontes estão disponíveis em bases de dados científicas relacionadas à área de Informática na Educação. Essas bases de dados oferecem acesso a uma ampla gama de literatura acadêmica relevante, permitindo avaliar o grau de relevância dos estudos para esta revisão específica. Os motores de busca disponibilizam filtros que facilitam a pesquisa e a inclusão dos critérios de inclusão e exclusão de trabalhos, de acordo com o protocolo estabelecido. Esses filtros ajudam a refinar os resultados e a identificar os estudos mais relevantes para a revisão.

A string de busca foi utilizada na língua portuguesa, seguindo critérios de inclusão e exclusão definidos, a fim de realizar pesquisas nos Periódicos da CAPES e na biblioteca digital SOL da Sociedade Brasileira de Computação. As bibliotecas de busca foram automatizadas, resultando em 22 trabalhos indexados nos Periódicos da CAPES e 4 trabalhos indexados na SBC-OpenLib (SOL).

5.3 Critérios de Inclusão e Sintetização dos Resultados

Para a inclusão de um trabalho na pesquisa, foram estabelecidos os seguintes critérios de relevância em relação às questões de pesquisa:

- Serão consideradas as bases de dados acadêmicas principais: SBC-OpenLib (SOL) e Periódicos da CAPES.
- Serão considerados trabalhos que estejam disponíveis integralmente nas bases de dados pesquisadas com revisão por pares quando se referir a artigos.
- Estudos que investiguem os benefícios da gamificação no ensino

- básico (alunos de educação infantil, fundamental e médio).
- Estudos que apresentem resultados empíricos relacionados ao impacto da gamificação na motivação dos alunos, desempenho acadêmico, habilidades socioemocionais ou retenção de conhecimento.
 - Serão considerados trabalhos entre os anos de 2015 a 2022 que tratem de conceitos clássicos relacionados à área de interesse desta revisão sistemática.
 - Serão incluídos estudos escritos em português, para facilitar a compreensão e análise dos resultados.

Após a aplicação dos critérios de inclusão para a revisão, selecionamos inicialmente 26 artigos que abordaram a gamificação como instrumento de ensino. Dentre eles, apenas 13 foram incluídos na etapa de extração dos dados, após uma análise minuciosa que seguiu rigorosamente os critérios de inclusão estabelecidos. O quadro 1 apresenta a quantidade de trabalhos incluídos para cada mecanismo de busca utilizado na pesquisa. Essa abordagem metodológica foi fundamental para garantir a consistência e a relevância dos estudos selecionados, assegurando que somente aqueles que melhor se enquadravam nos objetivos da revisão fossem considerados para a análise dos dados.

Quadro 1 – Trabalhos Encontrados, Selecionados e Excluídos

Fonte de Busca dos Estudos	Estudos Encontrados	Estudos Selecionados	Estudos Excluídos
SBC-OpenLib (SOL)	4	2	2
Periódicos da CAPES	22	11	11

Fonte: elaborada pelos autores.

Com os artigos selecionados, foi implementada uma estratégia de extração de informações cuidadosamente planejada nesta revisão sistemática. Para garantir a organização eficiente dos dados, utilizou-se uma planilha Excel, na qual foram registradas as seguintes informações: Status do Trabalho, Título, Ano de publicação, Autores, Resumo, Palavras-Chave, *Link/Site*, Questão Norteadora 1, Questão Norteadora 2 e Observações.

Ao registrar esses dados de maneira clara e concisa, garantiu-se maior transparência e rastreabilidade do processo de extração de informações, bem como a reprodutibilidade dos resultados obtidos na revisão. Essa estratégia contribui para a confiabilidade da pesquisa e para o fornecimento de uma base sólida para discussões, conclusões e futuras

pesquisas na área da gamificação na educação básica.

O Quadro 2 apresenta a estrutura e organização dos artigos relevantes analisados, facilitando a identificação de padrões, tendências e lacunas na literatura sobre gamificação no contexto educacional. Além disso, ele oferece uma referência rápida e eficiente, permitindo que pesquisadores e leitores localizem facilmente os estudos mencionados e verifiquem suas contribuições. Ao listar informações detalhadas como título do artigo, autores, ano de publicação e periódico, o quadro também garante transparência e rigor metodológico, demonstrando que a seleção dos estudos foi criteriosa e representativa.

Quadro 2 – Artigos utilizadas para a revisão sistemática

Título Do Artigo	Autor/Ano	Periódico
Gamificando a Sala de Aula: Um Relato de Experiência com o Kahoot na Chapada Diamantina	Carregosa; Araujo; Albuquerque / 2019	Anais do Workshop de Informática Na Escola (Wie)
Edubi: rede social gamificada e geolocalizada para contextos de aprendizagem ubíqua e informal	Monteiro; Silva; Lira; Schmidt; Santana; Anunciação; Silva Júnior; Nascimento / 2019	Anais do III Workshop on Advanced Virtual Environments and Education
Possibilidades de ressignificações nas práticas pedagógicas emergentes da gamificação	Martins; Giraffa / 2018	ETD – Educação Temática Digital
Contribuições da gamificação para a formação continuada de professores: o escape book como estratégia metodológica	Gomes; Rosa / 2022	ETD – Educação Temática Digital
A Gamificação no ensino de história: o jogo “Legend Of Zelda” na abordagem sobre medievalismo	Martins; Bottentuit Junior / 2016	Revista Holos
Jogos de Leitura: possibilidades para promoção do engajamento na leitura	Santos; Vieira / 2021	Signum: Estudos da Linguagem
Gamification e a web 2.0: planejando processo ensino-aprendizagem	Monte; Barreto; Rocha / 2017	Revista Holos
Ambientes de Aprendizagem a partir do Game JobMath	Menezes; Sant'Ana / 2021	REMAT: Revista Eletrônica da Matemática
Formação continuada em contexto híbrido e multimodal Ressignificando práticas pedagógicas por meio de projetos de aprendizagem gamificados	Bersch; Schlemmer / 2018	Revista Tempos e Espaços em Educação
A gamificação no processo de ensino e aprendizagem da Matemática por meio da Webquest e do Scratch	Barreto; Sant'Ana; Sant'Ana / 2020	Revista de Iniciação à Docência
Gamificação no ensino infantil: um exemplo de aplicação	Matos; Menegat / 2022	Conhecimento & Diversidade
Aprendizagem baseada em jogos e gamificação como instrumentos para o desenvolvimento do pensamento crítico na matemática: uma revisão teórica	Rezende; Carrasco; Silva-Salse / 2022	Revista de Estudos em Educação e Diversidade – REED
O Desafio das Metodologias Ativas: construção de um jogo de Escape Room	Passos; Andrade; Almeida / 2021	Informática na educação: teoria & prática

Fonte: elaborada pelos autores.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção é dedicada à apresentação dos estudos realizados neste artigo, a partir da pesquisa realizada, enfatizando as duas questões norteadoras e os objetivos centrais deste trabalho. Para alcançar uma análise abrangente e fundamentada, a pesquisa foi conduzida com base em uma metodologia rigorosa, que incluiu a identificação e seleção criteriosa de estudos da área, via revisão bibliográfica realizada, além da extração de dados e a síntese dos resultados.

6.1 Questão Norteadora 1: Quais são os efeitos da gamificação no ensino básico em relação à motivação dos alunos?

Ao examinar a questão 1, a análise dos artigos pesquisados permitiu identificar uma série de impactos positivos que a gamificação exerce sobre os alunos do ensino básico. Dentre esses impactos, merecem destaque: a melhora da motivação, a facilitação do processo de aprendizagem, o aumento do engajamento e a redução da dispersão em sala de aula.

Conforme citado por Martins e Giraffa (2018), a gamificação pode ser compreendida como uma adaptação de metodologias lúdicas e técnicas condicionadas da cibercultura. Essa abordagem surge como uma conexão natural enraizada no desenvolvimento humano, promovendo uma maior interação entre o lúdico e o ciberespaço para crianças no ensino básico. Matos e Menegat (2022) destacam a importância de proporcionar aos alunos diversos estímulos, e a gamificação pode ser uma contribuição significativa para o desenvolvimento de várias habilidades, considerando que as pessoas se inspiram de maneiras diversas.

Martins e Giraffa (2018) destacam ainda que a gamificação possui o poder de aprimorar competências relevantes nos estudantes, tais como colaboração em atividades educativas, cooperação entre os

alunos, reflexão crítica, autonomia na elaboração de atividades, melhoria nos hábitos de estudo, entre outros. Essas competências têm o efeito de auxiliar no desenvolvimento das habilidades de interação com tecnologias e no pensamento computacional, permitindo a formação de cidadãos mais conectados.

Gomes e Rosa (2022) defendem que a gamificação é um recurso pedagógico importante que contribui significativamente no processo de ensino e aprendizagem para alunos e professores. Essa abordagem oferece facilidade na busca por conhecimento de maneira mais motivacional, além de promover uma participação ativa e engajada dos estudantes. Dessa forma, os professores têm a oportunidade de criar atividades que recompensam os alunos por meio de competições realizadas em sala de aula ou na escola (Barreto; Sant'ana; Sant'ana, 2020).

De acordo com Martins e Bottentuit (2016), a gamificação surgiu no contexto educacional como uma ferramenta capaz de combater a falta de motivação dos alunos e a dispersão em sala de aula. Nesse sentido, a tecnologia tem resultado em jogos com alto grau de engajamento, capazes de prender a atenção dos estudantes e facilitar o processo de aprendizagem de forma lúdica e natural.

Segundo Santos e Vieira (2021), a gamificação representa um recurso lúdico e estimulante para o processo de aprendizagem, sendo capaz de promover uma atualização significativa para quem a utiliza. Quando bem planejada, essa abordagem pode contribuir de forma notável para o desenvolvimento da aprendizagem, especialmente no que diz respeito à leitura. Ao incorporar elementos de jogos e mecânicas interativas, a gamificação tem o potencial de tornar as aulas mais atrativas, divertidas e prazerosas para os alunos, estimulando seu interesse e engajamento no conteúdo educacional.

No entanto, Bersch e Schlemmer (2018) apresentam a gamificação como uma ferramenta de engajamento, enfatizando sua relevância no contexto educacional. No entanto, ressaltam que, para uma aplicação eficaz, os professores precisam vivenciar intensamente diferentes abordagens de jogos e, posteriormente, explorar a gamificação. Essa vivência permitirá aos educadores construir significados para diversas formas de aprendizado, tanto em ambientes presenciais quanto híbridos.

Rezende, Carrasco e Silva-Salse, (2022, p. 14) corroboram com Bersch e Schlemmer (2018) e afirmam que a gamificação e os jogos “não constituem um fim em si mesmas”, mas podem ser utilizados como instrumentos capazes de potencializar o ensino. Para os autores, torna-se necessário preparar e capacitar os professores para desenvolverem atividades gamificadas que façam sentido para os alunos e que estejam de acordo com o objetivo educacional da disciplina.

Outros autores como Bersch e Schlemmer (2018) acreditam no potencial da gamificação para aproximar os professores da educação básica e do vasto repertório de conhecimentos relacionados à docência. Ao adotar a gamificação como uma estratégia pedagógica, os docentes podem criar experiências de aprendizagem mais envolventes e relevantes para os alunos, impulsionando a motivação e o interesse pelo conteúdo escolar.

6.2 Questão Norteadora 2: Quais estratégias de gamificação têm sido empregadas para promover o engajamento dos alunos no ensino básico?

No contexto da análise da questão 2, a pesquisa nos artigos revelou diversas estratégias eficazes aplicadas em sala de aula para estimular o engajamento dos alunos do ensino básico. Quatro abordagens distintas e notáveis merecem destaque: a adoção da ferramenta Kahoot, a integração de jogos lúdicos, a

implementação do conceito de “*Escape Room*” e a incorporação de jogos digitais no processo educacional. Essas estratégias têm demonstrado ser efetivas na promoção do envolvimento dos estudantes em atividades educacionais.

Carregosa, Araujo e Albuquerque (2019) enfatizam a relevância de ferramentas que impulsionam o engajamento dos estudantes, destacando a plataforma interativa Kahoot. Essa ferramenta possibilita a criação de questionários e desafios em formato de jogos, proporcionando uma experiência envolvente e competitiva para os alunos. A abordagem de competição saudável e interatividade apresentada pelo Kahoot mostra-se promissora para potencializar o engajamento dos estudantes e aprimorar a experiência educacional (Kahoot, 2024).

Já no estudo de Martins e Bottentuit (2016), os autores apresentam os jogos digitais como recursos psicopedagógicos, pois estes jogos oferecem situações-problema que contextualizam, criticam e abordam essencialmente os conteúdos disciplinares. Eles defendem a utilização de jogos dentro da sala de aula para o ensino de diversas disciplinas, incluindo a História, que é abordada pelos autores. Um exemplo mencionado é o jogo “*The Legend of Zelda: Ocarina of Time*”, que evidencia elementos que aproximam os alunos do contexto histórico medieval, um período distante da contemporaneidade. Essa abordagem representa um importante mecanismo para o ensino de História, mediando a relação ensino-aprendizagem de forma significativa e problematizante.

Na pesquisa realizada por Gomes e Rosa (2022), foi apresentado o conceito de “*escape book*”, uma atividade gamificada baseada na lógica do *escape room* (jogo de fuga), com enfoque no universo linguístico-literário para professores. Essa abordagem permite que os professores sejam desafiados a resolver uma série de enigmas e quebra-cabeças dentro de um espaço temático para alcançar um objetivo

específico. Para Gomes e Rosa (2022) e Passos, Andrade e Almeida (2021) essa estratégia envolve uma experiência interativa e imersiva e pode ser adaptada para ser utilizada com os alunos do ensino básico, tornando o processo educacional mais dinâmico e envolvente, estimulando a criatividade, o trabalho em equipe e o raciocínio dos estudantes enquanto abordam conteúdos linguísticos e literários de forma divertida e motivadora.

Barreto, Sant'ana e Sant'ana (2020) apresentam a WebQuest e o Scratch para a criação de atividades gamificadas no ensino de matemática. A WebQuest consiste em uma atividade orientada a pesquisa na qual os estudantes utilizam a internet para responder determinadas questões. Já o Scratch é um programa de computador que os estudantes podem criar suas próprias histórias, jogos e animações interativas com o objetivo de aprender lógica de programação.

Por outro lado, Martins e Giraffa (2018) e Gomes e Rosa (2022) enfatizam a importância de complementar as ferramentas gamificadas com reuniões e oficinas entre os professores. Essas atividades permitem que os educadores vivenciem os benefícios da gamificação e compreendam sua complexidade no contexto do ensino básico. Ao participar dessas práticas, os professores podem aprimorar suas habilidades para aplicar estrategicamente a gamificação, alinhando-a aos objetivos pedagógicos e proporcionando uma experiência educacional mais envolvente e significativa para os alunos.

Os artigos escolhidos para esta pesquisa investigaram os benefícios da gamificação no ensino básico. A partir dessas fontes selecionadas, foi possível conduzir uma análise e obter uma compreensão mais profunda de como a gamificação tem se revelado uma técnica valiosa, passível de ser adotada tanto por alunos quanto por professores, com o propósito de adaptar e aprimorar a metodologia de ensino em sala de aula.

Portanto, os resultados deste estudo contribuem para o avanço da pedagogia e têm o potencial de beneficiar tanto os educadores quanto os alunos ao explorar o potencial da gamificação como uma ferramenta valiosa na educação.

7 CONCLUSÃO

A gamificação tem se destacado como uma estratégia eficaz para enriquecer o ambiente de sala de aula e potencializar o aprendizado nas mais diversas disciplinas do currículo do ensino básico. Ao utilizar técnicas gamificadas, é possível proporcionar auxílio tanto aos alunos como aos professores durante o processo de ensino e aprendizagem.

Ao incorporar a gamificação no ambiente escolar, os educadores têm a oportunidade de transformar a jornada educacional em uma experiência estimulante, na qual o estudante assume o papel de protagonista, toma decisões importantes e enfrenta desafios diretamente relacionados ao conteúdo curricular. Essa abordagem inovadora abre caminho para um aprendizado mais envolvente e lúdico e pode favorecer o desenvolvimento cognitivo e habilidades socioemocionais dos alunos.

Nesta revisão sistemática, foram cuidadosamente selecionados 26 estudos revisados por pares que atenderam aos critérios estabelecidos no protocolo de revisão e passaram por todas as etapas descritas na seção "Metodologia". Após a análise e validação desses estudos, constatou-se que apenas 13 trabalhos abordaram a gamificação como uma potencial ferramenta para auxiliar no processo de aprendizado nas escolas de ensino básico, de acordo com as diretrizes da BNCC. Esses resultados destacam a relevância da gamificação como uma estratégia educacional eficaz, embasada em evidências, para o aprimoramento da educação no contexto escolar.

A pesquisa revelou ainda que a incorporação da gamificação nas práticas educativas apresenta benefícios significativos. Dentre eles, destaca-se o fomento do engajamento dos alunos, o auxílio no aprendizado de disciplinas consideradas mais complexas, e o aumento do interesse dos estudantes em participar de atividades lúdicas, conforme destacado pelos autores Martins e Giraffa (2018). Ademais, vale ressaltar que existem diversas técnicas de gamificação que podem ser aplicadas em sala de aula. De acordo com Martins e Bottentuit (2016), os jogos destacam-se como uma das abordagens mais motivadoras, incentivando a participação ativa dos alunos.

Assim, a meta central desta revisão foi atingida por meio da análise de estudos conduzidos no período de 2015 a 2022, permitindo a evidência dos benefícios da gamificação quando implementada nas escolas de ensino básico no Brasil e a resposta às questões orientadoras desta pesquisa. Além de destacar os ganhos identificados, foi igualmente importante apresentar as técnicas e ferramentas gamificadas que têm sido adotadas por profissionais da educação e demonstrar sua eficácia. Esta revisão oferece, portanto, uma contribuição valiosa para a compreensão e aplicação da gamificação no contexto educacional, abrindo caminho para melhorias nas práticas de ensino e na experiência de aprendizado dos alunos.

Como trabalhos futuros, é extremamente interessante expandir o campo da pesquisa, investigando a aplicação da gamificação em outros países e explorando quais técnicas têm se mostrado mais eficientes em contextos educacionais diversos. Essa abordagem ampliada permitirá que a pesquisa alcance um público maior e diversificado, enriquecendo os *insights* sobre como a gamificação pode ser adaptada e otimizada para diferentes realidades culturais e educacionais.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 48–67, 19 ago. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.26849/bts.v39i2.349>.
- BARRETO, A. F.; SANT'ANA, C. D. C.; SANT'ANA, I. P. A gamificação no processo de ensino e aprendizagem da Matemática por meio da Webquest e do Scratch. **Revista de Iniciação à Docência**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 44–59, 2020. DOI: 10.22481/rid-uesb.v4i1.6144. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rid/article/view/6144>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- BERGMANN, Jonathan. **Aprendizagem invertida para resolver o problema do dever de casa**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BERSCH, Maria Elisabete; SCHLEMMER, Eliane. Formação continuada em contexto híbrido e multimodal: ressignificando práticas pedagógicas por meio de projetos de aprendizagem gamificados. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 11, n. 01, p. 71–92, 13 jun. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v11i01.9719>.
- BES, Pablo; PEREIRA, Amanda de Sena Fornarolli; PESSI, Ingrid Gayer; CERIGATTO, Mariana Pícaro; MACHADO, Leticia Rocha. **Metodologias para aprendizagem ativa**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029330/>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- BRASIL. **Base nacional comum curricular: educação é a base: ensino médio**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 5 ago. 2023.

BUNCHBALL INC. **Gamification 101**: an introduction to the use of game dynamics to influence behavior. 2010. Disponível em: <<http://www.bunchball.com/sites/default/files/downloads/gamification101.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2024.

CARREGOSA, Ana Luísa dos Santos; ARAUJO, Douglas de Souza; ALBUQUERQUE, Monck. Gamificando a Sala de Aula: Um Relato de Experiência com o Kahoot na Chapada Diamantina. In: Workshop de Informática na Escola, 25. , 2019, Brasília. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2019 . p. 1334-1338. DOI: <https://doi.org/10.5753/cbie.wie.2019.1334>.

DETERDING, Sebastian; SICART, Miguel; NACKE, Lennart; O'HARA, Kenton; DIXON, Dan. Gamification. using game-design elements in non-gaming contexts. In: **CHI'11 extended abstracts on human factors in computing systems.**, 2011. p. 2425-2428.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS [FGV]. Webinar: Educação Mediada Por Tecnologia em Tempos de Pandemia. **FGV SB - Sistema de Biblioteca**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/5f1bf1f1-8985-48c1-b48e-074b1ad9c247>. Acesso em: 14 out. 2023.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão Sistemática da Literatura: Conceituação, Produção e Publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. DOI: 10.21728/logcion.2019v6n1.p57-73. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 14 out. 2023.

GOMES, Cristiane; ROSA, Lúcia. Contribuições da gamificação para a formação continuada de professores: o escape book como estratégia metodológica. **ETD - Educação Temática**

Digital, Campinas, v. 24, n. 1, p. 133-150, 2022. DOI: 10.20396/etd.v24i1.8665891. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8665891>. Acesso em: 23 jul. 2023.

HAGGLUND, Per. **Taking gamification to the next level**: a detailed overview of the past, the present and a possible future of gamification. 2012. 36 f. Umeå Universitet, Suécia, 2012. Disponível em: <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:546713/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2023.

JOHNSON, L.; BECKER, S. Adams; ESTRADA, V.; FREEMAN, A. **NMC Horizon Report**: 2014 higher education edition. Austin, Texas: The New Media Consortium, 2014.

KAHOOT. **Game-based blended learning & classroom response system**. 2024. Disponível em: <https://kahoot.com/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

KAPP, Karl. **The gamification of learning and instruction**: game-based methods and strategies for training and education. San Francisco, CA: Pfeiffer, 2012.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Tradução de Francisco C. Fontanella. Piracicaba: Unimep, 1999.

KRAUSE, Katiane Kazuza Gneipel; HOUNSELL, Marcelo da Silva; GASPARINI, Isabela. Um Modelo para Inter-relação entre Funções Executivas e Elementos de Jogos Digitais. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, [S.l.], v. 28, p. 596-625, out. 2020.

MATOS, Tauller Augusto de Araújo; MENEGAT, Jardelino. Gamificação no ensino infantil: um exemplo de aplicação. **Conhecimento & Diversidade**, [S. l.], v. 14, n. 33, p. 132, 6 set. 2022. <http://dx.doi.org/10.18316/rcd.v14i33.9927>.

MARTINS, Cristina; GIRAFFA, Lucia Maria Martins. Possibilidades de ressignificações nas práticas pedagógicas emergentes da gamificação. **ETD – Educação Temática Digital**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 5–26, 2018. DOI: 10.20396/etd.v20i1.8645976. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8645976>. Acesso em: 23 jul. 2023.

MARTINS, Dayse Marinho; BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista Bottentuit. A gamificação no ensino de história: o jogo “Legend of Zelda” na abordagem sobre medievalismo. **HOLOS**, Natal,, v. 7, p. 299–321, 2016. DOI: 10.15628/holos.2016.1978. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1978>. Acesso em: 23 jul. 2023.

MORÁN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (org.). **Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015. p. 15–33.

MURCIA, Juan Antonio M. **Aprendizagem através do jogo**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.

NATAL, Maria Eduarda Contri; BARBOSA, Brenda Anghinoni; HERNANDES, Júlia Cardoso; MUCH, Bruno de Sousa; BIGOLIN, Marcio; SILVA, Sandro José Ribeiro da; SILVA, Carla Balestro; CARVALHO, Leonardo Filipe Batista de. Tri-Logic: Um Ambiente Gamificado como Ferramenta de Auxílio ao ensino de aprendizagem de Lógica de Programação. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 41–50, 2018. DOI: 10.22456/1679-1916.89298. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/89298>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SANTOS, Kelly Rose Flávio Veloso; VIEIRA, Fábila Magali Santos. Jogos de Leitura:

possibilidades para promoção do engajamento na leitura. **Signum: Estudos da Linguagem**, Paraná, v. 23, n. 3, p. 132–148, 2021. DOI: 10.5433/2237-4876.2020v23n3p132. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/40641>. Acesso em: 5 ago. 2023.

OLIVEIRA, Mário Eduardo Coutinho de; SANTOS, Sônia Regina Mendes dos. Uso das tecnologias digitais na educação em tempos de pandemia: consequências de uma interação forçada com o mundo digital. **Humanidades & Inovação**, Palmas, TO, v. 9, n. 10, p. 230–242, 29 ago. 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/158>. Acesso em: 5 ago. 2023.

PASSOS, M. L. S.; ANDRADE, M. B.; ALMEIDA, E. O. F. de. O Desafio das Metodologias Ativas: construção de um jogo de Escape Room. **Informática na educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, 2021. DOI: 10.22456/1982-1654.109380. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/109380>. Acesso em: 25 fev. 2024.

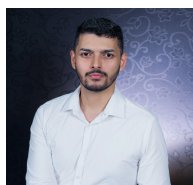
REZENDE, A. A. de; CARRASCO, E.; SILVA-SALSE, Ângela. Aprendizagem baseada em jogos e gameificação como instrumentos para o desenvolvimento do pensamento crítico na matemática: uma revisão teórica. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade – REED**, Itapetinga, v. 3, n. 8, p. 1–18, 2022. DOI: 10.22481/reed.v3i8.10654. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/10654>. Acesso em: 25 fev. 2024.

SILBERMAN, Mel. **Active Learning: 101 strategies to teach any subject**. Massachusetts: Pearson, 1996.

SILVEIRA, Sidnei Renato; PARREIRA, Fábio José; BIGOLIN, Nara Martini; PERTILE, Solange de Lurdes. **Metodologia do ensino e da aprendizagem em informática**. Santa Maria: UAB/NTE/UFSM, 2018.

SOUSA, Karine Heloíse Felix de; MELO, Lafayette B. Uma revisão sistemática do uso da gamificação no ensino de programação. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO*, 32., 2021. **Anais eletrônicos [...]**. [S. l.]: SBC, 2021. Disponível em: <https://ceie.sbc.org.br/evento/2021/anais-evento.html>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ZICHERMANN, Gabe; CUNNINGHAM, Christopher. **Gamification by Design: implementing game mechanics in web and mobile apps**. Canada: O'Reilly Media, Inc, 2011.



DOUGLAS AQUINO MORENO

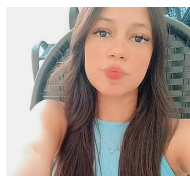
Mestrando em Educação na Universidade Federal do Tocantins – UFT. Especialização em Engenharia de Software.

Bacharel em Ciência da Computação.



GUSTAVO CUNHA DE ARAÚJO

Doutor em Educação pela UNESP. Professor da UFNT e docente vinculado ao PPPGE/UFT e ao ProfArtes/UFU. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq PQ-2.



JAYANE XAVIER GOMES

Acadêmica de Engenharia de Software no Centro Universitário Luterano de Palmas.

Violência contra as mulheres na província de Sofala, Moçambique (2014-2021)

Violence against women in Sofala province, Mozambique (2014-2021)

Fernanda Pereira Labiak^a, Roberto Moraes Cruz, Adelino Domingos Onofre, Maria do Carmo de Lima Silva Lacerda, Romilda Guiland, Jennifer Elizabeth Vieira.

^aUniversidade Federal de Santa Catarina – Brasil. E-mail: fernanda_labiak@yahoo.com.br

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar a violência de gênero contra as mulheres na província de Sofala, em Moçambique, no período de 2014 a 2021. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva, de caráter quantitativo, com base em dados advindos de boletins de ocorrência disponibilizados pelo Departamento de Atendimento à Família e Menor Vítimas de Violência do Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique. Os dados foram organizados por tipos de violências (violência física simples e grave, violência psicológica, violência moral, violência social, cópula não consentida e cópula com transmissão de doença), conforme a Lei moçambicana nº 29/2009, e sua distribuição por anos (2014 – 2021). Os resultados apontaram que, dos 10.203 casos de violências registrados com homens e mulheres, ao longo do período investigado, 81,21% ocorreram com mulheres. Observou-se que, mesmo diante da subnotificação de registros, as mulheres foram 4,32 vezes mais acometidas de violência do que os homens. Os dados analisados referentes a notificação de violências contra as mulheres em Sofala são escassos e não refletem o cotidiano de práticas de abuso e discriminatórias que ferem os direitos à vida, à liberdade e à dignidade das mulheres.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; violência de gênero; violência doméstica; violência contra homens; Moçambique.

Abstract: This study aims to analyze gender violence against women in the province of Sofala, Mozambique, from 2014 to 2021. For this purpose, a descriptive, quantitative research was carried out, based on data from police reports provided by the Department of Assistance to the Family and Minor Victims of Violence of the Provincial Command of the Police of the Republic of Mozambique. Data were organized by types of violence (simple and severe physical violence, psychological violence, moral violence, social violence, non-consensual intercourse and intercourse with disease transmission), in accordance with Mozambican Law nº 29/2009, and their distribution by years (2014 – 2021). The results showed that, of the 10,203 cases of violence registered with men and women, over the investigated period, 81,21% occurred with women. It was observed that, even in the face of underreporting of records, women were 4.32 times more affected by violence than men. The analyzed data referring to the notification of violence against women in Sofala are scarce and do not reflect the daily routine of abusive and discriminatory practices that harm the rights to life, freedom, and dignity of women.

Keywords: Violence against women; gender violence; domestic violence; violence against men; Mozambique.

Submetido em: 01/12/2023.

Aceito em: 27/03/2024.

1 INTRODUÇÃO

O termo violência é amplo, complexo e multideterminado. No estudo sobre violência é, portanto, imperioso estabelecer um conceito que preencha os requisitos de objetividade científica (precisão, universalidade e neutralidade axiológica), e que assegure a comparação entre fenômenos aparentemente tão diversos. Com efeito, a compreensão da violência pode ser olhada por diferentes vieses, entre eles, o dos direitos humanos (os direitos à vida e às liberdades civis e públicas) e por variados atravessadores (período histórico, cultura, gênero, entre outros).

Neste estudo, a violência é discutida sob o prisma dos direitos humanos e de gênero. A violência de gênero contra as mulheres consiste em qualquer ato que resulta, ou pode resultar, em danos à saúde física ou psicológica, em seus diferentes níveis e formas, com efeitos crônicos à médio e longo prazos, afetando a sua saúde e o bem-estar (Labiak *et al.*, 2021). O fenômeno da violência contra as mulheres não se restringe às fronteiras de classe, escolaridade, religião, cultura ou grupo étnico, e seus efeitos danosos atingem não somente as mulheres violentadas, mas a sociedade como um todo, em função dos seus impactos nos sistemas de saúde, justiça e segurança pública (Curia *et al.*, 2020; Labiak; Araújo, 2023; Labiak; Araújo; Biage, 2022).

O território de Moçambique é dividido em 11 Províncias, entre elas, a Província de Sofala. Foi constatado nas estimativas preliminares do Censo de 2017, cerca de 2.221.803 habitantes na área territorial da Província de Sofala, que tem uma extensão de 68.018km², e, para tanto, uma densidade populacional de 32,7 habitantes por km². Cerca de 51,8% da população se intitulou do gênero feminino e 48,2% do gênero masculino (Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, 2017). Ainda que a Província de Sofala tenha uma população feminina maior que a masculina, as mulheres são minoria em

representatividade nos poderes políticos do Estado moçambicano – Legislativo, Executivo e Judiciário – os quais legislam, executam, fiscalizam, gerem e operam as leis, e, consequentemente, são responsáveis pelas tomadas de decisão no que diz respeito à vida das pessoas. O que contribui para que demandas específicas das mulheres não sejam consideradas em nível governamental para realização de políticas públicas.

O Estado, por meio de seus três poderes políticos, decide quais vidas importam e quais devem ser protegidas. Desse modo, a violência crescente na sociedade, relacionada com a desigualdade social e de gênero e a violação de direitos dos cidadãos, é o reflexo do descomprometimento do Estado para com determinada parcela da população. No nível global, observa-se que a violência de gênero contra as mulheres pode ocorrer em diferentes esferas (família, comunidade, esporte, religião, perpetrada pelo Estado etc.). A violência de gênero incorrida pelo Estado é observada quando há pouca atenção às políticas que erradicam a discriminação contra as mulheres e aos obstáculos que permanecem na legislação nacional e que mantêm estereótipos que tendem a desvalorizar o ser e estar mulher na sociedade (Labiak; Araújo, 2023; Labiak; Araújo; Biage, 2022).

Na Província de Sofala, a violência contra as mulheres que ocorre no âmbito doméstico e familiar encontra-se inscrita num contexto social sustentado pela cultura da desigualdade e da discriminação entre gêneros. Essa violência vai além dos fatores relacionados à pobreza, baixa escolaridade, desemprego, consumo de álcool, poligamia masculina¹ e quantidade de filhos², porque a visão de mundo dos sujeitos é influenciada pela engrenagem da discriminação e da diferença entre gêneros, repercutindo na sua forma de pensar, agir e viver o cotidiano (Adichie, 2011, 2014).

Este estudo objetiva analisar a violência de gênero contra as mulheres na província de Sofala, em Moçambique, no período de 2014 a 2021. Busca-se analisar os dados disponíveis nos registros oficiais sobre os casos de violência computados em Sofala pelo Departamento de Atendimento à Família e Menor Vítimas de Violência (DAFMVV) do Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM). E, com base neles, refletir sobre como a violência se manifesta, em que medida atinge os direitos fundamentais das mulheres moçambicanas e sobre como desenvolver políticas públicas e privadas efetivas de atenção às mulheres nos diferentes âmbitos de atendimento às necessidades da população.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em Moçambique, assim como em muitas partes do mundo, a violência contra as mulheres é uma questão complexa e profundamente enraizada que afeta a vida de inúmeras mulheres diariamente. A diversidade cultural e étnica do país, embora rica, também destaca desafios específicos relacionados à igualdade de gênero e aos direitos das mulheres. A violência contra as mulheres em Moçambique assume várias formas, incluindo violência doméstica, abuso sexual, mutilação genital feminina e casamentos precoces. Estas práticas, muitas vezes arraigadas em normas culturais e tradicionais, contribuem para a perpetuação de uma dinâmica de poder desigual entre homens e mulheres (Loforte, 2015).

A violência doméstica, em particular, é um problema significativo. Mulheres, muitas vezes, enfrentam dificuldades para denunciar casos de abuso devido ao estigma social, medo de retaliação ou à falta de recursos e apoio. O acesso limitado à educação e oportunidades econômicas para as mulheres pode criar uma dependência financeira prejudicial,

tornando-as mais vulneráveis à violência. Na Lei moçambicana n.º 29, promulgada em 2009, que dispõe sobre Violência Doméstica, o legislador teve cautela em redigir que o crime de violência doméstica é público (Moçambique, 2009). Isso porque, ao longo dos anos, tem sido comum encontrar casos de processos sumários nos tribunais, em que as vítimas que denunciaram o fato no Gabinete de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência Doméstica, posteriormente, no tribunal, requererem a extinção do procedimento criminal, invocando perdão ou solução do problema ao nível familiar (Federação Internacional de Direitos Humanos, 2007).

A mutilação genital feminina persiste em algumas comunidades, apesar dos esforços para erradicá-la. Essa prática prejudicial impacta não apenas a saúde física, mas também deixa cicatrizes psicológicas duradouras nas mulheres afetadas. Casamentos precoces são outra forma de violência de gênero, privando as jovens de suas oportunidades educacionais e restringindo seu desenvolvimento pessoal (Federação Internacional de Direitos Humanos, 2007). A multiplicidade de formas de violência contra as mulheres no contexto moçambicano levanta questionamento intrincado e crucial. Como desafiar normas arraigadas que perpetuam a violência, desde a mutilação genital feminina até as nuances da violência doméstica e do casamento precoce? A invisibilidade de algumas formas de violência, muitas vezes mascaradas por normas culturais, representa um desafio adicional.

As leis moçambicanas voltadas para a criminalização da violência contra as mulheres representam um passo importante na promoção dos direitos e na proteção das mulheres no país. Contudo, como em muitas nações, essas leis enfrentam limitações e desafios significativos em sua implementação efetiva. A Lei moçambicana n.º 29/2009 foi um marco legislativo primordial para

abordar a violência contra as mulheres. Esta Lei reconhece diversas formas de violência, desde a violência física até a psicológica, e estabelece penalidades para os autores de violência. A disposição da presente Lei aplica-se também aos homens, em igualdade de circunstância e com as necessidades e adaptações (Moçambique, 2009). No entanto, apesar de seu caráter progressista, a implementação dessa legislação é frequentemente prejudicada por diversos fatores. Isto é, a falta de recursos adequados, tanto financeiros quanto humanos, é uma limitação substancial. A capacidade das autoridades para investigar, processar e julgar casos de violência contra mulheres muitas vezes esbarra em restrições orçamentárias e falta de pessoal especializado. Além disso, a infraestrutura judicial e de segurança pública pode ser inadequada, especialmente em áreas rurais, onde a acessibilidade aos tribunais ou à agentes de segurança pública é desafiadora.

Outro desafio notável reside na persistência de normas culturais que minimizam ou toleram a violência contra as mulheres. Muitas comunidades ainda mantêm padrões tradicionais que dificultam a denúncia e a condenação de autores de violência. O estigma associado a revelar casos de violência doméstica pode impedir as mulheres de buscar ajuda, contribuindo para a subnotificação e impunidade (Loforte, 2015).

A formação insuficiente de profissionais jurídicos e de segurança pública, bem como a aplicação da lei é uma preocupação adicional. A sensibilização sobre questões de gênero e violência precisa ser integrada de forma mais abrangente nos currículos educacionais e programas de treinamento para garantir que juízes, promotores, operadores do direito em geral e policiais estejam adequadamente preparados para lidar com casos de violência contra mulheres com empatia e compreensão, neutralizando o juízo de valor estereotipados para os gêneros (Labiak; Miguel; Nunes, 2021).

Sob o viés histórico e de gênero, Núñez (2021) pondera que, dentre os diferentes movimentos feministas, o feminismo jurídico punitivo tem buscado angariar reformas penais de corte punitivista, por considerar que a criação de novos tipos penais e o aumento de penas são vias para combater a violência de gênero contra as mulheres. Porém, ao refletir com criticidade, é possível notar que o papel das leis penais corrobora na produção e na reprodução da opressão, da violência e da subordinação das mulheres aos homens, demonstrando a desigualdade estrutural existente no alicerce e nas facetas do sistema penal como um todo.

Enquanto é viável recorrer ao direito penal e às legislações penais para responsabilizar os perpetradores de violências contra as mulheres, há uma percepção disseminada de que as leis penais estão efetivamente promovendo a justiça. Contudo, Labiak (2023), Núñez (2021) e Rifiotis (2015, 2021) alertam para a necessidade de cautela ao associar automaticamente a aplicação das leis penais à justiça nos casos de violência de gênero contra as mulheres. Argumentam que essa abordagem revela uma insuficiência teórica e política, perpetuando uma certa ideologia de gênero.

A ênfase recai sobre a importância de questionar a crença automática de que a justiça está sendo alcançada exclusivamente por meio de leis penais. Labiak (2023), Núñez (2021) e Rifiotis (2021, 2015) apontam para uma lacuna significativa que reproduz uma determinada ideologia de gênero, evidenciada em comportamentos nodais que são categorizados como normais ou anormais, conforme as expectativas convencionais dos gêneros feminino e masculino, dentro de um paradigma de heteronormatividade e binaridade.

As estruturas sociais que perpetuam a desigualdade de gênero devem ser confrontadas e questionadas em paralelo às mudanças nas leis para criar uma abordagem mais abrangente e eficaz na luta

contra a violência de gênero em Moçambique. É importante salientar que, isoladamente, nenhuma lei tem o poder de transformar significativamente o panorama de violência e crimes contra as mulheres. Este cenário persiste, principalmente porque tais questões estão intrinsecamente vinculadas à cultura de desigualdade, discriminação, submissão, subjugação e objetificação das mulheres (Labiak; Araújo, 2023). Faz-se necessário, portanto, um esforço conjunto que envolva o governo, organizações da sociedade civil e comunidades locais etc. A colaboração entre diferentes setores é fundamental para promover uma mudança cultural duradoura e para garantir que a igualdade de direitos e o respeito às diferenças entre gêneros sejam propagadas em todo o país.

Foi realizada uma pesquisa descritiva, de caráter quantitativo, considerando os dados relativos ao período de 2014 a 2021, advindos de boletins de ocorrência, disponibilizados pelo Departamento de Atendimento à Família e Menor Vítimas de Violência (DAFMVV), do Comando Provincial da PRM de Sofala. O DAFMVV de Sofala é responsável por receber e sistematizar as notificações de violências entre homens e mulheres (independentemente da idade), categorizando-as em violência física

Os dados referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017 foram disponibilizados no montante total de notificações de violência por ano, sem os quantitativos dos tipos de violências. No ano de 2018 não há registros de violência, segundo o Departamento de Atendimento à Família e Menor Vítimas de Violência do Comando Provincial da PRM de Sofala devido às consequências do ciclone tropical Idai. Os dados foram organizados e submetidos a procedimentos de análise estatística descritiva, a fim de analisá-los sob a ótica da produção de conhecimento sobre o fenômeno estudado.

Os resultados deste estudo mostram que mulheres e homens sofreram com a violência doméstica ao longo do período de 2014 a 2021 na província de Sofala. Contudo, devido a condição de mulher, elas são mais vulneráveis para as diversas violências, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição dos tipos de violências por anos (2014-2021)

(continua)

Tabela 1 – Distribuição dos tipos de violências por anos (2014–2021)

(conclusão)

Tipos de violência	Anos															
	2014		2015 ^a		2016 ^b		2017 ^c		2018 ^d	2019		2020		2021		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M		H	M	H	M	H	M	H/M9
Violência Física Grave que resulta em morte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	-	-	-	-	1
Psicológica	86	270	-	-	-	-	-	-	-	23	131	26	134	18	92	780
Moral	8	44	-	-	-	-	-	-	-	4	10	8	5	0	0	79
Patrimonial	85	139	-	-	-	-	-	-	-	31	63	18	58	17	43	454
Social	60	87	-	-	-	-	-	-	-	3	2	0	3	0	1	156
Cópula não consentida	0	4	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	5	0	2	11
Cópula com transmissão de doença	0	5	-	-	-	-	-	-	-	0	11	0	11	1	6	34
																^e Total Parcial: 4.336
Total geral	337	1.290	461	1.720	372	1.182	383	1.755	-	167	968	107	808	91	568	10.209

Fonte: Elaborada pelos autores.

^a No ano de 2015 foram contabilizados 3.274 casos, sendo 1.720 casos de mulheres, 461 casos de homens, 1.092 casos de crianças e 01 caso de idoso. Nos casos de crianças e idosos não foram discriminados os gêneros. Logo, os totais de quantitativos de casos de violências com homens e mulheres estão subnotificados.

^b No ano de 2016 foram contabilizados 2.449 casos, sendo 1.182 casos de mulheres, 372 casos de homens, 890 casos de crianças e 05 casos de idoso. Nos casos de crianças e idosos não foram discriminados os gêneros. Logo, os totais de quantitativos de casos de violências com homens e mulheres estão subnotificados.

^c No ano de 2017 foram contabilizados 3.625 casos, sendo 1.755 casos de mulheres, 383 casos de homens, 1.445 casos de crianças e 42 casos de idosos. Nos casos de crianças e idosos, não foram discriminados os gêneros. Logo, os totais de quantitativos de casos de violências com homens e mulheres estão subnotificados.

^d Devido às intercorrências causadas pelo ciclone tropical Idai em 2018 os dados de violência na Província de Sofala não foram computados.

^e Total parcial não inclui as notificações de violências nos anos de 2015 e 2016.

Na tabela 1, observa-se um quantitativo de 10.209 notificações de violências contra homens e mulheres na província de Sofala. Dessas notificações, 81,21% (8.291 casos) ocorreram com mulheres e 18,79% (1.918 casos) ocorreram com homens. Esses dados revelam que, na Província de Sofala, as mulheres foram em

média 4,32 vezes mais acometidas do que os homens pelas violências física, psicológica, moral, patrimonial, social e sexual, no período de 2014 a 2021. Muitas mulheres foram vítimas de violência de gênero no âmbito doméstico, que é um dos mais graves problemas que a sociedade moçambicana enfrenta. Este

tipo de violência traduz-se no modo de exercer o poder sob a mulher por meio da força física e psicológica, provocando a sua submissão ao autor de violência.

Moçambique é signatário de vários instrumentos internacionais, entre eles, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher, ratificada em 2 de junho de 1993 pela Resolução nº 4/93. A sua efetivação está consagrada na Lei moçambicana nº 29/2009 sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher (Moçambique, 2009). Contudo, a implementação eficaz desta Lei requer não apenas a atuação do sistema de justiça, mas também o envolvimento de toda a sociedade, incluindo educadores, profissionais de saúde, líderes comunitários e organizações da sociedade civil. A educação e a conscientização sobre os direitos das mulheres e os impactos da violência de gênero são fundamentais para mudar as normas culturais e sociais que perpetuam a desigualdade e a violência.

Na Província de Sofala, nos anos de 2014, 2019, 2020 e 2021 identifica-se, em ordem decrescente, as notificações de violência que acometeram homens e mulheres na esfera doméstica: a violência física simples e grave ou com morte (65,08% dos casos), violência psicológica (17,99% dos casos), violência patrimonial (10,47% dos casos), violência social (3,60% dos casos), violência moral (1,82% dos casos) e violência sexual na especificidade de cópula não consentida e de cópula com transmissão de doença (1,04% dos casos) (Tabela 1). Esses percentuais inferem que o tipo de violência de gênero contra as mulheres que deixam marcas evidentes é o mais denunciado. Já as formas de violência de gênero contra as mulheres menos aparentes fisicamente, em que as marcas são de ordem psicológica, moral, social e sexual, tendem a gerar uma distorção da realidade, transferindo a responsabilidade da violência para as vítimas, levando-as a questionar a si próprias, se podem ter tido algum comportamento que incentivou ou

encorajou aquela prática, quando o fato em si representa a perda de controle dos seus corpos, mentes e patrimônios.

A violência física simples teve 2.519 casos entre homens e mulheres em 2014, 2019, 2020 e 2021. No entanto, a violência física simples foi em torno de 9,20 vezes maior nas mulheres (2.281 casos), se comparado aos homens (248 casos). Nos casos de violência física grave ou com morte, as mulheres foram em torno de 3,59 vezes mais atingidas que os homens (mulheres = 237 casos / homens = 66 casos). Pondera-se que pela Lei moçambicana nº 29/2009, a violência física simples é entendida como uma conduta em que o autor de violência voluntariamente atenta contra a integridade física de outrem usando ou não algum instrumento, e que cause qualquer dano físico. E, a violência física grave é aquela que afeta gravemente o corpo do outro, os sentidos, a fala e sua capacidade de procriação, de trabalho manual ou intelectual (Moçambique, 2009).

As lesões provocadas por violência física, referidas em estudos moçambicanos, concernem a escoriações e/ou arranhões, contusões de primeiro e segundo grau e fraturas. São muito comuns também as múltiplas contusões na cabeça, membros superiores e inferiores e costas. Enfatiza-se que as partes do corpo mais afetadas na violência física tendem a ser, particularmente, a cabeça, a região cervical e os membros superiores (Mellouki *et al.*, 2023). Tais regiões corporais são estratégicas para impor o controle sob o corpo de outrem, em especial, das mulheres que vivem numa condição de objetificação, de submissão e de subserviência.

A violência de gênero contra as mulheres no âmbito doméstico e familiar está relacionada a um desequilíbrio nas relações, geralmente exacerbada pelos direitos atribuídos ao gênero masculino, baseados na dominação e nas construções sociais dos valores machistas e sexistas em muitas culturas africanas. Em

Moçambique, a incidência dessa forma de violência é agravada pela presença de marcadores de desigualdade social, como baixo nível socioeconômico e educacional. Além disso, a força dos valores culturais que sustentam a aceitação social de comportamentos que toleram a violência contra mulheres exacerba essa situação, especialmente nas regiões rurais. Isso é em parte resultado da limitação do acesso a serviços essenciais, como educação, apoio psicossocial, segurança, cuidados de saúde e recursos judiciais (Tchamo *et al.*, 2021).

A violência psicológica teve 780 notificações entre homens e mulheres, sendo 80,38% dos casos com mulheres e 19,62% com homens nos anos de 2014, 2019, 2020 e 2021 (Tabela 1). A violência psicológica é descrita pela Lei moçambicana nº 29/2009 como aquela que é utilizada pelo autor de violência para ofender voluntariamente e psiquicamente, por meio de ameaças, violência verbal, injúria, difamação ou calúnia, a mulher com quem tem ou teve relacionamento afetivo, laços de parentesco ou consanguinidade ou que habite sob o mesmo teto (Moçambique, 2009).

A violência psicológica praticada por parceiros íntimos tem sido prevalente ao longo da vida das mulheres em diferentes países da África, como Moçambique, Nigéria e Quênia. E, as variáveis como a idade do primeiro casamento, o nível de escolaridade, a religião, a etnia e a região de residência em cada país tendem a afetar o momento de ocorrência dos primeiros atos de violência psicológica contra as mulheres por um parceiro íntimo, bem como influencia à permanência das vítimas à essa forma de violência no âmbito doméstico (Fagbamigbe *et al.*, 2020).

No estudo de Tura e Licoze (2019), em Moçambique, as mulheres relataram que seus parceiros masculinos promovem o abuso emocional para manter o controle sobre os seus comportamentos. A violência psicológica é comumente relatada em estudos epidemiológicos, em

vários países por todo o mundo, como uma violência frequente no cotidiano, sua ocorrência não distingue idade e nem gênero, e as suas manifestações diferem de acordo com a cultura de cada lugar. O grau de proximidade e de intimidade entre as pessoas podem ser facilitadores para que esta violência aconteça, devido a naturalização da demonstração de poder e de dominância sob o outro, não descartando o fato de que as interações entre pessoas desconhecidas também podem ser subversivas e ter agressões psicológicas (Labiak; Araújo; Biage, 2022).

Entretanto, o marcador de desigualdade social – o gênero – pode tornar-se um fator preponderante para que a violência psicológica aconteça, na maioria das vezes, com mulheres. Já que este tipo de violência é um forte dispositivo de demonstração de poder para oprimir e subalternizar as mulheres, pois não deixa marcas físicas visíveis de imediato, mas tende a causar dor e sofrimento (Labiak, 2023). Tura e Licoze (2019) identificaram na população moçambicana feminina que os efeitos da violência psicológica praticada por parceiros íntimos são diversos, incluindo distúrbios gastrointestinais, dor crônica, problemas cardiovasculares, maior taxa de depressão, baixa autoestima e suicídio.

A violência patrimonial teve 454 notificações entre homens e mulheres. Neste tipo de violência, as mulheres se destacaram negativamente com 66,74% dos casos, representando que foram atingidas em torno de 2 vezes mais que os homens nos anos de 2014, 2019, 2020 e 2021 (Tabela 1). A violência patrimonial é descrita pela Lei moçambicana nº 29/2009 como toda conduta que leve a deterioração ou perda de objetos, animais ou bens ou do núcleo familiar. Nesta Lei está previsto punição para aquele que se apoderar dos bens do núcleo familiar da mulher após a morte do cônjuge, e para o sujeito que deixar de prestar alimentos a quem está obrigado, por um período superior a 60 dias, pondo em risco a

saúde, educação e habitação (Moçambique, 2009).

Cabe ressaltar que a problemática da violência patrimonial contra mulheres em Moçambique é muito mais complexa, porque ainda é possível encontrar comunidades onde são retirados delas o direito de gerir seus patrimônios e ter sua independência financeira. Esses valores culturais endossam fortes ideologias de dominação masculina. As mulheres, em sua maioria, sofrem com esse tipo de violência, porque não conhecem os seus direitos; logo, não denunciam. E, quando denunciam, muitas vezes, não tem amparo do Estado (Assamo, 2022).

A violência social teve 156 notificações entre homens e mulheres, nos anos de 2014, 2019, 2020 e 2021. As mulheres contabilizaram 59,61% dos casos, caracterizando que foram em torno de 1,48 mais acometidas do que os homens (Tabela 1). Pela Lei moçambicana nº 29/2009 esse tipo de violência é caracterizado quando uma pessoa é impedida de se movimentar ou de contatar com outras, ficando retida no espaço doméstico, entre outros (Moçambique, 2009). Por ser uma violência cometida com a finalidade social, possui um impacto sobre o desenvolvimento físico, social e emocional da vítima, uma vez que ela é socialmente excluída de vários espaços, como educação formal, serviços de saúde, eletricidade, água potável e serviços de saneamento.

A violência moral teve 79 casos entre homens e mulheres, nos anos de 2014, 2019, 2020 e 2021. Desse quantitativo, 74,68% foram de notificações de mulheres, contabilizando 2,95 vezes mais do que as notificações envolvendo homens (Tabela 1). A violência moral é praticada quando o autor de violência por meio de desenho, escrita ou qualquer outro tipo de publicação, imputar um fato ofensivo à honra ou ao caráter de outrem (Moçambique, 2009). Tanto a violência social quanto a moral são as menos investigadas em estudos moçambicanos.

Aspecto que pode estar associado à cultura moçambicana, que naturaliza tais agressões sociais e morais e, portanto, não as configuram como violência no cotidiano.

A violência sexual foi um dos tipos de violência com menos notificação de casos ocorridos com homens e mulheres. Foram 45 casos distribuídos em cópula não consentida e cópula com transmissão de doença. Nos anos de 2014, 2019 e 2021 não houve registro desse tipo de violência em homens, apenas no ano de 2020 que foi contabilizado uma notificação para cópula com transmissão de doença. As mulheres, por sua vez, lideram negativamente as notificações dessas formas de violência sexual, 97,8% dos casos (Tabela 1). Apesar da aparente subnotificação dos dados de ocorrência de violência sexual, a diferença de casos entre homens e mulheres leva a pensar no quanto as leis criadas com a finalidade de proteção à violência contra as mulheres são frágeis e não protege as mulheres.

A Lei moçambicana nº 29/2009 divide a violência sexual em duas subcategorias: cópula não consentida e cópula com transmissão de doenças. Contudo, A Organização Mundial da Saúde (2018) descreve a violência sexual de maneira abrangente, incluindo qualquer ato sexual, tentativa de consumação de um ato sexual, insinuações sexuais indesejadas, ou ações que busquem comercializar ou utilizar a sexualidade de uma pessoa mediante coerção por outra pessoa; não sendo necessário que haja qualquer tipo de relação com a vítima e nem local específico. Nesse sentido, condutas distintas de cópula não consentida e de cópula com transmissão de doenças, não foram contabilizadas nos registros do DAFMVV do Comando Provincial da PRM de Sofala. Porém, cabe enfatizar que violações como o assédio sexual, os abusos sexuais de natureza verbal, a proibição do uso de métodos de proteção e contraceptivos, também causam impactos na vida de mulheres tanto quanto os contatos físicos forçados

(estupros). Isso mostra a fragilidade e inconsistência nos dados de violência sexual do DAFMVV do Comando Provincial da PRM de Sofala.

A violência sexual leva a consequências sérias à saúde da mulher, e em Moçambique isso pode ser intensificado devido à ausência de diálogos sobre o assunto desde o nível governamental (esfera pública) até os integrantes de uma família (esfera privada). Isso gera, por parte das vítimas, obscurantismo sobre o assunto, vergonha de denunciar e de procurar por serviços de amparo à saúde, conseqüentemente, as doenças sexualmente transmissíveis tendem a não ser tratadas. Outras consequências danosas imediatas, identificadas no país, foram as rupturas vaginal e anal, inflamação pélvica etc.; e a médio e a longo prazos, foram os abortos espontâneos, mortalidade neonatal e infantil, abuso de álcool ou outras drogas, além de implicações psicológicas como as doenças psicossomáticas, suicídios, depressão etc. (Mellouki *et al.*, 2023; Tura; Licoze, 2019).

A análise crítica da violência sexual contra as mulheres obriga a todos a encarar uma realidade perturbadora: o uso do corpo feminino como campo de batalha, onde o poder é exercido por meio de intimidação e dominação. Essa forma brutal de violência transcende fronteiras geográficas e culturais, perpetuando-se em diversas sociedades. A exploração sexual das mulheres não só reflete uma profunda desigualdade de gênero, mas também destaca como estruturas sociais enraizadas continuam permitindo que a violência prospere (Labiak; Araújo; Biage, 2022; Segato, 2016). Ao refletir sobre essa questão, é imperativo questionar os sistemas que normalizam a objetificação das mulheres e a ausência de medidas eficazes para prevenir, apoiar e amparar as mulheres.

O ano de 2018 foi marcado pelo ciclone tropical Idai na província de Sofala, trazendo muitas mortes e deixando uma grande parcela da população desabrigada

(Abrantes, 2019). O que comprometeu o levantamento dos dados de violência e a preservação de informações em todos os níveis, segundo o DAFMVV do Comando Provincial da PRM. Todavia, é importante ressaltar que as situações de desastre trazem mais vulnerabilidade para violência a aqueles desamparados, desabrigados e subalternizados (United Nations Office for Disaster Risk Reduction and World Meteorological Organization, 2023). Isso porque a falta de acesso a atendimentos adequados e suficientes cria obstáculos significativos para relatar a violência e buscar proteção e apoio.

Em contextos de calamidades naturais, como o ciclone tropical Idai, a situação se torna ainda mais desafiadora. Além das dificuldades diárias que as pessoas enfrentam para obter elementos essenciais, como água potável, comida, roupas e abrigo, o impacto de uma tragédia dessas proporções é exacerbado pela falta de uma infraestrutura pública adequada para saúde e segurança. A desorganização que geralmente acompanha desastres naturais aumenta a vulnerabilidade das comunidades, tornando-as mais suscetíveis à violência. Logo, no ano de 2018, pode ter havido a intensificação da violência contra as mulheres, porém a falta de registros não permite estabelecer comparativos.

Após analisar as notificações de violência na Província de Sofala, e entender que esta Província é atravessada por várias questões socioculturais e tradicionais, que retroalimentam a engrenagem da desigualdade, da discriminação, da submissão, da subjugação e da objetificação das mulheres, é possível retomar o questionamento que deu origem a este estudo: o quantitativo de registros de violência contra as mulheres disponibilizado pelo Departamento de Atendimento à Família e Menor Vítimas de Violência do Comando Provincial da PRM de Sofala é indicativo de ausência de violência ou de subnotificação? As notificações de violência existentes na

Província de Sofala, representam a realidade cotidiana de violação dos direitos fundamentais das mulheres?

Algumas formas de violência contra as mulheres, entendidas como “práticas tradicionais”, não estão contempladas nas legislações moçambicanas, sob a justificativa de violar a cultura de algumas sociedades, e que se referem a práticas voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, como a mutilação genital feminina, o alongamento dos pequenos lábios e o casamento obrigatório com o cunhado em caso de viuvez (Arthur, 2009). Ademais, Moçambique ocupa o 11º lugar entre os países com as taxas mais altas de prevalência de casamentos prematuros (cerca de 48% das crianças se casam antes de completar 18 anos), e ocupa o 2º lugar se comparado aos países da África Austral. Mesmo com a Lei moçambicana nº 22/2019 (que proíbe casamentos prematuros) em vigor, ainda é possível encontrar comunidades em que, por tradição, a criança nasce e já tem um marido definido. Dessa maneira, quando menstrua pela primeira vez, independentemente da idade, é levada ao tal marido selecionado (United Nations Children’s Fund, 2022).

O banco de dados, utilizado neste estudo, reúne notificações de violência contra homens e mulheres no âmbito doméstico em Sofala. Isso mostra que a Lei moçambicana nº 29/2009 (Lei sobre violência doméstica praticada contra a mulher) é um marco importante na identificação e denúncias dos fatos, ou seja, proporciona um melhor enquadramento e classificação dos crimes de violência doméstica. Entretanto, as leis criminais por si só, não protegem as mulheres, devido ao seu foco no caráter punitivo de quem praticou a violência. É preciso mais que legislações para proteger as mulheres de serem oprimidas, violentadas e ter suas vidas ceifadas, ou seja, é preciso de ações conjuntas do Estado, integrando os seus três poderes políticos (legislativo, judiciário e executivo)

para enfrentar esse problema social, de violação de direitos humanos e de saúde pública (Labiak; Miguel; Nunes, 2021).

A reflexão sobre as violências praticadas contra as mulheres em Moçambique nos convida a confrontar não apenas os atos em si, mas também os sistemas sociais e culturais que perpetuam essa realidade. É crucial questionar por que tais práticas persistem em uma sociedade que carece de igualdade e justiça. A análise nos leva a compreender como os marcadores de desigualdade, arraigados em questões como o acesso desigual a recursos e educação, contribuem para a vulnerabilidade das mulheres. Ao explorar essas questões de maneira crítica, a sociedade é desafiada a buscar soluções que transcendam a mera resposta punitiva e se estendam para a raiz dos problemas, transformando as normas sociais, educacionais e culturais que perpetuam essas violências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É relevante destacar alguns aspectos que merecem reflexão apurada, com base nos dados analisados e, tendo em vista os aspectos políticos, econômicos e culturais que atravessam a compreensão da violência de gênero contra as mulheres, na Província de Sofala – Moçambique. Inicialmente, foi observado que os registros de violência contra as mulheres (desde os primeiros meses de vida até os estágios da vida após os 60 anos), são frágeis e incipientes, no sentido de não haver homogeneidade das informações coletadas nas denúncias de violência. Ao analisar os dados da violência ocorrida no âmbito doméstico, pondera-se que houve alguns limitadores neste estudo, entre eles, que os dados não foram coletados de modo uniforme no período de 2014 a 2021 pelo DAFMVV do Comando Provincial da PRM de Sofala, ou seja, as informações relacionadas aos casos de violências apresentam lacunas de um ano para outro. Logo, impossibilitam mapear os casos de violência para entendê-los dentro do contexto em que ocorreram.

Somado a isso, infere-se a falta de conhecimento por parte da população sobre como identificar o fenômeno da violência, entranhada na e pela cultura local, e seus efeitos sobre a saúde e restrição de direitos, o que restringe o processo de conscientização e denúncia. As mulheres tendem a não buscar por ajuda diante da violência sofrida devido a cultura que naturaliza agressões para com elas, e que é passada de geração em geração. Fatos que sugerem subnotificação dos dados disponibilizados pelo DAFMVV do Comando Provincial da PRM de Sofala. Mesmo que se tenha múltiplas culturas na Província de Sofala, que congregam mensagens que alimentam a violência de gênero, as mulheres em situação de violência precisam reconhecer no Estado moçambicano, segurança para denunciar e, após a denúncia, ter a garantia de amparo e apoio. Já que tal violência é complexa e não é cessada apenas com a denúncia e/ou punindo os autores de violência, caso sejam condenados.

Outro ponto a ser destacado, refere-se a omissão do Estado moçambicano no combate à violência de gênero contra as mulheres, no qual infere como ele participa da (re)produção da estrutura da desigualdade de gênero, preservando a posição dominante dos homens e mantendo a crença de merecimento de privilégios. Nesse sentido, buscar estratégias que combatam a violência é imprescindível. Práticas como a conscientização de homens e mulheres para a redução do estigma de discriminação do feminino em detrimento do masculino, o acesso à educação e à informação, garantia de direitos, fortalecimento das normas vigentes não sexistas, e o enfrentamento às desigualdades sociais etc., representam armas poderosas na redução da violência.

Em suma, faz-se necessário questionar o alcance e as limitações das intervenções do Estado moçambicano, nas áreas da saúde, da segurança, da educação, psicossocial e jurídica, como recursos de enfrentamento da violência de

gênero contra as mulheres no país. Por isso, é importante que sejam realizadas pesquisas que analise as intervenções (ou ausência de intervenções) do Estado quanto a violência de gênero contra as mulheres, no âmbito doméstico e familiar, sob diversos ângulos (perspectivas históricas, socioeconômica, cultural etc.) e diferentes tipos de violência (psicológica, física, sexual, moral, patrimonial etc.), sem perder de vista as consequências dessa violência na saúde mental das mulheres e de seus filhos.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, T. Impactos do ciclone Idai em Moçambique. **Meteored tempo.pt**. [Lisboa], 4 abr. 2019. Disponível em: <https://www.tempo.pt/noticias/actualidade/impactos-do-idai.html>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ADICHIE, C. N. **Hibisco roxo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ARTHUR, M. J. Aprovação da “Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher”. Que resultados? **Outras Vozes**, [S. l.], v. 2 n. 28, p. 7-11, 2009.

ASSAMO, I. Violência patrimonial: desconhecimento da lei contribui para fraca denúncia na Cidade de Maputo. **OPaís**, Maputo, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://opais.co.mz/violencia-patrimonial-desconhecimento-da-lei-contribui-para-fraca-denuncia-na-cidade-de-maputo/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND. Child marriage in eastern and southern africa: A statistical overview and reflections on ending the practice. **United Nations Children’s Fund**. Moçambique, 16 jun. 2022. Disponível em:

<https://data.unicef.org/resources/child-marriage-in-eastern-and-southern-africa-a-statistical-overview-and-reflections-on-ending-the-practice/> Acesso em: 25 jul. 2023.

CURIA, B. G. *et al.* Produções científicas brasileiras em psicologia sobre violência contra mulher por parceiro íntimo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 40, p. e189184, 2020.

FAGBAMIGBE, A. F. *et al.* Análise de sobrevivência e fatores prognósticos do tempo para a primeira violência doméstica após o casamento entre mulheres da Nigéria, Quênia e Moçambique. **Saúde pública**, [S. l.], v. 181, n. 13, p. 122-134, 2020.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Direitos das Mulheres em Moçambique: Pôr fim às práticas ilegais. **Liga Moçambicana**. Moçambique, 2007. Disponível em: <https://www.fidh.org/IMG/pdf/Mozambique300408portug.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Resultados Preliminares IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017**, Moçambique, 2017. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/censo-2017/divulgacao-os-resultados-preliminares-iv-rgph-2017>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LABIAK, F. P. Violência psicológica contra a mulher: artefato do patriarcado para gerar submissão. **Open Science Research X**, Guarujá, v. 10. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/221211548.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LABIAK, F. P.; ARAÚJO, P. H. de M. Feminicide and physical violence against women: when do these crimes occur? **International Journal of Human Sciences Research**, [S. l.], v.3, n.3, p. 1-8, 2023.

Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/artigo-revista/feminicidio-e-violencia-fisica-contra-as-mulheres-quando-estes-delitos-ocorrem>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LABIAK, F. P.; ARAÚJO, P. H. de M.; BIAGE, P. C. Violência sexual contra as mulheres no estado de Santa Catarina no período de 2014 a 2020. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v.8, n 1, 2022, 108-129. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i1.3761>

LABIAK, F. P. *et al.* Violência psicológica contra mulheres em Santa Catarina: onde estão os registros? Psicologia Jurídica e na Segurança Pública. **Revista Plural**, [S. l.], n. 4, p. 47-60, 2022. Disponível em: https://crpsc.org.br/public/docs/Revista-Plural-Ano%203-n.4_Final.pdf. Acesso em 2 mai. 2024.

LABIAK, F. P. *et al.* Feminicídio: um desfecho fatal para a desigualdade de gênero. In: ALMEIDA, F. A. (org.). **Desigualdade Social e de Gênero: desafios, perspectivas, retrocessos e avanços**. 1. ed., v. 1, Guarujá: Editora Científica Digital, p. 114-136. 2021. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210404071.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LABIAK, F. P.; MIGUEL, A. M.; NUNES, A. C. Educação emancipatória no curso de Direito: desafios e potencialidades. In: MAROCCO, A. de A. L.; PREVE, D. R.; PITSICA, H. N. P.; PILAU, N. C. (org.). **A Educação Jurídica no Brasil: perspectivas em debates**. v. 1, 1. ed. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2021. p. 31-50.

LOFORTE, A. M. Algumas reflexões sobre formas de deslegitimação da violência contra mulher em Moçambique. In: Silva, T. C.; Casimiro, I. M. (org.). **A ciência ao serviço do desenvolvimento?** Experiências de países africanos falantes de língua oficial portuguesa. Senegal: CODESRIA, 2015. p. 11-22.

MELLOUKI, Y. *et al.* The impact of domestic violence: a prospective forensic study in the northeastern region of Algeria (Annaba). **Egyptian Journal of Forensic Sciences**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1-12, 2023.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 29 de setembro de 2009 – Violência doméstica praticada contra as mulheres. **Diário Oficial da República**: 2º supl., I série, nº 38. Imprensa Nacional de Moçambique, 2009. Disponível em: https://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Lei_VD_2009.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

NÚÑEZ, L. **El género en la ley penal: crítica feminista de la ilusión punitiva**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones y Estudios de Género. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE [OMS]. A OMS aborda violência sexual e suas consequências para as vítimas. **Organização Pan-Americana da Saúde**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/25-7-2018-neste-dia-laranja-opasoms-aborda-violencia-sexual-e-suas-consequencias-para>. Acesso em: 25 jul. 2023.

RIFIOTIS, T. Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de gênero”. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 45, p. 261-295, 2015.

RIFIOTIS, T. Entre alavanca e arena. Aporias da judicialização da “violência de gênero” no Brasil (Tópicos de Pesquisa). In: RIFIOTIS, T.; CARDOZO, F. (org.) **Judicialização da violência de gênero**. Perspectivas analíticas. Brasília: ABA Publicações, 2021.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. 1 ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.
TURA, H.; LICOZE, A. Women’s experience of intimate partner violence and uptake of

Antenatal Care in Sofala, Mozambique. **PloS one**, v. 14, n. 5, p. e0217407, 2019.

TCHAMO, S. *et al.* Custos económicos da violência contra as mulheres em Moçambique. **Revista de violência interpessoal**, v. 36, n. 23-24, pág. NP12626-NP12639, 2021.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION AND WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. **Global Status of Multi-Hazard Early Warning Systems**. Geneva, Switzerland, 2023. Disponível em: <https://www.undrr.org/media/91954/download?startDownload=20240604> Acesso em: 25 jul. 2023.



FERNANDA PEREIRA LABIAK

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Brasil. Mestra em Educação pela UFSC. MBA em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Brasil. Psicóloga pela UFU. Professora no ensino superior. Pesquisadora e autora de diversas publicações na área de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Conselheira no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/SC). Colaboradora na Comissão Especial de Psicologia, Justiça e Segurança Pública do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CEPJUSP/CRP-12).



ROBERTO MORAES CRUZ

Pós-doutor em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) Brasil; em Medicina Molecular, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Brasil; e em Ciências Humanas, pela

Universitat de Barcelona - Espanha. Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Brasil. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFB) Brasil. Psicólogo pela UFB. Professor do Departamento de Psicologia da UFSC. Editor-chefe da Revista Psicologia: Organizações e Trabalho.



ADELINO DOMINGOS ONOFRE

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Brasil. Mestre em Psiquiatria e Saúde Mental pela Universidade do Porto (UP) Portugal. Psicólogo pela Universidad Central Marta Abreu de Las Villas (UCLV) Cuba. Atua como docente na Universidade Católica de Moçambique-Beira.



MARIA DO CARMO DE LIMA SILVA LACERDA

Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Brasil. Psicóloga pela Universidade de Pernambuco (UPE) Garanhuns. Servidora pública da Secretaria Estadual de Educação, atua como psicóloga no Núcleo de Atenção ao Servidor (NAS) na Gerência Regional de Educação da Secretaria Estadual de Educação.



ROMILDA GUILLAND

Pós-doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Brasil. Doutora em Processos Psicossociais e de Saúde no

Trabalho e nas Organizações pela UFSC. Mestra em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) Brasil. Especialista em Psicologia Clínica pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) Brasil. Psicóloga pela UNISINOS. Atua como psicóloga no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.



JENNIFER ELIZABETH VIEIRA

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Extensionista voluntária no Núcleo de Pesquisas Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero).

NOTAS

¹ A poligamia masculina é uma tradição com aceitação cultural na sociedade moçambicana, na qual os homens podem ter várias companheiras, embora a elas é esperada a fidelidade a um único companheiro. Essa prática não é legalizada em Moçambique, mas não constitui crime.

² Via de regra, na sociedade moçambicana, cultua-se a ideia de que quanto mais filhos, mais riqueza, ou seja, os pais esperam que os seus filhos comecem cedo a contribuir para a economia familiar e que, quando na velhice, tomem conta deles e os sustentem. Pouco se investe em educação, saúde, preparação profissional e lazer dos filhos, tal como nas sociedades economicamente mais desenvolvidas.

Vivências transformadoras: um relato de experiência sobre um curso de extensão dedicado ao bom viver

Transformative experiences: an experience report on an extension course dedicated to good living

Ana Karolina de Araújo^a, Carlos Eduardo Panosso.

^aInstituto Federal do Tocantins. E-mail: karolina.ufpb@gmail.com.

Resumo: Este trabalho apresenta um relato de experiência de um curso de extensão sobre o bom viver, desenvolvido pelo Instituto Federal do Tocantins, que teve como objetivo construir um espaço formativo que pudesse proporcionar e desenvolver conjuntamente com os cursistas, uma formação centrada no diálogo teórico-metodológico para refletir sobre o Bom Viver e a Felicidade na contemporaneidade do trabalho e da economia e trabalhar propostas (ideias) alternativas para o desenvolvimento sustentável. Participaram do curso 15 pessoas de ambos os sexos, sendo 3 alunos do ensino médio, 4 alunos de graduação, 4 professores, 1 técnico administrativo e 3 do público externo ao IFTO. Foram realizados 10 encontros no período entre setembro e novembro de 2023 e utilizada a metodologia de estudo dirigido. Em cada encontro, buscamos entender teoricamente, questionar e refletir sobre formas de economias alternativas e compreender se de fato tais economias estão voltadas e/ou em sintonia com o Bom Viver, a Simplicidade Voluntária e o Decrescimento Sereno, além de pensar propostas de desenvolvimento voltados para o Bom Viver a partir do desenvolvimento local. Com base nos temas trabalhados nos encontros, como resultados, produzimos uma Feira de Economia Solidária, e foram elaborados relatos de experiência pelos alunos, que permitiu validar a compreensão dos conhecimentos compartilhados ao longo do curso. A experiência possibilitou reflexões teórico-práticas e vivências transformadoras, que instigou a produção de pesquisa na área do bom viver e permitiu repensar hábitos e a utopia de construção de um outro mundo possível.

Palavras-chave: Bom Viver; curso de extensão; sustentabilidade.

Abstract: This work presents an experience report of an extension course on Bom Viver, developed by the Federal Institute of Tocantins, which aimed to build a formative space that could provide and develop together with the students, a formation centered on theoretical-methodological dialogue To reflect on good living and happiness in contemporary work and economics and work alternative proposals for sustainable development. 15 people of both sexes participated in the course, 3 high school students, 4 undergraduate students, 4 teachers, 1 administrative technician and 3 from the external public to IFTO. 10 meetings were held in the period between September and November 2023 and the directed study methodology was used. In each meeting, we seek to understand theoretically, to question and reflect on forms of alternative economies and to understand whether in fact such economies are turned and/or in tune with the good living, voluntary simplicity and serene decrease, as well as thinking proposals for development to the good living from local development. Based on the themes worked on the meetings, as a result, we produced a solidarity economy fair, and students experience were elaborated, which allowed to validate the understanding of shared knowledge throughout the course. The experience made it possible to the theoretical-practical reflections and transformative experiences, which prompted the production of research

in the area of Bom Living and allowed to rethink habits and the utopia of construction of another possible world.

Keywords: Good Living; extension course; Sustainability.

Submetido em: 16/12/2024.

Aceito em: 07/04/2024.

1 INTRODUÇÃO

No contexto do século XXI, marcado por desafios socioambientais cada vez mais prementes, emerge a necessidade imperativa de redefinir os paradigmas que orientam nosso modo de vida e desenvolvimento. Autores como Latouche (2009), Ariès (2013) e Acosta (2013) partem de uma constatação inevitável: o beco sem saída em que estamos nós, humanidade, diante do estágio em que se encontra o planeta, foi consequência dos nossos próprios ideais de crescimento econômico, ou seja, pela busca desenfreada do crescimento pelo crescimento. A busca por alternativas sustentáveis e equitativas ganha destaque, instigando a reflexão sobre caminhos que conduzam a uma coexistência mais harmoniosa entre seres humanos e o meio ambiente.

O Curso de Extensão “Uma Cartografia do Bom Viver” propôs uma análise aprofundada sobre a interseção entre o “bom viver”, o desenvolvimento sustentável, a simplicidade voluntária e o decrescimento sereno como fundamentos para uma abordagem mais holística e consciente do desenvolvimento humano. Dessa forma, buscamos explorar criticamente as interseções e complementaridades entre esses conceitos, visando contribuir para um diálogo informado e enriquecedor sobre os rumos do desenvolvimento humano em um mundo em constante transformação.

A noção de “bom viver”, ancorada em tradições filosóficas e culturais de diversas partes do mundo, transcende o conceito convencional de qualidade de vida, incorporando dimensões éticas, espirituais e sociais. Associada à ideia de prosperidade sem comprometer o equilíbrio ecológico, o bom viver propõe

uma visão que vai além do mero crescimento econômico, abraçando a importância da convivência harmônica entre indivíduos, comunidades e o meio ambiente. Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável se destaca como um imperativo global, clamando por práticas que atendam às necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras. No entanto, é necessário transcender abordagens meramente técnicas e econômicas para incorporar elementos éticos, culturais e sociais em prol de uma sustentabilidade integral. A Simplicidade Voluntária, por sua vez, emerge como uma resposta consciente aos excessos consumistas que permeiam a sociedade contemporânea. Propõe-se a repensar os padrões de consumo, valorizando a qualidade sobre a quantidade, promovendo a apreciação do suficiente e fomentando uma conexão mais profunda com o que é essencial para uma vida plena. Por fim, o Decrescimento Sereno surge como uma abordagem que vai além da simples redução quantitativa do consumo, propondo uma transformação estrutural que envolve a reorganização dos valores sociais, o fortalecimento da solidariedade e a promoção da resiliência frente aos desafios globais.

Este curso faz parte de um projeto maior, de Pós-Doutorado Júnior, que está em andamento¹ e que também tem como objetivo refletir sobre o Bom Viver e a Felicidade na contemporaneidade do trabalho e da economia e pensar propostas (ideias) alternativas para o desenvolvimento sustentável voltado para o Bom Viver. A questão central do projeto de pós-doutorado, que se propõe amplo e vinculado com as atividades de extensão e ensino, é pensar e construir, a partir de “olhares etnográficos” (vindos de tese de

doutorado defendida sobre os temas envolvidos neste projeto, bem como expandir tais “olhares”), e usá-los para verificar “se” e “qual” modelo de Desenvolvimento se deve almejar em diferentes contextos sociais no Tocantins. Tratar-se-á, neste projeto, de buscar e reconhecer propostas de alternativas para (e ao) Desenvolvimento (local) a partir de conceitos como Decrescimento Sereno, Simplicidade Voluntária e da própria noção de Desenvolvimento Local. Através de um mapeamento e estudo de contextos, projetos, movimentos e ações que envolvam essas iniciativas, a saber: projetos e movimentos de hortas coletivas, associações, comunidades, povos indígenas e feiras voltadas para produção e consumo consciente, movimentos e comunidades formadas, construir a partir desta pesquisa uma Cartografia do Bom Viver no Tocantins a partir do Desenvolvimento Local que inspire novas políticas públicas e projetos.

A pesquisa de Pós-doutorado, que por sua vez é fruto de pesquisas anteriores de doutoramento², encontra-se em fase inicial, na etapa de pesquisa bibliográfica e entendimento teórico. Todavia, pensamos ter sido de grande relevância levar o debate para o âmbito de um projeto de extensão, pois permitiu com que a própria compreensão dos temas e conceitos se ampliasse, uma vez que o curso possibilitou, não apenas a leitura da bibliografia, mas também o debate e intercâmbio de ideias, entre pessoas de diferentes áreas e níveis de formação, o que irá subsidiar, de forma muito mais fundamentada, nossa futura ida à campo. Além disso, o curso de extensão também permitiu com que pudéssemos experienciar, na prática, através da organização e produção de uma feira de trocas solidárias, exemplos de como podemos integrar a prática do Bom Viver no nosso cotidiano.

O conceito do Bom viver deriva de formas de sabedorias ancestrais decorrentes da cosmovisão e modo de

vida ameríndio, que se reconhece como parte da natureza e busca uma convivência harmoniosa com todos os seres do planeta. Ou seja, o Bom viver provém de uma matriz comunitária, no fazer solidário dos povos e comunidades e nos permite pensar um mundo onde os seres humanos convivam em harmonia com a natureza, com construção de espaços locais e regionais democráticos e sustentáveis, baseados em laços comunitários de solidariedade, bem diferente do cenário atual, dos efeitos devastadores das mudanças climáticas, marginalização e violências sociais. De acordo com Acosta (2013), o Bom Viver:

supera o tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos, introduzindo uma visão muito mais diversificada e, certamente, complexa. Por isso mesmo, as discussões sobre o Bem Viver, termo em construção, são extremamente enriquecedoras. (Acosta, 2013, p. 24).

De fato, refletir e debater, dentro do curso de extensão, o conceito do Bom Viver, assim como também outros conceitos como “Decrescimento Sereno” e “Simplicidade Voluntária”, foi uma experiência muito gratificante. Por isso, pretendemos, através deste relato de experiência, compartilhar alguns aspectos dessa vivência, que consideramos terem sido significativos para a nossa prática docente e de pesquisadores. Inicialmente iremos falar um pouco sobre o curso, seus objetivos, metodologia, estrutura e organização. Em seguida, vamos relatar as experiências vividas ao longo dos encontros, que culminou com a realização de uma feira de trocas solidárias, apresentando os aspectos positivos do curso e também as dificuldades identificadas. Por fim, traremos, a título de conclusão, os resultados alcançados, buscando refletir de que forma as atividades realizadas no curso de extensão agregaram ao nosso trabalho educativo e de pesquisa e também visando contribuir com futuros trabalhos, na medida em que a apresentação e descrição do roteiro do

curso e uma visão crítica e reflexiva da experiência relatada possa servir de base para outros pesquisadores, ampliando o resultado da nossa experiência como potencial exemplo para outros estudos e vivências.

2 ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, OBJETIVOS E METODOLOGIA DO CURSO DE EXTENSÃO

As atividades do Curso de Extensão “Uma Cartografia do Bom Viver”, com a carga horária total de 40 horas, teve seu início no dia 08 de setembro e finalização no dia 17 de novembro, com aulas do tipo estudo dirigido, sendo 28 horas de encontros presenciais e 12 horas de leituras em home office. Os encontros foram realizados sempre às sexta-feiras das 14:30h às 16:30h no Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas. A coordenação do curso foi realizada pelo professor doutor efetivo do IFTO, Carlos Eduardo Panosso e contou ainda com a minha colaboração, enquanto pesquisadora de pós-doutorado e da bolsista extensionista aluna do curso superior de Gestão Pública do IFTO, Karen Machado. Tivemos um número satisfatório de alunos inscritos no curso, 15 alunos, de ambos os sexos, sendo 3 alunos do ensino médio, 4 alunos de graduação, 4 professores, 1 técnico administrativo e 3 do público externo.

O objetivo geral do curso foi pensar e refletir sobre o Bem viver e a felicidade na contemporaneidade do trabalho e da economia e trabalhar propostas (ideias) alternativas para o desenvolvimento sustentável voltado para o bem viver. Os objetivos específicos foram divididos em três: 1) Entender teoricamente, questionar e refletir sobre o que são economias alternativas (economia criativa, economia solidária, economia verde), cooperativismo, arranjos produtivos locais, desenvolvimento local, etc; 2) Compreender se de fato tais economias alternativas estão voltadas e/ou em

sintonia com o bem viver, a felicidade voluntária e o decrescimento sereno; e 3) Elaborar propostas de desenvolvimento voltados para o Bem viver a partir do desenvolvimento local.

A metodologia utilizada no curso foi a de estudo dirigido. O estudo dirigido, enquanto prática pedagógica, visa empoderar os estudantes, proporcionando-lhes não apenas conhecimento, mas também as ferramentas necessárias para se tornarem agentes ativos em seu próprio processo de aprendizagem. Ao fomentar a autonomia e a responsabilidade, o objetivo primordial é ir além do simples acúmulo de informações, buscando a formação integral do indivíduo. Nosso objetivo era que os alunos desenvolvessem habilidades críticas ao longo do percurso, não apenas absorvendo conhecimentos, mas também cultivando uma mentalidade reflexiva e proativa. De acordo com Libâneo (2017) o estudo dirigido é uma parte estratégica das chamadas metodologias de estudo ativo.

Nesse sentido, o curso foi dividido em momentos de leitura da bibliografia, que eram realizadas em casa, e nos encontros presenciais, onde eram realizadas as reflexões e debates dos textos. Nesses momentos, os alunos poderiam compartilhar suas dúvidas, expressar suas opiniões, realizar críticas às teorias e sugerir novos temas e autores para os debates. Cabe ressaltar, que o curso teve uma estrutura bastante flexível, o que permitia incorporar novos temas ou realizar alterações de datas e bibliografia, adaptando-se às sugestões e habilidades da turma, desde que fossem acatados pela maioria dos alunos. Utilizamos ainda, outras ferramentas metodológicas, além dos textos teóricos, como por exemplo, indicação de filmes e projeção de vídeos e documentários, que enriqueceram os debates. Ao final de cada encontro, realizamos um lanche coletivo, onde todos tinham a oportunidade de confraternizar e conversar sobre os temas de maneira mais informal.

3 AS ETAPAS DESENVOLVIDAS NO CURSO. REFLEXÕES SOBRE ENCONTROS E DESAFIOS NA JORNADA QUE CONDUZIU À FEIRA DE TROCAS SOLIDÁRIAS

Iniciamos o curso com indicação de leituras bibliográficas e de filmes, a ser realizados em home office, sendo estes: Textos: “O bem viver: uma alternativa ao desenvolvimento” (Acosta, 2013) e “Bem Viver, o conceito que imagina outros mundos possíveis, já se espalha pelas nações” de Amelia Gonzalez (Gonzalez, 2016); e os filmes: “A felicidade das pequenas coisas” (2022) e “O melhor lugar da terra” (2023).

No dia 22 de setembro tivemos o nosso primeiro encontro presencial onde fizemos inicialmente a apresentação do curso e a entrega de material para a turma (pasta, bloco de anotações, canetas, etc.). Com o objetivo de mapear os conhecimentos prévios dos alunos sobre os conceitos estudados em casa, realizamos a construção de uma nuvem de palavras no quadro para avaliar o entendimento da turma sobre o conceito de Bom Viver. A formação de nuvem de palavras é uma ferramenta de metodologia ativa que contribui para a sistematização e a apropriação do conteúdo. Foi bem interessante perceber que, intuitivamente, cada um dos alunos tinham uma percepção crítica sobre o Bom viver, mesmo os que estavam tendo contato com o conceito pela primeira vez. Essa percepção ficou ainda mais clara quando sugerimos que todos refletissem sobre de que forma o bom viver é experienciado, ou não, em nosso cotidiano. A maioria dos alunos apontaram que é perceptível que a nossa sociedade enfrenta grandes problemas relacionados com o capitalismo e seus inúmeros desafios, que impactam a vida dos indivíduos em várias dimensões, econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e psicológicas e que muitas vezes vivemos sem refletir sobre como podemos contribuir ou implementar

mudanças de mentalidades e práticas cotidianas que possam ir na direção da construção do bom viver. Alguns alunos relataram o incômodo de viver em uma sociedade que preza e incita o consumismo desenfreado, as relações superficiais e a falta de tempo para experimentar uma vida mais conectada com a natureza e com a comunidade. Um dos alunos relatou que teve oportunidade de vivenciar mais intensamente o bom viver, durante a pandemia, quando necessitou ficar mais tempo em casa e produziu uma horta em sua casa e também quando passou a frequentar, todas as manhãs, a feira de produtos orgânicos do seu bairro, onde nesses momentos, ele tinha a oportunidade de conversar com os feirantes e os vizinhos, conhecê-los melhor e experienciar mais profundamente a vida em comunidade. Outra aluna contou que busca priorizar sempre comprar produtos artesanais e da economia solidária, sobretudo incentivar a compra de produtos produzidos por mulheres, a exemplo da “Feira das Manas” que é um grupo de economia solidária da cidade de Palmas, formado por mulheres artesãs. No entanto, percebemos que parte dos alunos, principalmente aqueles mais jovens, não tinham uma compreensão tão clara sobre como o bom viver pode ser integrado na prática, em nosso cotidiano.

Figura 1 – Primeiro encontro presencial – 22/09/2023



Fonte: banco de imagens do curso “Cartografias do bom viver” (2023).

Na semana seguinte, levamos os alunos do curso para participar de uma conferência sobre o bom viver em uma outra instituição, a Universidade Federal do Tocantins, em decorrência da participação do coordenador do curso, e uma de nossas alunas, que também é professora, em uma das mesas temáticas sobre o Bom Viver, no Evento comemorativo dos 20 anos do PPGCIAMB (Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, da UFT). Na conferência, os alunos do curso tiveram a oportunidade de participar do debate, ouvir palestras sobre a temática do curso, fazer questionamentos e ouvir pesquisadores de outras instituições de ensino público. Essa ocasião foi importante pois possibilitou dialogarmos com outros públicos que também estavam refletindo sobre o bom viver, em uma perspectiva interdisciplinar.

Figura 2 – Conferência sobre Bom Viver na UFT - 29/09/2023



Fonte: banco de imagens do curso “Cartografias do bom viver” (2023).

No encontro presencial seguinte, pudemos adentrar no tema do decrescimento sereno. O texto e o documentário assistido, “A história das coisas”³, ancorou a reflexão nos impactos do crescimento econômico das sociedades produtivistas e do consumismo no planeta e na possibilidade de construir um novo modelo de sociedade do decrescimento, mais equitativa e ambientalmente equilibrada. Repensar nossos hábitos e

padrões de consumo nem sempre é uma tarefa fácil, e o incômodo de perceber que muitas vezes reproduzimos, mesmo que inconscientemente, comportamentos que são danosos ao meio ambiente e ao nosso próprio bem estar, esteve presente durante o debate. Alguns, argumentaram que o aumento do consumismo é propiciado pela obsolescência programada⁴, e que muitas vezes, mesmo sem querer, somos obrigados a comprar novos produtos, uma vez que eles já saem de fábrica com um tempo de vida útil, necessitando serem prontamente substituídos. Outros, confessaram que se identificam como pessoas consumistas, mas que estão tentando mudar esse comportamento, na medida em que estão buscando comprar produtos de melhor qualidade e mais duráveis, substituindo assim a quantidade pela qualidade, ou mesmo comprar peças usadas em brechó, por exemplo, ou seja, buscando desenvolver um consumo mais consciente.

Na medida em que fomos nos aprofundando nas leituras e nos estudos dos conceitos, procuramos, cada vez mais, conectar as teorias com as nossas práticas cotidianas, buscando dar-lhes um sentido mais claro. Em um dos encontros, em que discutimos o conceito de “simplicidade voluntária”, essa conexão foi imediata. A simplicidade voluntária é um conceito que se refere à escolha deliberada e consciente de viver uma vida simples, muitas vezes envolvendo a redução do consumo e do excesso de posses materiais. Àries (2013) é conhecido por suas contribuições ao movimento do decrescimento e suas reflexões sobre alternativas ao crescimento econômico ilimitado. A ideia de “simplicidade voluntária”, que está presente no paradigma do decrescimento, enfoca a escolha individual de viver de maneira mais simples, todavia, dentro de um movimento mais amplo, que propõe mudanças estruturais na sociedade para alcançar uma diminuição global na produção e no consumo. Esse debate instigou uma interessante reflexão no grupo, sobre como as nossas práticas

locais impactam as mudanças globais, e vice e versa. Perguntados sobre em que medida eles buscam adotar essa filosofia em suas vidas, alguns alunos apontaram que buscam adotar práticas mais sustentáveis de consumo, reduzir o desperdício, valorizar experiências em detrimento de bens materiais e buscar formas alternativas de felicidade que não dependam do acúmulo de posses. Outros, argumentaram que apesar de terem boa intenção, ainda encontram dificuldades, como por exemplo, o fato de produtos que são mais ecologicamente sustentáveis tenderem a ser mais caros e inalcançáveis. Para outros, há um vislumbre dessa filosofia como algo a ser buscado, como uma espécie de utopia, pois argumentam que a correria e as demandas do dia a dia, no trabalho, estudo ou família, não lhes permite ter mais tempo para si, como gostariam. Para um dos alunos, seria importante se

Todos pudessem trabalhar um quantitativo diário que não prejudique a saúde, ter tempo para as demais atividades de uma maneira harmônica com a natureza (Lima, relato, 2023).

Vejamos ainda um trecho de um dos relatos de experiência⁵ de um aluno:

Como estudante e profissional da área de tecnologia por mais quase duas décadas, é fácil normalizar esse modo de vida que temos hoje em dia – em todas as suas mazelas e problemáticas – e é muito difícil ter contato com modos de vida alternativos, que tenham como prioridade não a produtividade extrema, subserviência e consumo, mas sim conexão com a comunidade e a natureza e bem estar independente de consumo desenfreado. Muitas vezes, inseridos no contexto atual das nossas vidas, é difícil pensar em alternativas, e quando o fazemos, logo dispensamos – é complicado pensar em como seria uma sociedade completamente diferente. Nesse contexto, projetos como esse curso de extensão são fundamentais para abrir nossos olhos, fazer a gente enxergar que ao invés de ser uma utopia boba, uma alternativa a nossa vida moderna é possível, e já vem sendo pensada há muito tempo por gente de todas as vivências. Participar desse curso foi uma experiência muito reveladora e

esclarecedora, e creio que até mesmo um exercício de esperança (Anjos, relato, 2023).

Os próximos debates foram organizados com o objetivo de prepará-los para experimentar na prática, de forma simples, como podemos vivenciar o bom viver em nosso cotidiano, por exemplo, através de uma feira de trocas solidárias. Para isso, no encontro do dia 10 de novembro, lemos alguns textos sobre economia solidária e sua relação com o bom viver e o decrescimento sereno, fizemos também a indicação de vídeos, e assistimos a documentários sobre a temática. A economia solidária é um conceito que se refere a um conjunto de práticas econômicas e sociais baseadas na cooperação, solidariedade, autogestão e valores democráticos. Em contraste com o modelo econômico tradicional, que muitas vezes enfatiza a competição e a busca pelo lucro individual, a economia solidária busca promover relações mais justas e igualitárias entre os participantes. A principal característica da economia solidária é a ênfase na colaboração e na busca pelo bem comum. Isso geralmente envolve a formação de cooperativas, associações e outros tipos de empreendimentos coletivos nos quais os trabalhadores participam ativamente das decisões e dos resultados econômicos (Singer, 2002).

A sugestão da atividade de encerramento do curso foi bem recebida por todos os alunos, que se mostraram bastante empolgados com a ideia de organizar uma feira de trocas, principalmente pelo fato de que muitos deles nunca participaram de uma, portanto, encaravam como uma oportunidade de aprendizado, que poderiam levar para outros momentos de suas vidas. A feira de trocas é uma prática comum dentro do contexto da economia solidária, representando uma forma de intercâmbio de bens e serviços sem a necessidade do uso de moeda convencional. Essa abordagem é baseada nos princípios de cooperação, solidariedade e na valorização das

habilidades e recursos locais. Nas feiras, as pessoas participantes têm a oportunidade de trocar diretamente bens e serviços uns com os outros. Isso pode incluir alimentos, roupas, artesanato, habilidades profissionais, entre outros. A ausência de dinheiro nesse processo facilita a participação de pessoas que podem ter recursos limitados.

A Feira de Trocas Solidária aconteceu no dia 17 de novembro, no IFTO. Foi aberta ao público em geral e contou com a participação dos alunos do curso, convidados da comunidade do IFTO e público em geral. Todos os participantes da feira tiveram um momento para organizarem seus objetos na sala, cada um em seus locais específicos. Organizamos

também um local para o coffee break e para a realização de oficinas de artesanato. Iniciamos a feira com uma Roda de Conversa proferida pelo ecoativista Fernando Amazônia⁶, representante de uma associação sem fins lucrativos⁷ bastante atuante no Estado do Tocantins, sobretudo em questões relativas à preservação ambiental e valorização da cultura dos povos originários e tradicionais.

Na ocasião, os alunos do curso tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o que é uma feira de trocas solidárias, como se organiza, quais seus princípios e principais características, e qual a sua relação com o bom viver.

Figura 3 – Encontro do 10/11/2023



Fonte: banco de imagens do curso “Cartografias do bom viver” (2023)

O debate nos possibilitou compreender que as feiras de trocas estão associadas a uma compreensão mais ampla de economia, sustentabilidade e valores culturais. Esse sistema é frequentemente observado em comunidades indígenas, onde as transações não são baseadas apenas na maximização do lucro, mas na cooperação e na satisfação das necessidades da comunidade. A troca de bens em feiras

Figura 4 – Roda de Conversa realizada na Feira de Trocas Solidária



Fonte: banco de imagens do curso “Cartografias do bom viver” (2023).

está enraizada em práticas sustentáveis, produzidas localmente, que fortalecem os laços comunitários, pois proporciona não apenas acesso a bens e serviços, mas também promove relações interpessoais, solidariedade e cooperação.

Figura 5 – Cartaz da Feira de Troca Solidária realizada pelo Curso de Extensão em 17/11/2023



Fonte: banco de imagens do curso “Cartografias do bom viver” (2023).

Figura 6 – Momento das trocas realizadas pelos participantes da feira



Fonte: banco de imagens do curso “Cartografias do bom viver” (2023).

Como atividade avaliativa do curso, para que possamos sistematizar os conhecimentos apreendidos e as práticas realizadas, solicitamos aos alunos a produção de textos em formato de relatos de experiência sobre sua participação no

Após a palestra, iniciamos a apresentação por parte dos participantes, dos objetos trazidos e serviços oferecidos para trocas. Esse momento foi bem interessante, pois cada participante pôde contar a história dos objetos, tecendo uma relação de valor que vai muito além dos valores monetários. Em seguida, começamos a realização das trocas. Foi um momento muito gratificante, de muitas partilhas, em que todos tiveram a oportunidade de experienciar o Bom Viver através de um momento de integração, trocas solidárias, reciprocidade e solidariedade. No segundo momento, houve o sorteio de livros sobre a temática do bom viver, a realização da oficina de artesanato e o plantio de mudas frutíferas no campus.

Figura 7 – Plantio de mudas de árvores frutíferas no IFTO, campus Palmas, realizado pelos alunos do curso



Fonte: banco de imagens do curso “Cartografias do bom viver” (2023).

Curso e na Feira de Troca. Foi orientado que os alunos relatem de forma livre, contando quais eram suas expectativas em relação ao curso e se elas foram atendidas, quais os aprendizados, como foi a experiência de participar de uma feira de

trocas solidária, se os conteúdos estudados contribuíram para uma mudança de percepção em relação à sua vida, pessoalmente e em sociedade, dentre outras questões que acharem pertinentes.

Para os alunos, a feira de trocas pôde estimular “a solidariedade e o desapego, com certeza, um dos maiores aprendizados é você dar um pouco de si e receber um pouco do outro, estimulando a vida sem tantas vaidades e mais realidades, estímulo de união e troca” (Sena, 2023) ou “uma ótima oportunidade para colocar em prática novos modelos de ser e existir” (Castilho, 2023). Além disso, relataram que:

Nestes encontros, além de aprender teorias, foi espetacular poder vivenciar na prática. Pela primeira vez participei de uma Feira de Trocas e foi incrível, um momento simples e com muita alegria, onde pessoas compartilham histórias vivenciadas com cada objeto. E depois desses aprendizados, continuarei colocando em prática os ensinamentos, em relação ao consumo, compartilhamento e muito mais (Machado, relato, 2023).

De fato, a experiência, não apenas da feira, mas do curso como um todo, trouxe muitos aprendizados, mesmo com todos os desafios, por exemplo, com a questão da tecnologia e infraestrutura, pois algumas vezes tivemos dificuldades em garantir uma infraestrutura adequada, como salas equipadas com recursos audiovisuais e acesso à internet estável, precisando nos adaptar a mudanças inesperadas, e imprevistos logísticos, como por exemplo, realizar mudança de local da realização dos encontros. Mas, mesmo com todas essas intempéries, os resultados foram extremamente positivos, inclusive instigando futuras pesquisas na área do bom viver, como o projeto “Bom Viver e Arborização em Palmas-TO: um diagnóstico das políticas públicas de plantio de árvores”, que será desenvolvido por uma das alunas do curso, orientada pelo coordenador do curso de extensão, que dará prosseguimento às discussões sobre o bom viver a nível de projeto Pibic.

Além disso, já estamos planejando uma nova edição do curso de extensão para o próximo semestre, com novas ideias e em um novo formato.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências relatadas neste trabalho demonstraram a relevância e os impactos positivos de um curso de extensão focado no bom viver, simplicidade voluntária e decrescimento sereno. Os resultados evidenciaram que a promoção de uma abordagem que valoriza a qualidade de vida, a sustentabilidade e a conexão com os valores essenciais pode gerar transformações significativas na vida dos participantes, como demonstrado nas falas seguintes.

O curso foi de grande valia, gostei muito desses momentos, acredito que foi um espaço de muita troca, uma ótima experiência. Os encontros foram leves e de aprendizado, o curso uma cartografia do bom viver foi muito válido para repensarmos os nossos hábitos, sempre estar disposto a uma vida leve, de companheirismo, em contato com a natureza, o natural (Sena, relato, 2023).

Escutar relatos e opiniões diferentes em um espaço aberto e com liberdade para se expressar, ajudou muito a refletir, repensar e motivar a procura de novos caminhos para sair e quebrar esses paradigmas impostos que fazem mal para o meio ambiente e nossa própria saúde, não só física, senão também mental (Angel, relato, 2023).

Através das atividades propostas no curso, os indivíduos tiveram a oportunidade de repensar suas prioridades, reavaliar seus estilos de vida e desenvolver uma maior consciência em relação ao consumo e aos impactos ambientais, como dito por uma das alunas

Nesses encontros pude aprender e refletir muito sobre a questão do “Bom Viver”, desde os meus pensamentos como também minhas atitudes. (Lima, relato, 2023).

Além disso, a ênfase na busca pela simplicidade voluntária proporcionou aos participantes uma compreensão mais

profunda sobre as fontes de felicidade e bem-estar que vão além do acúmulo material:

As expectativas foram atendidas: Descobrir maneiras de viver que aumentem a saúde, felicidade, bem-estar físico e mental e qualidade de vida (Lima, relato, 2023).

Ou ainda:

O nosso curso me proporcionou um entendimento mais profundo de algo que por intuição eu sempre soube: É possível construirmos um mundo mais justo e mais feliz. Poder conhecer autores e pensadores que refletem sobre esse mundo possível foi imensamente transformador e enriquecedor, tecer sonhos e participar da feira de troca, baseada na economia solidária foi colocar em prática um pouco do ímpeto revolucionário que trazemos no peito.

O conceito de decrescimento sereno, abordado no curso, demonstrou ser uma perspectiva valiosa para lidar com os desafios contemporâneos relacionados ao desenvolvimento sustentável. Ao incentivar práticas que visam à redução do consumo excessivo e à valorização de relações mais significativas, o curso ofereceu um caminho concreto para uma abordagem mais equilibrada e sustentável para a vida cotidiana (Coelho, relato, 2023).

Portanto, este relato de experiência sugere que iniciativas educacionais voltadas para o bom viver podem desempenhar um papel importante na formação de indivíduos mais conscientes, responsáveis e comprometidos com um estilo de vida que promove não apenas o seu próprio bem-estar, mas também o bem-estar coletivo e o equilíbrio ambiental. Essas reflexões e práticas, quando disseminadas e incorporadas em comunidades mais amplas, têm o potencial de contribuir para uma sociedade mais sustentável, justa e harmoniosa.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **El Buen Vivir: Sumak Kawsay**, una oportunidad para imaginar otros mundos. Barcelona, ES: Icaria Antrazyt, 2013.

ARRIGHI, **A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ANGEL, Edwin. Relato de experiência concedida a Ana Karolina de Araújo e Carlos Eduardo Panosso. Palmas, 4 dez. 2023.

ANJOS, Charles Alberto Martins dos. Relato de experiência concedida a Ana Karolina de Araújo e Carlos Eduardo Panosso. Palmas, 05 dez. 2023.

ARIÈS, Paul. **A simplicidade voluntária contra o mito da abundância**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

CASTILHO, Juliana Abrao da Silva. Relato de experiência concedida a Ana Karolina de Araújo e Carlos Eduardo Panosso. Palmas, 05 dez. 2023.

COELHO, Priscila Studart. Relato de experiência concedida a Ana Karolina de Araújo e Carlos Eduardo Panosso. Palmas, 04 dez. 2023.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GORZ, André. **Ecológica**. Annablume Contemporânea. São Paulo: 2010.

HAN, Byung. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LATOUCHE, Serge. **O Desafio do Decrescimento**. Instituto Piaget: Lisboa, PT, 2012.

LATOUCHE, Serge. **Salir de la sociedad de consumo – voces y vías del decrecimiento**. Barcelona, ES: Octaedro, 2012.

LATOUCHE, Serge. **Os Perigos do Mercado Planetário**. Instituto Piaget: Lisboa, PT, 1998.

LATOUCHE, Serge. **La Sociedad de la abundancia frugal. Contrasentidos y controversias del Decrecimiento**. Icaria Editorial, Barcelona, ES, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2017.

LIMA, Yan Fábio Studart. Relato de experiência concedida a Ana Karolina de Araújo e Carlos Eduardo Panosso. Palmas, 04 dez. 2023.

MACHADO, Karen. Relato de experiência concedida a Ana Karolina de Araújo e Carlos Eduardo Panosso. Palmas, 02 dez. 2023.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, mai./ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>. Acesso em: 12 set. 2023.

PANOSSO, Carlos E. Energia Vital e Socioambiente: interfaces entre o pensamento ocidental e a cosmologia indígena – o caso Javaé. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 39-65, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAm>

[erindio/article/view/23078/14561](https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAm/article/view/23078/14561). Acesso em: 12 set. 2023.

PINO, Bruno Ayllón; DOLCETTI, Michele. El Buen Vivir del Ecuador: crisis del desarrollo y cooperación internacional. **Revista Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 28-37, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/9985/9218>. Acesso em: 15 out. 2023.

SENA, Beatriz. Relato de experiência concedida a Ana Karolina de Araújo e Carlos Eduardo Panosso. Palmas, 27 nov. 2023.

SILVA, Fernando Gomes da; CARVALHO, Jaqueline Elisa Furtado Barreto; IWAMOTO, Helga Midori. Oficina de trocas solidárias: a experiência do NESol/UFT no Movimento Pela Vida Taquaruçu, distrito de Palmas –TO. In: CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA JÚNIOR, J. T. (orgs). **Economia Solidária, Cooperativismo Popular e Autogestão**: as experiências de Palmas Tocantins. Palmas: NESol, UFT, 2007. p. 128-152.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SCHUMACHER, E.F. **O negócio é ser pequeno. Um estudo de economia que leva em conta as pessoas**. Rio de Janeiro: Zahae Editores, 1979.



ANA KAROLINA DE ARAÚJO

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente realiza pesquisa em nível de Pós-Doutorado sobre Bom Viver, Sociedade e Sustentabilidade.



**CARLOS EDUARDO
PANOSSO**

Professor de Sociologia no IFTO. Doutor em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (UnB). Pesquisa e coordena projetos sobre o Bom viver, Simplicidade Voluntária e alternativas ao desenvolvimento.

NOTAS

¹Projeto “Uma Cartografia do Bom Viver”: Pensando novas políticas públicas a partir do desenvolvimento local do Tocantins”. Programa de Fixação de Jovens Doutores no Estado do Tocantins. Uma parceria entre CNPq e FAPT (Fundo de Amparo à Pesquisa do Tocantins). A pesquisa está sendo realizada no âmbito do IFTO, com previsão de duração até julho de 2025.

²Tese de doutorado intitulada “Um relato etnográfico sobre as mentalidades do Buen Vivir do Equador e do Slow Movement na Itália: “Movimentos de Resistência” e “Utopias Concretas” como alternativas ao Desenvolvimento”, Buscou-se entender, através do método etnográfico, entre outras questões, se o Sumak Kawsay (cosmovisão dos povos andinos) se configura como um

“movimento de resistência” aos ideais de progresso e desenvolvimento, ou ainda uma alternativa para o desenvolvimento, conciliando, neste caso, as ideias de desenvolvimento local e global. Panosso (2023).

³Documentário “A História das Coisas” (The Story of Stuff) trata sobre o consumo exagerado de bens materiais e o impacto negativo que esse consumo causa no meio ambiente.

⁴A obsolescência programada é uma estratégia de design industrial na qual um produto é deliberadamente projetado para ter uma vida útil limitada ou se tornar obsoleto após um período específico de tempo. Isso significa que o produto é projetado para eventualmente falhar, quebrar ou se tornar inadequado para uso, mesmo que ainda esteja funcional.

⁵Os relatos de experiência foram produzidos pelos alunos ao final do curso, como uma espécie de trabalho de conclusão e enviados por e-mail para os organizados do curso.

⁶Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, Permacultor, Professor, fotógrafo e indigenista. Realiza ações como Ecoativista, ligados a associação ECOTERRA, na qual atua como Presidente.

⁷Ecoterra – Associação de Preservação Ambiental e Valorização da Vida. Disponível em: <https://ecoterranadefesavida.blogspot.com/>.

AGRADECIMENTOS

Curso de Extensão realizado com apoio institucional do IFTO.
Pesquisa realizada com apoio institucional da FAPT/TO e CNPq.

Singular. Sociais e Humanidades
v.1, n.6, jan./jun. 2024
e-ISSN: 2596-2612
doi: <https://doi.org/10.33911/singularsh.v1i6>

SINGULAR[®]
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

SOCIAIS E HUMANIDADES

E-ISSN: 2596-2612



v.1 n.6 janeiro/junho de 2024



ULBRA
PALMAS